CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

EDIÇÃO TÍPICA VATICANA

ÍNDICE

CARTA APOSTÓLICA
LAETAMUR MAGNOPERE

DO SUMO PONTÍFICE
JOÃO PAULO II
COM A QUAL É APROVADA
E PROMULGADA
A EDIÇÃO TÍPICA LATINA
DO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

É MOTIVO DE GRANDE ALEGRIA a publicação da edição típica latina do Catecismo da Igreja Católica, que é por mim aprovada e promulgada com esta Carta Apostólica e que, assim, se torna o texto definitivo do mencionado Catecismo. Isto ocorre a cerca de 5 anos desde a Constituição Apostólica *Fidei depositum*, de 11 de Outubro de 1992, que acompanhou, no trigésimo aniversário da abertura do Concílio Vaticano II, a publicação do primeiro texto, em língua francesa, do Catecismo.

Todos pudemos felizmente constatar o geral acolhimento positivo e a ampla difusão que o Catecismo teve nestes anos, em particular nas Igrejas locais, que procederam à sua tradução nas respectivas línguas, de modo a torná-lo o mais possível acessível às várias comunidades linguísticas do mundo. Esse facto confirma a positividade do pedido, que me foi apresentado em 1985 pela Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, para que fosse composto um catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica tanto para a fé como para a moral.

Elaborado pela apropriada Comissão de Cardeais e Bispos instituída em 1986, o Catecismo era por mim aprovado e promulgado com a citada Constituição Apostólica, a qual mantém ainda hoje a sua validade e actualidade e encontra a sua actuação definitiva na presente edição típica latina.

Esta edição foi preparada por uma Comissão Interdicasterial, que constituí para esta finalidade em 1993. Presidida pelo Card. Joseph

Ratzinger, essa Comissão trabalhou assiduamente, a fim de cumprir o mandato recebido. Ela dedicou particular atenção ao exame das numerosas propostas de modificação dos conteúdos do texto, que durante estes anos chegaram das várias partes do mundo e das diversas componentes do mundo eclesial.

A respeito disso, pode-se oportunamente fazer observar que o envio tão considerável de propostas de melhoramento manifesta, antes de mais, o notável interesse que o Catecismo suscitou no mundo inteiro, mesmo em ambientes não cristãos. Confirma, além disso, a sua finalidade de se pôr como exposição completa e íntegra da doutrina católica, que consente a todos conhecer o que a Igreja professa, celebra, vive e prega na sua vida quotidiana. Ao mesmo tempo evidencia o grande empenho de todos em querer oferecer a própria contribuição para que a fé cristã, cujos conteúdos essenciais e fundamentais estão sintetizados no Catecismo, possa ser, do modo mais adequado possível, apresentada hoje ao mundo. Através desta colaboração múltipla e complementar dos vários membros da Igreja, realiza-se assim, mais uma vez, quanto escrevi na Constituição Apostólica *Fidei depositum*: «o concurso de tantas vozes exprime verdadeiramente aquela a que se pode chamar a "sinfonia" da fé» (n. 2).

Também por esses motivos, a Comissão tomou em séria consideração as propostas enviadas, examinou-as atentamente através de várias instâncias, e submeteu à minha aprovação as suas conclusões. Estas, enquanto consentem exprimir melhor os conteúdos do Catecismo a respeito do depósito da fé católica, ou permitem formular algumas verdades da mesma fé de modo mais conveniente às exigências da comunicação catequética actual, foram por mim aprovadas, e entraram então a fazer parte da presente edição típica latina. Ela, portanto, repete fielmente os conteúdos doutrinais que apresentei oficialmente à Igreja e ao mundo em Dezembro de 1992.

Com a promulgação hodierna da edição típica latina, conclui-se portanto o caminho de elaboração do Catecismo, iniciado em 1986, e

foi levado a feliz termo o auspício da supracitada Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos. A Igreja agora dispõe desta nova e autorizada exposição da única e perene fé apostólica, que servirá como «instrumento válido e legítimo ao serviço da comunhão eclesial», e também como «texto de referência segura e autêntica» para a elaboração dos Catecismos locais (cf. Const. Apost. *Fidei depositum*, 4).

A catequese encontrará nesta genuína e sistemática apresentação da fé e da doutrina católica uma via plenamente segura, para apresentar com renovado impulso ao homem de hoje a mensagem cristã em todas e em cada uma das suas partes. Deste texto cada agente de catequese poderá receber uma válida ajuda para mediar, a nível local, o único e perene depósito da fé, procurando conjugar contemporaneamente, com a ajuda do Espírito Santo, a maravilhosa unidade do mistério cristão com a multiplicidade das exigências e das situações dos destinatários do seu anúncio. A inteira actividade catequética poderá conhecer um novo e difundido impulso junto do Povo de Deus, se souber usar e valorizar de maneira adequada este Catecismo pós-conciliar.

Tudo isto resulta ainda mais relevante hoje, quando estamos no limiar do terceiro milénio. Com efeito, urge um empenho extraordinário de evangelização, de maneira que todos possam conhecer e acolher a mensagem do Evangelho e crescer cada um «segundo a medida da plena maturidade de Cristo» (*Ef* 4, 15).

Dirijo, portanto, um premente convite aos meus venerados Coirmãos no Episcopado, principais destinatários do Catecismo da Igreja Católica, para que, aproveitando a preciosa ocasião da promulgação desta edição latina, intensifiquem o seu empenho em favor de uma maior difusão do texto, e sobretudo de um seu positivo acolhimento, como dom privilegiado para as Comunidades a eles confiadas, que poderão assim redescobrir a inexaurível riqueza da fé.

Graças ao empenho concorde e complementar de todas as categorias que compõem o Povo de Deus, possa o Catecismo ser conhecido e compartilhado por todos, a fim de que se fortaleça e se

estenda até aos confins do mundo aquela unidade na fé, que tem o seu supremo modelo e princípio na Unidade Trinitária.

A Maria Mãe de Cristo, cuja Assunção ao Céu em corpo e alma hoje celebramos, confio estes bons votos, por que se realizem para o bem da humanidade inteira.

Castel Gandolfo, 15 de Agosto do ano de 1997, décimo nono de Pontificado.

IOANNES PAULUS II

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA
DO SUMO PONTÍFICE JOÃO PAULO II
FIDEI DEPOSITUM

PARA A PUBLICAÇÃO
DO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA
REDIGIDO DEPOIS DO CONCÍLIO VATICANO II

Aos veneráveis Irmãos Cardeais.
Arcebispos, Bispos, Presbíteros,
Diáconos e a todos os membros do Povo de Deus

I. INTRODUÇÃO

Guardar o Depósito da Fé é missão que o Senhor confiou à sua Igreja e que ela cumpre em todos os tempos. O Concílio Ecumênico Vaticano II, inaugurado há trinta anos pelo meu predecessor João XXIII, de feliz memória, tinha como intenção e como finalidade pôr em evidência a missão apostólica e pastoral da Igreja, e, fazendo resplandecer a verdade do Evangelho, levar todos os homens a procurarem e acolherem o amor de Cristo que excede toda a ciência (cf. *Ef* 3,19).

Ao Concílio, o Papa João XXIII tinha confiado como tarefa principal guardar e apresentar melhor o precioso depósito da doutrina cristã, para o tornar mais acessível aos fiéis de Cristo e a todos os homens de boa vontade. Portanto, o Concílio não devia, em primeiro lugar, condenar os erros da época, mas sobretudo empenhar-se por mostrar serenamente a força e a beleza da doutrina da fé. "Iluminada pela luz deste Concílio - dizia o Papa - a Igreja... crescerá em riquezas espirituais... e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro... É nosso dever... dedicar-nos, com vontade pronta e sem temor, àquele trabalho que o nosso tempo exige, prosseguindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte séculos" [1].

Com a ajuda de Deus, os Padres conciliares puderam elaborar, em quatro anos de trabalho, um conjunto considerável de exposições doutrinais e de diretrizes pastorais oferecidas a toda a Igreja. Pastores e fiéis encontram ali orientações para aquela "renovação de pensamentos, de atividades, de costumes, e de força moral, de alegria e de esperança, que foi o objetivo do Concílio" [2].

Depois da sua conclusão, o Concílio não cessou de inspirar a vida da Igreja. Em 1985 pude afirmar: "Para mim - que tive a graça especial de nele participar e colaborar no seu desenvolvimento - o Vaticano II foi sempre, e é de modo particular nestes anos do meu Pontificado, o constante ponto de referência de toda a minha ação pastoral, no consciente empenho de traduzir as suas diretrizes em aplicação concreta e fiel, a nível de cada Igreja e da Igreja inteira. É preciso incessantemente recomeçar daquela fonte" [3].

Neste espírito, a 25 de janeiro de 1985, convoquei uma Assembléia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, por ocasião do vigésimo aniversário do encerramento do Concilio. A finalidade desta Assembléia era celebrar as graças e os frutos espirituais do Concílio Vaticano II, aprofundar o seu ensinamento para aderir melhor a ele e promover o conhecimento e a aplicação do mesmo.

Nessa ocasião, os Padres sinodais afirmaram: "Muitíssimos expressaram o desejo de que seja composto um Catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica, tanto em matéria de fé como de moral, para que ele seja como um ponto de referência para os catecismos ou compêndios que venham a ser preparados nas diversas regiões. A apresentação da doutrina deve ser bíblica e litúrgica, oferecendo ao mesmo tempo uma doutrina sã e adaptada à vida atual dos cristãos" [4]. Depois do encerramento do Sínodo, fiz meu este desejo, considerando que ele "corresponde à verdadeira necessidade da Igreja universal e das Igrejas particulares" [5].

Como não havemos de agradecer de todo o coração ao Senhor, neste dia em que podemos oferecer a toda a Igreja, com o título de "Catecismo da Igreja Católica", este "texto de referência" para uma catequese renovada nas fontes vivas da fé!

Depois da renovação da Liturgia e da nova codificação do Direito Canônico da Igreja Latina e dos cânones das Igrejas Orientais Católicas, este Catecismo trará um contributo muito importante àquela obra de renovação da vida eclesial inteira, querida e iniciada pelo Concílio Vaticano II.

II. ITINERÁRIO E ESPÍRITO DA REDAÇÃO DO TEXTO

O "Catecismo da Igreja Católica" é fruto de uma vastíssima colaboração: foi elaborado em seis anos de intenso trabalho, conduzido num espírito de atenta abertura e com apaixonado ardor.

Em 1986, confiei a uma Comissão de doze Cardeais e Bispos, presidida pelo senhor Cardeal Joseph Ratzinger, o encargo de preparar um projeto para o Catecismo requerido pelos Padres do Sínodo. Uma Comissão de redação, composta por sete Bispos diocesanos, peritos em teologia e em catequese, coadjuvou a Comissão no seu trabalho.

A Comissão, encarregada de dar as diretrizes e de vigiar sobre o desenvolvimento dos trabalhos, seguiu atentamente todas as etapas da redação das nove sucessivas composições. A Comissão de redação, por seu lado, assumiu a responsabilidade de escrever o texto e lhe inserir as modificações pedidas pela Comissão e de examinar as observações de numerosos teólogos, exegetas e catequistas, e sobretudo dos Bispos do mundo inteiro, a fim de melhorar o texto. A Comissão foi sede de intercâmbios frutuosos e enriquecedores, para assegurar a unidade e a homogeneidade do texto.

O projeto tornou-se objeto de vasta consultação de todos os Bispos católicos, das suas Conferências Episcopais ou dos seus Sínodos, dos Institutos de teologia e de catequética. No seu conjunto, ele teve um acolhimento amplamente favorável da parte do Episcopado. É justo afirmar que este Catecismo é o fruto de uma colaboração de todo o Episcopado da Igreja Católica, o qual acolheu com generosidade o meu convite a assumir a própria parte de

responsabilidade numa iniciativa que diz respeito, intimamente, à vida eclesial. Tal resposta suscita em mim um profundo sentimento de alegria, porque o concurso de tantas vozes exprime verdadeiramente aquela a que se pode chamar a "sinfonia" da fé. A realização deste Catecismo reflete, deste modo, a natureza colegial do Episcopado: testemunha a catolicidade da Igreja.

III. DISTRIBUIÇÃO DA MATÉRIA

Um catecismo deve apresentar, com fidelidade e de modo orgânico, o ensinamento da Sagrada Escritura, da Tradição viva na Igreja e do Magistério autêntico, bem como a herança espiritual dos Padres, dos Santos e das Santas da Igreja, para permitir conhecer melhor o mistério cristão e reavivar a fé do povo de Deus. Deve ter em conta as explicitações da doutrina que, no decurso dos tempos, o Espírito Santo sugeriu à Igreja.

É também necessário que ajude a iluminar, com a luz da fé, as novas situações e os problemas que ainda não tinham surgido no passado.

O Catecismo incluirá, portanto, coisas novas e velhas (cf. *Mt* 13,52), porque a fé é sempre a mesma e simultaneamente é fonte de luzes sempre novas.

Para responder a esta dupla exigência, o "Catecismo da Igreja Católica" por um lado retoma a "antiga" ordem, a tradicional, já seguida pelo Catecismo de São Pio V, articulando o conteúdo em quatro partes: o Credo; a sagrada Liturgia, com os sacramentos em primeiro plano; o agir cristão, exposto a partir dos mandamentos; e por fim a oração cristã. Mas, ao mesmo tempo, o conteúdo é com freqüência expresso de um modo "novo", para responder às interrogações da nossa época.

As quatro partes estão ligadas entre si: o mistério cristão é o objeto da fé (primeira parte); é celebrado e comunicado nos atos litúrgicos (segunda parte); está presente para iluminar e amparar os filhos de Deus no seu agir (terceira parte); funda a nossa oração, cuja expressão privilegiada é o "Pai-Nosso", e constitui o objeto da nossa súplica, do nosso louvor e da nossa intercessão (quarta parte).

A Liturgia é ela própria oração; a confissão da fé encontra o seu justo lugar na celebração do culto. A graça, fruto dos sacramentos, é a condição insubstituível do agir cristão, tal como a participação na liturgia da Igreja requer a fé. Se a fé não se desenvolve nas obras, essa está morta (cf. *Tg* 2,14-16) e não pode dar frutos de vida eterna.

Lendo o "Catecismo da Igreja Católica", pode-se captar a maravilhosa unidade do mistério de Deus, do seu desígnio de salvação, bem como a centralidade de Jesus Cristo, o Filho Unigênito de Deus, enviado pelo Pai, feito homem no seio da Santíssima Virgem Maria por obra do Espírito Santo, para ser o nosso Salvador. Morto e ressuscitado, ele está sempre presente na sua Igreja, particularmente nos sacramentos; ele é a fonte da fé, o modelo do agir cristão e o Mestre da nossa oração.

IV. VALOR DOUTRINAL DO TEXTO

O "Catecismo da Igreja Católica", que aprovei no passado dia 25 de junho e cuja publicação hoje ordeno em virtude da autoridade apostólica, é uma exposição da fé da Igreja e da doutrina católica, testemunhadas ou iluminadas pela Sagrada Escritura, pela Tradição apostólica e pelo Magistério da Igreja. Vejo-o como um instrumento válido e legítimo a serviço da comunhão eclesial e como uma norma segura para o ensino da fé. Sirva ele para a renovação, à qual o Espírito Santo chama incessantemente a Igreja de Deus, Corpo de Cristo, peregrina rumo à luz sem sombras do Reino!

A aprovação e a publicação do "Catecismo da Igreja Católica" constituem um serviço que o Sucessor de Pedro quer prestar à Santa Igreja Católica, a todas as Igrejas particulares em paz e em comunhão com a Sé Apostólica de Roma: o serviço de sustentar e confirmar a fé de todos os discípulos do Senhor Jesus (cf. *Lc* 22,32), como também de reforçar os laços da unidade na mesma fé apostólica.

Peço, portanto, aos Pastores da Igreja e aos fiéis que acolham este Catecismo em espírito de comunhão, e que o usem assiduamente ao

cumprirem a sua missão de anunciar a fé e de apelar para a vida evangélica. Este Catecismo lhes é dado a fim de que sirva como texto de referência, seguro e autêntico, para o ensino da doutrina católica, e de modo muito particular para a elaboração dos catecismos locais. É também oferecido a todos os fiéis que desejam aprofundar o conhecimento das riquezas inexauríveis da salvação (cf. *Jo* 8,32). Pretende dar um apoio aos esforços ecumênicos animados pelo santo desejo da unidade de todos os cristãos, mostrando com exatidão o conteúdo e a harmoniosa coerência da fé católica. O "Catecismo da Igreja Católica", por fim, é oferecido a todo o homem que nos pergunte a razão da nossa esperança (cf. I *Pd* 3,15) e queira conhecer aquilo em que a Igreja Católica crê.

Este Catecismo não se destina a substituir os Catecismos locais devidamente aprovados pelas autoridades eclesiásticas, os Bispos diocesanos e as Conferências Episcopais, sobretudo se receberam a aprovação da Sé Apostólica. Destina-se a encorajar e ajudar a redação de novos catecismos locais, que tenham em conta as diversas situações e culturas, mas que conservam cuidadosamente a unidade da fé e a fidelidade à doutrina católica.

V. CONCLUSÃO

No final deste documento que apresenta o "Catecismo da Igreja Católica", peço a Santíssima Virgem Maria, Mãe do Verbo Encarnado e Mãe da Igreja, que ampare com a sua poderosa intercessão o empenho catequético da Igreja inteira a todos os níveis, nestes tempos em que ela é chamada a um novo esforço de evangelização. Possa a luz da verdadeira fé libertar a humanidade da ignorância e da escravidão do pecado, para a conduzir à única liberdade digna deste nome (cf. *Jo* 8,32): a da vida em Jesus Cristo sob a guia do Espírito Santo, na terra e no Reino dos Céus na plenitude da bem-aventurança da visão de Deus face à face (cf. *1Cor* 13,12; *2Cor* 5,6-8)!

Dado no dia 11 de outubro de 1992, trigésimo aniversário da abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, décimo quarto ano do meu pontificado.

JOÃO PAULO II

Notas

[1] João XXIII, *Discurso de abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II*, 11 de outubro de 1962: AAS 54 (1962), p. 788-791.

[2] Paulo VI, *Discurso de encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II*, 8 de dezembro de 1965: AAS 58 (1966), p. 7-8.

[3] João Paulo II, Alocução de 25 de janeiro de 1985: *L'Osservatore Romano*, 27 de janeiro de 1985.

[4] Relação Final do Sínodo Extraordinário, 7 de dezembro de 1985, II,B,a,n.4: *Enchiridion Vaticanum*, vol. 9, p. 1758, n. 1797.

[5] *Discurso de encerramento do Sínodo Extraordinário*, 7 de dezembro de 1985, n.6: *AAS* 78 (1986), p. 435.

PRÓLOGO

«PAI, [...] é esta a vida eterna: que Te conheçam a Ti, único Deus verdadeiro, e Aquele que enviaste, Jesus Cristo» *(Jo* 17, 3). «Deus, nosso Salvador [...], quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade» (1 *Tm 2, 3-4).* «Não existe debaixo do céu outro nome, dado aos homens, pelo qual possamos ser salvos» *(Act* 4, 12), senão o nome de JESUS.

I. A vida do homem – conhecer e amar a Deus

1. Deus, infinitamente perfeito e bem-aventurado em Si mesmo, num desígnio de pura bondade, criou livremente o homem para o tornar participante da sua vida bem-aventurada. Por isso, sempre e em toda a parte, Ele está próximo do homem. Chama-o e ajuda-o a procurá-Lo, a conhecê-Lo e a amá-Lo com todas as suas forças. Convoca todos os homens, dispersos pelo pecado, para a unidade da sua família que é a Igreja. Para tal, enviou o seu Filho como Redentor e Salvador na plenitude dos tempos. N'Ele e por Ele, chama os homens a tornarem-se, no Espírito Santo, seus filhos adoptivos e, portanto, herdeiros da sua vida bem-aventurada.

2. Para que este convite se fizesse ouvir por toda a Terra, Cristo enviou os Apóstolos que escolhera, dando-lhes o mandato de anunciar o Evangelho: «Ide, pois, fazei discípulos de todas as nações, baptizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprirem tudo quanto vos prescrevi. E eis que Eu estou convosco todos os dias até ao fim do mundo» *(Mt 28,* 19-20). Fortalecidos por esta missão, os Apóstolos «partiram a pregar por toda a parte e o Senhor cooperava com eles confirmando a Palavra com os sinais que a acompanhavam» *(Mc* 16, 20).

3. Aqueles que, com a ajuda de Deus, aceitaram o convite de Cristo e livremente Lhe responderam, foram por sua vez impelidos, pelo amor do mesmo Cristo, a anunciar por toda a parte a Boa-Nova. Este tesouro, recebido dos Apóstolos, foi fielmente guardado pelos seus sucessores. Todos os fiéis de Cristo são chamados a transmiti-

lo de geração em geração, anunciando a fé, vivendo-a em partilha fraterna e celebrando-a na liturgia e na oração (1).

II. Transmitir a fé – a catequese

4. Bem cedo se chamou *catequese* ao conjunto de esforços empreendidos na Igreja para fazer discípulos, para ajudar os homens a acreditar que Jesus é o Filho de Deus, a fim de, pela fé, terem a vida em seu nome, e para os educar e instruir nessa vida, construindo assim o Corpo de Cristo (2).

5. «A catequese é uma *educação da fé* das crianças, dos jovens e dos adultos, que compreende especialmente o ensino da doutrina cristã, ministrado em geral dum modo orgânico e sistemático, em ordem à iniciação na plenitude da vida cristã» (3).

6. Sem se confundir com eles, a catequese articula-se com um certo número de elementos da missão pastoral da Igreja que têm um aspecto catequético, preparam para a catequese ou dela derivam: o primeiro anúncio do Evangelho ou pregação missionária, para suscitar a fé; a busca das razões de acreditar; a experiência da vida cristã; a celebração dos sacramentos; a integração na comunidade eclesial; o testemunho apostólico e missionário (4)

7. «A catequese está intimamente ligada a toda a vida da Igreja. Dependem essencialmente dela não só a expansão geográfica e o crescimento numérico, mas também, e muito mais ainda, o crescimento interior da Igreja e a sua conformidade com o desígnio de Deus» (5).

8. Os períodos de renovação da Igreja são também tempos fortes de catequese. Assim, na grande época dos Padres da Igreja, vemos santos bispos consagrarem parte importante do seu ministério à catequese, como por exemplo São Cirilo de Jerusalém, São João Crisóstomo, Santo Ambrósio, Santo Agostinho e tantos outros Padres, cujas obras catequéticas continuam a ser modelo.

9. O ministério da catequese vai buscar energias sempre novas aos concílios. O Concílio de Trento constitui, a este respeito, um exemplo

a sublinhar: nas suas constituições e decretos, deu prioridade à catequese; está na origem do Catecismo Romano que tem o seu nome e que constitui um trabalho de primeira ordem como compêndio da doutrina cristã; fez nascer na Igreja uma organização notável da catequese; e, graças a santos bispos e teólogos, como São Pedro Canísio, São Carlos Borromeo, São Toríbio de Mogrovejo e São Roberto Belarmino, levou à publicação de numerosos catecismos.

10. Não admira, pois, que, na sequência do II Concílio do Vaticano (que o Papa Paulo VI considerava como o grande catecismo dos tempos modernos), a catequese da Igreja tenha de novo chamado a atenção. O *Directório catequético geral,* de 1971; as sessões do Sínodo dos Bispos consagradas à evangelização (1974) e à catequese (1977): e as exortações apostólicas correspondentes — *Evangelii nuntiandi* (1975) e *Catechesi tradendae* (1979) — são disso bom testemunho. A assembleia extraordinária do Sínodo dos Bispos de 1985 pediu: «que seja redigido um catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica, tanto no tocante à fé como no que respeita à moral» (6). O Santo Padre João Paulo II fez seu este voto do Sínodo dos Bispos. Reconheceu que «tal desejo corresponde inteiramente a uma verdadeira necessidade da Igreja universal e das Igrejas particulares»(7). E pôs todo o seu empenho cm que se concretizasse este desejo dos Padres sinodais.

III. Finalidade e destinatários deste catecismo

11. A finalidade deste Catecismo é apresentar uma exposição orgânica e sintética dos conteúdos essenciais e fundamentais da doutrina católica, tanto sobre a fé como sobre a moral, à luz do II Concilio do Vaticano e do conjunto da Tradição da Igreja. As suas fontes principais são a Sagrada Escritura, os santos Padres, a liturgia e o Magistério da Igreja. E destina-se a servir «como ponto de referência aos catecismos ou compêndios a publicar nos diversos países» (8).

12. Este Catecismo destina-se principalmente aos responsáveis pela catequese, que são em primeiro lugar os bispos, enquanto doutores

da fé e pastores da Igreja. É-lhes oferecido como instrumento para o desempenho da sua missão de ensinar o povo de Deus. E, através dos bispos, dirige-se aos redactores de catecismos, aos sacerdotes e aos catequistas. Será também uma leitura útil para todos os outros fiéis cristãos.

IV. Estrutura deste catecismo

13. O plano deste Catecismo inspira-se na grande tradição dos catecismos que articulam a catequese cm torno de quatro «pilares»: a profissão da fé baptismal (Símbolo), os sacramentos da fé, a vida da fé (Mandamentos) e a oração do crente (o Pai Nosso).

PRIMEIRA PARTE: A PROFISSÃO DA FÉ

14. Aqueles que, pela fé e pelo Baptismo, pertencem a Cristo, devem confessar a sua fé baptismal diante dos homens (9). Por isso, o Catecismo começa por expor em que consiste a Revelação, pela qual Deus Se dirige e Se dá ao homem, e a fé pela qual o homem responde a Deus *(Primeira Secção).* O Símbolo da fé resume os dons que Deus faz ao homem, como Autor de todo o bem, Redentor e Santificador, e articula-os em volta dos «três capítulos» do nosso Baptismo – a fé num só Deus: o Pai Todo-poderoso, Criador; e o seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador: e o Espírito Santo, na Santa Igreja *(Segunda Secção).*

SEGUNDA PARTE: OS SACRAMENTOS DA FÉ

15. A segunda parte do Catecismo expõe como a salvação de Deus, realizada uma vez por todas por Jesus Cristo e pelo Espírito Santo, se toma presente nas acções sagradas da liturgia da Igreja*(Primeira Secção),* e em especial nos sete sacramentos *(Segunda Secção).*

TERCEIRA PARTE: A VIDA DA FÉ

16. A terceira parte do Catecismo apresenta o fim último do homem, criado à imagem de Deus – a bem-aventurança e os caminhos para a ela chegar: um comportamento recto e livre, com a ajuda da lei de Deus e da sua graça *(Primeira Secção);* um comportamento que

realize o duplo mandamento da caridade, explicitado nos dez Mandamentos de Deus *(Segunda Secção).*

QUARTA PARTE: A ORAÇÃO NA VIDA DA FÉ

17. A última parte do Catecismo trata do sentido e da importância da oração na vida dos crentes*(Primeira Secção),* terminando com um breve comentário aos sete pedidos da Oração do Senhor*(Segunda Secção).* De facto, nesses sete pedidos encontramos a suma dos bens que devemos esperar e que o nosso Pai dos Céus nos quer dar.

V. Indicações práticas para o uso deste catecismo

18. Este Catecismo foi concebido como uma *exposição orgânica* de toda a fé católica. Deve, portanto, ser lido como um todo. Numerosas notas remissivas à margem do texto (números impressos em tipos menores remetendo para outros parágrafos que tratam do mesmo assunto) e o índice analítico no fim do volume, permitem encarar cada tema na sua ligação com o conjunto da fé.

19. Muitas vezes, os textos da Sagrada Escritura não são citados literalmente, mas com a simples indicação da referência (por meio dum *cf.)* feita em nota. Para uma inteligência aprofundada desses passos, convém recorrer aos próprios textos. Tais referências bíblicas são um instrumento de trabalho para a catequese.

20. Quando, cm certas passagens, se emprega a *letra miúda, isso* quer dizer que se trata de anotações de tipo histórico ou apologético, ou de exposições doutrinais complementares.

21. As *citações,* em letra miúda, de fontes patrísticas, litúrgicas, do Magistério ou da hagiografia, destinam-se a enriquecer a exposição doutrinal. Frequentemente, esses textos foram escolhidos a pensar num emprego directamente catequético.

22. *No fim de cada unidade temática, uma série de textos breves resume, em fórmulas escolhidas, o essencial do ensinamento. Estes «RESUMINDO» têm por fim dar à catequese local sugestões de fórmulas sintéticas e fáceis de decorar.*

VI. Adaptações necessárias

23. A tónica deste Catecismo incide sobre a exposição doutrinal. Com efeito, a sua intenção é ajudar a aprofundar o conhecimento da fé. Todo ele se orienta no sentido do amadurecimento da mesma fé, do seu enraizamento na vida e da sua irradiação no testemunho (10).

24. Pela sua própria finalidade, este Catecismo não se propõe realizar as adaptações da exposição e dos métodos catequéticos, exigidas pelas diferenças de culturas, idades, maturidade espiritual, situações sociais e eclesiais daqueles a quem a catequese se dirige. Essas indispensáveis adaptações pertencem aos catecismos apropriados e, sobretudo, àqueles que ministram o ensino aos fiéis:

«Aquele que ensina deve "fazer-se tudo para todos" *(1 Cor 9, 22)* para a todos atrair a Jesus Cristo. [...] Sobretudo, não julgue que lhe está confiada apenas uma categoria de almas e que, portanto, lhe incumbe o trabalho de ensinar e formar de modo idêntico, na verdadeira piedade, todos os fiéis, usando sempre um só e mesmo método! Atendendo a que, em Cristo Jesus, uns são como crianças recém-nascidas, outros como adolescentes e outro, finalmente, já são efectivamente adultos, é necessário que pondere com toda a diligência quais são os que precisam de leite e quais os que carecem de um alimento mais sólido. [...] Isto mesmo testemunhava de si próprio o Apóstolo. [...] Os que são chamados ao ministério da pregação devem, ao transmitir o ensino dos mistérios da fé e das normas dos costumes, adaptar as suas palavras à mentalidade e à inteligência dos seus ouvintes» (11).

ACIMA DE TUDO — A CARIDADE

25. A concluir esta apresentação, é oportuno Lembrar este princípio pastoral enunciado pelo *Catecismo Romano:*

Este é sem dúvida o caminho melhor, que o mesmo apóstolo seguia quando fundamentava a sua doutrina e ensino na caridade que não acaba nunca. A finalidade da doutrina e do ensino deve fixar-se toda no amor, que não acaba. Podemos expor muito bem o que se deve crer, esperar ou fazer; mas, sobretudo, devemos pôr sempre em

evidência o amor de nosso Senhor, de modo que cada qual compreenda que qualquer acto de virtude perfeitamente cristão, não tem outra origem nem outro fim senão o amor (12).

Notas

1. Cf. *Act* 2, 42. 2.
2. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Catechesi tradendae*, 1: AAS 71 (1979) 1277-1278.
3. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Catechesi tradendae*, 18: AAS 71 (1979) 1292.
4. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Catechesi tradendae*, 18: AAS 71 (1979) 1292.
5. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Catechesi tradendae*, 13: AAS 71 (1979) 1288.
6. Sínodo dos Bispos, Assembleia extraordinária, *Ecclesia sub Verbo Dei mysteria Christi celebrans pro salute mundi*. *Relatório final* II B A 4 (Cidade do Vaticano 1985), p. 11.
7. João Paulo II, *Discurso* de encerramento da Assembleia extraordinária do Sínodo dos Bispos (7 de Dezembro de 1985), 6: AAS 58 (1986) 435.
8. Sínodo dos Bispos, Ecclesia sub Verbo Dei mysteria Christi celebrans pro salute mundi.Relatório final II B A 4 (Cidade do Vaticano 1985), p. 11.
9. Cf. *Mt* 10, 23; *Rm* 10, 9.
10. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Catechesi tradendae*, 20-22: AAS 71 (1979) 1293-1296; *Ibid*., 25: AAS 71 (1979) 1207-1298.
11. Catechismus Romanus seu Catechismus ex decreto Concilii Tridentini ad parochos, Pii V Pontificis Maximi iussu editus, Praefatio, 11: ed P. Rodríguez (Città del Vaticano – Pamplona 1989) p. 11.
12. *Catechismus Romanus*, Praefatio 10: ed. P. Rodriguez (Città del Vaticano – Pamplona 1989) p. 10.

PRIMEIRA PARTE: A PROFISSÃO DA FÉ

PRIMEIRA SECÇÃO: «EU CREIO» – «NÓS CREMOS»

26. Quando professamos a nossa fé, começamos por dizer: «Creio», ou «Cremos». Portanto, antes de expor a fé da Igreja, tal como é confessada no Credo, celebrada na liturgia, vivida na prática dos mandamentos e na oração, perguntemos a nós mesmos o que significa «crer». A fé é a resposta do homem a Deus, que a ele Se revela e Se oferece, resposta que, ao mesmo tempo, traz uma luz superabundante ao homem que busca o sentido último da sua vida. Comecemos, pois, por considerar esta busca do homem *(capítulo primeiro):* depois, a Revelação divina pela qual Deus vem ao encontro do homem *(capítulo segundo);* finalmente, a resposta da fé *(capítulo terceiro).*

CAPÍTULO PRIMEIRO: O HOMEM É «CAPAZ» DE DEUS

I. O desejo de Deus

27. O desejo de Deus é um sentimento inscrito no coração do homem, porque o homem foi criado por Deus e para Deus. Deus não cessa de atrair o homem para Si e só em Deus é que o homem encontra a verdade e a felicidade que procura sem descanso:

«A razão mais sublime da dignidade humana consiste na sua vocação à comunhão com Deus. Desde o começo da sua existência, o homem é convidado a dialogar com Deus: pois se existe, é só porque, criado por Deus por amor, é por Ele, e por amor, constantemente conservado: nem pode viver plenamente segundo a verdade, se não reconhecer livremente esse amor e não se entregar ao seu Criador»(1).

28. De muitos modos, na sua história e até hoje, os homens exprimiram a sua busca de Deus em crenças e comportamentos religiosos (orações, sacrifícios, cultos, meditações, etc.). Apesar das ambiguidades de que podem enfermar, estas formas de expressão

são tão universais que bem podemos chamar ao homem *um ser religioso:*

Deus «criou de um só homem todo o género humano, para habitar sobre a superfície da terra, e fixou períodos determinados e os limites da sua habitação, para que os homens procurassem a Deus e se esforçassem realmente por O atingir e encontrar. Na verdade, Ele não está longe de cada um de nós. É n'Ele que vivemos, nos movemos e existimos» *(Act* 17, 26-28).

29. Mas esta «relação íntima e vital que une o homem a Deus»(2) pode ser esquecida, desconhecida e até explicitamente rejeitada pelo homem. Tais atitudes podem ter origens diversas (3) a revolta contra o mal existente no mundo, a ignorância ou a indiferença religiosas, as preocupações do mundo e das riquezas(4), o mau exemplo dos crentes, as correntes de pensamento hostis à religião e, finalmente, a atitude do homem pecador que, por medo, se esconde de Deus(5) e foge quando Ele o chama (6).

30. «Exulte o coração dos que procuram o Senhor» (*Sl* 105, 3). Se o homem pode esquecer ou rejeitar Deus, Deus é que nunca deixa de chamar todo o homem a que O procure, para que encontre a vida e a felicidade. Mas esta busca exige do homem todo o esforço da sua inteligência, a rectidão da sua vontade, «um coração recto», e também o testemunho de outros que o ensinam a procurar Deus.

És grande, Senhor, e altamente louvável; grande é o teu poder e a tua sabedoria é sem medida. E o homem, pequena parcela da tua criação, pretende louvar-Te – precisamente ele que, revestido da sua condição mortal, traz em si o testemunho do seu pecado, o testemunho de que Tu resistes aos soberbos. Apesar de tudo, o homem, pequena parcela da tua criação, quer louvar-Te. Tu próprio a isso o incitas, fazendo com que ele encontre as suas delícias no teu louvor, porque nos fizeste para Ti e o nosso coração não descansa enquanto não repousar em Ti (7).

II. Os caminhos de acesso ao conhecimento de Deus

31. Criado à imagem de Deus, chamado a conhecer e a amar a Deus, c homem que procura Deus descobre certos «caminhos» de acesso ao conhecimento de Deus. Também se lhes chama «provas da existência de Deus» – não no sentido das provas que as ciências naturais indagam mas no de «argumentos convergentes e convincentes» que permitem chegar a verdadeiras certezas.

Estes «caminhos» para atingir Deus têm como ponto de partida criação: o mundo material e a pessoa humana.

32. O *mundo: A* partir do movimento e do devir, da contingência, da ordem e da beleza do mundo, pode chegar-se ao conhecimento de Deu: como origem e fim do universo.

São Paulo afirma a respeito dos pagãos: «O que se pode conhecer de Deus manifesto para eles, porque Deus lho manifestou. Desde a criação do mundo, a perfeições invisíveis de Deus, o seu poder eterno e a sua divindade tornam-se pelas suas obras, visíveis à inteligência» *(Rm* 1, 19-20) (8).

E Santo Agostinho: «Interroga a beleza da terra, interroga a beleza do mar interroga a beleza do ar que se dilata e difunde, interroga a beleza do céu [...] interroga todas estas realidades. Todas te respondem: Estás a ver como somo belas. A beleza delas é o seu testemunho de louvor [*«confessio»*]. Essas belezas sujeitas à mudança, quem as fez senão o Belo [*«Ptdcher»*], que não está sujeite à mudança?» (9).

33. O *homem:* Com a sua abertura à verdade e à beleza, com o seu sentido do bem moral, com a sua liberdade e a voz da sua consciência, com a sua ânsia de infinito e de felicidade, o homem interroga-se sobre a existência de Deus. Nestas aberturas, ele detecta sinais da sua alma espiritual. «Gérmen de eternidade que traz em si mesmo, irredutível à simples matéria» (10), a sua alma só em Deus pode ter origem.

34. O mundo e o homem atestam que não têm em si mesmos, nem o seu primeiro princípio, nem o seu fim último, mas que participam do Ser-em-si, sem princípio nem fim. Assim, por estes diversos

«caminhos», o homem pode ter acesso ao conhecimento da existência duma realidade que é a causa primeira e o fim último de tudo, «e a que todos chamam Deus» (11).

35. As faculdades do homem tornam-no capaz de conhecer a existência de um Deus pessoal. Mas, para que o homem possa entrar na sua intimidade, Deus quis revelar-Se ao homem e dar-lhe a graça de poder receber com fé esta revelação. Todavia, as provas da existência de Deus podem dispor para a fé e ajudar a perceber que a fé não se opõe à razão humana.

III. O conhecimento de Deus segundo a Igreja

36. «A Santa Igreja, nossa Mãe, atesta e ensina que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido, com certeza, pela luz natural da razão humana, a partir das coisas criadas» (12). Sem esta capacidade, o homem não poderia acolher a revelação de Deus. O homem tem esta capacidade porque foi criado «à imagem de Deus» (*Gn* 1, 27).

37. Nas condições históricas em que se encontra, o homem experimenta, no entanto, muitas dificuldades para chegar ao conhecimento de Deus só com as luzes da razão:

«Com efeito, para falar com simplicidade, apesar de a razão humana poder verdadeiramente, pelas suas forças e luz naturais, chegar a um conhecimento verdadeiro e certo de um Deus pessoal, que protege e governa o mundo pela sua providência, bem como de uma lei natural inscrita pelo Criador nas nossas almas, há, contudo, bastantes obstáculos que impedem esta mesma razão de usar eficazmente e com fruto o seu poder natural, porque as verdades que dizem respeito a Deus e aos homens ultrapassam absolutamente a ordem das coisas sensíveis; e quando devem traduzir-se em actos e informar a vida, exigem que nos dêmos e renunciemos a nós próprios. O espírito humano, para adquirir semelhantes verdades, sofre dificuldade da parte dos sentidos e da imaginação, bem como dos maus desejos nascidos do pecado original. Daí deriva que, em tais matérias, os homens se persuadem facilmente da falsidade ou,

pelo menos, da incerteza das coisas que não desejariam fossem verdadeiras» (13).

38. É por isso que o homem tem necessidade de ser esclarecido pela Revelação de Deus, não somente no que diz respeito ao que excede o seu entendimento, mas também sobre «as verdades religiosas e morais que, de si, não são inacessíveis à razão, para que possam ser, no estado actual do género humano, conhecidas por todos sem dificuldade, com uma certeza firme e sem mistura de erro» (14).

IV. Como falar de Deus?

39. Ao defender a capacidade da razão humana para conhecer Deus, a Igreja exprime a sua confiança na possibilidade de falar de Deus a todos os homens e com todos os homens. Esta convicção está na base do seu diálogo com as outras religiões, com a filosofia e as ciências, e também com os descrentes e os ateus.

40. Mas dado que o nosso conhecimento de Deus é limitado, a nossa linguagem, ao falar de Deus, também o é. Não podemos falar de Deus senão a partir das criaturas e segundo o nosso modo humano limitado de conhecer e de pensar.

41. Todas as criaturas são portadoras duma certa semelhança de Deus, muito especialmente o homem, criado à imagem e semelhança de Deus. As múltiplas perfeições das criaturas (a sua verdade, a sua bondade, a sua beleza) reflectem, pois, a perfeição infinita de Deus. Daí que possamos falar de Deus a partir das perfeições das suas criaturas: «porque a grandeza e a beleza das criaturas conduzem, por analogia, à contemplação do seu Autor» (*Sb* 13, 5).

42. Deus transcende toda a criatura. Devemos, portanto, purificar incessantemente a nossa linguagem no que ela tem de limitado, de ilusório, de imperfeito, para não confundir o Deus «inefável, incompreensível, invisível, impalpável» (15) com as nossas representações humanas. As nossas palavras humanas ficam sempre aquém do mistério de Deus.

43. Ao falar assim de Deus, a nossa linguagem exprime-se, evidentemente, de modo humano. Mas atinge realmente o próprio Deus, sem todavia poder exprimi-Lo na sua infinita simplicidade. Devemos lembrar-nos de que, «entre o Criador e a criatura, não é possível notar uma semelhança sem que a dissemelhança seja ainda maior» (16), e de que «não nos é possível apreender de Deus o que Ele é, senão apenas o que Ele não é, e como se situam os outros seres em relação a Ele»(17).

Resumindo:

44. *O homem é, por natureza e vocação, um ser religioso. Vindo de Deus e caminhando para Deus, o homem não vive uma vida plenamente humana senão na medida em que livremente viver a sua relação com Deus.*

45. *O homem foi feito para viver em comunhão com Deus, em quem encontra a sua felicidade: «Quando eu estiver todo em Ti, não mais haverá tristeza nem angústia; inteiramente repleta de Ti, a minha vida será vida plena»*(18).

46. *Quando escuta a mensagem das criaturas e a voz da sua consciência, o homem pode alcançar a certeza da existência de Deus, causa e fim de tudo.*

47. *A Igreja ensina que o Deus único e verdadeiro, nosso Criador e Senhor; pode ser conhecido com certeza pelas suas obras, graças à luz natural da razão humana* (19).

48. *Nós podemos realmente falar de Deus partindo das múltiplas perfeições das criaturas, semelhanças de Deus infinitamente perfeito, ainda que a nossa linguagem limitada não consiga esgotar o mistério.*

49. *«A criatura sem o Criador esvai-se»* (20). *Por isso, os crentes sentem-se pressionados pelo amor de Cristo a levar a luz do Deus vivo aos que O ignoram ou rejeitam.*

Notas

1. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et Spes,* 19: AAS 58 (1966) 1038-1039.

2. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et Spes,,* 19: AAS 58 (1966) 1039.

3. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et Spes,* 19-21: AAS 58 (1966) 1038-1042.

4. Cf. *Mt* 13, 22.

5. Cf. *Gn* 3, 8-10.

6. Cf. *Jn* 1, 3.

7. Santo Agostinho, *Confissões,* I,1, 1: CCL 27. 1 (PL 32, 659-661).

8. Cf. *Act* 14, 15, 17; 17. 27-28; *Sb* 13, 1-9.

9. Santo Agostinho, *Sermão* 241. 2: PL 38, 1134.

10. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et Spes,*18: AAS 58 (1966) 1038: cf. *ibid.,*14: AAS 58 (1966) 1036.

11. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae* I. q. 2, a. 3, e: Ed. Leon. 4, 31.

12. I Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 2: DS 3004: cf. *Ibid., De Revelatione*, canon 2: DS 3026; II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum.* 6: AAS 58 (1966) 819.

13. Pio XII. Enc. *Humani Generis:* DS 3875.

14. *Ibid.,* DS *3876. Cf.* I Concílio do Vaticano, Const. *dogm. Dei Filius.* c. 2: DS 3005; II Concílio do Vaticano. Const. dogm*. Dei Verbum.* 6: AAS 58 (1966) 819-820; São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* I, q. 1, a. 1, c.: Ed. Leon. 4. 6.

15. *Liturgia Bizantina. Anáfora de São João Crisóstomo: Liturgies Eastern and Western,* ed. F. E. Brightman, Oxford 1896. p. 384 (PG 63, 915).

16. IV Concílio de Latrão, *Cap. 2. De errore abbatis Ioachim:* DS 806.

17. São Tomás de Aquino, *Summa contra gentiles* I 30: Ed. Leon. 13, 92.

18. Santo Agostinho, *Confissões* X, 28, 39: CCL 27, 175 (PL 32. 795).

19. I Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* De revelatione, canon 2: DS 3026.

20. II Concílio do Vaticano II, Const. past. *Gaudium et Spes,* 36: AAS 58 (1966) 1054.

CAPÍTULO SEGUNDO: DEUS AO ENCONTRO DO HOMEM

50. Pela razão natural, o homem pode conhecer Deus com certeza, a partir das suas obras. Mas existe outra ordem de conhecimento, que o homem de modo nenhum pode atingir por suas próprias forças: a da Revelação divina (1). Por uma vontade absolutamente livre, Deus revela-Se e dá-Se ao homem. E fá-lo revelando o seu mistério, o desígnio benevolente que, desde toda a eternidade, estabeleceu em Cristo, em favor de todos os homens. Revela plenamente o seu desígnio, enviando o seu Filho bem-amado, nosso Senhor Jesus Cristo, e o Espírito Santo.

ARTIGO 1: A REVELAÇÃO DE DEUS

I. Deus revela o seu «desígnio benevolente»

51. «Aprouve a Deus, na sua sabedoria e bondade, revelar-Se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade, segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tomam participantes da natureza divina»(2).

52. Deus, que «habita numa luz inacessível» *(1 Tm 6,* 16), quer comunicar a sua própria vida divina aos homens que livremente criou, para fazer deles, no seu Filho único, filhos adoptivos (3). Revelando-Se a Si mesmo, Deus quer tornar os homens capazes de Lhe responderem, de O conhecerem e de O amarem, muito para além de tudo o que seriam capazes por si próprios.

53. O desígnio divino da Revelação realiza-se, ao mesmo tempo, «por meio de acções e palavras, intrinsecamente relacionadas entre si» (4) e esclarecendo-se mutuamente. Comporta uma particular «pedagogia divina»: Deus comunica-Se gradualmente ao homem e prepara-o, por etapas, para receber a Revelação sobrenatural que faz de Si próprio e que vai culminar na Pessoa e missão do Verbo encarnado, Jesus Cristo.

Santo Ireneu de Lião fala várias vezes desta pedagogia divina, sob a imagem da familiaridade mútua entre Deus e o homem: «O Verbo de

Deus [...] habitou no homem e fez-Se Filho do Homem, para acostumar o homem a apreender Deus e Deus a habitar no homem, segundo o beneplácito do Pai» (5).

II. As etapas da Revelação

DESDE A ORIGEM, DEUS DÁ-SE A CONHECER

54. «Deus, criando e conservando todas as coisas pelo Verbo, oferece aos homens um testemunho perene de Si mesmo nas coisas criadas, e, além disso, decidindo abrir o caminho da salvação sobrenatural, manifestou-se a Si mesmo, desde o princípio, aos nossos primeiros pais» (6). Convidou-os a uma comunhão íntima consigo, revestindo-os de uma graça e justiça resplandecentes.

55. Esta Revelação não foi interrompida pelo pecado dos nossos primeiros pais. Com efeito, Deus, «depois da sua queda, com a promessa de redenção, deu-lhes a esperança da salvação, e cuidou continuamente do género humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação»(7).

«E quando, por desobediência, perdeu a vossa amizade, não o abandonastes ao poder da morte [...] Repetidas vezes fizestes aliança com os homens (8)».

A ALIANÇA COM NOÉ

56. Desfeita a unidade do género humano pelo pecado, Deus procurou imediatamente, salvar a humanidade intervindo com cada uma das suas partes. A aliança com Noé, a seguir ao dilúvio (9), exprime o princípio da economia divina em relação às «nações», quer dizer, em relação aos homens reagrupados «por países e línguas, por famílias e nações» *(Gn* 10, 5) (10).

57. Esta ordem, ao mesmo tempo cósmica, social e religiosa da pluralidade das nações (11), destinava-se a limitar o orgulho duma humanidade decaída, que, unânime na sua perversidade (12), pretendia refazer por si mesma a própria unidade, à maneira de Babel (13). Mas, por causa do pecado (14), quer o politeísmo quer a

idolatria da nação e do seu chefe são uma contínua ameaça de perversão pagã a esta economia provisória.

58. A aliança com Noé permanece em vigor enquanto durar o tempo das nações (15), até à proclamação universal do Evangelho. A Bíblia venera algumas grandes figuras das «nações», como «o justo Abel», o rei e sacerdote Melquisedec (16), figura de Cristo (17), ou os justos «Noé, Danel e Job» *(Ez* 14, 14). Deste modo, a Escritura exprime o alto grau de santidade que podem atingir os que vivem segundo a aliança de Noé, na expectativa de que Cristo «reúna, na unidade, todos os filhos de Deus dispersos» *(Jo* 11, 52).

DEUS ELEGE ABRAÃO

59. Para reunir a humanidade dispersa, Deus escolhe Abrão, chamando-o para «deixar a sua terra, a sua família e a casa de seu pai» *(Gn* 12, 1), para o fazer Abraão, quer dizer, «pai de um grande número de nações» *(Gn* 17, 5): «Em ti serão abençoadas todas as nações da Terra» (*Gn*12, 3) (18).

60. O povo descendente de Abraão será o depositário da promessa feita aos patriarcas, o povo eleito (19), chamado a preparar a reunião, um dia, de todos os filhos de Deus na unidade da Igreja (20). Será o tronco em que serão enxertados os pagãos tornados crentes (21).

61. Os patriarcas, os profetas e outras personagens do Antigo Testamento foram, e serão sempre, venerados como santos em todas as tradições litúrgicas da Igreja.

DEUS FORMA O SEU POVO ISRAEL

62. Depois dos patriarcas, Deus formou Israel como seu povo, salvando-o da escravidão do Egipto. Concluiu com ele a aliança do Sinai e deu-lhe, por Moisés, a sua Lei, para que Israel O reconhecesse e O servisse como único Deus vivo e verdadeiro, Pai providente e justo Juiz, e vivesse na expectativa do Salvador prometido (22).

63. Israel é o povo sacerdotal de Deus (23), sobre o qual «foi invocado o Nome do Senhor»*(Dt 28,* 10). É o povo daqueles «a quem Deus falou em primeiro lugar»(24), o povo dos «irmãos mais velhos» na fé de Abraão (25).

64. Pelos profetas, Deus forma o seu povo na esperança da salvação, na expectativa duma aliança nova e eterna, destinada a todos os homens (26), e que será gravada nos corações (27). Os profetas anunciam uma redenção radical do povo de Deus, a purificação de todas as suas infidelidades (28), uma salvação que abrangerá todas as nações (29). Serão sobretudo os pobres e os humildes do Senhor (30) os portadores desta esperança. As mulheres santas como Sara, Rebeca, Raquel, Míriam, Débora, Ana, Judite e Ester conservaram viva a esperança da salvação de Israel. Maria é a imagem puríssima desta esperança (31).

III. Jesus Cristo – «Mediador e plenitude de toda a Revelação» (32)

NO SEU VERBO, DEUS DISSE TUDO

65. «Muitas vezes e de muitos modos falou Deus antigamente aos nossos pais, pelos Profetas. Nestes dias, que são os últimos, falou-nos pelo seu Filho» (*Heb* 1, 1-2). Cristo, Filho de Deus feito homem, é a Palavra única, perfeita e insuperável do Pai.

N'Ele, o Pai disse tudo. Não haverá outra palavra além dessa. São João da Cruz, após tantos outros, exprime-o de modo luminoso, ao comentar *Heb* 1, 1-2:

«Ao dar-nos, como nos deu, o seu Filho, que é a sua Palavra – e não tem outra – (Deus) disse-nos tudo ao mesmo tempo e de uma só vez nesta Palavra única e já nada mais tem para dizer. [...] Porque o que antes disse parcialmente pelos profetas, revelou-o totalmente, dando-nos o Todo que é o seu Filho. E por isso, quem agora quisesse consultar a Deus ou pedir-Lhe alguma visão ou revelação, não só cometeria um disparate, mas faria agravo a Deus, por não pôr os olhos totalmente em Cristo e buscar fora d'Ele outra realidade ou novidade» (33).

JÁ NÃO HAVERÁ OUTRA REVELAÇÃO

66. «Portanto, a economia cristã, como nova e definitiva aliança, jamais passará, e já não se há-de esperar nenhuma nova revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo»(34). No entanto, apesar de a Revelação já estar completa, ainda não está plenamente explicitada. E está reservado à fé cristã apreender gradualmente todo o seu alcance, no decorrer dos séculos.

67. No decurso dos séculos tem havido revelações ditas «privadas», algumas das quais foram reconhecidas pela autoridade da Igreja. Todavia, não pertencem ao depósito da fé. O seu papel não é «aperfeiçoar» ou «completar» a Revelação definitiva de Cristo, mas ajudar a vivê-la mais plenamente, numa determinada época da história. Guiado pelo Magistério da Igreja, o sentir dos fiéis sabe discernir e guardar o que nestas revelações constitui um apelo autêntico de Cristo ou dos seus santos à Igreja.

A fé cristã não pode aceitar «revelações» que pretendam ultrapassar ou corrigir a Revelação de que Cristo é a plenitude. É o caso de certas religiões não-cristãs, e também de certas seitas recentes. fundadas sobre tais «revelações».

Resumindo:

68. *Por amor, Deus revelou-Se e deu-Se ao homem. Dá assim uma resposta definitiva e superabundante às questões que o homem se põe a si próprio sobre o sentido e o fim da sua vida.*

69. *Deus revelou-Se ao homem, comunicando-lhe gradualmente o seu próprio mistério, por acções e por palavras.*

70. *Além do testemunho que dá de Si mesmo através das coisas criadas, Deus manifestou-Se a Si próprio aos nossos primeiros pais. Falou-lhes e, depois da queda, prometeu-lhes a salvação*(35) *e ofereceu-lhes a sua aliança.*

71. *Deus concluiu com Noé uma aliança eterna entre Si e todos os seres vivos* (36). *Essa aliança durará enquanto durar o mundo.*

72. *Deus escolheu Abraão e concluiu uma aliança com ele e os seus descendentes. Fez deles o seu povo, ao qual revelou a sua Lei por meio de Moisés. E preparou-o, pelos profetas, a acolher a salvação destinada a toda a humanidade.*

73. *Deus revelou-Se plenamente enviando o seu próprio Filho, no qual estabeleceu a sua aliança para sempre. O Filho é a Palavra definitiva do Pai, de modo que, depois d'Ele, não haverá outra Revelação.*

ARTIGO 2: A TRANSMISSÃO DA REVELAÇÃO DIVINA

74. Deus «quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade» *(1 Tm* 2, 4), quer dizer, de Cristo Jesus (37). Por isso, é preciso que Cristo seja anunciado a todos os povos e a todos os homens, e que, assim a Revelação chegue aos confins do mundo:

Deus dispôs amorosamente que permanecesse íntegro e fosse transmitido a todas as gerações tudo quanto tinha revelado para salvação de todos os povos (38).

I. A Tradição apostólica

75. «Cristo Senhor, em quem toda a revelação do Deus altíssimo se consuma, tendo cumprido e promulgado pessoalmente o Evangelho antes prometido pelos profetas, mandou aos Apóstolos que o pregassem a todos, como fonte de toda a verdade salutar e de toda a disciplina de costumes, comunicando-lhes assim os dons divinos» (39).

A PREGAÇÃO APOSTÓLICA ...

76. A transmissão do Evangelho, segundo a ordem do Senhor, fez-se de duas maneiras:

– *oralmente,* «pelos Apóstolos, que, na sua pregação oral, exemplos e instituições, transmitiram aquilo que tinham recebido dos lábios, trato e obras de Cristo, e o que tinham aprendido por inspiração do Espírito Santo»;

– *por escrito,* «por aqueles apóstolos e varões apostólicos que, sob a inspiração do mesmo Espírito Santo, escreveram a mensagem da salvação» (40).

... CONTINUADA NA SUCESSÃO APOSTÓLICA

77. «Para que o Evangelho fosse perenemente conservado íntegro e vivo na Igreja, os Apóstolos deixaram os bispos como seus sucessores, "entregando-lhes o seu próprio ofício de magistério"» (41). Com efeito, «a pregação apostólica, que se exprime de modo especial nos livros inspirados, devia conservar-se, por uma sucessão ininterrupta, até à consumação dos tempos» (42).

78. Esta transmissão viva, realizada no Espírito Santo, denomina-se Tradição, enquanto distinta da Sagrada Escritura, embora estreitamente a ela ligada. Pela Tradição, «a Igreja, na sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela é e tudo em que acredita» (43). «Afirmações dos santos Padres testemunham a presença vivificadora desta Tradição, cujas riquezas entram na prática e na vida da Igreja crente e orante» (44).

79. Assim, a comunicação que o Pai fez de Si próprio, pelo seu Verbo, no Espírito Santo, continua presente e activa na Igreja: «Deus, que outrora falou, dialoga sem interrupção com a esposa do seu amado Filho; e o Espírito Santo – por quem ressoa a voz do Evangelho na Igreja, e, pela Igreja, no mundo – introduz os crentes na verdade plena e faz com que a palavra de Cristo neles habite em toda a sua riqueza» (45).

II. A relação entre a Tradição e a Sagrada Escritura

UMA FONTE COMUM...

80. «A Tradição sagrada e a Sagrada Escritura estão intimamente unidas e compenetradas entre si. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, fazem como que uma coisa só e tendem ao mesmo fim» (46). Uma e outra tornam presente e fecundo na Igreja o mistério de Cristo, que prometeu estar com os seus, «sempre, até ao fim do mundo» (*Mt* 28, 20).

... DUAS FORMAS DE TRANSMISSÃO DISTINTAS

81. *«A Sagrada Escritura é* a Palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito divino».

«A sagrada Tradição, por sua vez, conserva a Palavra de Deus, confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, e transmite-a integralmente aos seus sucessores, para que eles, com a luz do Espírito da verdade, fielmente a conservem, exponham e difundam na sua pregação» (47).

82. Daí resulta que a Igreja, a quem está confiada a transmissão e interpretação da Revelação, «não tira só da Sagrada Escritura a sua certeza a respeito de todas as coisas reveladas. Por isso, ambas devem ser recebidas e veneradas com igual espírito de piedade e reverência» (48).

TRADIÇÃO APOSTÓLICA E TRADIÇÕES ECLESIAIS

83. A Tradição de que falamos aqui é a que vem dos Apóstolos. Ela transmite o que estes receberam do ensino e do exemplo de Jesus e aprenderam pelo Espírito Santo. De facto, a primeira geração de cristãos não tinha ainda um Novo Testamento escrito, e o próprio Novo Testamento testemunha o processo da Tradição viva.

É preciso distinguir, desta Tradição, as «tradições» teológicas, disciplinares, litúrgicas ou devocionais, nascidas no decorrer do tempo nas Igrejas locais. Elas constituem formas particulares, sob as quais a grande Tradição recebe expressões adaptadas aos diversos lugares e às diferentes épocas. É à sua luz que estas podem ser mantidas, modificadas e até abandonadas, sob a direcção do Magistério da Igreja.

III. A interpretação da herança da fé

A HERANÇA DA FÉ CONFIADA À TOTALIDADE DA IGREJA

84. *O depósito da fé* (49) («depositum fidei»), contido na Tradição sagrada e na Sagrada Escritura, foi confiado pelos Apóstolos ao conjunto da Igreja. «Apoiando-se nele, todo o povo santo persevera unido aos seus pastores na doutrina dos Apóstolos e na comunhão,

na fracção do pão e na oração, de tal modo que, na conservação, actuação e profissão da fé transmitida, haja uma especial concordância dos pastores e dos fiéis» (50).

O MAGISTÉRIO DA IGREJA

85. «O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus, escrita ou contida na Tradição, foi confiado só ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo (51), isto é, aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma.

86. «Todavia, este Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas sim ao seu serviço, ensinando apenas o que foi transmitido, enquanto, por mandato divino e com a assistência do Espírito Santo, a ouve piamente, a guarda religiosamente e a expõe fielmente, haurindo deste depósito único da fé tudo quanto propõe à fé como divinamente revelado» (52).

87. Os fiéis, lembrando-se da palavra de Cristo aos Apóstolos: «Quem vos escuta escuta-me a Mim» *(Lc* 10, 16) (53), recebem com docilidade os ensinamentos e as directrizes que os seus pastores lhes dão, sob diferentes formas.

OS DOGMAS DA FÉ

88. O Magistério da Igreja faz pleno uso da autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando propõe, dum modo que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, verdades contidas na Revelação divina ou quando propõe, de modo definitivo, verdades que tenham com elas um nexo necessário.

89. Existe uma ligação orgânica entre a nossa vida espiritual e os dogmas. Os dogmas são luzes no caminho da nossa fé: iluminam-no e tornam-no seguro. Por outro lado, se a nossa vida for recta, a nossa inteligência e nosso coração estarão abertos para acolher a luz dos dogmas da fé (54).

90. A interligação e a coerência dos dogmas podem encontrar-se no conjunto da revelação do mistério de Cristo (55). Convém lembrar

que «existe uma ordem ou "hierarquia" das verdades da doutrina católica, já que o nexo delas com o fundamento da fé cristã é diferente» (56).

O SENTIDO SOBRENATURAL DA FÉ

91. Todos os fiéis participam na compreensão e na transmissão da verdade revelada. Todos receberam a unção do Espírito Santo que os instrui (57) e os conduz «à verdade total» (*Jo* 16, 13).

92. «A totalidade dos fiéis [...] não pode enganar-se na fé e manifesta esta sua propriedade peculiar por meio do sentir sobrenatural da fé do povo todo, quando, "desde os bispos até ao último dos fiéis leigos", exprime consenso universal em matéria de fé e costumes» (58).

93. «Com este sentido da fé, que se desperta e sustenta pela acção do Espírito de verdade, o povo de Deus, sob a direcção do sagrado Magistério [...] adere indefectivelmente à fé, uma vez por todas confiada aos santos; penetra-a mais profundamente com juízo acertado e aplica-a mais totalmente na vida» (59).

O CRESCIMENTO NA INTELIGÊNCIA DA FÉ

94. Graças à assistência do Espírito Santo, a inteligência das realidades e das palavras do depósito da fé pode crescer na vida da Igreja:

– «Pela contemplação e pelo estudo dos crentes, que as meditam no seu coração» (60); e particularmente pela «investigação teológica, que aprofunda o conhecimento da verdade revelada» (61).

– «Pela inteligência interior das coisas espirituais que os crentes experimentam» (62); «Divina eloquia cum legente crescunt» – «As palavras divinas crescem com quem as lê» (63).

– «Pela pregação daqueles que receberam, com a sucessão episcopal, um carisma certo da verdade» (64).

95. «É claro, portanto, que a sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, segundo um sapientíssimo desígnio de

Deus, estão de tal maneira ligados e conjuntos, que nenhum pode subsistir sem os outros e, todos juntos, cada um a seu modo, sob a acção do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas» (65).

Resumindo:

96. *O que Cristo confiou aos Apóstolos, estes o transmitiram, pela sua pregação e por escrito, sob a inspiração do Espírito Santo, a todas as gerações, até à vinda gloriosa de Cristo.*

97. *«A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um único depósito sagrado da Palavra de Deus»* (66)*, no qual, como num espelho, a Igreja peregrina contempla Deus, fonte de todas as suas riquezas.*

98. *«Na sua doutrina, vida e culto, a Igreja perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela é, tudo aquilo em que acredita»* (67).

99. *Graças ao sentido sobrenatural da fé, o povo de Deus, no seu todo, não cessa de acolher o dom da Revelação divina, de nele penetrar mais profundamente e de viver dele mais plenamente.*

100. *O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus foi confiado unicamente ao Magistério da Igreja, ao Papa e aos bispos em comunhão com ele.*

ARTIGO 3: A SAGRADA ESCRITURA

I. Cristo – Palavra única da Escritura santa

101. Na sua bondade condescendente, para Se revelar aos homens. Deus fala-lhes em palavras humanas: «As palavras de Deus, com efeito, expressas por línguas humanas, tornaram-se semelhantes à linguagem humana, tal como outrora o Verbo do eterno Pai se assemelhou aos homens assumindo a carne da debilidade humana» (68).

102. Através de todas as palavras da Sagrada Escritura. Deus não diz mais que uma só Palavra, o seu Verbo único, em quem

totalmente Se diz (69):

«Lembrai-vos de que o discurso de Deus que se desenvolve em todas as Escrituras é um só e um só é o Verbo que Se faz ouvir na boca de todos os escritores sagrados, o qual, sendo no princípio Deus junto de Deus, não tem necessidade de sílabas, pois não está sujeito ao tempo» (70).

103. Por esta razão, a Igreja sempre venerou as divinas Escrituras tal como venera o Corpo do Senhor. Nunca cessa de distribuir aos fiéis o Pão da vida, tornado à mesa quer da Palavra de Deus, quer do Corpo de Cristo (71).

104. Na Sagrada Escritura, a Igreja encontra continuamente o seu alimento e a sua força (72), porque nela não recebe apenas uma palavra humana, mas o que ela é na realidade: a Palavra de Deus (73). «Nos livros sagrados, com efeito, o Pai que está nos Céus vem amorosamente ao encontro dos seus filhos, a conversar com eles» (74).

II. Inspiração e verdade da Sagrada Escritura

105. *Deus é o autor da Sagrada Escritura.* «A verdade divinamente revelada, que os livros da Sagrada Escritura contêm e apresentam, foi registrada neles sob a inspiração do Espírito Santo».

«Com efeito, a santa Mãe Igreja, segundo a fé apostólica, considera como sagrados e canónicos os livros completos do Antigo e do Novo Testamento com todas as suas partes, porque, escritos por inspiração do Espírito Santo, têm Deus por autor, e como tais foram confiados à própria Igreja» (75).

106. Deus inspirou os autores humanos dos livros sagrados. «Para escrever os livros sagrados, Deus escolheu e serviu-se de homens, na posse das suas faculdades e capacidades, para que, agindo Ele neles e por eles, pusessem por escrito, como verdadeiros autores, tudo aquilo e só aquilo que Ele queria» (76).

107. Os livros inspirados ensinam a verdade. «E assim como tudo o que os autores inspirados ou hagiógrafos afirmam, deve ser tido

como afirmado pelo Espírito Santo, por isso mesmo se deve acreditar que os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro, a verdade que Deus quis que fosse consignada nas sagradas Letras em ordem à nossa salvação» (77).

108. No entanto, a fé cristã não é uma «religião do Livro». O Cristianismo é a religião da «Palavra» de Deus, «não duma palavra escrita e muda, mas do Verbo encarnado e vivo» (78). Para que não sejam letra morta, é preciso que Cristo, Palavra eterna do Deus vivo, pelo Espírito Santo, nos abra o espírito à inteligência das Escrituras (79).

III. O Espírito Santo, intérprete da Escritura

109. Na Sagrada Escritura, Deus fala ao homem à maneira dos homens. Portanto, para bem interpretar a Escritura, é necessário prestar atenção ao que os autores humanos realmente quiseram dizer, e àquilo que aprouve a Deus manifestar-nos pelas palavras deles (80).

110. Para descobrir *a intenção dos autores sagrados*, é preciso ter em conta as condições do seu tempo e da sua cultura, os «géneros literários» em uso na respectiva época, os modos de sentir, falar e narrar correntes naquele tempo. «Porque a verdade é proposta e expressa de modos diversos, em textos históricos de vária índole, ou proféticos, ou poéticos ou de outros géneros de expressão»(81).

111. Mas, uma vez que a Sagrada Escritura é inspirada, existe outro princípio de interpretação recta, não menos importante que o anterior, e sem o qual a Escritura seria letra morta: «A Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada com o mesmo espírito com que foi escrita» (82).

O II Concílio do Vaticano indica *três critérios* para uma interpretação da Escritura conforme ao Espírito que a inspirou (83):

112. 1*. Prestar grande atenção «ao conteúdo e à unidade de toda a Escritura».* Com efeito, por muito diferentes que sejam os livros que a compõem, a Escritura é una, em razão da unidade do desígnio de

Deus, de que Jesus Cristo é o centro e o coração, aberto desde a sua Páscoa (84).

«Por coração (85) de Cristo entende-se a Sagrada Escritura que nos dá a conhecer o coração de Cristo. Este coração estava fechado antes da Paixão, porque a Escritura estava cheia de obscuridades. Mas a Escritura ficou aberta depois da Paixão e assim, aqueles que desde então a consideram com inteligência, discernem o modo como as profecias devem ser interpretadas» (86).

113. 2. *Ler a Escritura na «tradição viva de toda a Igreja».* Segundo uma sentença dos Padres, *«Sacra Scriptura principalius est in corde Ecclesiae quam in materialibus instrumentis scripta»* – «A Sagrada Escritura está escrita no coração da Igreja, mais do que em instrumentos materiais» (87). Com efeito, a Igreja conserva na sua Tradição a memória viva da Palavra de Deus, e é o Espírito Santo que lhe dá a interpretação espiritual da Escritura («... secundum spiritualem sensum quem Spiritus donat Ecclesiae» «segundo o sentido espiritual que o Espírito Santo dá à Igreja») (88).

114. 3. *Estar atento «à analogia da* fé» (89). Por «analogia da fé» entendemos a coesão das verdades da fé entre si e no projecto total da Revelação.

OS SENTIDOS DA ESCRITURA

115. Segundo uma antiga tradição, podemos distinguir dois *sentidos* da Escritura: o sentido literal e o sentido espiritual, subdividindo-se este último em sentido alegórico, moral e anagógico. A concordância profunda dos quatro sentidos assegura a sua riqueza à leitura viva da Escritura na Igreja:

116. *O sentido literal.* É o expresso pelas palavras da Escritura e descoberto pela exegese segundo as regras da recta interpretação. «Omnes sensus (sc. Sacrae Scripturae) fundentur super litteralem» – «Todos os sentidos (da Sagrada Escritura) se fundamentam no literal» (90).

117. O *sentido espiritual.* Graças à unidade do desígnio de Deus, não só o texto da Escritura, mas também as realidades e acontecimentos de que fala, podem ser sinais.

1. O sentido *alegórico.* Podemos adquirir uma compreensão mais profunda dos acontecimentos, reconhecendo o seu significado em Cristo: por exemplo, a travessia do Mar Vermelho é um sinal da vitória de Cristo e, assim, do Baptismo (91).

2. O sentido *moral.* Os acontecimentos referidos na Escritura podem conduzir-nos a um comportamento justo. Foram escritos «para nossa instrução» *(1 Cor* 10, 11) (92).

3. O sentido *anagógico.* Podemos ver realidades e acontecimentos no seu significado eterno, o qual nos conduz (em grego: «anagoge») em direcção à nossa Pátria. Assim, a Igreja terrestre é sinal da Jerusalém celeste (93).

118. Um dístico medieval resume a significação dos quatro sentidos:

«Littera gesta docet, quid credas allegoria.
Moralis quid agas, quo tendas anagogia».
«*A letra* ensina-te os factos (passados), a *alegoria* o que deves crer,
a moral o que deves fazer, a *anagogia* para onde deves tender»
(94).

119. «Cabe aos exegetas trabalhar, de harmonia com estas regras, por entender e expor mais profundamente o sentido da Sagrada Escritura, para que, mercê deste estudo, de algum modo preparatório, amadureça o juízo da Igreja. Com efeito, tudo quanto diz respeito à interpretação da Escritura, está sujeito ao juízo último da Igreja, que tem o divino mandato e o ministério de guardar e interpretar a Palavra de Deus» (95):

«Ego vero Evangelio non crederem, nisi me catholicae Ecclesiae commoveret auctoritas» – «Quanto a mim, não acreditaria no Evangelho se não me movesse a isso a autoridade da Igreja católica» (96).

IV. O Cânon das Escrituras

120. Foi a Tradição Apostólica que levou a Igreja a discernir quais os escritos que deviam ser contados na lista dos livros sagrados (97). Esta lista integral é chamada «Cânon» das Escrituras. Comporta, para o Antigo Testamento, 46 (45, se se contar Jeremias e as Lamentações como um só) escritos, e, para o Novo, 27 (98):

Para o Antigo Testamento: Génesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronómio, Josué, Juízes, Rute, os dois livros de Samuel, os dois livros dos Reis, os dois livros das Crónicas, Esdras e Neemias, Tobias, Judite, Ester, os dois livros dos Macabeus, Job, os Salmos, os Provérbios, o Eclesiastes (ou Coelet), o Cântico dos Cânticos, a Sabedoria, o livro de Ben-Sirá (ou Eclesiástico), Isaías, Jeremias, as Lamentações, Baruc, Ezequiel, Daniel, Oseias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Nahum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias;

Para o Novo Testamento: Os evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João; os Actos dos Apóstolos; as epístolas de São Paulo: aos Romanos, primeira e segunda aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, primeira e segunda aos Tessalonicenses, primeira e segunda a Timóteo, a Tito, a Filémon: a Epístola aos Hebreus; a Epístola de Tiago, a primeira e segunda de Pedro, as três epístolas de João, a Epístola de Judas e o Apocalipse.

O ANTIGO TESTAMENTO

121. O Antigo Testamento é uma parte da Sagrada Escritura de que não se pode prescindir. Os seus livros são divinamente inspirados e conservam um valor permanente (99), porque a Antiga Aliança nunca foi revogada.

122. Efectivamente, «a "economia"do Antigo Testamento destinava-se, sobretudo, a preparar [...] o advento de Cristo, redentor universal».

Os livros do Antigo Testamento, «apesar de conterem também coisas imperfeitas e transitórias», dão testemunho de toda a divina pedagogia do amor salvífico de Deus: neles «encontram-se sublimes

doutrinas a respeito de Deus, uma sabedoria salutar a respeito da vida humana, bem como admiráveis tesouros de preces»; neles, em suma, está latente o mistério da nossa salvação» (100).

123. Os cristãos veneram o Antigo Testamento como verdadeira Palavra de Deus. A Igreja combateu sempre vigorosamente a ideia de rejeitar o Antigo Testamento, sob o pretexto de que o Novo o teria feito caducar (Marcionismo).

O NOVO TESTAMENTO

124. «A Palavra de Deus, que é força de Deus para salvação de quem acredita, apresenta-se e manifesta o seu poder dum modo eminente nos escritos do Novo Testamento»(101). Estes escritos transmitem-nos a verdade definitiva da Revelação divina. O seu objecto central é Jesus Cristo, o Filho de Deus encarnado, os seus actos, os seus ensinamentos, a sua Paixão e glorificação, bem como os primórdios da sua Igreja sob a acção do Espírito Santo (102).

125. Os *evangelhos* são o coração de todas as Escrituras, «enquanto são o principal testemunho da vida e da doutrina do Verbo encarnado, nosso Salvador» (103).

126. Na formação dos evangelhos podemos distinguir três etapas:

1. A *vida e os ensinamentos de Jesus.* A Igreja sustenta firmemente que os quatro evangelhos, «cuja historicidade afirma sem hesitações, transmitem fielmente as coisas que Jesus, Filho de Deus, realmente operou e ensinou para salvação eterna dos homens, durante a sua vida terrena, até ao dia em que subiu ao Céu».

2. A *tradição oral.* «Na verdade, após a Ascensão do Senhor, os Apóstolos transmitiram aos seus ouvintes (com aquela compreensão mais plena de que gozavam, uma vez instruídos pelos acontecimentos gloriosos de Cristo e iluminados pelo Espírito de verdade) as coisas que Ele tinha dito e feito».

3. *Os evangelhos escritos.* «Os autores sagrados, porém, escreveram os quatro evangelhos, escolhendo algumas coisas, entre as muitas transmitidas por palavra ou por escrito, sintetizando umas,

desenvolvendo outras, segundo o estado das Igrejas, conservando, finalmente, o carácter de pregação, mas sempre de maneira a comunicar-nos coisas verdadeiras e sinceras acerca de Jesus» (104).

127. O Evangelho quadriforme ocupa na Igreja um lugar único, de que são testemunhas a veneração de que a Liturgia o rodeia e o atractivo incomparável que em todos os tempos exerceu sobre os santos:

«Não há doutrina melhor, mais preciosa e esplêndida do que o texto do Evangelho. Vede e retende o que nosso Senhor e Mestre, Cristo, ensinou pelas suas palavras e realizou pelos seus actos» (105).

«É sobretudo *o Evangelho* que me ocupa durante as minhas orações. Nele encontro tudo o que é necessário à minha pobre alma. Nele descubro sempre novas luzes, sentidos escondidos e misteriosos» (106).

A UNIDADE DO ANTIGO E DO NOVO TESTAMENTO

128. A Igreja, já nos tempos apostólicos (107), e depois constantemente na sua Tradição, pôs em evidência a unidade, do plano divino nos dois Testamentos, graças à *tipologia.* Esta descobre nas obras de Deus, na Antiga Aliança, prefigurações do que o mesmo Deus realizou na plenitude dos tempos, na pessoa do seu Filho encarnado.

129. Os cristãos lêem, pois, o Antigo Testamento à luz de Cristo morto e ressuscitado. Esta leitura tipológica manifesta o conteúdo inesgotável do Antigo Testamento. Mas não deve fazer-nos esquecer de que ele mantém o seu valor próprio de Revelação, reafirmado pelo próprio Jesus, nosso Senhor (108). Aliás, também o Novo Testamento requer ser lido à luz do Antigo. A catequese cristã primitiva recorreu constantemente a este método (109). Segundo um velho adágio, o Novo Testamento está oculto no Antigo, enquanto o Antigo é desvendado no Novo: « Novum in Vetere latet et in Novo Vetus patet» – «O Novo está oculto no Antigo, e o Antigo está patente no Novo» (110).

130. A tipologia significa o dinamismo em ordem ao cumprimento do plano divino, quando «Deus for tudo em todos» *(1 Cor* 15, 28). Assim, a vocação dos patriarcas e o êxodo do Egipto, por exemplo, não perdem o seu valor próprio no plano de Deus pelo facto de, ao mesmo tempo, serem etapas intermédias desse mesmo plano.

V. A Sagrada Escritura na vida da Igreja

131. «É tão grande a força e a virtude da Palavra de Deus, que ela se torna para a Igreja apoio e vigor e, para os filhos da Igreja, solidez da fé, alimento da alma, fonte pura e perene de vida espiritual» (111). É necessário que «os fiéis tenham largo acesso à Sagrada Escritura» (112).

132. «O estudo das Páginas sagradas deve ser como que a "alma" da sagrada teologia. Também o ministério da Palavra, isto é, a pregação pastoral, a catequese, e toda a espécie de instrução cristã, na qual a homilia litúrgica deve ter um lugar principal, com proveito se alimenta e santamente se revigora com a palavra da Escritura» (113).

133. A Igreja «exorta com ardor e insistência todos os fiéis [...] a que aprendam "a sublime ciência de Jesus Cristo" (*Fl*. 3, 8) na leitura frequente da Sagrada Escritura. Porque "a ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo"» (114).

Resumindo:

134. *Omnis Scriptura divina unus liber est, et ille unus liber Christus est, «quia omnis Scriptura divina de Christo loquitur; et omnis Scriptura divina in Christo impletur» – Toda a Escritura divina é um só livro, e esse livro único é Cristo, «porque toda a Escritura divina fala de Cristo e toda a Escritura divina se cumpre em Cristo»* (115).

135. *«As Sagradas Escrituras contêm a Palavra de Deus; e, pelo facto de serem inspiradas, são verdadeiramente a Palavra de Deus»* (116).

136. *Deus é o autor da Sagrada Escritura, ao inspirar os seus autores humanos: age neles e por eles. E assim nos dá a garantia*

de que os seus escritos ensinam, sem erro, a verdade da salvação (117).

137. *A interpretação das Escrituras inspiradas deve, antes de mais nada, estar atenta ao que Deus quer revelar, por meio dos autores sagrados, para nossa salvação. O que vem do Espírito não é plenamente entendido senão pela acção do Espírito* (118).

138. *A Igreja recebe e venera, como inspirados, os 46 livros do Antigo e os 27 do Novo Testamento.*

139. *Os quatro evangelhos ocupam um lugar central, dado que Jesus Cristo é o seu centro.*

140. *A unidade dos dois Testamentos deriva da unidade do plano de Deus e da sua Revelação. O Antigo Testamento prepara o Novo, ao passo que o Novo dá cumprimento ao Antigo. Os dois esclarecem-se mutuamente; ambos são verdadeira Palavra de Deus.*

141. *«A Igreja sempre venerou as Divinas Escrituras, tal como o próprio Corpo do Senhor» (119) ambos alimentam e regem toda a vida cristã. «A vossa Palavra é farol para os meus passos e luz para os meus caminhos» (Sl 119, 105)*(120).

Notas

1. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 4: DS 3015.

2. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 2: AAS 58 (1966) 818.

3. Cf. *Ef* 1, 4-5.

4. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 2: AAS 58 (1966) 818.

5. Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses* III, *20, 2:* SC 211, 392 (PG 7, 944); cf. por exemplo, *Ibid.* III 17, I: *SC* 211. 330 (PG 7, 929); *Ibid.* IV, 12. 4: SC 100, 518 (PG 7, 1006);*Ibid.* IV 21, 3: SC 100, 684 (PG 7, 1046).

6. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 3: AAS 58 (1966) 818.

7. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 3: AAS 58 (1966) 818.

8. *Oração eucarística IV: Missal Romano,* editio typica. Typis Polyglottis Vaticanis. 1970 p. 467. [Gráfica de Coimbra 1992, p. 538].

9. Cf. *Gn* 9, 9.

10. Cf. *Gn* 10, 20-31.

11. Cf. *Act* 17, 26-27.

12. Cf. *Sb* 10, 5.

13. *Cf. Gn* 11, 4-6.

14. *Cf. Rm* 1, 18-25.

15. *Cf. Lc* 21, 24.

16. *Cf. Gn* 14, 18.

17. *Cf. Heb* 7, 3.

18. *Cf. Gl* 3, 8.

19. *Cf. Rm* 11, 28.

20. *Cf. Jo* 11, 52; 10, 16.

21. *Cf. Rm* 11, 17-18. 24.

22. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum, 3:* AAS 58 (1966) 818.

23. Cf. *Ex* 19, 6.

24. *Sexta-Feira da Paixão do Senhor. Oração universal VI: Missale Romanum.* editio typica. Typis Polyglottis *Vaticanis* 1975, p. 254 [a tradução oficial portuguesa omite este particular:*Missal Romano.* Gráfica de Coimbra 1992. p. 259.267].

25. João Paulo II, *Discurso na sinagoga durante o encontro com a comunidade hebraica da cidade de Roma* (13 *de* Abril de 1986), 4: *Insegnamenti di Giovanni Paolo II,* IX/1, 1027.

26. *Cf. Is* 2, 2-4.

27. Cf. *Jr* 31, 31-34: *Heb* 10, 16.

28. Cf. *Ez* 36.

29. Cf. *Is* 49, 5-6: 53, 11.

30. Cf. *Sf* 2, 3.

31. Cf. *Lc* 1, 38.

32. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum, 2: AAS* 58 (1966) 818.

33. São João da Cruz, *Subida del monte Carmelo 2, 22, 3-5: Biblioteca Mística Carmelitana,*v. 11, Burgos 1929. p. 184. [ID. *Obras Completas* (Paço de Arcos, Edições Carmelo 1986) p. 196 = Segunda leitura do Ofício de Leituras da Segunda-Feira da II Semana do Advento].

34. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 4: AAS 58 (1966) 819.

35. Cf. *Gn* 3, 15.

36. Cf. *Gn* 9, 16.

37. Cf. *Jo* 14, 6.

38. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 7: AAS 58 (1966) 820.

39. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 7: AAS 58 (1966) 820.

40. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 7: AAS 58 (1966) 820.

41. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 7: AAS 58 (1966) 820.

42. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 8: AAS 58 (1966) 821.

43. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 8: AAS 58 (1966) 821.

44. II Concílio do Vaticano. Const. dogm. *Dei Verbum,* 8: AAS 58 (1966) 821.

45. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 8: AAS 58 (1966) 821.

46. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 9: AAS 58 (1966) 821.

47. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 9: AAS 58 (1966) 821.

48. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 9: AAS 58 (1966) 821.

49. Cf. *1 Tm 6,* 20; *2 Tm* 1, 12-14.

50. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 10: AAS 58 (1966) 822.

51. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 10: AAS 58 (1966) 822.

52. II Concílio do Vaticano. Const. dogm. *Dei Verbum,* 10: AAS 58 (1966) 822.

53. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 20: AAS 57 (1965) 24.

54. Cf. *Jo* 8, 31-32.

55. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 4: DS 3016 «mysteriorum nexus». Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 25: AAS 57 (1965) 29.

56. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 11: AAS 57 (1965) 99.

57. Cf. *1 Jo 2,* 20. 27.

58. II Concílio do Vaticano, *Const. dogm. Lumen Gentium,* 12: AAS 57 (1965) 16.

59. II Concílio do Vaticano. Const. dogm. *Lumen Gentium,* 12: AAS 57 (1965) 16.

60. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 8: AAS 58 (1966) 821.

61. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 62: AAS 58 (1966) 1084: *cf. Ibid.*.44: AAS 58 (1966) 1065; Const. dogm. *Dei Verbum,* 23: AAS 58 (1966) 828*; Ibid.* 24: AAS 58 (1966) 828-829: Decr. *Unitatis redintegratio,* 4: AAS 57 (1965) 94.

62. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 8: AAS 58 (1966) 821.

63. São Gregório Magno, *Homilia in Ezechielem* 1. 7, 8: CCL 142. 87 (PL 76, 843 D).

64. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 8: AAS 58 (1966) 821.

65. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 10: AAS 58 (1966) 822.

66. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 10: AAS 58 (1966) 822.

67. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 8: AAS 58 (1966) 821.

68. II Concílio do Vaticano. Const. dogm. *Dei Verbum,* 13: AAS 58 (1966) 824.

69. Cf. *Heb* 1, 1-3.

70. Santo Agostinho, *Enarratio in Psalmum* 103, 4, 1: CCL 40, 1521 (PL 37, 1378).

71. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 21: AAS 58 (1966) 827.

72. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 24: AAS 58 (1966) 829.

73. Cf. 1 *Ts* 2, 13.

74. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 21: AAS 58 (1966) 827-828.

75. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 11: AAS 58 (1966) 822-823.

76. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 11: AAS 58 (1966) 823.

77. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 11: AAS 58 (1966) 823.

78. São Bernardo de Claraval, *Homilia super* "*Missus est*", 4, 11: *Opera,* ed. J. Leclercq – H. Rochais, V. 4, Roma 1966, p. 57.

79. Cf. *Lc* 24, 45.

80. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum* 12: AAS 58 11966) 823.

81. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 12: AAS 58 (1966) 823.

82. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 12: AAS 58 (1966) 824.

83. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 12: AAS 58 (1966) 824.

84. Cf. *Lc* 24. 25-27. 44-46.

85. Cf. *Sl* 22, 15.

86. São Tomás de Aquino, *Expositio in Psalmos,* 21, 11: *Opera omnia.* v. 18. Paris 1876, p. 350.

87. Cf. Santo Hilário de Poitiers, *Liber ad Constantium Imperatorem* 9: CSEL 65. 204 PL 10, 570); São Jerónimo. *Commentarius in epistulam ad Galatas* I 1, 11-12: PL 26. 347.

88. Orígenes, *Homiliae in Leviticum* 5, 5: SC 286, 228 (PG 12, 454).

89. Cf. *Rm* 12, 6.

90. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae* I, q. 1, a. 10, ad I: Ed. Leon. 4, *25.*

91. Cf. 1 *Cor* 10, 2.

92. Cf. *Heb* 3-4, 11.

93. Cf. *Ap* 21, 1-22, 5.

94. Agostinho de Dácia, *Rotulus pugillaris,* I: ed. A. Waltz: Angelicum 6(1929) 256.

95. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 12: AAS 58 (1966) 824.

96. Santo Agostinho, *Contra Epistulam Manichaei quam vocant fundamenti* 5. 6: CSEL 25,197 (PL 42, 176).

97. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 8: AAS 58 (1966) 821.

98. Cf. *Decretum Damasi:* DS 179-180: Concílio de Florença*, Decretum pro Iacobitis:* DS 1334-1336; Concílio de Trento. Sess. 4ª. *Decretum de Libris Sacris et de traditionibus recipiendis:* DS 1501-1504.

99. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 14: AAS 58 (1966) 825.

100. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 15: AAS 58 (1966) 825.

101. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum, 17:* AAS 58 (1966) 826.

102. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 20: AAS 58 (1966) 827.

103. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 18: AAS 58 (1966) 826.

104. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 19: AAS 58 (1966) 826-827.

105. Santa Cesária, A Jovem, *Epistula ad Richildam et Radegundem:* SC 345, 480.

106. Santa Teresa do Menino Jesus, *Manuscrit A,* 83v: *Manuscrits autobiographiques,* Paris 1929, p. 268. [Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face, *Obras Completas* (Paço de Arcos. Edições do Carmelo 1996) p. 213].

107. Cf. *1 Cor* 10, 6: *Heb* 10, 1; *1 Pe* 3, 21.

108. Cf. *Mc* 12, 29-31.

109. Cf. *1 Cor* 5, 6-8: 10, 1-11.

110. Santo Agostinho, *Quaestiones* in *Heptateucumt* 2, 73: CCL 33. 106 (PL 34, 623); cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 16: AAS 58 (1966) 825.

111. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum*, 21: A AS 58 (1966) 828.

112. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum*, 22: AAS 58 (1966) 828.

113. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum*, 24: AAS 58 (1966) 829.

114. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum*, 25: AAS 58 (1966) 829: cf. São Jerónimo, *Commentarii in Isaiam*, Prologus: CCL 73, 1 (PL 24, 17).

115. Hugo de São Vítor, *De arca Noe* II, 8: PL 176, 642: cf. *Ibid*. 2. 9: PL 176, 642-643.

116. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum*. 24: AAS 58 (1966) 829.

117. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum*, 11: AAS 58 (1966) 822-823.

118. Cf. Orígenes, *Homiliae in Exodum* 4, 5: SC 321, 128 (PG 12, 320).

119. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 21: AAS 58 (1966) 827.

120. Cf. *Is* 50, 4.

CAPÍTULO TERCEIRO: A RESPOSTA DO HOMEM A DEUS

142. *Pela sua revelação,* «Deus invisível, na riqueza do seu amor, fala aos homens como amigos e convive com eles, para os convidar e admitir à comunhão com Ele» (1). A resposta adequada a este convite é a fé.

143. *Pela fé,* o homem submete completamente a Deus a inteligência e a vontade; com todo o seu ser, o homem dá assentimento a Deus revelador (2). A Sagrada Escritura chama «obediência da fé» a esta resposta do homem a Deus revelador (3).

ARTIGO 1: EU CREIO

I. A «obediência da fé»

144. Obedecer *(ob-audire)* na fé é submeter-se livremente à palavra escutada, por a sua verdade ser garantida por Deus, que é a própria verdade. Desta obediência, o modelo que a Sagrada Escritura nos propõe é Abraão. A sua realização mais perfeita é a da Virgem Maria.

ABRAÃO – «O PAI DE TODOS OS CRENTES»

145. A Epístola aos Hebreus, no grande elogio que faz da fé dos antepassados, insiste particularmente na fé de Abraão: «Pela fé, Abraão *obedeceu* ao chamamento de Deus, e partiu para uma terra que viria a receber como herança: partiu, sem saber para onde ia» *(Heb*11, 8) (4). Pela fé, viveu como estrangeiro e peregrino na terra prometida (5). Pela fé, Sara recebeu a graça de conceber o filho da promessa. Pela fé, finalmente, Abraão ofereceu em sacrifício o seu filho único (6).

146. Abraão realiza assim a definição da fé dada pela Epístola aos Hebreus: «A fé constitui a garantia dos bens que se esperam, e a prova de que existem as coisas que não se vêem» *(Heb*11, 1). «Abraão acreditou em Deus, e isto foi-lhe atribuído como justiça» *(Rm* 4, 3) (7). «Fortalecido» por esta fé (*Rm* 4, 20), Abraão tornou-se «o pai de todos os crentes» (*Rm* 4, 11. 18) (8).

147. O Antigo Testamento é rico em testemunhos desta fé. A Epístola aos Hebreus faz o elogio da fé exemplar dos antigos, «que lhes valeu um bom testemunho» *(Heb* 11, 2. 39). No entanto, para nós, «Deus previra destino melhor»: a graça de crer no seu Filho Jesus, «guia da nossa fé, que Ele leva à perfeição» *(Heb* 11, 40; 12, 2).

MARIA – «FELIZ AQUELA QUE ACREDITOU»

148. A Virgem Maria realiza, do modo mais perfeito, a «obediência da fé». Na fé, Maria acolheu o anúncio e a promessa trazidos pelo anjo Gabriel, acreditando que «a Deus nada é impossível» *(Lc* 1, 37) (9) e dando o seu assentimento: «Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra» *(Lc* 1, 38). Isabel saudou-a: «Feliz aquela que acreditou no cumprimento de quanto lhe foi dito da parte do Senhor» (*Lc* 1, 45). É em virtude desta fé que todas as gerações a hão-de proclamar bem-aventurada (10).

149. Durante toda a sua vida e até à última provação (11), quando Jesus, seu filho, morreu na cruz, a sua fé jamais vacilou. Maria nunca deixou de crer «no cumprimento» da Palavra de Deus. Por isso, a Igreja venera em Maria a mais pura realização da fé.

II. «Eu sei em quem pus a minha fé» *(2 Tm* 1, 12)

CRER SÓ EM DEUS

150. Antes de mais, a fé é uma *adesão pessoal* do homem *a Deus. Ao* mesmo tempo, e inseparavelmente, é *o assentimento livre a toda a verdade revelada por Deus.* Enquanto adesão pessoal a Deus e assentimento à verdade por Ele revelada, a fé cristã difere da fé numa pessoa humana. É justo e bom confiar totalmente em Deus e crer absolutamente no que Ele diz. Seria vão e falso ter semelhante fé numa criatura (12).

CRER EM JESUS CRISTO, FILHO DE DEUS

151. Para o cristão, crer em Deus é crer inseparavelmente n'Aquele que Deus enviou – «no seu Filho muito amado» em quem Ele pôs todas as suas complacências (13): Deus mandou-nos que O

escutássemos (14). O próprio Senhor disse aos seus discípulos: «Acreditais em Deus, acreditai também em Mim» *(Jo* 14, 1). Podemos crer em Jesus Cristo, porque Ele próprio é Deus, o Verbo feito carne: «A Deus, nunca ninguém O viu. O Filho Unigénito, que está no seio do Pai, é que O deu a conhecer» *(Jo* 1, 18). Porque «viu o Pai» (*Jo* 6, 46), Ele é o único que O conhece e O pode revelar (15).

CRER NO ESPÍRITO SANTO

152. Não é possível acreditar em Jesus Cristo sem ter parte no seu Espírito. É o Espírito Santo que revela aos homens quem é Jesus. Porque «ninguém é capaz de dizer: "Jesus é Senhor", a não ser pela acção do Espírito Santo» *(1 Cor* 12, 3). «O Espírito penetra todas as coisas, até o que há de mais profundo em Deus [...]. Ninguém conhece o que há em Deus senão o Espírito de Deus» (1 *Cor* 2, 10-11). Só Deus conhece inteiramente Deus. Nós cremos*no* Espírito Santo, porque Ele é Deus.

A Igreja não cessa de confessar a sua fé num só Deus, Pai, Filho e *Espírito Santo.*

III. As características da fé

A FÉ É UMA GRAÇA

153. Quando Pedro confessa que Jesus é o Cristo, o Filho do Deus vivo, Jesus declara-lhe que esta revelação não lhe veio «da carne nem do sangue, mas do seu Pai que está nos Céus»*(Mt* 16, 17) (16). A fé é um dom de Deus, uma virtude sobrenatural infundida por Ele. «Para prestar esta adesão da fé, são necessários a prévia e concomitante ajuda da graça divina e os interiores auxílios do Espírito Santo, o qual move e converte o coração para Deus, abre os olhos do entendimento, e dá "a todos a suavidade em aceitar e crer a verdade"» (17).

A FÉ É UM ACTO HUMANO

154. O acto de fé só é possível pela graça e pelos auxílios interiores do Espírito Santo. Mas não é menos verdade que crer é um acto

autenticamente humano. Não é contrário nem à liberdade nem à inteligência do homem confiar em Deus e aderir às verdades por Ele reveladas. Mesmo nas relações humanas, não é contrário à nossa própria dignidade acreditar no que outras pessoas nos dizem acerca de si próprias e das suas intenções, e confiar nas suas promessas (como, por exemplo, quando um homem e uma mulher se casam), para assim entrarem em mútua comunhão. Por isso, é ainda menos contrário à nossa dignidade «prestar, pela fé, submissão plena da nossa inteligência e da nossa vontade a Deus revelador» (18) e entrar assim em comunhão intima com Ele.

155. Na fé, a inteligência e a vontade humanas cooperam com a graça divina: *«Credere est actas intellectus assentientis veritati divinae ex imperio voluntatis, a Deo motae per gratiam»* — «Crer é o acto da inteligência que presta o seu assentimento à verdade divina, por determinação da vontade, movida pela graça de Deus» (19).

A FÉ E A INTELIGÊNCIA

156. O *motivo* de crer não é o facto de as verdades reveladas aparecerem como verdadeiras e inteligíveis à luz da nossa razão natural. Nós cremos «por causa da autoridade do próprio Deus revelador, que não pode enganar-se nem enganar-nos» (20). «Contudo, para que a homenagem da nossa fé fosse conforme à razão, Deus quis que os auxílios interiores do Espírito Santo fossem acompanhados de provas exteriores da sua Revelação» (21). Assim, os milagres de Cristo e dos santos (22), as profecias, a propagação e a santidade da Igreja, a sua fecundidade e estabilidade «são sinais certos da Revelação, adaptados à inteligência de todos» (23), «motivos de credibilidade», mostrando que o assentimento da fé não é, «de modo algum, um movimento cego do espírito» (24).

157. A fé é *certa,* mais certa que qualquer conhecimento humano, porque se funda na própria Palavra de Deus, que não pode mentir. Sem dúvida, as verdades reveladas podem parecer obscuras à razão e à experiência humanas; mas «a certeza dada pela luz divina

é maior do que a dada pela luz da razão natural» (25). «Dez mil dificuldades não fazem uma só dúvida» (26).

158. «A fé *procura compreender»* (27): é inerente à fé o desejo do crente de conhecer melhor Aquele em quem acreditou, e de compreender melhor o que Ele revelou; um conhecimento mais profundo exigirá, por sua vez, uma fé maior e cada vez mais abrasada em amor. A graça da fé abre «os olhos do coração» (*Ef* 1, 18) para uma inteligência viva dos conteúdos da Revelação, isto é, do conjunto do desígnio de Deus e dos mistérios da fé, da íntima conexão que os Liga entre si e com Cristo, centro do mistério revelado. Ora, para «que a compreensão da Revelação seja cada vez mais profunda, o mesmo Espírito Santo aperfeiçoa sem cessar a fé, mediante os seus dons» (28). Assim, conforme o dito de Santo Agostinho, «eu creio para compreender e compreendo para crer melhor» (29).

159. *Fé e ciência.* «Muito embora a fé esteja acima da razão, nunca pode haver verdadeiro desacordo entre ambas: o mesmo Deus, que revela os mistérios e comunica a fé, também acendeu no espírito humano a luz da razão. E Deus não pode negar-Se a Si próprio, nem a verdade pode jamais contradizer a verdade» (30). «É por isso que a busca metódica, em todos os domínios do saber, se for conduzida de modo verdadeiramente científico e segundo as normas da moral, jamais estará em oposição à fé: as realidades profanas e as da fé encontram a sua origem num só e mesmo Deus. Mais ainda: aquele que se esforça, com perseverança e humildade, por penetrar no segredo das coisas, é como que conduzido pela mão de Deus, que sustenta todos os seres e faz que eles sejam o que são, mesmo que não tenha consciência disso» (31).

A LIBERDADE DA FÉ

160. Para ser humana, «a resposta da fé, dada pelo homem a Deus, deve ser voluntária. Por conseguinte, ninguém deve ser constrangido a abraçara fé contra vontade. Efectivamente, o acto de fé é voluntário por sua própria natureza» (32). «E certo que Deus chama o homem a servi-Lo em espírito e verdade; mas, se é verdade que

este apelo obriga o homem em consciência, isso não quer dizer que o constranja [...]. Isto foi evidente, no mais alto grau, em Jesus Cristo» (33). De facto, Cristo convidou à fé e à conversão, mas de modo nenhum constrangeu alguém. «Deu testemunho da verdade, mas não a impôs pela força aos seus contraditores. O seu Reino [...] dilata-se graças ao amor, pelo qual, levantado na cruz, Cristo atrai a Si todos os homens (34)».

A NECESSIDADE DA FÉ

161. Para obter a salvação é necessário acreditar em Jesus Cristo e n'Aquele que O enviou para nos salvar (35). «Porque "sem a fé não é possível agradar a Deus" *(Heb* 11, 6) e chegar a partilhar a condição de filhos seus; ninguém jamais pode justificar-se sem ela e ninguém que não "persevere nela até ao fim" *(Mt* 10, 22; 24, 13) poderá alcançar a vida eterna» (36).

A PERSEVERANÇA NA FÉ

162. A fé á um dom gratuito de Deus ao homem. Mas nós podemos perder este dom inestimável. Paulo adverte Timóteo a respeito dessa possibilidade: «Combate o bom combate, guardando a fé e a boa consciência; por se afastarem desse princípio é que muitos naufragaram na fé» (1 *Tm* 1, 18-19). Para viver, crescer e perseverar até ao fim na fé, temos de a alimentar com a Palavra de Deus; temos de pedir ao Senhor que no-la aumente (37); ela deve «agir pela caridade» *(Gl* 5, 6) (38), ser sustentada pela esperança (39) e permanecer enraizada na fé da Igreja.

A FÉ – VIDA ETERNA INICIADA

163. A fé faz que saboreemos, como que de antemão, a alegria e a luz da visão beatifica, termo da nossa caminhada nesta Terra. Então veremos Deus «face a face» (1 *Cor* 13, 12), «tal como Ele é» (1 *Jo* 3, 2). A fé, portanto, é já o princípio da vida eterna:

«Enquanto, desde já, contemplamos os benefícios da fé, como reflexo num espelho, é como se possuíssemos já as maravilhas que a nossa fé nos garante havermos de gozar um dia» (40).

164. Por enquanto porém, «caminhamos pela fé e não vemos claramente» (2 *Cor* 5, 7), e conhecemos Deus «como num espelho, de maneira confusa, [...] imperfeita» (1 *Cor,* 13, 12). Luminosa por parte d'Aquele em quem ela crê, a fé é muitas vezes vivida na obscuridade, e pode ser posta à prova. O mundo em que vivemos parece muitas vezes bem afastado daquilo que a ,fé nos diz: as experiências do mal e do sofrimento, das injustiças e da morte parecem contradizer a Boa-Nova, podem abalar a fé e tornarem-se, em relação a ela, uma tentação.

165. É então que nos devemos voltar para as *testemunhas da fé:* Abraão, que acreditou, «esperando contra toda a esperança» (*Rm* 4, 18); a Virgem Maria que, na «peregrinação da fé» (41), foi até à «noite da fé» (42), comungando no sofrimento do seu Filho e na noite do seu sepulcro (43); e tantas outras testemunhas da fé: «envoltos em tamanha nuvem de testemunhas, devemos desembaraçar-nos de todo o fardo e do pecado que nos cerca, e correr com constância o risco que nos é proposto, fixando os olhos no guia da nossa fé, o qual a leva à perfeição» *(Heb* 12, 1-2).

ARTIGO 2: NÓS CREMOS

166. A fé é um acto pessoal, uma resposta livre do homem à proposta de Deus que Se revela. Mas não é um acto isolado. Ninguém pode acreditar sozinho, tal como ninguém pode viver só. Ninguém se deu a fé a si mesmo, como ninguém a si mesmo se deu a vida. Foi de outrem que o crente recebeu a fé; a outrem a deve transmitir. O nosso amor a Jesus e aos homens impele-nos a falar aos outros da nossa fé. Cada crente é, assim, um elo na grande cadeia dos crentes. Não posso crer sem ser amparado pela fé dos outros, e pela minha fé contribuo também para amparar os outros na fé.

167. «Eu creio» (44): é a fé da Igreja, professada pessoalmente por cada crente, principalmente por ocasião do Baptismo. «Nós cremos» (45): é a fé da Igreja, confessada pelos bispos reunidos em Concílio ou, de modo mais geral, pela assembleia litúrgica dos crentes. «Eu

creio»: é também a Igreja, nossa Mãe, que responde a Deus pela sua fé e nos ensina a dizer: «Eu creio», «Nós cremos».

I. «Olhai, Senhor, para a fé da vossa Igreja»

168. É, antes de mais, a Igreja que crê, e que assim suporta, nutre e sustenta a minha fé. É primeiro a Igreja que, por toda a parte, confessa o Senhor *(«Te per orbem terrarum sancta confitetur Ecclesia» – «A* Santa Igreja anuncia por toda a terra a glória do vosso nome» – como cantamos no *«Te Deum»).* Com ela e nela, também nós somos atraídos e levados a confessar: «Eu creio», «Nós cremos». É da Igreja que recebemos a fé e a vida nova em Cristo, pelo Baptismo. No *Ritual Romano,* o ministro do Baptismo pergunta ao catecúmeno: «Que vens pedir à Igreja de Deus?» E ele responde: – «A fé». – «Para que te serve a fé?» – «Para alcançar a vida eterna» (46).

169. A salvação vem só de Deus. Mas porque é através da Igreja que recebemos a vida da fé, a Igreja é nossa Mãe. «Cremos que a Igreja é como que a mãe do nosso novo nascimento, mas não cremos na Igreja como se ela fosse a autora da nossa salvação»(47). É porque é nossa Mãe, é também a educadora da nossa fé.

II. A linguagem da fé

170. Não acreditamos em fórmulas, mas sim nas realidades que as fórmulas exprimem e que a fé nos permite «tocar». «O acto [de fé] do crente não se detém no enunciado, mas na realidade [enunciada]» (48). No entanto, é através das fórmulas da fé que nos aproximamos dessas realidades. As fórmulas permitem-nos exprimir e transmitir a fé, celebrá-la em comunidade, assimilá-la e dela viver cada vez mais.

171. A Igreja, que é «coluna e apoio da verdade» *(1 Tm 3,* 15), guarda fielmente a fé transmitida aos santos de uma vez por todas (49). É ela que guarda a memória das palavras de Cristo. É ela que transmite, de geração em geração, a confissão de fé dos Apóstolos. Tal como uma mãe ensina os seus filhos a falar e, dessa forma, a

compreender e a comunicar, a Igreja, nossa Mãe, ensina-nos a linguagem da fé, para nos introduzir na inteligência e na vida da fé.

III. Uma só fé

172. Desde há séculos, através de tantas línguas, culturas, povos e nações, a Igreja não cessa de confessar a sua fé única, recebida de um só Senhor, transmitida por um só Baptismo, enraizada na convicção de que todos os homens têm apenas um só Deus e Pai (50). Santo Ireneu de Lião, testemunha desta fé, declara:

173. «A Igreja, embora dispersa por todo o mundo até aos confins da Terra, tendo recebido dos Apóstolos e dos seus discípulos a fé, [...] guarda [esta pregação e esta fé] com tanto cuidado como se habitasse numa só casa; nela crê de modo idêntico, como tendo um só coração e uma só alma; prega-a e ensina-a e transmite-a com voz unânime, como se tivesse uma só boca» (51).

174. «Através do mundo, as línguas diferem: mas o conteúdo da Tradição é um só e o mesmo. Nem as Igrejas estabelecidas na Germania têm outra fé ou outra tradição, nem as que se estabeleceram entre os Iberos ou entre os Celtas, as do Oriente, do Egipto ou da Líbia, nem as que se fundaram no centro do mundo» (52). «A mensagem da Igreja é verídica e sólida, porque nela aparece um só e o mesmo caminho de salvação, em todo o mundo» (53).

175. Esta fé, «que recebemos da Igreja, guardamo-la nós cuidadosamente, porque sem cessar, sob a acção do Espírito de Deus, tal como um depósito de grande valor encerrado num vaso excelente, ela rejuvenesce e faz rejuvenescer o próprio vaso que a contém» (54).

Resumindo:

176. *A fé é uma adesão pessoal, do homem todo, a Deus que Se revela. Comporta uma adesão da inteligência e da vontade à Revelação que Deus fez de Si mesmo, pelas suas acções e palavras.*

177. *«Crer» tem, pois, uma dupla referência: à pessoa e à verdade; à verdade, pela confiança na pessoa que a atesta.*

178. *Não devermos crer em mais ninguém senão em Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.*

179. *A fé é um dom sobrenatural de Deus. Para crer, o homem tem necessidade dos auxílios interiores do Espírito Santo.*

180. *«Crer» é um acto humano, consciente e livre, que está de acordo com a dignidade da pessoa humana.*

181. *«Crer» é um acto eclesial. A fé da Igreja precede, gera, suporta e nutre a nossa fé. A Igreja é a Mãe de todos os crentes. «Ninguém pode ter a Deus por Pai, se não tiver a Igreja por Mãe»* (55).

182. *«Nós cremos em tudo quanto está contido na Palavra de Deus, escrita ou transmitida, e que a Igreja propõe à nossa fé como divinamente revelado»* (56).

183. *A fé é necessária para a salvação. O próprio Senhor o afirma: «Quem acreditar e for baptizado salvar-se-á, mas quem não acreditar será condenado» (Mc 16, 16).*

184. *«A fé é um antegozo do conhecimento que nos tornará felizes na vida futura»* (57).

CREDO

SÍMBOLO DOS APÓSTOLOS (58)	CREDO DE NICEIA–CONSTANTINOPLA (59)
Creio em Deus, Pai todo-poderoso, Criador do Céu e da Terra;	Creio em um só Deus, Pai todo-poderoso, Criador do Céu e da Terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis.
e em Jesus Cristo,	Creio em um só Senhor, Jesus Cristo,

seu único Filho, nosso Senhor,	Filho Unigénito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não criado, consubstancial ao Pai. Por Ele todas as coisas foram feitas. E por nós, homens, e para nossa salvação desceu dos Céus.
que foi concebido pelo poder do Espírito Santo; nasceu da Virgem Maria;	E encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e Se fez homem.
padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu à mansão dos mortos; ressuscitou ao terceiro dia; subiu aos Céus; está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso, de onde há-de vir a julgar os vivos e os mortos.	Também por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado. Ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras; e subiu aos Céus, onde está sentado à direita do Pai. De novo há-de vir em sua glória, para julgar os vivos e os mortos; e o seu Reino não terá fim.
Creio no Espírito Santo;	Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai e do Filho; e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: Ele que falou pelos profetas.

na santa Igreja Católica; na comunhão dos Santos;	Creio na Igreja una, santa, católica e apostólica.
na remissão dos pecados; na ressurreição da carne; na vida eterna. Amen	Professo um só Baptismo para remissão dos pecados. E espero a ressurreição dos mortos, e a vida do mundo que há-de vir. Amen.

Notas

1. II Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 2: AAS 58 (1966) 818.

2. II Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 5: AAS 58 (1966) 819.

3. Cf. *Rm* 1, 5; 16, 26.

4. Cf. *Gn* 12, 1-4.

5. Cf. *Gn* 23, 4.

6. Cf. *Heb* 11, 17.

7. Cf. *Gn* 15, 6.

8. Cf. *Gn* 15, 5.

9. Cf. *Gn* 18, 14.

10 Cf. *Lc* I, 48.

11. Cf. *Lc* 2, 35.

12. Cf. *Jr* 17, 5-6; *Sl* 40, 5; 146, 3-4.

13. Cf. *Mc* 1 , 11.

14. Cf. *Mc* 9, 7.

15. Cf. *Mt* 11, 27.

16. Cf. *Gl* 1, 15-16; *Mt* 11, 25.

17. II Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 5: AAS 58 (1966) 819.

18. I Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c.3: DS 3008.

19. São Tomás de Aquino. *Summa theologiae* II-II. q. 2. a. 9. c: Ed. Leon. 8. 37: cf. IConcílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 3: DS 3010.

20. I Concílio Vaticano, Const. dogm.*Dei Filius.* c. 3: DS 3008.

21. I Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 3: DS 3009.

22. Cf. *Mc* 16, 20; *Heb* 2, 4.

23. I Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 3: DS 3009.

24. I Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 3: DS 3010.

25. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae* II-II. q. 171, 5, 3um: Ed. Leon. 10, 373.

26. J. H. Newman, *Apologia pro vita sua*, c. 5. ed. M. J. Svaglic, Oxford 1967, p. 210.

27. Santo Anselmo da Cantuária, *Proslogion.* Prooemium: *Opera omnia,* ed. F. S. Schmitt. v. 1, Edimburgo 1946, p. 94.

28. II Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum*, 5: AAS 58 (1966) 819.

29. Santo Agostinho, *Sermão* 43, 7, 9: CCL 41. 512 (PL 38. 258).

30. I Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 4: DS 3017.

31. II Concílio Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 36: AAS 58 ((966) 1054.

32. II Concílio Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 10: AAS 58 (1966) 936; cf. CIC cân. 748 § 2.

33. II Concílio Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 11: AAS 58 (1966) 936.

34. II Concílio Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 11: AAS 58 (1966) 937.

35. Cf. *Mc* 16, 16; *Jo* 3, 36: 6, 40: etc.

36. I Concílio Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c 3: DS 3012; cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustiftcatione,* c. 8: DS 1532.

37. Cf. *Mc* 9, 24; *Lc* 17, 5: 22, 32.

38. Cf. *Tg* 2, 14-26.

39. Cf. *Rm* 15, 13.

40. São Basílio Magno, *Liber de Spiritu Sancto,* 15, 36: SC 17bis. 370 (PG 32, 132); cf. São Tomás de Aquino*, Summa Theologiae* II-II, q. 4, a. I. c: Ed. Leon. 8. 44.

41. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 58: AAS 57 (1965) 61.

42. João Paulo II, Enc. *Redemptoris Mater,* 17: AAS 79 (1987) 381.

43. João Paulo II, Enc. *Redemptoris Mater,* 18: AAS 79 (1987) 382-383.

44. *Símbolo dos Apóstolos:* DS 30.

45. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150 (no original grego).

46. *Iniciação cristã dos adultos,* 75. 2ª edição, Gráfica de Coimbra 1996. p. 48: *Ibid*., 247, p. 153.

47. Fausto de Riez, *De Spiritu sancto* 1, 2: CSEL 21, 104 (l, 1: PL 62.11).

48. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae* 11-II, q. I. a. 2. ad 2: Ed Leon. 8. 11.

49. Cf. *Jd* 3.

50. Cf. *Ef* 4, 4-6.

51. Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses* I. 10, 1-2: SC 264, 154-158 (PG 7, 550-551).

52. Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses* I. 10. 2: SC 264, 158-160 (PG 7, 531-534).

53. Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses* V, 20. 1: SC 153, 254-256 (PG 7, 1177).

54. Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses* III. 24, 1: SC 211, 472 (PG 7, 966).

55. São Cipriano de Cartago, *Ecclesiae catholicae unitate,* 6: CCL 3. 253 (PL 4. 519).

56. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei* [Credo do Povo de Deus], 20: AAS 60 (1968) 441.

57. São Tomás de Aquino, *Compendium theologiae,* 1, 2: Ed. Leon. 42. 83., 1, 2.

58. DS 30.

59. DS 150.

SEGUNDA SECÇÃO: A PROFISSÃO DA FÉ CRISTÃ

OS SÍMBOLOS DA FÉ

185. Quem diz «Creio» afirma: «dou a minha adesão àquilo em que *nós* cremos». A comunhão na fé tem necessidade duma linguagem comum da fé, normativa para todos e a todos unindo na mesma confissão de fé.

186. Desde a origem, a Igreja apostólica exprimiu e transmitiu a sua própria fé em fórmulas breves e normativas para todos (1). Mas bem cedo a Igreja quis também recolher o essencial da sua fé em resumos orgânicos e articulados, destinados sobretudo aos candidatos ao Baptismo.

«Esta síntese da fé não foi feita segundo as opiniões humanas: mas recolheu-se de toda a Escritura o que nela há de mais importante, para apresentar na integra aquilo e só aquilo que a fé ensina. E, tal como a semente de mostarda contém, num pequeno grão, numerosos ramos, do mesmo modo este resumo da fé encerra em algumas palavras todo o conhecimento da verdadeira piedade contido no Antigo e no Novo Testamento» (2).

187. A estas sínteses da fé chamamos-lhes «profissões de fé», porque resumem a fé professada pelos cristãos. Chamamos-lhes «Credo», pelo facto de elas normalmente começarem pela palavra: «Creio». Igualmente lhes chamamos «símbolos da fé».

188. A palavra grega «symbolon» significava a metade dum objecto partido (por exemplo, um selo), que se apresentava como um sinal de identificação. As duas partes eram justapostas para verificar a identidade do portador. O «símbolo da fé» é, pois, um sinal de identificação e de comunhão entre os crentes. «Symbolon» também significa resumo, colectânea ou sumário. O «símbolo da fé» é o sumário das principais verdades da fé. Por isso, serve de ponto de referência primário e fundamental da catequese.

189. A primeira «profissão de fé» faz-se por ocasião do Baptismo. O «símbolo da fé» é, antes de mais nada, o símbolo *baptismal.* E uma vez que o Baptismo é conferido «em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo»*(Mt* 28, 19), as verdades da fé professadas por ocasião do Baptismo articulam-se segundo a sua referência às três pessoas da Santíssima Trindade.

190. O Símbolo divide-se, portanto, em três partes: «na primeira, trata da Primeira Pessoa divina e da obra admirável da criação: na segunda, da Segunda Pessoa divina e do mistério da Redenção dos homens; na terceira, da Terceira Pessoa divina, fonte e princípio da nossa santificação» (3). São estes «os três capítulos do nosso selo [baptismal]» (4).

191. O Símbolo «está estruturado em três partes [...] subdivididas em fórmulas variadas e muito adequadas. Segundo uma comparação frequentemente empregada pelos Padres, chamamos-lhes *artigos.* De facto, assim como nos nossos membros há certas articulações que os distinguem e separam, do mesmo modo, nesta profissão de fé, foi com razão e propriedade que se deu o nome de artigos às verdades que devemos crer em particular e de modo distinto» (5). Segundo uma antiga tradição, já atestada por Santo Ambrósio, é costume enumerar *doze* artigos do Credo, simbolizando, com o número dos doze Apóstolos, o conjunto da fé apostólica (6).

192. Foram numerosas, ao longo dos séculos, e correspondendo sempre às necessidades das diferentes épocas, as profissões ou símbolos da fé: os símbolos das diferentes Igrejas apostólicas e antigas (7), o símbolo «Quicumque», chamado de Santo Atanásio (8), as profissões de fé de certos concílios (Toledo (9); Latrão (10): Lião (11) Trento (12)) ou de certos papas, como a «Fides Damasi» (13) ou o «Credo do Povo de Deus», de Paulo VI (1968) (14).

193. Nenhum dos símbolos dos diferentes períodos da vida da Igreja pode ser considerado ultrapassado ou inútil. Todos nos ajudam a abraçar e a aprofundar hoje a fé de sempre, através dos diversos resumos que dela se fizeram.

Entre todos os símbolos da fé, há dois que têm um lugar muito especial na vida da Igreja:

194. *O Símbolo dos Apóstolos,* assim chamado porque se considera, com justa razão, o resumo fiel da fé dos Apóstolos. É o antigo símbolo baptismal da Igreja de Roma. A sua grande autoridade vem-lhe deste facto: «É o símbolo adoptado pela Igreja romana, aquela em que Pedro, o primeiro dos Apóstolos, teve a sua cátedra, e para a qual ele trouxe a expressão da fé comum» (15).

195. *O Símbolo dito de Niceia-Constantinopla* deve a sua grande autoridade ao facto de ser proveniente desses dois primeiros concílios ecuménicos (dos anos de 325 e 381). Ainda hoje continua a ser comum a todas as grandes Igrejas do Oriente e do Ocidente.

196. A exposição da fé, que vamos fazer, seguirá o Símbolo dos Apóstolos, que constitui, por assim dizer, «o mais antigo catecismo romano». Entretanto, a nossa exposição será completada por constantes referências ao Símbolo Niceno-Constantinopolitano, muitas vezes mais explícito e pormenorizado.

197. Como no dia do nosso Baptismo, quando toda a nossa vida foi confiada «a esta regra de doutrina» *(Rm 6,* 17), acolhemos o Símbolo da nossa fé que dá a vida. Recitar com fé o Credo é entrar em comunhão com Deus Pai, Filho e Espírito Santo. E é também entrar em comunhão com toda a Igreja, que nos transmite a fé e em cujo seio nós acreditamos:

«Este Símbolo é o selo espiritual [...], é a meditação do nosso coração e a sentinela sempre presente; é, sem dúvida, o tesouro da nossa alma» (16).

Notas

1. Cf. *Rm* 10, 9; *1 Cor* 15, 3-5; etc.

2. São Cirilo de Jerusalém, *Catechese illuminandorum 5, 12: Opera, v.* 1. ed. G. C. Reischl (Monaci 1848), p. 150 *(PG* 33. 521-524).

3. Cat Rom I, I, 4. p. 20.

4. Santo Ireneo, *Demonstratio apostolicae praedicationis,* 100: SC 62. 170.

5. Cat Rom I. 1, 4. p. 20.

6. Cf. Santo Ambrósio10, *Explanatio Symboli,* 8: CSEL 73, 10-11 (PL 17. 1196).

7. Cf. *Symbola fidei ab Ecclesia antiqua recepta:* DS 1-64.

8. Cf. DS 75-76.

9. XI Concílio de Toledo: DS 525-541.

10. IV Concílio de Latrão: DS 800-802.

11. II Concílio de Lião: DS 851-861.

12. *Professio ftdei Tridentina:* DS 1862-1870.

13. Cf. DS 71-72.

14. *Sollemnis Professio fidei:* AAS 60 (1968) 433-445.

15. Santo Ambrósio, *Explanatio Symboli, 7:* CSEL 73. 10 (PL 17, 1196).

16. Santo Ambrósio, *Explanatio Symboli, 7:* CSEL 73. 3 (PL 17, 1193).

CAPÍTULO PRIMEIRO: CREIO EM DEUS PAI

198. A nossa profissão de fé começa por Deus, porque Deus é «o Primeiro e o Último» (*Is* 44, 6), o Princípio e o Fim de tudo. O Credo começa por Deus Pai, porque o Pai é a Primeira Pessoa divina da Santíssima Trindade; o nosso Símbolo começa pela criação do céu e da terra, porque a criação é o princípio e o fundamento de todas as obras de Deus.

ARTIGO 1: «CREIO EM DEUS PAI TODO-PODEROSO CRIADOR DO CÉU E DA TERRA»

PARÁGRAFO 1: CREIO EM DEUS

199. «Creio em Deus»: é esta a primeira afirmação da profissão de fé e também a mais fundamental. Todo o Símbolo fala de Deus; ao falar também do homem e do mundo, fá-lo em relação a Deus. Os artigos do Credo dependem todos do primeiro, do mesmo modo que todos os mandamentos são uma explicitação do primeiro. Os outros artigos fazem-nos conhecer melhor a Deus, tal como Ele progressivamente Se revelou aos homens. «Os fiéis professam, antes de mais nada, crer em Deus»(1).

I. «Creio em um só Deus»

200. É com estas palavras que começa o Símbolo Niceno-Constantinopolitano. A confissão da unicidade de Deus, que radica na Revelação divina da Antiga Aliança, é inseparável da confissão da existência de Deus e tão fundamental como ela. Deus é único; não há senão um só Deus: «A fé cristã crê e professa que há um só Deus, por natureza, por substância e por essência» (2).

201. A Israel, seu povo eleito, Deus revelou-Se como sendo único: «Escuta, Israel! O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças» *(Dt* 6, 4-5). Por meio dos profetas, Deus faz apelo a Israel e a todas as nações para que se voltem para Ele, o Único: «Voltai-vos para Mim, e sereis salvos, todos os confins da terra, porque Eu sou Deus e não há outro [...] Diante de Mim se hão-

de dobrar todos os joelhos, em Meu nome hão-de jurar todas as línguas. E dirão: "Só no Senhor existem a justiça e o poder"» (*Is* 45, 22-24) (3).

202. O próprio Jesus confirma que Deus é «o único Senhor», e que é necessário amá-Lo «com todo o coração, com toda a alma, com todo o entendimento e com todas as forças» (4). Ao mesmo tempo, dá a entender que Ele próprio é «o Senhor» (5). Confessar que «Jesus é o Senhor» é próprio da fé cristã. Isso não vai contra a fé num Deus Único. Do mesmo modo, crer no Espírito Santo, «que é Senhor e dá a Vida», não introduz qualquer espécie de divisão no Deus único:

«Nós acreditamos com firmeza e afirmamos simplesmente que há um só Deus verdadeiro, imenso e imutável, incompreensível, todo-poderoso e inefável. Pai e Filho e Espírito Santo: três Pessoas, mas uma só essência, uma só substância ou natureza absolutamente simples»(6).

II. Deus revela o seu nome

203. Deus revelou-Se ao seu povo Israel, dando-lhe a conhecer o seu nome. O nome exprime a essência, a identidade da pessoa e o sentido da sua vida. Deus tem um nome. Não é uma força anónima. Dizer o seu nome é dar-Se a conhecer aos outros; é, de certo modo, entregar-Se a Si próprio, tornando-Se acessível, capaz de ser conhecido mais intimamente e de ser invocado pessoalmente.

204. Deus revelou-Se progressivamente e sob diversos nomes ao seu povo; mas foi a revelação do nome divino feita a Moisés na teofania da sarça ardente, no limiar do êxodo e da Aliança do Sinai, que se impôs como sendo a revelação fundamental, tanto para a Antiga como para a Nova Aliança.

O DEUS VIVO

205. Do meio duma sarça que arde sem se consumir, Deus chama por Moisés. E diz-lhe: «Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacob» (*Ex* 3, 6). Deus é o Deus dos

antepassados, Aquele que tinha chamado e guiado os patriarcas nas suas peregrinações. É o Deus fiel e compassivo, que se lembra deles e das promessas que lhes fez. Ele vem para libertar da escravidão os seus descendentes. É o Deus que, para além do espaço e do tempo, pode e quer fazê-lo, e empenhará a Sua omnipotência na concretização deste desígnio.

«EU SOU AQUELE QUE SOU»

Moisés disse a Deus: «Vou então procurar os filhos de Israel e dizer-lhes: " O Deus de vossos pais enviou-me a vós". Mas se me perguntarem qual é o seu nome, que hei-de responder-lhes? Deus disse a Moisés: «Eu sou Aquele que sou». E prosseguiu: «Assim falarás aos filhos de Israel: Aquele que tem por nome "Eu sou" é que me enviou a vós [...] ... Será este o meu nome para sempre, nome que ficará de memória para todas as gerações» (*Ex* 3, 13-15).

206. Ao revelar o seu nome misterioso de YHWH, «Eu sou Aquele que É», ou «Eu sou Aquele que Sou», ou ainda «Eu sou quem Eu sou», Deus diz Quem é e com que nome deve ser chamado. Este nome divino é misterioso, tal como Deus é mistério. E, ao mesmo tempo, um nome revelado e como que a recusa dum nome. É assim que Deus exprime melhor o que Ele é, infinitamente acima de tudo o que podemos compreender ou dizer: Ele é o «Deus escondido» (*Is* 45, 15), o seu nome é inefável (7), e é o Deus que Se faz próximo dos homens.

207. Ao revelar o seu nome, Deus revela ao mesmo tempo a sua fidelidade, que é de sempre e para sempre, válida tanto para o passado («Eu sou o Deus de teu pai» – *Ex* 3, 6), como para o futuro («Eu estarei contigo» – *Ex* 3, 12). Deus, que revela o seu nome como sendo «Eu sou», revela-Se como o Deus que está sempre presente junto do seu povo para o salvar.

208. Perante a presença atraente e misteriosa de Deus, o homem descobre a sua pequenez. Diante da sarça ardente, Moisés descalça as sandálias e cobre o rosto face à santidade divina (8). Ante a glória do Deus três vezes santo, Isaías exclama: «Ai de mim, que

estou perdido, pois sou um homem de lábios impuros» (*Is* 6, 5). Perante os sinais divinos realizados por Jesus. Pedro exclama: «Afasta-Te de mim, Senhor, porque eu sou um pecador» (*Lc* 5, 8). Mas porque Deus é santo, pode perdoar ao homem que se descobre pecador diante d'Ele: «Não deixarei arder a minha indignação [...]. É que Eu sou Deus, e não homem, o Santo que está no meio de vós» (*Os* 11, 9). E o apóstolo João dirá também: «Tranquilizaremos diante d'Ele, o nosso coração, se o nosso coração vier a acusar-nos. Pois Deus é maior do que o nosso coração e conhece todas as coisas» (1 *Jo 3,* 19-20).

209. Por respeito pela santidade de Deus, o povo de Israel não pronuncia o seu nome. Na leitura da Sagrada Escritura, o nome revelado é substituído pelo título divino de «Senhor» («Adonai», em grego «Kyrios»). É sob este título que será aclamada a divindade de Jesus: «Jesus é o Senhor».

«DEUS DE TERNURA E DE PIEDADE»

210. Depois do pecado de Israel, que se afastou de Deus para adorar o bezerro de ouro (9), Deus atende a intercessão de Moisés e aceita caminhar no meio dum povo infiel, manifestando deste modo o seu amor (10). A Moisés, que Lhe pede a graça de ver a sua glória. Deus responde: «Farei passar diante de ti toda a minha bondade (beleza) e proclamarei diante de ti o nome de YHWH» (*Ex* 33, 18-19). E o Senhor passa diante de Moisés e proclama: «O Senhor, o Senhor [YHWH, YHWH] é um Deus clemente e compassivo, sem pressa para se indignar e cheio de misericórdia e fidelidade» (*Ex* 34, 6). Moisés confessa, então, que o Senhor é um Deus de perdão» (11).

211. O nome divino «Eu sou» ou «Ele é» exprime a fidelidade de Deus, que, apesar da infidelidade do pecado dos homens e do castigo que merece, «conserva a sua benevolência em favor de milhares de pessoas» (*Ex* 34, 7). Deus revela que é «rico de misericórdia» *(Ef 2, 4),*ao ponto de entregar o seu próprio Filho. Dando a vida para nos libertar do pecado, Jesus revelará que Ele

mesmo é portador do nome divino: «Quando elevardes o Filho do Homem, então sabereis que *Eu sou» (Jo* 8, 28).

SÓ DEUS É

212. No decorrer dos séculos, a fé de Israel pôde desenvolver e aprofundar as riquezas contidas na revelação do nome divino. Deus é único, fora d'Ele não há deuses (12). Ele transcende o mundo e a história. Foi Ele que fez o céu e a terra; «eles hão-de passar, mas Vós permaneceis; tal como um vestido, eles se vão gastando [...] Vós, porém, sois sempre o mesmo e os vossos anos não têm fim» *(Sl* 102, 27-28). N'Ele «não há variação nem sombra de mudança» (*Tg* 1, 17). Ele é «Aquele que é», desde sempre e para sempre; e assim, permanece sempre fiel a Si mesmo e às suas promessas.

213. A revelação do nome inefável «Eu sou Aquele que sou» encerra, portanto, a verdade que só Deus «É». Foi nesse sentido que já a tradução dos Setenta e, na sua sequência, a Tradição da Igreja. compreenderam o nome divino: Deus é a plenitude do Ser e de toda a perfeição, sem princípio nem fim. Enquanto todas as criaturas d'Ele receberam todo o ser e o ter, só Ele é o seu próprio Ser, e Ele é por Si mesmo tudo o que Ele é.

III. Deus, «Aquele que é», é verdade e amor

214. Deus, «Aquele que É», revelou-Se a Israel como Aquele que é «cheio de misericórdia e fidelidade» (*Ex* 34, 6). Estas duas palavras exprimem, de modo sintético, as riquezas do nome divino. Em todas as suas obras, Deus mostra a sua benevolência, a sua bondade, a sua graça, o seu amor; mas também a sua credibilidade, a sua constância, a sua fidelidade, a sua verdade. «Hei-de louvar o vosso nome pela vossa bondade e fidelidade» (*Sl* 138, 2) (13). Ele é a verdade, porque «Deus é luz, e n'Ele não há trevas nenhumas» *(1 Jo* 1, 5); Ele é «Amor», como ensina o apóstolo João *(1 Jo* 4, 8).

DEUS É A VERDADE

215. «A verdade é princípio da vossa palavra, é eterna toda a sentença da vossa justiça» (*Sl*119, 160). «Decerto, Senhor Deus, Vós é que sois Deus e dizeis palavras de verdade» *(2 Sm 7,*28); é por isso que as promessas de Deus se cumprem sempre (14). Deus é a própria verdade; as suas palavras não podem enganar. É por isso que nos podemos entregar com toda a confiança e em todas as coisas à verdade e à fidelidade da sua palavra. O princípio do pecado e da queda do homem foi uma mentira do tentador, que o levou a duvidar da palavra de Deus, da sua benevolência e da sua fidelidade.

216. A verdade de Deus é a sua sabedoria, que comanda toda a ordem da criação e governo do mundo (15). Só Deus que, sozinho, criou o céu e a terra (16) pode dar o conhecimento verdadeiro de todas as coisas criadas na sua relação com Ele (17).

217. Deus é igualmente verdadeiro quando Se revela: todo o ensinamento que vem de Deus é «doutrina de verdade» *(Ml* 2, 6). Quando Ele enviar o seu Filho ao mundo, será «para dar testemunho da verdade» *(Jo* 18, 37): «Sabemos [...] que veio o Filho de Deus e nos deu entendimento para conhecermos o Verdadeiro» *(1 Jo* 5, 20) (18).

DEUS É AMOR

218. No decorrer da sua história, Israel pôde descobrir que Deus só tinha uma razão para Se lhe ter revelado e o ter escolhido, de entre todos os povos, para ser o seu povo: o seu amor gratuito (19). E Israel compreendeu, graças aos seus profetas, que foi também por amor que Deus não deixou de o salvar (20) e de lhe perdoar a sua infidelidade e os seus pecados (21).

219. O amor de Deus para com Israel é comparado ao amor dum pai para com o seu filho(22). Este amor é mais forte que o de uma mãe para com os seus filhos (23). Deus ama o seu povo, mais que um esposo a sua bem-amada (24); este amor vencerá mesmo as piores infidelidades (25); e chegará ao mais precioso de todos os

dons: «Deus amou de tal maneira o mundo, que lhe entregou o seu Filho Único» *(Jo 3,* 16).

220. O amor de Deus é «eterno» (*Is* 54, 8): «Ainda que as montanhas se desloquem e vacilem as colinas, o meu amor não te abandonará» (*Is* 54, 10). «Amei-te com amor eterno: por isso, guardei o meu favor para contigo» *(Jr* 31, 3).

221. São João irá ainda mais longe, ao afirmar: «Deus é Amor» *(1 Jo* 4, 8, 16): a própria essência de Deus é Amor. Ao enviar, na plenitude dos tempos, o seu Filho único e o Espírito de Amor, Deus revela o seu segredo mais íntimo ": Ele próprio é eternamente permuta de amor: Pai, Filho e Espírito Santo; e destinou-nos a tomar parte nessa comunhão.

IV. Consequências da fé no Deus Único

222. Crer em Deus, o Único, e amá-Lo com todo o nosso ser, tem consequências imensas para toda a nossa vida:

223. *É conhecer a grandeza e a majestade de Deus:* «Deus é grande demais para que O possamos conhecer» *(Job* 36, 26). É por isso que Deus deve ser «o primeiro a ser servido» (27).

224. *É viver em acção de graças:* Se Deus é o Único, tudo o que nós somos e tudo quanto possuímos vem d'Ele: «Que possuis que não tenhas recebido?» *(1 Cor* 4, 7). «Como agradecerei ao Senhor tudo quanto Ele me deu?» *(Sl* 116, 12).

225. *É conhecer a unidade e a verdadeira dignidade de todos os homens:* todos eles foram feitos «à imagem e semelhança de Deus» *(Gn* 1, 26).

226. *É fazer bom uso das coisas criadas: A fé* no Deus único leva-nos a usar de tudo quanto não for Ele, na medida em que nos aproximar d'Ele, e a desprender-nos de tudo, na medida em que d'Ele nos afastar (28):

«Meu Senhor e meu Deus, tira-me tudo o que me afasta de Ti.
Meu Senhor e meu Deus, dá-me tudo o que me aproxima de Ti.

Meu Senhor e meu Deus, desapega-me de mim mesmo, para que eu me dê todo a Ti» (29).

227. *É ter confiança em Deus, em todas as circunstâncias,* mesmo na adversidade. Uma oração de Santa Teresa de Jesus exprime admiravelmente tal atitude:

«Nada te perturbe / Nada te espante
Tudo passa / Deus não muda
A paciência tudo alcança / Quem a Deus tem
nada lhe falta / Só Deus basta» (30).

Resumindo:

228. *«Escuta, Israel! O Senhor; nosso Deus, é o único Senhor...» (Dt 6, 4; Mc 12, 29). «O ser supremo tem necessariamente de ser único, isto é, sem igual. [...] Se Deus não for único, não é Deus»* (31).

229. *A fé em Deus leva-nos a voltarmo-nos só para Ele, como a nossa primeira origem e o nosso último fim, e a nada Lhe preferir ou por nada O substituir:*

230. *Deus, ao revelar-Se, continua mistério inefável: «Se O compreendesses, não seria Deus»*(32).

231. *O Deus da nossa fé revelou-Se como* Aquele que é: *deu-Se a conhecer como «cheio de misericórdia e fidelidade» (Ex 34, 6). O seu próprio Ser é verdade e amor.*

PARÁGRAFO 2: O PAI

I. «Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo»

232. Os cristãos são baptizados «em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo» *(Mt* 28, 19). Antes disso, eles respondem «Creio» à tríplice pergunta com que são interpelados a confessar a sua fé no Pai, no Filho e no Espírito Santo: *«Fides omnium christianorum in Trinitate consistit – A* fé de todos os cristãos assenta na Trindade») (33).

233. Os cristãos são baptizados «em nome» do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e não «nos nomes» deles porque não há senão um só Deus – o Pai Omnipotente, o Seu Filho Unigénito e o Espírito Santo: a Santíssima Trindade.

234. O mistério da Santíssima Trindade é o mistério central da fé e da vida cristã. É o mistério de Deus em si mesmo. E, portanto, a fonte de todos os outros mistérios da fé e a luz que os ilumina. É o ensinamento mais fundamental e essencial na «hierarquia das verdades da fé» (35). «Toda a história da salvação não é senão a história do caminho e dos meios pelos quais o Deus verdadeiro e único, Pai, Filho e Espírito Santo, Se revela, reconcilia consigo e Se une aos homens que se afastam do pecado»(36).

235. Neste parágrafo se exporá brevemente de que maneira foi revelado o mistério da Santíssima Trindade (I), como é que a Igreja formulou a doutrina da fé sobre este mistério (II) e, por fim, como é que, pelas missões divinas do Filho e do Espírito Santo, Deus Pai realiza o seu «desígnio de benevolência» de criação, redenção e santificação (III).

236. Os Padres da Igreja distinguem entre «Theologia» e «Oikonomia», designando pelo primeiro termo o mistério da vida íntima de Deus-Trindade e, pelo segundo, todas as obras de Deus pelas quais Ele Se revela e comunica a sua vida. É pela «Oikonomia» que nos é revelada a «Theologia»; mas, inversamente, é a «Theologia» que esclarece toda a «Oikonomia». As obras de Deus revelam quem Ele é em Si mesmo: e, inversamente, o mistério do seu Ser íntimo ilumina o entendimento de todas as suas obras. Analogicamente, é o que se passa com as pessoas humanas. A pessoa revela-se no que faz, e, quanto mais conhecemos uma pessoa, tanto melhor compreendemos o seu agir.

237. A Trindade é um mistério de fé em sentido estrito, um dos «mistérios ocultos em Deus, que não podem ser conhecidos se não forem revelados lá do alto» (37) É verdade que Deus deixou traços do seu Ser trinitário na obra da criação e na sua revelação ao longo do Antigo Testamento. Mas a intimidade do seu Ser como Trindade

Santíssima constitui um mistério inacessível à razão sozinha e, mesmo, à fé de Israel antes da Encarnação do Filho de Deus e da missão do Espírito Santo.

II. A revelação de Deus como Trindade

O PAI REVELADO PELO FILHO

238. A invocação de Deus como «Pai» é conhecida em muitas religiões. A divindade é muitas vezes considerada como «pai dos deuses e dos homens». Em Israel, Deus é chamado Pai enquanto criador do mundo (38). Mais ainda, Deus é Pai em razão da Aliança e do dom da Lei a Israel, seu «filho primogénito» (*Ex* 4, 22). Também é chamado Pai do rei de Israel (39). E é muito especialmente «o Pai dos pobres», do órfão e da viúva, entregues à sua protecção amorosa (40).

239. Ao designar Deus com o nome de «Pai», a linguagem da fé indica principalmente dois aspectos: que Deus é a origem primeira de tudo e a autoridade transcendente, e, ao mesmo tempo, que é bondade e solicitude amorosa para com todos os seus filhos. Esta ternura paternal de Deus também pode ser expressa pela imagem da maternidade (41), que indica melhor a imanência de Deus, a intimidade entre Deus e a sua criatura A linguagem da fé vai, assim, alimentar-se na experiência humana dos progenitores, que são, de certo modo, os primeiros representantes de Deus para o homem. Mas esta experiência diz também que os progenitores humanos são falíveis e podem desfigurar a face da paternidade e da maternidade. Convém, então, lembrar que Deus transcende a distinção humana dos sexos. Não é homem nem mulher: é Deus. Transcende também a paternidade e a maternidade humanas (42), sem deixar de ser de ambas a origem e a medida (43): ninguém é pai como Deus.

240. Jesus revelou que Deus é «Pai» num sentido inédito: não o é somente enquanto Criador: é Pai eternamente em relação ao seu Filho único, o qual, eternamente, só é Filho em relação ao Pai: «Ninguém conhece o Filho senão o Pai, nem ninguém conhece o Pai senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar» *(Mt* 11, 27).

241. É por isso que os Apóstolos confessam que Jesus é «o Verbo [que] estava [no princípio] junto de Deus» e que é Deus *(Jo* 1, 1), «a imagem do Deus invisível» *(Cl* 1, 15), «o resplendor da sua glória e a imagem da sua substância» *(Heb* 1, 3).

242. Na esteira deles, seguindo a tradição apostólica, no primeiro concílio ecuménico de Niceia, em 325, a Igreja confessou que o Filho é «consubstancial» ao Pai (44), quer dizer, um só Deus com Ele. O segundo concilio ecuménico, reunido em Constantinopla em 381, guardou esta expressão na sua formulação do Credo de Niceia e confessou «o Filho unigénito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos, luz da luz. Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai» (45).

O PAI E O FILHO REVELADOS PELO ESPÍRITO

243. Antes da sua Páscoa, Jesus anuncia o envio de um «outro Paráclito»(Defensor), o Espírito Santo. Agindo desde a criação (46) e tendo outrora «falado pelos profetas» (47), o Espírito Santo estará agora junto dos discípulos, e neles (48), para os ensinar (49) e os guiar «para a verdade total» *(Jo* 16, 13). E, assim, o Espírito Santo é revelado como uma outra pessoa divina, em relação a Jesus e ao Pai.

244. A origem eterna do Espírito revela-se na sua missão temporal. O Espírito Santo é enviado aos Apóstolos e à Igreja, tanto pelo Pai, em nome do Filho, como pessoalmente pelo Filho, depois do seu regresso ao Pai (50). O envio da pessoa do Espírito, após a glorificação de Jesus (51) revela em plenitude o mistério da Santíssima Trindade.

245. A fé apostólica relativamente ao Espírito foi confessada pelo segundo concilio ecuménico, reunido em Constantinopla em 381:«Nós acreditamos no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai» (52). A Igreja reconhece assim o Pai como «a fonte e a origem de toda a Divindade» (53). Mas a origem eterna do Espírito Santo não está desligada da do Filho: «O Espírito Santo, que é a terceira pessoa da Trindade, é Deus, uno e igual ao Pai e ao Filho, da

mesma substância e também da mesma natureza... Contudo, não dizemos que Ele é somente o Espírito do Pai, mas, ao mesmo tempo, o Espírito do Pai e do Filho»(54). O Credo do Concílio de Constantinopla da Igreja confessa que Ele, «com o Pai e o Filho, é adorado e glorificado» (55).

246. A tradição latina do Credo confessa que o Espírito «procede do Pai e *do Filho*(Filioque)». O Concílio de Florença, em 1438, explicita: «O Espírito Santo [...] recebe a sua essência e o seu ser ao mesmo tempo do Pai e do Filho, e procede eternamente de um e do outro como dum só Princípio e por uma só espiração [...] E porque tudo o que é do Pai, o próprio Pai o deu ao seu Filho Unigénito, gerando-O, com excepção do seu ser Pai, esta mesma procedência do Espírito Santo, a partir do Filho, Ele a tem eternamente do seu Pai, que eternamente O gerou» (56).

247. A afirmação do *Filioque* não figurava no Símbolo de Constantinopla de 381. Mas, com base numa antiga tradição latina e alexandrina, o Papa São Leão já a tinha confessado dogmaticamente em 447 (57), mesmo antes de Roma ter conhecido e recebido o Símbolo de 381 no Concílio de Calcedónia, em 451). O uso desta fórmula no Credo foi sendo, pouco a pouco, admitido na liturgia latina (entre os séculos VIII e XI). A introdução do *Filioque* no Símbolo Niceno-Constantinopolitano pela liturgia latina constitui, ainda hoje, no entanto, um diferendo com as igrejas ortodoxas.

248. A tradição oriental exprime, antes de mais, o carácter de origem primeira do Pai em relação ao Espírito. Ao confessar o Espírito como «saído do Pai» *(Jo* 15, 26), afirma que Ele*procede* do Pai *pelo* Filho (58). A tradição ocidental exprime, sobretudo, a comunhão consubstancial entre o Pai e o Filho, ao dizer que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho*(Filioque)*. E di-lo «de maneira legítima e razoável» (59), «porque a ordem eterna das pessoas divinas na sua comunhão consubstancial implica que o Pai seja a origem primeira do Espírito, enquanto «princípio sem princípio» (60), mas também que, enquanto Pai do *Filho* Único, seja com Ele «o princípio único de que procede o Espírito Santo» (61).

Esta legítima complementaridade, se não for exagerada, não afecta a identidade da fé na realidade do mesmo mistério confessado.

III. A Santíssima Trindade na doutrina da fé

A FORMAÇÃO DO DOGMA TRINITÁRIO

249. A verdade revelada da Santíssima Trindade esteve, desde a origem, na raiz da fé viva da Igreja. principalmente por meio do Baptismo. Encontra a sua expressão na regra da fé baptismal, formulada na pregação, na catequese e na oração da Igreja. Tais formulações encontram-se já nos escritos apostólicos, como o comprova esta saudação retomada na liturgia eucarística: «A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos vós» *(2 Cor* 13, 13)(62).

250. No decurso dos primeiros séculos, a Igreja preocupou-se com formular mais explicitamente a sua fé trinitária, tanto para aprofundar a sua própria inteligência da fé, como para a defender contra os erros que a deformavam. Foi esse o trabalho dos primeiros concílios, ajudados pelo trabalho teológico dos Padres da Igreja e sustentados pelo sentido da fé do povo cristão.

251. Para a formulação do dogma da Trindade, a Igreja teve de elaborar uma terminologia própria, com a ajuda de noções de origem filosófica: «substância», «pessoa» ou «hipóstase», «relação», etc. Ao fazer isto, a Igreja não sujeitou a fé a uma sabedoria humana, mas deu um sentido novo, inédito, a estes termos, chamados a exprimir também, desde então, um mistério inefável, «transcendendo infinitamente tudo quanto podemos conceber a nível humano» (63).

252. A Igreja utiliza o termo «substância» (às vezes também traduzido por «essência» ou «natureza») para designar o ser divino na sua unidade; o termo «pessoa» ou «hipóstase» para designar o Pai, o Filho e o Espírito Santo na distinção real entre Si; e o termo «relação» para designar o facto de que a sua distinção reside na referência recíproca de uns aos outros.

O DOGMA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

253. *A Trindade é una.* Nós não confessamos três deuses, mas um só Deus em três pessoas: «a Trindade consubstancial» (64). As pessoas divinas não dividem entre Si a divindade única: cada uma delas é Deus por inteiro: «O Pai é aquilo mesmo que o Filho, o Filho aquilo mesmo que o Pai, o Pai e o Filho aquilo mesmo que o Espírito Santo, ou seja, um único Deus por natureza» (65). «Cada uma das três pessoas é esta realidade, quer dizer, a substância, a essência ou a natureza divina» (66).

254. As *pessoas divinas são realmente distintas entre Si.* «Deus é um só, mas não solitário» (67). «Pai», «Filho», «Espírito Santo» não são meros nomes que designam modalidades do ser divino, porque são realmente distintos entre Si. «Aquele que é o Filho não é o Pai e Aquele que é o Pai não é o Filho, nem o Espírito Santo é Aquele que é o Pai ou o Filho» (68). São distintos entre Si pelas suas relações de origem: «O Pai gera, o Filho é gerado, o Espírito Santo procede»(69). A *unidade divina é trina.*

255. *As pessoas divinas são relativas umas às outras.* Uma vez que não divide a unidade divina, a distinção real das pessoas entre Si reside unicamente nas relações que as referenciam umas às outras: «Nos nomes relativos das pessoas, o Pai é referido ao Filho, o Filho ao Pai, o Espírito Santo a ambos. Quando falamos destas três pessoas, considerando as relações respectivas, cremos, todavia, numa só natureza ou substância» (70). Com efeito, «n'Eles tudo é um, onde não há a oposição da relação» (71). «Por causa desta unidade, o Pai está todo no Filho e todo no Espírito Santo: o Filho está todo no Pai e todo no Espírito Santo: o Espírito Santo está todo no Pai e todo no Filho»(72).

256. São Gregório de Nazianzo, também chamado «o Teólogo», confia aos catecúmenos de Constantinopla o seguinte resumo da fé trinitária:

«Antes de mais nada, guardai-me este bom depósito, pelo qual vivo e combato, com o qual quero morrer, que me dá coragem para suportar todos os males e desprezar todos os prazeres: refiro-me à profissão de fé no Pai e no Filho e no Espírito Santo. Eu vo-la confio

hoje. É por ela que, daqui a instantes, eu vou mergulhar-vos na água e dela fazer-vos sair. Eu vo-la dou por companheira e protectora de toda a vossa vida. Dou-vos uma só Divindade e Potência, uma nos Três e abrangendo os Três de maneira distinta. Divindade sem diferença de substância ou natureza, sem grau superior que eleve nem grau inferior que abaixe [...] É de três infinitos a infinita conaturalidade. Deus integralmente, cada um considerado em Si mesmo [...] Deus, os Três considerados juntamente [...] Assim que comecei a pensar na Unidade logo me encontrei envolvido no esplendor da Trindade. Mal começo a pensar na Trindade, logo à Unidade sou reconduzido» (73).

IV. As obras divinas e as missões trinitárias

257. «O lux beata Trinitas et principalis Unitas! – Ó Trindade. Luz ditosa, ó primordial Unidade!» (74). Deus é eterna bem-aventurança, vida imortal, luz sem ocaso. Deus é amor: Pai, Filho e Espírito Santo. Livremente. Deus quer comunicar a glória da sua vida bem-aventurada. Tal é o «mistério da sua vontade» *(Ef* 1, 9) que Ele concebeu antes da criação do mundo em seu Filho muito-amado, uma vez que nos «destinou de antemão a que nos tornássemos seus filhos adoptivos por Jesus Cristo» *(Ef* 1, 5), quer dizer, a sermos «conformes à imagem do seu Filho» *(Rm* 8, 29), graças ao «Espírito que faz de vós filhos adoptivos» *(Rm*8*,* 15). Este desígnio é uma «graça que nos foi dada [...] desde toda a eternidade»*(2 Tm* 1, 9), a qual procede imediatamente do amor trinitário. E este amor manifesta-se na obra da criação, em toda a história da salvação depois da queda, e nas missões do Filho e do Espírito, continuadas pela missão da Igreja (75).

258. Toda a economia divina é obra comum das três pessoas divinas. Assim como não tem senão uma e a mesma natureza, a Trindade não tem senão uma e a mesma operação (76). «O Pai, o Filho e o Espírito Santo não são três princípios das criaturas, mas um só princípio» (77). No entanto, cada pessoa divina realiza a obra comum segundo a sua propriedade pessoal. É assim que a Igreja confessa, na sequência do Novo Testamento (78), «um só Deus e

Pai, de Quem são todas as coisas; um só Senhor Jesus Cristo, para Quem são todas as coisas; e um só Espírito Santo, em Quem são todas as coisas» (79). São sobretudo as missões divinas da Encarnação do Filho e do dom do Espírito Santo que manifestam as propriedades das pessoas divinas.

259. Obra ao mesmo tempo comum e pessoal, toda a economia divina faz conhecer não só a propriedade das pessoas divinas, mas também a sua única natureza. Por isso, toda a vida cristã é comunhão com cada uma das pessoas divinas, sem de modo algum as separar. Todo aquele que dá glória ao Pai, fá-lo pelo Filho no Espírito Santo: todo aquele que segue Cristo, fá-lo porque o Pai o atrai (80) e o Espírito o move (81).

260. O fim último de toda a economia divina é o acesso das criaturas à unidade perfeita da bem-aventurada Trindade (82). Mas já desde agora nós somos chamados a ser habitados pela Santíssima Trindade: «Quem me tem amor, diz o Senhor, porá em prática as minhas palavras. Meu Pai amá-lo-á; Nós viremos a ele e faremos nele a nossa morada» *(Jo* 14, 23):

«Ó meu Deus, Trindade que eu adoro, ajudai-me a esquecer-me inteiramente de mim, para me estabelecer em Vós, imóvel e pacifica como se já a minha alma estivesse na eternidade. Que nada possa perturbar a minha paz, nem fazer-me sair de Vós, ó meu Imutável, mas que cada minuto me leve mais longe na profundeza do vosso mistério! Pacificai a minha alma, fazei dela o vosso céu, vossa morada querida e o lugar do vosso repouso. Que nunca ai eu Vos deixe só, mas que esteja lá inteiramente, toda desperta na minha fé, toda em adoração, toda entregue à vossa acção criadora» (83).

Resumindo:

261. *O mistério da Santíssima Trindade é o mistério central da fé e da vida cristã. Só Deus pode dar-nos o seu conhecimento, revelando-Se como Pai, Filho e Espírito Santo.*

262. *A Encarnação do Filho de Deus revela que Deus é o Pai eterno, e que o Filho é consubstancial ao Pai, quer dizer que n'Ele*

e com Ele é o mesmo e único Deus.

263. *A missão do Espírito Santo, enviado pelo Pai em nome do Filho (84) e pelo Filho «de junto do Pai» (Jo 15, 26), revela que Ele é, com Eles, o mesmo e único Deus. «Com o Pai e o Filho é adorado e glorificado» (85).*

264. *«O Espírito Santo procede do Pai enquanto fonte primeira; e, pelo dom eterno do Pai ao Filho, procede do Pai e do Filho em comunhão» (86).*

265. *Pela graça do Baptismo «em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo», (Mt 28, 19), somos chamados a participar na vida da Trindade bem-aventurada; para já, na obscuridade da fé, e depois da morte na luz eterna (87).*

266. «Fides autem catholica haec est, ut unum Deum in Trinitate, et Trinitatem in unitate veneremur, neque confundentes personas, neque substantiam sepa-raptes; alia enim est persona Patris, alia Filii, alia Spiritus Sancti: sed Patris et Filii et Spiritus Sancti una est divinitas, aequalis gloria, coaeterna majestas (88) – *A fé católica é esta: venerarmos um só Deus na Trindade e a Trindade na unidade, sem confudir as Pessoas nem dividir a substância: porque uma é a Pessoa do Pai, outra a do Filho, outra a do Espírito Santo; mas do Pai e do Filho e do Espírito Santo é só uma a divindade, igual a glória e coeterna a majestade».*

267. *Inseparáveis no que são, as pessoas divinas são também inseparáveis no que fazem. Mas, na operação divina única, cada uma manifesta o que Lhe é próprio na Trindade, sobretudo nas missões divinas da Encarnação do Filho e do dom do Espírito Santo.*

PARÁGRAFO 3: O TODO-PODEROSO

268. De todos os atributos divinos, só a omnipotência é nomeada no Símbolo: confessá-la é de grande alcance para a nossa vida. Nós acreditamos que ela é *universal,* porque Deus, que tudo criou (89), tudo governa e tudo pode; *amorosa,* porque Deus é nosso Pai

(90); *misteriosa,*porque só a fé a pode descobrir, quando «ela actua plenamente na fraqueza» *(2 Cor* 12, 9) (91).

«FAZ TUDO QUANTO LHE APRAZ» (*Sl* 115, 3)

269. As Sagradas Escrituras confessam, a cada passo, o poder *universal* de Deus. Ele é chamado «o Poderoso de Jacob» *(Gn 49,* 24; *Is* 1, 24: etc.) «o Senhor dos Exércitos», «o Forte, o Poderoso» *(Sl 24,* 8-10). Se Deus é omnipotente «no céu e na terra» *(Sl* 135, 6), é porque foi Ele quem os fez. Portanto, nada Lhe é impossível (92) e Ele dispõe à vontade da sua obra (93); Ele é o Senhor do Universo, cuja ordem foi por Ele estabelecida e Lhe permanece inteiramente submissa e disponível; Ele é o Senhor da história; governa os corações e os acontecimentos segundo a sua vontade (94): «O vosso poder imenso sempre vos assiste – e quem poderá resistir à força do Vosso braço?» *(Sb* 11, 21).

«PORQUE PODEIS TUDO, DE TODOS VOS COMPADECEIS» *(Sb* 11, 23)

270. Deus é o *Pai* todo-poderoso. A sua paternidade e o seu poder esclarecem-se mutuamente. Com efeito, Ele mostra a sua omnipotência paterna pelo modo como cuida das nossas necessidades (95) pela adopção filial que nos concede («serei para vós um Pai e vós sereis para Mim filhos e filhas, diz o Senhor todo poderoso»: *2 Cor* 6, 18); enfim, pela sua infinita misericórdia, pois mostra o seu poder no mais alto grau, perdoando livremente os pecados.

271. A omnipotência divina não é, de modo algum, arbitrária: «Em Deus, o poder e a essência, a vontade e a inteligência, a sabedoria e a justiça, são uma só e a mesma coisa, de modo que nada pode estar no poder divino que não possa estar na justa vontade de Deus ou na sua sábia inteligência» (96).

O MISTÉRIO DA APARENTE IMPOTÊNCIA DE DEUS

272. A fé em Deus Pai todo-poderoso pode ser posta à prova pela experiência do mal e do sofrimento. Por vezes, Deus pode parecer

ausente e incapaz de impedir o mal. Ora, Deus Pai revelou a sua omnipotência do modo mais *misterioso,* na humilhação voluntária e na ressurreição de seu Filho, pelas quais venceu o mal. Por isso, Cristo crucificado é «força de Deus e sabedoria de Deus. Pois o que é loucura de Deus é mais sábio do que os homens, e o que é fraqueza de Deus é mais forte do que os homens» *(1 Cor* 1, 25). Foi na ressurreição e na exaltação de Cristo que o Pai «exerceu a eficácia da [sua] poderosa força» e mostrou a «incomensurável grandeza que representa o seu poder para nós, os crentes» *(Ef* 1, 19-22).

273. Só a fé pode aderir aos caminhos misteriosos da omnipotência de Deus. Esta fé gloria-se nas suas fraquezas, para atrair a si o poder de Cristo (97). Desta fé é modelo supremo a Virgem Maria, pois acreditou que «a Deus nada é impossível» *(Lc* 1, 37) e pôde proclamar a grandeza do Senhor: «O Todo-Poderoso fez em mim maravilhas; 'Santo' – é o seu nome» *(Lc*1, 49).

274. «Portanto, nada é mais próprio para firmar a nossa fé e a nossa esperança do que a convicção, profundamente arraigada nas nossas almas, de que nada é impossível a Deus. Tudo o que [o Credo] seguidamente nos propõe para crer, as coisas maiores, as mais incompreensíveis, bem como as mais sublimes e mais acima das leis ordinárias da Natureza, basta que a nossa razão tenha a ideia da omnipotência divina para as admitir facilmente e sem hesitação alguma» (98).

Resumindo:

275. *Confessamos com o justo Job: «Eu sei que podeis tudo e que, para Vós, nenhum projecto é impossível» (Job 42, 2).*

276. *Fiel ao testemunho da Escritura, a Igreja dirige muitas vezes a sua oração ao «Deus todo-poderoso e eterno»* (omnipotens sempiterne Deus), *crendo firmemente que «a Deus nada é impossível» (Lc 1, 37)* (99).

277. *Deus manifesta a sua omnipotência convertendo-nos dos nossos pecados e restabelecendo-nos na sua amizade pela*

graça («Deus qui omnipotentiam tuam parcendo maxime et miserando manifestas» – *«Senhor; que dais a maior prova do vosso poder quando perdoais e Vos compadeceis»)* (100).

278. *Se não crermos que o amor de Deus é omnipotente, como poderemos crer que o Pai pôde criar-nos, o Filho remir-nos e o Espírito Santo santificar-nos?*

PARÁGRAFO 4: O CRIADOR

279. «No princípio, Deus criou o céu e a terra» *(Gn* 1, 1). É com estas palavras solenes que começa a Sagrada Escritura. E o Símbolo da fé retoma-as, confessando a Deus, Pai todo-poderoso, como «Criador do céu e da terra» (101), «de todas as coisas, visíveis e invisíveis» (102). Vamos, portanto, falar primeiro do Criador, depois da sua criação, e, finalmente, da queda do pecado, de que Jesus, Filho de Deus, nos veio Libertar.

280. A criação é o *fundamento* de «todos os desígnios salvíficos de Deus», «o princípio da história da salvação» (103), que culmina em Cristo. Por seu lado, o mistério de Cristo derrama sobre o mistério da criação a luz decisiva; revela o fim, em vista do qual «no princípio Deus criou o céu e a terra» *(Gn* 1, 1): desde o princípio, Deus tinha em vista a glória da nova criação em Cristo (104).

281. É por isso que as leituras da Vigília Pascal, celebração da nova criação em Cristo, começam pela narrativa da criação. Do mesmo modo, na liturgia bizantina, a narrativa da criação constitui sempre a primeira leitura das vigílias das grandes festas do Senhor. Segundo o testemunho dos antigos, a instrução dos catecúmenos para o Baptismo segue o mesmo caminho (105).

I. A catequese sobre a criação

282. A catequese sobre a criação reveste-se duma importância capital. Diz respeito aos próprios fundamentos da vida humana e cristã, porque torna explícita a resposta da fé cristã à questão elementar que os homens de todos os tempos têm vindo a pôr-se: «De onde vimos?» «Para onde vamos?» «Qual a nossa origem?»

«Qual o nosso fim?» «Donde vem e para onde vai tudo quanto existe?» As duas questões, da origem e, do fim, são inseparáveis. E são decisivas para o sentido e para a orientação da nossa vida e do nosso proceder.

283. A questão das origens do mundo e do homem tem sido objecto de numerosas investigações científicas, que enriqueceram magnificamente os nossos conhecimentos sobre a idade e a dimensão do cosmos, a evolução dos seres vivos, o aparecimento do homem. Tais descobertas convidam-nos, cada vez mais, a admirar a grandeza do Criador e a dar-Lhe graças por todas as suas obras, e pela inteligência e saber que dá aos sábios e investigadores. Estes podem dizer com Salomão: «Foi Ele quem me deu a verdadeira ciência de todas as coisas, a fim de conhecer a constituição do Universo e a força dos elementos [...], porque a Sabedoria, que tudo criou, mo ensinou» (*Sb* 7, 17-21).

284. O grande interesse atribuído a estas pesquisas é fortemente estimulado por uma questão de outra ordem, que ultrapassa o domínio próprio das ciências naturais. Porque não se trata apenas de saber quando e como surgiu materialmente o cosmos, nem quando é que apareceu o homem; mas, sobretudo, de descobrir qual o sentido de tal origem: se foi determinada pelo acaso, por um destino cego ou uma fatalidade anónima, ou, antes, por um Ser transcendente, inteligente e bom, chamado Deus. E se o mundo provém da sabedoria e da bondade de Deus, qual a razão do mal? De onde vem ele? Quem é por ele responsável? E será que existe uma libertação do mesmo?

285. Desde os princípios que a fé cristã teve de defrontar-se com respostas, diferentes da sua, sobre a questão das origens. De facto, nas religiões e nas culturas antigas encontram-se muitos mitos relativos às origens. Certos filósofos disseram que tudo é Deus, que o mundo é Deus, ou que a evolução do mundo é a evolução de Deus (panteísmo): outros disseram que o mundo é uma emanação necessária de Deus, brotando de Deus como duma fonte e a Ele voltando; outros, ainda, afirmaram a existência de dois princípios

eternos, o bem e o mal, a luz e as trevas, em luta permanente (dualismo, maniqueísmo). Segundo algumas destas concepções, o mundo (pelo menos o mundo material) seria mau, produto duma decadência e, portanto, objecto de repúdio ou de superação (gnose); outras admitem que o mundo tenha sido feito por Deus, mas à maneira dum relojoeiro que, depois de o ter feito, o abandonou a si mesmo (deísmo); outras, finalmente, rejeitam qualquer origem transcendente do mundo e vêem nele o puro jogo duma matéria que teria existido sempre (materialismo). Todas estas tentativas dão testemunho da permanência e universalidade do problema das origens. É uma busca própria do homem.

286. Não há dúvida de que a inteligência humana é capaz de encontrar uma resposta para a questão das origens. Com efeito, a existência de Deus Criador pode ser conhecida com certeza pelas suas obras, graças à luz da razão humana (106), mesmo que tal conhecimento muitas vezes seja obscurecido e desfigurado pelo erro. E é por isso que a fé vem confirmar e esclarecer a razão na compreensão exacta desta verdade: «Pela fé, sabemos que o mundo foi organizado pela palavra de Deus, de modo que o que se vê provém de coisas invisíveis» *(Heb*11, 3).

287. A verdade da criação é tão importante para toda a vida humana que Deus, na sua bondade, quis revelar ao seu povo tudo quanto é salutar conhecer-se a esse propósito. Para além do conhecimento natural, que todo o homem pode ter do Criador (107), Deus revelou progressivamente a Israel o mistério da criação. Deus, que escolheu os patriarcas, que fez sair Israel do Egipto e que, escolhendo Israel, o criou e formou (108) revela-Se como Aquele a quem pertencem todos os povos da terra e toda a terra, como sendo o único que «fez o céu e a terra» *(Sl* 115, 15; 124, 8; 134, 3).

288. Assim, a revelação da criação é inseparável da revelação e da realização da Aliança de Deus, o Deus Único, com o seu povo. A criação é revelada como o primeiro passo para esta Aliança, como o primeiro e universal testemunho do amor omnipotente de Deus (109). Por isso, a verdade da criação é expressa com vigor crescente na

mensagem dos profetas (110), na oração dos salmos (111) e da liturgia, na reflexão da sabedoria (112) do Povo eleito.

289. Entre tudo quanto a Sagrada Escritura nos diz sobre a criação, os três primeiros capítulos do Génesis ocupam um lugar único. Do ponto de vista literário, estes textos podem ter diversas fontes. Os autores inspirados puseram-nos no princípio da Escritura, de maneira a exprimirem, na sua linguagem solene, as verdades da criação, da sua origem e do seu fim em Deus, da sua ordem e da sua bondade, da vocação do homem, e enfim, do drama do pecado e da esperança da salvação. Lidas à luz de Cristo, na unidade da Sagrada Escritura e na Tradição viva da Igreja, estas palavras continuam a ser a fonte principal para a catequese dos mistérios do «princípio»: criação, queda, promessa da salvação.

II. A criação – obra da Santíssima Trindade

290. «No princípio, Deus criou o céu e a terra». Três coisas são afirmadas nestas primeiras palavras da Escritura: Deus eterno deu um princípio a tudo quanto existe fora d'Ele. Só Ele é criador (o verbo «criar» – em hebraico «*bara*» – tem sempre Deus por sujeito). E tudo quanto existe (expresso pela fórmula «o céu e a terra») depende d' Aquele que lhe deu o ser.

291. «No princípio era o Verbo [...] e o Verbo era Deus [...] Tudo se fez por meio d'Ele e, sem Ele, nada se fez» *(Jo* 1, 1-3). O Novo Testamento revela que Deus tudo criou por meio do Verbo eterno, seu Filho muito-amado. Foi n'Ele «que foram criados todos os seres que há nos céus e na terra [...]. Tudo foi criado por seu intermédio e para Ele. Ele é anterior a todas as coisas, e todas se mantêm por Ele» (*Cl* 1, 16-17). A fé da Igreja afirma igualmente a acção criadora do Espírito Santo: Ele é Aquele «que dá a vida» (113), «o Espírito Criador» *(Veni, Creator Spiritus),* a «Fonte de todo o bem» (114).

292. Insinuada no Antigo Testamento (115) revelada na Nova Aliança, a acção criadora do Filho e do Espírito Santo, inseparavelmente unida à do Pai, é claramente afirmada pela regra de fé da Igreja: «Existe um só Deus. Ele é o Pai, é Deus, é o Criador, o Autor, o

Ordenador. Fez todas as coisas *por Si mesmo,* quer dizer, pelo Seu Verbo e pela sua Sabedoria» (116) «pelo Filho e pelo Espírito» que são como «as suas mãos» (117). A criação é obra comum da Santíssima Trindade.

III. «O mundo foi criado para glória de Deus»

293. É uma verdade fundamental, que a Escritura e a Tradição não cessam de ensinar e de celebrar: «O mundo foi criado para glória de Deus» (118). Deus criou todas as coisas, explica São Boaventura, *«non propter gloriam augendam, sed propter gloriam manifestandam et propter gloriam suam communicandam* – Não para aumentar a Sua glória, mas para a manifestar e para a comunicar » (119). Para criar, Deus não tem outra razão senão o seu amor e a sua bondade: *«Aperta manu clave amoris creaturae prodierunt* – As criaturas saíram da mão (de Deus) aberta pela chave do amor» (120). E o I Concílio do Vaticano explica:

«Na sua bondade e pela sua força omnipotente, não para aumentar a sua felicidade nem para adquirir a sua perfeição, mas para a manifestar pelos bens que concede às suas criaturas, Deus, no seu libérrimo desígnio, criou do nada simultaneamente e desde o princípio do tempo uma e outra criatura — a espiritual e a corporal» (121).

294. A glória de Deus está em que se realize esta manifestação e esta comunicação da sua bondade, em ordem às quais o mundo foi criado. Fazer de nós «filhos adoptivos por Jesus Cristo. Assim aprouve à sua vontade, *para que fosse enaltecida a glória* da sua graça» (*Ef* 1, 5-6): «Porque a glória de Deus é o homem vivo, e a vida do homem é a visão de Deus: se a revelação de Deus pela criação já proporcionou a vida a todos os seres que vivem na terra, quanto mais a manifestação do Pai pelo Verbo proporciona a vida aos que vêem a Deus!» (122). O fim último da criação é que Deus Pai, «criador de todos os seres, venha finalmente a ser 'tudo em todos' *(1 Cor* 15, 28), *provendo, ao mesmo tempo, à sua glória e à nossa felicidade*» (123).

IV. O mistério da criação

DEUS CRIA COM SABEDORIA E POR AMOR

295 Acreditamos que Deus criou o mundo segundo a sua sabedoria (124). O mundo não é fruto duma qualquer necessidade, dum destino cego ou do acaso. Acreditamos que ele procede da vontade livre de Deus, que quis fazer as criaturas participantes do seu Ser, da sua sabedoria e da sua bondade: «porque Vós criastes todas as coisas e, pela vossa vontade, elas receberam a existência e foram criadas» (*Ap* 4, 11). «Como são grandes, Senhor, as vossas obras! Tudo fizestes com sabedoria» (*Sl* 104, 24). «O Senhor é bom para com todos e a sua misericórdia estende-se a todas as criaturas» (*Sl* 145, 9).

DEUS CRIA «DO NADA»

296. Acreditamos que Deus não precisa de nada preexistente, nem de qualquer ajuda, para criar (124). A criação tão pouco é uma emanação necessária da substância divina (126). Deus cria livremente «do nada» (127):

«Que haveria de extraordinário, se Deus tivesse tirado o mundo duma matéria preexistente? Um artista humano, quando se lhe dá um material, faz dele o que quer. O poder de Deus, porém, mostra-se precisamente quando parte do nada para fazer tudo o que quer» (128).

297. A fé na criação a partir «do nada» é testemunhada na Escritura como uma verdade cheia de promessa e de esperança. É assim que a mãe dos sete filhos os anima ao martírio:

«Não sei como aparecestes no meu seio; não fui eu que vos dei a respiração e a vida, nem fui eu que dispus os membros que compõem cada um de vós. Por isso, o Criador do mundo, que formou o homem à nascença e concebeu todas as coisas na sua origem, vos dará novamente, na sua misericórdia, a respiração e a vida, uma vez que vos desprezais agora a vós próprios, por amor às suas leis […] Peço-te, meu filho, que olhes para o céu e para a terra.

Vê todas as coisas que neles se encontram, para saberes que Deus não as fez do que já existia, e que o mesmo sucede com o género humano» *(2 Mac* 7, 22-23.28).

298. Uma vez que Deus pode criar «do nada», também pode, pelo Espírito Santo, dar a vida da alma aos pecadores, criando neles um coração puro e a vida do corpo aos defuntos, pela ressurreição. Ele que «dá a vida aos mortos e chama o que não existe como se já existisse» (*Rm* 4, 17). E como, pela sua palavra, pôde fazer que das trevas brilhasse a luz (130), pode também dar a luz da fé aos que a ignoram (131).

DEUS CRIA UM MUNDO ORDENADO E BOM

299. Uma vez que Deus cria com sabedoria, a criação possui ordem. «Dispusestes tudo com medida, número e peso» (*Sb* 11, 20). Criada no Verbo e pelo Verbo eterno, «que é a imagem do Deus invisível» *(Cl* 1, 15), a criação destina-se e orienta-se para o homem, imagem de Deus (132), chamado ele próprio a uma relação pessoal com Deus. A nossa inteligência, participante da luz do intelecto divino, pode entender o que Deus nos diz pela sua criação (133), sem dúvida com grande esforço e num espírito de humildade e de respeito perante o Criador e a sua obra (134). Saída da bondade divina, a criação partilha dessa bondade («E Deus viu que isto era bom [...] muito bom»: *Gn* 1, 4. 10. 12. 18. 21. 31). Porque a criação é querida por Deus como um dom orientado para o homem, como herança que lhe é destinada e confiada. A Igreja, em diversas ocasiões, viu-se na necessidade de defender a bondade da criação, mesmo a do mundo material (135).

DEUS TRANSCENDE A CRIAÇÃO E ESTÁ PRESENTE NELA

300. Deus é infinitamente maior do que todas as suas obras (136): «A vossa majestade está acima dos céus» (*Sl* 8, 2), «insondável é a sua grandeza» (*Sl* 145, 3). Mas, porque Ele é o Criador soberano e livre, causa primeira de tudo quanto existe, está presente no mais íntimo das suas criaturas: «É n'Ele que vivemos, nos movemos e existimos» *(Act* 17, 28). Segundo as palavras de Santo Agostinho,

Ele é *«superior summo meo et interior intimo meo* — Deus está acima do que em mim há de mais elevado e é mais interior do que aquilo que eu tenho de mais íntimo» (137).

DEUS SUSTENTA E CONDUZ A CRIAÇÃO

301. Depois da criação, Deus não abandona a criatura a si mesma. Não só lhe dá o ser e o existir, mas a cada instante a mantém no ser, lhe dá o agir e a conduz ao seu termo. Reconhecer esta dependência total do Criador é fonte de sabedoria e de liberdade, de alegria e de confiança:

«Vós amais tudo quanto existe e não tendes aversão a coisa alguma que fizestes: se tivésseis detestado alguma criatura, não a teríeis formado. Como poderia manter-se qualquer coisa, se Vós não quisésseis? Como é que ela poderia durar, se não a tivésseis chamado à existência? Poupais tudo, porque tudo é vosso, ó Senhor, que amais a vida» (*Sb* 11, 24-26).

V. Deus realiza o seu desígnio: a divina Providência

302. A criação tem a sua bondade e a sua perfeição próprias, mas não saiu totalmente acabada das mãos do Criador. Foi criada «em estado de caminho» *(«in statu viae»)* para uma perfeição última ainda a atingir e a que Deus a destinou. Chamamos divina Providência às disposições pelas quais Deus conduz a sua criação em ordem a essa perfeição:

«Deus guarda e governa, pela sua Providência, tudo quanto criou, "atingindo com força dum extremo ao outro e dispondo tudo suavemente" (*Sb* 8, 1). Porque "tudo está nu e patente a seus olhos" *(Heb* 4, 13), mesmo aquilo que depende da futura acção livre das criaturas» (138).

303. É unânime, a este respeito, o testemunho da Escritura: a solicitude da divina Providência é *concreta e imediata,* cuida de tudo, desde os mais insignificantes pormenores até aos grandes acontecimentos do mundo e da história. Os livros santos afirmam, com veemência, a soberania absoluta de Deus no decurso dos

acontecimentos: «Tudo quanto Lhe aprouve, o nosso Deus o fez, no céu e na terra» (*Sl* 115, 3); e de Cristo se diz: «que abre e ninguém fecha, e fecha e ninguém abre» (*Ap* 3, 7); «há muitos projectos no coração do homem, mas é a vontade do Senhor que prevalece» *(Pr* 19, 21).

304. É assim que, muitas vezes, vemos o Espírito Santo, autor principal da Sagrada Escritura, atribuir a Deus certas acções, sem mencionar causas-segundas. Isso não é «uma maneira de dizer» primitiva, mas sim um modo profundo de afirmar o primado de Deus e o seu senhorio absoluto sobre a história e sobre o mundo (139) e de ensinar a ter confiança n'Ele. A oração dos Salmos é, aliás, a grande escola desta confiança (140).

305. Jesus reclama um abandono filial à Providência do Pai celeste, que cuida das mais pequenas necessidades dos seus filhos: «Não vos inquieteis, dizendo: Que havemos de comer? Que havemos de beber? [...] Bem sabe o vosso Pai celeste que precisais de tudo isso. Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça e tudo o mais vos será dado por acréscimo» *(Mt 6,*31-33) (141).

A PROVIDÊNCIA E AS CAUSAS SEGUNDAS

306. Deus é o Senhor soberano dos seus planos. Mas, para a realização dos mesmos, serve-Se também do concurso das criaturas. Isto não é um sinal de fraqueza, mas da grandeza e bondade de Deus omnipotente. É que Ele não só permite às suas criaturas que existam, mas confere-lhes a dignidade de agirem por si mesmas, de serem causa e princípio umas das outras e de cooperarem, assim, na realização do seu desígnio.

307. Aos homens, Deus concede mesmo poderem participar livremente na sua Providência, confiando-lhes a responsabilidade de «submeter» a terra e dominá-la (142). Assim lhes concede que sejam causas inteligentes e livres, para completar a obra da criação, aperfeiçoar a sua harmonia, para o seu bem e o dos seus semelhantes. Cooperadores muitas vezes inconscientes da vontade divina, os homens podem entrar deliberadamente no plano divino,

pelos seus actos e as suas orações, como também pelos seus sofrimentos (143). Tornam-se, então, plenamente «colaboradores de Deus» *(1 Cor* 3, 9)(144) e do seu Reino(145).

308. Esta é uma verdade inseparável da fé em Deus Criador: Deus age em toda a acção das suas criaturas. É Ele a causa-primeira, que opera nas e pelas causas-segundas: «É Deus que produz em nós o querer e o operar, segundo o seu beneplácito» *(Fl* 2, 13)(146). Longe de diminuir a dignidade da criatura, esta verdade realça-a. Tirada «do nada» pelo poder, sabedoria e bondade de Deus, a criatura separada da sua origem, nada pode, porque «a criatura sem o Criador esvai-se» (147). Muito menos pode atingir o seu fim último, sem a ajuda da graça (148).

A PROVIDÊNCIA E O ESCÂNDALO DO MAL

309. Se Deus Pai todo-poderoso, Criador do mundo ordenado e bom, tem cuidado com todas as suas criaturas, porque é que o mal existe? A esta questão, tão premente como inevitável, tão dolorosa como misteriosa, não é possível dar uma resposta rápida e satisfatória. É o conjunto da fé cristã que constitui a resposta a esta questão: a bondade da criação, o drama do pecado, o amor paciente de Deus que vem ao encontro do homem pelas suas alianças, pela Encarnação redentora de seu Filho, pelo dom do Espírito, pela agregação à Igreja, pela força dos sacramentos, pelo chamamento à vida bem-aventurada, à qual as criaturas livres são de antemão convidadas a consentir, mas à qual podem, também de antemão, negar-se, por um mistério terrível. *Não há nenhum pormenor da mensagem cristã que não seja, em parte, resposta ao problema do mal.*

310. Mas, porque é que Deus não criou um mundo tão perfeito que nenhum mal pudesse existir nele? No seu poder infinito, Deus podia sempre ter criado um mundo melhor (149). No entanto, na sua sabedoria e bondade infinitas, Deus quis livremente criar um mundo «em estado de caminho» para a perfeição última. Este devir implica, no desígnio de Deus, juntamente com o aparecimento de certos seres, o desaparecimento de outros; o mais perfeito, com o menos

perfeito; as construções da natureza, com as suas destruições. Com o bem físico também existe, pois, *o mal físico,* enquanto a criação não tiver atingido a perfeição (150).

311. Os anjos e os homens, criaturas inteligentes e livres, devem caminhar para o seu último destino por livre escolha e amor preferencial. Podem, por conseguinte, desviar-se. De facto, pecaram. Foi assim que entrou no mundo *o mal moral,* incomensuravelmente mais grave que o mal físico. Deus não é, de modo algum, nem directa nem indirectamente, causa do mal moral (151). No entanto, permite-o por respeito pela liberdade da sua criatura e misteriosamente sabe tirar dele o bem:

«Deus todo-poderoso [...] sendo soberanamente bom, nunca permitiria que qualquer mal existisse nas suas obras se não fosse suficientemente poderoso e bom para do próprio mal, fazer surgir o bem» (152).

312. Assim, com o tempo, é possível descobrir que Deus, na sua omnipotente Providência, pode tirar um bem das consequências dum mal (mesmo moral), causado pelas criaturas: «Não, não fostes vós – diz José a seus irmãos – que me fizestes vir para aqui. Foi Deus. [...] Premeditastes contra mim o mal: o desígnio de Deus aproveitou-o para o bem [...] e um povo numeroso foi salvo» (*Gn,* 45, 8; 50, 20) (153). Do maior mal moral jamais praticado, como foi o repúdio e a morte do Filho de Deus, causado pelos pecados de todos os homens, Deus, pela superabundância da sua graça (154), tirou o maior dos bens: a glorificação de Cristo e a nossa redenção. Mas nem por isso o mal se transforma em bem.

313. «Tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus» (*Rm* 8, 28). O testemunho dos santos não cessa de confirmar esta verdade:

Assim, Santa Catarina de Sena diz aos «que se escandalizam e se revoltam contra o que lhes acontece»: «Tudo procede do amor, tudo está ordenado para a salvação do homem, e não com nenhum outro fim» (155).

E S. Tomás Moro, pouco antes do seu martírio, consola a filha com estas palavras: «Nada pode acontecer-me que Deus não queira. E tudo o que Ele quer, por muito mau que nos pareça, é, na verdade, muito bom»(156).

E Juliana de Norwich: «Compreendi, pois, pela graça de Deus, que era necessário ater-me firmemente à fé [...] e crer, com não menos firmeza, que todas as coisas serão para bem [...]». *«Thou shalt see thyself that all manner of thing shall be well»* (157).

314. Nós cremos firmemente que Deus é o Senhor do mundo e da história. Muitas vezes, porém, os caminhos da sua Providência são-nos desconhecidos. Só no fim, quando acabar o nosso conhecimento parcial e virmos Deus «face a face» (*1 Cor* 13, 12), é que nos serão plenamente conhecidos os caminhos pelos quais, mesmo através do mal e do pecado, Deus terá conduzido a criação ao repouso desse *Sábado* (158) definitivo, em vista do qual criou o céu e a terra.

Resumindo:

315. *Na criação do mundo e do homem, Deus deu o primeiro e universal testemunho do seu amor omnipotente e da sua sabedoria e fez o primeiro anúncio do seu «desígnio amoroso», o qual tem como finalidade a nova criação em Cristo.*

316. *Embora a obra da criação seja particularmente atribuída ao Pai, é igualmente verdade de fé que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são o único e indivisível princípio da criação.*

317. *Só Deus criou o Universo, livremente, directamente, sem qualquer ajuda.*

318. *Nenhuma criatura possui o poder infinito necessário para «criar», no sentido próprio da palavra: quer dizer; para produzir e dar o ser ao que de modo algum o possuía (chamar à existência «ex nihilo» a partir do nada)* (159).

319. *Deus criou o mundo para manifestar e comunicar a sua glória. Que as criaturas partilhem da sua verdade, da sua bondade e da sua beleza – eis a glória, para a qual Deus as criou.*

320. *Deus, que criou o universo, mantém-no na existência pelo seu Verbo; «o Filho tudo sustenta com a sua palavra poderosa» (He 1, 3) e pelo seu Espírito criador que dá a vida.*

321. *A divina Providência consiste nas disposições pelas quais Deus conduz, com sabedoria e amor; todas as criaturas, para o seu último fim.*

322. *Cristo convida-nos a abandonarmo-nos filialmente à Providência do Pai dos céus* (160)*; o apóstolo São Pedro retoma o seu pensamento ao dizer: «Lançai sobre Deus toda a vossa inquietação porque Ele vela por vós» (1 Pe 5, 7)*(161)*.*

323. *A Providência divina também age pela acção das criaturas. Aos seres humanos, Deus permite-lhes cooperar livremente com os seus desígnios.*

324. *A permissão divina do mal físico e do mal moral é um mistério, que Deus esclarece por seu Filho Jesus Cristo, morto e ressuscitado para vencer o mal. A fé dá-nos a certeza de que Deus não permitiria o mal, se do próprio mal não fizesse sair o bem, por caminhos que só na vida eterna conheceremos plenamente.*

PARÁGRAFO 5: CÉU E A TERRA

325. O Símbolo dos Apóstolos professa que Deus é «Criador do céu e da terra» (162). E o Símbolo Niceno-Constantinopolitano explicita: «... de todas as coisas, visíveis e invisíveis» (163).

326. Na Sagrada Escritura, a expressão «céu e terra» significa: tudo o que existe, a criação inteira. Indica também o laço que, no interior da criação, ao mesmo tempo une e distingue céu e terra: «a terra» é o mundo dos homens (164); «o céu» ou «os céus» pode designar o firmamento (165), mas também o «lugar» próprio de Deus: «Pai nosso que estais nos céus» (*Mt* 5, 16)(166), e, por conseguinte, também «o céu» que é a glória escatológica. Finalmente, a palavra «céu» indica o «lugar» das criaturas espirituais – os anjos – que rodeiam Deus.

327. A profissão de fé do quarto Concílio de Latrão afirma que Deus, «desde o princípio do tempo, criou do nada ao mesmo tempo uma e outra criatura, a espiritual e a corporal, isto é, os anjos e o mundo terrestre. Depois criou a criatura humana, que participa das duas primeiras, formada, como é, de espírito e corpo» (167).

I. Os anjos

A EXISTÊNCIA DOS ANJOS UMA VERDADE DE FÉ

328. A existência dos seres espirituais, não-corporais, a que a Sagrada Escritura habitualmente chama anjos, é uma verdade de fé. O testemunho da Escritura é tão claro como a unanimidade da Tradição.

QUEM SÃO OS ANJOS?

329. Santo Agostinho diz a respeito deles: *«Angelus [...] officii nomen est, non naturae. Quaeris nomen naturae, spiritus est; quaeris officium, angelus est: ex eo quod est, spiritus est: ex eo quod agit, angelus –*Anjo é nome de ofício, não de natureza. Desejas saber o nome da natureza? Espírito. Desejas saber o do ofício? Anjo. Pelo que é, é espírito: pelo que faz, é anjo (anjo = mensageiro)» (168). Com todo o seu ser, os anjos são *servos* e mensageiros de Deus. Pelo facto de contemplarem «continuamente o rosto do meu Pai que está nos céus» *(Mt* 18, 10), eles são «os poderosos executores das suas ordens, sempre atentos à sua palavra» (*Sl* 103, 20).

330. Enquanto criaturas puramente espirituais, são dotados de inteligência e vontade: são criaturas pessoais (169) e imortais (170). Excedem em perfeição todas as criaturas visíveis. O esplendor da sua glória assim o atesta (171).

CRISTO «COM TODOS OS SEUS ANJOS»

331. Cristo é o centro do mundo dos anjos (angélico). Estes pertencem-Lhe: «Quando o Filho do Homem vier na sua glória, acompanhado por todos os [seus] anjos...» *(Mt* 25, 31). Pertencem-Lhe, porque criados por e para Ele: «em vista d'Ele é que foram

criados todos os seres, que há nos céus e na terra, os seres visíveis e os invisíveis, os anjos que são os tronos, senhorias, principados e dominações. Tudo foi criado por seu intermédio e para Ele» *(Cl* 1, 16), E são d'Ele mais ainda porque Ele os fez mensageiros do seu plano salvador: «Não são eles todos espíritos ao serviço de Deus, enviados a fim de exercerem um ministério a favor daqueles que hão-de herdar a salvação?» *(Heb* 1, *14).*

332. Ei-los, desde a criação (172) e ao longo de toda a história da salvação, anunciando de longe ou de perto esta mesma salvação, e postos ao serviço do plano divino da sua realização: eles fecham o paraíso terrestre (173); protegem Lot (174), salvam Agar e seu filho (175), detêm a mão de Abraão (176) pelo seu ministério é comunicada a Lei (177), são eles que conduzem o povo de Deus (178), anunciam nascimentos (179) e vocações (180) assistem os profetas (181) – para não citar senão alguns exemplos. Finalmente, é o anjo Gabriel que anuncia o nascimento do Precursor e o do próprio Jesus (182).

333. Da Encarnação à Ascensão, a vida do Verbo Encarnado é rodeada da adoração e serviço dos anjos. Quando Deus «introduziu no mundo o seu Primogénito, disse: Adorem-n'O todos os anjos de Deus» *(Heb* 1, 6). O seu cântico de louvor, na altura do nascimento de Cristo, nunca deixou de se ouvir no louvor da Igreja: «Glória a Deus [...]» *(Lc* 2, 14). Eles protegem a infância de Jesus (183), servem-n'O no deserto (184) e confortam-n'O na agonia (185) no momento em que por eles poderia ter sido salvo das mãos dos inimigos (186) como outrora Israel (187). São ainda os anjos que «evangelizam» (188), anunciando a Boa-Nova da Encarnação (189) e da Ressurreição (190) de Cristo. E estarão presentes aquando da segunda vinda de Cristo, que anunciam (191), ao serviço do seu juízo (192).

OS ANJOS NA VIDA DA IGREJA

334. Daqui resulta que toda a vida da Igreja beneficia da ajuda misteriosa e poderosa dos anjos (193).

335. Na sua liturgia, a Igreja associa-se aos anjos para adorar a Deus três vezes santo (194); invoca a sua assistência (como na oração "In paradisum deducant te angeli – conduzam-te os anjos ao paraíso" da Liturgia dos Defuntos (195), ou ainda no «Hino querubínico» da Liturgia bizantina (196), e festeja de modo mais particular a memória de certos anjos (São Miguel, São Gabriel, São Rafael e os Anjos da Guarda).

336. Desde o seu começo (197) até à morte (198), a vida humana é acompanhada pela sua assistência (199) e intercessão (200). «Cada fiel tem a seu lado um anjo como protector e pastor para o guiar na vida» (201). Desde este mundo, a vida cristã participa, pela fé, na sociedade bem-aventurada dos anjos e dos homens, unidos em Deus.

II. O mundo visível

337. Foi o próprio Deus que criou o mundo visível, com toda a sua riqueza, a sua diversidade e a sua ordem. A Sagrada Escritura apresenta a obra do Criador, simbolicamente, como uma sequência de seis dias «de trabalho» divino, que terminam no «repouso» do sétimo dia (202). O texto sagrado ensina, a respeito da criação, verdades reveladas por Deus para a nossa salvação (203), as quais permitem «conhecer a natureza última e o valor de todas as criaturas e a sua ordenação para a glória de Deus» (204).

338. *Nada existe que não deva a sua existência a Deus Criador:* O mundo começou quando foi tirado do nada pela Palavra de Deus: todos os seres existentes, toda a Natureza, toda a história humana radicam neste acontecimento primordial: é a própria génese, pela qual o mundo foi constituído e o tempo começado (205).

339. *Cada criatura possui a sua bondade e perfeição próprias.* Acerca de cada uma das obras dos «seis dias» está escrito: «E Deus viu que era bom». «Foi em virtude da própria criação que todas as coisas foram estabelecidas segundo a sua consistência, a sua verdade, a sua excelência própria, com o seu ordenamento e leis específicas» (206). As diferentes criaturas,

queridas pelo seu próprio ser, reflectem, cada qual a seu modo, uma centelha da sabedoria e da bondade infinitas de Deus. É por isso que o homem deve respeitar a bondade própria de cada criatura, para evitar o uso desordenado das coisas, que despreza o Criador e traz consigo consequências nefastas para os homens e para o seu meio ambiente.

340. *A interdependência das criaturas* é querida por Deus. O sol e a lua, o cedro e a florzinha, a águia e o pardal: o espectáculo das suas incontáveis diversidades e desigualdades significa que nenhuma criatura se basta a si mesma. Elas só existem na dependência umas das outras, para se completarem mutuamente, no serviço umas das outras.

341. *A beleza do Universo:* A ordem e a harmonia do mundo criado resultam da diversidade dos seres e das relações existentes entre si. O homem descobre-as progressivamente como leis da natureza. Elas suscitam a admiração dos sábios. A beleza da criação reflecte a beleza infinita do Criador, a qual deve inspirar o respeito e a submissão da inteligência e da vontade humanas.

342. *A hierarquia das criaturas é* expressa pela ordem dos «seis dias», indo do menos perfeito para o mais perfeito. Deus ama todas as suas criaturas (207) e cuida de cada uma, até dos passarinhos. No entanto, Jesus diz: «[Vós] valeis mais do que muitos passarinhos» (*Lc* 12, 7), e ainda: «Um homem vale muito mais que uma ovelha» *(Mt* 12, 12).

343. *O homem é o ponto culminante* da obra da criação. A narrativa inspirada exprime essa realidade, fazendo nítida distinção entre a criação do homem e a das outras criaturas (208).

344. Existe uma *solidariedade entre todas as criaturas* pelo facto de todas terem o mesmo Criador e todas serem ordenadas para a sua glória:

«Louvado sejas meu Senhor, com todas as tuas criaturas,
especialmente o meu senhor irmão Sol,
o qual faz o dia e por ele nos alumia

E ele é belo e radiante com grande esplendor:
de Ti. Altíssimo, nos dá ele a imagem [...]

Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã água,
que é tão útil e humilde,
e preciosa e casta [...]

Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra,
que nos sustenta e governa,
e produz variados frutos,
com flores coloridas, e verduras [...]

Louvai e bendizei a meu Senhor,
e dai-lhe graças e servi-o
com grande humildade» (219).

345. *O «Sábado» – fim da obra dos «seis dias». O* texto sagrado diz que «Deus concluiu, no sétimo dia, a obra que fizera» e que assim «se completaram o céu e a terra»; e no sétimo dia Deus «descansou» e santificou e abençoou este dia (*Gn* 2, 1-3). Estas palavras inspiradas são ricas de salutares ensinamentos:

346. Na criação, Deus estabeleceu uma base e leis que permanecem estáveis (210) sobre as quais o crente pode apoiar-se com confiança, e que serão para ele sinal e garantia da fidelidade inquebrantável da Aliança divina (211). Por seu lado, o homem deve manter-se fiel a esta base e respeitar as leis que o Criador nela inscreveu.

347. A criação foi feita em vista do Sábado e, portanto, do culto e da adoração de Deus. O culto está inscrito na ordem da criação (212) – *«Operi Dei nihil preponatur* – Nada se anteponha à obra de Deus (ao culto divino)» – diz a Regra de São Bento (213) indicando assim a justa ordem das preocupações humanas.

348. O Sábado está no coração da Lei de Israel. Guardar os Mandamentos é corresponder à sabedoria e à vontade de Deus, expressas na sua obra da criação.

349. *O oitavo dia.* Mas para nós, um dia novo surgiu: o dia da Ressurreição de Cristo. O sétimo dia acaba a primeira criação. O oitavo dia começa a nova criação. A obra da criação culmina, assim, na obra maior da Redenção. A primeira criação encontrou o seu sentido e cume ria nova criação em Cristo, cujo esplendor ultrapassa o da primeira (214).

Resumindo:

350. *Os anjos são criaturas espirituais que glorificam a Deus sem cessar e servem os seus planos salvíficos em relação às outras criaturas:* «Ad omnia bona nostra cooperantur angeli –*Os anjos prestam a sua cooperação a tudo quanto diz respeito ao nosso bem» (*215).

351. *Os anjos assistem a Cristo, seu Senhor. Servem-n'O de modo particular no cumprimento da sua missão salvífica em relação aos homens.*

352. *A Igreja venera os anjos, que a ajudam na sua peregrinação terrestre e protegem todo o género humano.*

353. *Deus quis a diversidade das suas criaturas e a sua bondade própria, a sua interdependência e a sua ordem. Destinou todas as criaturas materiais para o bem do género humano. O homem, e através dele toda a criação, tem como destino a glória de Deus.*

354*. Respeitar as leis inscritas na criação e as relações derivantes da natureza das coisas, é princípio de sabedoria e fundamento da moral.*

PARÁGRAFO 6: O HOMEM

355. «Deus criou o ser humano à sua imagem, criou-o à imagem de Deus. Ele o criou homem e mulher» *(Gn* 1, 27). O homem ocupa um lugar único na criação: é «à imagem de Deus» (I); na sua própria natureza, une o mundo espiritual e o mundo material (II); foi criado «homem e mulher» (III); Deus estabeleceu-o na sua amizade (IV).

I. «A imagem de Deus»

356. De todas as criaturas visíveis, só o homem é «capaz de conhecer e amar o seu Criador» (216); é a «única criatura sobre a terra que Deus quis por si mesma» (217); só ele é chamado a partilhar, pelo conhecimento e pelo amor, a vida de Deus. Com este fim foi criado, e tal é a razão fundamental da sua dignidade:

«Qual foi a razão de terdes elevado o homem a tão alta dignidade? Foi certamente o incomparável amor com que Vos contemplastes a Vós mesmo na vossa criatura e Vos enamorastes dela; porque foi por amor que a criastes, foi por amor que lhe destes um ser capaz de apreciar o vosso bem eterno» (218).

357. Porque é «à imagem de Deus», o indivíduo humano possui a dignidade de *pessoa:* ele não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas. E é chamado, pela graça, a uma Aliança com o seu Criador, a dar-Lhe uma resposta de fé e amor que mais ninguém pode dar em seu lugar.

358. Deus tudo criou para o homem (219) mas o homem foi criado para servir e amar a Deus, e para Lhe oferecer toda a criação:

«Qual é, pois, o ser que vai chegar à existência rodeado de tal consideração? É o homem, grande e admirável figura vivente, mais precioso aos olhos de Deus que toda a criação; é o homem, para quem existem o céu e a terra e o mar e a totalidade da criação, e a cuja salvação Deus deu tanta importância, que, por ele, nem ao seu próprio Filho poupou. Porque Deus não desiste de tudo realizar, para fazer subir o homem até Si e fazê-lo sentar à sua direita» (220).

359. «Na realidade, só no mistério do Verbo Encarnado é que verdadeiramente se esclarece o mistério do homem» (221):

«São Paulo ensina-nos que dois homens estão na origem do género humano: Adão e Cristo. [...] O primeiro Adão, diz ele, foi criado como um ser humano que recebeu a vida; o segundo é um ser espiritual que dá a vida. O primeiro foi criado pelo segundo, de Quem recebeu a alma que o faz viver. [...] O segundo Adão gravou a sua imagem no primeiro, quando o modelou. Por isso, veio a assumir a sua função e

o seu nome, para que não se perdesse aquele que fizera à sua imagem. Primeiro e último Adão: o primeiro teve princípio; o último não terá fim. Por isso é que o último é verdadeiramente o primeiro, como Ele mesmo diz: "Eu sou o Primeiro e o Último"» (222).

360. Graças à comunidade de origem, *o género humano forma uma unidade.* Deus «fez, a partir de um só homem todo o género humano para habitar sobre toda a face da terra» *(Act* 17, 26) (223):

«Maravilhosa visão, que nos faz contemplar o género humano na unidade da sua origem em Deus [...]; na unidade da sua natureza, em todos igualmente integrada dum corpo material e duma alma espiritual; na unidade do seu fim imediato e da sua missão no mundo; na unidade da sua habitação, a terra, de cujos bens todos os homens, por direito natural, podem servir-se para sustentar e desenvolver a vida; na unidade do seu fim sobrenatural. Deus, para o Qual todos devem tender, na unidade dos meios para atingir este fim; [...] na unidade da Redenção, para todos levada a cabo por Cristo» (224).

361. «Esta lei de solidariedade humana e de caridade» (225), sem excluir a rica variedade das pessoas, das culturas e dos povos, assegura-nos que todos os homens são verdadeiramente irmãos.

II. «Corpore et anima unus» – Unidade de corpo e alma

362. A pessoa humana, criada à imagem de Deus, é um ser ao mesmo tempo corporal e espiritual. A narrativa bíblica exprime esta realidade numa linguagem simbólica, quando afirma que «Deus formou o homem com o pó da terra, insuflou-lhe pelas narinas um sopro de vida, e o homem tornou-se num ser vivo» *(Gn* 2, 7). O homem, no seu ser total, foi, portanto,*querido* por Deus.

363. Muitas vezes, a palavra *alma* designa, nas Sagradas Escrituras, a *vida* humana (226), ou *a pessoa* humana no seu todo (227). Mas designa também o que há de mais íntimo no homem (228) e de maior valor na sua pessoa (229), aquilo que particularmente faz dele imagem de Deus: «alma» significa *o princípio espiritual* no homem.

364. O *corpo* do homem participa na dignidade da «imagem de Deus»: é corpo humano precisamente por ser animado pela alma espiritual, e a pessoa humana na sua totalidade é que é destinada a tornar-se, no Corpo (Místico) de Cristo, templo do Espírito (230):

«Corpo e alma, mas realmente uno, o homem, na sua condição corporal, reúne em si mesmo os elementos do mundo material, que assim nele encontram a sua consumação e nele podem louvar Livremente o seu Criador. Por isso, não é lícito ao homem menosprezar a vida do corpo. Pelo contrário, deve estimar e respeitar o seu corpo, que foi criado por Deus e que há-de ressuscitar no último dia» (231).

365. A unidade da alma e do corpo é tão profunda que se deve considerar a alma como a «forma» do corpo (232); quer dizer, é graças à alma espiritual que o corpo, constituído de matéria, é um corpo humano e vivo. No homem, o espírito e a matéria não são duas naturezas unidas, mas a sua união forma uma única natureza.

366. A Igreja ensina que cada alma espiritual é criada por Deus de modo imediato (233) e não produzida pelos pais; e que é imortal (234), isto é, não morre quando, na morte, se separa do corpo; e que se unirá de novo ao corpo na ressurreição final.

367. Encontra-se às vezes uma distinção entre alma e espírito. São Paulo, por exemplo, ora para que «todo o nosso ser, o espírito, a alma e o corpo», seja guardado sem mancha até à vinda do Senhor (1 *Ts* 5, 23). A Igreja ensina que esta distinção não introduz uma dualidade na alma (235), «Espírito» significa que o homem é ordenado, desde a sua criação, para o seu fim sobrenatural (236), e que a alma é capaz de ser gratuitamente sobreelevada até à comunhão com Deus (237).

368. A tradição espiritual da Igreja insiste também no *coração,*no sentido bíblico de «fundo do ser» («nas entranhas»: *Jr* 31, 33) em que a pessoa se decide ou não por Deus (238).

III. «Homem e mulher os criou»

IGUALDADE E DIFERENÇA QUERIDAS POR DEUS

369. O homem e a mulher foram *criados,* quer dizer, foram *queridos por Deus:* em perfeita igualdade enquanto pessoas humanas, por um lado; mas, por outro, no seu respectivo ser de homem e de mulher. «Ser homem», «ser mulher» é uma realidade boa e querida por Deus: o homem e a mulher têm uma dignidade inamissível e que lhes vem imediatamente de Deus, seu Criador (239). O homem e a mulher são, com uma mesma dignidade, «à imagem de Deus». No seu «ser homem» e no seu «ser mulher», reflectem a sabedoria e a bondade do Criador.

370. Deus não é, de modo algum; à imagem do homem. Não é nem homem nem mulher. Deus é puro espírito, no Qual não há lugar para a diferença de sexos. Mas as «perfeições» do homem e da mulher reflectem qualquer coisa da infinita perfeição de Deus: as duma mãe (240) e as dum pai e esposo (241).

«UM PARA O OUTRO» – «UMA UNIDADE A DOIS»

371. Criados *juntamente,* o homem e a mulher são, na vontade de Deus, um *para o* outro. A Palavra de Deus no-lo dá a entender em diversos passos do texto sagrado. «Não convém que o homem esteja só: vou fazer-lhe uma ajudante que se pareça com ele» *(Gn* 2, 18). Nenhum dos animais pode ser este «par» do homem (242). A mulher que Deus «molda» da costela tirada do homem e que apresenta ao homem, provoca da parte deste, uma exclamação admirativa, de amor e comunhão: «E osso dos meus ossos e carne da minha carne» (*Ga* 2, 23). O homem descobre a mulher como um outro «eu», da mesma humanidade.

372. O homem e a mulher são feitos «um para o outro»: não é que Deus os tenha feito «a meias» e «incompletos»; criou-os para uma comunhão de pessoas, em que cada um pode ser «ajuda» para o outro, uma vez que são, ao mesmo tempo, iguais enquanto pessoas («osso dos meus ossos») e complementares enquanto masculino e feminino (243). No matrimónio, Deus une-os de modo que, formando «uma só carne» *(Gn* 2, 24), possam transmitir a vida humana:

«crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra» *(Gn* 1, 28). Transmitindo aos seus descendentes a vida humana, o homem e a mulher, como esposos e pais, cooperam de modo único na obra do Criador (244).

373. Segundo o desígnio de Deus, o homem e a mulher são vocacionados para «dominarem a terra» (245) como «administradores» de Deus. Esta soberania não deve ser uma dominação arbitrária e destruidora. A imagem do Criador, «que ama tudo o que existe» (*Sb* 11, 24), o homem e a mulher são chamados a participar na Providência divina em relação às outras criaturas. Daí a sua responsabilidade para com o mundo que Deus lhes confiou.

IV. O homem no paraíso

374. O primeiro homem não só foi criado bom, como também foi constituído num estado de amizade com o seu Criador, e de harmonia consigo mesmo e com a criação que o rodeava; amizade e harmonia tais, que só serão ultrapassadas pela glória da nova criação em Cristo.

375. A Igreja, interpretando de modo autêntico o simbolismo da linguagem bíblica à luz do Novo Testamento e da Tradição, ensina que os nossos primeiros pais, Adão e Eva, foram constituídos num estado de santidade e de justiça originais (246). Esta graça da santidade original era uma participação na vida divina (247).

376. Todas as dimensões da vida do homem eram fortalecidas pela irradiação desta graça. Enquanto permanecesse na intimidade divina, o homem não devia nem morrer (248), nem sofrer (249). A harmonia interior da pessoa humana, a harmonia entre o homem e a mulher (250), enfim, a harmonia entre o primeiro casal e toda a criação, constituía o estado dito «de justiça original».

377. O «domínio» do mundo, que Deus tinha concedido ao homem desde o princípio, realizava-se, antes de mais, no próprio homem como *domínio de si.* O homem era integrado e ordenado em todo o seu ser, porque livre da tríplice concupiscência (251), que o sujeita

aos prazeres dos sentidos, à ambição dos bens terrenos e à afirmação de si contra os imperativos da razão.

378. Sinal da familiaridade com Deus é o facto de Deus o colocar no jardim (252). Ali vive «a fim de o cultivar e guardar» (*Gn* 2, 15): o trabalho não é um castigo (253), mas a colaboração do homem e da mulher com Deus no aperfeiçoamento da criação visível.

379. Toda esta harmonia da justiça original, prevista para o homem pelo plano de Deus, será perdida pelo pecado dos nossos primeiros pais.

Resumindo:

380. *«Formastes o homem à vossa imagem e lhe confiastes o Universo, para que, servindo-Vos unicamente a Vós, seu Criador; exercesse domínio sobre todas as criaturas»* (254).

381. *O homem foi predestinado para reproduzir a imagem do Filho de Deus feito homem –«imagem do Deus invisível» (Cl 1, 15) –, para que Cristo seja o primogénito duma multidão de irmãos e irmãs* (255).

382. *O homem é «uma unidade de corpo e alma»* (256). *A doutrina da fé afirma que a alma espiritual e imortal foi criada imediatamente por Deus.*

383. *«Deus não criou o homem solitário: desde a origem "criou-os homem e mulher" (Gn 1, 27); a sociedade dos dois realiza a primeira forma de comunhão entre pessoas» (257).*

384. *A Revelação dá-nos a conhecer o estado de santidade e justiça originais do homem e da mulher, antes do pecado: da amizade de ambos com Deus derivava a felicidade da sua existência no paraíso.*

PARÁGRAFO 7: A QUEDA

385. Deus é infinitamente bom e todas as suas obras são boas. No entanto, ninguém escapa à experiência do sofrimento, dos males da natureza – que aparecem como ligados aos limites próprios das

criaturas –, e sobretudo à questão do mal moral. Donde vem o mal? «Quaerebam unde malum et non erat exitus – Procurava a origem do mal e não encontrava solução», diz Santo Agostinho (258). A sua própria busca dolorosa só encontrará saída na conversão ao Deus vivo. Porque «o mistério da iniquidade» *(2 Ts* 2, 7) só se esclarece à luz do «mistério da piedade» (259). A revelação do amor divino em Cristo manifestou, ao mesmo tempo, a extensão do mal e a superabundância da graça (260). Devemos, portanto, abordar a questão da origem do mal, fixando o olhar da nossa fé n'Aquele que é o seu único vencedor (261).

I. «Onde abundou o pecado, sobreabundou a graça»

A REALIDADE DO PECADO

386. O pecado está presente na história do homem. Seria vão tentar ignorá-lo ou dar outros nomes a esta obscura realidade. Para tentar compreender o que é o pecado, temos primeiro de reconhecer o *laço profundo que une o homem a Deus,* porque, fora desta relação, o mal do pecado não é desmascarado na sua verdadeira identidade de recusa e oposição a Deus, embora continue a pesar na vida do homem e na história.

387. A realidade do pecado e, dum modo particular, a do pecado das origens, só se esclarece à luz da Revelação divina. Sem o conhecimento que esta nos dá de Deus, não se pode reconhecer claramente o pecado, e somos tentados a explicá-lo unicamente como falta de maturidade, fraqueza psicológica, erro, consequência necessária duma estrutura social inadequada, etc. Só no conhecimento do desígnio de Deus sobre o homem é que se compreende que o pecado é um abuso da liberdade que Deus dá às pessoas criadas para que possam amá-Lo e amarem-se mutuamente.

O PECADO ORIGINAL – UMA VERDADE FUNDAMENTAL DA FÉ

388. Com o progresso da Revelação, vai-se esclarecendo também a realidade do pecado. Embora o povo de Deus do Antigo Testamento tenha abordado a dor da condição humana à luz da história da queda

narrada no Génesis, não podia atingir o significado último dessa história, o qual só se manifesta à luz da Morte e Ressurreição de Jesus Cristo (262). É preciso conhecer Cristo como fonte da graça para reconhecer Adão como fonte do pecado. Foi o Espírito Paráclito, enviado por Cristo ressuscitado, que veio «confundir o mundo em matéria de pecado» *(Jo* 16, 8), revelando Aquele que é o seu redentor.

389. A doutrina do pecado original é, por assim dizer, «o reverso» da Boa-Nova de que Jesus é o Salvador de todos os homens, de que todos têm necessidade da salvação e de que a salvação é oferecida a todos, graças a Cristo. A Igreja, que tem o sentido de Cristo (263), sabe bem que não pode tocar-se na revelação do pecado original sem atentar contra o mistério de Cristo.

PARA LER A NARRATIVA DA QUEDA

390. A narrativa da queda (*Gn* 3) utiliza uma linguagem feita de imagens, mas afirma um acontecimento primordial, um facto que teve lugar *no princípio da história do homem* (264). A Revelação dá-nos uma certeza de fé de que toda a história humana está marcada pela falta original, livremente cometida pelos nossos primeiros pais (265).

II. A queda dos anjos

391. Por detrás da opção de desobediência dos nossos primeiros pais, há uma voz sedutora, oposta a Deus (266), a qual, por inveja, os faz cair na morte (267). A Escritura e a Tradição da Igreja vêem neste ser um anjo decaído, chamado Satanás ou Diabo (268). Segundo o ensinamento da Igreja, ele foi primeiro um anjo bom, criado por Deus. *«Diabolus enim et alii daemones a Deo quidem natura creati sunt boni, sed ipsi per se facti sunt mali* – De facto, o Diabo e os outros demónios foram por Deus criados naturalmente bons; mas eles, por si, é que se fizeram maus» (269).

392. A Escritura fala dum *pecado* destes anjos (270). A *queda* consiste na livre opção destes espíritos criados, que radical e irrevogavelmente *recusaram* Deus e o seu Reino. Encontramos um reflexo desta rebelião nas palavras do tentador aos nossos primeiros

pais: «Sereis como Deus» *(Gn* 3, 5). O Diabo é «pecador desde o princípio» (1 *Jo* 3, 8), «pai da mentira» *(Jo 8,*44).

393. É o carácter *irrevogável* da sua opção, e não uma falha da infinita misericórdia de Deus, que faz com que o pecado dos anjos não possa ser perdoado. «Não há arrependimento para eles depois da queda, tal como não há arrependimento para os homens depois da morte» (271).

394*.* A Escritura atesta a influência nefasta daquele que Jesus chama «o assassino desde o princípio» *(Jo* 8, 44), e que chegou ao ponto de tentar desviar Jesus da missão recebida do Pai (272). «Foi para destruir as obras do Diabo que apareceu o Filho de Deus» (*1 Jo* 3, 8). Dessas obras, a mais grave em consequências foi a mentirosa sedução que induziu o homem a desobedecer a Deus.

395. No entanto, o poder de Satanás não é infinito. Satanás é uma simples criatura, poderosa pelo facto de ser puro espírito, mas, de qualquer modo, criatura: impotente para impedir a edificação do Reino de Deus. Embora Satanás exerça no mundo a sua acção, por ódio contra Deus e o seu reinado em Jesus Cristo, e embora a sua acção cause graves prejuízos – de natureza espiritual e indirectamente, também, de natureza física – a cada homem e à sociedade, essa acção é permitida pela divina Providência, que com força e suavidade dirige a história do homem e do mundo. A permissão divina da actividade diabólica é um grande mistério. Mas «nós sabemos que tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus» *(Rm*8, 28).

III. O pecado original

A PROVA DA LIBERDADE

396. Deus criou o homem «à sua imagem» e constituiu-o na sua amizade. Criatura espiritual, o homem só pode viver esta amizade na modalidade da livre submissão a Deus. É isso o que exprime a proibição feita ao homem de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, «pois no dia em que o comeres, morrerás» *(Gn 2,* 17). A «árvore de conhecer o bem e o mal»*(Gn 2,* 17) evoca

simbolicamente o limite intransponível que o homem, como criatura, deve livremente reconhecer e confiadamente respeitar. O homem depende do Criador. Está sujeito às leis da criação e às normas morais que regulam o exercício da liberdade.

O PRIMEIRO PECADO DO HOMEM

397. Tentado pelo Diabo, o homem deixou morrer no coração a confiança no seu Criador (273). Abusando da liberdade, *desobedeceu* ao mandamento de Deus. Nisso consistiu o primeiro pecado do homem (274). Daí em diante, todo o pecado será uma desobediência a Deus e uma falta de confiança na sua bondade.

398. Neste pecado, o homem preferiu-se a si próprio a Deus, e por isso desprezou Deus: optou por si próprio contra Deus, contra as exigências da sua condição de criatura e, daí, contra o seu próprio bem. Constituído num estado de santidade, o homem estava destinado a ser plenamente «divinizado» por Deus na glória. Pela sedução do Diabo, quis «ser como Deus»(275), mas «sem Deus, em vez de Deus, e não segundo Deus» (276).

399. A Escritura refere as consequências dramáticas desta primeira desobediência: Adão e Eva perdem imediatamente a graça da santidade original (277). Têm medo daquele Deus (278) de quem se fizeram uma falsa imagem: a dum Deus ciumento das suas prerrogativas (279).

400. A harmonia em que viviam, graças à justiça original, ficou destruída; o domínio das faculdades espirituais da alma sobre o corpo foi quebrado (280); a união do homem e da mulher ficou sujeita a tensões (281); as suas relações serão marcadas pela avidez e pelo domínio (282). A harmonia com a criação desfez-se: a criação visível tornou-se, para o homem, estranha e hostil (283). Por causa do homem, a criação ficou sujeita «à servidão da corrupção» (284). Enfim, vai concretizar-se a consequência explicitamente anunciada para o caso da desobediência (285): o homem «voltará ao pó de que

foi formado» (286). A *morte faz a sua entrada na história da humanidade* (287).

401. A partir deste primeiro pecado, uma verdadeira «invasão» de pecado inunda o mundo: o fratricídio cometido por Caim na pessoa de Abel (288); a corrupção universal como consequência do pecado (289). Na história de Israel, o pecado manifesta-se com frequência, sobretudo como uma infidelidade ao Deus da Aliança e como transgressão da lei de Moisés. Mesmo depois da redenção de Cristo, o pecado manifesta-se de muitas maneiras entre os cristãos (290). A Sagrada Escritura e a Tradição da Igreja não se cansam de lembrar a presença e *a universalidade do pecado na história* do homem.

«O que a Revelação divina nos dá a conhecer, concorda com os dados da experiência. Quando o homem olha para dentro do seu próprio coração, descobre-se inclinado também para o mal, e imerso em muitos males, que não podem provir do seu Criador, que é bom. Muitas vezes, recusando reconhecer Deus como seu princípio, o homem perturbou, por isso mesmo, a sua ordenação para o fim último e, ao mesmo tempo, toda a harmonia consigo próprio, com os outros homens e com toda a criação» (291).

CONSEQUÊNCIAS DO PECADO DE ADÃO PARA A HUMANIDADE

402. Todos os homens estão implicados no pecado de Adão. É São Paulo quem o afirma: «pela desobediência de um só homem, muitos [quer dizer, a totalidade dos homens] se tornaram pecadores» *(Rm* 5, 19): «Assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte atingiu todos os homens, porque todos pecaram» *(Rm*5, 12). A universalidade do pecado e da morte, o Apóstolo opõe a universalidade da salvação em Cristo: «Assim como, pelo pecado de um só, veio para todos os homens a condenação, assim também, pela obra de justiça de um só [Cristo], virá para todos a justificação que dá a vida» *(Rm* 5, 18).

403. Depois de São Paulo, a Igreja sempre ensinou que a imensa miséria que oprime os homens, e a sua inclinação para o mal e para a morte não se compreendem sem a ligação com o pecado de Adão e o facto de ele nos ter transmitido um pecado de que todos nascemos infectados e que é «morte da alma» (292). A partir desta certeza de fé, a Igreja confere o Baptismo para a remissão dos pecados, mesmo às crianças que não cometeram qualquer pecado pessoal (293).

404. Como é que o pecado de Adão se tornou o pecado de todos os seus descendentes? Todo o género humano é, em Adão, *«sicut unum corpus unius hominis* – como um só corpo dum único homem» (294). Em virtude desta «unidade do género humano», todos os homens estão implicados no pecado de Adão, do mesmo modo que todos estão implicados na justificação de Cristo. Todavia, a transmissão do pecado original é um mistério que nós não podemos compreender plenamente. Mas sabemos, pela Revelação, que Adão tinha recebido a santidade e a justiça originais, não só para si, mas para toda a natureza humana; consentindo na tentação, Adão e Eva cometeram um *pecado pessoal,* mas este pecado afecta a *natureza humana* que eles vão transmitir *num estado decaído* (295). É um pecado que vai ser transmitido a toda a humanidade por propagação, quer dizer, pela transmissão duma natureza humana privada da santidade e justiça originais. E é por isso que o pecado original se chama «pecado» por analogia: é um pecado «contraído» e não «cometido»; um estado, não um acto.

405. Embora próprio de cada um (296), o pecado original não tem, em qualquer descendente de Adão, carácter de falta pessoal. É a privação da santidade e justiça originais, mas a natureza humana não se encontra totalmente corrompida: está ferida nas suas próprias forças naturais, sujeita à ignorância, ao sofrimento e ao império da morte, e inclinada ao pecado (inclinação para o mal, que se chama *concupiscência).* O Baptismo, ao conferir a vida da graça de Cristo, apaga o pecado original e reorienta o homem para Deus, mas as consequências para a natureza, enfraquecida e inclinada para o mal, persistem no homem e convidam-no ao combate espiritual.

406. A doutrina da Igreja sobre a transmissão do pecado original foi definida sobretudo no século V, particularmente sob o impulso da reflexão de Santo Agostinho contra o pelagianismo, e no século XVI, por oposição à Reforma protestante. Pelágio sustentava que o homem podia, pela força natural da sua vontade livre, sem a ajuda necessária da graça de Deus, levar uma vida moralmente boa; reduzia a influência do pecado de Adão à de um simples mau exemplo. Os primeiros reformadores protestantes, pelo contrário, ensinavam que o homem estava radicalmente pervertido e a sua liberdade anulada pelo pecado das origens: identificavam o pecado herdado por cada homem com a tendência para o mal («concupiscência»), a qual seria invencível. A Igreja pronunciou-se especialmente sobre o sentido do dado revelado, quanto ao pecado original, no segundo Concílio de Orange em 529 (297) e no Concílio de Trento em 1546 (298).

UM DURO COMBATE

407. A doutrina sobre o pecado original – ligada à da redenção por Cristo – proporciona uma visão de lúcido discernimento sobre a situação do homem e da sua acção neste mundo. Pelo pecado dos primeiros pais, o Diabo adquiriu um certo domínio sobre o homem, embora este permanecesse livre. O pecado original traz consigo «a escravidão, sob o poder daquele que possuía o império da morte, isto é, do Diabo» (299). Ignorar que o homem tem uma natureza ferida, inclinada para o mal, dá lugar a graves erros no domínio da educação, da política, da acção social (300) e dos costumes.

408. As consequências do pecado original e de todos os pecados pessoais dos homens dão ao mundo, no seu conjunto, uma condição pecadora, que pode ser designada pela expressão de São João «o pecado do mundo» *(Jo* 1, 29). Esta expressão significa também a influência negativa que as situações comunitárias e as estruturas sociais, que são o fruto dos pecados dos homens, exercem sobre as pessoas (301).

409. Esta dramática situação do mundo, que «está todo sob o poder do Maligno» (1 *Jo 5,* 19) (302), transforma a vida do homem num

combate:

«Um duro combate contra os poderes das trevas atravessa toda a história dos homens. Tendo começado nas origens, há-de durar – o Senhor no-lo disse – até ao último dia. Empenhado nesta batalha, o homem vê-se na necessidade de lutar sem descanso para aderir ao bem. Só através de grandes esforços é que, com a graça de Deus, consegue realizar a sua unidade interior» (303).

IV. «Vós não o abandonastes ao poder da morte»

410. Depois da queda, o homem não foi abandonado por Deus. Pelo contrário, Deus chamou-o (304) e anunciou-lhe, de modo misterioso, que venceria o mal e se levantaria da queda (305). Esta passagem do Génesis tem sido chamada « Proto-Evangelho» por ser o primeiro anúncio do Messias redentor, do combate entre a Serpente e a Mulher, e da vitória final dum descendente desta.

411. A Tradição cristã vê nesta passagem um anúncio do «novo Adão» (306) que, pela sua «obediência até à morte de cruz» *(Fl* 2, 8), repara super-abundantemente a desobediência de Adão (307). Por outro lado, muitos santos Padres e Doutores da Igreja vêem na mulher, anunciada no proto-Evangelho, a Mãe de Cristo, Maria, como «nova Eva». Ela foi a primeira a beneficiar, dum modo único, da vitória sobre o pecado alcançada por Cristo: foi preservada de toda a mancha do pecado original (308) e, durante toda a sua vida terrena, por uma graça especial de Deus, não cometeu qualquer espécie de pecado (309).

412. Mas *porque é que Deus não impediu o primeiro homem de pecar?* São Leão Magno responde: «A graça inefável de Cristo deu-nos bens superiores aos que a inveja do demónio nos tinha tirado» (310). E São Tomás de Aquino: «Nada se opõe a que a natureza humana tenha sido destinada a um fim mais alto depois do pecado. Efectivamente, Deus permite que os males aconteçam para deles tirar um bem maior. Daí a palavra de São Paulo: "onde abundou o pecado, superabundou a graça" (*Rm* 5, 20). Por isso, na bênção do

círio pascal canta-se: "Ó feliz culpa, que mereceu tal e tão grande Redentor!"» (311).

Resumindo:

413. *«Não foi Deus quem fez a morte, nem Ele se alegra por os vivos se perderem [...]. A morte entrou no mundo pela inveja do Diabo» (Sb 1, 13; 2, 24).*

414. *Satanás ou Diabo e os outros demónios são anjos decaídos por terem livremente recusado servir a Deus e ao seu desígnio. A sua opção contra Deus é definitiva. E eles tentam associar o homem à sua revolta contra Deus.*

415. *«Estabelecido por Deus num estado de santidade, o homem, seduzido pelo Maligno desde o princípio da história, abusou da sua liberdade, levantando-se contra Deus e pretendendo atingir o seu fim fora de Deus»* (312).

416. *Pelo seu pecado, Adão, como primeiro homem, perdeu a santidade e a justiça originais que tinha recebido de Deus, não somente para si, mas para todos os seres humanos.*

417. *À sua descendência, Adão e Eva transmitiram a natureza humana ferida pelo seu primeiro pecado, portanto privada da santidade e da justiça originais. Esta privação é chamada «pecado original».*

418. *Como consequência do pecado original, a natureza humana ficou enfraquecida nas suas forças e sujeita à ignorância, ao sofrimento e ao domínio da morte, e inclinada para o pecado – inclinação que se chama «concupiscência».*

419. *«Afirmamos, pois, com o Concílio de Trento, que o pecado original é transmitido com a natureza humana, "não por imitação, mas por propagação", e que, assim, é "próprio de cada um"»*(313).

420. *A vitória alcançada por Cristo sobre o pecado trouxe-nos bens superiores àqueles que o pecado nos tinha tirado: «Onde abundou o pecado, superabundou a graça» (Rm 5, 20).*

421. *«Segundo a fé dos cristãos, este mundo foi criado e continua a ser conservado pelo amor do Criador; é verdade que caiu sob a escravidão do pecado, mas Cristo, pela Cruz e Ressurreição, venceu o poder do Maligno e libertou-o...»* (314).

Notas

1. CatRom I. 2, 6, p. 23.

2. CatRom I. 2, 8, p. 26.

3. Cf. *Fl* 2, 10-11.

4. Cf. *Mc* 12, 29-30.

5. Cf. *Mc* 12, 35-37.

6. IV Concílio de Latrão, Cap. 1. *De fide catholica:* DS 800.

7. Cf. *Jz* 13, 1.

8. Cf. *Ex* 3, 5-6.

9. Cf. *Ex* 32.

10. Cf. *Ex* 33, 12-17.

11. Cf. *Ex* 34, 9.

12. Cf. *Is* 44, 6.

13. Cf. *Sl* 85, 11.

14. Cf. *Dt* 7, 9.

15. Cf. *Sb* 13, 1-9.

16. Cf. *Sl* 115, 15.

17. Cf. *Sb* 7, 17-21.

18. Cf. *Jo* 17, 3.

19. Cf. *Dt* 4, 37; 7, 8: 10, 15.

20. Cf. *Is* 43, 1-7.

21. Cf. *Os* 2.

22. Cf. *Os* 11, 1.

23. Cf. *Is* 49, 14-15.

24. Cf. *Is* 62, 4-5.

25. Cf. *Ez* 16; *Os* 11.

26. Cf. *1 Cor* 2, 7-16: *Ef* 3, 9-12.

27. Santa Joana D'Arc, *Dito*: *Procès de condamnation*, ed. P. Tisset–Y.Lanhers. v. I (Paris 1960) p. 280 e 288.

28. Cf. *Mt* 5, 29-30: 16. 24: 19. 23-24.

29. S. Nicolau de Flüe, *Bruder-Klausen-Gebet*, apud R. Amschwand, *Bruder Klaus. Ergänzungsband zum Quellenwerk* von R. Durrer (Sarnen 1987). p. 215.

30. Santa Teresa de Jesus. *Poesía. 9: Biblioteca Mística Carmelitana. v. 6* (Burgos 1919). p.*90.* [Santa Teresa de Jesus, *Obras Completas (Paço* de *Arcos.* Edições Carmelo 1994) p. 1390]

31. Tertuliano, *Adversus Marcionem,* I, 3, 5: CCL 1, 444 (PL 2. 274).

32. Santo Agostinho, *Sermo* 52. 6. 16: ed. P. Verbraken: *Revue Bénédictine* 74 (1964) 27 (PL 38. 360).

33. São Cesário de Arles. *Expositio vel traditio Symboli* (sermo 9): CCL 103. 47.

34. Cf. Vigílio, *Professio fidei* (522): DS 415.

35. Cf. Sagrada Congregação do Clero, *Directorium catechisticum generale,* 43: AAS (1972)123.

36. *Ibid*., 47.

37. I Concílio do Vaticano. Const. dogm. *Dei Filius, c.* 4: DS 3015.

38. Cf. *Dt* 32. 6: *Ml* 2. 10.

39. Cf. 2 *Sm* 7, 14.

40. Cf. *Sl* 68, 6.

41. Cf. Is 66, 13: *Sl* 131, 2.

42. Cf. *Sl* 27, 10.

43. Cf. *Ef* 3, 14-15: *Is* 49, 15.

44. *Símbolo de Nicéia:* DS 125.

45. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

46. Cf. *Gn* 1. 2.

47. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

48. Cf. *Jo* 14, 17.

49 Cf. *Jo* 14, 26.

50. Cf. *Jo* 14, 26: 15. 26; 16, 14.

51. Cf. *Jo* 7, 39.

52. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

53. VI Concílio de Toledo (em 638), *De Trinitate et de Filio Dei Redemptore incarnato:* DS 490.

54. XI Concílio de Toledo (ano 675), *Symbolum:* DS 527.

55. *Símbolo Niceno Constantinopolitano:* DS 150.

56. Concílium de Florença. *Decretum pro Graecis:* DS 1300-1301.

57. Cf. São Leão Magno, Ep. *Quam laudabiliter:* DS 284.

58. II Concílio Vaticano, Decr. *Ad gentes:* AAS 58 (1966) 948.

59. Concílio de Florença, *Decretum pro Graecis (ano* 1439): DS 1302.

60. Concílio de Florença, *Decretum pro Iacobitis (ano* 1442): DS 1331.

61. II Concílio de Lião, *Constitutio de Summa Trinitate et fide catholica (ano 1274):* DS *850.*

62. Cf. *1 Cor* 12, 4-6; *Ef* 4, 4-6.

63. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei, 9:* AAS 60 (1968) 437.

64. II Concílio de Constantinopla (ano 553), *Anathematismi de tribus Capitulis. 1:* DS 421.

65. XI Concílio de Toledo (ano *675). Symbolum:* DS 530.

66. IV Concílio de Latrão (ano 1215), Cap. 2. *De errore abbatis Ioachim:* DS 804.

67. *Fides Damasi:* DS 71.

68. XI Concílio de Toledo (ano 675). *Symbolum:* DS 530.

69. IV Concílio de Latrão (ano 1215). Cap. 2*, De errore abbatis Ioachim:* DS 804.

70. XI Concílio de Toledo (ano 675). *Symbolum*: DS 528.

71. Concílio de Florença, *Decretum pro Iacobitis* (ano 1442): DS 1330.

72. Concílio de Florença, *Decretum pro Iacobitis* (ano 1442): DS 1331.

73. São Gregório de Nazianzo, *Oratio* 40. 41: SC 358, 292-294 (PG 36, 417).

74. *Hino das II Vésperas* de *Domingo,* nas semanas 2 e 4: *Liturgia Horarum*, editio typica, 3 (Typis Poliglottis Vaticanis Poliglottis Vaticanis 1974) p. 632 e 879 [Este hino está traduzido na ed. portuguesa: *Liturgia das Horas (Gráfica* de Coimbra 1983), v. 3, p. 86 e N. 4, p. 86].

75. I Concílio de Vaticano, Decr. *Ad gentes, 2-9:* AAS 58 (1966) 948-958.

76. II Concílio de Constantinopla (ano 553), *Anathematismi de tribus Capitulis,* 1: DS 421.

77. Concílio de Florença, *Decretum pro Incobitis* (ano 1442): DS 1331.

78. Cf. *1 Cor* 8, 6.

79. II Concílio de Constantinopla (ano 553). *Anathematismi de tribus Capitulis,* 1: DS 421.

80. Cf. *Jo* 6. 44.

81. Cf. *Rm* 8, 14.

82. Cf. *Jo* 17, 21-23.

83. Beata Isabel da Trindade, *Élévation à la Trinité: Écrits spirituels.* 50. ed. M. M. Philipon (Paris 1949), p. 80. [*Escritos espirituais* (Oeiras, Edições Carmelo 1989) p. 327].

84. Cf. *Jo* 14, 26.

85. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

86. Santo Agostinho, *De Trinitate* 15, 26, 47: CCL 50A, 529 (PL 42. 1095).

87. Paulo VI, *Sollemnis Processio fidei,* 9: AAS 60 (1968) 436.

88. *Símbolo Quicumque:* DS 75.

89. Cf. *Gn* 1, 1; *Jo* 1, 3.

90. Cf. *Mt* 6, 9.

91. Cf. *1 Cor* 1,18.

92. Cf. *Jr* 32, 17; *Lc* 1, 37.

93. Cf. *Jr* 27, 5.

94. Cf. *Est* 4c. 17: *Pr* 21, 1;*Tb* 13, 2.

95. Cf. *Mt* 6, 32.

96. São Tomás De Aquino, *Summa theologiae* 1, q. 25, a. 5, ad 1: Ed Leon. 4, 297.

97. Cf. *2 Cor* 12, 9: *Fl* 4. 13.

98. CatRom I, 2, 13, p. 31.

99. Cf. *Gn* 18. 14: *Mt* 19, 26.

100. *Domingo XXVI do Tempo Comum, Colecta: Missale Romanum.* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. *365* [Trad. oficial portuguesa: *Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992. p. 420]

101. *Símbolo dos Apóstolos:* DS 30.

102. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

103. *Cf.* Sagrada Congregação do Clero, *Directorium catechisticum generale,* 51: AAS 64 (1972) 128.

104. *Cf. Rm* 8, 18-23.

105. Cf. Egria, *Itinerarium seu Peregrinatio ad loca sancta* 46, 2: SC 296, 308: PLS 1, 1089-1090: Santo Agostinho. *De catechizandis rudibus* 3, 5: CCL 46. 124 (PL 40, 313).

106. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Fillius,* De Revelatione. canon I: DS 3026.

107. Cf. *Act* 17, 24-29; *Rm* 1, 19-20.

108. Cf. *Is* 43, 1.

109. Cf. *Gn* 15, 5; *Jr* 33, 19-26.

110. Cf. *Is* 44, 24.

111. Cf. *S1* 104.

112. Cf. *Pr 8.* 22-31.

113. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

114. *Liturgia Bizantina.* Tropário das Vésperas de Pentecostes: *Pentêkostáriom* (Rome 1883). 408.

115. Cf. *Sl* 33, 6; 104. *30; Gn* 1, 2-3.

116. Santo Irineu de Lião, *Adversus haereses,* 2, 30, 9: *SC* 294, 318-320 (*PG* 7, 822).

117. *Ibidem,* 4, 20, 1: SC 100, 626 (PG 7, 1032).

118. I Concílio Vaticano, Const dogm. *Dei Filius.* De Deo rerum omnium Creatore, canon 5: DS 3025.

119. São Boavenura, *In secundum librum Sententiarum, dist.* 1. *p. 2. a.* 2, q. 1. concl.: *Opera omnia, v.* 2 (Ad Claras Aquas 1885), p. 44.

120. São Tomás de Aquino, *Commentum in secundum librum Sententiarum,* Prologus*: Opera omnia, v. 8* (Parisiis *1873), p. 2.*

121. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 1: DS 3002.

122. Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses* 4, 20, 7: SC 100, 648 (PG 7, 1037).

123. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes.* 2: AAS 58 (1966) 948.

124. Cf. *Sb* 9, 9.

125. I Concílio do Vaticano. Const. dogm. *Dei Filius, c.* 1: DS 3002.

126. I Concílio do Vaticano. Const. dogm. *Dei Filius,* De Deo rerum omnium Creatore, canones 1-4: DS 3023-3024.

127. IV Concílio de Latrão, Cap. *2. De fide catholica:* DS 800; I Concílio do Vaticano. Const. dogm. *Dei Filius,*. Const. dogm. *Dei Filiu.s,* De Deo rerum omnium Creatore, canon 5: DS 3025.

128. São Teófilo de Antioquia, *Ad Autolycum, 2.* 4; SC 20. 102 (PG 6. 1052).

129. Cf. *Sl* 51, 12.

130. Cf. *Gn* 1, 3.

131. Cf. *2 Cor* 4, 6.

132. Cf. Cf. *Gn* 1, 26.

133. Cf. *Sl* 19, 2-5.

134. Cf. *Job* 42, 3.

135. Cf. São Leão Magno, Ep *Quam laudabiliter:* DS 286: I Concílio de Braga,*Anathematismi praesertim contra Priscillianistas,* 5-13: DS 455-463: IV Concílio de Latrão, Cap. *2, De fide catholica:* DS 800; Concílio de Florença, *Decretam pro Iacobitis:* DS 1333. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 1: DS 3002.

136. Cf. *Sir* 43, 30.

137. Santo Agostinho, *Confissões,* 3, 6, 11: CCL 27, 33 (PL 32, 688).

138. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius, c.* 1: DS 3003.

139. Cf. *Is* 10, 5-15: 45, 5-7: *Dt* 32, 39: *Sir* 11, 14.

140. Cf. *Sl* 22; 32; 35; 103; 138; etc.

141. Cf. *Mt* 10, 29-31.

142. Cf. *Gn* 1, 26-28.

143. Cf. *Cl* 1, 24.

144. Cf. *1 Ts* 3, 2.

145. Cf. *Cl* 4, 11.

146. Cf. *1 Cor* 12, 6.

147. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et* spes. 36: AAS 58 (1966) 1054.

148. Cf. *Mt* 19, 26: *Jo* 15, 5; *Fl* 4, 13.

149. Cf. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 1, q. 25, a. 6: Ed. Leon. 4, 298-299.

150. São Tomás de Aquino, *Summa contra gentiles, 3,* 71: Ed. Leon. 14. 209-211.

151. Cf. Santo Agostinho, *De libero arbitrio,* 1, 1, 1: CCL 29, 211 (PL 3*2.* 1221-1223): Santo Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 1-2, q. 79, a. l: Ed. Leon. 7, 76-77.

152. Santo Agostinho, *Enchiridion de fide, spe et caritate.* 3. 11: CCL 46, 53 (PL 40, 236).

153. Cf. *Tb 2.* 12-18 vulg.

154. Cf. *Rm* 5, 20.

155. Santa Catarina de Sena, *Il dialogo della Divina provvidenza,* 138: ed. G. Cavallini (Roma 1995) p. 441.

156. Margarita Roper, *Epistola ad Aliciam Alington (Agosto* 1534): *The Correspondence of Sir Thomas More,* ed. E. F. Rogers (Princeton 1947), p. 531-532. [Texto no Ofício de Leituras da memória de São Tomás Moro a 22 de Junho].

157. Juliana de Norwich, *Revelatio* 13, 32: *A Book of Showings to the Anchoress Julian of Norwich.* ed. E. Colledge — J. Walsh, vol.. 2 (Toronto 1978), p. 426 e 422.

158. Cf. *Gn* 2. 2.

159. Cf. Sagrada Congregação de Estudos, *Decreto* (27 Julho 1914): DS 3624.

160. Cf. *Mt* 6, 26-34.

161. Cf. *Sl* 55, 23.

162. DS 30.

163. DS 150.

164. Cf. *Sl* 115, 16.

165. Cf. *Sl* 19. 2.

166. Cf. *Sl* 115, 16.

163. DS 150.

164. Cf, *Sl* 115, 16.

165. Cf. *Sl* 19, 2.

166. Cf. *Sl* 115, 16.

167. IV Concílio de Latrão, Cap. I. *De fide catholica:* DS 800; Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. I: DS 3002 e Paulo VI, *Sollemnis Professio fìdei,* 8: .AAS 60 (1968) 436.

168. Santo Agostinho, *Enarratio in Psalmum,* 103, 1, 15: CCL 40, 1488 (PL 37, 1348-1349).

169. Cf. Pio XII, Enc. *Humani generis*: DS 3891.

170. Cf. *Lc* 20. 36.

171. Cf. *Dn* 10, 9-12.

172. Cf. *Job* 38, 7, onde os anjos são chamados «filhos de Deus».

173. Cf. *Gn* 3, 24.

174. Cf. *Gn* 19.

175. Cf. *Gn* 21, 17.

176. Cf. *Gn* 22, 11.

177. Cf. *Act* 7. 53.

178. Cf. *Ex* 23, 20-23.

179. Cf. *Jz* 13.

180. Cf. *Jz* 6, 11-24; *Is* 6. 6.

181. Cf. *1 Rs* 19, 5.

182. Cf. *Lc* 1, 11. 26.

183. Cf. *Mt* 1, 20; 2, 13.19.

184. Cf. *Mc* 1, 13; *Mt* 4, 11.

185. Cf. *Lc* 22, 43.

186. Cf. *Mt* 26, 53.

187. Cf. *2 Mac* 10, 29-30; 11, 8.

188. Cf. *Lc* 2, 10.

189. Cf. *Lc* 2, 8-14.

190 Cf. *Mc* 16, 5-7.

191. Cf. *Act* 1, 10-11.

192. Cf. *Mt* 13, 41; 24, 31; *Lc* 12, 8-9.

193. Cf. *Act* 5, 18-20; 8, 26-29; 10, 3-8; 12, 6-11; 27, 23-25.

194. *Cf. Oração eucarística.* «Santo»: *(editio typica* (Typis Polyglottis Vaticanis 1970). p. 392) [*Missal Romano*, Gráfica de Coimbra 1992,

452].

195. *Ordo exsequiarum,* 50, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1969), p. 23 [Ed. portuguesa: *Celebração das Exéquias*. Braga, Conferência Episcopal Portuguesa – Editorial A.O., 1984, n. 77, p. 71].

196*. Liturgia Byzantina sancti Ioannis Chrysostomi, Hymnus cherubinorum: Liturgies Eastern and Western,* ed. F. E. Brightman (Oxford 1896) p. 377.

197. Cf. *Mt* 18, 10.

198. Cf. *Lc* 16, 22.

199. Cf. *Sl* 34, 8; 91, 10-13.

200. Cf. *Job* 33, 23-24; *Zc* 1, 12; *Tb* 12, 12.

201. São Basílio Magno, *Adversus Eunomium* 3, 1; SC 305, 148 (PG 29, 656B).

202. Cf. *Gn* 1, 1-2, 4.

203. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 11: AAS 58 (1966) 823.

204. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 36: AAS 57 (1965) 41.

205. Cf. Santo Agostinho, *De genesi contra Manichaeos,* 1, 2, 4: PL 36, 175.

206. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 36: AAS 58 (1966) 1054.

207. Cf. *Sl* 145, 9.

208. Cf. *Gn* 1, 26.

209. São Francisco de Assis. *Cântico das criaturas: Opuscula sancti Patris Francisci Assisiensis,* ed C. Esser (Grottaferrata 1978) p. 84-86 [*Fontes Franciscanas,* I Braga, Editorial Franciscana, 1994) p. 77-78].

210. Cf. *Heb* 4, 3-4.

211. Cf. *Jr* 31. 35-37; 33, 19-26.

212. Cf. *Gn* 1, 14.

213. São Bento, *Regula.* 43. 3: CSEL 75, 106 (PL 66, 675).

214. Cf. *Vigília Pascal, oração depois da primeira leitura: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 276 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, p. 304].

215. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 1, 114. 3, ad 3: Ed. Leon. 5, 535.

216. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et* spes, 12: AAS 58 (1966) 1034.

217. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et* spes, 24: AAS 58 (1966) 1045.

218. Santa Catarina de Sena, *Il dialogo della Divina provvidenza,* 13: ed. G. Cavallini (Roma 1995) p. 43.

219. Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et* spes, 12: AAS 58 (1966) 1034: *Ibid. 24:*AAS 58 (1966) 1045; *Ibid.* 39: AAS 58 (1966) 1056-1057.

220. São João Crisóstomo, *Sermones in Genesim*, 2, 1: PG 54, 587D-588A.

221. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et* spes, 22: AAS 58 (1966) 1042.

222. São Pedro Crisólogo, *Sermones* 117, 1-2: CCL 24A, 709 (PL 52, 520) [2ª leit. do Ofício de Leituras de Sábado da XXIX Semana do Tempo Comum: *Liturgia das Horas* (Gráfica de Coimbra 1983), v. 4, p. 440].

223. Cf. *Tb* 8, 6.

224. Pio XII, Enc. *Summi Pontificatus:* AAS 31 (1939) 427: II Concílio Vaticano, Decl.*Nostra aetate,* 1: AAS 58 (1966) 740.

225. Pio XII. Enc. *Summi Pontificatus*: AAS 31 (1939) 426.

226. Cf. *Mt* 16, 25-26; *Jo* 15. 13

227. Cf. *Act* 2, 41.

228. Cf. *Mt* 26, 38; *Jo* 12, 27.

229. Cf. *Mt* 10, 28; *2 Mac* 6, 30.

230. Cf. *1 Cor 6,* 19-20; 15, 44-45.

231. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 14: AAS 58 (1966) 1035.

232. Cf. Concílio de Viena (ano 1312), Const. *«Fidei catholicae»:* DS 902.

233. Cf. Pio XII, Enc. *Humani generis* (ano 1950): DS 3896; Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei,* 8: AAS 60 (1968) 436.

234. Cf. V Concílio de Latrão (ano 1513), Bulla *Apostolici regiminis:* DS 1440.

235. IV Concílio de Constantinopla (ano 870), canon 11: DS 657.

236. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 2: DS 3005; II Concílio Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 22: AAS 58 (1966) 1042-1043.

237. Cf. Pio XII, Enc. *Humani generis* (ano 1950): DS 3891.

238. Cf. *Dt* 6, 5; 29, 3; *Is* 29, 13; *Ez* 36, 26; *Mt* 6, 21: *Lc* 8, 15; *Rm* 5, 5.

239. Cf. *Gn* 2, 7.22.

240. Cf. *Is* 49, 14-15; 66, 13; *Sl* 131, 2-3.

241. Cf. *Os* 11, 1-4; *Jr* 3, 4-19.

242. Cf. *Gn 2,* 19-20.

243. Cf. João Paulo II, Ep. ap. *Mulieris dignitatem,* 7: AAS 80 (1988) 1664-1665.

244. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et* spes, 50: AAS 58 (1966) 1070-1071.

245. Cf. *Gn* 1, 28.

246. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5.°. *Decretum de peccato originali,* canon 1: DS1511.

247. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 2: AAS 57 (1965) 5-6.

248. Cf. *Gn* 2, 17; 3, 19.

249. Cf. *Gn* 3, 16.

250. Cf. *Gn* 2, 25.

251. Cf. *1 Jo* 2, 16.

252. Cf. *Gn* 2, 8.

253. Cf. *Gn* 3, 17-19.

254. *Oração eucarística IV* 118: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 467 [*Missal Romano.* Gráfica de Coimbra 1992. 538].

255. Cf. *Ef* 1, 3-6: *Rm* 8, 29.

256. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 14: AAS 58 (1966) 1035.

257. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 12: AAS 58 (1966) 1034.

258. Santo Agostinho, *Confissões* 7, 7. 11: CCL 27. 99 (PL 32, 739).

259. Cf. *1 Tm* 3, 16.

260. Cf. *Rm* 5, 20.

261. Cf. *Lc* 11, 21-22: *Jo* 16, 11; 1 *Jo* 3, 8.

262. Cf. *Rm* 5, 12-21.

263. *Cf. I Cor 2,* 16.

264. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 13: AAS 58 (1966) 1034-1035.

265. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5.º, *Decretum de peccato originali,* canon 3: DS1513: Pio XII, Enc. *Humani generis:* DS 3897: Paulo VI, *Alocução aos participantes no «simpósio» teológico sobre o pecado original* (11 de Julho de 1966): AAS 58 (1966) 649-655.

266. Cf. *Gn 3,* 1-5.

267. Cf. *Sb* 2, 24.

268. Cf. *Jo* 8, 44; *Ap* 12, 9.

269. IV *Concílio de Latrão* (ano 1215), Cap. 1, *De fide catholica:* DS 800.

270. Cf. *2 Pe* 2, 4.

271. São João Damasceno, *Expositio fidei [De fide orthodoxa* 2, 4]: PTS 12, 50 (PG 94, 877).

272. Cf. *Mt* 4, 1-11.

273. Cf *Gn* 3, 1-11.

274. Cf. *Rm* 5, 19.

275. Cf. *Gn* 3, 5.

276. São Máximo o Confessor, *Ambiguorum liber*: PG 91, 1156.

277. Cf. *Rm* 3, 23.

278. Cf. *Gn* 3, 9-10.

279. Cf. *Gn* 3, 5.

280. Cf. *Gn* 3, 7.

281. Cf. *Gn* 3, 11-13.

282. Cf. *Gn* 3, 16.

283. Cf. *Gn* 3, 17.19.

284. Cf. *Rm* 8, 20.

285. Cf. *Gn* 2, 17.

286. Cf. *Gn* 3, 19.

287. Cf. *Rm* 5, 12.

288. Cf. *Gn* 4, 3-15.

289. Cf. *Gn* 6, 5.12; *Rm* 1, 18-32.

290. Cf. *1 Cor* 1-6; *Ap* 2-3.

291. I Concílio do Vaticano, Const. *past. Gaudium et spes,* 13: AAS 58 (1966) 1035.

292. Concílio de Trento, Sess.5.ª, *Decretum de peccato originali,* canon 2: DS 1512.

293 Concílio de Trento, Sess. 5.ª, *Decretum de peccato originali,* canon 4: DS 1514.

294. São Tomás de Aquino, *Quaestiones disputatae de malo,* 4. 1, c.: Ed. Leon. 23, 105.

295. Concílio de Trento, Sess. 5.ª, *Decretum de peccato originali,* canon 1-2: DS 1511-1512.

296. Concílio de Trento, Sess. 5.ª, *Decretum de peccato originali,* canon 3: DS 1513.

297. Concílio de Orange, Canones 1-2: DS 371-372.

298. Concílio de Trento, Sess. *Decretum de peccato originali,* DS 1510-1516.

299. Concílio de Trento, Sess. *Decretum de peccato originali,* canon l: DS 1511; cf. *Heb* 2, 14.

300. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 25: AAS 83 (1991) 823-824.

301. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia,* 16: AAS 77 (1985) 213-217.

302. Cf. *1 Pe* 5, 8.

303. II Concílio do Vaticano. Const. past. *Gaudium et* spes, 37: AAS 58 (1966) 1055.

304. Cf. *Gn* 3, 9.

305. Cf. *Gn* 3, 15.

306. Cf. 1 *Cor* 15, 21-22.45.

307. Cf. *Rm* 5, 19-20.

308. Cf. Pio IX. Bulla *Ineffabilis Deus:* DS 2803.

309. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª., *Decretum de iustificatione,* canon 23: DS 1573.

310. São Leão Magno, *Sermo* 73. 4: CCL 88A. 453 (PL 54. 151).

311. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae.* 3, q. 1, a. 3. ad 3: Ed. Leon. 11, 14: as palavras aqui citadas por São Tomás cantam-se no Precónio pascal «Exsultet».

312. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 13: AAS 58 (1966) 1034-1035.

313. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei,* 16: AAS 60 (1968) 439.

314. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 2: AAS 58 (1966) 1026.

CAPÍTULO SEGUNDO: CREIO EM JESUS CRISTO, FILHO ÚNICO DE DEUS

A BOA-NOVA: DEUS ENVIOU O SEU FILHO

422. «Quando chegou a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de uma mulher e sujeito à Lei, para resgatar os que estavam sujeitos à Lei e nos tornar seus filhos adoptivos» *(Gl* 4, 4-5). Esta é a «Boa-Nova de Jesus Cristo, Filho de Deus»(1): Deus visitou o seu povo(2) e cumpriu as promessas feitas a Abraão e à sua descendência (3) fê-lo para além de toda a expectativa: enviou o seu «Filho muito-amado» (4).

423. Nós cremos e confessamos que Jesus de Nazaré, judeu nascido duma filha de Israel, em Belém, no tempo do rei Herodes o Grande e do imperador César Augusto, carpinteiro de profissão, morto crucificado em Jerusalém sob o procurador Pôncio Pilatos no reinado do imperador Tibério, é o Filho eterno de Deus feito homem; que Ele «saiu de Deus» *(Jo* 13, 3), «desceu do céu» *(Jo* 3, 13; 6, 33) e «veio na carne» (5), porque «o Verbo fez-Se carne e habitou entre nós. Nós vimos a sua glória, glória que Lhe vem do Pai como Filho Unigénito, cheio de graça e de verdade [...] Na verdade, foi da sua plenitude que todos nós recebemos, graça sobre graça» (*Jo* 1, 14, 16).

424. Movidos pela graça do Espírito Santo e atraídos pelo Pai, nós cremos e confessamos a respeito de Jesus: «Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo» *(Mt* 16, 16). Foi sobre o rochedo desta fé, confessada por Pedro, que Cristo edificou a sua Igreja (6).

«ANUNCIAR A INSONDÁVEL RIQUEZA DE CRISTO» *(Ef* 3, 8)

425. A transmissão da fé cristã é, antes de mais, o anúncio de Jesus Cristo, para Levar à fé n'Ele. Desde o princípio, os primeiros discípulos arderam no desejo de anunciar Cristo: «Nós é que não podemos deixar de dizer o que vimos e escutámos» (*Act* 4, 20). E

convidam os homens de todos os tempos a entrar na alegria da sua comunhão com Cristo:

«O que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplámos e as nossas mãos tocaram acerca do Verbo da vida, é o que nós vos anunciamos, pois a vida manifestou-Se e nós vimo-la e dela damos testemunho: nós vos anunciamos a vida eterna que estava junto do Pai e nos foi manifestada. Nós vos anunciamos o que vimos e ouvimos, para que estejais também em comunhão connosco. E a comunhão em que estamos é com o Pai e com o seu Filho, Jesus Cristo. E escrevemos tudo isto para a nossa alegria ser completa» *(1 Jo,* 1, 1-4).

NO CORAÇÃO DA CATEQUESE: CRISTO

426. «No coração da catequese, encontramos essencialmente uma Pessoa: Jesus de Nazaré, Filho único do Pai [...], que sofreu e morreu por nós e que agora, ressuscitado, vive connosco para sempre [...]. Catequizar [...] é revelar, na Pessoa de Cristo, todo o desígnio eterno de Deus [...]. É procurar compreender o significado dos gestos e das palavras de Cristo e dos sinais por Ele realizados» (7). O fim da catequese é «pôr em comunhão com Jesus Cristo: somente Ele pode levar ao amor do Pai, no Espírito, e fazer-nos participar na vida da Santíssima Trindade» (8).

427. «Na catequese, é Cristo, Verbo Encarnado e Filho de Deus, que é ensinado; tudo o mais é-o em referência a Ele. E só Cristo ensina. Todo e qualquer outro o faz apenas na medida em que é seu porta-voz, consentindo em que Cristo ensine pela sua boca [...]. Todo o catequista deveria poder aplicar a si próprio a misteriosa palavra de Jesus: "A minha doutrina não é minha, mas d'Aquele que Me enviou" (*Jo* 7, 16)» (9).

428. Aquele que é chamado a «ensinar Cristo» deve, portanto, antes de mais nada, procurar «esse lucro sobreeminente que é o conhecimento de Jesus Cristo». Tem de «aceitar perder tudo [...] para ganhar Cristo e encontrar-se n'Ele» e «conhecê-Lo, a Ele, na força da sua ressurreição e na comunhão com os seus sofrimentos,

conformar-se com Ele na morte, na esperança de chegar a ressuscitar dos mortos» *(Fl* 3, 8-11).

429. Deste conhecimento amoroso de Cristo brota o desejo de O anunciar, de «evangelizar» e levar os outros ao «sim» da fé em Jesus Cristo. Mas, ao mesmo tempo, faz-se sentir a necessidade de conhecer sempre melhor esta fé. Com esse objectivo, seguindo a ordem do Símbolo da fé, primeiro serão apresentados os principais títulos de Jesus: Cristo, Filho de Deus, Senhor *(Artigo 2).* O Símbolo confessa, em seguida, os principais mistérios da vida de Cristo: da sua Encarnação *(Artigo 3),* da sua Páscoa *(Artigos 4* e *5)* e, por fim, da sua Glorificação *(Artigos 6 e 7).*

ARTIGO 2: «E EM JESUS CRISTO, SEU ÚNICO FILHO, NOSSO SENHOR»

I. Jesus

430. Em hebraico, *Jesus* quer dizer «Deus salva». Quando da Anunciação, o anjo Gabriel dá-Lhe como nome próprio o nome de Jesus, o qual exprime, ao mesmo tempo, a sua identidade e a sua missão (10). Uma vez que «só Deus pode perdoar os pecados» *(Mc 2,* 7), será Ele quem, em Jesus, seu Filho eterno feito homem, «salvará o seu povo dos seus pecados»*(Mt* 1, 21). Em Jesus, Deus recapitula, assim, toda a sua história de salvação em favor dos homens.

431. Nesta história da salvação, Deus não Se contenta com libertar Israel «da casa da escravidão» *(Dt 5,* 6), fazendo-o sair do Egipto. Salvou-o também do seus pecados. Porque o pecado é sempre uma ofensa feita a Deus (11), só Ele é que pode absolvê-lo (12). É por isso que Israel, tomando cada vez mais consciência da universalidade do pecado, só poderá procurar a salvação na invocação do nome do Deus Redentor (13).

432. O nome de Jesus significa que o próprio nome de Deus está presente na pessoa do seu Filho (14) feito homem para a redenção universal e definitiva dos pecados. Ele é o único nome divino que traz a salvação (15) e pode desde agora ser invocado por todos, pois a

todos os homens Se uniu pela Encarnação (16), de tal modo que «não existe debaixo do céu outro nome, dado aos homens, pelo qual possamos ser salvos» *(Act* 4, l2) (17).

433. O nome de Deus salvador era invocado apenas uma *vez* por ano, pelo sumo sacerdote, para expiação dos pecados de Israel, depois de ter aspergido o propiciatório do «santo dos santos» com o sangue do sacrifício (18). O propiciatório era o lugar da presença de Deus (19). Quando São Paulo diz de Jesus que Deus O «ofereceu para, n'Ele, pelo seu sangue, se realizar a expiação» (*Rm* 3, 25), quer dizer que, na sua humanidade, «era Deus que em Cristo reconciliava o mundo consigo» *(2 Cor* 5, 19).

434. A ressurreição de Jesus glorifica o nome de Deus salvador (20) porque, a partir daí, é o nome de Jesus que manifesta em plenitude o poder supremo do nome que está acima de todos os nomes» *(Fl 2,* 9-10). Os espíritos maus temem o seu nome (21) e é em seu nome que os discípulos de Jesus fazem milagres (22), porque tudo o que pedem ao Pai, em seu nome, Ele lho concede (23).

435. O nome de Jesus está no centro da oração cristã. Todas as orações litúrgicas se concluem com a fórmula *«per Dominum nostrum Jesum Christum* – por nosso Senhor Jesus Cristo». A Ave-Maria culmina nas palavras «e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus». A oração-do-coração dos Orientais, chamada «oração a Jesus», diz: «Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor, tem piedade de mim, pecador». E muitos cristãos morrem, como Santa Joana d'Arc, tendo nos lábios apenas uma palavra: «Jesus» (24).

II. Cristo

436. *Cristo* vem da tradução grega do termo hebraico «Messias», que quer dizer «ungido». Só se torna nome próprio de Jesus porque Ele cumpre perfeitamente a missão divina que tal nome significa. Com efeito, em Israel eram ungidos, em nome de Deus, aqueles que Lhe eram consagrados para uma missão d'Ele dimanada. Era o caso dos reis (25), dos sacerdotes (26) e, em raros casos, dos profetas (27). Este devia ser, por excelência, o caso do Messias, que Deus

enviaria para estabelecer definitivamente o seu Reino (28). O Messias devia ser ungido pelo Espírito do Senhor (29), ao mesmo tempo como rei e sacerdote (30) mas também como profeta (31). Jesus realizou a expectativa messiânica de Israel na sua tríplice função de sacerdote, profeta e rei.

437. O anjo anunciou aos pastores o nascimento de Jesus como sendo o do Messias prometido a Israel: «nasceu-vos hoje, na cidade de David, um salvador que é Cristo, Senhor»*(Lc 2,* 11). Desde a origem, Ele é «Aquele que o Pai consagrou e enviou ao mundo» *(Jo* 10, 36), concebido como «santo» no seio virginal de Maria (32). José foi convidado por Deus a «levar para sua casa Maria, sua esposa», grávida d'«Aquele que nela foi gerado pelo poder do Espírito Santo» *(Mt* 1, 20), para que Jesus, «chamado Cristo», nascesse da esposa de José, na descendência messiânica de David *(Mt* 1, 16) (33).

438. A consagração messiânica de Jesus manifesta a sua missão divina. «Aliás, é o que indica o seu próprio nome; porque no nome de Cristo está subentendido Aquele que ungiu. Aquele que foi ungido e a própria Unção com que foi ungido. Aquele que ungiu é o Pai, Aquele que foi ungido é o Filho, e foi-o no Espírito que é a Unção» (34). A sua eterna consagração messiânica revelou-se no tempo da sua vida terrena, quando do seu baptismo por João, altura em que «Deus O ungiu com o Espírito Santo e poder» *(Act* 10, 38)*,* «para que se manifestasse a Israel» *(Jo* 1, 31) como seu Messias. As suas obras e palavras dá-lo-ão a conhecer como «o santo de Deus» (35).

439. Numerosos judeus, e mesmo alguns pagãos que partilhavam da sua esperança, reconheceram em Jesus os traços fundamentais do messiânico «filho de David», prometido por Deus a Israel (36). Jesus aceitou o título de Messias a que tinha direito (37), mas não sem reservas, uma vez que esse título era compreendido, por numerosos dos seus contemporâneos, segundo um conceito demasiado humano (38), essencialmente político (39).

440. Jesus aceitou a profissão de fé de Pedro, que O reconhecia como o Messias, anunciando a paixão próxima do Filho do Homem

(40). Revelou o conteúdo autêntico da sua realeza messiânica, ao mesmo tempo na identidade transcendente do Filho do Homem «que desceu do céu» *(Jo* 3, 13)(41) e na sua missão redentora como Servo sofredor: «O Filho do Homem [...] não veio para ser servido, veio para servir e dar a vida como resgate pela multidão» *(Mt*20, 28) (42). Foi por isso que o verdadeiro sentido da sua realeza só se manifestou do cimo da cruz (43). E só depois da ressurreição, a sua realeza messiânica poderá ser proclamada por Pedro perante o Povo de Deus: «Saiba, com absoluta certeza, toda a casa de Israel, que Deus fez Senhor e Messias esse Jesus que vós crucificastes» *(Act* 2, 36).

III. Filho único de Deus

441. *Filho de Deus,* no Antigo Testamento, é um título dado aos anjos (44), ao povo eleito (45) aos filhos de Israel (46) e aos seus reis (47). Nestes casos, significa uma filiação adoptiva, que estabelece entre Deus e a sua criatura relações de particular intimidade. Quando o Rei-Messias prometido é chamado «filho de Deus» (48), isso não implica necessariamente, segundo o sentido literal de tais textos, que Ele seja mais que um simples ser humano. Os que assim designaram Jesus, enquanto Messias de Israel (49), talvez não tenham querido dizer mais (50).

442. Mas não é este o caso de Pedro, quando confessa Jesus como «Cristo, o Filho de Deus vivo» (51), porque Jesus responde-lhe solenemente: «não foram a carne nem o sangue que to*revelaram,* mas sim o *meu Pai* que está nos céus» (*Mt* 16, 17). De igual modo, Paulo dirá, a propósito da sua conversão no caminho de Damasco: «Quando aprouve a Deus – que me escolheu desde o seio de minha mãe e me chamou pela sua graça – revelar o seu Filho em mim, para que O anuncie como Evangelho aos gentios...» *(Gl* 1, 15-16). «E logo começou a proclamar nas sinagogas que Jesus era o Filho de Deus» *(Act 9,* 20). Será este, desde o princípio (52),o núcleo da fé apostólica (53), primeiramente professada por Pedro como fundamento da Igreja (54).

443. Se Pedro pôde reconhecer o carácter transcendente da filiação divina de Jesus-Messias, foi porque Este lha deixou perceber nitidamente. Diante do Sinédrio, à pergunta dos seus acusadores: «Então, tu és o Filho de Deus?» Jesus respondeu: «É como dizeis, sou» *(Lc* 22, 70) (55). Já muito antes, Ele Se designara como «o Filho» que conhece o Pai (56), diferente dos «servos» que Deus anteriormente enviara ao seu povo (57), superior aos próprios anjos (58). Ele distinguiu a sua filiação da dos Seus discípulos, nunca dizendo «Pai nosso» (59), a não ser para lhes ordenar: «vós, quando rezardes, dizei assim: Pai nosso» *(Mt* 6,9); e sublinhou esta distinção: «o meu Pai e vosso Pai» *(Jo* 20, 17).

444. Os evangelhos referem, em dois momentos solenes, no baptismo e na transfiguração de Cristo, a voz do Pai, que O designa como seu «filho muito-amado» (60). Jesus designa-Se a Si próprio como «o Filho único de Deus» (*Jo* 3, 16), afirmando por este título a sua preexistência eterna (61). E exige a fé «no nome do Filho único de Deus» (*Jo* 3, 18). Esta profissão de fé cristã aparece já na exclamação do centurião diante de Jesus crucificado: «Verdadeiramente, este homem era o Filho de Deus!» *(Mc* 15, 39); porque somente no Mistério Pascal o crente pode dar pleno significado ao título de «Filho de Deus».

445. É depois da ressurreição que a filiação divina de Jesus aparece no poder da sua humanidade glorificada: «Segundo o Espírito santificante, pela sua ressurreição de entre os mortos, Ele foi estabelecido como Filho de Deus em poder» *(Rm* 1, 4) (62). E os Apóstolos poderão confessar: «Nós vimos a sua glória, glória que Lhe vem do Pai como a Filho único, cheio de graça e de verdade» (*Jo* 1, 14).

IV. Senhor

446. Na tradução grega dos Livros do Antigo Testamento, o nome inefável sob o qual Deus Se revelou a Moisés (63), YHWH, é traduzido por « Kyrios» («Senhor»). *Senhor* torna-se, desde então, o nome mais habitual para designar a própria divindade do Deus de Israel. É neste sentido forte que o Novo Testamento utiliza o título de

«Senhor», tanto para o Pai como também – e aí é que está a novidade – para Jesus, assim reconhecido como sendo Ele próprio Deus (64).

447. O próprio Jesus veladamente atribui a Si mesmo este título, quando discute com os fariseus sobre o sentido do Salmo 110 (65), e também, de modo explícito, ao dirigir-Se aos Apóstolos (66). Ao longo de toda a vida pública, os seus gestos de domínio sobre a natureza, sobre as doenças, sobre os demónios, sobre a morte e o pecado, demonstravam a sua soberania divina.

448. Muitíssimas vezes, nos evangelhos, aparecem pessoas que se dirigem a Jesus chamando-lhe «Senhor». Este título exprime o respeito e a confiança dos que se aproximam de Jesus e d'Ele esperam socorro e cura (67). Pronunciado sob a moção do Espírito Santo, exprime o reconhecimento do Mistério divino de Jesus (68). No encontro com Jesus ressuscitado, transforma-se em adoração: «Meu Senhor e meu Deus» (*Jo* 20, 28). Assume então uma conotação de amor e afeição, que vai ficar como típica da tradição cristã: «E o Senhor!» (*Jo* 21, 7).

449. Ao atribuir a Jesus o título divino de Senhor, as primeiras confissões de fé da Igreja afirmam, desde o princípio (69), que o poder, a honra e a glória, devidos a Deus Pai, também são devidos a Jesus (70), porque Ele é «de condição divina» *(Fl* 2, 6) e o Pai manifestou esta soberania de Jesus ressuscitando-O de entre os mortos e exaltando-O na sua glória (71).

450. Desde o princípio da história cristã, a afirmação do senhorio de Jesus sobre o mundo e sobre a história (72) significa também o reconhecimento de que o homem não deve submeter a sua liberdade pessoal, de modo absoluto, a nenhum poder terreno, mas somente a Deus Pai e ao Senhor Jesus Cristo: César não é o «Senhor»(73). «A Igreja crê... que a chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontra no seu Senhor e Mestre» (74).

451. A oração cristã é marcada pelo título de «Senhor», quer no convite à oração: «O Senhor esteja convosco», quer na conclusão da

mesma: «Por nosso Senhor Jesus Cristo», quer ainda pelo grito cheio de confiança e de esperança: «Maran atha» («O Senhor vem!») ou «Marana tha» («Vem, Senhor!») *(1 Cor* 16, 22): «Amen, vem, Senhor Jesus!» *(Ap 22,* 20).

Resumindo:

452. *O nome de Jesus significa «Deus salva». O menino nascido da Virgem Maria é chamado «Jesus», «porque salvará o seu povo dos seus pecados» (Mt 1, 21); «não existe debaixo do céu outro nome dado aos homens, pelo qual possamos ser salvos» (Act 4, 12).*

453. *O nome de Cristo significa «Ungido», «Messias». Jesus é Cristo, porque «Deus O ungiu com o Espírito Santo e o poder» (Act 10, 38). Ele era «Aquele que estava para vir» (Lc 7, 19), o objecto da «esperança de Israel»* (75).

454. *O nome de Filho de Deus significa a relação única e eterna de Jesus Cristo com Deus seu Pai: Ele é o Filho único do Pai* (76) *e, Ele próprio, Deus* (77)*. Crer que Jesus Cristo é o Filho de Deus é condição necessária para ser cristão (78).*

455. *O nome de Senhor significa a soberania divina. Confessar ou invocar Jesus como Senhor é crer na sua divindade. «Ninguém pode dizer "Jesus é Senhor", a não ser pela acção do Espírito Santo» (1 Co 12, 3).*

ARTIGO 3:«JESUS CRISTO FOI CONCEBIDO PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO E NASCEU DA VIRGEM MARIA»

PARÁGRAFO 1: O FILHO DE DEUS FEZ-SE HOMEM

I. Porque é que o Verbo encarnou?

456. Com o Credo Niceno-Constantinopolitano, respondemos confessando: *«Por nós, homens, e para nossa salvação,* desceu dos céus; e encarnou pelo Espírito Santo no seio da Virgem Maria e Se fez homem» (79).

457. O Verbo fez-Se carne *para nos salvar, reconciliando-nos com Deus:* «Foi Deus que nos amou e enviou o seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados» *(1 Jo* 4, 10). «O Pai enviou o Filho como salvador do mundo» *(1 Jo* 4, 14). «E Ele veio para tirar os pecados»*(1 Jo* 3, 5):

«Enferma, a nossa natureza precisava de ser curada; decaída, precisava de ser elevada; morta, precisava de ser ressuscitada. Tínhamos perdido a posse do bem; era preciso que nos fosse restituído. Encerrados nas trevas, precisávamos de quem nos trouxesse a luz; cativos, esperávamos um salvador: prisioneiros, esperávamos um auxílio; escravos, precisávamos dum libertador. Seriam razões sem importância? Não seriam suficientes para comover a Deus, a ponto de O fazer descer até à nossa natureza humana para a visitar, já que a humanidade se encontrava em estado tão miserável e infeliz?» (80).

458. O Verbo fez-Se carne, *para que assim conhecêssemos o amor de Deus:* «Assim se manifestou o amor de Deus para connosco: Deus enviou ao mundo o seu Filho Unigénito, para que vivamos por Ele» *(I Jo* 4, 9). «Porque Deus amou tanto o mundo, que entregou o seu Filho Unigénito, para que todo o homem que acredita n'Ele não pereça, mas tenha a vida eterna» *(Jo 3,* 16).

459. O Verbo fez-Se carne, *para ser o nosso modelo de santidade:* «Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de Mim [...]» *(Mt* 11, 29). «Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vai ao Pai senão por Mim» *(Jo* 14, 6). E o Pai, na montanha da Transfiguração, ordena: «Escutai-*o» (Mc 9,* 7) (81). De facto, Ele é o modelo das bem-aventuranças e a norma da Lei nova: «Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei» *(Jo* 15, 12). Este amor implica a oferta efectiva de nós mesmos, no seu seguimento (82).

460. O Verbo fez-Se carne, *para nos tornar «participantes da natureza divina» (2 Pe* 1, 4): «Pois foi por essa razão que o Verbo Se fez homem, e o Filho de Deus Se fez Filho do Homem: foi para que o homem, entrando em comunhão com o Verbo e recebendo assim a adopção divina, se tornasse filho de Deus» (83). «Porque o

Filho de Deus fez-Se homem, para nos fazer deuses» (84). *«Unigenitus [...] Dei Filias, suae divinitatis volens nos esse participes, naturam nostram assumpsit, ut homines deos faceret factos homo* – O Filho Unigénito de Deus, querendo que fôssemos participantes da sua divindade, assumiu a nossa natureza para que, feito homem, fizesse os homens deuses» (84).

II. A Encarnação

461. Retomando a expressão de São João («o Verbo fez-Se carne»: *Jo* 1, 14), a Igreja chama «Encarnação» ao facto de o Filho de Deus ter assumido uma natureza humana, para nela levar a efeito a nossa salvação. Num hino que nos foi conservado por São Paulo, a Igreja canta este mistério:

«Tende em vós os mesmos sentimentos que havia em Cristo Jesus. Ele, que era de condição divina, não se valeu da sua igualdade com Deus, mas aniquilou-Se a Si próprio, assumindo a condição de servo, tornou-Se semelhante aos homens. Aparecendo como homem, humilhou-Se ainda mais, obedecendo até à morte, e morte de Cruz» *(Fl* 2, 5-8) (86).

462. A Epístola aos Hebreus fala do mesmo mistério:

«É por isso que, ao entrar neste mundo, Cristo diz: "Não quiseste sacrifícios e oferendas, mas formaste-Me um corpo. Holocaustos e imolações pelo pecado não Te foram agradáveis. Então Eu disse: Eis-Me aqui [...] para fazer a tua vontade"» *(Heb* 10, 5-7, citando o *Sl* 40. 7-9, segundo os LXX).

463. A fé na verdadeira Encarnação do Filho de Deus é o sinal distintivo da fé cristã: «Nisto haveis de reconhecer o Espírito de Deus: todo o espírito que confessa a Jesus Cristo encarnado é de Deus» *(1 Jo 4,* 2). É esta a alegre convicção da Igreja desde o seu princípio, ao cantar «o grande mistério da piedade»: «Ele manifestou-Se na carne» *(1 Tm* 3, 16).

III. Verdadeiro Deus e verdadeiro homem

464. O acontecimento único e absolutamente singular da Encarnação do Filho de Deus não significa que Jesus Cristo seja em parte Deus e em parte homem, nem que seja o resultado de uma mistura confusa do divino com o humano. Ele fez-Se verdadeiro homem, permanecendo verdadeiro Deus. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Esta verdade da fé, teve a Igreja de a defender e clarificar no decurso dos primeiros séculos, perante heresias que a falsificavam.

465. As primeiras heresias negaram menos a divindade de Cristo que a sua verdadeira humanidade (docetismo gnóstico). Desde os tempos apostólicos que a fé cristã insistiu sobre a verdadeira Encarnação do Filho de Deus «vindo na carne» (87). Mas, a partir do século III, a Igreja teve de afirmar, contra Paulo de Samossata, num concilio reunido em Antioquia, que Jesus Cristo é Filho de Deus por natureza e não por adopção. O primeiro Concílio ecuménico de Niceia, em 325, confessou no seu *Credo* que o Filho de Deus é «gerado, não criado, consubstancial ('homoúsios') ao Pai» (88); e condenou Ario, o qual afirmava que «o Filho de Deus saiu do nada» (89) e devia ser «duma substância diferente da do Pai» (90).

466. A heresia nestoriana via em Cristo uma pessoa humana unida à pessoa divina do Filho de Deus. Perante esta heresia, São Cirilo de Alexandria e o terceiro Concilio ecuménico, reunido em Éfeso em 431,confessaram que «o Verbo, unindo na sua pessoa uma carne animada por uma alma racional, Se fez homem» (91). A humanidade de Cristo não tem outro sujeito senão a pessoa divina do Filho de Deus, que a assumiu e a fez sua desde que foi concebida. Por isso, o Concílio de Éfeso proclamou, cm 431, que Maria se tornou, com toda a verdade. Mãe de Deus, por ter concebido humanamente o Filho de Deus em seu seio: «Mãe de Deus, não porque o Verbo de Deus dela tenha recebido a natureza divina, mas porque dela recebeu o corpo sagrado, dotado duma alma racional, unido ao qual, na sua pessoa, se diz que o Verbo nasceu segundo a carne» (92).

467. Os monofisitas afirmavam que a natureza humana tinha deixado de existir, como tal, em Cristo, sendo assumida pela sua pessoa

divina de Filho de Deus. Confrontando-se com esta heresia, o quarto Concílio ecuménico, em Calcedónia, no ano de 451, confessou:

«Na sequência dos santos Padres, ensinamos unanimemente que se confesse um só e mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, igualmente perfeito na divindade e perfeito na humanidade, sendo o mesmo verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, composto duma alma racional e dum corpo, consubstancial ao Pai pela sua divindade, consubstancial a nós pela sua humanidade, «semelhante a nós em tudo, menos no pecado» (93): gerado do Pai antes de todos os séculos segundo a divindade, e nestes últimos dias, por nós e pela nossa salvação, nascido da Virgem Mãe de Deus segundo a humanidade.

Um só e mesmo Cristo, Senhor, Filho Único, que devemos reconhecer em duas naturezas, sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação. A diferença das naturezas não é abolida pela sua união; antes, as propriedades de cada uma são salvaguardadas e reunidas numa só pessoa e numa só hipóstase» (94).

468. Depois do Concílio de Calcedónia, alguns fizeram da natureza humana de Cristo uma espécie de sujeito pessoal. Contra eles, o quinto Concílio ecuménico, reunido em Constantinopla em 553, confessou a propósito de Cristo: «não há n'Ele senão uma só hipóstase (ou pessoa), que é nosso Senhor Jesus Cristo, *um da santa Trindade*» (95). Tudo na humanidade de Cristo deve, portanto, ser atribuído à sua pessoa divina como seu sujeito próprio (96); não só os milagres, mas também os sofrimentos (97) e a própria morte: «Aquele que foi crucificado na carne, nosso Senhor Jesus Cristo, é verdadeiro Deus, Senhor da glória e um da Santíssima Trindade» (98).

469. Assim, a Igreja confessa que Jesus é inseparavelmente verdadeiro Deus e verdadeiro homem. É verdadeiramente o Filho de Deus feito homem, nosso irmão, e isso sem deixar de ser Deus, nosso Senhor:

«Id quod fuit remansit, et quod non fuit assumpsit» – «Continuou a ser o que era e assumiu o que não era», como canta a Liturgia Romana (90). E a Liturgia de São João Crisóstomo proclama e canta: «Ó Filho único e Verbo de Deus, sendo imortal. Vos dignastes, para nossa salvação, encarnar no seio da Santa Mãe de Deus e sempre Virgem Maria, e sem mudança Vos fizestes homem e fostes crucificado! Ó Cristo Deus, que por Vossa morte esmagastes a morte, que sois um da Santíssima Trindade, glorificado com o Pai e o Espírito Santo, salvai-nos!» (100).

IV. Como é que o Filho de Deus é homem

470. Uma vez que, na união misteriosa da Encarnação, «a natureza humana foi assumida, não absorvida» (101), a Igreja, no decorrer dos séculos, foi levada a confessar a plena realidade da alma humana, com as suas operações de inteligência e vontade, e do corpo humano de Cristo. Mas, paralelamente, a mesma Igreja teve de lembrar repetidamente que a natureza humana de Cristo pertence, como própria, à pessoa divina do Filho de Deus que a assumiu. Tudo o que Ele fez e faz nela, depende de «um da Trindade». Portanto, o Filho de Deus comunica à sua humanidade o seu próprio modo de existir pessoal na Santíssima Trindade. E assim, tanto na sua alma como no seu corpo, Cristo exprime humanamente os costumes divinos da Trindade (102):

«O Filho de Deus trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-Se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, excepto no pecado» (103).

A ALMA E O CONHECIMENTO HUMANO DE CRISTO

471. Apolinário de Laodiceia afirmava que, em Cristo, o Verbo tinha ocupado o lugar da alma ou do espírito. Contra este erro, a Igreja confessou que o Filho eterno assumiu também uma alma racional humana (104).

472. Esta alma humana, que o Filho de Deus assumiu, é dotada de um verdadeiro conhecimento humano. Como tal, este não podia ser por si mesmo ilimitado. Exercia-se nas condições históricas da sua existência no espaço e no tempo. Foi por isso que o Filho de Deus, fazendo-Se homem, pôde aceitar «crescer em sabedoria, estatura e graça» *(Lc* 2, 52) e também teve de Se informar sobre o que, na condição humana, deve aprender-se de modo experimental (105). Isso correspondia à realidade do seu abatimento voluntário na «condição de servo» (106).

473. Mas, ao mesmo tempo, este conhecimento verdadeiramente humano do Filho de Deus exprimia a vida divina da sua pessoa (107). «A natureza humana do Filho de Deus, *não por si mesma, mas pela sua união com o Verbo,* conhecia e manifestava em si tudo o que é próprio de Deus» (108). É o caso, em primeiro lugar, do conhecimento íntimo e imediato que o Filho de Deus feito homem tem do seu Pai (109). O Filho também mostrava, no seu conhecimento humano, a clarividência divina que tinha dos pensamentos secretos do coração dos homens (110).

474. Pela sua união com a Sabedoria divina na pessoa do Verbo Encarnado, o conhecimento humano de Cristo gozava, em plenitude, da ciência dos desígnios eternos que tinha vindo revelar (111). O que neste domínio Ele reconhece ignorar (112) declara, noutro ponto, não ter a missão de o revelar (113).

A VONTADE HUMANA DE CRISTO

475. De igual modo, a Igreja confessou, no sexto Concilio ecuménico, que Cristo possui duas vontades e duas operações naturais, divinas e humanas, não opostas mas cooperantes, de maneira que o Verbo feito carne quis humanamente, em obediência ao Pai, tudo quanto decidiu divinamente com o Pai e o Espírito Santo para a nossa salvação (114). A vontade humana de Cristo «segue a sua vontade divina, sem fazer resistência nem oposição em relação a ela, antes estando subordinada a essa vontade omnipotente» (115).

O VERDADEIRO CORPO DE CRISTO

476. Uma vez que o Verbo Se fez carne, assumindo uma verdadeira natureza humana, o corpo de Cristo era circunscrito (116). Portanto, o rosto humano de Jesus pode ser «pintado» (117). No VII Concílio ecuménico (118), a Igreja reconheceu como legítimo que ele fosse representado em santas imagens.

477. Ao mesmo tempo, a Igreja sempre reconheceu que, no corpo de Jesus, «Deus que, por sua natureza, era invisível, tornou-Se visível aos nossos olhos» (119). Com efeito, as particularidades individuais do corpo de Cristo exprimem a pessoa divina do Filho de Deus. Este fez seus os traços do seu corpo humano, de tal modo que, pintados numa imagem sagrada, podem ser venerados porque o crente que venera a sua imagem, «venera nela a pessoa nela representada» (120).

O CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO

478. Jesus conheceu-nos e amou-nos, a todos e a cada um, durante a sua vida, a sua agonia e a sua paixão, entregando-Se por cada um de nós: «O Filho de Deus amou-me e entregou-Se por mim» (*Gl* 2, 20). Amou-nos a todos com um coração humano. Por esse motivo, o Sagrado Coração de Jesus, trespassado pelos nossos pecados e para nossa salvação (121),*«praecipuus consideratur index et symbolus... illius amoris, quo divinus Redemptor aeternum Patrem hominesque universos continenter adamat* é considerado sinal e símbolo por excelência... daquele amor com que o divino Redentor ama sem cessar o eterno Pai e todos os homens» (122).

Resumindo:

479. *No tempo estabelecido por Deus, o Filho Unigénito do Pai, a Palavra eterna, isto é, o Verbo e imagem substancial do Pai, encarnou. Sem perder a natureza divina, assumiu a natureza humana.*

480. *Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, na unidade da sua Pessoa divina; por essa razão, Ele é o único mediador entre Deus e os homens.*

481. *Jesus Cristo tem duas naturezas, a divina e a humana, não confundidas, mas unidas na única Pessoa do Filho de Deus.*

482. *Verdadeiro Deus e verdadeiro homem, Cristo tem uma inteligência e uma vontade humanas em perfeito acordo e submissão à inteligência e vontade divinas, que Ele tem em comum com o Pai e o Espírito Santo.*

483. *A encarnação é, pois, o mistério da união admirável da natureza divina e da natureza humana, na única Pessoa do Verbo.*

PARÁGRAFO 2:«... CONCEBIDO PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO, NASCIDO DA VIRGEM MARIA»

I. Concebido pelo poder do Espírito Santo...

484. A Anunciação a Maria inaugura a «plenitude dos tempos» (*Gl* 4, 4), isto é, o cumprimento das promessas e dos preparativos. Maria é convidada a conceber Aquele em quem habitará «corporalmente toda a plenitude da Divindade» (*Cl* 2, 9). A resposta divina ao seu «como será isto, se Eu não conheço homem?» *(Lc* 1, 34) é dada pelo poder do Espírito: «O Espírito Santo virá sobre ti» *(Lc* 1, 35).

485. A missão do Espírito Santo está sempre unida e ordenada à do Filho (123). O Espírito Santo, que é «o Senhor que dá a Vida», é enviado para santificar o seio da Virgem Maria e para a fecundar pelo poder divino, fazendo-a conceber o Filho eterno do Pai, numa humanidade originada da sua.

486. Tendo sido concebido como homem no seio da Virgem Maria, o Filho único do Pai é «Cristo», isto é, ungido pelo Espírito Santo (124), desde o princípio da sua existência humana, embora a sua manifestação só se venha a fazer progressivamente: aos pastores (125), aos magos 126), a João Baptista (127), aos discípulos (128). Toda a vida de Jesus Cristo manifestará, portanto, «como Deus O ungiu com o Espírito Santo e o poder» (*Act* 10, 38).

II. ...nascido da Virgem Maria

487. O que a fé católica crê, a respeito de Maria, funda-se no que crê a respeito de Cristo. Mas o que a mesma fé ensina sobre Maria

esclarece, por sua vez, a sua fé em Cristo.

A PREDESTINAÇÃO DE MARIA

488. «Deus enviou o seu Filho» *(Gl* 4, 4). Mas, para Lhe «formar um corpo» (129), quis a livre cooperação duma criatura. Para isso, desde toda a eternidade, Deus escolheu, para ser a Mãe do seu Filho, uma filha de Israel, uma jovem judia de Nazaré, na Galileia, «virgem que era noiva de um homem da casa de David, chamado José. O nome da virgem era Maria» (*Lc*1, 26-27):

«O Pai das misericórdias quis que a aceitação, por parte da que Ele predestinara para Mãe, precedesse a Encarnação, para que, assim como uma mulher contribuiu para a morte, também outra mulher contribuísse para a vida (130).

489. Ao longo da Antiga Aliança, a missão de Maria foi *preparada* pela missão de santas mulheres. Logo no princípio, temos Eva; apesar da sua desobediência, ela recebe a promessa duma descendência que sairá vitoriosa do Maligno(131) e de vir a ser a mãe de todos os vivos (132). Em virtude desta promessa, Sara concebe um filho, apesar da sua idade avançada (133). Contra toda a esperança humana, Deus escolheu o que era tido por incapaz e fraco (134) para mostrar a sua fidelidade à promessa feita: Ana, a mãe de Samuel (135), Débora, Rute, Judite e Ester e muitas outras mulheres. Maria «é a primeira entre os humildes e pobres do Senhor, que confiadamente esperam e recebem a salvação de Deus. Com ela, enfim, excelsa filha de Sião, passada a longa espera da promessa, cumprem-se os tempos e inaugura-se a nova economia da salvação» (136).

A IMACULADA CONCEIÇÃO

490. Para vir a ser Mãe do Salvador, Maria «foi adornada por Deus com dons dignos de uma tão grande missão» (137). O anjo Gabriel, no momento da Anunciação, saúda-a como «cheia de graça»(138). Efectivamente, para poder dar o assentimento livre da sua fé ao anúncio da sua vocação, era necessário que Ela fosse totalmente movida pela graça de Deus.

491. Ao longo dos séculos, a Igreja tomou consciência de que Maria, «cumulada de graça» por Deus (139), tinha sido redimida desde a sua conceição. É o que confessa o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em 1854 pelo Papa Pio IX:

«Por uma graça e favor singular de Deus omnipotente e em previsão dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do género humano, a bem-aventurada Virgem Maria foi preservada intacta de toda a mancha do pecado original no primeiro instante da sua conceição» (140).

492. Este esplendor de uma «santidade de todo singular», com que foi «enriquecida desde o primeiro instante da sua conceição» (141), vem-lhe totalmente de Cristo: foi «remida dum modo mais sublime, em atenção aos méritos de seu Filho» (142). Mais que toda e qualquer outra pessoa criada, o Pai a «encheu de toda a espécie de bênçãos espirituais, nos céus, em Cristo» *(Ef* 1, 3). «N'Ele a escolheu antes da criação do mundo, para ser, na caridade, santa e irrepreensível na sua presença» *(Ef* 1, 4).

493. Os Padres da tradição oriental chamam ã Mãe de Deus «a toda santa» («Panaghia»), celebram-na como «imune de toda a mancha de pecado, visto que o próprio Espírito Santo a modelou e dela fez uma nova criatura» (143). Pela graça de Deus, Maria manteve-se pura de todo o pecado pessoal ao longo de toda a vida.

«FAÇA-SE EM MIM SEGUNDO A TUA PALAVRA...»

494. Ao anúncio de que dará à luz «o Filho do Altíssimo», sem conhecer homem, pela virtude do Espírito Santo (144), Maria respondeu pela «obediência da fé» (145), certa de que «a Deus nada é impossível»: «Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra»*(Lc* 1, 38). Assim, dando o seu consentimento à palavra de Deus, Maria tornou-se Mãe de Jesus. E aceitando de todo o coração, sem que nenhum pecado a retivesse, a vontade divina da salvação, entregou-se totalmente à pessoa e à obra do seu Filho para servir, na dependência d'Ele e com Ele, pela graça de Deus, o mistério da redenção (146).

«Como diz Santo Ireneu, "obedecendo, Ela tornou-se causa de salvação, para si e para todo o género humano" (147). Eis porque não poucos Padres afirmam, tal como ele, nas suas pregações, que "o nó da desobediência de Eva foi desatado pela obediência de Maria; e aquilo que a virgem Eva atou, com a sua incredulidade, desatou-o a Virgem Maria com a sua fé" (148); e, por comparação com Eva, chamam Maria a "Mãe dos vivos" e afirmam muitas vezes: "a morte veio por Eva, a vida veio por Maria"» (149).

A MATERNIDADE DIVINA DE MARIA

495. Chamada nos evangelhos «a Mãe de Jesus» (*Jo* 2, 1; 19, 25) (150), Maria é aclamada, sob o impulso do Espírito Santo e desde antes do nascimento do seu Filho, como «a Mãe do meu Senhor» (*Lc* 1, 43). Com efeito, Aquele que Ela concebeu como homem por obra do Espírito Santo, e que Se tornou verdadeiramente seu Filho segundo a carne, não é outro senão o Filho eterno do Pai, a segunda pessoa da Santíssima Trindade. A Igreja confessa que Maria é, verdadeiramente, *Mãe de Deus* («Theotokos») (151).

A VIRGINDADE DE MARIA

496. Desde as primeiras formulações da fé (152), a Igreja confessou que Jesus foi concebido unicamente pelo poder do Espírito Santo no seio da Virgem Maria, afirmando igualmente o aspecto corporal deste acontecimento: Jesus foi concebido « absque semine, [...] ex Spiritu Sancto – do Espírito Santo, sem sémen [de homem]» (153). Os Santos Padres vêem, na conceição virginal, o sinal de que foi verdadeiramente o Filho de Deus que veio ao mundo numa humanidade como a nossa:

Diz, por exemplo, Santo Inácio de Antioquia (princípio do século II): «Vós estais firmemente convencidos, a respeito de nosso Senhor, que Ele é verdadeiramente da raça de David segundo a carne (154). Filho de Deus segundo a vontade e o poder de Deus (155); verdadeiramente nascido duma virgem [...], foi verdadeiramente crucificado por nós, na sua carne, sob Pôncio Pilatos [...] e

verdadeiramente sofreu, como também verdadeiramente ressuscitou» (156).

497. As narrativas evangélicas (157) entendem a conceição virginal como uma obra divina que ultrapassa toda a compreensão e possibilidade humanas (158): «O que foi gerado nela vem do Espírito Santo», diz o anjo a José, a respeito de Maria, sua esposa *(Mt* 1, 20). A Igreja vê nisto o cumprimento da promessa divina feita através do profeta Isaías: «Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho» (*Is* 7, 14), segundo a tradução grega de *Mt* 1, 23.

498. Tem, por vezes, causado impressão o silêncio do Evangelho de São Marcos e das epístolas do Novo Testamento sobre a conceição virginal de Maria Também foi questionado, se não se trataria aqui de lendas ou construções teológicas fora do âmbito da historicidade. A isto há que responder: a fé na conceição virginal de Jesus encontrou viva oposição, troça ou incompreensão por parte dos não-crentes, judeus e pagãos (159); mas não tinha origem na mitologia pagã, nem era motivada por qualquer adaptação às ideias do tempo. O sentido deste acontecimento só é acessível à fé. que o vê no «nexo que liga os mistérios entre si» (160), no conjunto dos mistérios de Cristo, da Encarnação até à Páscoa. Já Santo Inácio de Antioquia fala deste nexo: «O príncipe deste mundo não teve conhecimento da virgindade de Maria e do seu parto, tal como da morte do Senhor: três mistérios extraordinários, que se efectuaram no silêncio de Deus» (161).

MARIA – «SEMPRE VIRGEM»

499. O aprofundamento da fé na maternidade virginal levou a Igreja a confessar a virgindade real e perpétua de Maria (162), mesmo no parto do Filho de Deus feito homem (163). Com efeito, o nascimento de Cristo «não diminuiu, antes consagrou a integridade virginal» da sua Mãe (164).

A Liturgia da Igreja celebra Maria “Aeiparthenos” como a «sempre Virgem»(165)

500. A isso objecta-se, por vezes, que a Escritura menciona irmãos e irmãs de Jesus (166). A Igreja entendeu sempre estas passagens como não designando outros filhos da Virgem Maria. Com efeito, Tiago e José, «irmãos de Jesus» *(Mt* 13, 55), são filhos duma Maria discípula de Cristo (167) designada significativamente como «a outra Maria» *(Mt* 28, 1). Trata-se de parentes próximos de Jesus, segundo uma expressão conhecida do Antigo Testamento (168).

501. Jesus é o filho único de Maria. Mas a maternidade espiritual de Maria (169) estende-se a todos os homens que Ele veio salvar: «Ela deu à luz um Filho que Deus estabeleceu como "primogénito de muitos irmãos" (*Rm* 8, 29), isto é, dos fiéis para cuja geração e educação Ela coopera com amor de mãe» (170).

A MATERNIDADE VIRGINAL DE MARIA NO PLANO DE DEUS

502. O olhar da fé pode descobrir, em ligação com o conjunto da Revelação, as razões misteriosas pelas quais Deus, no seu desígnio salvífico, quis que o seu Filho nascesse duma virgem. Tais razões dizem respeito tanto à pessoa e missão redentora de Cristo como ao acolhimento dessa missão por Maria, para bem de todos os homens:

503. A virgindade de Maria manifesta a iniciativa absoluta de Deus na Encarnação. Jesus só tem Deus por Pai (171). «A natureza humana, que Ele assumiu, nunca O afastou do Pai [...]. Naturalmente Filho do seu Pai segundo a divindade, naturalmente Filho da sua Mãe segundo a humanidade, mas propriamente Filho de Deus nas suas duas naturezas» (172).

504. Jesus é concebido pelo Espírito Santo no seio da Virgem Maria, porque Ele é o *Novo Adão* (173), que inaugura a criação nova: «O primeiro homem veio da terra e do pó: o segundo homem veio do céu» (*1 Cor* 15, 47). A humanidade de Cristo é, desde a sua conceição, cheia do Espírito Santo, porque Deus «não dá o Espírito por medida» *(Jo 3,* 34). É da «sua plenitude», que Lhe é própria enquanto cabeça da humanidade resgatada que «nós recebemos graça sobre graça» *(Jo* 1, 16).

505. Jesus, o novo Adão, inaugura, pela sua conceição virginal, o novo *nascimento* dos filhos de adopção, no Espírito Santo, pela fé, «Como será isso?» *(Lc* 1, 34) (175). A participação na vida divina não procede «do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus» (*Jo* 1, 13). A recepção desta vida é virginal, porque inteiramente dada ao homem pelo Espírito. O sentido esponsal da vocação humana, em relação a Deus (176), foi perfeitamente realizado na maternidade virginal de Maria.

506. Maria é virgem, porque a virgindade é nela *o sinal da sua fé,* «sem a mais leve sombra de dúvida» (177) e da sua entrega sem reservas à vontade de Deus (178). É graças à sua fé que ela vem a ser a Mãe do Salvador: *«Beatior est Maria percipiendo fïdem Christi quam concipiendo carnem Christi* – Maria é mais feliz por receber a fé de Cristo do que por conceber a carne de Cristo» (179).

507. Maria é, ao mesmo tempo, virgem e mãe, porque é a figura e a mais perfeita realização da Igreja (180): «Por sua vez, a Igreja, que contempla a sua santidade misteriosa e imita a sua caridade, cumprindo fielmente a vontade do Pai, torna-se também, ela própria, mãe, pela fiel recepção da Palavra de Deus: efectivamente, pela pregação e pelo Baptismo, gera, para uma vida nova e imortal, os filhos concebidos por acção do Espírito Santo e nascidos de Deus. E também ela é virgem, pois guarda fidelidade total e pura ao seu esposo» (181).

Resumindo:

508. *Na descendência de Eva, Deus escolheu a Virgem Maria para ser a Mãe do seu Filho. «Cheia de graça», ela é «o mais excelso fruto da Redenção»* (182). *Desde o primeiro instante da sua conceição, ela foi totalmente preservada imune da mancha do pecado original, e permaneceu pura de todo o pecado pessoal ao longo da vida.*

509*. Maria é verdadeiramente «Mãe de Deus», pois é a Mãe do Filho eterno de Deus feito homem que, Ele próprio, é Deus.*

510*.* *Maria permaneceu «Virgem ao conceber o seu Filho, Virgem ao dá-Lo à luz, Virgem grávida, Virgem fecunda, Virgem perpétua» (*183); *com todo o seu ser; ela é a «serva do Senhor» (Lc 1, 38).*

511. *A Virgem Maria «cooperou livremente, pela sua fé e obediência, na salvação dos homens»* (184)*. Pronunciou o seu* «fiat» – *faça-se* – «loco totius humanae naturae – *em vez de toda a humanidade»* (185): *pela sua obediência, tornou-se a nova Eva, mãe dos vivos.*

PARÁGRAFO 3: OS MISTÉRIOS DA VIDA DE CRISTO

512. Relativamente à vida de Cristo, o Símbolo da Fé apenas fala dos mistérios da Encarnação (conceição e nascimento) e da Páscoa (paixão, crucifixão, morte, sepultura, descida à mansão dos mortos, ressurreição, ascensão). Nada diz explicitamente dos mistérios da vida oculta e pública de Jesus. Mas os artigos que dizem respeito à Encarnação e à Páscoa de Jesus esclarecem *toda* a vida terrena de Cristo. «Tudo o que Jesus fez e ensinou desde o princípio até ao dia em que foi elevado ao céu» (*Act* 1, 1-2) *deve ser visto á luz dos mistérios do Natal e da Páscoa.*

513. A catequese, segundo as circunstâncias, explanará toda a riqueza dos mistérios de Jesus. Aqui, basta indicar alguns elementos comuns a todos os mistérios da vida de Cristo (I), para depois esboçar os principais mistérios da vida oculta (II) e pública (III) de Jesus.

I. Toda a vida de Cristo é mistério

514. Muitas coisas que interessam à curiosidade humana, a respeito de Jesus, não figuram nos evangelhos. Quase nada se diz da sua vida em Nazaré e mesmo grande parte da sua vida pública não é relatada (186). O que foi escrito nos evangelhos, foi-o «para acreditardes que Jesus é o Messias, o Filho de Deus, e para que, acreditando, tenhais a vida em seu nome» *(Jo*20, 31).

515. Os evangelhos foram escritos por homens que foram dos primeiros a receber a fé (187) e que quiseram partilhá-la com outros.

Tendo conhecido, pela fé, quem é Jesus, puderam ver e fazer ver os traços do seu mistério em toda a sua vida terrena. Desde os panos do nascimento (188) até ao vinagre da paixão (189) e ao sudário da ressurreição (190), tudo, na vida de Jesus, é sinal do seu mistério. Através dos seus gestos, milagres e palavras, foi revelado que «n'Ele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade» (*Cl* 2, 9). A sua humanidade aparece, assim, como «sacramento», isto é, sinal e instrumento da sua divindade e da salvação que Ele veio trazer. O que havia de visível na sua vida terrena conduz ao mistério invisível da sua filiação divina e da sua missão redentora.

OS TRAÇOS COMUNS DOS MISTÉRIOS DE JESUS

516. Toda a vida de Cristo é *revelação* do Pai: as suas palavras e actos, os seus silêncios e sofrimentos, a maneira de ser e de falar. Jesus pode dizer: «Quem Me vê, vê o Pai» (*Jo* 14, 9); e o Pai: «Este é o meu Filho predilecto: escutai-O» (*Lc* 9, 35). Tendo-Se nosso Senhor feito homem para cumprir a vontade do Pai (191), os mais pequenos pormenores dos seus mistérios manifestam «o amor de Deus para connosco» (192).

517. Toda a vida de Cristo é mistério de *redenção. A* redenção vem-nos, antes de mais, pelo sangue da cruz (193). Mas este mistério está actuante em toda a vida de Cristo: já na sua Encarnação, pela qual, fazendo-Se pobre, nos enriquece com a sua pobreza (194); na vida oculta que, pela sua obediência (195), repara a nossa insubmissão; na palavra que purifica os seus ouvintes (196): nas curas e expulsões dos demónios, pelas quais «toma sobre Si as nossas enfermidades e carrega com as nossas doenças» (*Mt* 8, 17) (197); na ressurreição, pela qual nos justifica (198).

518. Toda a vida de Cristo é mistério de *recapitulação.* Tudo o que Jesus fez, disse e sofreu tinha por fim restabelecer o homem decaído na sua vocação originária:

«Quando Ele encarnou e Se fez homem, recapitulou em Si a longa história dos homens e proporcionou-nos, em síntese, a salvação, de tal forma que aquilo que havíamos perdido em Adão – isto é, sermos

imagem e semelhança de Deus – o recuperássemos em Cristo Jesus» (199). «Aliás, foi por isso que Cristo passou por todas as idades da vida, restituindo assim a todos os homens a comunhão com Deus» (200).

A NOSSA COMUNHÃO NOS MISTÉRIOS DE JESUS

519. Toda a riqueza de Cristo «se destina a todos os homens e constitui o bem de cada um» (201). Cristo não viveu para Si mesmo, mas *para nós,* desde a Encarnação «por nós homens e para nossa salvação» (202) até á sua morte «por causa dos nossos pecados» (*1 Cor* 15, 3) e à sua ressurreição «para nossa justificação» (*Rm* 4, 25). Ainda agora, Ele é «o nosso advogado junto do Pai» (*1 Jo* 2, 1), «sempre vivo para interceder por nós» (*Heb* 7, 25). Com tudo o que viveu e sofreu por nós, uma vez por todas, Ele está para sempre presente «em nosso favor, na presença de Deus» (*Heb* 9, 24).

520. Em toda a sua vida, Jesus mostra-Se como *nosso modelo* (203): é «o homem perfeito» (204), que nos convida a tornarmo-nos seus discípulos e a segui-Lo; com a sua humilhação, deu-nos um exemplo a imitar (205); com a sua oração, convida-nos à oração (206); com a sua pobreza, incita--nos a aceitar livremente o despojamento e as perseguições (207).

521. Tudo o que Cristo viveu, Ele próprio faz com que o possamos *viver n'Ele* e Ele *vivê-lo em nós.* «Pela sua Encarnação, o Filho de Deus uniu-Se, de certo modo, a cada homem» (208). Nós somos chamados a ser um só com Ele; Ele faz-nos comungar, enquanto membros do seu corpo, em tudo o que Ele próprio viveu na sua carne por nós, e como nosso modelo:

«Devemos continuar a completar em nós os estados e mistérios da vida de Jesus e pedir-Lhe continuamente que Se digne consumá-los perfeitamente em nós e em toda a sua Igreja [...]. Na verdade, o Filho de Deus deseja comunicar e prolongar, de certo modo, os seus mistérios em nós e em toda a sua Igreja, [...] quer pelas graças que decidiu conceder-nos, quer pelos efeitos que deseja produzir em nós,

por meio destes mistérios. É neste sentido que Ele quer completá-los em nós» (209).

II. Os mistérios da infância e da vida oculta de Jesus

OS PREPARATIVOS

522. A vinda do Filho de Deus à terra é um acontecimento tão grandioso, que Deus quis prepará-lo durante séculos. Ritos e sacrifícios, figuras e símbolos da «primeira Aliança» (210), tudo Deus faz convergir para Cristo. Anuncia-O pela boca dos profetas que se sucedem em Israel. E, por outro lado, desperta no coração dos pagãos a obscura expectativa desta vinda.

523. *São João Baptista* é o precursor imediato do Senhor (211), enviado para Lhe preparar o caminho (212). «Profeta do Altíssimo» *(Lc 1, 76),* supera todos os profetas (213), é o último deles (214) inaugura o Evangelho (215); saúda a vinda de Cristo desde o seio da sua Mãe (216) e põe a sua alegria em ser «o amigo do esposo» *(Jo* 3, 29) que ele designa como «Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo» *(Jo* 1, 29). Precedendo Jesus «com o espírito e o poder de Elias» *(Lc* 1, 17), dá testemunho d'Ele pela sua pregação, pelo seu baptismo de conversão e, finalmente, pelo seu martírio (217).

524. Ao celebrar em cada ano *a Liturgia do Advento,* a Igreja actualiza esta expectativa do Messias. Comungando na longa preparação da primeira vinda do Salvador, os fiéis renovam o ardente desejo da sua segunda vinda (218). Pela celebração do nascimento e martírio do Precursor, a Igreja une-se ao seu desejo: «Ele deve crescer e eu diminuir» *(Jo* 3, 30).

O MISTÉRIO DO NATAL

525. Jesus nasceu na humildade dum estábulo, no seio duma família pobre (219). As primeiras testemunhas deste acontecimento são simples pastores. E é nesta pobreza que se manifesta a glória do céu (220). A Igreja não se cansa de cantar a glória desta noite:

«Hoje a Virgem dá à luz o Eterno
e a terra oferece uma gruta ao Inacessível.
Cantam-n'O os anjos e os pastores,
e com a estrela os magos põem-se a caminho,
porque Tu nasceste para nós,
pequeno Infante. Deus eterno!» (221)

526. «Tornar-se criança» diante de Deus é a condição para entrar no Reino (222), e para isso, é preciso abaixar-se (223) tornar-se pequeno. Mais ainda: é preciso «nascer do Alto» *(Jo 3, 7),* «nascer de Deus» (224) para se «tornar filho de Deus» (225). O mistério do Natal cumpre-se em nós quando Cristo «Se forma» em nós (226). O Natal é o mistério desta «admirável permuta»:

«O admirabile commercium! Creator generis humani, animatum corpus sumens de Virgine nasci dignatus est; et, procedens homo sine semine, largitus est nobis suam deitatem». – «Oh admirável permuta! O Criador do género humano, tomando corpo e alma, dignou-Se nascer duma Virgem; e, feito homem sem progenitor humano, tornou-nos participantes da sua divindade!» (227).

OS MISTÉRIOS DA INFÂNCIA DE JESUS

527. A *circuncisão* de Jesus, oito dias depois do seu nascimento (228), sinal da sua inserção na descendência de Abraão, no povo da Aliança, da sua submissão à Lei (229) e da sua deputação para o culto de Israel, no qual participará durante toda a sua vida. Este sinal prefigura «a circuncisão de Cristo», que é o Baptismo (230).

528. *A Epifania é* a manifestação de Jesus como Messias de Israel, Filho de Deus e salvador do mundo. Juntamente com o baptismo de Jesus no Jordão e as bodas de Caná (231), a Epifania celebra a adoração de Jesus pelos «magos» vindos do Oriente (232). Nestes «magos», representantes das religiões pagãs circunvizinhas, o Evangelho vê as primícias das nações, que acolhem a Boa-Nova da salvação pela Encarnação. A vinda dos magos a Jerusalém, para «adorar o rei dos judeus» (233), mostra que eles procuram em Israel, à luz messiânica da estrela de David (234), Aquele que será o

rei das nações (235). A sua vinda significa que os pagãos não podem descobrir Jesus e adorá-Lo como Filho de Deus e Salvador do mundo, senão voltando-se para os Judeus (236) e recebendo deles a sua promessa messiânica, tal como está contida no Antigo Testamento (237). A Epifania manifesta que «todos os povos entram na família dos patriarcas» (238) e adquire *a «israelitica dignitas»* – *a* dignidade própria do povo eleito (239).

529. A *apresentação de Jesus no templo* (240) mostra-O como Primogénito que pertence ao Senhor (241). Com Simeão e Ana, é toda a expectativa de Israel que vem ao encontro do seu Salvador (a tradição bizantina designa por *encontro* este acontecimento). Jesus é reconhecido como o Messias tão longamente esperado, «luz das nações» e «glória de Israel», mas também como «sinal de contradição». A espada de dor, predita a Maria, anuncia essa outra oblação, perfeita e única, da cruz, que trará a salvação que Deus «preparou diante de todos os povos».

530. *A fuga para o Egipto* e o massacre dos Inocentes (242) manifestam a oposição das trevas à luz: «Ele veio para o que era seu e os seus não O receberam» *(Jo* 1, 11). Toda a vida de Cristo decorrerá sob o signo da perseguição. Os seus partilham-na com Ele (243). O seu regresso do Egipto (244) lembra o Êxodo (245) e apresenta Jesus como o libertador definitivo.

OS MISTÉRIOS DA VIDA OCULTA DE JESUS

531. Durante a maior parte da sua vida, Jesus partilhou a condição da imensa maioria dos homens: uma vida quotidiana sem grandeza aparente, vida de trabalho manual, vida religiosa judaica sujeita à Lei de Deus (246), vida na comunidade. De todo este período, é-nos revelado que Jesus era «submisso» a seus pais (247) e que «ia crescendo em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e dos homens» (*Lc* 2, 52).

532. A submissão de Jesus à sua Mãe e ao seu pai legal foi o cumprimento perfeito do quarto mandamento. É a imagem temporal da sua obediência filial ao Pai celeste. A submissão diária de Jesus a

José e a Maria anunciava e antecipava a submissão de Quinta-Feira Santa: «Não se faça a minha vontade [...]» (*Lc* 22, 42). A obediência de Cristo, no quotidiano da vida oculta, inaugurava já a recuperação daquilo que a desobediência de Adão tinha destruído (248).

533. A vida oculta de Nazaré permite a todos os homens entrar em comunhão com Jesus, pelos diversos caminhos da vida quotidiana:

«Nazaré é a escola em que se começa a compreender a vida de Jesus, é a escola em que se inicia o conhecimento do Evangelho [...] Em primeiro lugar, uma lição de *silêncio.* Oh! se renascesse em nós o amor do silêncio, esse admirável e indispensável hábito do espírito [...]! Uma lição de *vida familiar* Que Nazaré nos ensine o que é a família, a sua comunhão de amor, a sua austera e simples beleza, o seu carácter sagrado e inviolável [...]. Uma lição de *trabalho,* Nazaré, a casa do "Filho do carpinteiro"! Aqui desejaríamos compreender e celebrar a lei, severa mas redentora, do trabalho humano [...] Daqui, finalmente, queremos saudar os trabalhadores de todo o mundo e mostrar-lhes o seu grande modelo, o seu Irmão divino» (249)

534. *O reencontro de Jesus no templo* (250) é o único acontecimento que quebra o silêncio dos evangelhos sobre os anos ocultos de Jesus. Nele, Jesus deixa entrever o mistério da sua consagração total à missão decorrente da sua filiação divina: «Não sabíeis que Eu tenho de estar na casa do meu Pai?». Maria e José «não compreenderam» esta palavra, mas acolheram-na na fé, e Maria «guardava no coração todas estas recordações», ao longo dos anos em que Jesus permaneceu oculto no silêncio duma vida normal.

III. Os mistérios da vida pública de Jesus

O BAPTISMO DE JESUS

535 O início (251) da vida pública de Jesus é o seu baptismo por João, no rio Jordão (252). João pregava «um baptismo de penitência, em ordem à remissão dos pecados» *(Lc* 3, 3). Uma multidão de pecadores, publicanos e soldados (253), fariseus e saduceus (254) e prostitutas vinha ter com ele, para que os

baptizasse. «Então aparece Jesus». O Baptista hesita, Jesus insiste: e recebe o baptismo. Então o Espírito Santo, sob a forma de pomba, desce sobre Jesus e uma voz do céu proclama: «Este é o meu Filho muito amado» *(Mt* 3,13-17). Tal foi a manifestação («epifania») de Jesus como Messias de Israel e Filho de Deus.

536. Da parte de Jesus, o seu baptismo é a aceitação e a inauguração da sua missão de Servo sofredor. Deixa-se contar entre o número dos pecadores (256). É já «o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo» *(Jo* 1, 29), e antecipa já o «baptismo» da sua morte sangrenta (257). Vem, desde já, para «cumprir toda a justiça» *(Mt 3,*15). Quer dizer que Se submete inteiramente à vontade do Pai e aceita por amor o baptismo da morte para a remissão dos nossos pecados (258). A esta aceitação responde a voz do Pai, que põe toda a sua complacência no Filho (259). O Espírito que Jesus possui em plenitude, desde a sua conceição, vem «repousar» sobre Ele *(Jo* 1, 32-33) (260) e Jesus será a fonte do mesmo Espírito para toda a humanidade. No baptismo de Cristo, «abriram-se os céus» *(Mt* 3, 16) que o pecado de Adão tinha fechado, e as águas são santificadas pela descida de Jesus e do Espírito, prelúdio da nova criação.

537. Pelo Baptismo, o cristão é sacramentalmente assimilado a Jesus que, no seu baptismo, antecipa a sua morte e ressurreição. Deve entrar neste mistério de humilde abatimento e de penitência, descer à água com Jesus, para de lá subir com Ele, renascer da água e do Espírito para se tornar, no Filho, filho-amado do Pai e «viver numa vida nova» *(Rm 6,* 4):

«Sepultemo-nos com Cristo pelo Baptismo, para com Ele ressuscitarmos; desçamos com Ele, para com Ele sermos elevados; tornemos a subir com Ele, para n'Ele sermos glorificados» (261).
«Tudo o que se passou com Cristo dá-nos a conhecer que, depois do banho de água, o Espírito Santo desce sobre nós do alto dos céus e, adoptados pela voz do Pai, tornamo-nos filhos de Deus» (262).

A TENTAÇÃO DE JESUS

538. Os evangelhos falam dum tempo de solidão que Jesus passou no deserto, imediatamente depois de ter sido baptizado por João: «Impelido»pelo Espírito para o deserto, Jesus ali permanece sem comer durante quarenta dias. Vive com os animais selvagens e os anjos servem-n'O (263).

No fim desse tempo, Satanás tenta-O por três vezes, procurando pôr em causa a sua atitude filial para com Deus; Jesus repele esses ataques, que recapitulam as tentações de Adão no paraíso e de Israel no deserto; e o Diabo afasta-se d'Ele «até determinada altura» *(Lc* 4, 13).

539. Os evangelistas indicam o sentido salvífico deste acontecimento misterioso, Jesus é o Novo Adão, que Se mantém fiel naquilo em que o primeiro sucumbiu à tentação. Jesus cumpre perfeitamente a vocação de Israel: contrariamente aos que outrora, durante quarenta anos, provocaram a Deus no deserto (264), Cristo revela-Se o Servo de Deus totalmente obediente à vontade divina. Nisto, Jesus vence o Diabo: «amarrou o homem forte», para lhe tirar os despojos (265). A vitória de Jesus sobre o tentador, no deserto, antecipa a vitória da paixão, suprema obediência do seu amor filial ao Pai.

540. A tentação de Jesus manifesta a maneira própria de o Filho de Deus ser Messias, ao contrário da que Lhe propõe Satanás e que os homens (266) desejam atribuir-Lhe. Foi por isso que Cristo venceu o Tentador, *por nós:* «Nós não temos um sumo-sacerdote incapaz de se compadecer das nossas fraquezas; temos um, que possui a experiência de todas as provações, tal como nós, com excepção do pecado» *(Heb* 4, 15). Todos os anos, pelos quarenta dias da *Grande Quaresma,* a Igreja une-se ao mistério de Jesus no deserto.

«O REINO DE DEUS ESTÁ PRÓXIMO»

541. «Depois de João ter sido preso, Jesus partiu para a Galileia. Aí proclamava a Boa-Nova da vinda de Deus, nestes termos: "Completou-se o tempo e o Reino de Deus está próximo: convertei-vos e acreditai na Boa-Nova!"» *(Mc* 1, 14-15). «Por isso, Cristo, a fim de cumprir a vontade do Pai, deu começo na terra ao Reino dos

céus» (267). Ora a vontade do Pai é «elevar os homens à participação da vida divina» (268). E fá-lo reunindo os homens em torno do seu Filho, Jesus Cristo. Esta reunião é a Igreja, a qual é na terra «o germe e o princípio» do Reino de Deus» (269).

542. Cristo está no centro desta reunião dos homens na «família de Deus». Reúne-os à sua volta pela sua palavra, pelos seus sinais que manifestam o Reino de Deus, pelo envio dos discípulos. E realizará a vinda do seu Reino sobretudo pelo grande mistério da sua Páscoa: a sua morte de cruz e a sua ressurreição. «E Eu, uma vez elevado da Terra, atrairei todos a Mim» *(Jo* 12, 32). Todos os homens são chamados a esta união com Cristo (270).

O ANÚNCIO DO REINO DE DEUS

543. *Todos os homens* são chamados a entrar no Reino. Anunciado primeiro aos filhos de Israel (271), este Reino messiânico é destinado a acolher os homens de todas as nações (272). Para ter acesso a ele, é preciso acolher a Palavra de Jesus:

«A Palavra do Senhor compara-se à semente lançada ao campo: aqueles que a ouvem com fé e entram a fazer parte do pequeno rebanho de Cristo, já receberam o Reino; depois, por força própria, a semente germina e cresce até ao tempo da messe» (273).

544. O Reino é dos *pobres e pequenos,* quer dizer, dos que o acolheram com um coração humilde. Jesus foi enviado para «trazer a Boa-Nova aos pobres» *(Lc* 4, 18) (274). Declara-os bem-aventurados, porque «é deles o Reino dos céus» *(Mt 5,* 3). Foi aos «pequenos» que o Pai se dignou revelar o que continua oculto aos sábios e inteligentes (275). Jesus partilha a vida dos pobres, desde o presépio até à cruz: sabe o que é sofrer a fome (276), a sede (277) e a indigência (278). Mais ainda: identifica-se com os pobres de toda a espécie, e faz do amor activo para com eles a condição da entrada no seu Reino (279).

545. Jesus convida os *pecadores* para a mesa do Reino: «Eu não vim chamar os justos, mas os pecadores» *(Mc* 2, 17) (280). Convida-os à conversão sem a qual não se pode entrar no Reino, mas por

palavras e actos, mostra-lhes a misericórdia sem limites do Seu Pai para com eles e a imensa «alegria que haverá no céu, por um só pecador que se arrependa» *(Lc* 15, 7). A prova suprema deste amor será o sacrifício da sua própria vida, «pela remissão dos pecados» *(Mt* 26, 28).

546. Jesus chama para entrar no Reino, por meio de *parábolas,* traço característico do seu ensino (282). Por meio delas, convida para o banquete do Reino (283), mas exige também uma opção radical: para adquirir o Reino é preciso dar tudo (284). As palavras não bastam, exigem-se actos (285). As parábolas são, para o homem, uma espécie de espelho: como é que ele recebe a Palavra? Como chão duro, ou como terra boa? (286) Que faz ele dos talentos recebidos? (287) Jesus e a presença do Reino neste mundo estão secretamente no coração das parábolas. É preciso entrar no Reino, quer dizer, tornar-se discípulo de Cristo, para «conhecer os mistérios do Reino dos céus» *(Mt* 13, 11). Para os que ficam «fora» *(Mc* 4, 11), tudo permanece enigmático (288).

OS SINAIS DO REINO DE DEUS

547. Jesus acompanha as suas palavras com numerosos «milagres, prodígios e sinais» *(Act 2,*22), os quais manifestam que o Reino está presente n'Ele. Comprovam que Ele é o Messias anunciado (289).

548. Os sinais realizados por Jesus testemunham que o Pai O enviou (290). Convidam a crer n'Ele (291). Aos que se Lhe dirigem com fé, concede-lhes o que pedem (292). Assim, os milagres fortificam a fé n'Aquele que faz as obras do seu Pai: testemunham que Ele é o Filho de Deus (293). Mas também podem ser «ocasião de queda» (294). Eles não pretendem satisfazer a curiosidade nem desejos mágicos. Apesar de os seus milagres serem tão evidentes, Jesus é rejeitado por alguns (295); chega mesmo a ser acusado de agir pelo poder dos demónios (296).

549. Ao libertar certos homens dos males terrenos da fome (297), da injustiça (298) da doença e da morte (299) – Jesus realizou sinais messiânicos; no entanto, Ele não veio para abolir todos os males

deste mundo (300), mas para libertar os homens da mais grave das escravidões, a do pecado (301), que os impede de realizar a sua vocação de filhos de Deus e é causa de todas as servidões humanas.

550. A vinda do Reino de Deus é a derrota do reino de Satanás (302): «Se é pelo Espírito de Deus que Eu expulso os demónios, então é porque o Reino de Deus chegou até vós» *(Mt* 12, 28). Os *exorcismos* de Jesus libertam os homens do poder dos demónios (303). E antecipam a grande vitória de Jesus sobre «o príncipe deste mundo» (304). É pela cruz de Cristo que o Reino de Deus vai ser definitivamente estabelecido: *«Regnavit a ligno Deus* – Deus reinou desde o madeiro» (305).

«AS CHAVES DO REINO»

551. Desde o princípio da sua vida pública, Jesus escolheu alguns homens, em número de doze, para andarem com Ele e participarem na sua missão (306). Deu-lhes parte na sua autoridade «e enviou-os a pregar o Reino de Deus e a fazer curas» *(Lc* 9, 2). Estes homens ficam para sempre associados ao Reino de Cristo, porque, por meio deles, Jesus Cristo dirige a Igreja:

«Eu disponho, a vosso favor, do Reino, como meu Pai dispõe dele a meu favor, a fim de que comais e bebais à minha mesa, no meu Reino. E sentar-vos-eis em tronos, a julgar as doze tribos de Israel» *(Lc* 22, 29-30).

552. No colégio dos Doze, Simão Pedro ocupa o primeiro lugar (307). Jesus confiou-lhe uma missão única. Graças a uma revelação vinda do Pai, Pedro confessara: «Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo» *(Mt* 16, 16). E nosso Senhor declarou-lhe então: «Tu és Pedro: sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela» *(Mt*16, 18). Cristo, «pedra viva» (308), garante à sua Igreja, edificada sobre Pedro, a vitória sobre os poderes da morte. Pedro, graças à fé que confessou, permanecerá o rochedo inabalável da Igreja. Terá a missão de defender esta fé para que nunca desfaleça e de nela confirmar os seus irmãos (309).

553. Jesus confiou a Pedro uma autoridade específica: «Dar-te-ei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus; tudo o que desligares na terra será desligado nos céus» *(Mt* 16, 19). O «poder das chaves» designa a autoridade para governar a Casa de Deus, que é a Igreja. Jesus, o «bom Pastor» *(Jo* 10, 11), confirmou este cargo depois da sua ressurreição: «Apascenta as minhas ovelhas» *(Jo 21,* 15-17). O poder de «ligar e desligar» significa a autoridade para absolver os pecados, pronunciar juízos doutrinais e tomar decisões disciplinares na Igreja. Jesus confiou esta autoridade à Igreja pelo ministério dos Apóstolos e particularmente pelo de Pedro, o único a quem confiou explicitamente as chaves do Reino.

UM ANTEGOZO DO REINO: A TRANSFIGURAÇÃO

554. A partir do dia em que Pedro confessou que Jesus era o Cristo, Filho do Deus vivo, o Mestre «começou a explicar aos seus discípulos que tinha de ir a Jerusalém e lá sofrer [...], que tinha de ser morto e ressuscitar ao terceiro dia» *(Mt* 16, 21). Pedro rejeita este anúncio e os outros também não o entendem (312). É neste contexto que se situa o episódio misterioso da transfiguração de Jesus (313), no cimo duma alta montanha, perante três testemunhas por Ele escolhidas: Pedro, Tiago e João. O rosto e as vestes de Jesus tornaram-se fulgurantes de luz, Moisés e Elias aparecem, «e falam da sua morte, que ia consumar-se em Jerusalém» *(Lc*9, 31). Uma nuvem envolve-os e uma voz do céu diz: «Este é o meu Filho predilecto: escutai-O» *(Lc* 9, 35).

555. Por um momento, Jesus mostra a sua glória divina, confirmando assim a confissão de Pedro. Mostra também que, para «entrar na sua glória» (*Lc* 24, 26), tem de passar pela cruz em Jerusalém. Moisés e Elias tinham visto a glória de Deus sobre a montanha; a Lei e os Profetas tinham anunciado os sofrimentos do Messias (314). A paixão de Jesus é da vontade do Pai: o Filho age como Servo de Deus (315). A nuvem indica a presença do Espírito Santo:*«Tota Trinitas apparuit: Pater in voce; Filius in homine; Spiritus in nube*

clara – Apareceu toda a Trindade: o Pai na voz; o Filho na humanidade; o Espírito Santo na nuvem luminosa» (316):

«Transfiguraste-Te sobre a montanha e, na medida em que disso eram capazes, os teus discípulos contemplaram a tua glória, ó Cristo Deus; para que, quando Te vissem crucificado, compreendessem que a tua paixão era voluntária, e anunciassem ao mundo que Tu és verdadeiramente a irradiação do Pai» (317).

556. No limiar da vida pública, o baptismo; no limiar da Páscoa, a transfiguração. Pelo baptismo de Jesus *«declaratum fuit mysterium primae regenerationis* – foi declarado o mistério da (nossa) primeira regeneração» – o nosso Baptismo; e a transfiguração *«est sacramentum secundae regenerationis – é* o sacramento da (nossa) segunda regeneração» – a nossa própria ressurreição (318). Desde agora, nós participamos na ressurreição do Senhor pelo Espírito Santo que actua nos sacramentos do Corpo de Cristo. A transfiguração dá-nos um antegozo da vinda gloriosa de Cristo, «que transfigurará o nosso corpo miserável para o conformar com o seu corpo glorioso» *(Fl* 3, 21). Mas lembra-nos também que temos de passar por muitas tribulações para entrar no Reino de Deus» (Act 14, 22):

«Era isso que Pedro ainda não tinha compreendido, quando manifestava o desejo de ficar com Cristo no cimo da montanha (319). – Isso, Ele to reservou, Pedro, para depois da morte. Mas agora, Ele próprio te diz: Desce para sofrer na Terra, para servir na Terra, para ser desprezado e crucificado na Terra. A Vida desce para se fazer matar: o Pão desce para passar fome; o Caminho desce para se cansar de andar; a Fonte desce para ter sede; – e tu recusas-te a sofrer?» (320).

A SUBIDA DE JESUS PARA JERUSALÉM

557. «Ora, como se aproximavam os dias de Jesus ser levado deste mundo, Ele tomou a firme resolução de Se dirigir a Jerusalém» *(Lc 9,* 51) (321). Por esta decisão, indicava que subia para Jerusalém pronto para lá morrer. Já por três vezes tinha anunciado a sua paixão

e a sua ressurreição (322). E ao dirigir-Se para Jerusalém, declara: «não se admite que um profeta morra fora de Jerusalém» *(Lc* 13, 33).

558. Jesus recorda o martírio dos profetas que tinham sido entregues à morte em Jerusalém (323). No entanto, continua a convidar Jerusalém a reunir-se à sua volta: «Quantas vezes Eu quis agrupar os teus filhos como a galinha junta os seus pintainhos sob as asas!... Mas vós não quisestes» *(Mt* 23, 37b). Quando já avista Jerusalém, chora sobre ela (324) e exprime, uma vez mais, o desejo do seu coração: «Se neste dia também tu tivesses conhecido o que te pode trazer a paz! Mas agora isto está oculto aos teus olhos» *(Lc* 19, 42).

A ENTRADA MESSIÂNICA DE JESUS EM JERUSALÉM

559. Como vai Jerusalém acolher o seu Messias? Embora tenha sempre evitado as tentativas populares de O fazerem rei (325), Jesus escolheu o momento e preparou os pormenores da sua entrada messiânica na cidade de «David, seu pai» *(Lc* 1, 32) (326). E é aclamado como filho de David e como aquele que traz a salvação («Hosanna» quer dizer «então salva!», «dá a salvação»). Ora, o «rei da glória» (*Sl* 24, 7-10) entra na «sua cidade», «montado num jumento» (*Zc* 9, 9). Não conquista a filha de Sião, figura da sua Igreja, nem pela astúcia nem pela violência, mas pela humildade que dá testemunho da verdade (327). Por isso é que, naquele dia, os súbditos do seu Reino, são as crianças (328) e os «pobres de Deus», que O aclamam, tal como os anjos O tinham anunciado aos pastores (329). A aclamação deles: «Bendito o que vem em nome do Senhor» (*Sl* 118, 26) é retomada pela Igreja no *«Sanctus»*da Liturgia Eucarística, a abrir o memorial da Páscoa do Senhor.

560. *A entrada de Jesus em Jerusalém* manifesta a vinda do Reino que o Rei-Messias vai realizar pela Páscoa da sua morte e da sua ressurreição. É com a sua celebração, no Domingo de Ramos, que a Liturgia da Igreja começa a Semana Santa.

Resumindo:

561. *«Toda a vida de Cristo foi um contínuo ensinamento: os seus silêncios, os seus milagres, os seus gestos, a sua oração, o seu amor pelo homem, a sua predilecção pelos pequenos e pelos pobres, a aceitação do sacrifício total na cruz pela redenção do mundo, a sua ressurreição tudo é actuação da sua palavra e cumprimento da Revelação» (*330).

562. *Os discípulos de Cristo devem conformar-se com Ele até que Ele Se forme neles* (331),*«Por isso, somos assumidos nos mistérios da sua vida, configurados com Ele, com Ele mortos e ressuscitados, até que reinemos com Ele»* (332).

563. *Pastor ou mago, ninguém pode atingir a Deus neste mundo senão ajoelhando diante do presépio de Belém e adorando-O oculto na fraqueza duma criança.*

564. *Pela sua submissão a Maria e a José, assim como pelo seu trabalho humilde em Nazaré durante longos anos, Jesus dá-nos o exemplo da santidade na vida quotidiana da família e do trabalho.*

565. *Desde o princípio da sua vida pública, desde o seu baptismo, Jesus é o «Servo» inteiramente consagrado à obra redentora, que consumará pelo «baptismo» da sua paixão.*

566. *A tentação no deserto mostra Jesus como Messias humilde, que triunfa de Satanás pela total adesão ao desígnio de salvação querido pelo Pai.*

567. *O Reino dos céus foi inaugurado na terra por Cristo, e resplandece para os homens na palavra, nas obras e na presença de Cristo» (*333). *A Igreja é o gérmen e o princípio deste Reino. As suas chaves são confiadas a Pedro.*

568*.* *A transfiguração de Cristo tem por fim fortalecer a fé dos Apóstolos em vista da paixão: a subida à «alta montanha» prepara a subida ao Calvário. Cristo, cabeça da Igreja, manifesta o que o seu Corpo contém e irradia nos sacramentos: «a esperança da Glória» (Cl* 1, 27) (334).

569. *Jesus subiu voluntariamente a Jerusalém, sabendo perfeitamente que ali ia morrer de morte violenta, por causa da oposição dos pecadores* (335).

570. *A entrada de Jesus em Jerusalém manifesta a vinda do Reino, que o Rei-Messias, acolhido na cidade pelas crianças e pelos humildes de corarão, vai realizar pela Páscoa da sua morte e ressurreição.*

ARTIGO 4: «JESUS CRISTO PADECEU SOB PÔNCIO PILATOS FOI CRUCIFICADO, MORTO E SEPULTADO»

571. O mistério pascal da cruz e ressurreição de Cristo está no centro da Boa-Nova que os Apóstolos, e depois deles a Igreja, devem anunciar ao mundo. O desígnio salvífico de Deus cumpriu-se de «una vez por todas» *(Heb* 9, 26) pela morte redentora do seu Filho Jesus Cristo.

572. A Igreja permanece fiel à «interpretação de todas as Escrituras» dada pelo próprio Jesus, tanto antes como depois da sua Páscoa (336) «Não tinha o Messias de sofrer tudo isto, para entrar na sua glória?» *(Lc* 24, 26). Os sofrimentos de Jesus tomaram a sua forma histórica concreta, pelo facto de Ele ter sido «rejeitado pelos anciãos, pelos sumos sacerdotes e pelos escribas» *(Mc* 8, 31), que «O entregaram aos pagãos para ser escarnecido, flagelado e crucificado» *(Mt* 20, 19).

573. A fé pode, portanto, esforçar-se por investigar as circunstâncias da morte de Jesus, fielmente transmitidas pelos evangelhos (337) e esclarecidas por outras fontes históricas, para melhor compreender o sentido da redenção.

PARÁGRAFO 1: JESUS E ISRAEL

574. Desde o princípio do ministério público de Jesus, fariseus e partidários de Herodes, com sacerdotes e escribas, puseram-se de acordo para lhe dar a morte (338). Por alguns dos seus actos (expulsões de demónios (339); perdão dos pecados (340) curas em dia de sábado (341); interpretação original dos preceitos de pureza

legal (342): trato familiar com publicanos e pecadores públicos (343), Jesus pareceu a alguns, mal intencionados, suspeito de possessão diabólica (344). Foi acusado de blasfémia (345) e de falso profetismo (346), crimes religiosos que a Lei castigava com a pena de morte por apedrejamento (347).

575. Muitas atitudes e palavras de Jesus foram, portanto, «sinal de contradição» (348) para as autoridades religiosas de Jerusalém, a quem o Evangelho de São João muitas vezes chama simplesmente «os Judeus» (349), mais ainda do que para o comum do Povo de Deus (350). Sem dúvida que as suas relações com os fariseus não foram unicamente polémicas: são fariseus que O previnem do perigo que corre (351). Jesus louva alguns de entre eles, como o escriba de *Mc* 12, 34, e em várias ocasiões come em casa de fariseus (352). Jesus confirma doutrinas partilhadas por esta elite religiosa do povo de Deus: a ressurreição dos mortos (353) formas de piedade (esmola, jejum e oração (354)) e o hábito de se dirigir a Deus como Pai, o carácter central do mandamento do amor de Deus e do próximo (355).

576. Aos olhos de muitos em Israel, parece que Jesus procede contra as instituições essenciais do Povo eleito:

– a submissão à Lei, na totalidade dos seus preceitos escritos e, para os fariseus, na interpretação da tradição oral;

– a centralidade do templo de Jerusalém, como lugar santo em que Deus habita de maneira privilegiada;

– a fé no Deus único, cuja glória nenhum homem pode partilhar.

I. Jesus e a Lei

577. Jesus fez uma solene advertência no início do sermão da montanha, ao apresentar a Lei dada por Deus no Sinai, quando da primeira Aliança, à luz da graça da Nova Aliança:

«Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim revogá-los, mas levá-los à perfeição. Em verdade vos digo: Antes que passem o céu e a Terra, não passará da Lei a mais pequena letra ou

o mais pequeno sinal, sem que tudo se cumpra. Portanto, se alguém transgredir um só destes mandamentos, por mais pequeno que seja, e ensinar assim aos homens, será o menor no Reino dos céus. Mas aquele que os praticar e ensinar, será grande no Reino dos céus» (*Mt* 5, 17-19).

578. Jesus, o Messias de Israel e, portanto, o maior no Reino dos céus, fazia questão de cumprir a Lei, executando-a integralmente até nos mais pequenos preceitos, segundo as suas próprias palavras. Foi, mesmo, o único a poder fazê-lo perfeitamente (356). Os Judeus, segundo a sua própria confissão, não puderam nunca cumprir integralmente a Lei sem violação do mínimo preceito (357). Por isso é que, em cada festa anual da Expiação, os filhos de Israel pediam a Deus perdão pelas suas transgressões da Lei. Com efeito, a Lei constitui um todo e, como lembra São Tiago, «quem observa toda a Lei, mas falta num só mandamento, torna-se réu de todos os outros» (*Tg* 2, 10) (358).

579. Este princípio da integralidade da observância da Lei, não só na letra mas também no espírito, era caro aos fariseus. Tomando-o extensivo a Israel, conduziram muitos judeus do tempo de Jesus a um zelo religioso extremo (359). E um tal zelo, se não se ficasse por uma casuística «hipócrita» (360), com certeza que prepararia o povo para esta inaudita intervenção de Deus, que será o cumprimento perfeito da Lei pelo único justo representante de todos os pecadores (361).

580. O cumprimento perfeito da Lei só podia ser obra do divino Legislador, nascido sujeito à Lei na pessoa do Filho (362). Em Jesus, a Lei já não aparece gravada em tábuas de pedra, mas «no íntimo do coração» *(Jr* 31, 33) do Servo, o qual, proclamando «fielmente o direito» (*Is* 42, 3), se tornou «a aliança do povo» *(Is* 42, 6). Jesus cumpriu a Lei até ao ponto de tomar sobre Si «a maldição da Lei» (363) em que incorrem aqueles que não «praticam todos os preceitos da Lei» (364); porque «a morte de Cristo foi para remir as faltas cometidas durante a primeira Aliança» *(Heb 9,* 15).

581. Jesus apareceu aos olhos dos Judeus e dos seus chefes espirituais como um «rabbi» (365). Muitas vezes argumentou, no quadro da interpretação rabínica da Lei (366). Mas, ao mesmo tempo, Jesus tinha forçosamente de Se confrontar com os doutores da Lei porque não Se contentava com propor a sua interpretação a par das deles: «ensinava como quem tem autoridade e não como os escribas» *(Mt* 7, 28-29). N'Ele, era a própria Palavra de Deus, que Se fizera ouvir no Sinai, para dar a Moisés a Lei escrita, que de novo Se fazia ouvir sobre a montanha das bem-aventuranças (367). Esta Palavra de Deus não aboliu a Lei, mas cumpriu-a, ao fornecer, de modo divino, a sua interpretação última: «Ouvistes que foi dito aos antigos [...] Eu, porém, digo-vos» *(Mt 5,* 33-34). Com esta mesma autoridade divina, desaprova certas «tradições humanas» (368) dos fariseus, que «anulam a Palavra de Deus» (369).

582. Indo mais longe, Jesus cumpriu a lei sobre a pureza dos alimentos, tão importante na vida quotidiana judaica, explicando o seu sentido «pedagógico» (370) por uma interpretação divina: «Não há nada fora do homem que, ao entrar nele, o possa tornar impuro [...] – e assim declarava puros todos os alimentos – [...]. O que sai do homem é que o toma impuro. Pois, do interior do coração dos homens é que saem os pensamentos perversos» (*Mc* 7, 18-21). Proporcionando, com autoridade divina, a interpretação definitiva da Lei, Jesus colocou-Se numa situação de confronto com certos doutores da Lei, que não aceitavam a sua interpretação, muito embora garantida pelos sinais divinos que a acompanhavam (371). Isto vale sobretudo para a questão do sábado: Jesus lembra, e muitas vezes com argumentos rabínicos (372), que o repouso sabático não é violado pelo serviço de Deus (373) ou do próximo (374) que as suas curas realizam.

II. Jesus e o templo

583. Jesus, como antes d'Ele os profetas, professou pelo templo de Jerusalém o mais profundo respeito. Ali foi apresentado por José e Maria, quarenta dias depois do seu nascimento (375). Na idade de doze anos, decidiu ficar no templo para lembrar aos seus pais que

tinha de Se ocupar das coisas de seu Pai (376). Ao templo subiu todos os anos, ao menos pela Páscoa, durante a vida oculta (377). O seu próprio ministério público foi ritmado pelas peregrinações a Jerusalém nas grandes festas judaicas (378).

584. Jesus subiu ao templo como quem sobe ao lugar privilegiado de encontro com Deus. O templo é para Ele a casa do seu Pai, uma casa de oração, e indigna-Se com o facto de o átrio exterior se ter tornado lugar de negócio (379). Se expulsa os vendilhões do templo é pelo amor zeloso a seu Pai: «Não façais da casa do meu Pai casa de comércio». «Os discípulos recordaram-se de que estava escrito: "O zelo pela tua casa devorar-me-á" *(Sl* 69, 10)» (*Jo* 2, 16-17). Depois da ressurreição, os Apóstolos guardaram para com o templo um respeito religioso (380).

585. No entanto, nas vésperas da sua paixão, Jesus anunciou a ruína deste esplêndido edifício, do qual não ficaria pedra sobre pedra (381). Há aqui o anúncio dum sinal dos últimos tempos, que vão iniciar-se com a sua própria Páscoa (382). Mas esta profecia pôde ser referida de modo deturpado por falsas testemunhas, quando do interrogatório a que Jesus foi sujeito em casa do sumo-sacerdote (383) e ser-Lhe lançada em rosto, como injúria, quando agonizava, pregado na cruz (384).

586. Longe de ter sido contra o templo (385) onde proclamou o essencial da sua doutrina (386), Jesus quis pagar o imposto do templo, associando a Si Pedro (387), que Ele acabara de estabelecer como pedra basilar da sua Igreja futura (388). Mais ainda: identificou-Se com o templo, apresentando-Se como a morada definitiva de Deus entre os homens (389). Por isso é que a sua entrega à morte corporal (390) prenuncia a destruição do templo, a qual vai assinalar a entrada numa nova idade da história da salvação: «Vai chegar a hora em que nem neste monte nem em Jerusalém adorareis o Pai» (*Jo* 4, 21) (391).

III. Jesus e a fé de Israel no Deus único e salvador

587. Se a Lei e o templo de Jerusalém puderam ser ocasião de «contradição» (392) entre Jesus e as autoridades religiosas de Israel, o seu papel na redenção dos pecados, obra divina por excelência, foi, para essas autoridades, a verdadeira pedra de escândalo (393).

588. Jesus escandalizou os fariseus por comer com os publicanos e os pecadores (394) tão familiarmente como com eles (395). Contra aqueles «que se consideravam justos e desprezavam os demais» *(Lc* 18, 9) (396) Jesus afirmou: «Eu não vim chamar os justos, vim chamar os pecadores, para que se arrependam» *(Lc* 5, 32). E foi mais longe, afirmando, diante dos fariseus, que, sendo o pecado universal (397), cegam-se a si próprios (398) aqueles que pretendem não precisar de salvação.

589. Jesus escandalizou, sobretudo, por ter identificado a sua conduta misericordiosa para com os pecadores com a atitude do próprio Deus a respeito dos mesmos (399). Chegou, até, a dar a entender que, sentando-Se à mesa dos pecadores (400), os admitia no banquete messiânico (401)**.** Mas foi muito particularmente ao perdoar os pecados que Jesus colocou as autoridades religiosas de Israel perante um dilema. É que, como essas autoridades justamente dizem, apavoradas, «só Deus pode perdoar os pecados» *(Mc* 2, 7). Jesus ao perdoar os pecados, ou blasfema por ser um homem que se faz igual a Deus (402), ou diz a verdade e a Sua pessoa torna então presente e revela o nome de Deus (403).

590. Só a identidade divina da pessoa de Jesus é que pode justificar uma exigência tão absoluta como esta: «Quem não está comigo, está contra Mim» *(Mt* 12, 30); o mesmo se diga de quando afirma ser «mais que Jonas,... mais que Salomão» *(Mt* 12, 41-42), «mais que o templo» (404); de quando lembra, a respeito de si próprio, que David chamou ao Messias o seu Senhor (405); de quando afirma: «Antes de Abraão existir, "Eu sou"» *(Jo* 8, 58); e ainda mais: «Eu e o Pai somos um» (*Jo* 10, 30).

591. Jesus pediu às autoridades religiosas de Jerusalém que acreditassem n'Ele, por causa das obras do seu Pai que Ele fazia

(406). Mas tal acto de fé tinha de passar por uma misteriosa morte para si mesmo, a qual desse lugar a um novo «nascimento do Alto» (407), por atracção da graça divina (408). Tal exigência de conversão, face a um tão surpreendente cumprimento das promessas (409), permite compreender o trágico desdém do Sinédrio, ao sentenciar que Jesus merecia a morte como blasfemo (410). Os membros do Sinédrio agiam assim, ao mesmo tempo por «ignorância» (411) e pelo «endurecimento» (412) da sua «incredulidade» (413).

Resumindo:

592. *Jesus não aboliu a Lei do Sinai, mas cumpriu-a* (414) *com tal perfeição* (415) *que revelou o sentido último dela (*416) *e resgatou as transgressões contra ela cometidas (*417).

593. *Jesus venerou o templo, subindo a ele nas festas judaicas de peregrinação e amou com amor zeloso esta morada de Deus entre os homens. O templo prefigura o seu mistério. Quando anuncia a sua destruição, fá-lo como revelação da sua própria morte e da entrada numa nova idade da história da salvação, em que o seu Corpo será o templo definitivo.*

594. *Jesus praticou actos, como o perdão dos pecados, que O manifestaram como sendo o próprio Deus salvador* (418). *Alguns judeus, que, não reconhecendo o Deus feito homem*(419) *viam n'Ele «um homem que se faz Deus»* (420), *julgaram-n'O como blasfemo.*

PARÁGRAFO 2: JESUS MORREU CRUCIFICADO

I. O processo de Jesus

DIVISÕES ENTRE AS AUTORIDADES JUDAICAS A RESPEITO DE JESUS

595. Entre as autoridades religiosas de Jerusalém, não somente se encontravam o fariseu Nicodemos (421) e o notável José de Arimateia, discípulos ocultos de Jesus (422), mas também, durante muito tempo, houve dissensões a respeito d'Ele (423) ao ponto de,

na própria véspera da paixão. João poder dizer deles que «um bom número acreditou n' Ele», embora de modo assaz imperfeito *(Jo* 12, 42); o que não é nada de admirar, tendo-se presente que, no dia seguinte ao de Pentecostes, «um grande número de sacerdotes se submetia à fé»*(Act 6,* 7) e «alguns homens do partido dos fariseus tinham abraçado a fé» (*Act* 15, 5), de tal modo que São Tiago podia dizer a São Paulo que «muitos milhares entre os judeus abraçaram a fé e todos têm zelo pela Lei» *(Act* 21, 20).

596. As autoridades religiosas de Jerusalém não foram unânimes na atitude a adoptar a respeito de Jesus (424). Os fariseus ameaçaram de excomunhão aqueles que O seguissem (425). Aos que temiam que «todos acreditassem n'Ele e os romanos viessem destruir o templo e a nação» *(Jo* 11, 48), o sumo sacerdote Caifás propôs, profetizando: «E do vosso interesse que morra um só homem pelo povo e não pereça a nação inteira» (*Jo* 11, 50). O Sinédrio, tendo declarado Jesus «réu de morte» (426) como blasfemo, mas tendo perdido o direito de condenar à morte fosse quem fosse (427), entregou Jesus aos romanos, acusando-O de revolta política (428) — o que O colocava em pé de igualdade com que Barrabás, acusado de «sedição» *(Lc* 23, 19). São também de carácter político as ameaças que os sumos-sacerdotes fazem a Pilatos, pressionando-o a condenar Jesus à morte (429).

OS JUDEUS NÃO SÃO COLECTIVAMENTE RESPONSÁVEIS PELA MORTE DE JESUS

597. Tendo em conta a complexidade histórica do processo de Jesus, manifestada nas narrativas evangélicas, e qualquer que tenha sido o pecado pessoal dos intervenientes no processo (Judas, o Sinédrio, Pilatos), que só Deus conhece, não se pode atribuir a responsabilidade do mesmo ao conjunto dos judeus de Jerusalém, apesar da gritaria duma multidão manipulada (430) e das censuras globais contidas nos apelos à conversão, depois do Pentecostes (431). O próprio Jesus, perdoando na cruz (432) e Pedro a seu exemplo, apelaram para «a ignorância» (433) dos judeus de Jerusalém e mesmo dos seus chefes. Menos ainda é possível

estender a responsabilidade ao conjunto dos judeus no espaço e no tempo, a partir do grito do povo: «Que o seu sangue caia sobre nós e sobre os nossos filhos»*(Mt* 27, 25), que é uma fórmula de ratificação (434):

Por isso, a Igreja declarou no II Concílio do Vaticano: «Não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na sua paixão se perpetrou. [...] Nem por isso os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluísse da Sagrada Escritura» (435).

TODOS OS PECADORES FORAM AUTORES DA PAIXÃO DE CRISTO

598. A Igreja, no magistério da sua fé e no testemunho dos seus santos, nunca esqueceu que «os pecadores é que foram os autores, e como que os instrumentos, de todos os sofrimentos que o divino Redentor suportou» (436). Partindo do princípio de que os nossos pecados atingem Cristo em pessoa (437), a Igreja não hesita em imputar aos cristãos a mais grave responsabilidade no suplício de Jesus, responsabilidade que eles muitas vezes imputaram unicamente aos judeus:

«Devemos ter como culpados deste horrível crime os que continuam a recair nos seus pecados. Porque foram os nossos crimes que fizeram nosso Senhor Jesus Cristo suportar o suplício da cruz, é evidente que aqueles que mergulham na desordem e no mal crucificam de novo em seu coração, tanto quanto deles depende, o Filho de Deus, pelos seus pecados, expondo-O à ignomínia. E temos de reconhecer: o nosso crime, neste caso, é maior que o dos judeus. Porque eles, como afirma o Apóstolo, *«se tivessem conhecido a Sabedoria de Deus, não leriam crucificado o Senhor da glória» (1 Cor* 2, 8); ao passo que nós, pelo contrário, fazemos profissão de O conhecer: e, quando O renegamos pelos nossos actos, de certo modo levantamos contra Ele as nossas mãos assassinas» (438).

«Não foram os demónios que O pregaram na cruz, mas tu com eles O crucificaste, e ainda agora O crucificas quando te deleitas nos vícios e pecados» (439).

II. A morte redentora de Cristo no desígnio divino de salvação

«JESUS ENTREGUE, SEGUNDO O DESÍGNIO DETERMINADO DE DEUS»

599. A morte violenta de Jesus não foi fruto do acaso, nem coincidência infeliz de circunstâncias várias. Faz parte do mistério do desígnio de Deus, como Pedro explica aos judeus de Jerusalém, logo no seu primeiro discurso no dia de Pentecostes: «Depois de entregue, segundo o desígnio determinado e a previsão de Deus» *(Act* 2, 23). Esta linguagem bíblica não significa que os que «entregaram Jesus» (440) foram simples actores passivos dum drama previamente escrito por Deus.

600. A Deus, todos os momentos do tempo estão presentes na sua actualidade. Por isso, Ele estabelece o seu desígnio eterno de «predestinação», incluindo nele a resposta livre de cada homem à sua graça: «Na verdade, Herodes e Pôncio Pilatos uniram-se nesta cidade, com as nações pagãs e os povos de Israel, contra o vosso santo Servo Jesus, a quem ungistes (441). Cumpriram assim tudo o que o vosso poder e os vossos desígnios tinham de antemão decidido que se realizasse» (*Act* 4, 27-28). Deus permitiu os actos resultantes da sua cegueira (442), como fim de levar a cabo o seu plano de salvação (443).

«MORTO PELOS NOSSOS PECADOS, SEGUNDO AS ESCRITURAS»

601. Este plano divino de salvação, pela entrega à morte do «Servo, o Justo» (444), tinha sido de antemão anunciado na Escritura como um mistério de redenção universal, quer dizer, de resgate que liberta os homens da escravidão do pecado (445) São Paulo professa, numa confissão de fé que diz ter «recebido» (446), que «Cristo morreu pelos nossos pecados*segundo as Escrituras» (1 Cor* 15, 3) (447). A morte redentora de Jesus deu cumprimento sobretudo à

profecia do Servo sofredor (448). O próprio Jesus apresentou o sentido da sua vida e da sua morte à luz do Servo sofredor (449). Após a sua ressurreição, deu esta interpretação das Escrituras aos discípulos de Emaús (450) e depois aos próprios Apóstolos (451).

«POR NÓS, DEUS FÊ-LO PECADO»

602. Consequentemente, Pedro pôde formular assim a fé apostólica no plano divino da salvação: «fostes resgatados da vã maneira de viver herdada dos vossos pais, pelo sangue precioso de Cristo, como de um cordeiro sem defeito nem mancha, predestinado antes da criação do mundo e manifestado nos últimos tempos por nossa causa» *(1 Pe*1, 18-20). Os pecados dos homens, que se seguiram ao pecado original, foram castigados com a morte (452). Enviando o seu próprio Filho na condição de escravo (453), que era a de uma humanidade decaída e votada à morte por causa do pecado (454), «a Cristo, que não conhecera o pecado, Deus fê-lo pecado por amor de nós, para que, em Cristo, nos tornássemos justos aos olhos de Deus» *(2 Cor* 5, 21).

603. Jesus não conheceu a reprovação como se tivesse pecado pessoalmente (455). Mas, no amor redentor que constantemente O unia ao Pai (456), assumiu-nos no afastamento do nosso pecado em relação a Deus a ponto de, na cruz, poder dizer em nosso nome: «Meu Deus, meu Deus, por que Me abandonaste?» *(Mc* 15, 34) (457). Tendo-O feito solidário connosco, pecadores, «Deus não poupou o seu próprio Filho, mas entregou-O para morrer por nós todos» *(Rm* 8, 32), para que fôssemos «reconciliados com Ele pela morte do seu Filho» *(Rm* 5, 10).

DEUS TOMA A INICIATIVA DO AMOR REDENTOR UNIVERSAL

604. Entregando o seu Filho pelos nossos pecados, Deus manifesta que o seu plano sobre nós é um desígnio de amor benevolente, independente de qualquer mérito da nossa parte: «Nisto consiste o amor: não fomos nós que amámos a Deus, foi Deus que nos amou a nós e enviou o seu Filho como vítima de propiciação pelos nossos pecados» *(1 Jo* 4, 10) (458). «Deus prova assim o seu amor para

connosco: Cristo morreu por nós quando ainda éramos pecadores»*(Rm* 5, 8).

605. Este amor é sem exclusão. Jesus lembrou-o ao terminar a parábola da ovelha perdida: «Assim, não é da vontade do meu Pai, que está nos céus, que se perca um só destes pequeninos» *(Mt* 18, 14). E afirma «dar a Sua vida em resgate *pela multidão» (Mt* 20, 28). Esta última expressão não é restritiva: simplesmente contrapõe o conjunto da humanidade à pessoa única do redentor, que Se entrega para a salvar (459). No seguimento dos Apóstolos (460), a Igreja ensina que Cristo morreu por todos os homens, sem excepção: «Não há, não houve, nem haverá nenhum homem pelo qual Cristo não tenha sofrido» (461).

III. Cristo ofereceu-Se a Si mesmo ao Pai pelos nossos pecados

TODA A VIDA DE CRISTO É OBLAÇÃO AO PAI

606. O Filho de Deus, «descido do céu, não para fazer a sua vontade mas a do seu Pai, que O enviou» (462), «diz, ao entrar no mundo: [...] Eis-me aqui, [...] ó Deus, para fazer a tua vontade. [...] E em virtude dessa mesma vontade, é que nós fomos santificados, pela oferenda do corpo de Jesus Cristo, feita de uma vez para sempre» *(Heb* 10, 5-10). Desde o primeiro instante da sua Encarnação, o Filho faz seu o plano divino de salvação, no desempenho da sua missão redentora: «O meu alimento é fazer a vontade d'Aquele que Me enviou e realizar a sua obra» (*Jo* 4, 34). O sacrifício de Jesus «pelos pecados do mundo inteiro» *(1 Jo* 2, 2) é a expressão da sua comunhão amorosa com o Pai: «O Pai ama-Me, porque Eu dou a minha vida» (*Jo* 10, 17). «O mundo tem de saber que amo o Pai e procedo como o Pai Me ordenou»*(Jo* 14, 31).

607. Este desejo de fazer seu o plano do amor de redenção do seu Pai, anima toda a vida de Jesus (463). A sua paixão redentora é a razão de ser da Encarnação: «Pai, salva-Me desta hora! Mas por causa disto, é que Eu cheguei a esta hora» (*Jo* 12, 27). «O cálice que o Pai Me deu, não havia de bebê-lo?» *(Jo* 18, 11). E ainda na

cruz, antes de «tudo estar consumado»*(Jo* 19, 30), diz: «Tenho sede» *(Jo* 19, 28).

«O CORDEIRO QUE TIRA O PECADO DO MUNDO»

608. Depois de ter aceitado dar-Lhe o baptismo como aos pecadores (464), João Baptista viu e mostrou em Jesus o «Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo» (465). Manifestou deste modo que Jesus é, ao mesmo tempo, o Servo sofredor, que Se deixa levar ao matadouro sem abrir a boca (466), carregando os pecados das multidões (467), e o cordeiro pascal, símbolo da redenção de Israel na primeira Páscoa (468), Toda a vida de Cristo manifesta a sua missão: «servir e dar a vida como resgate pela multidão» (469).

JESUS PARTILHA LIVREMENTE O AMOR REDENTOR DO PAI

609. Ao partilhar, no seu coração humano, o amor do Pai para com os homens, Jesus «amou-os até ao fim» (*Jo* 13, 1), «pois não há maior amor do que dar a vida por aqueles que se ama» (*Jo* 15, 13). Assim, no sofrimento e na morte, a sua humanidade tornou-se instrumento livre e perfeito do seu amor divino, que quer a salvação dos homens (470). Com efeito, Ele aceitou livremente a sua paixão e morte por amor do Pai e dos homens a quem o Pai quer salvar: «Ninguém Me tira a vida. Sou Eu que a dou espontaneamente» (*Jo* 10, 18). Daí, a liberdade soberana do Filho de Deus, quando Ele próprio vai ao encontro da morte (471).

NA CEIA, JESUS ANTECIPOU A OBLAÇÃO LIVRE DA SUA VIDA

610. Jesus exprimiu de modo supremo a oblação livre de Si mesmo na refeição que tornou com os doze Apóstolos (472), na «noite em que foi entregue» *(1 Cor* 11, 23). Na véspera da sua paixão, quando ainda era livre, Jesus fez desta última Ceia com os Apóstolos o memorial da sua oblação voluntária ao Pai (473) para a salvação dos homens: «Isto é o meu Corpo, que vai ser *entregue* por vós» *(Lc* 22, 19). «Isto é o meu "Sangue da Aliança", que *vai ser derramado* por uma multidão, para remissão dos pecados» *(Mt* 26, 28).

611. A Eucaristia, que neste momento instituiu, será o «memorial» (474) do seu sacrifício. Jesus incluiu os Apóstolos na sua própria oferenda e pediu-lhes que a perpetuassem (475). Desse modo, instituiu os Apóstolos como sacerdotes da Nova Aliança: «Eu consagro-me por eles, para que também eles sejam consagrados na verdade» *(Jo* 17, 19) (476).

A AGONIA NO GETSÉMANI

612. O cálice da Nova Aliança, que Jesus antecipou na Ceia, oferecendo-Se a Si mesmo (477), é aceite seguidamente por Jesus das mãos do Pai, na agonia no Getsémani (478), fazendo-Se «obediente até á morte» *(Fl* 2, 8) (479). Na sua oração, Jesus diz: «Meu Pai, se é possível, que se afaste de Mim este cálice [...]» *(Mt* 26, 39). Exprime desse modo o horror que a morte representa para a sua natureza humana. Com efeito, esta, como a nossa, está destinada à vida eterna. Mas, diferentemente da nossa, é perfeitamente isenta do pecado (480) que causa a morte (481). E, sobretudo, é assumida pela pessoa divina do «Príncipe da Vida» (482), do «Vivente» (483). Aceitando, com a sua vontade humana, que se faça a vontade do Pai (484) aceita a sua morte enquanto redentora, para «suportar os nossos pecados no seu corpo, no madeiro da cruz» *(1 Pe* 2, 24).

A MORTE DE CRISTO É O SACRIFÍCIO ÚNICO E DEFINITIVO

613. A morte de Cristo é, ao mesmo tempo, o *sacrifício pascal* que realiza a redenção definitiva dos homens (485) por meio do «Cordeiro que tira o pecado do mundo» (486), e o*sacrifício da Nova Aliança* (487)que restabelece a comunhão entre o homem e Deus (488), reconciliando-o com Ele pelo «sangue derramado pela multidão, para a remissão dos pecados» (489).

614. Este sacrifício de Cristo é único, leva à perfeição e ultrapassa todos os sacrifícios (490). Antes de mais, é um dom do próprio Deus Pai: é o Pai que entrega o seu Filho para nos reconciliar consigo (491). Ao mesmo tempo, é oblação do Filho de Deus feito homem,

que livremente e por amor (492) oferece a sua vida (493) ao Pai pelo Espírito Santo (494) para reparar a nossa desobediência.

JESUS SUBSTITUI A NOSSA DESOBEDIÊNCIA PELA SUA OBEDIÊNCIA

615. «Como pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, pela obediência de um só, muitos se tornarão justos» *(Rm 5,* 19). Pela sua obediência até à morte, Jesus realizou a acção substitutiva do Servo sofredor, que oferece a sua vida como *sacrifício de expiação,* ao carregar com o pecado das multidões, que justifica carregando Ele próprio com as suas faltas (495). Jesus reparou as nossas faltas e satisfez ao Pai pelos nossos pecados (496).

NA CRUZ, JESUS CONSUMA O SEU SACRIFÍCIO

616. É o «amor até ao fim» (497) que confere ao sacrifício de Cristo o valor de redenção e reparação, de expiação e satisfação. Ele conheceu-nos e amou-nos a todos no oferecimento da sua vida (498). «O amor de Cristo nos pressiona, ao pensarmos que um só morreu por todos e que todos, portanto, morreram» (2 *Cor 5,* 14). Nenhum homem, ainda que fosse o mais santo, estava em condições de tornar sobre si os pecados de todos os homens e de se oferecer em sacrifício por todos. A existência, em Cristo, da pessoa divina do Filho, que ultrapassa e ao mesmo tempo abrange todas as pessoas humanas e O constitui cabeça de toda a humanidade, é que torna possível o seu sacrifício redentor *por todos.*

617. «Sua sanctissima passione in ligno crucis nobis justificationem meruit – Pela sua santíssima paixão no madeiro da cruz, Ele mereceu-nos a justificação» – ensina o Concílio de Trento (499), sublinhando o carácter único do sacrifício de Cristo como fonte de salvação eterna (500). E a Igreja venera a Cruz cantando: «O crux, ave, spes unica! – Avé, ó cruz, esperança única!» (501).

A NOSSA PARTICIPAÇÃO NO SACRIFÍCIO DE CRISTO

618. A cruz é o único sacrifício de Cristo, mediador único entre Deus e os homens (502). Mas porque, na sua pessoa divina encarnada. «Ele Se uniu, de certo modo, a cada homem» (503), «a todos dá a possibilidade de se associarem a este mistério pascal, por um modo só de Deus conhecido» (504). Convida os discípulos a tomarem a sua cruz e a segui-Lo(505) porque sofreu por nós, deixando-nos o exemplo, para que sigamos os seus passos (506). De facto, quer associar ao seu sacrifício redentor aqueles mesmos que são os primeiros beneficiários (507). Isto realiza-se, em sumo grau, em sua Mãe, associada, mais intimamente do que ninguém, ao mistério do seu sofrimento redentor (508):

Há uma só escada verdadeira fora do paraíso; fora da cruz, não há outra escada por onde se suba ao céu» (509).

Resumindo:

619. *«Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras» (1 Cor 15, 3).*

620. *A nossa salvação procede da iniciativa amorosa de Deus em nosso favor, pois «foi Ele que nos amou a nós e enviou o seu Filho como vítima de propiciação pelos nossos pecados» (1 Jo 4, 10). «Foi Deus que, em Cristo, reconciliou consigo o mundo» (2 Cor 5, 19).*

621. *Jesus ofereceu-Se livremente para nossa salvação. Este dom, significa-o e realiza-o Ele, de antemão, durante a Ultimo Ceia: «Isto é o meu Corpo, que vai ser entregue por vós» (Lc 22, 19).*

622. *Nisto consiste a redenção de Cristo: Ele «veio dar a sua vida em resgate pela multidão»(Mt 20, 28), quer dizer; veio «amuar os seus até ao fim» (Jo 13, 1), para que fossem libertos da má conduta herdada dos seus pais* (510).

623. *Pela sua obediência amorosa ao Pai, «até d morte de cruz» (Fl 2, 8), Jesus cumpriu a missão expiatória* (511) *do Servo sofredor, que justifica as multidões, tomando sobre Si o peso das suas faltas (Is 53, 11)* (512).

PARÁGRAFO 3: JESUS CRISTO FOI SEPULTADO

624. «Pela graça de Deus, ele experimentou a morte, para proveito de todos» *(Heb* 2, 9). No seu plano de salvação, Deus dispôs que o seu Filho, não só «morresse pelos nossos pecados»*(1 Cor* 15, 3), mas também «saboreasse a morte», isto é, conhecesse o estado de morte, o estado de separação entre a sua alma e o seu corpo, durante o tempo compreendido entre o momento em que expirou na cruz e o momento em que ressuscitou. Este estado de Cristo morto é o mistério do sepulcro e da descida à mansão dos mortos. É o mistério do Sábado Santo, em que Cristo, depositado no túmulo (513), manifesta o repouso sabático de Deus (514) depois da realização (515) da salvação dos homens, que pacifica todo o universo (516).

O CORPO DE CRISTO NO SEPULCRO

625. A permanência do corpo de Cristo no túmulo constitui o laço real entre o estado passível de Cristo antes da Páscoa e o seu estado glorioso actual de ressuscitado. É a mesma pessoa do «Vivente» que pode dizer: «Estive morto e eis-Me vivo pelos séculos dos séculos» (*Ap* 1, 18):

«É este o mistério do desígnio de Deus àcerca da morte e da ressurreição dos mortos: se Ele não impediu que a morte separasse a alma do corpo, segundo a ordem necessária da natureza: mas juntou-os de novo um ao outro pela ressurreição, a fim de *ser Ele próprio na sua pessoa o ponto de encontro da morte e da vida,* suspendendo em Si a decomposição da natureza produzida pela morte e tornando-Se, Ele próprio, princípio de reunião para as partes separadas» (517).

626. Uma vez que o «Príncipe da Vida», a quem deram a morte (518), é precisamente o mesmo «Vivente que ressuscitou» (519), é forçoso que a pessoa divina do Filho de Deus tenha continuado a assumir a alma e o corpo, separados um do outro pela morte:

«Embora Cristo, enquanto homem tenha sofrido a morte e a sua santa alma tenha sido separada do seu corpo imaculado, nem por

isso a divindade se separou, de nenhum modo, nem da alma nem do corpo: e nem por isso a Pessoa única foi dividida em duas. Tanto o corpo como a alma tiveram existência simultânea, desde o início, na Pessoa do Verbo; e, apesar de na morte terem sido separados, nenhum dos dois deixou de subsistir na Pessoa única do Verbo» (520).

«NÃO DEIXAREIS O VOSSO SANTO SOFRER A CORRUPÇÃO»

627. A morte de Cristo foi uma verdadeira morte, na medida em que pôs fim à sua existência humana terrena. Mas por causa da união que a Pessoa do Filho manteve com o seu corpo, este não se tornou um despojo mortal como os outros, porque «não era possível que Ele ficasse sob o domínio» da morte *(Act 2,* 24) e, por isso, «o poder divino preservou o corpo de Cristo da corrupção» (521). De Cristo pode dizer-se ao mesmo tempo: «Foi cortado da terra dos vivos» (*Is* 53, 8) e: «A minha carne repousará na esperança, porque Tu não abandonarás a minha alma na mansão dos mortos, nem deixarás que o teu santo conheça a corrupção» (Act 2, 26-27) (522). A ressurreição de Jesus «ao terceiro dia» *(1 Cor* 15, 4; *Lc* 24, 46) (523) era disso sinal, até porque se julgava que a corrupção começava a manifestar-se a partir do quarto dia (524).

«SEPULTADOS COM CRISTO...»

628. O Baptismo, cujo sinal original e pleno é a imersão, significa eficazmente a descida ao túmulo, por parte do cristão que morre para o pecado com Cristo, com vista a uma vida nova. «Fomos sepultados com Ele, pelo Baptismo, na sua morte, para que, assim como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, também nós vivamos uma vida nova» *(Rm* 6, 4) (525).

Resumindo:

629. *Para benefício de todos os homens, Jesus experimentou a morte* (526). *Foi, de verdade, o Filho de Deus feito homem que morreu e foi sepultado.*

630. *Durante a permanência de Cristo no túmulo, a sua pessoa divina continuou a assumir tanto a alma como o corpo, apesar de separados entre si pela morte. Por isso, o corpo de Cristo morto «não sofreu a corrupção» (Act 13,37).*

ARTIGO 5: «JESUS CRISTO DESCEU À MANSÃO DOS MORTOS, AO TERCEIRO DIA RESSUSCITOU DOS MORTOS»

631. «Jesus desceu às regiões inferiores da Terra. Aquele que desceu é precisamente o mesmo que subiu» *(Ef* 4, 9-10). O Símbolo dos Apóstolos confessa, num mesmo artigo da fé, a descida de Cristo a mansão dos mortos e a sua ressurreição dos mortos ao terceiro dia, porque, na sua Páscoa, é da profundidade da morte que Ele faz jorrar a vida:

«Christus, Filius tuus,
qui, regressos ab inferis,
humano generi serenus illuxit,
et vivit et regnat in saecula saeculorum. Amen».
«Jesus Cristo, vosso Filho,
que, ressuscitando de entre os mortos,
iluminou o género humano com a sua luz e a sua paz
e vive glorioso pelos séculos dos séculos. Ámen» (527).

PARÁGRAFO 1: CRISTO DESCEU À MANSÃO DOS MORTOS

632. As frequentes afirmações do Novo Testamento, segundo as quais Jesus «ressuscitou de entre os mortos» *(1 Cor* 15, 20) (528), pressupõem que, anteriormente à ressurreição, Ele tenha estado na mansão dos mortos (529) este o sentido primeiro dado pela pregação apostólica à descida de Jesus à mansão dos mortos: Jesus conheceu a morte, como todos os homens, e foi ter com eles à morada dos mortos. Porém, desceu lá como salvador proclamando a Boa-Nova aos espíritos que ali estavam prisioneiros (530).

633. A morada dos mortos, a que Cristo morto desceu, é chamada pela Escritura os infernos, Sheol ou Hades (531), porque aqueles que aí se encontravam estavam privados da visão de Deus (532). Tal era o caso de todos os mortos, maus ou justos, enquanto esperavam

o Redentor (533), o que não quer dizer que a sua sorte fosse idêntica, como Jesus mostra na parábola do pobre Lázaro, recebido no «seio de Abraão» (534). «Foram precisamente essas almas santas, que esperavam o seu libertador no seio de Abraão, que Jesus Cristo libertou quando desceu à mansão dos mortos» (535). Jesus não desceu à mansão dos mortos para de lá libertar os condenados (536), nem para abolir o inferno da condenação (537), mas para libertar os justos que O tinham precedido (538).

634. «A Boa-Nova foi igualmente anunciada aos mortos...» (*1 Pe* 4, 6). A descida à mansão dos mortos é o cumprimento, até à plenitude, do anúncio evangélico da salvação. É a última fase da missão messiânica de Jesus, fase condensada no tempo, mas imensamente vasta no seu significado real de extensão da obra redentora a todos os homens de todos os tempos e de todos os lugares, porque todos aqueles que se salvaram se tornaram participantes da redenção.

635. Cristo, portanto, desceu aos abismos da morte (539), para que «os mortos ouvissem a voz do Filho do Homem e os que a ouvissem, vivessem» (*Jo* 5, 25). Jesus, «o Príncipe da Vida» (540), «pela sua morte, reduziu à impotência aquele que tem o poder da morte, isto é, o Diabo, e libertou quantos, por meio da morte, se encontravam sujeitos à servidão durante a vida inteira» *(Heb 2,* 14-15). Desde agora, Cristo ressuscitado «detém as chaves da morte e do Hades» (*Ap* 1, 18) e «ao nome de Jesus todos se ajoelhem, no céu, na terra e nos abismos» (*Fl* 2, 10).

«Um grande silêncio reina hoje sobre a terra; um grande silêncio e uma grande solidão. Um grande silêncio, porque o rei dorme. A terra estremeceu e ficou silenciosa, porque Deus adormeceu segundo a carne e despertou os que dormiam há séculos [...]. Vai à procura de Adão, nosso primeiro pai, a ovelha perdida. Quer visitar os que jazem nas trevas e nas sombras da morte. Vai libertar Adão do cativeiro da morte. Ele que é ao mesmo tempo seu Deus e seu filho [...] "Eu sou o teu Deus, que por ti me fiz teu filho [...] Desperta tu que dormes, porque Eu não te criei para que permaneças cativo no

reino dos mortos: levanta-te de entre os mortos; Eu sou a vida dos mortos"» (541).

Resumindo:

636. *Na expressão «Jesus desceu à mansão dos mortos», o Símbolo confessa que Jesus morreu realmente, e que, por ter morrido por nós, venceu a morte e o Diabo «que tem o poder da morte» (Heb 2, 14).*

637. *Cristo morto, na sua alma unida à pessoa divina, desceu à morada dos mortos. E abriu aos justos, que O tinham precedido, as portas do céu.*

PARÁGRAFO 2: AO TERCEIRO DIA, RESSUSCITOU DOS MORTOS

638. «Nós vos anunciamos a Boa-Nova de que a promessa feita aos nossos pais, a cumpriu Deus para nós, seus filhos, ao ressuscitar Jesus» *(Act* 13, 32-33). A ressurreição de Jesus é a verdade culminante da nossa fé em Cristo, acreditada e vivida como verdade central pela primeira comunidade cristã, transmitida como fundamental pela Tradição, estabelecida pelos documentos do Novo Testamento, pregada como parte essencial do mistério pascal, ao mesmo tempo que a cruz:

«Cristo ressuscitou dos mortos.
Pela Sua morte venceu a morte,
e aos mortos deu a vida» (542).

I. Acontecimento histórico e transcendente

639. O mistério da ressurreição de Cristo é um acontecimento real, com manifestações historicamente verificadas, como atesta o Novo Testamento. Já São Paulo, por volta do ano 56, pôde escrever aos Coríntios: «Transmiti-vos, em primeiro lugar, o mesmo que havia recebido: Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, e foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras: a seguir, apareceu a Pedro, depois aos Doze» *(1 Cor* 15, 3-4). O Apóstolo fala aqui da *tradição viva* da ressurreição, de que

tinha tomado conhecimento após a sua conversão, às portas de Damasco (543).

O TÚMULO VAZIO

640. «Por que motivo procurais entre os mortos Aquele que está vivo? Não está aqui, ressuscitou» (*Lc* 24, 5-6). No quadro dos acontecimentos da Páscoa, o primeiro elemento que se nos oferece é o sepulcro vazio. Isso não é, em si, uma prova directa. A ausência do corpo de Cristo do sepulcro poderia explicar-se doutro modo (544). Apesar disso, o sepulcro vazio constitui, para todos, um sinal essencial. A descoberta do facto pelos discípulos foi o primeiro passo para o reconhecimento do facto da ressurreição. Foi, primeiro, o caso das santas mulheres (545), depois o de Pedro (546). «O discípulo que Jesus amava» (*Jo* 20, 2) afirma que, ao entrar no sepulcro vazio e ao descobrir «os lençóis no chão» (*Jo* 20, 6), «viu e acreditou» (547); o que supõe que ele terá verificado, pelo estado em que ficou o sepulcro vazio '", que a ausência do corpo de Jesus não podia ter sido obra humana e que Jesus não tinha simplesmente regressado a uma vida terrena, como fora o caso de Lázaro (549).

AS APARIÇÕES DO RESSUSCITADO

641. Maria Madalena e as santas mulheres, que vinham para acabar de embalsamar o corpo de Jesus (550), sepultado à pressa por causa do início do «Sábado», no fim da tarde de Sexta-feira Santa (551), foram as primeiras pessoas a encontra-se com o Ressuscitado (552). Assim, as mulheres foram as primeiras mensageiras da ressurreição de Cristo para os próprios Apóstolos (553). Em seguida, foi a eles que Jesus apareceu: primeiro a Pedro, depois aos Doze (554). Pedro, incumbido de consolidar a fé dos seus irmãos (555), vê, portanto, o Ressuscitado antes deles e é com base no seu testemunho que a comunidade exclama: «Realmente, o Senhor ressuscitou e apareceu a Simão» *(Lc* 24, 34.36).

642. Tudo quanto aconteceu nestes dias pascais empenha cada um dos Apóstolos – e muito particularmente Pedro – na construção da era nova, que começa na manhã do dia de Páscoa. Como

testemunhas do Ressuscitado, eles são as pedras do alicerce da sua Igreja. A fé da primeira comunidade dos crentes está fundada no testemunho de homens concretos, conhecidos dos cristãos e, a maior parte, vivendo ainda entre eles. Estas «testemunhas da ressurreição de Cristo» (556) são, em primeiro lugar, Pedro e os Doze. Mas há outros: Paulo fala claramente de mais de quinhentas pessoas às quais Jesus apareceu em conjunto, além de Tiago e de todos os Apóstolos (557).

643. Perante estes testemunhos, é impossível interpretar a ressurreição de Cristo fora da ordem física e não a reconhecer como um facto histórico. Resulta, dos factos, que a fé dos discípulos foi submetida à prova radical da paixão e morte de cruz do seu Mestre, por este de antemão anunciada (558). O abalo provocado pela paixão foi tão forte que os discípulos (pelo menos alguns) não acreditaram imediatamente na notícia da ressurreição. Longe de nos apresentar uma comunidade tomada de exaltação mística, os evangelhos apresentam-nos os discípulos abatidos (de «rosto sombrio»: *Lc* 24, 17) e apavorados (559). Foi por isso que não acreditaram nas santas mulheres, regressadas da sua visita ao túmulo, e «as suas narrativas pareceram-lhe um desvario» (*Lc* 24, 11) (560). Quando Jesus apareceu aos onze, na tarde do dia de Páscoa, «censurou-lhes a falta de fé e a teimosia em não quererem acreditar naqueles que O tinham visto ressuscitado» *(Mc* 16, 14).

644. Mesmo confrontados com a realidade de Jesus Ressuscitado, os discípulos ainda duvidam (561) de tal modo isso lhes parecia impossível: julgavam ver um fantasma (562). «Por causa da alegria, estavam ainda sem querer acreditar e cheios de assombro» (*Lc* 24, 41). Tomé experimentará a mesma provação da dúvida (563), e quando da última aparição na Galileia, referida por Mateus, «alguns ainda duvidavam» *(Mt* 28, 17).É por isso que a hipótese, segundo a qual a ressurreição teria sido um «produto» da fé (ou da credulidade) dos Apóstolos, é inconsistente. Pelo contrário, a sua fé na ressurreição nasceu — sob a acção da graça divina da experiência directa da realidade de Jesus Ressuscitado.

O ESTADO DA HUMANIDADE RESSUSCITADA DE CRISTO

645. Jesus Ressuscitado estabeleceu com os seus discípulos relações directas, através do contacto físico (564) e da participação na refeição (565). Desse modo, convida-os a reconhecer que não é um espírito (566), e sobretudo a verificar que o corpo ressuscitado, com o qual se lhes apresenta, é o mesmo que foi torturado e crucificado, pois traz ainda os vestígios da paixão (567). No entanto, este corpo autêntico e real possui, ao mesmo tempo, as propriedades novas dum corpo glorioso: não está situado no espaço e no tempo, mas pode, livremente, tornar-se presente onde e quando quer (568), porque a sua humanidade já não pode ser retida sobre a terra e já pertence exclusivamente ao domínio divino do Pai (569). Também por este motivo, Jesus Ressuscitado é soberanamente livre de aparecer como quer: sob a aparência dum jardineiro (570) ou «com um aspecto diferente» *(Mc* 16, 12) daquele que era familiar aos discípulos; e isso, precisamente, para lhes despertar a fé (571).

646. A ressurreição de Cristo não foi um regresso à vida terrena, como no caso das ressurreições que Ele tinha realizado antes da Páscoa: a filha de Jairo, o jovem de Naim e Lázaro. Esses factos eram acontecimentos milagrosos, mas as pessoas miraculadas reencontravam, pelo poder de Jesus, uma vida terrena «normal»: em dado momento, voltariam a morrer. A ressurreição de Cristo é essencialmente diferente. No seu corpo ressuscitado, Ele passa do estado de morte a uma outra vida, para além do tempo e do espaço. O corpo de Cristo é, na ressurreição, cheio do poder do Espírito Santo; participa da vida divina no estado da sua glória, de tal modo que São Paulo pode dizer de Cristo que Ele é o «homem celeste» (572).

A RESSURREIÇÃO COMO ACONTECIMENTO TRANSCENDENTE

647. «Oh noite bendita! – canta o «Exultet» pascal – única a ter conhecimento do tempo e da hora em que Cristo ressuscitou do sepulcro» (573). Com efeito, ninguém foi testemunha ocular do acontecimento da ressurreição propriamente dita e nenhum evangelista o descreve. Ninguém pôde dizer como ela se deu,

fisicamente. Ainda menos a sua essência mais íntima, a passagem a uma outra vida, foi perceptível aos sentidos. Acontecimento histórico comprovado pelo sinal do túmulo vazio e pela realidade dos encontros dos Apóstolos com Cristo Ressuscitado, nem por isso a ressurreição deixa de estar, naquilo em que transcende e ultrapassa a história, no próprio centro do mistério da fé. Foi por isso que Cristo Ressuscitado não Se manifestou ao mundo (574), mas aos discípulos, «aos que com Ele tinham subido da Galileia a Jerusalém» e que «são agora testemunhas de Jesus junto do povo» *(Act* 13, 31).

II. A ressurreição – obra da Santíssima Trindade

648. A ressurreição de Cristo é objecto de fé, na medida em que é uma intervenção transcendente do próprio Deus na criação e na história. Nela, as três pessoas divinas agem em conjunto e manifestam a sua originalidade própria: realizou-se pelo poder do Pai, que «ressuscitou» *(Act 2,* 24) Cristo seu Filho, e assim introduziu de modo perfeito a sua humanidade – com o seu corpo – na Trindade. Jesus foi divinamente revelado «Filho de Deus em todo o seu poder, pela sua ressurreição de entre os mortos» (*Rm* 1, 4). São Paulo insiste na manifestação do poder de Deus (575) por obra do Espírito, que vivificou a humanidade morta de Jesus e a chamou ao estado glorioso de Senhor.

649. Quanto ao Filho, Ele opera a sua própria ressurreição em virtude do seu poder divino. Jesus anuncia que o Filho do Homem deverá sofrer muito, e depois ressuscitar (no sentido activo da palavra (576)). Aliás, é d'Ele esta afirmação explícita: «Eu dou a minha vida para retomá-la [...] Tenho o poder de a dar e o poder de a retomar» *(Jo* 10, 17-18). «Nós cremos que Jesus morreu e depois ressuscitou» (1 *Ts* 4, 14).

650. Os Santos Padres contemplam a ressurreição a partir da pessoa divina de Cristo, que ficou unida à sua alma e ao seu corpo, separados entre si pela morte: «Pela unidade da natureza divina, que continua presente em cada uma das duas partes do homem, estas unem-se de novo. Assim, a morte é produzida pela separação do

composto humano e a ressurreição pela união das duas partes separadas» (577).

III. Sentido e alcance salvífico da ressurreição

651. «Se Cristo não ressuscitou, então a nossa pregação é vã e também é vã a vossa fé» *(1 Cor* 15, 14). A ressurreição constitui, antes de mais, a confirmação de tudo quanto Cristo em pessoa fez e ensinou. Todas as verdades, mesmo as mais inacessíveis ao espírito humano, encontram a sua justificação se, ressuscitando, Cristo deu a prova definitiva, que tinha prometido, da sua autoridade divina.

652. A ressurreição de Cristo é o *cumprimento das promessas* do Antigo Testamento (578) e do próprio Jesus, durante a sua vida terrena (579). A expressão «segundo as Escrituras» (580) indica que a ressurreição de Cristo cumpriu essas predições.

653. A verdade da *divindade de Jesus* é confirmada pela ressurreição. Ele tinha dito: «Quando elevardes o Filho do Homem, então sabereis que "Eu Sou"» *(Jo* 8, 28). A ressurreição do Crucificado demonstrou que Ele era verdadeiramente «Eu Sou», o Filho de Deus e Ele próprio Deus. São Paulo pôde declarar aos judeus: «E nós vos anunciamos a Boa-Nova de que a promessa feita aos nossos pais, cumpriu-a Deus para os filhos deles ao ressuscitar Jesus, como justamente está escrito no Salmo segundo: "Tu és meu Filho, Eu gerei-Te hoje"» (*Act* 13, 32-33) (581). O mistério da ressurreição de Cristo está estreitamente ligado ao mistério da Encarnação do Filho de Deus. É dele o cumprimento, segundo o desígnio eterno de Deus.

654. Existe um duplo aspecto no mistério pascal: pela sua morte, Cristo liberta-nos do pecado; pela sua ressurreição, abre-nos o acesso a uma nova vida. Esta é, antes de mais, *a justificação,* que nos repõe na graça de Deus (582), «para que, assim como Cristo ressuscitou dos mortos [...], também nós vivamos uma vida nova» (*Rm* 6, 4). Esta consiste na vitória sobre a morte do pecado e na nova participação na graça (583); realiza a *adopção filial,*porque os homens tornam-se irmãos de Cristo, como o próprio Jesus chama

aos discípulos depois da ressurreição: «Ide anunciar aos meus irmãos» *(Mt* 28, 10) (584). Irmãos, não por natureza, mas por dom da graça, porque esta filiação adoptiva proporciona uma participação real na vida do Filho, plenamente revelada na sua ressurreição.

655. Finalmente, a ressurreição de Cristo – e o próprio Cristo Ressuscitado – é princípio e fonte da *nossa ressurreição futura:* «Cristo ressuscitou dos mortos como primícias dos que morreram [...]. Do mesmo modo que em Adão todos morreram, assim também em Cristo serão todos restituídos à vida» *(1 Cor* 15, 20-22). Na expectativa de que isto se realize, Cristo Ressuscitado vive no coração dos seus fiéis. N'Ele, os cristãos «saboreiam as maravilhas do mundo vindouro» *(Heb* 6, 5) e a sua vida é atraída por Cristo para o seio da vida divina (585), «para que os vivos deixem de viver para si próprios, mas vivam para Aquele que morreu e ressuscitou por eles» *(2 Cor* 5, 15).

Resumindo:

656. *A fé na ressurreição tem por objecto um acontecimento, ao mesmo tempo historicamente testemunhado pelos discípulos (que realmente encontraram o Ressuscitado) e misteriosamente transcendente, enquanto entrada da humanidade de Cristo na glória de Deus.*

657. *O sepulcro vazio e os lençóis deixados no chão significam, por* si *mesmos, que o corpo de Cristo escapou aos laços da morte e da corrupção, pelo poder de Deus. E preparam os discípulos para o encontro com o Ressuscitado.*

658. *Cristo, «primogénito de entre os mortos» (Cl 1, 18), é o princípio da nossa própria ressurreição, desde agora pela justificação da nossa alma (*586), *mais tarde pela vivificação do nosso corpo* (587).

ARTIGO 6: «JESUS SUBIU AOS CÉUS E ESTÁ SENTADO À DIREITA DE DEUS, PAI TODO-PODEROSO»

659. «Então, o Senhor Jesus, depois de lhes ter falado, foi elevado ao céu e sentou-se à direita de Deus» *(Mc* 16, 19). O corpo de Cristo foi glorificado desde o momento da sua ressurreição, como o provam as propriedades novas e sobrenaturais de que, a partir de então, ele goza permanentemente (588). Mas, durante os quarenta dias em que vai comer e beber familiarmente com os discípulos (589) e instruí-los sobre o Reino (590), a sua glória fica ainda velada sob as aparências duma humanidade normal (591). A última aparição de Jesus termina com a entrada irreversível da sua humanidade na glória divina, simbolizada pela nuvem (592) e pelo céu (593). onde a partir de então, está sentado à direita de Deus (594). Só de modo absolutamente excepcional e único é que Se mostrará a Paulo, «como a um aborto»*(1 Cor* 15, 8), numa última aparição que o constitui Apóstolo (595).

660. O carácter velado da glória do Ressuscitado, durante este tempo, transparece na sua misteriosa palavra a Maria Madalena: « [...] ainda não subi para o Pai. Vai ter com os meus irmãos e diz-lhes que vou subir para o meu Pai e vosso Pai, para o meu Deus e vosso Deus» (*Jo* 20, 17). Isto indica uma diferença entre a manifestação da glória de Cristo Ressuscitado e a de Cristo exaltado à direita do Pai. O acontecimento da ascensão, ao mesmo tempo histórico e transcendente, marca a transição duma para a outra.

661. Esta última etapa continua intimamente unida à primeira, isto é, à descida do céu realizada na Encarnação. Só Aquele que «saiu do Pai» pode «voltar para o Pai»: Cristo (596). «Ninguém subiu ao céu senão Aquele que desceu do céu: o Filho do Homem» (*Jo* 3, 13) (597). Abandonada às suas forças naturais, a humanidade não tem acesso à «Casa do Pai» (598), à vida e à felicidade de Deus. Só Cristo Ode abrir ao homem este acesso: «subindo aos céus, como nossa cabeça e primogénito, deu-nos a esperança de irmos um dia ao seu encontro, como membros do seu corpo» (599).

662. «E Eu, uma vez elevado da terra, atrairei todos a Mim» *(Jo* 12, 32). A elevação na cruz significa e anuncia a elevação da ascensão aos céus. É o princípio dela, Jesus Cristo, o único sacerdote da nova

e eterna Aliança, «não entrou num santuário feito por homens [...]. Entrou no próprio céu, a fim de agora se apresentar diante de Deus em nosso favor» *(Heb* 9, 24). Nos céus, Cristo exerce permanentemente o seu sacerdócio, «sempre vivo para interceder a favor daqueles que, por seu intermédio, se aproximam de Deus» *(Heb 7, 25).* Como «sumo sacerdote dos bens futuros» (*Heb* 9, 11), Ele é o centro e o actor principal da liturgia que honra o Pai que está nos céus (600).

663. Doravante, Cristo *está sentado à direita do Pai:* «Por direita do Pai entendemos a glória e a honra da divindade, em cujo seio Aquele que, antes de todos os séculos, existia como Filho de Deus, como Deus e consubstancial ao Pai, tomou assento corporalmente desde que encarnou e o seu corpo foi glorificado» (601).

664. Sentar-se à direita do Pai significa a inauguração do Reino messiânico, cumprimento da visão do profeta Daniel a respeito do Filho do Homem: «Foi-Lhe entregue o domínio, a majestade e a realeza, e todos os povos, nações e línguas O serviram. O seu domínio é um domínio eterno, que não passará jamais, e a sua realeza não será destruída» *(Dn* 7, 14). A partir deste momento, os Apóstolos tornaram-se as testemunhas do «Reino que não terá fim» (602).

Resumindo:

665. *A ascensão de Cristo marca a entrada definitiva da humanidade de Jesus no domínio celeste de Deus, de onde há-de voltar* (603) *mas que, entretanto, O oculta aos olhos dos homens* (604).

666*.* *Jesus Cristo, cabeça da Igreja, precede-nos no Reino glorioso do Pai, para que nós, membros do seu corpo, vivamos na esperança de estarmos um dia eternamente com Ele.*

667*.* *Jesus Cristo, tendo entrado, uma vez por todas, no santuário dos céus, intercede incessantemente por nós, como mediador que nos garante permanentemente a efusão do Espírito Santo.*

ARTIGO 7: «DE ONDE HÁ-DE VIR A JULGAR OS VIVOS E OS MORTOS»

I. «Voltará na sua glória»

CRISTO REINA, DESDE JÁ, PELA IGREJA...

668. «Cristo morreu e voltou à vida para ser Senhor dos mortos e dos vivos» *(Rm* 14, 9). A ascensão de Cristo aos céus significa a sua participação, na sua humanidade, no poder e autoridade do próprio Deus. Jesus Cristo é Senhor: Ele possui todo o poder nos céus e na Terra. Está «acima de todo o principado, poder, virtude e soberania», porque o Pai «tudo submeteu a seus pés»*(Ef* 1, 20-22). Cristo é o Senhor do cosmos (605) e da história, N'Ele, a história do homem, e até a criação inteira, encontram a sua «recapitulação» (606), o seu acabamento transcendente.

669. Como Senhor, Cristo é também a cabeça da Igreja, que é o seu corpo (607). Elevado ao céu e glorificado, tendo assim cumprido plenamente a sua missão, continua na terra por meio da Igreja. A redenção é a fonte da autoridade que Cristo, em virtude do Espírito Santo, exerce sobre a Igreja (608). «O Reino de Cristo já está misteriosamente presente na Igreja» (609), «gérmen e princípio deste mesmo Reino na Terra» (610).

670. Depois da ascensão, o desígnio de Deus entrou na sua consumação. Estamos já na «última hora» *(1 Jo 2,* 18) (611). «Já chegou pois, a nós, a plenitude dos tempos, a renovação do mundo já está irrevogavelmente adquirida e, de certo modo, encontra-se já realmente antecipada neste tempo: com efeito, ainda aqui na Terra, a Igreja está aureolada de uma verdadeira, embora imperfeita, santidade» (612). O Reino de Cristo manifesta já a sua presença pelos sinais miraculosos (613) que acompanham o seu anúncio pela Igreja (614).

... À ESPERA DE QUE TUDO LHE SEJA SUBMETIDO

671. Já presente na sua Igreja, o Reino de Cristo, contudo, ainda não está acabado «em poder e glória» *(Lc* 21, 27) (615) pela vinda

do Rei à terra. Este Reino ainda é atacado pelos poderes do mal (616), embora estes já tenham sido radicalmente vencidos pela Páscoa de Cristo. Até que tudo Lhe tenha sido submetido (617), «enquanto não se estabelecem os novos céus e a nova terra, em que habita a justiça, a Igreja peregrina, nos seus sacramentos e nas suas instituições, que pertencem à presente ordem temporal, leva a imagem passageira deste mundo e vive no meio das criaturas que gemem e sofrem as dores do parto, esperando a manifestação dos filhos de Deus» (618). Por este motivo, os cristãos oram, sobretudo na Eucaristia (619), para que se apresse o regresso de Cristo (620), dizendo-Lhe: «Vem, Senhor» (Ap 22, 20) (621).

672. Cristo afirmou, antes da sua ascensão, que ainda não era a hora do estabelecimento glorioso do Reino messiânico esperado por Israel (622), o qual devia trazer a todos os homens, segundo os profetas (623), a ordem definitiva da justiça, do amor e da paz. O tempo presente é, segundo o Senhor, o tempo do Espírito e do testemunho (624) mas é também um tempo ainda marcado pela «desolação» (625) e pela provação do mal (626), que não poupa a Igreja (627) e inaugura os combates dos últimos dias (628). É um tempo de espera e de vigília (629).

A VINDA GLORIOSA DE CRISTO, ESPERANÇA DE ISRAEL

673. A partir da ascensão, a vinda de Cristo na glória está iminente (630) mesmo que não nos «pertença saber os tempos ou os momentos que o Pai determinou com a sua autoridade» (*Act*1, 7) (631). Este advento escatológico pode realizar-se a qualquer momento (632), ainda que esteja «retido», ele e a provação final que o há-de preceder (633).

674. A vinda do Messias glorioso está pendente, a todo o momento da história (634), do seu reconhecimento por «todo o Israel» (635), do qual «uma parte se endureceu» (636) na «incredulidade» *(Rm* 11, 20) em relação a Jesus. E Pedro quem diz aos judeus de Jerusalém, após o Pentecostes: «Arrependei-vos, pois, e convertei-vos, para que os pecados vos sejam perdoados. Assim, o Senhor fará que venham os tempos de alívio e vos mandará o Messias Jesus, que de

antemão vos foi destinado. O céu tem de O conservar até à altura da restauração universal, que Deus anunciou pela boca dos seus santos profetas de outrora» *(Act 3,* 19-21). E Paulo faz-se eco destas palavras: «Se da sua rejeição resultou a reconciliação do mundo, o que será a sua reintegração senão uma ressurreição de entre os mortos?» *(Rm* 11, 15). A entrada da totalidade dos judeus (637) na salvação messiânica, a seguir à «conversão total dos pagãos» (638), dará ao povo de Deus ocasião de «realizar a plenitude de Cristo» *(Ef*4, 13), na qual «Deus será tudo em todos» (1 *Cor* 15, 2).

A ÚLTIMA PROVA DA IGREJA

675. Antes da vinda de Cristo, a Igreja deverá passar por uma prova final, que abalará a fé de numerosos crentes (639). A perseguição, que acompanha a sua peregrinação na Terra (640), porá a descoberto o «mistério da iniquidade», sob a forma duma impostura religiosa, que trará aos homens uma solução aparente para os seus problemas, à custa da apostasia da verdade. A suprema impostura religiosa é a do Anticristo, isto é, dum pseudo-messianismo em que o homem se glorifica a si mesmo, substituindo-se a Deus e ao Messias Encarnado (641).

676. Esta impostura anticrística já se esboça no mundo, sempre que se pretende realizar na história a esperança messiânica, que não pode consumar-se senão para além dela, através do juízo escatológico. A Igreja rejeitou esta falsificação do Reino futuro, mesmo na sua forma mitigada, sob o nome de milenarismo (642), e principalmente sob a forma política dum messianismo secularizado, «intrinsecamente perverso» (643).

677. A Igreja não entrará na glória do Reino senão através dessa última Páscoa, em que seguirá o Senhor na sua morte e ressurreição (644). O Reino não se consumará, pois, por um triunfo histórico da Igreja (645) segundo um progresso ascendente, mas por uma vitória de Deus sobre o último desencadear do mal (646), que fará descer do céu a sua Esposa (647). O triunfo de Deus sobre a revolta do mal tomará a forma de Juízo final (648), após o último abalo cósmico deste mundo passageiro (649).

II. «Para julgar os vivos e os mortos»

678. Na sequência dos profetas (650) e de João Baptista (651), Jesus anunciou, na sua pregação, o Juízo do último dia. Então será revelado o procedimento de cada um (652) e o segredo dos corações (653). Então, será condenada a incredulidade culpável, que não teve em conta a graça oferecida por Deus (654). A atitude tomada para com o próximo revelará a aceitação ou a recusa da graça e do amor divino (655). No último dia, Jesus dirá: «Sempre que o fizestes a um dos meus irmãos mais pequeninos, a Mim o fizestes» (*Mt* 25, 40).

679. Cristo é Senhor da vida eterna. O pleno direito de julgar definitivamente as obras e os corações dos homens pertence-Lhe a Ele, enquanto redentor do mundo. Ele «adquiriu» este direito pela sua cruz. Por isso, o Pai entregou «ao Filho todo o poder de julgar» (*Jo* 5, 22) (656). Ora, o Filho não veio para julgar, mas para salvar (657) e dar a vida que tem em Si (658). É pela recusa da graça nesta vida que cada qual se julga já a si próprio (659), recebe segundo as suas obras (660) e pode, mesmo, condenar-se para a eternidade, recusando o Espírito de amor (661).

Resumindo:

680. *Cristo Senhor reina já pela Igreja, mas ainda não Lhe estão submetidas todas as coisas deste mundo. O triunfo do Reino de Cristo só será um facto, depois dum último assalto das forças do mal.*

681. *No dia do Juízo, no fim do mundo, Cristo virá na sua glória para completar o triunfo definitivo do bem sobre o mal, os quais, como o trigo e o joio, terão crescido juntos no decurso da história.*

682. *Quando vier; no fim dos tempos, para julgar os vivos e os mortos, Cristo glorioso há-de revelar a disposição secreta dos corações, e dará a cada um segundo as suas obras e segundo tiver aceite ou recusado a graça.*

Notas

1. Cf. *Mc* 1, 1.

2. Cf. *Lc* 1, 68.

3. Cf. *Lc* 1, 55.

4. Cf. *Mc* 1, 11.

5. Cf. *1 Jo* 4, 2.

6. Cf. *Mt* 16, 18: São Leão Magno. *Sermão* 4, 3: CCL 88, 19-20 (PL 54, 151); *Sermão* 51, 1: CCL 88A. 296-297 (PL 54, 309): *Sermão* 62, 2: CCL 88A, 377-378 (PL 54, 350-351);*Sermão* 83, 3: CCL 88A, 521-522 (PL 54, 432).

7. João Paulo II. Ex. Ap. *Catechesi tradendae,* 5: AAS 71 (1979). 1280-1281.

8. João Paulo II. Ex. Ap. *Catechesi tradendae,* 5: AAS 71 (1979). 1281.

9. João Paulo II. Ex. Ap. *Catechesi tradendae,* 6: AAS 71 (1979). 1281-1282.

10. Cf. *Lc* 1 , 3 1 .

11. Cf. *Sl* 51 , 6.

12. Cf. *Sl* 51. 11.

13. Cf. *Sl* 79, 9.

14. Cf. *Act* 5, 41: *3 Jo 7.*

15. Cf. *Jo 3,* 18: Act 2. 21.

16. Cf. *Rom* 10, 6-13.

17. Cf. *Act* 9. 14; *Tg* 2, 7.

18. Cf. *Lv* 16, 15-16: *Sir* 50, 20-22: *Heb* 9, 7.

19. Cf. *Ex* 25, 22; *Lv* 16, 2; *Nm* 7, 8 9; *Heb* 9, 5.

20. Cf. *Jo* 12. 28.

21. Cf. *Act* 16, 16-18; 19, 13-16.

22. Cf. *Mc* 16. 17.

23. Cf. *Jo* 15, 16.

24. Cf. *La réhabilitation de Jeanne la Pucelle. L'enquête ordonée par Charles VII en 1450 et le codicille de Guillaume Bouillé, ed.* P. Doncoeur – Y. Larhers (Paris 1956), p. 39.45.56.

25. Cf. *1 Sm 9,* 16; 10, 1; 16, 1.12-13: 1 *Rc* 1, 39.

26. Cf. *Ex* 29, 7; *Lv* 8, 12.

27. Cf. *1 Rs* 19, 16.

28. Cf. *Sl* 2, 2; *Act* 4, 26-27.

29. Cf. *Is* 11, 2.

30. Cf. *Zc* 4, 14; 6, 13.

31. Cf. *Is* 61, 1; *Lc* 4, 16-21.

32. Cf. *Lc* 1, 35.

33. Cf. *Rm* 1, 3; *2 Tm* 2, 8: *Ap* 22. 16.

34. Santo Ireneu de Lyon, *Adversus Haereses* 3, 18, 3; SC 211, 350 (PG 7, 934).

35. Cf. *Mc* 1, 24; *Jo* 6, 69; *Act* 3, 14.

36. Cf. *Mt* 2, 2; 9, 27; 12, 23; 15, 22; 20, 30; 21, 9.15.

37. Cf. *Jo* 4, 25-26; 11, 27.

38. Cf. *Mt* 22, 41-46.

39. Cf. *Jo* 6, 15; *Lc* 24, 21.

40. Cf. *Mt* 16, 16-23.

41. Cf. *Jo* 6, 62; *Dn* 7, 13.

42. Cf. *Is* 53, 10-12.

43. Cf. *Jo* 19, 19-22; *Lc* 23, 39-43.

44. Cf. *Dt* (LXX) 32, 8; *Job* 1. 6.

45. Cf. *Ex* 4, 22; *Os* 11, 1; *Jer* 3, 19: *Sir* 36,14; *Sb* 18, 13.

46. Cf. *Dt* 14, 1; *Os* 2, 1.

47. Cf. 2 *Sm* 7, 14; *Sl* 82, 6.

48. Cf. *1 Cr* 17, 13; *Sl* 2. 7.

49. Cf. *Mt* 27, 54.

50. Cf. *Lc* 23, 47.

51. Cf. *Mt* 16, 16.

52. Cf. *1 Ts* 1, 10.

53. Cf. *Jo* 20, 31.

54. Cf. *Mt* 16, 18.

55. Cf. *Mt* 26, 64; *Mc* 14, 62.

56. Cf. *Mt* 11, 27; 21, 37-38.

57. Cf. *Mt* 21, 34-36.

58. Cf. *Mt* 24, 36.

59. Cf. *Mt* 5, 48; 6, 8; 7. 21; *Lc* 11, 13.

60. Cf. *Mt* 3, 17; 17, 5.

61. Cf. *Jo* 10, 36.

62. Cf. *Act* 13, 33.

63. 63 Cf. *Ex* 3, 14.

64. Cf. *1* Cor 2, 8.

65. Cf. *Mt* 22, 41-46; cf. também *Act* 2. 34-36; *Heb* 1, 13.

66. Cf. *Jo* 13, 13.

67. Cf. *Mt 8,* 2: 14, 30; 15, 22: etc.

68. Cf. *Lc* 1, 43; 2, 11.

69. Cf. *Act* 2, 34-36.

70. Cf. *Rm* 9, 5; *Tt* 2, 13: *Ap* 5, 13.

71. Cf. *Rm* 10, 9; *1 Cor* 12, 3; *Fl* 2. 9-11.

72. Cf. *Ap* 1, 15.

73. Cf.*Mc* 12, 17; *Act* 5, 29.

74. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 10; AAS 58 (1966) 1033; cf. *ibid.,*45: AAS 58 (1966) 1066

75. Cf. *Act* 28, 20.

76. Cf. *Jo* 1, 14, 18; 3, 16,18.

77. Cf. *Jo* 1, 1.

78. Cf. *Act* 8, 37; *1 Jo* 2, 23, 7

79. DS 150.

80. São Gregório de Nissa, *Oratio catechetica* 15, 3: TD 7, 78 (PG 45, 48).

81. Cf. *Dt* 6, 4-5.

82. Cf. *Mc* 8, 34.

83. Santo Ireneo de Lião, *Adversus haereses* 3, 19, 1: SC 211, 374 (PG 7, 939).

84. Santo Atanasio, *De Incarnatione,* 54, 3: SC 199, 458 (PG 25, 192B).

85. São Tomás de Aquino, *Officium de festo corporis Christi,* Ad Matutinas. In primo Nocturno, Lectio 1: *Opera omnia, v. 29* (Parisiis 1876) p. 336.

86. Cf. *Cântico nas I Vésperas de Domingo: Liturgia Horarum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1973-1974), v. 1, p. 545.629.718 e 808: v. 2, p. 844.937.1037 e 1129: v. 3. p. 548.669.793 e 916; v. 4, p. 496.617.741 e 864 [Ed. portuguesa: *Liturgia das Horas*(Gráfica de Coimbra 1983), v. I. p. 621.710.803 e 897: v. 2, p. 984, 1079,

1182 e 1278; v. 3. p. 685.800.918 e 1032; v. 4, p.633.748.866 e 980].

87. Cf. *1 Jo* 4, 2-3; *2 Jo* 7.

88. *Símbolo de Niceia:* DS 125.

89. Concílio de Nicéia, *Epistula synodalis* «Epeidê tês» ad Aegyptios: DS 130.

90. *Símbolo de Niceia:* DS 126.

91. Concílio de Éfeso, *Epistula II Cyrilli Alexandrini ad Nestorium:* DS250.

92. Concílio de Éfeso, *Epistola II Cyrilli Alexandrini ad Nestorium:* DS251.

93. Cf. *Heb* 4, 15.

94. Concílio de Calcedónia, *Symbolum:* DS 301-302.

95. II Concílio de Constantinopla, Sess. 8ª, Canon 4: DS 424.

96. Cf. Concílio de Éfeso, *Anathematismi Cyrilli Alexandrini, 4:* DS 255.

97. Cf. II Concílio de Constantinopla, Sess. 8ª, Canon 3: DS 423.

98. Cf. II Concílio de Constantinopla, Sess. 8ª, Canon 10: DS 432.

99. Antífona do «Benedictus» no ofício da Solenidade de Santa Maria Mãe de Deus: *Liturgia Horarum,* editio typica, v. 1 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 394 [a edição oficial portuguesa omite a versão deste texto: *Liturgia das Horas* (Gráfica de Coimbra 1983),*v.* 1, p. 438]: cf. São Leão Magno, *Sermão* 21. 2: CCL138, 87 (PL 54, 192).

100. *Ofício das Horas Bizantino,* Tropário *«O monoghenis»: «Horológion tò méga* (Romae 1876) p. 82.

101. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 22: AAS 58 (1966) 1042.

102. Cf. *Jo* 14. 9-10.

103. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 22: AAS 58 (1966) 1042-1043.

104. Cf. São Dâmaso I, Epistula *«Hóti tê apostolikê kathédra»*: DS 149.

105. Cf. *Mc* 6. 38: 8. 27; *Jo* 11. 34: etc.

106. Cf. *Fl* 2, 7.

107. Cf. São Gregório Magno, Ep. *Sicut aqua:* DS 475.

108. São Máximo Confessor, *Quaestiones et dubia*, Q. I, 67: CCG10, 155 (66: PG 90. 840).

109. Cf. *Mc* 14, 36: *Mt* 11. 27; *Jo* I. 18; 8. 55; etc.

110. Cf. *Mc* 2. 8; *Jo* 2, 25; 6. 61; etc.

111. Cf. *Mc* 8, 31; 9. 31: 10. 33-34; 14, 18-20. 26-30.

112. Cf. *Mc* 13. 32.

113. Cf. *Act* 1, 7.

114. Cf. III Concílio de Constantinopla (ano 681). Sess.18.ª, *Definido de duabus in Christo voluntatibus et operatianibus:* DS 556-559.

115. III Concílio de Constantinopla (ano 681), Sess.18ª, *Definitio de duabus in Christo voluntatibus et operationibus:* DS 556.

116. Cf. Concílio de Latrão (ano 649). Canon 4: DS 504.

117. Cf. *Gl* 3, 1.

118. Concílio de Nicéia (ano 787), Act. *7ª, Definitio de sacris imaginibus:* DS 600-603.

119. *Prefácio do Natal II: Missale Romanum*, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 396 *[Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, p. 458].

120. Concílio de Nicéia, Act.7ª, *Definitio de sacris imaginibus:* DS 601.

121. Cf. *Jo* 19, 34.

122. Pio XII, Enc. *Haurietis aquas:* DS 3924: cf. ID.. Enc. *Mystici corporis:* DS 3812.

123. Cf. *Jo* 16, 14-15.

124. Cf. *Mt* 1, 20; *Lc* 1, 35.

125. Cf. *Lc* 2, 8-20.

126. Cf. *Mt* 2, 1-12. A

127. Cf. *Jo* 1, 31-34.

128. Cf. *Jo* 2, 11.

129. *Cf. Heb 10, 5.*

130. Cf. II Concílio Vaticano*,* Const. dogm. *Lumen Gentium,* 56: AAS 57 (1965) 60; cf.*ibid.,* 61: *AAS* 57 (1965) 63.

131. Cf. *Gn* 3,15.

132. Cf. *Gn* 3, 20.

133. Cf. *Gn* 18, 10-14; 21, 1-2.

134. Cf. 1 *Cor* 1, 27.

135.Cf. *1 Sm* 1.

136. Cf. II Concílio Vaticano*,* Const. dogm. *Lumen Gentium,* 55: AAS 57 (1965) 59-60.

137. Cf. II Concílio Vaticano*,* Const. dogm. *Lumen Gentium,* 56: AAS 57 (1965) 60.

138. Cf. *Lc* 1, 28.

139. Cf. *Lc* 1, 28.

140. Pio IX, Bulla *Ineffabilis Deus* DS 2803.

141. Cf. Cf. II Concílio Vaticano*,* Const. dogm. *Lumen Gentium,,* 56: AAS 57 (1965) 60.

142. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 53: AAS 57 (1965) 58.

143. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 56: AAS 57 (1965) 60.

144. Cf. *Lc* 1, 28-37.

145. Cf. *Rm* 1, 5.

146. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 56: AAS 57 (1965) 60-61.

147. Santo Irineu de Lião, *Adversus haereses,* 3, 22, 4: SC 211, 440 (PG 7, 959).

148. Cf. Santo Irineu de Lião, *Adversus haereses,* 3, 22, 4: SC 211, 442-444 (PG 7, 959-960).

149. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 56: AAS 57 (1965) 60-61.

150. Cf. *Mt* 13, 55.

151. Cf. Concílio de Éfeso, *Epistula II Cyrilli Alexandrini ad Nestorium:* DS 251.

152. Cf. DS 10-64.

153. Concílio de Latrão (ano 649), Canon 3: DS 503.

154. Cf. *Rm* 1, 3.

155. Cf. *Jo* 1, 13.

156. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Smyrnaeos* 1-2: SC 10bis. p. 132-134 (Funk 1, 274-276).

157. Cf. *Mt* 1, 18-25: Lc 1, 26-38.

158. Cf. *Lc* 1, 34.

159. Cf. São Justino, *Dialogus cum Tryphone Iudaeo* 66-67: CA 2. 234-236 (PG 6, 628-629): Orígenes, *Contra Celsum,* 1. 32: SC 132,

162-164 (PG 8. 720-724); *Ibid.,* 1, 69: SC 132, 270 (PG 8, 788-789): e outros.

160. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius, c.* 4: DS 3016.

161. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Ephesios* 19, 1: SC l0bis-74 (Funk 1, 228); cf. *1*Cor 2, 8.

162. II Concílio de Constantinopla, Sess.8ª Canon 6 : DS 427.

163. Cf. São Leão Magno, *Tomus ad Flavianum*: DS 291; *Ibid.:* DS 294; Pelágio I, Ep.*Humani generis:* DS 442: Concílio e Latrão, Canon 3: DS 503; XVI Concílio de Toledo,*Symbolum:* DS 571; Paulo IV, Const. *Cum quorumdam hominum:* DS 1880.

164. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium, 57:* AAS 57 (1965) 61.

165 II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 52: AAS 57 (1965) 58.

166. Cf. *Mc* 3, 31-35; 6, 3: *1 Cor* 9, 5: *Gl* 1, 19.

167. Cf. *Mt* 27*,* 56.

168. Cf. *Gn* 13, 8; 14, 16; 29. 15; etc.

169. Cf. *Jo* 19, 26-27; *Ap* 12, 17.

170. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 63: AAS 57 (1965) 64.

171. Cf. *Lc* 2, 48-49.

172. Concílio de Friúl (ano 796). *Symbolum:* DS 619.

173. *Cf. 1 Cor* 15, 45.

174. Cf. *Cl* 1, 18.

175. Cf. *Jo* 3, 9.

176. Cf. *2 Cor* 11, 2.

177. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 63: AAS 57 (1965) 64.

178. Cf. *1 Cor* 7, 34-35.

179. Santo Agostinho, *De sancta virginitate,* 3, 3: CSEL 41. *237* (PL 40, 398).

180. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 63: AAS 57 (1965) 64.

181. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 64: AAS 57 (1965) 64.

182. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 103: AAS 56 (1964) 125.

183. Santo Agostinho, *Sermão* 186, 1: PL 38, 999.

184. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium, 5*6: AAS 57 (1965) 60.

185. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 3. q. 30, a. I. c: Ed. Leon. 11, 315.

186. Cf. *Jo* 20, 3.

187. Cf. *Mc* 1, 1; *Jo* 21, 24

188. Cf. *Lc* 2, 7.

189. Cf. *Mt* 27, 48.

190. Cf *Jo* 20, 7.

191.Cf. *Heb* 10, 5-7.

192. Cf. *1 Jo* 4, 9.

193. Cf. *Ef* 1, 7: *Cl* I. 13-14 (Vulgata); *1 Pe* 1, 18-19.

194. Cf. *2 Cor* 8, 9.

195. Cf. *Lc* 2, 51.

196. Cf. *Jo* 15, 3.

197. Cf. *Is* 53, 4.

198. Cf. *Rm* 4, 25.

199. Santo Ireneo de Lião*, Adversus haereses* 3, 18, 1: SC 211, 342-344 (PG 7, 932).

200. *Ibidem,* 18. 7: SC 211, 366 (PG 7, 937); cf. Ibid. 2, 22. 4: SC 294, 220-222 (PG 7, 784).

201. João Paulo II, Enc. *Redemptor hominis,* 11: AAS 71 (1979) 278.

202. Cf. *Símbolo Niceno-Contantinopolitano:* DS 150.

203. Cf. *Rm* 15, 5; Fl 2, 5.

204. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 38: AAS 58 (1966) 1055.

205. Cf. *Jo* 13, 15.

206. Cf. *Lc* 11, 1.

207. Cf. *Mt* 5, 11-12.

208. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 22: AAS 58 (1966) 1042.

209. São João Eudes: *Le royaume de Jésus, 3,* 4: *Oeuvres complètes, v.* 1 (Vannes 1905) p. 310-311 [2ª leitura do Ofício de Leituras de sexta-feira da 33ª semana do Tempo Comum:*Liturgia das Horas,* v. 4 (Gráfica de Coimbra 1983), p. 539].

210. Cf. *Heb* 9, 15.

211. Cf. *Act* 13, 24.

212 Cf. *Mt* 3, 3.

213. Cf. *Lc 7 26*

214. Cf. *Mt* 11, 13.

215. Cf. *Act* 1, 22: *Lc* 16, 16.

216. Cf. *Lc* 1, 41.

217. Cf. *Mc* 6, 17-29.

218. Cf. *Ap* 22, 17.

219. Cf. *Lc 2,* 6-7.

220. Cf. *Lc* 2, 8-20.

221. São Romano o Melódio, *Kontakion,* 10, *In diem Nativitatis Christi,* Prooemium: *SC*110, 50.

222. Cf. *Mt* 18, 3-4.

223. Cf. *Mt* 23, 12.

224. Cf. *Jo* 1, 13.

225. Cf. *Jo* 1, 12.

226. Cf. *Gl* 4, 19.

227. *Solenidade de Santa Maria Mãe de Deus,* 1ª Antífona das I e II Vésperas: *Liturgia Horarum,* editio typica, v. I (Typis Polyglottis Vaticanis 1973), p. 385 e 397 [a versão oficial portuguesa é menos exacta: «Oh admirável mistério! O Criador do género humano, tomando corpo e alma, dignou-Se nascer duma Virgem; e, feito homem, tornou-nos participantes da sua divindade!»: *Liturgia das Horas. v.* 1 (Gráfica de Coimbra 1983). p. 426 e 441].

228. Cf. *Lc* 2, 21.

229. *Cf. Gl* 4, 4. -'9

230. Cf. *Cl* 2, 11-13.

:231. Cf. *Solenidade da Epifania do Senhor.* Antífona do «Magnificat» das II Vésperas:*Liturgia Horarum,* editio typica, v. 1 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 465 [*Liturgia das Horas,* v. 1 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 528].

232. Cf. *Mt* 2, 1.

233. *Cf. Mt* 2, 2.

234. Cf. *Nm* 24, 17; *Ap* 22, 16.

235. Cf. *Nm* 24, 17-19.

236. Cf. *Jo* 4, 22.

237. Cf. Mt 2, 4-6.

238. São Leão Magno, *Sermão* 33, 3: CCL 138, 173 (PL 54. 242) *[Solenidade da Epifania do Senhor,* 2ª Leitura do Ofício de Leituras: *Liturgia das Horas, v.* 1 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 519].

239. *Vigília Pascal,* Oração depois da 3ª leitura: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 277 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, 305].

240. Cf. *Lc* 2, 22-39.

241. Cf. *Ex* 13, 2. 12-13.

242. Cf. *Mt 2,* 13-18.

243. Cf. *Jo* 15, 20.

244. Cf. *Mt* 2, 15.

245. Cf. *Os* 11, 1.

246. Cf. *G1* 4, 4.

247. Cf. *Lc* 2, 51.

248. Cf. *Rm* 5, 19.

249. Paulo VI, *Alocução na igreja da Anunciação à bem-aventurada Virgem Maria em Nazaré, 5 de Janeiro* de 1964: *AAS* 56 (1964) 167-168 [*Festa da Sagrada Família,* 2ª Leitura do Ofício de Leitura: *Liturgia das Horas, v.* 1 *(Gráfica* de *Coimbra* 1983) p. 381-382].

250. Cf. *Lc* 2, 41-52.

251. Cf. *Lc* 3, 23.

252. Cf. *Act* 1, 22.

253. Cf. *Lc* 3, 10-14.

254. Cf. *Mt* 3, 7.

255. Cf. *Mt* 21, 32.

256. Cf. *Is* 53, 12.

257. Cf. *Mc* 10, 38; *Lc* 12, 50.

258. Cf. *Mt* 26, 39.

259. Cf. *Lc* 3 . 22; *Is* 42, 1.

260. Cf. *Jo* 1 , 32-33; *Is* 1 l, 2.

261. São Gregório Nazianzeno, *Oratio* 40, 9: SC 358, 216 (PG 36. 369).

262. Santo Hilário de Poitiers, *In evangelium Matthaei* 2, 6: SC 254. 110 (PL 9, 927).

263. Cf. *Mc* 1, 13.

264. Cf. *Sl* 95, 10.

265. Cf. *Mc* 3, 27.

266. Cf. *Mt* 16, 21-23.

267. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 3: AAS 57 (1965) 6.

268. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 2: AAS 57 (1965) *5-6.*

269. I II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 5: AAS 57 (1965) 8.

270 Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 3: AAS 57 (1965) 6.

271. Cf. *Mt* 10, 5-7.

272. Cf. *Mt* 8, 11; 28, 19.

273. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 5: AAS 57 (1965) 7.

274. Cf. *Lc* 7, 22.

275. Cf. *Mt* 11, 25.

276. Cf. *Mc* 2, 23-26: *Mt* 21, 18.

277. Cf. *Jo* 4, 6-7: 19, 28.

278. Cf. *Lc* 9, 58.

279. Cf. *Mt* 25, 31-46.

280. Cf. *1 Tm* 1, 15.

281. Cf. *Lc* 15, 11-32.

282. Cf. *Mc* 4, 33-34.

283. Cf. *Mt* 22, 1-14.

284. Cf. *Mt* 13, 44-45.

285. Cf. *Mt* 21, 28-32.

286. Cf. *Mt* 13, 3-9.

287. Cf. *Mt* 25, 14-30.

288. Cf. *Mt* 13, 10-15.

289. Cf. *Lc* 7. 18-23.

290. Cf. *Jo* 5, 36; 10, 25.

291. Cf. *Jo* 10, 38.

292. Cf. *Mc* 5, 25-34; 10, 52: etc.

293. Cf. *Jo* 10, 31-38.

294. Cf. *Mt* 11, 6.

295. Cf. *Jo* 11, 47-48.

296. *Cf. Mc* 3, 22.

297. Cf. *Jo* 6, 5-15.

298. Cf. *Lc* 19, 8.

299. Cf. *Mt* 11, 5.

300. Cf. *Lc* 12, 13-14; *Jo* 18, 36.

301. Cf. *Jo* 8, 34-36.

302. Cf. *Mt* 12, 26.

303. Cf. *Lc* 8, 26-39.

304. Cf. *Jo* 12, 31.

305. Venâncio Fortunato, *Hino «Vexilla Regis»:* MGH 1/4/1, 34 (PL 88, 96).

306. Cf. *Mc* 3, 13-19.

307. Cf. *Mc* 3, 16; 9, 2; *Lc* 24, 34: *1 Cor* 15, 5.

308. Cf. *1 Pe* 2. 4.

309. Cf. *Lc* 22, 32.

310. Cf. *Mt* 18, 18.

311. Cf. *Mt* 16, 22-23.

312. Cf. *Mt* 17, 23; *Lc* 9, 45.

313. Cf. *Mt* 17, 1-8 e par.: *2 Pe* 1, 16-18.

314. Cf. *Lc* 24. 27.

315. Cf. *Is* 42, 1.

316. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 3. q. 45, a. 4, ad 2: Ed. Leon. 11, 433.

317. *Liturgia bizantina, Kontakion* na Festa da Transfiguração: *«Mênaîa toû bólou eniautoû»,* v. 6 (Romae 1901) p. 341.

318. Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 3, q. 45. a. 4, ad 2: Ed. Leon. 11, 433.

319. Cf. *Lc* 9. 33.

320. Santo Agostinho, *Sermão* 78. 6: PL 38, 492-493.

321. Cf. *Jo* 13, 1.

322. Cf. *Mc* 8, 31-33; 9, 31-32; 10, 32-34.

323. Cf. *Mt* 23, 37a.

324. Cf. *Lc* 19, 41.

325. Cf. *Jo* 6, 15.

326. Cf. *Mt* 21, 1-11.

327. Cf. *Jo* 18, 37.

328. Cf. *Mt* 21, 15-16; *Sl* 8, 3.

329. Cf. *Lc* 19, 38: 2, 14.

330. João Paulo II, Ex. Ap. *Catechesi tradendae,* 9: AAS 71 (1979) 1284.

331. Cf. *Gl* 4, 19.

332. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 7: AAS 57 (1965) 10.

333. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 5: AAS 57 (1965) 7.

334. Cf. São Leão Magno, *Sermão* 51, 3: CCL 138A, 298-299 (PL 54. 310).

335. Cf. *Heb* 12, 3.

336. Cf. *Lc* 24, 27, 44-45.

337. Cf. II Concílio do Vaticano. Const. dogm. *Dei Verbum,* 19; AAS 58 (1966) 826-827.

338. Cf. *Mc* 3, 6.

339. Cf. *Mt* 12, 24.

340. Cf. *Mc* 2, 7.

341. Cf. *Mc* 3, 1-6.

342. Cf. Mc 7, 14-23.

343. Cf. *Mc2,* 14-17.

344. *Cf. Mc* 3, 22: *Jo* 8, 48: 10, 20.

345. Cf. *Mc* 2, 7; *Jo* 5, 18; 10, 33.

346. Cf. *Jo 7,* 12; 52.

347. Cf. *Jo* 8, 59; 10, 31.

348. Cf. *Lc* 2, 34.

349. CL *Jo* 1, 19; 2, 18; 5, 10; 7, 13; 9, 22 18, 12: 19, 38; 20, 19.

350. Cf. *Jo* 7, 48-49.

351. Cf. *Lc* 13, 31.

352. Cf. *Lc* 7, 36; 14, 1.

353. Cf. *Mt* 22, 23-34; *Lc* 20, 39.

354. Cf. *Mt* 6, 2-18.

355. Cf. *Mc* 12, 28-34.

356. Cf. *Jo* 8, 46.

357. Cf. *Jo* 7, 19; *Act* 13, 38-41; 15, 10.

358. *Cf. Gl* 3, 10; 5, 3.

359. Cf. *Rm* 10, 2.

360. Cf. *Mt* 15, 3-7; *Lc* 11, 39-54.

361. Cf. *Is* 53, 11: *Heb* 9, 15.

362. Cf. *Gl* 4, 4.

363. Cf. *Gl* 3, 13.

364. Cf. *Gl* 3, 10.

365. Cf. *Jo* 3. 2; *Mt* 22, 23-24. 34-36.

366. Cf. *Mt* 9, 12; 12, 5: *Mc* 2, 23-27; *Lc* 6, 6-9; *Jo* 7, 22-23.

367. Cf. *Mt* 5, 1.

368. Cf. *Mc* 7, 8.

369. Cf. *Mc* 7, 13.

370. Cf. *Gl* 3, 24.

371. Cf. *Jo* 5, 36; 10 25. 37-38; 12, 37.

372 Cf. *Mc* 2, 25-27; *Jo* 7, 22-24.

373. Cf. *Mt* 12, 5; *Nm* 28, 9.

374. Cf. *Lc* 13, 15-16; 14, 3-4.

375. Cf. *Lc* 2, 22-39.

376 Cf. *Lc* 2, 46-49.

377. Cf. *Lc* 2, 41.

378. Cf. *Jo* 2, 13-14; 5, 1.14; 7, 1.10.14; 8, 2; 10, 22-23.

379. Cf. *Mt* 21, 13.

380. Cf. *Act* 2, 46; 3. 1; 5, 20-21; etc.

381. Cf. *Mt* 24, 1-2.

382. Cf. *Mt* 24, 3: *Lc* 13, 35.

383. Cf. *Mc* 14, 57-58.

384. Cf. *Mt* 27, 39-40.

385. Cf. *Mt* 8, 4; 23, 21; *Lc* 17, 14; *Jo* 4, 22.

386. Cf. *Jo* 18, 20.

387. Cf. *Mt* 17, 24-27.

388. Cf. *Mt* 16, 18.

389. Cf. *Jo 2,* 21; *Mt* 12, 6.

390. Cf. *Jo* 2, 18-22.

391. Cf. *Jo* 4, 23-24; *Mt* 27, 51: *Heb* 9*,* 11; *Ap* 21, 22.

392. Cf. *Lc* 2, 34.

393. Cf. *Lc* 20, 17-18; *Sl* 118, 22.

394. Cf. *Lc* 5. 30.

395. Cf. *Lc* 7, 36; 11, 37; 14, 1.

396 Cf. *Jo* 7, 49; 9, 34.

397. Cf. *Jo* 8, 33-36.

398. *Cf. Jo 9.* 40-41.

399. Cf. *Mt* 9, 13; Os 6, 6.

400. Cf. *Lc* 15, 1-2.

401. Cf. *Lc* 15. 23-32.

402. Cf. *Jo* 5, 18: 10, 33.

403. Cf. *Jo* 17, 6.26.

404. Cf. *Mt* 12, 6.

405 Cf. *Mc* 12, 36-37.

406. Cf. *Jo* 10, 36-38.

407. Cf. *Jo* 3, 7.

408. Cf. *Jo* 6, 44.

409. Cf. *Is* 53, 1.

410. Cf. *Mc* 3, 6; *Mt* 26, 64-66.

411. Cf. *Lc* 23, 34; *Act* 3, 17-18.

412. Cf. *Mc* 3, 5; *Rm* 11, 25.

413. Cf. *Rm* 11, 20.

414. Cf. *Mt* 5, 17-19.

415. Cf. *Jo* 8, 46.

416. Cf. *Mt* 5, 33.

417. Cf. *Heb* 9, 15.

418. Cf. *Jo* 5, 16-18.

419. Cf. *Jo* 1, 14.

420. Cf. *Jo* 10, 33.

421. Cf. *Jo* 7, 50.

422. Cf. *Jo* 19, 38-39.

423. Cf. *Jo* 9, 16-17; 10, 19-21.

424. Cf. *Jo* 9, 16; 10, 19.

425. Cf. *Jo* 9, 22.

426. Cf. *Mt* 26, 66.

427. Cf. *Jo* 18, 31.

428. Cf. *Lc* 23, 2.

429. Cf. *Jo* 19, 12.15.21.

430. Cf. *Mc* 15, 11.

431. Cf. *Act* 2, 23.36; 3, 13-14; 4, 10; 5, 30; 7, 52; 10, 39; 13, 27-28; *1 Ts* 2, 14-15.

432. Cf. *Lc* 23, 34.

433. Cf. *Act* 3, 17.

434. Cf. *Act* 5, 28; 18, 6.

435. II Concílio do Vaticano, Decl. *Nostra aetate*, 4: AAS 58 (1966) 743.

436. CatRom 1, 5, 11. p. 64: Cf. *Heb* 12, 3.

437. Cf. *Mt* 25, 45; *Act* 9, 4-5.

438. CatRom 1, 5, 11, p. 64.

439. São Francisco de Assis, *Admonitia* 5, 3: *Opuscula Sancti Patris Francisci Assisiensis,*ed. G. Esser (Grottaferrata 1978) p. 66.

[*Fontes Franciscanas* I (Braga. Editorial Franciscana. 1994) p. 114].

440. Cf. *Act* 3, 13.

441. Cf. *Sl* 2, 1-2.

442. Cf. *Mt* 26, 54; *Jo* 18, 36: 19, 11.

443. Cf. *Act* 3, 17-18.

444. Cf. *Is* 53, 11: *Act* 3, 14.

445. Cf. *Is* 53, 11-12; *Jo* 8. 34-3

446. Cf. *1 Cor* 15, 3.

447. Cf. também *Act* 3, 18; 7, 52; 13, 29; 26, 22-23.

448. Cf. *Is* 53. 7-8; *Act* 8, 32-35.

449. Cf. *Mt* 20, 28.

450. Cf. *Lc* 24, 25-27.

451. Cf. *Lc* 24, 44-45.

452. Cf. *Rm* 5, 12: *1 Cor* 15, 56.

453. Cf. *Fl* 2, 7.

454. Cf. *Rm* 8, 3.

455. Cf. *Jo* 8, 46.

456. Cf. *Jo* 8, 29.

457. Cf. *Sl* 22, 1.

458. Cf. *1 Jo* 4, 19.

459. Cf. *Rm* 5, 18-19.

460. Cf. *2 Cor* 5, 15: *1 Jo* 2, 2.

461. Concílio de Quiercy (ano 853). *De libero arbitrio hominis et de praedestinatione,* canon 4: DS 624.

462. Cf. *Jo* 6. 38.

463. Cf. *Lc* 12, 50; 22, 15: *Mt* 16, 21-23.

464. Cf. Lc 3, 21; Mt 3, 14-15.

465. Cf. *Jo* 1, 29.36.

466. Cf. *Is* 53, 7: *Jr* 11,19.

467. Cf. *Is* 53, 12.

468. Cf. *Ex* 12, 3-14; *Jo* 19, 36; *1 Cor* 5, 7.

469. Cf. *Mc* 10, 45.

470. Cf. *Heb* 2, 10.17-18; 4, 15; 5, 7-9.

471. Cf. *Jo* 18, 4-6; *Mt* 26, 53.

472. Cf. *Mt* 26, 20.

473. Cf. *1 Cor* 5, 7.

474. Cf. *1 Cor* 11, 25.

475. Cf. *Lc* 22, 19.

476. Cf. Concílio de Trento, Sess. 22ª, *Doctrina de sanctissimo Missae Sacriftcio,* canon 2: DS 1752: Sess. 23ª, *Doctrina de sacramento Ordinis,* c. 1: DS 1764.

477. Cf. *Lc* 22, 20.

478. Cf. *Mt* 26, 42.

479. Cf. *Heb* 5, 7-8.

480. Cf. *Heb* 4, 15.

481. Cf. *Rm* 5, 12.

482. Cf. *Act* 3, 15.

483. Cf. *Ap* 1, 18; *Jo* 1, 4; 5, 26.

484. *Cf. Mt* 26, 42.

485. Cf. *1 Cor* 5, 7; *Jo* 8, 34-36.

486. Cf. *Jo* 1, 29: *1 Pe* 1, 19.

487. Cf. *1 Cor* 11, 25.

488. Cf. *Ex* 24, 8.

489. Cf. *Mt* 26, 28; *Lv* 16, 15-16.

490. Cf. *Heb* 10, 10.

491. Cf. *1 Jo* 4, 10.

492. Cf. *Jo* 15, 13.

493. Cf. *Jo* 10, 17-18.

494. Cf. Heb 9, 14.

495. Cf. *Is* 53, 10-12.

496. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* c. 7: DS 1529.

497. Cf. *Jo* 13, 1.

498. Cf. *Gl* 2, 20; *Ef* 5, 2. 25.

499. Concílio de Trento, Sess. 6ª. *Decretum de iustificatione,* c. 1: DS 1529.

500. Cf. *Heb* 5, 9.

501. Aditamento litúrgico ao Hino «Vexilla Regis»: *Liturgia Horarum,* editio typica. N. 2 (Typis Polyglottis Vaticanis 1974) p. 313: v. 4, p. 1129 [a versão litúrgica em português difere um pouco: «Cruz do Senhor, és única esperança!»: *Liturgia das Horas.* v. 2 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 366; v. 4. p. 1267].

502. Cf. *1 Tm* 2, 5.

503. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et* spes, 22: AAS 58 (1966) 1042.

504. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et* spes, 22: AAS 58 (1966) 1043.

505. Cf. *Mt* 16, 24.

506. Cf. *1 Pe 2,* 21.

507. Cf. *Mc* 10, 39; *Jo* 21, 18-19; *Cl* 1, 24.

508. Cf. *Lc* 2, 35.

509. Santa Rosa de Lima: P. Hansen. *Vita mirabilis [...] venerabilis* sororis *Rosae de sancta Maria Limensis* (Romae 1664), p. 137.

510. Cf. *1 Pe* 1, 18.

511. Cf. *Is* 53, 10.

512. Cf. *Is* 53, 11; *Rm* 5, 19.

513. Cf. *Jo* 19, 42.

514. Cf. *Heb* 4, 4-9.

515. Cf. *Jo* 19, 30.

516. Cf. *Cl* 1, 18-20.

517. São Gregório de Nissa, *Oratio catechetica,* 16, 9: TD 7, 90 (PG 45, 52).

518. Cf. *Act* 3, 15.

519. Cf. *Lc* 24, 5-6.

520. São João Damasceno, *Expositio fidei,* 71 [*De Fide orthodoxa* 3, 27]. PTS 12, 170 (PG 94, 1098).

521. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 3, 51, 3. ad 2: ED. Leon. 11, 490.

522. Cf. *Sl* 16, 9-10.

523. Cf. *Mt* 12, 40: *Jo* 2, 1; *Os* 6, 2.

524. Cf. *Jo* 11, 39.

525. Cf. *Cl* 2, 12: *Ef* 5, 26.

526. Cf. *Heb* 2, 9.

527. *Vigília Pascal, Precónio Pascal* («Exsultet»): *Missale Romanum*, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 273 e 275 [*Missal Romano*, Gráfica de Coimbra 1992, p. 292 e 295].

528. Cf. *Act* 3, 15; *Rm* 8, 11.

529. Cf. *Heb* 13, 20.

530. Cf. *1 Pe* 3, 18-19.

531. Cf. *Fl* 2, 10; *Act* 2, 24: *Ap* 1, 18; *Ef* 4, 9.

532. Cf. *Sl* 6, 6; 88, 11-13.

533. Cf. *Sl* 89, 49; 1 *Sm* 28, 19: *Ez* 32, 17-32.

534. Cf. *Lc* 16, 22-26,

535. CatRom 1. 6. 3. p. 71.

536. Cf. Concílio de Roma (ano 745), *De descensu Christi ad inferos:* DS 587.

537. Cf. Bento XII, Libellus, *Cum dudum* (1341). 18: DS 1011; Clemente VI, Ep. *Super quibusdam* (ano 1351), c. 15, 13: DS 1077.

538. Cf. IV Concílio de Toledo (ano 633). *Capitulum,* 1: DS 485; Mt 27, 52-53.

539. Cf *Mt* 12, 40; *Rm* 10, 7; *Ef* 4, 9.

540. Cf. *Act* 3, 15.

541. *Antiga homilia para Sábado Santo:* PG 43. 440.452.461 [*Sábado Santo*, 2ª Leitura do Ofício de Leituras: *Liturgia das Horas*, s. 2 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 454-4551.

542. *Liturgia bizantina, Tropário no dia de Páscoa: «Pentêkostárion»* (Romae 1884) p.6.

543. Cf. *Act* 9, 3-18.

544. Cf. *Jo* 20, l3; *Mt* 28, 11-15.

545. Cf. *Lc* 24, 3. 22-23.

546. Cf. *Lc* 24, 12.

547. Cf. *Jo* 20, 8.

548. Cf. *Jo* 20, 5-7.

549. Cf. *Jo* 11, 44.

550. Cf. *Mc* 16, l ; *Lc* 24, 1.

551. Cf. *Jo* 19, 31.42.

552. Cf. *Mt* 28, 9-10; *Jo* 20, 11-18.

553. Cf. *Lc* 24, 9-10.

554. Cf. 1 *Cor* 15, 5.

555. Cf. *Lc* 22, 31-32.

556. Cf. *Act* 1, 22.

557. Cf. *1 Cor* 15, 4-8.

558. Cf. *Lc* 22, 31-32.

559. Cf. *Jo* 20, 19.

560. Cf. *Mc* 16, 11.13.

561. Cf. *Lc* 24,38.

562. Cf. *Lc* 24, 37.

563. Cf. *Jo* 20, 24-27.

564. Cf. *Lc* 24, 39; *Jo* 20, 27.

565. Cf. *Lc* 24, 30.41-43: *Jo* 21, 9.13-15.

566. Cf. *Lc* 24, 39.

567. Cf. *Lc* 24, 40: *Jo* 20, 20.27.

568. Cf. *Mt* 28, 9.16-17; *Lc* 24, 15.36; *Jo* 20, 14.19-26; 21, 4.

569. Cf. *Jo* 20, 17.

570. Cf. *Jo* 20, 14-15.

571. Cf. *Jo* 20, 14.16; 21, 4.7.

572. Cf. *1 Cor* 15, 35-50.

573. *Vigília Pascal, Precónio Pascal* («Exsultet»): *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 272 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, p. 290 e 294].

574. Cf. *Jo* 14, 22.

575. Cf. *Rm* 6, 4; *2 Cor* 13, 4: *Fl* 3. 10; *Ef* 1, 19-22; *Heb* 7, 16.

576. Cf. *Mc 8,* 31; 9. 9.31; 10. 34.

577. São Gregório de Nissa, *De tridui inter mortem et resurrectionem Domini nostri Iesu Christi spatio: Gregorii Nysseni opera,* ed. W. Jaeger — H. Langerbeck, V. 9 (Leiden 1967) p. 293-294 (PG 46, 417B): cf. também *Statuta Ecelesiae Antigua:* DS 325: Anastásio II, Ep.*In prolixitate epistulae:* DS 359: *Santo* Hormisda. Ep. *Inter ea quae:* DS 369: XI Concílio de Toledo, *Symbolum:* DS 539.

578. Cf. *Lc* 24, 26-27. 44-48.

579. Cf. *Mt* 28, 6; *Mc* 16, 7; *Lc* 24, 6-7.

580. Cf. *1 Cor* 15, 3-4: *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

581. Cf. *Sl*, 2, 7.

582. Cf. *Rm* 4, 25.

583. Cf. *Ef* 2, 4-5; *1 Pe* 1, 3.

584. Cf. *Jo* 20, 17.

585. Cf. *Cl* 3, 1-3.

586. Cf. *Rm* 6, 4.

587. Cf. *Rom* 8, 11.

588. *Cf. Lc* 24. 31; *Jo 20,* 19.26.

589. Cf. *Act* 10, 41.

590. Cf. *Act* 1, 3.

591. *Cf. Mc* 16, 12; *Lc* 24. 15; *Jo* 20, 14-15; 21, 4.

592. Cf. *Act* 1, 9; também *Lc* 9. 34-35; *Ex* 13, 22.

593. Cf. *Lc* 24, 51.

594. Cf. *Mc* 16, 19; Act 2, 33; 7. 56: também *Sl* 110, 1.

595. Cf. *1 Cor 9,* 1: *Gl* 1, 16.

596. Cf. *Jo* 16, 28.

597. Cf. *Ef* 4, 8-10.

598. Cf. *Jo* 14, 2.

599. *Prefácio de Ascensão, I: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 410 [*Missal Romano.* Gráfica de Coimbra 1992. 474].

600. Cf. *Ap* 4, 6-11.

601. São João Damasceno, *Expositio fidei*, 75 [*De fide Orthodoxa* 4, 2]: PTS 12. 173 (PG 94, 104D).

601. Cf. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano*: DS 150.

603. Cf. *Act* 1, 11.

604. Cf. *Cl* 3, 3.

605. Cf. *Ef* 4, 10; *1 Cor* 15, 24. 27-28.

606. Cf. *Ef* 1, 10.

607. Cf. *Ef* 1, 22.

608. Cf. *Ef* 4, 11-13.

609. Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 3: AAS 57 (1965) 6.

610. Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 5: AAS 57 (1965) 8.

611. Cf. *1 Pe* 4, 7.

612. Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 53.

613. Cf. *Mc* 16, 17-18.

614. Cf. *Mc* 16, 20.

615. Cf. *Mt* 25, 31.

616. Cf. *2 Ts* 2, 7.

617. Cf. *1 Cor* 15, 28.

618. Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 53.

619. Cf. *1 Cor* 11, 26.

620. Cf. *2 Pe* 3. 11-12.

621. Cf. *1 Cor* 16, 22; *Ap* 22, 17.

622. Cf. *Act* 1, 6-7.

623. Cf. *Is* 11, 1-9.

624. *Cf. Act* 1, *8.*

625. Cf. *1 Cor* 7, 26.

626. Cf. *Ef* 5, 16.

627. Cf. *1 Pe* 4, 17.

628. Cf. *1 Jo* 2, 18; 4, 3: *1 Tm* 4, 1.

629. Cf. *Mt* 25, 1-13; Mc 13, 33-37.

630. Cf. Ap *22.* 20.

631. Cf. *Mc* 13, 32.

632. Cf. *Mt* 24, 44; *1 Ts* 5, 2.

633. Cf. *2 Ts* 2, 3-12.

634. Cf. *Rm* 11, 31.

635. Cf. *Rm* 11, 26; *Mt* 23, 39.

636. Cf. *Rm* 11, 25.

637. Cf. *Rm* 11, 12.

638. Cf. *Rm* 11, 25; *Lc* 21, 24.

639. Cf. *Lc* 18, 8; *Mt* 24, 12.

640. Cf. *Lc* 21, 12; *Jo* 15, 19-20.

641. Cf. *2 Ts* 2, 4-12; *1 Ts* 5. 2-3; 2 *Jo* 7; *1 Jo* 2, 18.22.

642. Cf. Santo Ofício, *Decretum de millenarismo* (19 de Julho de 1944): DS 3839.

643. Cf. Pio XI, *Enc. Divini Redemtptoris* (19 de Março de 1937): AAS 29 (1937) 65-106, condenando o «falso misticismo» desta «simulação da redenção dos humildes» (p. 69); II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 20-21: AAS 58 (1966) 1040-1042.

644. Cf. *Ap* 19, 1-9.

645. Cf. *Ap* 13, 8.

646. Cf. *Ap* 20, 7-10.

647. Cf. *Ap* 21, 2-4.

648. Cf. *Ap* 20, 12.

649. Cf. *2 Pe* 3. 12-13.

650. Cf. *Dn* 7, 10; *Jl* 3-4: *Ml* 3, 19.

651. Cf. *Mt* 3, 7-12.

652. Cf. *Mc* 12, 38-40.

653. Cf. *Lc* 12, *Jo* 3, 20-21; *Rm* 2, 16; *1 Cor* 4, 5.

654. Cf. *Mt* 11, 20-24: 12, 41-42.

655. Cf. *Mt* 5, 22; 7, 1-5.

656. Cf. *Jo* 5, 27: *Mt* 25, 31: *Act* 10, 42: 17, 31: *2 Tm* 4, 1.

657. Cf. *Jo* 3, 17.

658. Cf. *Jo* 5, 26.

659. Cf. *Jo* 3, 18: 12, 48.

600. Cf. *1 Cor* 3, 12-15.

601. Cf. *Mt* 12, 32; *Heb* 6, 4-6; 10, 26-31.

CAPÍTULO TERCEIRO: CREIO NO ESPÍRITO SANTO

683. «Ninguém pode dizer "Jesus é o Senhor" a não ser pela acção do Espírito Santo» (*1Cor*12, 3). «Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: *"Abbá!* Pai!'»*(Gl 4,* 6). Este conhecimento da fé só é possível no Espírito Santo. Para estar em contacto com Cristo, é preciso primeiro ter sido tocado pelo Espírito Santo. É Ele que nos precede e suscita em nós a fé. Em virtude do nosso Baptismo, primeiro sacramento da fé, a Vida, que tem a sua fonte no Pai e nos é oferecida no Filho, é-nos comunicada, íntima e pessoalmente, pelo Espírito Santo na Igreja:

O Baptismo «dá-nos a graça do novo nascimento em Deus Pai, por meio do Filho no Espírito Santo. Porque aqueles que têm o Espírito de Deus são conduzidos ao Verbo, isto é, ao Filho: mas o Filho apresenta-os ao Pai, e o Pai dá-lhes a incorruptibilidade. Portanto, sem o Espírito não é possível ver o Filho de Deus, e sem o Filho ninguém tem acesso ao Pai, porque o conhecimento do Pai é o Filho, e o conhecimento do Filho de Deus faz-se pelo Espírito Santo»(1).

684. O Espírito Santo, pela sua graça, é o primeiro no despertar da nossa fé e na vida nova que consiste em conhecer o Pai e Aquele que Ele enviou, Jesus Cristo (2). No entanto, Ele é o último na revelação das Pessoas da Santíssima Trindade. São Gregário de Nazianzo, «o Teólogo», explica esta progressão pela pedagogia da «condescendência» divina:

«O Antigo Testamento proclamava manifestamente o Pai e mais obscuramente o Filho. O Novo manifestou o Filho e fez entrever a divindade do Espírito. Agora, porém, o próprio Espírito vive connosco e manifesta-se a nós mais abertamente. Com efeito, quando ainda não se confessava a divindade do Pai, não era prudente proclamar abertamente o Filho: e quando a divindade do Filho ainda não era admitida, não era prudente acrescentar o Espírito Santo como um fardo suplementar, para empregar uma expressão um tanto ousada [...] É por avanços e progressões "de glória em glória " que a luz da Trindade brilhará em mais esplendorosas claridades» (3).

685. Crer no Espírito é, portanto, professar que o Espírito Santo é uma das Pessoas da Santíssima Trindade, consubstancial ao Pai e ao Filho, «adorado e glorificado com o Pai e o Filho» (4). É por isso que tratamos do mistério divino do Espírito Santo na «teologia» trinitária. Portanto, aqui só trataremos do Espírito Santo no âmbito da «economia» divina.

686. O Espírito Santo age juntamente com o Pai e o Filho, desde o princípio até à consumação do desígnio da nossa salvação. Mas é nestes «últimos tempos», inaugurados com a Encarnação redentora do Filho, que Ele é revelado e dado, reconhecido e acolhido como Pessoa. Então, esse desígnio divino, consumado em Cristo, «Primogénito» e Cabeça da nova criação, poderá tomar corpo na humanidade pelo Espírito derramado: a Igreja, a comunhão dos santos, a remissão dos pecados, a ressurreição da carne, a vida eterna.

ARTIGO 8: «CREIO NO ESPÍRITO SANTO»

687. «Ninguém conhece o que há em Deus, senão o Espírito de Deus» (*1 Cor 2,* 11). Ora, o seu Espírito, que O revela, faz-nos conhecer Cristo, seu Verbo, sua Palavra viva; mas não Se diz a Si próprio. Aquele que «falou pelos profetas» (5) faz-nos ouvir a Palavra do Pai. Mas a Ele, nós não O ouvimos. Não O conhecemos senão no movimento em que Ele nos revela o Verbo e nos dispõe a acolhê-Lo na fé. O Espírito de verdade, que nos «revela» Cristo, «não fala de Si próprio» (6). Tal escondimento, propriamente divino, explica porque é que «o mundo não O pode receber, porque não O vê nem O conhece», enquanto aqueles que crêem em Cristo O conhecem, porque habita com eles e está neles (*Jo* 14, 17).

688. A Igreja, comunhão viva na fé dos Apóstolos que ela transmite, é o lugar do nosso conhecimento do Espírito Santo:

— Nas Escrituras, que Ele inspirou:
— na Tradição, de que os Padres da Igreja são testemunhas sempre actuais;
— no Magistério da Igreja, que Ele assiste;

— na liturgia sacramental, através das suas palavras e dos seus símbolos, em que o Espírito Santo nos põe em comunhão com Cristo;
— na oração, em que Ele intercede por nós;
— nos carismas e ministérios, pelos quais a Igreja é edificada;
— nos sinais de vida apostólica e missionária;
— no testemunho dos santos, nos quais Ele manifesta a sua santidade e continua a obra da salvação.

I. A missão conjunta do Filho e do Espírito

689. Aquele que o Pai enviou aos nossos corações, o Espírito do seu Filho (7), é realmente Deus. Consubstancial ao Pai e ao Filho, é d'Eles inseparável, tanto na vida íntima da Trindade como no seu dom de amor pelo mundo. Mas ao adorar a Santíssima Trindade, vivificante, consubstancial e indivisível, a fé da Igreja professa também a distinção das Pessoas. Quando o Pai envia o seu Verbo, envia sempre o seu Espírito: missão conjunta na qual o Filho e o Espírito Santo são distintos mas inseparáveis. Sem dúvida, é Cristo quem aparece, Ele que é a Imagem visível de Deus invisível; mas é o Espírito Santo quem O revela.

690. Jesus é Cristo, «ungido», porque o Espírito é d'Ele a Unção; e tudo quanto acontece a partir da Encarnação, decorre desta plenitude (8). Finalmente, quando Cristo é glorificado (9), pode, por sua vez, enviar de junto do Pai, o Espírito, aos que crêem n'Ele: comunica-lhes a sua glória (10), quer dizer, o Espírito Santo que O glorifica (11). A missão conjunta desenvolver-se-á, a partir desse momento, nos filhos adoptados pelo Pai no Corpo do seu Filho: a missão do Espírito de adopção consistirá em uni-los a Cristo e fazê-los viver n' Ele:

«A unção sugere... que não há nenhuma distância entre o Filho e o Espírito. Com efeito, do mesmo modo que entre a superfície do corpo e a unção do óleo, nem a razão nem os sentidos encontram qualquer entremeio, assim é imediato o contacto do Filho com o Espírito, de tal modo que aquele que vai tomar contacto com o Filho pela fé, tem que contactar primeiro com o óleo. Com efeito, não há

pane alguma que esteja despida do Espírito Santo. É por isso que a confissão do Senhorio do Filho se faz no Espírito Santo para aqueles que a recebem, pois o Espírito vem, de todos os lados, ao encontro daqueles que se aproximam pela fé» (12).

II. O nome, as designações e os símbolos do Espírito Santo

O NOME PRÓPRIO DO ESPÍRITO SANTO

691. «Espírito Santo», tal á o nome próprio d'Aquele que adoramos e glorificamos com o Pai e o Filho. A Igreja recebeu este nome do Senhor e professa-o no Baptismo dos seus novos filhos (13).

O termo «Espírito» traduz o termo hebraico « Ruah» que, na sua primeira acepção, significa sopro, ar, vento. Jesus utiliza precisamente a imagem sensível do vento para sugerir a Nicodemos a novidade transcendente d'Aquele que é pessoalmente o Sopro de Deus, o Espírito divino (14). Por outro lado, Espírito e Santo são atributos divinos comuns às três Pessoas divinas. Mas, juntando os dois termos, a Escritura, a Liturgia e a linguagem teológica designam a Pessoa inefável do Espírito Santo, sem equívoco possível com os outros empregos dos termos «espírito» e «santo».

AS DESIGNAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO

692. Jesus, ao anunciar e prometer a vinda do Espírito Santo, chama-Lhe o «Paráclito», que, à letra, quer dizer: «aquele que é chamado para junto», *ad vocatus (Jo* 14, 16. 26; 15, 26; 16, 7). «Paráclito» traduz-se habitualmente por «Consolador», sendo Jesus o primeiro consolador (15). O próprio Senhor chama ao Espírito Santo «o Espírito da verdade» (16).

693. Além do seu nome próprio, que é o mais empregado nos Actos dos Apóstolos e nas epístolas, encontramos em S. Paulo as designações: Espírito da promessa *(Gl 3,* 14; *Ef* 1, 13), Espírito de adopção *(Rm* 8, 15: *Gl* 4, 6)*,* Espírito de Cristo *(Rm* 8, 9), Espírito do Senhor (2*Cor* 3*,* 17). Espírito de Deus *(Rm* 8, 9. 14; 15, 19; *1 Cor 6,* 11; 7, 40), e em S. Pedro, Espírito de glória (1 *Pe* 4, 14).

OS SÍMBOLOS DO ESPÍRITO SANTO

694. *A água.* O simbolismo da água é significativo da acção do Espírito Santo no Baptismo, pois que, após a invocação do Espírito Santo, ela torna-se o sinal sacramental eficaz do novo nascimento. Do mesmo modo que a gestação do nosso primeiro nascimento se operou na água, assim a água baptismal significa realmente que o nosso nascimento para a vida divina nos é dado no Espírito Santo. Mas, «baptizados num só Espírito», «a todos nos foi dado beber de um único Espírito» (*1 Cor* 12, 13): portanto, o Espírito é também pessoalmente a Agua viva que brota de Cristo crucificado (17) como da sua fonte, e jorra em nós para a vida eterna (18).

695. *A unção.* O simbolismo da unção com óleo é também significativo do Espírito Santo, a ponto de se tomar o seu sinónimo (19). Na iniciação cristã, ela é o sinal sacramental da Confirmação, que justamente nas Igrejas Orientais se chama «Crismação». Mas, para lhe apreender toda a força, temos de voltar à primeira unção realizada pelo Espírito Santo: a de Jesus. Cristo («Messias» em hebraico) significa «ungido» pelo Espírito de Deus. Houve «ungidos» do Senhor na antiga Aliança (20), sobretudo o rei David (21). Mas Jesus é o ungido de Deus de maneira única: a humanidade que o Filho assume é totalmente «ungida pelo Espírito Santo». Jesus é constituído «Cristo» pelo Espírito Santo (22). A Virgem Maria concebe Cristo do Espírito Santo, que pelo anjo O anuncia como Cristo aquando do seu nascimento (23) e leva Simeão a ir ao templo ver o Cristo do Senhor (24). É Ele que enche Cristo (25) e cujo poder emana de Cristo nos seus actos de cura e salvamento (26). Finalmente, é Ele que ressuscita Jesus de entre os mortos (27). Então, plenamente constituído «Cristo» na sua humanidade vencedora da morte (28), Jesus difunde em profusão o Espírito Santo, até que «os santos» constituam, na sua união à humanidade do Filho de Deus, o «homem adulto à medida completa da plenitude de Cristo» (*Ef* 4, 13), «o Cristo total», para empregar a expressão de Santo Agostinho (29).

696. *O fogo.* Enquanto a água significava o nascimento e a fecundidade da vida dada no Espírito Santo, o fogo simboliza a energia transformadora dos actos do Espírito Santo. O profeta Elias,

que «apareceu como um fogo e cuja palavra queimava como um facho ardente» *(Sir* 48, 1), pela sua oração faz descer o fogo do céu sobre o sacrifício do monte Carmelo (30), figura do fogo do Espírito Santo, que transforma aquilo em que toca. João Baptista, que «irá à frente do Senhor com o espírito e a força de Elias» *(Lc* 1, 17), anuncia Cristo como Aquele que «há-de baptizar no Espírito Santo e no fogo» *(Lc* 3, 16), aquele Espírito do qual Jesus dirá: «Eu vim lançar fogo sobre a terra e só quero que ele se tenha ateado!» *(Lc* 12, 49). É sob a forma de línguas, «uma espécie de línguas de fogo», que o Espírito Santo repousa sobre os discípulos na manhã de Pentecostes e os enche de Si (31). A tradição espiritual reterá este simbolismo do fogo como um dos mais expressivos da acção do Espírito Santo (32). «Não apagueis o Espírito!» (*1 Ts* 5, 19).

697. *A nuvem e a luz.* Estes dois símbolos são inseparáveis nas manifestações do Espírito Santo. Desde as teofanias do Antigo Testamento, a nuvem, umas vezes escura, outras luminosa, revela o Deus vivo e salvador, velando a transcendência da sua *glória:* a Moisés no monte Sinai (33), na tenda da reunião (34) e durante a marcha pelo deserto (35); a Salomão, aquando da dedicação do templo (36). Ora estas figuras são realizadas por Cristo no Espírito Santo. É Ele que desce sobre a Virgem Maria e a cobre «com a sua sombra», para que conceba e dê à luz Jesus (37). No monte da transfiguração, é Ele que «sobrevém na nuvem que cobriu da sua sombra» Jesus, Moisés e Elias, Pedro, Tiago e João, nuvem da qual se fez ouvir uma voz que dizia: "Este é o meu Filho, o meu Eleito, escutai-O!"» *(Lc* 9, 35). E, enfim, a mesma nuvem que «esconde Jesus aos olhos» dos discípulos no dia da Ascensão (38) e que O revelará como Filho do Homem na sua glória, no dia da sua vinda (39).

698. *O selo* é um símbolo próximo do da unção. Com efeito, foi a Cristo que «Deus marcou com o seu selo» *(Jo* 6, 27) e é n'Ele que o Pai nos marca também com o seu selo» (40). Porque indica o efeito indelével da unção do Espírito Santo nos sacramentos do Baptismo, da Confirmação e da Ordem, a imagem do selo («sphragis») foi

utilizada em certas tradições teológicas para exprimir o «carácter» indelével, impresso por estes três sacramentos, que não podem ser repetidos.

699. *A mão.* É pela imposição das mãos que Jesus cura os doentes (41) e abençoa as crianças (42). O mesmo farão os Apóstolos, em seu nome (43). Ainda mais: é pela imposição das mãos dos Apóstolos que o Espírito Santo é dado (44). A Epístola aos Hebreus coloca a imposição das mãos no número dos «artigos fundamentais» do seu ensino (45). Este sinal da efusão omnipotente do Espírito Santo, guarda-o a Igreja nas suas epicleses sacramentais.

700. *O dedo.* «É pelo dedo de Deus que Jesus expulsa os demónios» (46). Se a Lei de Deus foi escrita em tábuas de pedra «pelo dedo de Deus» (*Ex* 31, 18), a «carta de Cristo», entregue ao cuidado dos Apóstolos, «é escrita com o Espírito de Deus vivo: não em placas de pedra, mas em placas que são corações de carne» *(2 Cor* 3, 3). O hino «Veni Creator Spiritus» invoca o Espírito Santo como «*digitus paternae dexterae*» — «Dedo da mão direita do Pai» (47).

701. *A pomba.* No final do dilúvio (cujo simbolismo tem a ver com o Baptismo), a pomba solta por Noé regressa com um ramo verde de oliveira no bico, sinal de que a terra é outra vez habitável /48). Quando Cristo sobe das águas do seu baptismo, o Espírito Santo, sob a forma duma pomba, desce e paira sobre Ele (49). O Espírito desce e repousa no coração purificado dos baptizados. Em certas igrejas, a sagrada Reserva eucarística é conservada num relicário metálico em forma de pomba (o *columbarium)* suspenso sobre o altar. O símbolo da pomba para significar o Espírito Santo é tradicional na iconografia cristã.

III. O Espírito e a Palavra de Deus, no tempo das promessas

702. Desde o princípio até à «plenitude do tempo» (50), a missão conjunta do Verbo e do Espírito do Pai permanece *oculta,* mas está actuante. O Espírito de Deus prepara o tempo do Messias: e um e outro, ainda não plenamente revelados, já são prometidos com o fim

de serem esperados e acolhidos quando da sua manifestação. É por isso que, quando a Igreja lê o Antigo Testamento (51) perscruta nele (52) o que o Espírito, «que falou pelos profetas» (53), nos quer dizer acerca de Cristo.

Por «profetas», a fé da Igreja entende aqui todos aqueles que o Espírito Santo inspirou no anúncio vivo e na redacção dos Livros santos, tanto do Antigo como do Novo Testamento. A tradição judaica distingue a Lei (os cinco primeiros livros ou Pentateuco), os Profetas (os livros ditos históricos e proféticos) e os Escritos (sobretudo sapienciais, em particular os Salmos) (54).

NA CRIAÇÃO

703. A Palavra de Deus e o seu Espírito estão na origem do ser e da vida de todas as criaturas (55).

É próprio do Espírito Santo reinar, santificar e animar a criação, porque Ele é Deus consubstancial ao Pai e ao Filho [...]. Pertence-Lhe o poder sobre a vida, porque, sendo Deus, guarda a criação no Pai pelo Filho (56).

704. «Quanto ao homem, foi com as suas próprias mãos (quer dizer, com o Filho e o Espírito Santo) que Deus o moldou [...] e sobre a carne moldada desenhou a sua própria forma, de modo que, mesmo o que havia de ser visível, tivesse a forma divina» (57) .

O ESPÍRITO DA PROMESSA

705. Desfigurado pelo pecado e pela morte, o homem permanece «à imagem de Deus», à imagem do Filho, mas está «privado da glória de Deus» (58) , privado da «semelhança». A promessa feita a Abraão inaugura a «economia da salvação», no termo da qual o próprio Filho assumirá «a imagem»(59) e restaurá-la-á na «semelhança» com o Pai, voltando a dar-lhe a glória, o Espírito «que dá a vida».

706. Contra toda a esperança humana, Deus promete a Abraão uma descendência, como fruto da fé e do poder do Espírito Santo (60). Nessa descendência serão abençoadas todas as nações da terra

(61). Essa descendência será o Cristo (62) no qual a efusão do Espírito Santo fará «a unidade dos filhos de Deus dispersos» (63). Comprometendo-Se por juramento (64), Deus obriga-Se, desde logo, ao dom do seu Filho muito-amado (65) e ao dom do «Espírito Santo prometido, que constitui o título de garantia da nossa herança para a redenção do povo que Deus adquiriu para Si mesmo» (66).

NAS TEOFANIAS E NA LEI

707. As teofanias (manifestações de Deus) iluminam o caminho da promessa, dos patriarcas a Moisés e de Josué até às visões que inauguram a missão dos grandes profetas. A Tradição cristã sempre reconheceu que, nestas teofanias, o Verbo de Deus Se deixava ver e ouvir, ao mesmo tempo revelado e «velado», na nuvem do Espírito Santo.

708. Esta pedagogia de Deus manifesta-se especialmente no dom da Lei (67). A Lei foi dada como um «pedagogo» para conduzir o povo a Cristo (68). Mas a sua impotência para salvar o homem, privado da «semelhança» divina e o conhecimento acrescido que ela dá do pecado (69) suscitam o desejo do Espírito Santo. Os gemidos dos Salmos são disso testemunho.

NO REINO E NO EXÍLIO

709. A Lei, sinal da promessa e da Aliança, deveria reger o coração e as instituições do povo nascido da fé de Abraão. «Se ouvirdes realmente a minha voz, se guardardes a minha Aliança [...], sereis para Mim um reino de sacerdotes, uma nação consagrada» *(Ex* 19, 5-6) (70) . Mas depois de David, Israel sucumbe à tentação de se tornar um reino como as outras nações. Ora o Reino, objecto da promessa feita a David (71) , será obra do Espírito Santo: pertencerá aos que são pobres segundo o Espírito.

710. O esquecimento da Lei e a infidelidade à Aliança levam à morte: é o Exílio, aparentemente o fracasso das promessas, mas, na realidade, fidelidade misteriosa do Deus salvador e o princípio duma restauração prometida, mas segundo o Espírito. Era preciso que o povo de Deus sofresse esta purificação (72). O exílio traz já a

sombra da cruz no desígnio de Deus; e o «resto» dos pobres que regressa do Exílio é uma das figuras mais transparentes da Igreja.

A EXPECTATIVA DO MESSIAS E DO SEU ESPÍRITO

711. «Eis que vou fazer algo de novo» (*Is* 43, 19): duas linhas proféticas vão ser traçadas, incidindo uma sobre a expectativa do Messias e outra sobre o anúncio dum Espírito novo, convergindo ambas no pequeno «resto», o povo dos pobres (73), que aguarda na esperança a «consolação de Israel» e «a libertação de Jerusalém» *(Lc* 2, 25.38).

Vimos mais atrás como Jesus cumpriu as profecias que Lhe diziam respeito. Limitamo-nos agora àquelas em que aparece mais clara a relação entre o Messias e o seu Espírito.

712. Os traços do rosto do *Messias* esperado começam a aparecer no Livro do Emanuel (74) (quando Isaías [...] teve a visão da glória» de Cristo: *Jo* 12, 41), particularmente em *Is* 11, 1-2:

«Naquele dia,
sairá um ramo do tronco de Jessé
e um rebento brotará das suas raízes.
Sobre ele repousará o Espírito do Senhor:
espírito de sabedoria e de entendimento,
espírito de conselho e de fortaleza,
espírito de conhecimento e de temor do Senhor».

713. Os traços do Messias são revelados sobretudo nos cânticos do Servo (75). Estes cânticos anunciam o sentido da paixão de Jesus, indicando assim a maneira como Ele derramará o Espírito Santo para dar vida à multidão: não a partir do exterior, mas assumindo a nossa «condição de servo» *(Fl* 2, 7). Tomando sobre Si a nossa morte, Ele pode comunicar-nos o seu próprio Espírito de vida.

714. É por isso que Cristo inaugura o anúncio da Boa-Nova, apropriando-Se desse passo de Isaías *(Lc 4,* 18-19) (76) :

«O Espírito do Senhor Deus está sobre Mim,
porque o Senhor Me ungiu.

Enviou-Me a anunciar a Boa-Nova aos que sofrem,
para curar os desesperados,
para anunciar a libertação aos exilados
e a liberdade aos prisioneiros,
para proclamar o ano da graça do Senhor».

715. Os textos proféticos, respeitantes directamente ao envio do Espírito Santo, são oráculos em que Deus fala ao coração do seu povo na linguagem da promessa, com os acentos do «amor e da fidelidade» (77), cujo cumprimento São Pedro proclamará na manhã do Pentecostes (78)». Segundo estas promessas, nos «últimos tempos» o Espírito do Senhor há-de renovar o coração dos homens, gravando neles uma lei nova; reunirá e reconciliará os povos dispersos e divididos; transformará a primeira criação e Deus habitará nela com os homens, na paz.

716. O povo dos «pobres» (79) , dos humildes e dos mansos, totalmente entregues aos desígnios misteriosos do seu Deus, o povo dos que esperam a justiça, não dos homens mas do Messias, tal é, afinal, a grande obra da missão oculta do Espírito Santo, durante o tempo das promessas, para preparar a vinda de Cristo. É a qualidade do seu coração, purificado e iluminado pelo Espírito, que se exprime nos salmos. Nestes pobres, o Espírito prepara para o Senhor «um povo bem disposto» (80).

IV. O Espírito de Cristo na plenitude do tempo

JOÃO, PRECURSOR, PROFETA E BAPTISTA

717. «Apareceu um homem, enviado por Deus, que tinha o nome de João» (*Jo* 1, 6). João é «cheio do Espírito Santo já desde o seio materno» (*Lc* 1, 15) (81), pelo próprio Cristo que a Virgem acabava de conceber por obra e graça do Espírito Santo. A « visitação» de Maria a Isabel tornou-se, assim, «visita de Deus ao seu povo» (82).

718. João é «Elias que devia vir» (83). O fogo do Espírito habita nele e fá-lo «correr à frente» (como «precursor») do Senhor que chega. Em João o Precursor, o Espírito Santo acaba de «preparar para o Senhor um povo bem disposto» *(Lc* 1, 17).

719. João é «mais do que um profeta» (84). Nele, o Espírito Santo consuma o «falar pelos profetas». João termina o ciclo dos profetas inaugurado por Elias (85). Anuncia como iminente a consolação de Israel; é ele a «voz» do Consolador que vai chegar (86). Tal como fará o Espírito da verdade, «ele vem como testemunha, para dar testemunho da Luz» (*Jo* 1, 7) (87). A respeito de João, o Espírito cumpre assim as «indagações dos profetas» e o «desejo» dos anjos (88): «Aquele sobre Quem vires o Espírito Santo descer e permanecer, é Ele que baptiza no Espírito Santo. Ora, eu vi e dou testemunho de que Ele é o Filho de Deus [...] Eis o Cordeiro de Deus!» *(Jo* 1, 33-36).

720. Finalmente, com João Baptista, o Espírito Santo inaugura, em prefiguração, aquilo que vai realizar com e em Cristo: restituir ao homem «a semelhança» divina. O baptismo de João era para o arrependimento: o Baptismo na água e no Espírito será um novo nascimento (89).

«ALEGRA-TE, Ó CHEIA DE GRAÇA»

721. Maria, a santíssima Mãe de Deus, sempre virgem, é a obra-prima da missão do Filho e do Espírito na plenitude do tempo. Pela primeira vez no desígnio da salvação e porque o seu Espírito a preparou, o Pai encontra a *morada* na qual o seu Filho e o seu Espírito podem habitar entre os homens. É neste sentido que a Tradição da Igreja muitas vezes lê, em relação a Maria, os mais belos textos sobre a Sabedoria (90): Maria é cantada e apresentada na Liturgia como «o Trono da Sabedoria». Nela começam a manifestar-se as «maravilhas de Deus», que o Espírito vai realizar em Cristo e na Igreja:

722. O Espírito Santo *preparou* Maria pela sua graça. Convinha que fosse «cheia de graça» a Mãe d'Aquele em Quem «habita corporalmente a plenitude da divindade» (*Cl* 2, 9). Ela foi, por pura graça, concebida sem pecado, como a mais humilde das criaturas, a mais capaz de acolher o dom inefável do Omnipotente. É a justo título que o anjo Gabriel a saúda como «Filha de Sião»: «Ave» (= «Alegra-te») (91). É a acção de graças de todo o povo de Deus, e

portanto da Igreja, que ela faz subir até ao Pai, no Espírito Santo, com o seu cântico (92) , quando já portadora, em si, do Filho eterno.

723. Em Maria, o Espírito Santo *realiza* o desígnio benevolente do Pai. É pelo Espírito Santo que a Virgem concebe e dá à luz o Filho de Deus. A sua virgindade torna-se fecundidade única, pelo poder do Espírito e da fé (93).

724. Em Maria, o Espírito Santo *manifesta* o Filho do Pai feito Filho da Virgem. Ela é a sarça ardente da teofania definitiva: cheia do Espírito Santo, mostra o Verbo na humildade da sua carne; e é aos pobres (94) e às primícias das nações (95) que Ela O dá a conhecer.

725. Finalmente, por Maria, o Espírito começa *a pôr em comunhão com* Cristo os homens que são «objecto do amor benevolente de Deus» (96); e os humildes são sempre os primeiros a recebé-Lo: os pastores, os magos, Simeão e Ana, os esposos de Caná e os primeiros discípulos.

726. No termo desta missão do Espírito, Maria torna-se a «Mulher», a nova Eva «mãe dos vivos», Mãe do «Cristo total» (97). É como tal que Ela está presente com os Doze, «num só coração, assíduos na oração» *(Act* 1, 14), no alvorecer dos «últimos tempos», que o Espírito vai inaugurar na manhã do Pentecostes, com a manifestação da Igreja.

JESUS CRISTO

727. Toda a missão do Filho e do Espírito Santo, na plenitude do tempo, está contida no facto de o Filho ser o ungido do Espírito do Pai, desde a sua Encarnação: Jesus é o Cristo, o Messias.

Todo o segundo capítulo do Símbolo da Fé deve ser lido a esta luz. Toda a obra de Cristo é missão conjunta do Filho e do Espírito Santo. Aqui mencionaremos somente o que se refere à promessa do Espírito Santo feita por Jesus, e à sua doação pelo Senhor glorificado.

728. Jesus não revela plenamente o Espírito Santo enquanto Ele próprio não for glorificado pela sua morte e ressurreição. No entanto, sugere-O pouco a pouco, mesmo no seu ensino às multidões, quando revela que a sua carne será alimento para a vida do mundo (98). Insinua-O também a Nicodemos (99) , à samaritana (100) e aos que tomam parte na festa dos Tabernáculos (101). Aos seus discípulos, fala d'Ele abertamente a propósito da oração (102) e do testemunho que devem dar (103).

729. Só quando chega a Hora em que vai ser glorificado, é que Jesus *promete* a vinda do Espírito Santo, pois a sua morte e ressurreição serão o cumprimento da promessa feita aos antepassados (104). O Espírito da verdade, o outro Paráclito, será dado pelo Pai a pedido de Jesus; será enviado pelo Pai em nome de Jesus; Jesus O enviará de junto do Pai, porque do Pai procede. O Espírito Santo virá, nós O conheceremos, Ele ficará connosco para sempre, habitará connosco; há-de ensinar-nos tudo, há-de lembrar-nos tudo o que Cristo nos disse e dará testemunho d'Ele; conduzir-nos-á à verdade total e glorificará a Cristo. Quanto ao mundo, confundi-lo-á em matéria de pecado, de justiça e de julgamento.

730. Chega, por fim, a «Hora de Jesus» (105) : Jesus entrega o seu espírito nas mãos do Pai (106) , no momento em que pela sua morte vence a morte, de tal modo que, «ressuscitado dos mortos pela glória do Pai» *(Rm 6,* 4), logo *dá* o Espírito Santo «soprando» sobre os discípulos (107). A partir dessa «Hora», a missão de Cristo e do Espírito torna-se a missão da Igreja: «Assim como o Pai Me enviou, também Eu vos envio a vós» (*Jo* 20, 21) (108).

V. O Espírito e a Igreja nos últimos tempos

O PENTECOSTES

731. No dia de Pentecostes (no termo das sete semanas pascais), a Páscoa de Cristo completou-se com a efusão do Espírito Santo que Se manifestou, Se deu e Se comunicou como Pessoa divina: da sua plenitude, Cristo Senhor derrama em profusão o Espírito (109).

732. Neste dia, revelou-Se plenamente a Santíssima Trindade. A partir deste dia, o Reino anunciado por Cristo abre-se aos que n'Ele crêem. Na humildade da carne e na fé, eles participam já na comunhão da Santíssima Trindade. Pela sua vinda, que não cessará jamais, o Espírito Santo faz entrar no mundo nos «últimos tempos», no tempo da Igreja, no Reino já herdado mas ainda não consumado:

«Nós vimos a verdadeira Luz, recebemos o Espírito celeste, encontrámos a verdadeira fé: adoramos a Trindade indivisível, porque foi Ela que nos salvou» (110).

O ESPÍRITO SANTO – DOM DE DEUS

733. «Deus é Amor» *(1 Jo* 4, 8.16) e o Amor é o primeiro dom, que contém todos os outros. Este amor «derramou-o Deus nos nossos corações, pelo Espírito Santo que nos foi dado» (*Rm* 5, 5).

734. Uma vez que estamos mortos, ou pelo menos feridos pelo pecado, o primeiro efeito do dom do Amor é a remissão dos nossos pecados. E é a comunhão do Espírito Santo *(2 Cor* 13, 13) que, na Igreja, restitui aos baptizados a semelhança divina perdida pelo pecado.

735. Ele dá-nos então as «arras» ou as «primícias» da nossa herança (111): a própria vida da Santíssima Trindade, que consiste em amar «como Ele nos amou» (112). Este amor (a caridade de que se fala em *1 Cor* 13) é o princípio da vida nova em Cristo, tornada possível graças ao facto de termos «recebido uma força vinda do alto, a do Espírito Santo»*(Act* 1, 8).

736. É graças a esta força do Espírito que os filhos de Deus podem dar fruto. Aquele que nos enxertou na verdadeira Vide far-nos-á dar «os frutos do Espírito: caridade, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, auto-domínio» *(Gl 5,* 22-23). «O Espírito é a nossa vida»: quanto mais renunciarmos a nós próprios (113), mais «caminharemos segundo o Espírito» (114):

«Pela comunhão com Ele, o Espírito Santo torna-nos espirituais, recoloca-nos no paraíso, reconduz-nos ao Reino dos céus e à

adopção filial, dá-nos a confiança de chamar Pai a Deus e de participar na graça de Cristo, de ser chamados filhos da luz e de tomar parte na glória eterna» (115).

O ESPÍRITO SANTO E A IGREJA

737. A missão de Cristo e do Espírito Santo completa-se na Igreja, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo. Esta missão conjunta associa, doravante, os fiéis de Cristo à sua comunhão com o Pai no Espírito Santo: o Espírito *prepara* os homens e adianta-se-lhes com a sua graça para os atrair a Cristo. *Manifesta-lhes* o Senhor ressuscitado, lembra-lhes a sua Palavra e abre-lhes o espírito à inteligência da sua morte e da sua ressurreição. *Torna-lhes presente o*mistério de Cristo, principalmente na Eucaristia, com o fim de os reconciliar, de os *pôr em comunhão* com Deus, para os fazer dar «muito fruto» (116).

738. Assim, a missão da Igreja não se acrescenta à de Cristo e do Espírito Santo, mas é o sacramento dela: por todo o seu ser e em todos os seus membros, é enviada para anunciar e testemunhar, actualizar e derramar o mistério da comunhão da Santíssima Trindade (será este o objecto do próximo artigo):

«Nós todos, que recebemos o único e mesmo Espírito, quer dizer, o Espírito Santo, fundimo-nos entre nós e com Deus. Porque, embora sejamos numerosos separadamente, e Cristo faça com que o Espírito do Pai e seu habite em cada um de nós, este Espírito único e indivisível reconduz pessoalmente à unidade os que são distintos entre si [...] e faz com que todos apareçam n'Ele como sendo um só. E assim como o poder da santa humanidade de Cristo faz com que todos aqueles em quem ela se encontra formem um só corpo, penso que, do mesmo modo, o Espírito de Deus, que habita em todos, único e indivisível, os leva todos à unidade espiritual» (117).

739. Uma vez que o Espírito Santo é a unção de Cristo, é Cristo, a Cabeça do corpo, quem O derrama nos seus membros para os alimentar, os curar, os organizar nas suas mútuas funções, os vivificar, os enviar a dar testemunho, os associar à sua oferta ao Pai

e à sua intercessão pelo mundo inteiro. É pelos sacramentos da Igreja que Cristo comunica aos membros do seu corpo o seu Espírito Santo e santificador (será este o objecto da segunda parte do Catecismo).

740. Estas «maravilhas de Deus», oferecidas aos crentes nos sacramentos da Igreja, dão os seus frutos na vida nova em Cristo, segundo o Espírito (será este o objecto da terceira parte do Catecismo).

741. «Também o Espírito Santo vem em auxílio da nossa fraqueza, porque não sabemos o que pedir nas nossas orações; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis» *(Rm* 8, 26). O Espírito Santo, artífice das obras de Deus, é o Mestre da oração (será este o objecto da quarta parte do Catecismo).

Resumindo

742. *«E, porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama:* "Abbá!" *Pai!» (Gl 4, 6).*

743. *Desde o princípio até à consumação do tempo, quando Deus envia o seu Filho, envia sempre o seu Espírito: a missão dos dois é conjunta e inseparável.*

744. *Na plenitude dos tempos, o Espírito Santo realiza em Maria todas as preparações para a vinda de Cristo ao povo de Deus. Pela acção do Espírito Santo n 'Ela, o Pai dá ao mundo o Emanuel, «Deus connosco» (Mt 1, 23).*

745. *O Filho de Deus é consagrado Cristo (Messias) pela unção do Espírito Santo, na sua Encarnação* (118)*.*

746. *Pela sua morte e ressurreição, Jesus foi constituído Senhor e Cristo na glória* (119)*. Da sua plenitude, Ele derrama o Espírito Santo sobre os Apóstolos e sobre a Igreja.*

747. *O Espírito Santo, que Cristo-cabeça derrama sobre os seus membros, constrói, anima e santifica a Igreja. Ela é o sacramento da comunhão da Santíssima Trindade com os homens.*

ARTIGO 9: «CREIO NA SANTA IGREJA CATÓLICA»

748. «A luz dos povos é Cristo: por isso, este sagrado Concílio, reunido no Espírito Santo, deseja ardentemente iluminar todos os homens com a sua luz que resplandece no rosto da Igreja, anunciando o Evangelho a toda a criatura» (120). É com estas palavras que começa a «Constituição Dogmática sobre a Igreja» do II Concilio do Vaticano. Desse modo, o Concílio mostra que o artigo de fé sobre a Igreja depende inteiramente dos artigos relativos a Jesus Cristo. A Igreja não tem outra luz senão a de Cristo. Ela é, segundo uma imagem cara aos Padres da Igreja, comparável à lua, cuja luz é toda reflexo da do sol.

749. O artigo sobre a Igreja depende também inteiramente do artigo sobre o Espírito Santo, que o precede. «Com efeito, depois de ter mostrado que o Espírito Santo é a fonte e o dador de toda a santidade, nós confessamos agora que foi Ele quem dotou de santidade a Igreja» (121). A Igreja é, segundo a expressão dos Padres, o lugar «onde floresce o Espírito» (122).

750. Crer que a Igreja é «santa» e «católica», e que é «una» e «apostólica» (como acrescenta o Símbolo Niceno-Constantinopolitano), é inseparável da fé em Deus Pai, Filho e Espírito Santo. No Símbolo dos Apóstolos fazemos profissão de crer a Igreja santa *(«Credo... Ecclesiam»),* e não *na* Igreja, para não confundir Deus com as suas obras e para atribuir claramente à bondade de Deus *todos* os dons que Ele próprio pôs na sua Igreja (123).

PARÁGRAFO 1: A IGREJA NO DESÍGNIO DE DEUS

I. Os nomes e as imagens da Igreja

751. A palavra «Igreja» («ekklesía», do verbo grego «ek-kalein» = «chamar fora») significa «convocação». Designa as assembleias do povo em geral (124) de carácter religioso. É o termo frequentemente utilizado no Antigo Testamento grego para a assembleia do povo eleito diante de Deus, sobretudo para a assembleia do Sinai, onde Israel recebeu a Lei e foi constituído por Deus como seu povo santo

(125). Ao chamar-se «Igreja», a primeira comunidade dos que acreditaram em Cristo reconhece-se herdeira dessa assembleia. Nela, Deus «convoca» o seu povo de todos os confins da terra. O termo « Kyriakê», de onde derivaram «church», «Kirche», significa «aquela que pertence ao Senhor».

752. Na linguagem cristã, a palavra «Igreja» designa a assembleia litúrgica (126), mas também a comunidade local (127) ou toda a comunidade universal dos crentes (128). Estes três significados são, de facto, inseparáveis. «A Igreja» é o povo que Deus reúne no mundo inteiro. Ela existe nas comunidades locais e realiza-se como assembleia litúrgica, sobretudo eucarística. Vive da Palavra e do Corpo de Cristo, e é assim que ela própria se torna Corpo de Cristo.

OS SÍMBOLOS DA IGREJA

753. Na Sagrada Escritura, encontramos grande quantidade de imagens e figuras ligadas entre si, mediante as quais a Revelação fala do mistério inesgotável da Igreja. As imagens tomadas do Antigo Testamento constituem variantes duma ideia de fundo, que é a de «povo de Deus». No Novo Testamento (129), todas estas imagens encontram um novo centro, pelo facto de Cristo Se tomar «a Cabeça» deste povo (130) que é, desde então, o seu corpo. A volta deste centro, agrupam-se imagens «tiradas quer da vida pastoril ou agrícola, quer da construção ou também da família e matrimónio» (131).

754. «Assim a Igreja é o *redil,* cuja única e necessária porta é Cristo (132). E também o rebanho, do qual o próprio Deus predisse que seria o pastor (133) e cujas ovelhas, ainda que governadas por pastores humanos, são contudo guiadas e alimentadas sem cessar pelo próprio Cristo, bom Pastor e Príncipe dos pastores (134), o qual deu a vida pelas suas ovelhas (135)» (136) .

755 «A Igreja é a *agricultura* ou o campo de Deus (137). Nesse campo cresce a oliveira antiga, de que os patriarcas foram a raiz santa e na qual se realizou e realizará a reconciliação de judeus e gentios (138). Ela foi plantada pelo celeste Agricultor como uma

vinha eleita (139). A verdadeira Videira é Cristo: é Ele que dá vida e fecundidade aos sarmentos, isto é, a nós que, pela Igreja, permanecemos n'Ele, e sem o Qual nada podemos fazer (140)» (141).

756. «A Igreja é também muitas vezes chamada *construção* de Deus (142). O próprio Senhor se comparou à pedra que os construtores rejeitaram e que se tornou pedra angular *(Mt* 21, 42 par.: *Act 4,* 11; *1 Pe* 2, 7; *Sl* 118, 22). Sobre esse fundamento é a Igreja construída pelos Apóstolos (143), e dele recebe firmeza e coesão. Esta construção recebe vários nomes: casa de Deus (144), na qual habita a sua *família;* habitação de Deus no Espírito (145); tabernáculo de Deus com os homens (146); e, sobretudo, *templo* santo, o qual, representado pelos santuários de pedra e louvado pelos santos Padres, é com razão comparado, na Liturgia, à cidade santa, a nova Jerusalém. Nela, com efeito, somos edificados cá na terra como pedras vivas (147). Esta cidade, S. João contemplou-a "descendo do céu, da presença de Deus, na renovação do mundo, como esposa adornada para ir ao encontro do esposo" (*Ap* 21, 1-2)» (148).

757. «A Igreja é também chamada "Jerusalém do Alto" e "nossa mãe" (*Gl* 4, 26) (149); é também descrita como a *Esposa* imaculada do Cordeiro sem mancha (150), a qual Cristo "amou, pela qual Se entregou para a santificar" (*Ef* 5, 25-26), que uniu a Si por um vínculo indissolúvel, e à qual, sem cessar, "alimenta e presta cuidados" *(Ef* 5, 29)» (151).

II. Origem, fundação e missão da Igreja

758. Para perscrutar o mistério da Igreja, é conveniente meditar primeiro sobre a sua origem no desígnio da Santíssima Trindade e sobre a sua progressiva realização na história.

UM DESÍGNIO NASCIDO NO CORAÇÃO DO PAI

759. «O eterno Pai, que pelo libérrimo e insondável desígnio da sua sabedoria e bondade, criou o universo, decidiu elevar os homens participação da vida divina», para a qual a todos convida em seu Filho: «E, aos que crêem em Cristo, decidiu convocá-los na santa

Igreja». Esta «família de Deus» constituiu-se e realizou-se gradualmente ao longo das etapas da história humana, segundo as disposições do Pai: de facto, a Igreja «prefigurada já desde o princípio do mundo e admiravelmente preparada na história do povo de Israel e na antiga Aliança, foi constituída no fim dos tempos, e manifestada pela efusão do Espírito Santo, e será gloriosamente consumada no fim dos séculos» (152).

A IGREJA – PREFIGURADA DESDE A ORIGEM DO MUNDO

760. «O mundo foi criado em ordem à Igreja», diziam os cristãos dos primeiros tempos (153). Deus criou o mundo em ordem à comunhão na sua vida divina, comunhão que se realiza pela "convocação" dos homens em Cristo, e esta "convocação" é a Igreja. A Igreja é o fim de todas as coisas (154). Até as próprias vicissitudes dolorosas, como a queda dos anjos e o pecado do homem, não foram permitidas por Deus senão como ocasião e meio de pôr em acção toda a força do seu braço, toda a medida do amor que queria dar ao mundo:

«Assim como a vontade de Deus é um acto e se chama mundo, do mesmo modo a sua intenção é a salvação dos homens e chama-se Igreja» (155).

A IGREJA – PREPARADA NA ANTIGA ALIANÇA

761. A reunião do povo de Deus começa no instante em que o pecado destrói a comunhão dos homens com Deus e entre si. A reunião da Igreja é, por assim dizer, a reacção de Deus ao caos provocado pelo pecado. Esta reunificação realiza-se secretamente no seio de todos os povos: «Em qualquer nação, quem O teme e pratica a justiça, é aceite por Ele» (*Act* 10, 35) (156).

762. *A preparação* remota da reunião do povo de Deus começa com a vocação de Abraão, a quem Deus promete que há-de vir a ser o pai de um grande povo (157). A preparação imediata começa com a eleição de Israel como povo de Deus (158). Pela sua eleição, Israel deve ser o sinal da reunião futura de todas as nações (159). Mas já os profetas acusam Israel de ter quebrado a aliança, comportando-

se como uma prostituta (160). Eles anunciam uma Aliança nova e eterna (161). «Esta Aliança nova, instituiu-a Cristo» (162).

A IGREJA – INSTITUÍDA POR JESUS CRISTO

763. Pertence ao Filho realizar, na plenitude dos tempos, o plano de salvação do seu Pai; tal é o motivo da sua «missão» (163). «O Senhor Jesus deu início à sua Igreja, pregando a boa-nova do advento do Reino de Deus prometido desde há séculos nas Escrituras» (164). Para cumprir a vontade do Pai, Cristo inaugurou na terra o Reino dos céus. A Igreja «é o Reino de Cristo já presente em mistério» (165).

764. «Este Reino manifesta-se aos homens na palavra, nas obras e na presença de Cristo» (166), Acolher a palavra de Jesus é «acolher o próprio Reino» (167). O germe e começo do Reino é o «pequeno rebanho» *(Lc* 12, 32) daqueles que Jesus veio congregar ao seu redor e dos quais Ele próprio é o Pastor (168). Eles constituem a verdadeira família de Jesus (169). Aqueles que assim juntou em redor de si, ensinou uma nova «maneira de agir», mas também uma oração própria (170).

765. O Senhor Jesus dotou a sua comunidade duma estrutura que permanecerá até ao pleno acabamento do Reino. Temos, antes de mais, a escolha dos Doze, com Pedro como chefe (171). Representando as doze tribos de Israel (172), são as pedras do alicerce da nova Jerusalém (173). Os Doze (174) e os outros discípulos (175) participam da missão de Cristo, do seu poder, mas também da sua sorte (176). Com todos estes actos, Cristo prepara e constrói a sua Igreja.

766. Mas a Igreja nasceu principalmente do dom total de Cristo pela nossa salvação, antecipado na instituição da Eucaristia e realizado na cruz. «Tal começo e crescimento da Igreja exprimem-nos o sangue e a água que manaram do lado aberto de Jesus crucificado» (177). Porque «foi do lado de Cristo adormecido na cruz que nasceu o sacramento admirável de toda a Igreja» (178). Assim como Eva foi

formada do costado de Adão adormecido, assim a Igreja nasceu do coração trespassado de Cristo, morto na cruz (179).

A IGREJA – MANIFESTADA PELO ESPÍRITO SANTO

767. «Consumada a obra que o Pai confiou ao Filho para cumprir na terra, no dia de Pentecostes foi enviado o Espírito Santo para que santificasse continuamente a Igreja» (180). Foi então que «a Igreja foi publicamente manifestada diante duma grande multidão» e «teve o seu início a difusão do Evangelho entre os gentios, por meio da pregação» (181). Porque é «convocação» de todos os homens à salvação, a Igreja é, por sua própria natureza, missionária, enviada por Cristo a todas as nações, para de todas fazer discípulos (182).

768. Para que a Igreja possa realizar a sua missão, o Espírito Santo «enriquece-a e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos» (183). Pelo que a Igreja, enriquecida com os dons do seu fundador e guardando fielmente os seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar e instaurar o Reino de Cristo e de Deus em todos os povos, e constitui o germe e o princípio deste mesmo Reino na terra» (184).

A IGREJA – CONSUMADA NA GLÓRIA

769. «A Igreja [...] só na glória celeste alcançará a sua realização acabada» (185), aquando do regresso glorioso de Cristo. Até esse dia, «a Igreja avança na sua peregrinação por entre as perseguições do mundo e das consolações de Deus» (186). Vivendo na terra, ela tem consciência de viver no exílio, longe do Senhor (187) e suspira pelo advento do Reino em plenitude, pela hora em que «espera e deseja juntar-se ao seu Rei na glória» (188). A consumação da Igreja – e através dela, do mundo – na glória, não se fará sem grandes provações. Só então é que «todos os justos, desde Adão, "desde o justo Abel até ao último eleito", se encontrarão reunidos na Igreja universal junto do Pai» (189).

III. O mistério da Igreja

770. A Igreja está na história, mas, ao mesmo tempo, transcende-a. Só «com os olhos da fé» (190) é que se pode ver na sua realidade visível, ao mesmo tempo, uma realidade espiritual, portadora de vida divina.

A IGREJA – AO MESMO TEMPO VISÍVEL E ESPIRITUAL

771. «Cristo, mediador único, constitui e continuamente sustenta sobre a terra, como um todo visível, a sua Igreja santa, comunidade de fé, esperança e amor, por meio da qual difunde em todos a verdade e a graça». A Igreja é, simultaneamente:

– «sociedade dotada de órgãos hierárquicos e corpo místico de Cristo»;
– «agrupamento visível e comunidade espiritual»;
– «Igreja terrestre e Igreja ornada com os bens celestes».

Estas dimensões constituem, em conjunto, «uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino» (191).

É próprio da Igreja ser «simultaneamente humana e divina, visível e dotada de elementos invisíveis, empenhada na acção e dada à contemplação, presente no mundo e, todavia, peregrina; mas de tal forma que o que nela é humano se deve ordenar e subordinar ao divino, o visível ao invisível, a acção à contemplação, e o presente à cidade futura que buscamos» (192).

«Humildade! Sublimidade! Tenda de Cedar e santuário de Deus; habitação terrena e palácio celeste; casa de barro e corte real; corpo mortal e templo de luz; enfim, objecto de desprezo para os orgulhosos e esposa de Cristo! Ela é morena mas bela, ó filhas de Jerusalém; ela que, empalidecida pela fadiga e sofrimento dum longo exílio, tem, no entanto, por ornamento a beleza celeste» (193).

A IGREJA – MISTÉRIO DA UNIÃO DOS HOMENS COM DEUS

772. É na Igreja que Cristo realiza e revela o seu próprio mistério, como a meta do desígnio de Deus: «recapitular tudo n'Ele» *(Ef* 1, 10). São Paulo chama «grande mistério» *(Ef* 5, 32) à união esponsal de Cristo e da Igreja. Porque está unida a Cristo como a seu esposo

(194), a própria Igreja, por seu turno, se torna mistério (195). E é contemplando nela este mistério, que S. Paulo exclama: «Cristo em vós — eis a esperança da glória!» *(Cl* 1, 27).

773. Na Igreja, esta comunhão dos homens com Deus pela «caridade, que não passa jamais» (1 *Cor* 13, 8), é o fim que comanda tudo quanto nela é meio sacramental, ligado a este mundo que passa (196). «A sua estrutura está completamente ordenada à santidade dos membros de Cristo. E a santidade aprecia-se em função do "grande mistério", em que a esposa responde com a dádiva do seu amor ao dom do Esposo» (197). Nesta santidade que é o mistério da Igreja, Maria precede-nos todos como «a Esposa sem mancha nem ruga» (198). E é por isso que «a dimensão mariana da Igreja precede a sua dimensão petrina» (199).

A IGREJA – SACRAMENTO UNIVERSAL DA SALVAÇÃO

774. A palavra grega *mysterion* foi traduzida em latim por dois termos: *mysterium e sacramentum.* Na segunda interpretação, o termo *sacramentum* exprime prevalentemente o sinal visível da realidade oculta da salvação, indicada pelo termo *mysterium.* Neste sentido, o próprio Cristo é o mistério da salvação: «Nem há outro mistério senão Cristo (200). A obra salvífica da sua humanidade santa e santificadora é o sacramento da salvação, que se manifesta e actua nos sacramentos da Igreja (que as Igrejas do Oriente chamam também «os santos mistérios»). Os sete sacramentos são os sinais e os instrumentos pelos quais o Espírito Santo derrama a graça de Cristo, que é a Cabeça, na Igreja que é o seu Corpo. A Igreja possui, pois, e comunica a graça invisível que significa: e é neste sentido analógico que é chamada «sacramento».

775 «A Igreja em Cristo é como que o sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano» (201). Ser sacramento da *união íntima do homem com Deus,* eis a primeira finalidade da Igreja. E porque a comunhão dos homens entre si radica na união com Deus, a Igreja é, também, o sacramento da *unidade do género humano.* Nela, esta unidade já começou, pois reúne homens «de toda a nação, raça, povo e língua»

(*Ap* 7, 9). A Igreja é, ao mesmo tempo, «sinal e instrumento» da plena realização desta unidade, que ainda há-de vir.

776. Como sacramento, a Igreja é instrumento de Cristo. «É assumida por Ele como instrumento da redenção universal»(202), «o sacramento universal da salvação»(203), pelo qual o mesmo Cristo «manifesta e simultaneamente actualiza o mistério do amor de Deus pelos homens»(204). É o «projecto visível do amor de Deus para com a humanidade»(205), segundo o qual Deus quer «que todo o género humano forme um só povo de Deus, se una num só Corpo de Cristo e se edifique num só templo do Espírito Santo»(206).

Resumindo:

777. *A palavra «Igreja» significa «convocação». Designa a assembleia daqueles que a Palavra de Deus convoca para formar o seu povo, e que, alimentados pelo Corpo de Cristo, se tornam, eles próprios, Corpo de Cristo.*

778. *A Igreja é, ao mesmo tempo, caminho e meta do desígnio de Deus: prefigurada na criação, preparada na antiga Aliança, fundada pelas palavras e actos de Jesus Cristo, realizada pela sua Cruz redentora e pela sua ressurreição, manifesta-se como mistério de salvação pela efusão do Espírito Santo. Será consumada na glória do céu como assembleia de todos os resgatados da terra* (207).

779. *A Igreja é, ao mesmo tempo, visível e espiritual, sociedade hierárquica e Corpo Místico de Cristo. É una, mas formada por um duplo elemento: humano e divino. Aí reside o seu mistério, que só a fé pode acolher.*

780. *A Igreja é, neste mundo, o sacramento da salvação, o sinal e o instrumento da comunhão de Deus e dos homens.*

PARÁGRAFO 2: A IGREJA – POVO DE DEUS, CORPO DE CRISTO, TEMPLO DO ESPÍRITO SANTO

I. A Igreja – Povo de Deus

781. «Em todos os tempos e em todas as nações foi agradável a Deus aquele que O teme e pratica a justiça. No entanto, aprouve a

Deus salvar e santificar os homens não individualmente, excluída qualquer ligação entre eles, mas constituindo-os em povo que O conhecesse na verdade e O servisse na santidade. Foi por isso que escolheu Israel para ser o seu povo, estabeleceu com ele uma aliança e instruiu-o progressivamente manifestando-se a Si mesmo e os desígnios da Sua vontade na história desse povo, e santificando-o para Si. Mas tudo isso aconteceu como preparação da Aliança nova e perfeita, que seria concluída em Cristo [...]. Esta nova Aliança instituiu-a Cristo no seu Sangue, chamando um povo, proveniente de judeus e pagãos, a juntar-se na unidade, não segundo a carne, mas no Espírito» (208).

As CARACTERÍSTICAS DO POVO DE DEUS

782. O povo de Deus possui características que o distinguem nitidamente de todos os agrupamentos religiosos, étnicos, políticos ou culturais da história:

– é o povo *de Deus:* Deus não é propriedade de nenhum povo; mas adquiriu para Si um povo constituído por aqueles que outrora não eram um povo: «raça eleita, sacerdócio real, nação santa» (*1 Pe* 2, 9);

– vem-se a ser *membro* deste povo, não pelo nascimento físico, mas pelo «nascimento do Alto», «da água e do Espírito» (*Jo* 3, 3-5), isto é, pela fé em Cristo e pelo Baptismo;

– este povo tem por *Cabeça* Jesus Cristo (o Ungido, o Messias): porque a mesma unção, o Espírito Santo, flui da Cabeça por todo o Corpo, este é o «povo messiânico»;

– *«a condição* deste povo é a dignidade da liberdade dos filhos de Deus: nos seus corações, como num templo, reside o Espírito Santo» (209);

– «a sua *lei* é o mandamento novo, de amar como o próprio Cristo nos amou (210)»; é a lei «nova» do Espírito Santo (211);

– a sua *missão é* ser o sal da terra e a luz do mundo (212). «Constitui para todo o género humano o mais forte gérmen de

unidade, esperança e salvação» (213);

– o seu *destino,* finalmente, é «o Reino de Deus, o qual, começado na terra pelo próprio Deus, se deve dilatar cada vez mais, até ser também por Ele consumado no fim dos séculos» (214).

UM POVO SACERDOTAL, PROFÉTICO E REAL

783. Jesus Cristo é Aquele que o Pai ungiu com o Espírito Santo e constituiu «sacerdote, profeta e rei». Todo o povo de Deus participa destas três funções de Cristo, com as responsabilidades de missão e de serviço que delas resultam (215).

784. Ao entrar no povo de Deus pela fé e pelo Baptismo, participa-se na vocação única deste povo: na sua vocação *sacerdotal* – «Cristo Senhor, sumo-sacerdote escolhido de entre os homens, fez do povo novo «um reino de sacerdotes para o seu Deus e Pai». Na verdade, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, os baptizados são *consagrados* para serem uma casa espiritual, um sacerdócio santo (216).

785. «O povo santo de Deus participa também da função *profética* de Cristo», sobretudo pelo sentido sobrenatural da fé, que é o de todo o povo, leigos e hierarquia, quando «adere indefectivelmente à fé transmitida aos santos de uma vez por todas» (217),aprofunda o conhecimento da mesma, e se torna testemunha de Cristo no meio deste mundo.

786. Finalmente, o povo de Deus participa na função *real* de Cristo. Cristo exerce a sua realeza atraindo a Si todos os homens pela sua morte e ressurreição (218). Cristo, Rei e Senhor do universo, fez-Se o servo de todos, pois «não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida como resgate pela multidão» *(Mt* 20, 28). Para o cristão, «reinar é servi-Lo» (219), em especial «nos pobres e nos que sofrem, nos quais a Igreja reconhece a imagem do seu Fundador pobre e sofredor (220). O povo de Deus realiza a sua «dignidade real» na medida em que viver de acordo com esta vocação de servir com Cristo.

«De todos os regenerados em Cristo, o sinal da cruz faz reis, a unção do Espírito Santo consagra sacerdotes, para que, independentemente do serviço particular do nosso ministério, todos os cristãos espirituais no uso da razão se reconheçam membros desta estirpe real e participantes da função sacerdotal. De facto, que há de tão real para uma alma como governar o seu corpo na submissão a Deus? E que há de tão sacerdotal como oferecer ao Senhor uma consciência pura, imolando no altar do seu coração as vítimas sem mancha da piedade?» (221).

II. A Igreja – Corpo de Cristo

A IGREJA É COMUNHÃO COM JESUS

787. Desde o princípio, Jesus associou os discípulos à sua vida (222). Revelou-lhes o mistério do Reino (223): deu-lhes parte na sua missão, na sua alegria (224) e nos seus sofrimentos (225). Jesus fala duma comunhão ainda mais íntima entre Ele e os que O seguem: «Permanecei em Mim, como Eu em vós [...]. Eu sou a cepa, vós os ramos» *(Jo* 15, 4-5). E anuncia uma comunhão misteriosa e real entre o seu próprio Corpo e o nosso: «Quem come a minha Carne e bebe o meu Sangue permanece em Mim e Eu nele» *(Jo* 6, 56).

788. Quando a sua presença visível lhes foi tirada, Jesus não deixou órfãos os discípulos (226). Prometeu-lhes ficar com eles até ao fim dos tempos (227), e enviou-lhes o seu Espírito (228). A comunhão com Jesus tornou-se, de certo modo, mais intensa: «Comunicando o seu Espírito aos seus irmãos, por Ele reunidos de todas as nações, constituiu-os seu Corpo Místico» (229).

789. A comparação da Igreja com um corpo lança uma luz particular sobre a ligação íntima existente entre a Igreja e Cristo. Ela não está somente reunida *à volta d'Ele:* está unificada*n'Ele,* no seu Corpo. Na Igreja, Corpo de Cristo, são de salientar mais especificamente três aspectos: a unidade de todos os membros entre si, pela união a Cristo; Cristo, Cabeça do Corpo; a Igreja, Esposa de Cristo.

«UM SÓ CORPO»

790. Os crentes que respondem à Palavra de Deus e se tornam membros do Corpo de Cristo, ficam estreitamente unidos a Cristo: «Neste Corpo, a vida de Cristo difunde-se nos crentes, unidos pelos sacramentos, dum modo misterioso e real, a Cristo sofredor e glorificado» (230), Isto verifica-se particularmente no Baptismo, que nos une à morte e ressurreição de Cristo (231), e na Eucaristia, pela qual, «participando realmente no Corpo de Cristo», somos elevados à comunhão com Ele e entre nós (232).

791. Mas a unidade do Corpo não anula a diversidade dos membros: «Na edificação do Corpo de Cristo existe diversidade de membros e funções. É o mesmo Espírito que distribui os seus vários dons, segundo a sua riqueza e as necessidades dos ministérios para utilidade da Igreja» (233). A unidade do Corpo Místico produz e estimula a caridade entre os fiéis: «Daí que, se algum membro padece, todos os membros sofrem juntamente; e se algum membro recebe honras, todos se alegram» (234). Em suma, a unidade do Corpo Místico triunfa sobre todas as divisões humanas: «Todos vós que fostes baptizados em Cristo, fostes revestidos de Cristo. Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; porque todos vós sois um só, em Cristo Jesus» *(Gl* 3, 27-28).

«A CABEÇA DESTE CORPO É CRISTO»

792. Cristo «é a Cabeça do Corpo que é a Igreja» (*Cl* 1, 18). Ele é o Princípio da criação e da Redenção. Elevado à glória do Pai, «tem em tudo a primazia» *(Cl* 1, 18), principalmente sobre a Igreja, por meio da qual estende o seu reinado sobre tudo quanto existe.

793. *Une-nos à sua Páscoa:* todos os membros se devem esforçar por se parecerem com Ele, «até que Cristo Se forme neles» *(Gl* 4, 19). «É para isso que nós somos introduzidos nos mistérios da sua vida [...], associados aos seus sofrimentos como o corpo à cabeça, unidos à sua paixão para ser unidos à sua glória» (235).

794. *Provê ao nosso crescimento* (236): a fim de crescermos em tudo para Aquele que é a Cabeça (237), Cristo distribui no seu

Corpo, a Igreja, os dons e os serviços pelos quais mutuamente nos ajudamos no caminho da salvação.

795. Cristo e a Igreja são, pois, o *«Cristo total» (Christus totus). A* Igreja é una com Cristo. Os santos têm desta unidade uma consciência muito viva:

«Congratulemo-nos, pois, e dêmos graças pelo facto de nos termos tornado não apenas cristãos, mas o próprio Cristo. Estais a compreender, irmãos, a graça que Deus nos fez, dando-nos Cristo por Cabeça? Admirai e alegrai-vos: nós tornámo-nos Cristo. Com efeito, uma vez que Ele é a Cabeça e nós os membros, o homem completo é Ele e nós [...]. A plenitude de Cristo é, portanto, a Cabeça e os membros. Que quer dizer: a Cabeça e os membros? Cristo e a Igreja» (238).

«Redemptor noster unam se personam cum sanctam Ecelesiam, quam assumpsit, exhibuit – O nosso Redentor apresentou-Se a Si próprio como uma única pessoa unida à santa Igreja, que Ele assumiu» (239).

«Caput et membra, quasi una persona mystica – Cabeça e membros são, por assim dizer, uma só e mesma pessoa mística» (240).

Uma palavra de Santa Joana d'Arc aos seus juízes resume a fé dos santos Doutores e exprime o bom-senso do crente: «De Jesus Cristo e da Igreja eu penso que são um só, e não há que levantar dificuldades a esse respeito» (241).

A IGREJA É A ESPOSA DE CRISTO

796. A unidade de Cristo e da Igreja, Cabeça e membros do Corpo, implica também a distinção entre ambos, numa relação pessoal. Este aspecto é, muitas vezes, expresso pela imagem do esposo e da esposa. O tema de Cristo Esposo da Igreja foi preparado pelos profetas e anunciado por João Baptista (242). O próprio Senhor Se designou como «o Esposo» (*Mc* 2, 19) (243). E o Apóstolo apresenta a Igreja e cada fiel, membro do seu Corpo, como uma

esposa «desposada» com Cristo Senhor, para formar com Ele um só Espírito (244). Ela é a Esposa imaculada do Cordeiro imaculado (245) que Cristo amou, pela qual Se entregou «para a santificar» *(Ef* 5, 26), que associou a Si por uma aliança eterna, e à qual não cessa de prestar cuidados como ao Seu próprio Corpo (246).

«Eis o Cristo total, Cabeça e Corpo, um só, formado de muitos [...]. Quer seja a Cabeça que fale, quer sejam os membros, é Cristo que fala: fala desempenhando o papel de Cabeça *(ex persona capitis),* ou, então, desempenhando o papel do Corpo *(ex persona corporis).* Conforme ao que está escrito: «Serão os dois uma só carne. É esse um grande mistério; digo-o em relação a Cristo e à Igreja» *(Ef* 5, 31-32). E o próprio Senhor diz no Evangelho: «Já não são dois, mas uma só carne» *(Mt* 19, 6). Como vedes, temos, de algum modo, duas pessoas diferentes; no entanto, tornam-se uma só na união esponsal [...] *«Diz-se "Esposo" enquanto Cabeça e "esposa" enquanto Corpo»* (247).

III. A Igreja – Templo do Espírito Santo

797. «O que o nosso espírito, quer dizer, a nossa alma, é para os nossos membros, o Espírito Santo é-o para os membros de Cristo, para o Corpo de Cristo, que é a Igreja» (248). «É ao Espírito de Cristo, como a um princípio oculto, que se deve atribuir o facto de todas as partes do Corpo estarem unidas, tanto entre si como com a Cabeça suprema, pois Ele está todo na Cabeça, todo no Corpo, todo em cada um dos seus membros» (249). É o Espírito Santo que faz da Igreja «o templo do Deus vivo» *(2 Cor 6,* 16) (250):

«De facto, foi à própria Igreja que o dom de Deus foi confiado [...]. Nela foi depositada a comunhão com Cristo, isto é, o Espírito Santo, arras da incorruptibilidade, confirmação da nossa fé e escada da nossa ascensão para Deus [...]. Porque onde está a Igreja, aí está também o Espírito de Deus; e onde está o Espírito de Deus, aí está a Igreja e toda a graça» (251).

798. O Espírito Santo é «o princípio de toda a acção vital e verdadeiramente salvífica em cada uma das diversas partes do Corpo» (252), Ele realiza, de múltiplas maneiras, a edificação de todo o Corpo na caridade (253): pela Palavra de Deus, «que tem o poder de construir o edifício» *(Act 20,* 32); mediante o Baptismo, pelo qual forma o Corpo de Cristo (254); pelos sacramentos, que fazem crescer e curam os membros de Cristo; pela «graça dada aos Apóstolos que ocupa o primeiro lugar entre os seus dons» (255); pelas virtudes que fazem agir segundo o bem; enfim, pelas múltiplas graças especiais (chamadas «carismas») pelos quais Ele torna os fiéis «aptos e disponíveis para assumir os diferentes cargos e ofícios proveitosos para a renovação e cada vez mais ampla edificação da Igreja» (256).

OS CARISMAS

799. Extraordinários ou simples e humildes, os carismas são graças do Espírito Santo que, directa ou indirectamente, têm uma utilidade eclesial, ordenados como são para a edificação da Igreja, o bem dos homens e as necessidades do mundo.

800. Os carismas devem ser acolhidos com reconhecimento por aquele que os recebe, mas também por todos os membros da Igreja. De facto, eles são uma maravilhosa riqueza de graças para a vitalidade apostólica e para a santidade de todo o Corpo de Cristo; desde que se trate de dons verdadeiramente procedentes do Espírito Santo e exercidos de modo plenamente conforme aos impulsos autênticos do mesmo Espírito, quer dizer, segundo a caridade, verdadeira medida dos carismas (257).

801. Nesse sentido será sempre necessário o discernimento dos carismas. Nenhum carisma dispensa a referência e a submissão aos pastores da Igreja. «A eles compete, de modo especial, não extinguir o Espírito, mas tudo examinar para reter o que é bom» (258), de modo que todos os carismas, na sua diversidade e complementaridade, cooperem para o «bem comum» *(1 Cor* 12, 7) (259).

Resumindo:

802. *Jesus Cristo «entregou-Se por nós, a fim de nos resgatar de toda a iniquidade e de purificar e constituir um povo de sua exclusiva posse» (Tt 2, 14).*

803. *«Vós sois geração eleita, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido» (1 Pe 2, 9).*

804. *Entra-se no povo de Deus pela fé e pelo Baptismo. «Todos os homens são chamados a fazer parte do povo de Deus»* (260)*, para que, em Cristo, «os homens constituam uma só família e um único povo de Deus»* (261).

805. *A Igreja é o Corpo de Cristo. Pelo Espírito e pela sua acção nos sacramentos, sobretudo na Eucaristia, Cristo morto e ressuscitado constitui como seu Corpo a comunidade dos crentes.*

806. *Na unidade deste Corpo, existe diversidade de membros e de funções. Mas todos os membros estão unidos uns aos outros, particularmente àqueles que sofrem, aos pobres e aos perseguidos.*

807. *A Igreja é este Corpo, cuja Cabeça é Cristo: ela vive d'Ele, n'Ele e para Ele; e Ele vive com ela e nela.*

808. *A Igreja é a Esposa de Cristo: Ele amou-a e entregou-Se por ela. Purificou-a pelo seu sangue. Fez dela a mãe fecunda de todos os filhos de Deus.*

809. *A Igreja é o Templo do Espírito Santo. O Espírito é como que a alma do Corpo Místico, princípio da sua vida, da unidade na diversidade e da riqueza dos seus dons e carismas.*

810. *«A Igreja universal aparece, assim, como "um povo que vai buscar a sua unidade à unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo*"» (262).

PARÁGRAFO 3: A IGREJA É UNA, SANTA, CATÓLICA E APOSTÓLICA

811. «Esta é a única Igreja de Cristo, que no Credo confessamos ser una, santa, católica e apostólica» (263). Estes quatro atributos,

inseparavelmente ligados entre si (264) indicam traços essenciais da Igreja e da sua missão. A Igreja não os confere a si mesma; é Cristo que, pelo Espírito Santo, concede à sua Igreja que seja una, santa, católica e apostólica, e é ainda Ele que a chama a realizar cada uma destas qualidades.

812. Só a fé pode reconhecer que a Igreja recebe estas propriedades da sua fonte divina. Mas as manifestações históricas das mesmas são sinais que também falam claro à razão humana. «A Igreja, lembra o I Concílio do Vaticano, em razão da sua santidade, da sua unidade católica, da sua invicta constância, é, por si mesma, um grande e perpétuo motivo de credibilidade e uma prova incontestável da sua missão divina» (265).

I. A Igreja é una

«O SAGRADO MISTÉRIO DA UNIDADE DA IGREJA» (266)

813. *A Igreja é una, graças à sua fonte:* «O supremo modelo e princípio deste mistério é a unidade na Trindade das pessoas, dum só Deus, Pai e Filho no Espírito Santo» (267). A*Igreja é una graças ao seu fundador:* «O próprio Filho encarnado [...] reconciliou todos os homens com Deus pela sua Cruz, restabelecendo a unidade de todos num só povo e num só Corpo» (268). *A Igreja é una graças à sua «alma»:* «O Espírito Santo que habita nos crentes e que enche e rege toda a Igreja, realiza esta admirável comunhão dos fiéis e une-os todos tão intimamente em Cristo que é o princípio da unidade da Igreja» (269). Pertence, pois, à própria essência da Igreja que ela seja una:

«Que admirável mistério! Há um só Pai do universo, um só Logos do universo e também um só Espírito Santo, idêntico em toda a parte; e há também uma só mãe Virgem, à qual me apraz chamar Igreja» (270).

814. Desde a origem, no entanto, esta Igreja apresenta-se com uma grande *diversidade,* proveniente ao mesmo tempo da variedade dos dons de Deus e da multiplicidade das pessoas que os recebem. Na unidade do povo de Deus, juntam-se as diversidades dos povos e

das culturas. Entre os membros da Igreja existe uma diversidade de dons, de cargos, de condições e de modos de vida. «No seio da comunhão da Igreja existem legitimamente Igrejas particulares, que gozam das suas tradições próprias» (271). A grande riqueza desta diversidade não se opõe à unidade da Igreja. No entanto, o pecado e o peso das suas consequências ameaçam constantemente o dom da unidade. Também o Apóstolo se viu na necessidade de exortar a que se guardasse «a unidade do Espírito pelo vínculo da paz» *(Ef* 4, 3).

815. Quais são os vínculos da unidade? «Acima de tudo, a caridade, que é o vínculo da perfeição» *(Cl* 3, 14). Mas a unidade da Igreja peregrina é assegurada também por laços visíveis de comunhão:

– a profissão duma só fé, recebida dos Apóstolos;
– a celebração comum do culto divino, sobretudo dos sacramentos;
– a sucessão apostólica pelo sacramento da Ordem, que mantém a concórdia fraterna da família de Deus (272).

816. «A única Igreja de Cristo [...] é aquela que o nosso Salvador, depois da ressurreição, entregou a Pedro, com o encargo de a apascentar, confiando também a ele e aos outros apóstolos a sua difusão e governo [...]. Esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como uma sociedade, subsiste *(subsistit in)* na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele» (273).

O decreto do II Concílio do Vaticano sobre o Ecumenismo explicita: «Com efeito, só pela Igreja Católica de Cristo, que é "meio geral de salvação", é que se pode obter toda a plenitude dos meios de salvação. Na verdade, foi apenas ao colégio apostólico, de que Pedro é o chefe, que, segundo a nossa fé, o Senhor confiou todas as riquezas da nova Aliança, a fim de constituir na terra um só Corpo de Cristo, ao qual é necessário que sejam plenamente incorporados todos os que, de certo modo, pertencem já ao povo de Deus» (274).

817. De facto, «nesta Igreja de Deus una e única, já desde os primórdios surgiram algumas cisões, que o Apóstolo censura asperamente como condenáveis. Nos séculos posteriores, porém,

surgiram dissensões mais amplas. Importantes comunidades separaram-se da plena comunhão da Igreja Católica, às vezes por culpa dos homens duma e doutra parte» (275). As rupturas que ferem a unidade do Corpo de Cristo (a saber: a heresia, a apostasia e o cisma) (276) devem-se aos pecados dos homens:

«*Ubi peccata, ibi est multitudo, ibi schismata, ibi haereses, ibi discussiones. Ubi autem virtus, ibi singularitas, ibi unio, ex quo omnium credentium erat cor unum et anima una* — Onde há pecados, aí se encontra a multiplicidade, o cisma, a heresia, o conflito. Mas onde há virtude, aí se encontra a unicidade e aquela união que faz com que todos os crentes tenham um só coração e uma só alma» (277).

818. Os que hoje nascem em comunidades provenientes de tais rupturas, «e que vivem a fé de Cristo, não podem ser acusados do pecado da divisão. A Igreja Católica abraça-os com respeito e caridade fraterna [...]. Justificados pela fé recebida no Baptismo, incorporados em Cristo, é a justo título que se honram com o nome de cristãos e os filhos da Igreja Católica reconhecem-nos legitimamente como irmãos no Senhor» (278).

819. Além disso, existem fora das fronteiras visíveis da Igreja Católica, «muitos elementos de santificação e de verdade» (279): «a Palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e a caridade, outros dons interiores do Espírito Santo e outros elementos visíveis» (280). O Espírito de Cristo serve-Se destas Igrejas e comunidades eclesiais como meios de salvação, cuja força vem da plenitude da graça e da verdade que Cristo confiou à Igreja Católica. Todos estes bens provêm de Cristo e a Ele conduzem (281) e por si mesmos reclamam «a unidade católica» (282).

A CAMINHO DA UNIDADE

820. A unidade, «Cristo a concedeu à sua Igreja desde o princípio. Nós cremos que ela subsiste, sem possibilidade de ser perdida, na Igreja Católica, e esperamos que cresça de dia para dia até à consumação dos séculos» (283). Cristo dá sempre à sua Igreja o

dom da unidade. Mas a Igreja deve orar e trabalhar constantemente para manter, reforçar e aperfeiçoar a unidade que Cristo quer para ela. Foi por esta intenção que Jesus orou na hora da sua paixão e não cessa de orar ao Pai pela unidade dos seus discípulos: «...Que todos sejam um. Como Tu, ó Pai, és um em Mim e Eu em Ti, assim também eles sejam um em Nós, para que o mundo creia que Tu Me enviaste» *(Jo* 17, 21). O desejo de recuperar a unidade de todos os cristãos é um dom de Cristo e um apelo do Espírito Santo (284).

821. Para lhe corresponder de modo adequado, exige-se:

– uma *renovação* permanente da Igreja, numa maior fidelidade à sua vocação. Essa renovação é a força do movimento a favor da unidade (285);
– *a conversão do coração,* «com o fim levar uma vida mais pura segundo o Evangelho» (286), pois o que causa as divisões é a infidelidade dos membros ao dom de Cristo;
– *a oração em comum,* porque «a conversão do coração e a santidade de vida. unidas às orações, públicas e privadas, pela unidade dos cristãos, devem ser tidas como a alma de todo o movimento ecuménico, e com razão podem chamar-se ecumenismo espiritual» (287);
– *o mútuo conhecimento fraterno* (288)*;*
– *a formação ecuménica* dos fiéis, e especialmente dos sacerdotes (289);
– *o diálogo* entre os teólogos, e os encontros entre os cristãos das diferentes Igrejas e comunidades (290);
– *a colaboração* entre cristãos nos diversos domínios do serviço dos homens »(291).

822. A preocupação com realizar a união «diz respeito a toda a Igreja, fiéis e pastores» (292). Mas também se deve «ter consciência de que este projecto sagrado da reconciliação de todos os cristãos na unidade duma só e única Igreja de Cristo, ultrapassa as forças e capacidades humanas». Por isso, pomos toda a nossa esperança «na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para connosco e no poder do Espírito Santo» (293).

II. A Igreja é santa

823. «A Igreja é [...], aos olhos da fé, indefectivelmente santa. Com efeito, Cristo, Filho de Deus, que é proclamado «o único Santo», com o Pai e o Espírito, amou a Igreja como sua esposa, entregou-Se por ela para a santificar, uniu-a a Si como seu Corpo e cumulou-a com o dom do Espírito Santo para glória de Deus» (294). A Igreja é, pois, «o povo santo de Deus» (295), e os seus membros são chamados «santos» (296).

824. A Igreja, unida a Cristo, é santificada por Ele. Por Ele e n'Ele toma-se também*santificante.* «Todas as obras da Igreja tendem, como seu fim, (297) para a santificação dos homens em Cristo e para a glorificação de Deus». É na Igreja que se encontra «a plenitude dos meios de salvação» (298). É nela que «nós adquirimos a santidade pela graça de Deus» (299).

825. «Na terra, a Igreja está revestida duma verdadeira, ainda que imperfeita, santidade» (300). Nos seus membros, a santidade perfeita é ainda algo a adquirir: «Munidos de tantos e tão grandes meios de salvação, todos os fiéis, seja qual for a sua condição ou estado, são chamados pelo Senhor à perfeição do Pai, cada um pelo seu caminho» (301).

826. A *caridade é* a alma da santidade à qual todos são chamados: «É ela que dirige todos os meios de santificação, lhes dá alma e os conduz ao seu fim»(302):

«Compreendi que, se a Igreja tinha um corpo composto de diferentes membros, o mais necessário, o mais nobre de todos não lhe faltava: compreendi que a igreja *tinha um coração,* e que esse *coração estava ardendo de amor.*Compreendi que *só o Amor* fazia agir os membros da Igreja; que se o *Amor* se apagasse, os apóstolos já não anunciariam o Evangelho, os mártires recusar-se-iam a derramar o seu sangue... Compreendi que *o Amor* encerra todas as vocações, que o Amor é tudo, que abarca todos os tempos e lugares ... numa palavra, que ele é Eterno» (303).

827. «Enquanto que Cristo, santo e inocente, sem mancha, não conheceu o pecado, mas veio somente expiar os pecados do povo, a Igreja, que no seu próprio seio *encerra pecadores, é*simultaneamente santa e chamada a purificar-se, prosseguindo constantemente no seu esforço de penitência e renovação» (304). Todos os membros da Igreja, inclusive os seus ministros, devem reconhecer-se pecadores (305). Em todos eles, o joio do pecado encontra-se ainda misturado com a boa semente do Evangelho até ao fim dos tempos (306). A Igreja reúne, pois, em si, pecadores abrangidos pela salvação de Cristo, mas ainda a caminho da santificação:

A Igreja «é santa, não obstante compreender no seu seio pecadores, porque ela não possui em si outra vida senão a da graça: é vivendo da sua vida que os seus membros se santificam; e é subtraindo-se à sua vida que eles caem em pecado e nas desordens que impedem a irradiação da sua santidade. É por isso que ela sofre e faz penitência por estas faltas, tendo o poder de curar delas os seus filhos, pelo Sangue de Cristo e pelo dom do Espírito Santo» (307).

828. Ao *canonizar* certos fiéis, isto é, ao proclamar solenemente que esses fiéis praticaram heroicamente as virtudes e viveram na fidelidade à graça de Deus, a Igreja reconhece o poder do Espírito de santidade que está nela, e ampara a esperança dos fiéis, propondo-lhes os santos como modelos e intercessores (308). «Os santos e santas foram sempre fonte e origem de renovação nos momentos mais difíceis da história da Igreja (309)». «A santidade é a fonte secreta e o padrão infalível da sua actividade apostólica e do seu dinamismo missionário» (310).

829. «Na pessoa da Santíssima Virgem, a Igreja alcançou já aquela perfeição, sem mancha nem ruga, que lhe é própria. Mas os fiéis de Cristo têm ainda de trabalhar para crescer em santidade, vencendo o pecado. Por isso, levantam os olhos para Maria»(311): nela, a Igreja é já plenamente santa.

III. A Igreja é católica

QUE QUER DIZER «CATÓLICA»?

830. A palavra «católico» significa «universal» no sentido de «segundo a totalidade» ou «segundo a integridade». A Igreja é católica num duplo sentido:

É católica porque Cristo está presente nela: «onde está Jesus Cristo, aí está a Igreja Católica» (312). Nela subsiste a plenitude do Corpo de Cristo unido à sua Cabeça (313), o que implica que ela receba d'Ele a «plenitude dos meios de salvação» (314) que Ele quis: confissão de fé recta e completa, vida sacramental integral e ministério ordenado na sucessão apostólica. Neste sentido fundamental, a Igreja era católica no dia de Pentecostes (315) e sê-lo-á sempre até ao dia da Parusia.

831. É católica, porque Cristo a enviou em missão à universalidade do género humano (316):

«Todos os homens são chamados a fazer parte do povo de Deus. Por isso, permanecendo uno e único, este povo está destinado a estender-se a todo o mundo e por todos os séculos, para se cumprir o desígnio da vontade de Deus que, no princípio, criou a natureza humana na unidade e decidiu enfim reunir na unidade os seus filhos dispersos [...]. Este carácter de universalidade que adorna o povo de Deus é dom do próprio Senhor. Graças a tal dom, a Igreja Católica tende a recapitular, eficaz e perpetuamente, a humanidade inteira, com todos os bens que ela contém, sob Cristo Cabeça, na unidade do Seu Espírito (317).

CADA UMA DAS IGREJAS PARTICULARES É «CATÓLICA»

832. «A Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades locais de fiéis que, unidas aos seus pastores, recebem, também elas, no Novo Testamento, o nome de Igrejas [...]. Nelas, os fiéis são reunidos pela pregação do Evangelho de Cristo e é celebrado o mistério da Ceia do Senhor [...]. Nestas comunidades, ainda que muitas vezes pequenas e pobres ou dispersas, está presente Cristo, por cujo poder se constitui a Igreja una, santa, católica e apostólica» (318).

833. Entende-se por Igreja particular, que é em primeiro lugar a diocese (ou «eparquia»), uma comunidade de fiéis cristãos em comunhão de fé e de sacramentos com o seu bispo, ordenado na sucessão apostólica (319). Estas Igrejas particulares «são formadas à imagem da Igreja universal; é nelas e a partir delas que existe a Igreja Católica una e única» (320).

834. As Igrejas particulares são plenamente católicas pela comunhão com uma de entre elas: a Igreja Romana, «que preside à caridade» (321). «Com esta Igreja, mais excelente por causa da sua origem, deve necessariamente estar de acordo toda a Igreja, isto é, os fiéis de toda a parte» (322). «Desde que o Verbo Encarnado desceu até nós, todas as Igrejas cristãs de todo o mundo tiveram e têm a grande Igreja que vive aqui (em Roma)como única base e fundamento, porque, segundo as próprias promessas do Salvador, as portas do inferno nunca prevalecerão sobre ela» (323).

835. «A Igreja universal não deve ser entendida como simples somatório ou, por assim dizer, federação de Igrejas particulares [...]. Mas é antes a Igreja, universal por vocação e missão, que lançando raiz numa variedade de terrenos culturais, sociais e humanos, toma em cada parte do mundo aspectos e formas de expressão diversos» (324). A rica variedade de normas disciplinares, ritos litúrgicos, patrimónios teológicos e espirituais, próprios das Igrejas locais, «mostra da forma mais evidente, pela sua convergência na unidade, a catolicidade da Igreja indivisa» (325).

QUEM PERTENCE À IGREJA CATÓLICA?

836. «Todos os homens são chamados [...] à unidade católica do povo de Deus; de vários modos a ela pertencem, ou para ela estão ordenados, tanto os fiéis católicos como os outros que também acreditam em Cristo e, finalmente, todos os homens sem excepção, que a graça de Deus chama à salvação» (326):

837. «Estão plenamente incorporados na sociedade que é a Igreja aqueles que, tendo o Espírito de Cristo, aceitam toda a sua organização e todos os meios de salvação nela instituídos, e que,

além disso, pelos laços da profissão de fé, dos sacramentos, do governo eclesiástico e da comunhão, estão unidos no todo visível da Igreja, com Cristo que a dirige por meio do Sumo Pontífice e dos bispos. Mas a incorporação não garante a salvação àquele que, por não perseverar na caridade, está no seio da Igreja «de corpo» mas não «de coração» (327).

838. «Com aqueles que, tendo sido baptizados, têm o belo nome de cristãos, embora não professem integralmente a fé ou não guardem a unidade de comunhão com o sucessor de Pedro, a Igreja sabe-se unida por múltiplas razões» (328). «Aqueles que crêem em Cristo e receberam validamente o Baptismo encontram-se numa certa comunhão, embora imperfeita, com a Igreja Católica» (329). Quanto às *Igrejas Ortodoxas,* esta comunhão é tão profunda «que bem pouco lhes falta para atingir a plenitude, que permita uma celebração comum da Eucaristia do Senhor» (330).

A IGREJA E OS NÃO-CRISTÃOS

839. «Aqueles que ainda não receberam o Evangelho estão também, de uma de ou outra forma, ordenados ao povo de Deus» (331):

A relação da Igreja com o Povo Judaico. A Igreja, povo de Deus na nova Aliança, ao perscrutar o seu próprio mistério, descobre o laço que a une ao povo judaico (332), «a quem Deus falou primeiro» (333). Ao invés das outras religiões não cristãs, a fé judaica é já uma resposta à revelação de Deus na antiga Aliança. É ao povo judaico que «pertencem a adopção filial, a glória, as alianças, a legislação, o culto, as promessas [...] e os patriarcas; desse povo Cristo nasceu segundo a carne» (*Rm* 9, 4-5); porque «os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis» (*Rm* 11, 29).

840. Aliás, quando se considera o futuro, o povo de Deus da Antiga Aliança e o novo povo de Deus tendem para fins análogos: a esperança da vinda (ou do regresso) do Messias. Mas a esperança é, dum lado, a do regresso do Messias, morto e ressuscitado, reconhecido como Senhor e Filho de Deus: do outro, a da vinda no fim dos tempos do Messias, cujos traços permanecem velados –

expectativa acompanhada pelo drama da ignorância ou do falso conhecimento de Cristo Jesus.

841. *Relações da Igreja com os muçulmanos.* «O desígnio de salvação envolve igualmente os que reconhecem o Criador, entre os quais, em primeiro lugar, os muçulmanos que declarando guardar a fé de Abraão, connosco adoram o Deus único e misericordioso que há-de julgar os homens no último dia» (334).

842. *A ligação da Igreja com as religiões não cristãs é,* antes de mais, a da origem e do fim comuns do género humano:

«De facto, todos os povos formam uma única comunidade; têm uma origem única, pois Deus fez que toda a raça humana habitasse à superfície da terra; têm também um único fim último, Deus, cuja providência, testemunhos de bondade e desígnio de salvação se estendem a todos, até que os eleitos sejam reunidos na cidade santa» (335).

843. A Igreja reconhece nas outras religiões a busca, «ainda nas sombras e sob imagens», do Deus desconhecido mas próximo, pois é Ele quem a todos dá vida, respiração e todas as coisas e quer que todos os homens se salvem. Assim, a Igreja considera tudo quanto nas outras religiões pode encontrar-se de bom e verdadeiro, «como uma preparação evangélica e um dom d'Aquele que ilumina todo o homem, para que, finalmente, tenha a vida» (336).

844. Mas no seu comportamento religioso, os homens revelam também limites e erros que desfiguram neles a imagem de Deus:

«Muitas vezes, enganados pelo Maligno, transviaram-se nos seus raciocínios, trocando a verdade de Deus pela mentira. Preferindo o serviço da criatura ao do Criador, ou vivendo e morrendo sem Deus neste mundo, expuseram-se ao desespero final» (337).

845. Foi para reunir de novo todos os seus filhos, desorientados e dispersos pelo pecado, que o Pai quis reunir toda a humanidade na Igreja do seu Filho. A Igreja é o lugar onde a humanidade deve reencontrar a sua unidade e a salvação. Ela é «o mundo

reconciliado» (338); é a nau que «navega segura neste mundo, ao sopro do Espírito Santo, sob a vela panda da Cruz do Senhor» (339). Segundo uma outra imagem, querida aos Padres da Igreja, ela é figurada pela arca de Noé, a única que salva do dilúvio (340).

«FORA DA IGREJA NÃO HÁ SALVAÇÃO»

846. Como deve entender-se esta afirmação, tantas vezes repetida pelos Padres da Igreja? Formulada de modo positivo, significa que toda a salvação vem de Cristo-Cabeça pela Igreja que é o seu Corpo:

O santo Concílio «ensina, apoiado na Sagrada Escritura e na Tradição, que esta Igreja, peregrina na terra, é necessária à salvação. De facto, só Cristo é mediador e caminho de salvação. Ora, Ele torna-Se-nos presente no seu Corpo, que é a Igreja. Ao afirmar-nos expressamente a necessidade da fé e do Baptismo, Cristo confirma-nos, ao mesmo tempo, a necessidade da própria Igreja, na qual os homens entram pela porta do Baptismo. É por isso que não se podem salvar aqueles que, não ignorando que Deus, por Jesus Cristo, fundou a Igreja Católica como necessária, se recusam a entrar nela ou a nela perseverar» (341).

847. Esta afirmação não visa aqueles que, sem culpa da sua parte, ignoram Cristo e a sua igreja:

«Com efeito, também podem conseguir a salvação eterna aqueles que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo e a sua Igreja, no entanto procuram Deus com um coração sincero e se esforçam, sob o influxo da graça, por cumprir a sua vontade conhecida através do que a consciência lhes dita» (342).

848. «Muito embora Deus possa, por caminhos só d'Ele conhecidos, trazer à fé, «sem a qual é impossível agradar a Deus» (343), homens que, sem culpa sua, ignoram o Evangelho, a Igreja tem o dever e, ao mesmo tempo, o direito sagrado, de evangelizar» (344) todos os homens.

A MISSÃO – UMA EXIGÊNCIA DA CATOLICIDADE DA IGREJA

849. *O mandato missionário.* «Enviada por Deus às nações, para ser o sacramento universal da salvação, a Igreja, em virtude das exigências íntimas da sua própria catolicidade e em obediência ao mandamento do seu fundador, procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens» (345). «Ide, pois, fazei discípulos de todas as nações, baptizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo quanto vos mandei. E eis que Eu estou convosco todos os dias, até ao fim do mundo» *(Mt* 28, 19-20).

850. *A origem e o fim da missão.* O mandato missionário do Senhor tem a sua fonte primeira no amor eterno da Santíssima Trindade: «Por sua natureza, a Igreja peregrina é missionária, visto ter a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na missão do Filho e do Espírito Santo» (346). E o fim último da missão consiste em fazer todos os homens participantes na comunhão existente entre o Pai e o Filho, no Espírito de amor (347).

851. *O motivo da missão.* É ao *amor* de Deus por todos os homens que, desde sempre, a Igreja vai buscar a obrigação e o vigor do seu ardor missionário: «Porque o amor de Cristo nos impele...» (*2 Cor* 5, 14) (348). Com efeito, «Deus quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade» *(1 Tm* 2, 4). Deus quer a salvação de todos, mediante o conhecimento da *verdade.* A salvação está na verdade. Os que obedecem à moção do Espírito da verdade estão já no caminho da salvação. Mas a Igreja, à qual a mesma verdade foi confiada, deve ir ao encontro dos que a procuram para lha levar. É por acreditar no desígnio universal da salvação que a Igreja deve ser missionária.

852. *Os caminhos da missão.* «O protagonista de toda a missão eclesial é o Espírito Santo» (349). É Ele que conduz a Igreja pelos caminhos da missão. E esta «continua e prolonga, no decorrer da história, a missão do próprio Cristo, que foi enviado para anunciar a Boa-Nova aos pobres. É, portanto, pelo mesmo caminho seguido por Cristo que, sob o impulso do Espírito Santo, a Igreja deve seguir, ou seja, pelo caminho da pobreza, da obediência, do serviço e da

imolação de si mesma até à morte – morte da qual Ele saiu vitorioso pela ressurreição» (350). É assim que «o sangue dos mártires se torna semente de cristãos» (351).

853. Porém, no seu peregrinar, a Igreja também faz a experiência da «distância que separa a mensagem de que é portadora, da fraqueza humana daqueles a quem este Evangelho é confiado» (352). Só avançando pelo caminho «da penitência e da renovação» (353) e entrando «pela porta estreita da Cruz» (354) é que o povo de Deus pode expandir o Reino de Cristo (355). Com efeito, «assim como foi na pobreza e na perseguição que Cristo realizou a redenção, assim também a Igreja é chamada a seguir pelo mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação» (356).

854. Pela sua própria missão, «a Igreja faz a caminhada de toda a humanidade e partilha a sorte terrena do mundo. Ela é como que o fermento e, por assim dizer, a alma da sociedade humana, chamada a ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus» (357). O esforço missionário exige, portanto, *paciência.* Começa pelo anúncio do Evangelho aos povos e grupos que ainda não acreditam em Cristo (358); prossegue no estabelecimento de comunidades cristãs, que sejam «sinais da presença de Deus no mundo» (359) e na fundação de Igrejas locais (360); compromete-se num processo de inculturação, para incarnar o Evangelho nas culturas dos povos (361); e também não deixará de conhecer alguns fracassos. «Pelo que diz respeito aos homens, aos grupos humanos e aos povos, a Igreja só a pouco e pouco os atinge e penetra, assim os assumindo na plenitude católica» (362).

855. A missão da Igreja requer um esforço *em ordem à unidade dos cristãos* (363). «De facto, as divisões entre cristãos impedem a Igreja de realizar a plenitude da catolicidade que lhe é própria, naqueles seus filhos que, sem dúvida, lhe pertencem pelo Baptismo, mas que se encontram separados da plenitude da comunhão com ela. Mais ainda: para a própria Igreja, torna-se mais difícil exprimir, sob todos os seus aspectos, a plenitude da catolicidade na própria realidade da sua vida» (364).

856. A tarefa missionária implica *um diálogo respeitoso* com aqueles que ainda não aceitam o Evangelho (365). Os crentes podem tirar proveito para si mesmos deste diálogo, aprendendo a conhecer melhor «tudo quanto de verdade e graça se encontrava já entre os povos, como que por uma secreta presença de Deus» (366). Se anunciam a Boa-Nova aos que a ignoram, é para consolidar, completar e elevar a verdade e o bem que Deus espalhou entre os homens e os povos, e para os purificar do erro e do mal, «para glória de Deus, confusão do demónio e felicidade do homem» (367).

IV. A Igreja é apostólica

857. A Igreja é apostólica, porque está fundada sobre os Apóstolos. E isso em três sentidos:

– foi e continua a ser construída sobre o «alicerce dos Apóstolos» (*Ef* 2, 20 (368)), testemunhas escolhidas e enviadas em missão pelo próprio Cristo (369);

– guarda e transmite, com a ajuda do Espírito Santo que nela habita, a doutrina (370), o bom depósito, as sãs palavras recebidas dos Apóstolos (371);

– continua a ser ensinada, santificada e dirigida pelos Apóstolos até ao regresso de Cristo, graças àqueles que lhes sucedem no ofício pastoral: o colégio dos bispos, «assistido pelos presbíteros, em união com o sucessor de Pedro, pastor supremo da Igreja»:

«Pastor eterno, não abandonais o vosso rebanho, mas sempre o guardais e protegeis por meio dos santos Apóstolos, para que seja conduzido através dos tempos, pelos mesmos chefes que pusestes à sua frente como representantes do vosso Filho, Jesus Cristo» (373).

A MISSÃO DOS APÓSTOLOS

858. Jesus é o enviado do Pai. Desde o princípio do seu ministério, «chamou para junto de Si os que Lhe aprouve [...] e deles estabeleceu Doze, para andarem consigo e para os enviar a pregar» *(Mc* 3*,* 13-14). A partir de então, eles serão os seus «enviados» (é o que significa a palavra grega *apostoloi).* Neles,

Jesus continua a sua própria missão: «Tal como o Pai Me enviou, assim Eu vos envio a vós» (*Jo* 20, 21) (374). O seu ministério é, pois, a continuação da própria missão de Jesus: «Quem vos acolhe, acolhe-Me a Mim», disse Ele aos Doze *(Mt*10, 40) (375).

859. Jesus uniu-os à missão que Ele próprio recebera do Pai: «assim como o Filho não pode fazer nada por Si mesmo» (*Jo* 5, 19.30), mas tudo recebe do Pai que O enviou, assim também aqueles que Jesus envia nada podem fazer sem Ele (376); d'Ele recebem o mandato da missão e o poder de o cumprir. Os apóstolos de Cristo sabem, portanto, que são qualificados por Deus como «ministros de uma Aliança nova» (*2 Cor* 3, 6), «ministros de Deus» (*2 Cor* 6, 4), «embaixadores de Cristo» (2 *Cor* 5, 20), «servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus» *(1 Cor* 4, 1).

860. No múnus dos Apóstolos há um aspecto intransmissível: serem as testemunhas escolhidas da ressurreição do Senhor e os alicerces da Igreja. Mas há também um aspecto da sua missão que permanece. Cristo prometeu estar com eles até ao fim dos tempos (377). «A missão divina confiada por Jesus aos Apóstolos é destinada a durar até ao fim dos séculos, uma vez que o Evangelho que devem transmitir é, para a Igreja, princípio de toda a sua vida em todos os tempos. Por isso é que os Apóstolos tiveram o cuidado de instituir [...] sucessores» (378).

OS BISPOS, SUCESSORES DOS APÓSTOLOS

861. «Para que a missão que lhes fora confiada pudesse ser continuada depois da sua morte, os Apóstolos, como que por testamento, mandataram os seus cooperadores imediatos para levarem a cabo a sua tarefa e consolidarem a obra por eles começada, encomendando-lhes a guarda do rebanho em que o Espírito Santo os tinha instituído para apascentar a Igreja de Deus. Assim, instituíram homens nestas condições e tudo dispuseram para que, após a sua morte, outros homens provados tomassem conta do seu ministério» (379).

862. «Do mesmo modo que o encargo confiado pelo Senhor singularmente a Pedro, o primeiro dos Apóstolos, e destinado a ser transmitido aos seus sucessores, é um múnus permanente, assim também é permanente o múnus confiado aos Apóstolos de serem pastores da Igreja, múnus cuja perenidade a ordem sagrada dos bispos deve garantir». Por isso, a Igreja ensina que, «em virtude da sua instituição divina, os bispos sucedem aos Apóstolos como pastores da Igreja, de modo que quem os ouve, ouve a Cristo e quem os despreza, despreza a Cristo e Aquele que enviou Cristo» (380).

O APOSTOLADO

863. Toda a Igreja é apostólica, na medida em que, através dos sucessores de Pedro e dos Apóstolos, permanece em comunhão de fé e de vida com a sua origem. Toda a Igreja é apostólica, na medida em que é «enviada» a todo o mundo. Todos os membros da Igreja, embora de modos diversos, participam deste envio. «A vocação cristã é também, por natureza, vocação para o apostolado». E chamamos «apostolado» a «toda a actividade do Corpo Místico» tendente a «alargar o Reino de Cristo à terra inteira» (381).

864. «Sendo Cristo, enviado do Pai, a fonte e a origem de todo o apostolado da Igreja», é evidente que a fecundidade do apostolado, tanto dos ministros ordenados como dos leigos, depende da sua união vital com Cristo (382). Segundo as vocações, as exigências dos tempos e os vários dons do Espírito Santo, o apostolado toma as formas mais diversas. Mas é sempre a caridade, haurida principalmente na Eucaristia, «que é como que a alma de todo o apostolado» (383).

865. A Igreja é *una, santa, católica e apostólica* na sua identidade profunda e última, porque é nela que existe desde já, e será consumado no fim dos tempos, «o Reino dos céus», «o Reino de Deus» (384), que veio até nós na Pessoa de Cristo e que cresce misteriosamente no coração dos que n'Ele estão incorporados, até à sua plena manifestação escatológica. Então,*todos* os homens por Ele resgatados e n' Ele tornados «santos e imaculados na presença de

Deus no amor» (385), serão reunidos como o *único* povo de Deus, «a Esposa do Cordeiro» (386), «a Cidade santa descida do céu, de junto de Deus, trazendo em si a glória do mesmo Deus» (387). E «a muralha da cidade assenta sobre doze alicerces, cada um dos quais tem o nome de um dos *Doze apóstolos do Cordeiro» (Ap* 21, 14).

Resumindo:

866. *A Igreja é* una: *tem um só Senhor, professa uma só fé, nasce dum só Baptismo e forma um só Corpo, vivificado por um só Espírito, em vista duma única esperança* (388)*, no termo da qual todas* as *divisões serão superadas.*

867. *A Igreja é* santa: *é seu autor o Deus santíssimo; Cristo, seu Esposo, por ela Se entregou para a santificar; vivifica-a o Espírito de santidade. Embora encerra pecadores no seu seio, ela é «a sem-pecado feita de pecadores». Nos santos brilha a sua santidade; em Maria, ela é já totalmente santa.*

868. *A Igreja é* católica: *anuncia a totalidade da fé, tem à sua disposição e administra a plenitude dos meios de salvação; é enviada a todos os povos; dirige-se a todos os homens; abrange todos os tempos; «é, por sua própria natureza, missionária»* (389).

869. *A Igreja é* apostólica: *está edificada sobre alicerces duradouros, que são «os Doze apóstolos do Cordeiro»* (390); é *indestrutível* (391); *é infalivelmente mantida na verdade: Cristo é quem a governa por meio de Pedro e dos outros apóstolos, presentes nos seus sucessores, o Papa e o colégio dos bispos.*

870. *«A única Igreja de Cristo, da qual professamos no Credo que é una, santa, católica e apostólica, [...] é na Igreja Católica que subsiste, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos que estão em comunhão com ele, embora numerosos elementos de santificação e de verdade se encontrem fora das suas estruturas»* (392).

PARÁGRAFO 4: OS FIÉIS DE CRISTO: HIERARQUIA, LEIGOS, VIDA CONSAGRADA

871. «Fiéis são aqueles que, por terem sido incorporados em Cristo pelo Baptismo, foram constituídos em povo de Deus e por este motivo se tornaram, a seu modo, participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo e, segundo a própria condição, são chamados a exercer a missão que Deus confiou à Igreja para esta realizar no mundo» (393).

872. «Devido à sua regeneração em Cristo, existe entre todos os fiéis verdadeira igualdade no concernente à dignidade e à actuação, pela qual todos eles cooperam para a edificação do Corpo de Cristo, segundo a condição e a função próprias de cada um» (394).

873. As próprias diferenças que o Senhor quis que existissem entre os membros do seu Corpo servem a sua unidade e missão. Porque «há na Igreja diversidade de ministérios, mas unidade de missão. Cristo confiou aos Apóstolos e aos seus sucessores o encargo de ensinar, santificar e governar em seu nome e pelo seu poder. Mas os leigos, feitos participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, assumem na Igreja e no mundo a parte que lhes toca naquilo que é a missão de todo o povo de Deus» (395). Por fim, «de ambos estes grupos [hierarquia e leigos] existem fiéis que, pela profissão dos conselhos evangélicos [...], se consagram a Deus de modo peculiar, e contribuem para a missão salvífica da Igreja» (396).

I. A constituição hierárquica da Igreja

PORQUÊ O MINISTÉRIO ECLESIAL?

874. A fonte do ministério na Igreja é o próprio Cristo. Foi Ele que o instituiu e lhe deu autoridade e missão, orientação e finalidade.

«Cristo Senhor, para apascentar e aumentar continuamente o povo de Deus, instituía na sua Igreja vários ministérios, para bem de todo o Corpo. Com efeito, os ministros que estão dotados do poder sagrado estão ao serviço dos seus irmãos, para que todos quantos pertencem ao povo de Deus [...] alcancem a salvação» (397).

875. «Como hão-de acreditar naquele de quem não ouviram falar? E como hão-de ouvir falar, sem que alguém o anuncie? E como hão-de

anunciar, se não forem enviados?» *(Rm* 10, 14-15). Ninguém, nenhum indivíduo ou comunidade, pode anunciar a si mesmo o Evangelho. «A fé surge da pregação» *(Rm* 10, 17). Por outro lado, ninguém pode dar a si próprio o mandato e a missão de anunciar o Evangelho. O enviado do Senhor fala e actua, não por autoridade própria, mas em virtude da autoridade de Cristo; não como membro da comunidade, mas falando à comunidade em nome de Cristo. Ninguém pode conferir a si mesmo a graça; ela deve ser-lhe dada e oferecida. Isto supõe ministros da graça, autorizados e habilitados em nome de Cristo. É d'Ele que os bispos e presbíteros recebem a missão e a faculdade (o «poder sagrado») de agir *na pessoa de Cristo Cabeça* e os diáconos a força de servir o povo de Deus na «diaconia» da Liturgia, da Palavra e da caridade, em comunhão com o bispo e com o seu presbitério. A este ministério, no qual os enviados de Cristo fazem e dão, por graça de Deus, o que por si mesmos não podem fazer nem dar, a tradição da Igreja chama «sacramento». O ministério da Igreja é conferido por um sacramento próprio.

876. Intrinsecamente ligado à natureza sacramental do ministério eclesial está o *seu carácter de serviço.* Com efeito, inteiramente dependentes de Cristo, que lhes dá missão e autoridade, os ministros são verdadeiramente «servos de Cristo» (398), à imagem do mesmo Cristo que por nós livremente tomou «a forma de servo» *(Fl 2,* 7). E uma vez que a palavra e a graça, de que são ministros, não são deles, mas de Cristo que lhas confiou para os outros, eles tornar-se-ão livremente servos de todos (399).

877. Do mesmo modo, pertence à natureza sacramental do ministério eclesial que ele tenha um *carácter colegial.* De facto, desde o princípio do seu ministério, o Senhor Jesus instituiu os Doze, «gérmenes do novo Israel e ao mesmo tempo origem da hierarquia sagrada» (400). Escolhidos juntamente, também juntamente foram enviados, e a sua unidade fraterna estará ao serviço da comunhão fraterna de todos os fiéis. Será como um reflexo e um testemunho da comunhão das pessoas divinas (401). Por isso, todo o bispo exerce o seu ministério no seio do colégio episcopal e em comunhão com o

bispo de Roma, sucessor de Pedro e chefe do mesmo colégio; e todos os presbíteros exercem o seu ministério no seio do *presbyterium* da diocese, sob a direcção do seu bispo.

878. Finalmente, pertence à natureza sacramental do ministério eclesial que ele tenha um*carácter pessoal.* Se os ministros de Cristo actuam em comunhão, fazem-no sempre também de modo pessoal. Cada qual é chamado pessoalmente –: «Tu, segue-Me» (*Jo* 21, 22) (402) – para ser, na missão comum, uma testemunha pessoal, pessoalmente responsável perante Aquele que lhe confere a missão, agindo «na pessoa d'Ele» e em favor das pessoas: «Eu te baptizo em nome do Pai...»; «Eu te absolvo...».

879. O ministério sacramental na Igreja é, pois, um serviço exercido em nome de Cristo. Tem um carácter pessoal e uma forma colegial. Isto verifica-se nos vínculos que ligam o colégio episcopal e o seu chefe, o sucessor de Pedro, bem como na relação entre a responsabilidade pastoral do bispo pela sua Igreja particular e a solicitude comum do colégio episcopal pela Igreja universal.

O COLÉGIO EPISCOPAL E O SEU CHEFE, O PAPA

880. Cristo, ao instituir os Doze, «deu-lhes a forma dum corpo colegial, quer dizer, dum grupo estável, e colocou á sua frente Pedro, escolhido de entre eles» (403). «Assim como, por instituição do Senhor, Pedro e os outros apóstolos formam um só colégio apostólico, assim de igual modo o pontífice romano, sucessor de Pedro, e os bispos, sucessores dos Apóstolos, estão unidos entre si» (404).

881. Foi só de Simão, a quem deu o nome de Pedro, que o Senhor fez a pedra da sua Igreja. Confiou-lhe as chaves desta (405) e instituiu-o pastor de todo o rebanho (406). «Mas o múnus de ligar e desligar, que foi dado a Pedro, também foi dado, sem dúvida alguma, ao colégio dos Apóstolos unidos ao seu chefe» (407). Este múnus pastoral de Pedro e dos outros apóstolos pertence aos fundamentos da Igreja e é continuado pelos bispos sob o primado do Papa.

882. O *Papa,* bispo de Roma e sucessor de S. Pedro, «é princípio perpétuo e visível, e fundamento da unidade que liga, entre si, tanto os bispos como a multidão dos fiéis» (408). Com efeito, em virtude do seu cargo de vigário de Cristo e pastor de toda a Igreja, o pontífice romano tem sobre a mesma Igreja um poder pleno, supremo e universal, que pode sempre livremente exercer» (409).

883. «O *colégio ou corpo episcopal* não tem autoridade a não ser em união com o pontífice romano [...] como sua cabeça». Como tal, este colégio é «também sujeito do poder supremo e pleno sobre toda a Igreja, poder que, no entanto, só pode ser exercido com o consentimento do pontífice romano» (410).

884. «O colégio dos bispos exerce de modo solene o poder sobre toda a Igreja no concílio ecuménico» (411). Mas «não há concilio ecuménico se não for, como tal, confirmado, ou pelo menos aceite, pelo sucessor de Pedro» (412).

885. «Pela sua múltipla composição, este colégio exprime a variedade e a universalidade do povo de Deus: enquanto reunido sob uma só cabeça, revela a unidade do rebanho de Cristo» (413).

886. «Cada *bispo,* individualmente, é o princípio e o fundamento da unidade na sua respectiva Igreja particular» (414). Como tal, «exerce a sua autoridade pastoral sobre a porção do povo de Deus que lhe foi confiada» (415), assistido pelos presbíteros e diáconos. Mas, como membro do colégio episcopal, cada qual participa na solicitude por todas as Igrejas (416), dever que exerce, antes de mais, «governando bem a sua própria Igreja como porção da Igreja universal», contribuindo assim «para o bem de todo o Corpo Místico, que é também o corpo das Igrejas» (417). Esta solicitude há-de abranger, de modo particular, os pobres (418), os perseguidos por causa da fé e ainda os missionários espalhados por toda a terra.

887. As Igrejas particulares vizinhas e de cultura homogénea formam províncias eclesiásticas ou conjuntos mais vastos, chamados patriarcados ou regiões (419). Os bispos destes conjuntos podem reunir-se em sínodos ou concílios provinciais. «Igualmente, hoje, as

conferências episcopais podem prestar uma ajuda múltipla e fecunda, em ordem à realização concreta do espírito colegial» (420).

O OFÍCIO DE ENSINAR

888. Os bispos, com os presbíteros seus cooperadores, «têm como primeiro dever anunciar o Evangelho de Deus a todos os homens» (421), conforme a ordem do Senhor; (422). Eles são «os arautos da fé», que trazem a Cristo novos discípulos, e os «doutores autênticos» da fé apostólica, «munidos da autoridade de Cristo» (423).

889. Para manter a Igreja na pureza da fé transmitida pelos Apóstolos, Cristo quis conferir à sua Igreja uma participação na sua própria infalibilidade, Ele que é a Verdade. Pelo «sentido sobrenatural da fé», o povo de Deus «adere de modo indefectível à fé», sob a conduta do Magistério vivo da Igreja (424).

890. A missão do Magistério está ligada ao carácter definitivo da Aliança instaurada por Deus em Cristo com o seu povo. Deve protegê-lo dos desvios e falhas, e garantir-lhe a possibilidade objectiva de professar, sem erro, a fé autêntica. O múnus pastoral do Magistério está, assim, ordenado a velar por que o povo de Deus permaneça na verdade que liberta. Para cumprir este serviço. Cristo dotou os pastores do carisma da infalibilidade em matéria de fé e de costumes. O exercício de tal carisma pode revestir-se de diversas modalidades:

891. «Desta infalibilidade goza o pontífice romano, chefe do colégio episcopal, por força do seu ofício, quando, na qualidade de pastor e doutor supremo de todos os fiéis, e encarregado de confirmar na fé os seus irmãos, proclama, por um acto definitivo, um ponto de doutrina respeitante à fé ou aos costumes [...]. A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo dos bispos, quando exerce o seu Magistério supremo em união com o sucessor de Pedro», sobretudo num concílio ecuménico (425) Quando, pelo seu Magistério supremo, a Igreja propõe alguma coisa «para crer como sendo revelada por Deus» (426) como doutrina de Cristo, «deve-se

aderir na obediência da fé a tais definições» (427). Esta infalibilidade abarca tudo quanto abarca o depósito da Revelação divina

892. A assistência divina é também dispensada aos sucessores dos Apóstolos, quando ensinam em comunhão com o sucessor de Pedro, e de modo particular ao bispo de Roma, pastor de toda a Igreja, quando, mesmo sem chegarem a uma definição infalível e sem se pronunciar de «modo definitivo», no exercício do seu Magistério ordinário, propõem uma doutrina que leva a uma melhor inteligência da Revelação em matéria de fé e de costumes. A este ensinamento ordinário devem os fiéis «prestar o assentimento religioso do seu espírito» (429), o qual, embora distinto do assentimento da fé, é, no entanto, seu prolongamento.

O OFÍCIO DE SANTIFICAR

893. O bispo tem igualmente «a responsabilidade de dispensar a graça do sumo sacerdócio» (430), em particular na Eucaristia, que oferece pessoalmente ou cuja celebração pelos presbíteros seus cooperadores ele garante. É que a Eucaristia é o centro da vida da Igreja particular. O bispo e os presbíteros santificam a Igreja com a sua oração e o seu trabalho, bem como pelo ministério da Palavra e dos sacramentos. E também a santificam com o seu exemplo, actuando «não com um poder autoritário sobre a herança do Senhor, mas como modelos do rebanho» (*1 Pe* 5, 3). Assim «chegarão, com o rebanho que lhes está confiado, à vida eterna» (431).

O OFÍCIO DE GOVERNAR

894. «Os bispos dirigem as suas Igrejas particulares, como vigários e legados de Cristo, mediante os seus conselhos, incitamentos e exemplos; mas também com a sua autoridade e com o seu poder sagrado» (432), que, no entanto, devem exercer para edificação naquele espírito de serviço que é próprio o do seu Mestre (433).

895. «Este poder, que eles exercem pessoalmente em nome de Cristo, é um poder próprio, ordinário e imediato. O seu exercício, contudo, está regulado em definitivo pela autoridade suprema da Igreja» (434). Mas os bispos não devem ser considerados como

vigários do Papa; a autoridade ordinária e imediata deste sobre toda a Igreja, não anula, pelo contrário, confirma e defende, a daqueles. A autoridade episcopal deve exercer-se em comunhão com toda a Igreja, sob a direcção do Papa.

896. O Bom Pastor há-de ser o modelo e a «forma» do múnus pastoral do bispo. Consciente das suas fraquezas, «o bispo pode mostrar-se indulgente para com os ignorantes e os transviados. Não se furte a atender os que de si dependem, rodeando-os de carinho, como a verdadeiros filhos [...]. Quanto aos fiéis, devem viver unidos ao seu bispo como a Igreja a Jesus Cristo e Jesus Cristo ao Pai» (435).

«Segui todos o bispo, como Jesus Cristo o Pai; e o presbitério como se fossem os Apóstolos; quanto aos diáconos, respeitai-os como à lei de Deus. Ninguém faça, à margem do bispo, nada do que diga respeito à Igreja» (436).

II. Os fiéis leigos

897. «Por leigos entendem-se aqui todos os cristãos com excepção dos membros da ordem sacra ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo Baptismo, constituídos em povo de Deus e feitos participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, na Igreja e no mundo, a missão de todo o povo cristão» (437).

A VOCAÇÃO DOS LEIGOS

898. «A vocação própria dos leigos consiste precisamente em procurar o Reino de Deus ocupando-se das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus [...]. Pertence-lhes, de modo particular, iluminar e orientar todas as realidades temporais a que estão estreitamente ligados, de tal modo que elas sejam realizadas e prosperem constantemente segundo Cristo, para glória do Criador e Redentor» (438).

899. A iniciativa dos cristãos leigos é particularmente necessária quando se trata de descobrir, de inventar meios para impregnar, com as exigências da doutrina e da vida cristã, as realidades sociais, políticas e económicas. Tal iniciativa é um elemento normal da vida da Igreja:

«Os fiéis leigos estão na linha mais avançada da vida da Igreja: por eles, a Igreja é o princípio vital da sociedade. Por isso, eles, sobretudo, devem ter uma consciência cada vez mais clara, não somente de que pertencem à Igreja, mas de que são Igreja, isto é, comunidade dos fiéis na terra sob a direcção do chefe comum, o Papa, e dos bispos em comunhão com ele. Eles são Igreja» (439).

900. Porque, como todos os fiéis, são por Deus encarregados do apostolado, em virtude do Baptismo e da Confirmação, os leigos têm o dever e gozam do direito, individualmente ou agrupados em associações, de trabalhar para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e recebida por todos os homens e por toda a terra. Este dever é ainda mais urgente quando só por eles podem os homens receber o Evangelho e conhecer Cristo. Nas comunidades eclesiais, a sua acção é tão necessária que, sem ela, o apostolado dos pastores não pode, a maior parte das vezes, alcançar pleno efeito (440).

A PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NA FUNÇÃO SACERDOTAL DE CRISTO

901. «Em virtude da sua consagração a Cristo e da unção do Espírito Santo, os leigos recebem a vocação admirável e os meios que permitem ao Espírito produzir neles frutos cada vez mais abundantes. De facto, todas as suas actividades, orações, iniciativas apostólicas, a sua vida conjugal e familiar, o seu trabalho de cada dia, os seus lazeres do espírito e do corpo, se forem vividos no Espírito de Deus, e até as provações da vida se pacientemente suportadas, tudo se transforma em "sacrifício espiritual, agradável a Deus por Jesus Cristo" (*1 Pe* 2, 5). Na celebração eucarística, todas estas oblações se unem à do Corpo de Senhor, para serem piedosamente oferecidas ao Pai. É assim que os leigos, como

adoradores que em toda a parte se comportam santamente, consagram a Deus o próprio mundo» (441).

902. Os pais participam dum modo particular no múnus da santificação, «vivendo em espírito cristão a vida conjugal e cuidando da educação cristã dos filhos» (442).

903. Os leigos, se têm as qualidades requeridas, podem ser admitidos de modo estável aos ministérios de leitor e de acólito (443). «Onde as necessidades da Igreja o aconselharem, por falta de ministros, os leigos, mesmo que não sejam leitores nem acólitos, podem suprir alguns ofícios destes, como os de exercer o ministério da Palavra, presidir às orações litúrgicas, conferir o Baptismo e distribuir a sagrada Comunhão, segundo as prescrições do Direito» (444).

A SUA PARTICIPAÇÃO NA FUNÇÃO PROFÉTICA DE CRISTO

904. «Cristo [...] realiza a sua missão profética não só através da hierarquia [...], mas também por meio dos leigos. Para isso os constituiu testemunhas, e lhes concedeu o sentido da fé e a graça da Palavra» (445):

«Ensinar alguém, para o trazer à fé, [...] é dever de todo o pregador e, mesmo, de todo o crente» (446).

905. Os leigos realizam a sua missão profética também pela evangelização, «isto é, pelo anúncio de Cristo, concretizado no testemunho da vida e na palavra». Para os leigos, «esta acção evangelizadora [...] adquire um carácter específico e uma particular eficácia, por se realizar nas condições ordinárias da vida secular» (447).

«Este apostolado não consiste só no testemunho da vida: o verdadeiro apóstolo procura todas as ocasiões de anunciar Cristo pela palavra, tanto aos não-crentes [...] como aos fiéis» (448).

906. Aqueles de entre os fiéis leigos que disso forem capazes e que para tal se formarem, podem também prestar o seu concurso à

formação catequética (449), ao ensino das ciências sagradas (450) e aos meios de comunicação social (451).

907. «Os fiéis, segundo a ciência, a competência e a proeminência de que desfrutam, têm o direito e mesmo por vezes o dever, de manifestar aos sagrados pastores a sua opinião acerca das coisas atinentes ao bem da Igreja e de a exporem aos restantes fiéis, salva a integridade da fé e dos costumes, a reverência devida aos pastores, e tendo em conta a utilidade comum e a dignidade das pessoas» (452).

A SUA PARTICIPAÇÃO NA FUNÇÃO REAL DE CRISTO

908. Fazendo-se obediente até à morte (453), Cristo comunicou aos seus discípulos o dom de régia liberdade, para que «com abnegação de si mesmos e santidade de vida, vençam em si próprios o reino do pecado» (454).

«Aquele que submete o corpo e governa a sua alma, sem se deixar submergir pelas paixões, é senhor de si mesmo; pode ser chamado rei, porque é capaz de reger a sua própria pessoa: é livre e independente e não se deixa cativar por uma escravidão culpável» (455).

909. «Além disso, também pela união das suas forças, devem os leigos sanear as instituições e as condições de vida no mundo, quando estas tendem a levar ao pecado, para que todas se conformem com as regras da justiça e favoreçam a prática da virtude, em vez de a impedirem. Agindo assim, impregnarão de valor moral a cultura e as obras humanas (456).

910. «Os leigos também podem sentir-se ou serem chamados a colaborar com os pastores no serviço da comunidade eclesial, trabalhando pelo crescimento e vida da mesma, exercendo ministérios muito variados, segundo a graça e os carismas que ao Senhor aprouver comunicar-lhes» (457).

911. Na Igreja, «os fiéis leigos podem cooperar no exercício do poder de governo, segundo as normas do direito» (458). É o caso da

sua presença nos concílios particulares (459) nos sínodos diocesanos (460) e nos conselhos pastorais (461) do exercício da função pastoral duma paróquia (462) da colaboração nos conselhos para os assuntos económicos (463); da participação nos tribunais eclesiásticos (464); etc.

912. Os fiéis devem «distinguir cuidadosamente os direitos e deveres que lhes competem como membros da Igreja, daqueles que lhes dizem respeito como membros da sociedade humana. Procurem harmonizar uns e outros, lembrando-se de que em todos os assuntos temporais se devem guiar pela sua consciência cristã, pois nenhuma actividade humana, mesmo de ordem temporal, pode subtrair-se ao domínio de Deus» (465).

913. «Assim, todo e qualquer leigo, em virtude dos dons que lhe foram concedidos, é ao mesmo tempo testemunha e instrumento vivo da missão da própria Igreja "segundo a medida do dom de Cristo" (*Ef* 4, 7)» (466).

III. A vida consagrada

914. «O estado de vida constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, está, no entanto, incontestavelmente ligado à sua vida e santidade» (467).

CONSELHOS EVANGÉLICOS, VIDA CONSAGRADA

915. Os conselhos evangélicos são, na sua multiplicidade, propostos a todos os discípulos de Cristo. A perfeição da caridade, a que todos os fiéis são chamados, comporta, para aqueles que livremente assumem o chamamento à vida consagrada, a obrigação de praticar a castidade no celibato por amor do Reino, a pobreza e a obediência. É a *profissão* destes conselhos, num estado de vida estável reconhecido pela Igreja, que caracteriza a «vida consagrada» a Deus (468).

916. A partir daí, o estado de vida consagrada aparece como uma das maneiras de viver uma consagração «mais íntima», radicada no

Baptismo e totalmente dedicada a Deus (469). Na vida consagrada, os fiéis propõem-se, sob a moção do Espírito Santo, seguir Cristo mais de perto, entregar-se a Deus amado acima de todas as coisas e, procurando a perfeição da caridade ao serviço do Reino, ser na Igreja sinal e anúncio da glória do mundo que há-de vir (470).

UMA GRANDE ÁRVORE, DE FRONDOSA RAMAGEM

917. «Tal como uma árvore se ramifica maravilhosa e variadamente no campo do Senhor, a partir de uma semente lançada por Deus, assim surgiram diversas formas de vida solitária ou comum, e várias famílias religiosas que vêm aumentar a riqueza espiritual, tanto em proveito dos seus próprios membros como no de todo o Corpo de Cristo» (471).

918. «Desde as origens da Igreja, houve homens e mulheres que se propuseram, pela prática dos conselhos evangélicos, seguir mais livremente Cristo e imitá-Lo de modo mais fiel. Cada qual a seu modo. Levaram uma vida consagrada a Deus. Muitos de entre eles, sob o impulso do Espírito Santo, viveram na solidão; outros fundaram famílias religiosas que a Igreja de bom grado acolheu e aprovou com a sua autoridade» (472).

919. Os bispos devem esforçar-se sempre por discernir os novos dons de vida consagrada, confiados pelo Espírito Santo à sua Igreja. A aprovação de novas formas de vida consagrada é reservada à Sé Apostólica (473).

A VIDA EREMÍTICA

920. Os eremitas nem sempre fazem profissão pública dos três conselhos evangélicos; mas, «por meio de um mais estrito apartamento do mundo, do silêncio na solidão, da oração assídua e da penitência, consagram a sua vida ao louvor de Deus e à salvação do mundo» (474).

921. Os eremitas manifestam o aspecto interior do mistério da Igreja que é a intimidade pessoal com Cristo. Oculta aos olhos dos homens, a vida do eremita é pregação silenciosa d'Aquele a Quem

entregou a sua vida. Cristo é tudo para ele. É uma vocação especial para encontrar no deserto, no próprio combate espiritual, a glória do Crucificado.

AS VIRGENS E AS VIÚVAS CONSAGRADAS

922. Já desde os tempos apostólicos, apareceram virgens (475) e viúvas cristãs (476), chamadas pelo Senhor a unirem-se a Ele sem partilha, numa maior liberdade de coração, de corpo e de espírito, que tomaram a decisão, aprovada pela Igreja, de viver, respectivamente, no estado de virgindade ou de castidade perpétua, «por amor do Reino dos céus» *(Mt* 19, 12).

923. As virgens, «emitindo o santo propósito de seguir mais de perto a Cristo, são consagradas a Deus pelo Bispo diocesano segundo o rito litúrgico aprovado, desposam-se misticamente com Cristo Filho de Deus e dedicam-se ao serviço da Igreja» (477). Por este ritual solene *(consecratio virginum* – consagração das virgens), a «virgem é constituída como pessoa consagrada, sinal transcendente do amor da Igreja a Cristo, imagem escatológica da Esposa celeste e da vida futura» (478).

924. «Próxima das outras formas de vida consagrada» (479), a ordem das virgens estabelece a mulher que vive no mundo (ou a monja) na oração, na penitência, no serviço dos seus irmãos e no trabalho apostólico, segundo o estado e carismas respectivos concedidos a cada uma (480). As virgens consagradas podem associar-se para observarem mais fielmente os seus propósitos (481).

A VIDA RELIGIOSA

925. Nascida no Oriente, nos primeiros séculos do cristianismo (482), e vivida em institutos canonicamente erectos pela Igreja (483), a vida religiosa distingue-se das outras formas de vida consagrada pelo aspecto cultual, pela profissão pública dos conselhos evangélicos, pela vida fraterna em comum e pelo testemunho dado a respeito da união de Cristo e da Igreja (484).

926. A vida religiosa faz parte do mistério da Igreja. É um dom que a Igreja recebe do seu Senhor, e que oferece, como um estado de vida estável, ao fiel chamado por Deus à profissão dos conselhos. Assim, a Igreja pode, ao mesmo tempo, manifestar Cristo e reconhecer-se como Esposa do Salvador. A vida religiosa é convidada a significar, nas suas variadas formas, a própria caridade de Deus, em linguagem do nosso tempo.

927. Todos os religiosos, isentos ou não (485), têm o seu lugar entre os cooperadores do bispo diocesano na sua função pastoral (486). A implantação e a expansão missionária da Igreja requerem a presença da vida religiosa em todas as suas formas, desde os começos da evangelização (487). «A história confirma os grandes méritos das famílias religiosas na propagação da fé e na formação de novas Igrejas, desde as antigas instituições monásticas e as Ordens medievais, até às congregações modernas» (488).

OS INSTITUTOS SECULARES

928. «Instituto secular é o instituto de vida consagrada, em que os fiéis, vivendo no século, se esforçam por atingir a perfeição da caridade e por contribuir, sobretudo a partir de dentro, para a santificação do mundo» (489).

929. Os membros destes institutos, mediante uma «vida perfeita e inteiramente consagrada [a esta] santificação» (490), tomam parte na tarefa de evangelização da Igreja, «no mundo e a partir do mundo» (491), onde a sua presença actua «à maneira de fermento» (492). O seu testemunho de vida cristã visa ordenar segundo Deus as realidades temporais e impregnar o mundo com a força do Evangelho. Assumem, por vínculos sagrados, os conselhos evangélicos e mantêm entre si a comunhão e fraternidade próprias do seu teor de vida secular (493).

AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA

930. Aproximam-se das diversas formas de vida consagrada, «as sociedades de vida apostólica, cujos membros, sem votos religiosos, prosseguem o fim apostólico próprio da sociedade e, vivendo em

comum a vida fraterna, de acordo com a própria forma de vida, tendem, pela observância das constituições, à perfeição da caridade. Entre elas há sociedades, cujos membros [...] assumem os conselhos evangélicos» segundo as suas constituições» (494).

CONSAGRAÇÃO E MISSÃO: ANUNCIAR O REI QUE VEM

931. Entregando-se a Deus amado sobre todas as coisas, aquele que pelo Baptismo já Lhe estava devotado, encontra-se, assim, mais intimamente consagrado ao serviço divino e dedicado ao bem da Igreja. Pelo estado de consagração a Deus, a Igreja manifesta Cristo e mostra como o Espírito Santo nela actua de modo admirável. Aqueles que professam os conselhos evangélicos têm, pois, por missão, antes de mais, viver a sua consagração. «Visto estarem dedicados, em virtude da sua consagração, ao serviço da Igreja, têm obrigação de trabalhar, de modo especial, segundo a índole própria do instituto, na acção missionária» (495).

932. Na Igreja, que é como o sacramento, isto é, o sinal e o instrumento da vida de Deus, a vida consagrada surge como um sinal particular do mistério da Redenção. Seguir e imitar Cristo «mais de perto», manifestar «mais claramente» o seu aniquilamento, é entrar «mais profundamente» presente, no coração de Cristo, aos seus contemporâneos. Quem segue este caminho «mais estreito» estimula os seus irmãos pelo seu exemplo e «dá este esplêndido e sublime testemunho: o mundo não pode ser transfigurado e oferecido a Deus sem o espírito das bem-aventuranças» (496).

933. Quer este testemunho seja público, como no estado religioso, quer seja mais discreto ou mesmo secreto, a vinda de Cristo é, para todos os consagrados, a origem e a meta das suas vidas:

«Como o povo de Deus não tem na terra cidade permanente [...], o estado religioso [...] manifesta a todos os crentes a presença, já neste mundo, dos bens celestes; dá testemunho da vida nova e eterna adquirida pela redenção de Cristo e anuncia a ressurreição futura e a glória celeste» (497).

Resumindo:

934. *«Por instituição divina, há na Igreja, entre os fiéis, ministros sagrados, também chamados, em direito, clérigos, sendo os outros chamados leigos». E há fiéis que, pertencendo a uma ou a outra destas duas categorias, se consagraram a Deus pela profissão dos conselhos evangélicos e servem assim a missão da Igreja* (498).

935. *Para anunciar a fé e implantar o seu Reino, Cristo envia os Apóstolos e respectivos sucessores. Fá-los participantes da sua missão. É d'Ele que uns e outros recebem o poder de agir em seu nome.*

936. *0 Senhor fez de Pedro o fundamento visível da sua Igreja. Deu-lhe as chaves dela. O bispo da Igreja de Roma, sucessor de S. Pedro, é «a cabeça do colégio dos bispos, vigário de Cristo e pastor da Igreja universal neste mundo»* (499).

937. *0 Papa «está revestido, por instituição divina, do poder supremo, plenário, imediato e universal para o governo das almas»* (500).

938. *Os bispos, estabelecidos pelo Espírito Santo, sucedem aos Apóstolos. São, «cada um por sua parte, princípio visível e fundamento da unidade nas suas Igrejas particulares» (*501).

939. *Ajudados pelos presbíteros seus cooperadores e pelos diáconos, os bispos têm o encargo de ensinar autenticamente a fé, celebrar o culto divino, sobretudo a Eucaristia, e governar a sua Igreja como verdadeiros pastores. Incumbe-lhes também o cuidado de todas as Igrejas, com e sob a orientação do Papa.*

940. *«Sendo próprio do estado dos leigos viverem a sua vida no meio do mundo e dos assuntos profanos, eles são chamados por Deus a exercer o seu apostolado no mundo à maneira de fermento, graças ao vigor do seu espírito cristão»* (502).

941. *Os leigos participam do sacerdócio de Cristo: cada vez mais unidos a Ele, desenvolvem a graça do Baptismo e da Confirmação em todas as dimensões da vida pessoal, familiar, social e eclesial,*

e assim realizam a vocação à santidade dirigida a todos os baptizados.

942. *Graças à sua missão profética, os leigos «são também chamados a ser, em todas as circunstâncias e no próprio coração da comunidade humana, testemunhas de Cristo»* (503).

943. *Graças à sua missão real, os leigos têm o poder de vencer em si mesmos e no mundo o império do pecado, mediante a abnegação e a santidade de vida* (504).

944. *A vida consagrada a Deus caracteriza-se pela profissão pública dos conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência, num estado de vida estável reconhecido pela Igreja.*

945. *Entregue a Deus, amado sobre todas as coisas, aquele que o Baptismo já a Ele tinha destinado, encontra-se, no estado de vida consagrada, mais intimamente votado ao serviço divino e dedicado ao bem de toda a Igreja.*

PARÁGRAFO 5: A COMUNHÃO DOS SANTOS

946. Depois de ter confessado «a santa Igreja Católica», o Símbolo dos Apóstolos acrescenta «a comunhão dos santos». Este artigo é, em certo sentido, uma explicitação do anterior: pois «que é a Igreja senão a assembleia de todos os santos?» (505). A comunhão dos santos é precisamente a Igreja.

947. «Uma vez que todos os crentes formam um só corpo, o bem duns é comunicado aos outros [...]. E assim, deve-se acreditar que existe uma comunhão de bens na Igreja. [...] Mas o membro mais importante é Cristo, que é a Cabeça [...]. Assim, o bem de Cristo é comunicado a todos os membros, comunicação que se faz através dos sacramentos da Igreja» (506). «Como a Igreja é governada por um só e mesmo Espírito, todos os bens por ela recebidos tornam-se necessariamente um fundo comum» (507).

948. A expressão «comunhão dos santos» tem, portanto, dois significados estreitamente ligados: «comunhão nas coisas santas, *sancta»,* e «comunhão entre as pessoas santas,*sancti».*

«*Sancta sanctis!* (O que é santo, para aqueles que são santos)». Assim proclama o celebrante na maior parte das liturgias orientais, no momento da elevação dossantos Dons antes do serviço da comunhão. Os *fiéis (sancti)* são alimentados pelo Corpo e Sangue de Cristo *(sancta),* para crescerem na comunhão do Espírito Santo *(Koinônia)* e a comunicarem ao mundo.

I. A comunhão dos bens espirituais

949. Na comunidade primitiva de Jerusalém, os discípulos «eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à comunhão fraterna, à fracção do pão e às orações» (*Act* 2, 42).

A comunhão na fé. A fé dos fiéis é a fé *da Igreja* recebida dos Apóstolos, tesouro de vida que se enriquece na medida em que é partilhada.

950. *A comunhão nos sacramentos.* «O fruto de todos os sacramentos pertence a todos. Os sacramentos, e sobretudo o Baptismo, que é como que a porta por onde os homens entram na Igreja, são outros tantos vínculos sagrados que os unem todos e os ligam a Jesus Cristo. A comunhão dos santos é a comunhão dos sacramentos [...];o nome de comunhão pode aplicar-se a cada um deles, porque cada um deles nos une a Deus [...]. Mas este nome convém mais à Eucaristia do que a qualquer outro, porque é principalmente ela que consuma esta comunhão» (508).

951. *A comunhão dos carismas:* na comunhão da Igreja, o Espírito Santo «distribui também graças especiais entre os fiéis de todas as ordens» para a edificação da Igreja (509). Ora, em cada um se manifestam os dons do Espírito, para o bem comum» (*1 Cor* 12, 7).

952. *«Eles punham tudo em comum» (Act* 4, 32): «Tudo o que o verdadeiro cristão possui, deve olhá-lo como um bem que lhe é comum com os demais, e deve estar sempre pronto e ser diligente para ir em socorro do pobre e da miséria do próximo» (510). O cristão é um administrador dos bens do Senhor (511).

953. *A comunhão da caridade:* na *sanctorum communio,* «nenhum de nós vive para si mesmo, e nenhum de nós morre para si mesmo» *(Rm* 14, 7). «Se um membro sofre, todos os membros sofrem com ele; se um membro for honrado por alguém, todos os membros se alegram com ele. Vós sois Corpo de Cristo e seus membros, cada um na parte que lhe diz respeito» *(1 Cor* 12, 26-27). «A caridade não é interesseira» *(1 Cor* 13, 5) (512). O mais insignificante dos nossos actos, realizado na caridade, reverte em proveito de todos, numa solidariedade com todos os homens, vivos ou defuntos, que se funda na comunhão dos santos. Pelo contrário, todo o pecado prejudica esta comunhão.

II. A comunhão entre a Igreja do céu e a da terra

954. *Os três estados da Igreja.* «Até que o Senhor venha na sua majestade e todos os seus anjos com Ele e, vencida a morte, tudo Lhe seja submetido, dos seus discípulos uns peregrinam na terra, outros, passada esta vida, são purificados, e outros, finalmente, são glorificados e contemplam "claramente Deus trino e uno, como Ele é"» (513):

«Todos, porém, comungamos, embora de modo e grau diversos, no mesmo amor de Deus e do próximo, e todos entoamos ao nosso Deus o mesmo hino de glória. Com efeito, todos os que são de Cristo e têm o seu Espírito, formam uma só Igreja e n'Ele estão unidos uns aos outros») (514).

955. «E assim, de modo nenhum se interrompe a união dos que ainda caminham sobre a terra com os irmãos que adormeceram na paz de Cristo: mas antes, segundo a constante fé da Igreja, essa união é reforçada pela comunicação dos bens espirituais» (515).

956. *A intercessão dos santos.* «Os bem-aventurados, estando mais intimamente unidos com Cristo, consolidam mais firmemente a Igreja na santidade [...]. Eles não cessam de interceder a nosso favor, diante do Pai, apresentando os méritos que na terra alcançaram, graças ao Mediador único entre Deus e os homens, Jesus Cristo

[...]. A nossa fraqueza é assim grandemente ajudada pela sua solicitude fraterna» (516):

«Não choreis, que eu vos serei mais útil depois da morte e vos ajudarei mais eficazmente que durante a vida» (517).

«Quero passar o meu céu a fazer o bem sobre a terra» (518)

957. *A comunhão com os santos.* «Não é só por causa do seu exemplo que veneramos a memória dos bem-aventurados, mas ainda mais para que a união de toda a Igreja no Espírito aumente com o exercício da caridade fraterna. Pois, assim como a comunhão cristã entre os cristãos ainda peregrinos nos aproxima mais de Cristo, assim também a comunhão com os santos nos une a Cristo, de quem procedem, como de fonte e Cabeça, toda a graça e a própria vida do povo de Deus» (519).

«A Cristo, nós O adoramos, porque Ele é o Filho de Deus; quanto aos mártires, nós os amamos como a discípulos e imitadores do Senhor: e isso é justo, por causa da sua devoção incomparável para com o seu Rei e Mestre. Assim nós possamos também ser seus companheiros e condiscípulos!» (520).

958. *A comunhão com os defuntos.* «Reconhecendo claramente esta comunicação de todo o Corpo místico de Cristo, a Igreja dos que ainda peregrinam venerou, com muita piedade, desde os primeiros tempos do cristianismo, a memória dos defuntos; e, "porque é um pensamento santo e salutar rezar pelos mortos, para que sejam livres de seus pecados" *(2 Mac* 12, 46), por eles ofereceu também sufrágios» (521). A nossa oração por eles pode não só ajudá-los, mas também tornar mais eficaz a sua intercessão em nosso favor.

959. *Na única família de Deus.* «Todos os que somos filhos de Deus e formamos em Cristo uma família, ao comunicarmos uns com os outros na caridade mútua e no comum louvor da Santíssima Trindade, correspondemos à íntima vocação da Igreja» (522).

Resumindo:

960. *A Igreja é «comunhão dos santos»: esta expressão designa, em primeiro lugar, as «coisas santas»* (sancta) *e, antes de mais, a Eucaristia, pela qual «é representada e se realiza a unidade dos fiéis que constituem um só Corpo em Cristo»* (523).

961. *Este termo também designa a comunhão das «pessoas santas»* (sancti) *em Cristo, que «morreu por todos», de modo que o que cada um faz ou sofre por Cristo e em Cristo reverte em proveito de todos.*

962. *«Nós cremos na comunhão de todos os fiéis de Cristo: dos que peregrinam na terra, dos defuntos que estão levando a cabo a sua purificação e dos bem-aventurados do céu: formam todos uma só Igreja; e cremos que, nesta comunhão, o amor misericordioso de Deus e dos seus santos está sempre atento às nossas orações»* (524).

PARÁGRAFO 6: MARIA – MÃE DE CRISTO MÃE DA IGREJA

963. Depois de termos falado do papel da Virgem Maria no mistério de Cristo e do Espírito, é conveniente considerarmos agora o seu lugar no mistério da Igreja. «Efectivamente, a Virgem Maria [...] é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus e do Redentor [...]. Ao mesmo tempo, porém, é verdadeiramente "Mãe dos membros (de Cristo) [...], porque cooperou com o seu amor para que na Igreja nascessem os fiéis, membros daquela Cabeça"» (525). «Maria, [...] Mãe de Cristo e Mãe da Igreja» (526).

I. A maternidade de Maria em relação à Igreja

INTEIRAMENTE UNIDA A SEU FILHO...

964. O papel de Maria em relação à Igreja é inseparável da sua união com Cristo e decorre dela directamente. «Esta associação de Maria com o Filho na obra da salvação, manifesta-se desde a concepção virginal de Cristo até à sua morte» (527). Mas é particularmente manifesta na hora da sua paixão:

«A Bem-aventurada Virgem avançou na peregrinação de fé, e manteve fielmente a sua união como Filho até à Cruz, junto da qual

esteve de pé, não sem um desígnio divino; padeceu acerbamente com o seu Filho único e associou-se com coração de mãe ao seu sacrifício, consentindo amorosamente na imolação da vítima que d'Ela nascera; e, por fim, foi dada por mãe ao discípulo pelo próprio Jesus Cristo, agonizante na Cruz, com estas palavras: "Mulher, eis aí o teu filho"*(Jo* 19, 26-27)» (528).

965. Depois da Ascensão do seu Filho, Maria «assistiu com suas orações aos começos da Igreja» (529). E, reunida com os Apóstolos e algumas mulheres, vemos «Maria implorando com as suas orações o dom daquele Espírito, que já na Anunciação a cobrira com a Sua sombra» (530).

... TAMBÉM NA SUA ASSUNÇÃO...

966. «Finalmente, a Virgem Imaculada, preservada imune de toda a mancha da culpa original, terminado o curso da vida terrena, foi elevada ao céu em corpo e alma e exaltada pelo Senhor como rainha, para assim se conformar mais plenamente com o seu Filho, Senhor dos senhores e vencedor do pecado e da morte» (529). A Assunção da santíssima Virgem é uma singular participação na ressurreição do seu Filho e uma antecipação da ressurreição dos outros cristãos:

«No teu parto guardaste a virgindade e na tua dormição não abandonaste a mundo, ó Mãe de Deus: alcançaste a fonte da vida. Tu que concebeste o Deus vivo e que, pelas tuas orações, hás-de livrar as nossas almas da morte» (532).

... ELA É NOSSA MÃE NA ORDEM DA GRAÇA

967. Pela sua plena adesão à vontade do Pai, à obra redentora do Filho e a todas as moções do Espírito Santo, a Virgem Maria é para a Igreja o modelo da fé e da caridade. Por isso, ela é «membro eminente e inteiramente singular da Igreja» (533) e constitui mesmo «a realização exemplar»,o *typus*, da Igreja (534).

968. Mas o seu papel em relação à Igreja e a toda a humanidade vai ainda mais longe. Ela «cooperou de modo inteiramente singular, com

a sua fé, a sua esperança e a sua ardente caridade, na obra do Salvador, para restaurar nas almas a vida sobrenatural. É, por essa razão, nossa Mãe, na ordem da graça» (535).

969. «Esta maternidade de Maria na economia da graça perdura sem interrupção, desde o consentimento, que fielmente deu na anunciação e que manteve inabalável junto da Cruz, até à consumação perpétua de todos os eleitos. De facto, depois de elevada ao céu, não abandonou esta missão salvadora, mas, com a sua multiforme intercessão, continua a alcançar-nos os dons da salvação eterna [...]. Por isso, a Virgem é invocada na Igreja com os títulos de advogada, auxiliadora, socorro e medianeira» (536).

970. «Mas a função maternal de Maria para com os homens, de modo algum ofusca ou diminui a mediação única de Cristo, mas antes manifesta a sua eficácia. Com efeito, todo o influxo salutar da Virgem santíssima [...] deriva da abundância dos méritos de Cristo, funda-se na sua mediação e dela depende inteiramente, haurindo aí toda a sua eficácia» (537). «Efectivamente, nenhuma criatura pode ser equiparada ao Verbo Encarnado e Redentor; mas, assim como o sacerdócio de Cristo é participado de diversos modos pelos ministros e pelo povo fiel, e assim como a bondade de Deus, sendo uma só, se difunde variamente pelos seres criados, assim também a mediação única do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas, uma cooperação variada, que participa dessa fonte única» (538).

II. O culto à Santíssima Virgem

971. *«Todas as gerações me hão-de proclamar ditosa» (Lc* 1, 48): «a piedade da Igreja para com a santíssima Virgem pertence à própria natureza do culto cristão» (539). A santíssima Virgem «é com razão venerada pela Igreja com um culto especial. E, na verdade, a santíssima Virgem é, desde os tempos mais antigos, honrada com o título de "Mãe de Deus", e sob a sua protecção se acolhem os fiéis implorando-a em todos os perigos e necessidades [...]. Este culto [...], embora inteiramente singular, difere essencialmente do culto de adoração que se presta por igual ao Verbo Encarnado, ao Pai e ao Espírito Santo, e favorece-o

poderosamente» (540). Encontra a sua expressão nas festas litúrgicas dedicadas à Mãe de Deus (541) e na oração mariana, como o santo rosário, «resumo de todo o Evangelho» (542).

III. Maria - ícone escatológico da Igreja

972. Depois de termos falado da Igreja, da sua origem, missão e destino, não poderíamos terminar melhor do que voltando a olhar para Maria, a fim de contemplar nela o que a Igreja é no seu mistério, na sua «peregrinação da fé», e o que será na pátria ao terminar a sua caminhada, onde a espera, na «glória da santíssima e indivisa Trindade» e «na comunhão de todos os santos» (543), Aquela que a mesma Igreja venera como Mãe do seu Senhor e como sua própria Mãe:

«Assim como, glorificada já em corpo e alma, a Mãe de Jesus é imagem e início da igreja que se há-de consumar no século futuro, assim também, brilha na terra como sinal de esperança segura e de consolação, para o povo de Deus ainda peregrino» (544).

Resumindo:

973. *Ao pronunciar o* «Fiat» *da Anunciação e dando o seu consentimento ao mistério da Encarnação, Maria colabora desde logo com toda a obra a realizar por seu Filho. Ela é Mãe, onde quer que Ele seja Salvador e Cabeça do Corpo Místico.*

974. *Terminado o curso da sua vida terrena, a santíssima Virgem Maria foi elevada em corpo e alma para a glória do céu, onde participa já na glória da ressurreição do seu Filho, antecipando a ressurreição de todos os membros do Seu Corpo.*

975*. «Nós cremos que a santíssima Mãe de Deus, a nova Eva, a Mãe da Igreja, continua a desempenhar no céu o seu papel maternal para com os membros de Cristo»* (545).

ARTIGO 10: «CREIO NA REMISSÃO DOS PECADOS»

976. O Símbolo dos Apóstolos liga a fé no perdão dos pecados à fé no Espírito Santo, mas também à fé na Igreja e na comunhão dos santos. Foi ao dar o Espírito Santo aos Apóstolos que Cristo

ressuscitado lhes transmitiu o seu próprio poder divino de perdoar os pecados: «Recebei o Espírito Santo: àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; e àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos» (*Jo* 20, 22-23).

(A segunda parte do Catecismo tratará expressamente do perdão dos pecados por meio do Baptismo, do sacramento da Penitência e dos outros sacramentos, sobretudo da Eucaristia. Por isso, basta evocar aqui brevemente alguns dados fundamentais).

I. Um só Baptismo para a remissão dos pecados

977. Nosso Senhor ligou o perdão dos pecados à fé e ao Baptismo: «Ide por todo o mundo e proclamai a Boa-Nova a todas as criaturas. Quem acreditar e for baptizado será salvo» *(Mc*16, 15-16). O Baptismo é o primeiro e principal sacramento do perdão dos pecados, porque nos une a Cristo, que morreu pelos nossos pecados e ressuscitou para a nossa justificação(546), a fim de que «também nós vivamos numa vida nova» *(Rm* 6, 4).

978. «No momento em que fazemos a nossa primeira profissão de fé, ao receber o santo Baptismo que nos purifica, o perdão que recebemos é tão pleno e total que não fica absolutamente nada por apagar, quer da falta original, quer das faltas cometidas de própria vontade por acção ou omissão; nem qualquer pena a suportar para as expiar [...]. Mas apesar disso, a graça do Baptismo não isenta ninguém de nenhuma das enfermidades da natureza. Pelo contrário, resta-nos ainda combater os movimentos da concupiscência, que não cessam de nos arrastar para o mal» (547).

979. Neste combate contra a inclinação para o mal, quem seria suficientemente forte e vigilante para evitar todas as feridas do pecado? «Portanto, se era necessário que a Igreja tivesse o poder de perdoar os pecados, era também necessário que o Baptismo não fosse para ela o único meio de se servir destas chaves do Reino dos céus que tinha recebido de Jesus Cristo; era necessário que fosse capaz de perdoar as faltas a todos os penitentes que tivessem pecado, até mesmo ao último dia da sua vida» (548).

980. É pelo sacramento da Penitência que o baptizado pode ser reconciliado com Deus e com a Igreja:

«Os Santos Padres tiveram razão quando chamaram à Penitência um "baptismo laborioso" (549). Este sacramento da Penitência é necessário para a salvação daqueles que caíram depois do Baptismo, tal como o próprio Baptismo o é para os que ainda não foram regenerados» (550).

II. O poder das chaves

981. Depois da ressurreição, Cristo enviou os seus Apóstolos «a anunciar a todos os povos o arrependimento em seu nome, com vista à remissão dos pecados» (*Lc* 24, 47). Este «ministério da reconciliação» *(2 Cor* 5, 18), não o cumprem os Apóstolos e os seus sucessores somente anunciando aos homens o perdão de Deus que nos foi merecido por Jesus Cristo, e chamando-os à conversão e à fé; mas também comunicando-lhes a remissão dos pecados pelo Baptismo e reconciliando-os com Deus e com a Igreja, graças ao poder das chaves recebido de Cristo:

A Igreja «recebeu as chaves do Reino dos céus, para que nela se faça a remissão dos pecados pelo Sangue de Cristo e a acção do Espírito Santo. É nesta Igreja que a alma, morta pelos pecados, recupera a vida para viver com Cristo, cuja graça nos salvou» (551).

982. Não há nenhuma falta, por mais grave que seja, que a santa Igreja não possa perdoar. «Nem há pessoa, por muito má e culpável que seja, a quem não deva ser proposta a esperança certa do perdão, desde que se arrependa verdadeiramente dos seus erros» (552). Cristo, que morreu por todos os homens, quer que na sua Igreja as portas do perdão estejam sempre abertas a todo aquele que se afastar do pecado (553).

983. A catequese deve esforçar-se por despertar e alimentar, entre os fiéis, a fé na grandeza incomparável do dom que Cristo ressuscitado fez à sua Igreja: a missão e o poder de verdadeiramente perdoar os pecados, pelo ministério dos Apóstolos e seus sucessores:

«O Senhor quer que os seus discípulos tenham um poder imenso: Ele quer que os seus pobres servidores façam, em seu nome, tudo quanto Ele fazia quando vivia na terra» (554).

«Os sacerdotes receberam um poder que Deus não deu nem aos anjos nem aos arcanjos. [...] Deus sanciona lá em cima tudo o que os sacerdotes fazem cá em baixo» (555).

«Se na Igreja não houvesse a remissão dos pecados, nada havia a esperar, não existiria qualquer esperança duma vida eterna, duma libertação eterna. Dêmos graças a Deus, que deu à sua Igreja um tal dom» (556).

Resumindo:

984. *O Credo relaciona «o perdão dos pecados» com a profissão de fé no Espírito Santo. De facto, Cristo ressuscitado confiou aos Apóstolos o poder de perdoar os pecados, quando lhes deu o Espírito Santo.*

985. *O Baptismo é o primeiro e principal sacramento para o perdão dos pecados: une-nos a Cristo morto e ressuscitado e dá-nos o Espírito Santo.*

986. *Por vontade de Cristo, a Igreja possui o poder de perdoar os pecados dos baptizados e exerce-o através dos bispos e dos presbíteros, de modo habitual no sacramento da Penitência.*

987. *«Na remissão dos pecados, os sacerdotes e os sacramentos são instrumentos mediante os quais nosso Senhor Jesus Cristo, único autor e dispensador da salvação, nos concede a remissão dos pecados e a graça da justificação»* (557).

ARTIGO 11: «CREIO NA RESSURREIÇÃO DA CARNE»

988. O Credo cristão — profissão da nossa fé em Deus Pai, Filho e Espírito Santo, e na sua acção criadora, salvadora e santificadora — culmina na proclamação da ressurreição dos mortos no fim dos tempos, e na vida eterna.

989. Nós cremos e esperamos firmemente que, tal como Cristo ressuscitou verdadeiramente dos mortos e vive para sempre, assim também os justos, depois da morte, viverão para sempre com Cristo ressuscitado, e que Ele os ressuscitará no último dia (558). Tal como a d'Ele, também a nossa ressurreição será obra da Santíssima Trindade:

«Se o Espírito d'Aquele que ressuscitou Jesus de entre os mortos habita em vós, Ele, que ressuscitou Cristo Jesus de entre os mortos, também dará vida aos vossos corpos mortais, pelo seu Espírito que habita em vós» (*Rm* 8, 11) (559).

990*.* A palavra «carne» designa o homem na sua condição de fraqueza e mortalidade (560) «Ressurreição da carne» significa que, depois da morte, não haverá somente a vida da alma imortal, mas também os nossos «corpos mortais» (*Rm* 8, 11) retomarão a vida.

991. Crer na ressurreição dos mortos foi, desde o princípio, um elemento essencial da fé cristã. «A ressurreição dos mortos é a fé dos cristãos: é por crer nela que somos cristãos» (561):

«Como é que alguns de entre vós dizem que não há ressurreição dos mortos? Se não há ressurreição dos mortos, também Cristo não ressuscitou. Mas se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã é também a vossa fé. [...] Mas não! Cristo ressuscitou dos mortos, como primícias dos que morreram» (1 *Cor* 15, 12-14, 20).

I. A ressurreição de Cristo e a nossa ressurreição

REVELAÇÃO PROGRESSIVA DA RESSURREIÇÃO

992. A ressurreição dos mortos foi revelada progressivamente por Deus ao seu povo. A esperança na ressurreição corporal dos mortos impôs-se como consequência intrínseca da fé num Deus criador do homem todo, alma e corpo. O Criador do céu e da terra é também Aquele que mantém fielmente a sua aliança com Abraão e a sua descendência. É nesta dupla perspectiva que começará a exprimir-se a fé na ressurreição. Nas suas provações, os mártires Macabeus confessam:

«O Rei do universo ressuscitar-nos-á para uma vida eterna, a nós que morremos pelas suas leis» (2 *Mac* 7, 9). «É preferível morrermos às mãos dos homens e termos a esperança em Deus de que havemos de ser ressuscitados por Ele» *(2 Mac* 7, 14) (562).

993. Os fariseus (563) e muitos contemporâneos do Senhor (564) esperavam a ressurreição. Jesus ensina-a firmemente. E aos saduceus, que a negavam, responde: «Não andareis vós enganados, ignorando as Escrituras e o poder de Deus?» *(Mc* 12, 24). A fé na ressurreição assenta na fé em Deus, que «não é um Deus de mortos, mas de vivos» *(Mc* 12, 27).

994. Mas há mais: Jesus liga a fé na ressurreição à sua própria pessoa: «Eu sou a Ressurreição e a Vida» (*Jo* 11, 25). É o próprio Jesus que, no último dia, há-de ressuscitar os que n'Ele tiverem acreditado (565), comido o seu Corpo e bebido o seu Sangue (566) Desde logo, Ele dá um sinal disto mesmo e uma garantia, restituindo a vida a alguns mortos (567) e preanunciando assim a sua própria ressurreição que, no entanto, será de ordem diferente. Jesus fala deste acontecimento único como do «sinal de Jonas» (568), do sinal do templo (569); Ele anuncia a sua ressurreição ao terceiro dia depois da morte (570).

995. Ser testemunha de Cristo é ser «testemunha da sua ressurreição» *(Act* 1, 22) (571), é «ter comido e bebido com Ele depois da sua ressurreição dos mortos» (Act 10, 41). A esperança cristã na ressurreição é toda marcada pelos encontros com Cristo ressuscitado. Nós ressuscitaremos como Ele, com Ele e por Ele.

996. Desde o princípio, a fé cristã na ressurreição deparou com incompreensões e oposições (572). «Não há ponto em que a fé cristã encontre mais contradição do que o da ressurreição da carne» (573). É bastante comum a aceitação de que, depois da morte, a vida da pessoa humana continua de modo espiritual. Mas como acreditar que este corpo, tão manifestamente mortal, possa ressuscitar para a vida eterna?

COMO É QUE OS MORTOS RESSUSCITAM?

997. *O que é ressuscitar?* Na morte, separação da alma e do corpo, o corpo do homem cai na corrupção, enquanto a sua alma vai ao encontro de Deus, embora ficando à espera de se reunir ao seu corpo glorificado. Deus, na sua omnipotência, restituirá definitivamente a vida incorruptível aos nossos corpos, unindo-os às nossas almas pela virtude da ressurreição de Jesus.

998. *Quem ressuscitará?* Todos os homens que tiverem morrido: «Os que tiverem praticado o bem, para uma ressurreição de vida e os que tiverem praticado o mal, para uma ressurreição de condenação» *(Jo* 5, 29) (574).

999. *Como?* Cristo ressuscitou com o seu próprio corpo: «Vede as minhas mãos e os meus pés: sou Eu mesmo» *(Lc* 24, 39); mas não regressou a uma vida terrena. De igual modo, n'Ele «todos ressuscitarão com o seu próprio corpo, com o corpo que agora têm» (575), mas esse corpo será «transformado em corpo glorioso» (576) em «corpo espiritual» (*1 Cor* 15, 44):

«Alguém poderia perguntar: "Como ressuscitam os mortos? Com que espécie de corpo voltam eles?" Insensato! O que tu semeias não volta à vida sem morrer. E o que semeias não é o corpo que há-de vir, é um simples grão [...]. O que é semeado sujeito à corrupção ressuscita incorruptível; [...] os mortos ressuscitarão incorruptíveis [...]. É, de facto, necessário que este ser corruptível se revista de incorruptibilidade, que este ser mortal se revista de imortalidade» (1 *Cor* 15, 35-37. 42. 52-53).

1000. Este «como» ultrapassa a nossa imaginação e o nosso entendimento; só na fé se torna acessível. Mas a nossa participação na Eucaristia dá-nos já um antegozo da transfiguração do nosso corpo, operada por Cristo:

«Assim como, depois de ter recebido a invocação de Deus, o pão que vem da terra deixa de ser pão ordinário e é Eucaristia, constituída por duas coisas, uma terrena, outra celeste, do mesmo modo os nossos corpos, que participam na Eucaristia, já não são corruptíveis, pois têm a esperança da ressurreição» (577).

1001. *Quando?* Definitivamente o no último dia» *(Jo* 6, 39-40.44.54; 11, 24), «no fim do mundo» (578). Com efeito, a ressurreição dos mortos está intimamente associada à Parusia de Cristo:

«Ao sinal dado, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, o próprio Senhor descerá do céu e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro» (*1 Ts* 4, 16).

RESSUSCITADOS COM CRISTO

1002. Se é verdade que Cristo nos há-de ressuscitar «no último dia», também é verdade que, de certo modo, nós já ressuscitámos com Cristo. De facto, braças ao Espírito Santo, a vida cristã é desde já, na terra, uma participação na morte e ressurreição de Cristo:

«Pelo Baptismo fostes sepultados com Cristo e também ressuscitastes com Ele, devido à fé que tivestes na força de Deus, que O ressuscitou dos mortos [...]. Uma vez que ressuscitastes com Cristo, aspirai às coisas do Alto, onde Cristo Se encontra sentado à direita de Deus» (*Cl* 2, 12; 3, 1).

1003. Unidos a Cristo pelo Baptismo, os crentes participam já realmente na vida celeste de Cristo ressuscitado (579). Mas esta vida continua «escondida com Cristo em Deus» (*Cl* 3, 3). «Ele próprio nos ressuscitou e nos fez sentar nos céus, em Cristo Jesus» (*Ef* 2, 6). Alimentados pelo seu Corpo na Eucaristia, nós pertencemos já ao Corpo de Cristo. Quando ressuscitarmos no último dia, havemos também de nos «manifestar com Ele na glória» (*Cl* 3, 4).

1004. À espera desse dia, o corpo e a alma do crente participam já na dignidade de ser «em Cristo». Daí a exigência do respeito para com o próprio corpo e também para com o corpo de outrem, particularmente quando sofre:

«O corpo [...] é para o Senhor. E o Senhor é para o corpo. E Deus, que ressuscitou o Senhor, também nos há-de ressuscitar a nós pelo seu poder. Não sabeis que os vossos corpos são membros de

Cristo? […] Não sabeis que não pertenceis a vós próprios? […]. Glorificai, pois, a Deus no vosso corpo» (*1 Cor 6,* 13-15. 19-20).

II. Morrer em Cristo Jesus

1005. Para ressuscitar com Cristo, temos de morrer com Cristo, temos «de nos exilar do corpo para habitarmos junto do Senhor» (*2 Cor* 5, 8). Nesta «partida» (580) que é a morte, a alma é separada do corpo. Voltará a juntar-se-lhe no dia da ressurreição dos mortos (581).

A MORTE

1006. «É em face da morte que o enigma da condição humana mais se adensa» (582). Num certo sentido, a morte do corpo é natural: mas sabemos pela fé que a morte é, de facto, «salário do pecado» (*Rm* 6, 23) (583). E para aqueles que morrem na graça de Cristo, é uma participação na morte do Senhor, a fim de poder participar na sua ressurreição (584).

1007. *A morte é o termo da vida terrena.* As nossas vidas são medidas pelo tempo no decurso do qual nós mudamos e envelhecemos. E como acontece com todos os seres vivos da terra, a morte surge como o fim normal da vida. Este aspecto da morte confere uma urgência às nossas vidas: a lembrança da nossa condição de mortais também serve para nos lembrar de que temos um tempo limitado para realizar a nossa vida:

«Lembra-te do teu Criador nos dias da mocidade [...], antes que o pó regresse à terra, donde veio, e o espírito volte para Deus que o concedeu» *(Ecl* 12, 1.7).

1008. *A morte é consequência do pecado.* Intérprete autêntico das afirmações da Sagrada Escritura (585) e da Tradição, o Magistério da Igreja ensina que a morte entrou no mundo por causa do pecado do homem (586). Embora o homem possuísse uma natureza mortal. Deus destinava-o a não morrer. A morte foi, portanto, contrária aos desígnios de Deus Criador e entrou no mundo como consequência do pecado (587). «A morte corporal, de que o homem estaria isento se

não tivesse pecado» (588), é, pois, «o último inimigo» (*1 Cor* 15, 26) do homem a ter de ser vencido.

1009. *A morte é transformada por Cristo.* Jesus, Filho de Deus, também sofreu a morte, própria da condição humana. Mas apesar da repugnância que sentiu perante ela (589), assumiu-a num acto de submissão total e livre à vontade do Pai. A obediência de Jesus transformou em bênção a maldição da morte (590).

O SENTIDO DA MORTE CRISTÃ

1010. Graças a Cristo, a morte cristã tem um sentido positivo. «Para mim, viver é Cristo e morrer é lucro» *(Fl* 1, 21). «É digna de fé esta palavra: se tivermos morrido com Cristo, também com Ele viveremos» *(2 Tm* 2, 11). A novidade essencial da morte cristã está nisto: pelo Baptismo, o cristão já «morreu com Cristo» sacramentalmente para viver uma vida nova; se morremos na graça de Cristo, a morte física consuma este «morrer com Cristo» e completa assim a nossa incorporação n'Ele, no seu acto redentor:

«É bom para mim morrer em (*eis*) Cristo Jesus, mais do que reinar dum extremo ao outro da terra. É a Ele que eu procuro, Ele que morreu por nós: é a Ele que eu quero, Ele que ressuscitou para nós. Estou prestes a nascer [...]. Deixai-me receber a luz pura: quando lá tiver chegado, serei um homem» (591).

1011. Na morte, Deus chama o homem a Si. É por isso que o cristão pode experimentar, em relação à morte, um desejo semelhante ao de S. Paulo: «Desejaria partir e estar com Cristo»*(Fl* 1, 23). E pode transformar a sua própria morte num acto de obediência e amor para com o Pai, a exemplo de Cristo (592):

«O meu desejo terreno foi crucificado: [...] há em mim uma água viva que dentro de mim murmura e diz: "Vem para o Pai"» (593).
«Ansiosa por ver-te, desejo morrer» (594).
«Eu não morro, entro na vida» (595).

1012. A visão cristã da morte (596) é expressa de modo privilegiado na liturgia da Igreja:

«Para os que crêem em Vós, Senhor, a vida não acaba, apenas se transforma: e, desfeita a morada deste exílio terrestre, adquirimos no céu uma habitação eterna» (597).

1013. A morte é o fim da peregrinação terrena do homem, do tempo de graça e misericórdia que Deus lhe oferece para realizar a sua vida terrena segundo o plano divino e para decidir o seu destino último. Quando acabar «a nossa vida sobre a terra, que é só uma» (598), não voltaremos a outras vidas terrenas. «Os homens morrem uma só vez» (*Heb* 9, 27). Não existe «reencarnação» depois da morte.

1014. A Igreja exorta-nos a prepararmo-nos para a hora da nossa morte («Duma morte repentina e imprevista, livrai-nos, Senhor»: antiga Ladainha dos Santos), a pedirmos à Mãe de Deus que rogue por nós «na hora da nossa morte» (Oração da Ave-Maria) e a confiarmo-nos a S. José, padroeiro da boa morte:

«Em todos os teus actos em todos os teus pensamentos, havias de te comportar como se devesses morrer hoje. Se tivesses boa consciência, não terias grande receio da morte. Mais vale acautelares-te do pecado do que fugir da morte. Se hoje não estás preparado, como o estarás amanhã?» (599).

«Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã a morte corporal, à qual nenhum homem vivo pode escapar. Ai daqueles que morrem em pecado mortal: Bem-aventurados os que ela encontrar a cumprir as tuas santíssimas vontades, porque a segunda morte não lhes fará mal» (600).

Resumindo:

1015. «Caro salutis est cardo – A *carne é o fulcro da salvação»* (601). *Nós cremos em Deus, que é o Criador da carne; cremos no Verbo que Se fez carne para remir a carne; cremos na ressurreição da carne, acabamento da criação e da redenção da carne.*

1016. *Pela morte, a alma é separada do corpo; mas, na ressurreição, Deus restituirá a vida incorruptível ao nosso corpo transformado, reunindo-o à nossa alma. Tal como Cristo ressuscitou e vive para sempre, todos nós ressuscitaremos no último dia.*

1017. *«Nós cremos na verdadeira ressurreição desta carne que possuímos agora»* (602)*. No entanto, semeia-se no túmulo um corpo corruptível e ressuscita um corpo incorruptível* (603)*um «corpo espiritual» (1 Cor 15, 44).*

1018. *Em consequência do pecado original, o homem deve sofrer a morte corporal, «de que estaria isento, se não tivesse pecado»* (604).

1019. *Jesus, Filho de Deus, sofreu livremente a morte por nós, numa submissão total e livre à vontade de Deus seu Pai. Pela sua morte, Ele venceu a morte, abrindo assim a todos os homens a possibilidade da salvação.*

ARTIGO 12: «CREIO NA VIDA ETERNA»

1020. O cristão, que une a sua própria morte à de Jesus, encara a morte como chegada até junto d'Ele, como entrada na vida eterna. A Igreja, depois de, pela última vez, ter pronunciado sobre o cristão moribundo as palavras de perdão da absolvição de Cristo e de, pela última vez, o ter marcado com uma unção fortificante e lhe ter dado Cristo, no Viático, como alimento para a viagem, fala-lhe com estas doces e confiantes palavras:

«Parte deste mundo, alma cristã, em nome de Deus Pai omnipotente, que te criou, em nome de Jesus Cristo, Filho de Deus vivo, que por ti sofreu, em nome do Espírito Santo, que sobre ti desceu; chegues hoje ao lugar da paz e a tua morada seja no céu, junto de Deus, na companhia da Virgem Maria. Mãe de Deus, de São José e de todos os Anjos e Santos de Deus [...]. Confio-te ao Criador para que voltes Àquele que te formou do pó da terra. Venham ao encontro de ti, que estás a partir desta vida, Santa Maria, os Anjos e todos os Santos [...]. Vejas o teu Redentor face a

face e gozes da contemplação de Deus pelos séculos dos séculos» (605).

I. O juízo particular

1021. A morte põe termo à vida do homem, enquanto tempo aberto à aceitação ou à rejeição da graça divina, manifestada em Jesus Cristo (606). O Novo Testamento fala do juízo, principalmente na perspectiva do encontro final com Cristo na sua segunda vinda. Mas também afirma, reiteradamente, a retribuição imediata depois da morte de cada qual, em função das suas obras e da sua fé. A parábola do pobre Lázaro (607) e a palavra de Cristo crucificado ao bom ladrão (608), assim como outros textos do Novo Testamento (609), falam dum destino final da alma (610), o qual pode ser diferente para umas e para outras.

1022. Ao morrer, cada homem recebe na sua alma imortal a retribuição eterna, num juízo particular que põe a sua vida em referência a Cristo, quer através duma purificação (611), quer para entrar imediatamente na felicidade do céu (612), quer para se condenar imediatamente para sempre (613).

«Ao entardecer desta vida, examinar-te-ão no amor» (614).

II. O céu

1023. Os que morrerem na graça e na amizade de Deus e estiverem perfeitamente purificados, viverão para sempre com Cristo. Serão para sempre semelhantes a Deus, porque O verão «tal como Ele é» *(1 Jo* 3, 2), «face a face» (1 *Cor* 13, 12) (615):

«Com a nossa autoridade apostólica, definimos que, por geral disposição divina, as almas de todos os santos mortos antes da paixão de Cristo [...] e as de todos os outros fiéis que morreram depois de terem recebido o santo Baptismo de Cristo e nas quais nada havia a purificar no momento da morte, ou ainda daqueles que, se no momento da morte houve ou ainda há qualquer coisa a purificar, acabaram por o fazer [...] mesmo antes de ressuscitarem em seus corpos e do Juízo universal – e isto depois da Ascensão ao

céu do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo –, estiveram, estão e estarão no céu, associadas ao Reino dos céus e no paraíso celeste, com Cristo, na companhia dos santos anjos. E depois da paixão e morte de nosso Senhor Jesus Cristo, essas almas viram e vêem a essência divina com uma visão intuitiva e face a face, sem a mediação de qualquer criatura» (616).

1024. Esta vida perfeita com a Santíssima Trindade, esta comunhão de vida e de amor com Ela, com a Virgem Maria, com os anjos e todos os bem-aventurados, chama-se «céu». O céu é o fim último e a realização das aspirações mais profundas do homem, o estado de felicidade suprema e definitiva.

1025. Viver no céu é «estar com Cristo» (617). Os eleitos vivem «n'Ele»; mas n'Ele conservam, ou melhor, encontram a sua verdadeira identidade, o seu nome próprio (618):

«Porque a vida consiste em estar com Cristo, onde está Cristo, aí está a vida, aí está o Reino» (619).

1026. Pela sua morte e ressurreição, Jesus Cristo «abriu-nos» o céu. A vida dos bem-aventurados consiste na posse em plenitude dos frutos da redenção operada por Cristo, que associa à sua glorificação celeste aqueles que n'Ele acreditaram e permaneceram fiéis à sua vontade. O céu é a comunidade bem-aventurada de todos os que estão perfeitamente incorporados n'Ele.

1027. Este mistério de comunhão bem-aventurada com Deus e com todos os que estão em Cristo ultrapassa toda a compreensão e toda a representação. A Sagrada Escritura fala-nos dele por imagens: vida, luz, paz, banquete de núpcias, vinho do Reino, casa do Pai, Jerusalém celeste, paraíso: aquilo que «nem os olhos viram, nem os ouvidos escutaram, nem jamais passou pelo pensamento do homem, Deus o preparou para aqueles que O amam» (*1 Cor* 2, 9).

1028. Em virtude da sua transcendência, Deus não pode ser visto tal como é, senão quando Ele próprio abrir o seu mistério à contemplação imediata do homem e lhe der capacidade para O

contemplar. Esta contemplação de Deus na sua glória celeste é chamada pela Igreja «visão beatífica»:

«Qual não será a tua glória e a tua felicidade quando fores admitido a ver a Deus, a ter a honra de participar nas alegrias da salvação e da luz eterna, na companhia de Cristo Senhor teu Deus, [...] gozar no Reino dos céus, na companhia dos justos e dos amigos de Deus, das alegrias da imortalidade alcançada!» (620).

1029. Na glória do céu, os bem-aventurados continuam a cumprir com alegria a vontade de Deus, em relação aos outros homens e a toda a criação. Eles já reinam com Cristo. Com Ele «reinarão pelos séculos dos séculos» (*Ap* 22, 5) (621).

III. A purificação final ou Purgatório

1030. Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não de todo purificados, embora seguros da sua salvação eterna, sofrem depois da morte uma purificação, a fim de obterem a santidade necessária para entrar na alegria do céu.

1031. A Igreja chama *Purgatório* a esta purificação final dos eleitos, que é absolutamente distinta do castigo dos condenados. A Igreja formulou a doutrina da fé relativamente ao Purgatório sobretudo nos concílios de Florença (622) e de Trento (623). A Tradição da Igreja, referindo-se a certos textos da Escritura (624) fala dum fogo purificador:

«Pelo que diz respeito a certas faltas leves, deve crer-se que existe, antes do julgamento, um fogo purificador, conforme afirma Aquele que é a verdade, quando diz que, se alguém proferir uma blasfémia contra o Espírito Santo, isso não lhe será perdoado nem neste século nem no século futuro (*Mt* 12, 32). Desta afirmação podemos deduzir que certas faltas podem ser perdoadas neste mundo e outras no mundo que há-de vir» (625).

1032. Esta doutrina apoia-se também na prática da oração pelos defuntos, de que já fala a Sagrada Escritura: «Por isso, [Judas Macabeu] pediu um sacrifício expiatório para que os mortos fossem

livres das suas faltas» (2 *Mac* 12, 46). Desde os primeiros tempos, a Igreja honrou a memória dos defuntos, oferecendo sufrágios em seu favor, particularmente o Sacrifício eucarístico para que, purificados, possam chegar à visão beatífica de Deus. A Igreja recomenda também a esmola, as indulgências e as obras de penitência a favor dos defuntos:

«Socorramo-los e façamos comemoração deles. Se os filhos de Job foram purificados pelo sacrifício do seu pai (627) por que duvidar de que as nossas oferendas pelos defuntos lhes levam alguma consolação? [...] Não hesitemos em socorrer os que partiram e em oferecer por eles as nossas orações» (628).

IV. O Inferno

1033. Não podemos estar em união com Deus se não escolhermos livremente amá-Lo. Mas não podemos amar a Deus se pecarmos gravemente contra Ele, contra o nosso próximo ou contra nós mesmos: «Quem não ama permanece na morte. Todo aquele que odeia o seu irmão é um homicida: ora vós sabeis que nenhum homicida tem em si a vida eterna» (*1 Jo* 3, 14-15). Nosso Senhor adverte-nos de que seremos separados d'Ele, se descurarmos as necessidades graves dos pobres e dos pequeninos seus irmãos (629). Morrer em pecado mortal sem arrependimento e sem dar acolhimento ao amor misericordioso de Deus, significa permanecer separado d'Ele para sempre, por nossa própria livre escolha. E é este estado de auto-exclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados que se designa pela palavra «Inferno».

1034. Jesus fala muitas vezes da «gehena» do «fogo que não se apaga» (630) reservada aos que recusam, até ao fim da vida, acreditar e converter-se, e na qual podem perder-se, ao mesmo tempo, a alma e o corpo (631). Jesus anuncia, em termos muitos severos, que «enviará os seus anjos que tirarão do seu Reino [...] todos os que praticaram a iniquidade, e hão-de lançá-los na fornalha ardente»*(Mt* 13, 41-42), e sobre eles pronunciará a sentença: «afastai-vos de Mim, malditos, para o fogo eterno» *(Mt* 25, 41).

1035. A doutrina da Igreja afirma a existência do Inferno e a sua eternidade. As almas dos que morrem em estado de pecado mortal descem imediatamente, após a morte, aos infernos, onde sofrem as penas do Inferno, «o fogo eterno» (632). A principal pena do inferno consiste na separação eterna de Deus, o único em Quem o homem pode ter a vida e a felicidade para que foi criado e a que aspira.

1036. As afirmações da Sagrada Escritura e os ensinamentos da Igreja a respeito do Inferno são um *apelo ao sentido de responsabilidade com* que o homem deve usar da sua liberdade, tendo em vista o destino eterno. Constituem, ao mesmo tempo, um *apelo urgente à conversão:* «Entrai pela porta estreita, pois larga é a porta e espaçoso o caminho que levam à perdição e muitos são os que seguem por eles. Que estreita é a porta e apertado o caminho que levam à vida e como são poucos aqueles que os encontram!» *(Mt* 7, 13-14):

«Como não sabemos o dia nem a hora, é preciso que, segundo a recomendação do Senhor, vigiemos continuamente, a fim de que, no termo da nossa vida terrena, que é só uma, mereçamos entrar com Ele para o banquete de núpcias e ser contados entre os benditos, e não sejamos lançados, como servos maus e preguiçosos, no fogo eterno, nas trevas exteriores, onde "haverá choro e ranger de dentes"» (633).

1037. Deus não predestina ninguém para o Inferno (634). Para ter semelhante destino, é preciso haver uma aversão voluntária a Deus (pecado mortal) e persistir nela até ao fim. Na liturgia eucarística e nas orações quotidianas dos seus fiéis, a Igreja implora a misericórdia de Deus, «que não quer que ninguém pereça, mas que todos se convertam» *(2 Pe* 3, 9):

«Aceitai benignamente, Senhor, a oblação que nós, vossos servos, com toda a vossa família, Vos apresentamos. Dai a paz aos nossos dias livrai-nos da condenação eterna e contai-nos entre os vossos eleitos» (635).

V. O Juízo final

1038. A ressurreição de todos os mortos, «justos e pecadores» *(Act* 24, 15), há-de preceder o Juízo final. Será «a hora em que todos os que estão nos túmulos hão-de ouvir a sua voz e sairão: os que tiverem praticado o bem, para uma ressurreição de vida, e os que tiverem praticado o mal, para uma ressurreição de condenação» *(Jo* 5, 28-29). Então Cristo virá «na sua glória, com todos os seus anjos [...]. Todas as nações se reunirão na sua presença e Ele separará uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos; e colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. [...] Estes irão para o suplício eterno e os justos para a vida eterna» *(Mt* 25, 31-33.46).

1039. É perante Cristo, que é a Verdade, que será definitivamente posta descoberto a verdade da relação de cada homem com Deus (636). O Juízo final revelará, até às suas últimas consequências, o que cada um tiver feito ou deixado de fazer de bem durante a sua vida terrena:

«Todo o mal que os maus fazem é registado – e eles não o sabem. No dia em que "Deus virá e não se calará" (*Sl* 50, 3) [...]. Então, Ele Se voltará para os da sua esquerda: "Na terra, dir-lhes-á, Eu tinha posto para vós os meus pobrezinhos, Eu, Cabeça deles, estava no céu sentado à direita do Pai – mas na terra os meus membros tinham fome: o que vós tivésseis dado aos meus membros, teria chegado à Cabeça. Quando Eu coloquei os meus pobrezinhos na terra, constituí-os vossos portadores para trazerem as vossas boas obras ao meu tesouro. Vós nada depositastes nas mãos deles: por isso nada encontrais em Mim"» (637).

1040. O Juízo final terá lugar quando acontecer a vinda gloriosa de Cristo. Só o Pai sabe o dia e a hora, só Ele decide sobre a sua vinda. Pelo seu Filho Jesus Cristo. Ele pronunciará então a sua palavra definitiva sobre toda a história. Nós ficaremos a saber o sentido último de toda a obra da criação e de toda a economia da salvação, e compreenderemos os caminhos admiráveis pelos quais a sua providência tudo terá conduzido para o seu fim último. O Juízo final revelará como a justiça de Deus triunfa de todas as injustiças

cometidas pelas suas criaturas e como o seu amor é mais forte do que a morte (638).

1041. A mensagem do Juízo final é um apelo à conversão, enquanto Deus dá ainda aos homens «o tempo favorável, o tempo da salvação» (2 *Cor* 6, 2). Ela inspira o santo temor de Deus, empenha na justiça do Reino de Deus e anuncia a «feliz esperança» (*Tt* 2, 13) do regresso do Senhor, que virá «para ser glorificado nos seus santos, e admirado em todos os que tiverem acreditado» (2 *Ts* 1, 10).

VI. A esperança dos novos céus e da nova terra

1042. No fim dos tempos, o Reino de Deus chegará à sua plenitude. Depois do Juízo final, os justos reinarão para sempre com Cristo, glorificados em corpo e alma, e o próprio universo será renovado:

Então a Igreja alcançará «na glória celeste, a sua realização acabada, quando vier o tempo da restauração de todas as coisas e, quando, juntamente com o género humano, também o universo inteiro, que ao homem está intimamente ligado e por ele atinge o seu fim, for perfeitamente restaurado em Cristo» (639).

1043. A esta misteriosa renovação, que há-de transformar a humanidade e o mundo, a Sagrada Escritura chama «os novos céus e a nova terra» (*2 Pe* 3, 13) (640). Será a realização definitiva do desígnio divino de «reunir sob a chefia de Cristo todas as coisas que há nos céus e na terra» *(Ef* 1, 10).

1044. Neste «mundo novo» (641), a Jerusalém celeste, Deus terá a sua morada entre os homens. «Há-de enxugar-lhes dos olhos todas as lágrimas; a morte deixará de existir, e não mais haverá luto, nem clamor, nem fadiga. Porque o que havia anteriormente desapareceu» (*Ap* 21, 4) (642).

1045. *Para o homem,* esta consumação será a realização final da unidade do género humano, querida por Deus desde a criação e da qual a Igreja peregrina era «como que o sacramento» (643). Os que estiverem unidos a Cristo formarão a comunidade dos resgatados, a

«Cidade santa de Deus» (*Ap* 21, 2), a «Esposa do Cordeiro» *(Ap* 21, 9). Esta não mais será atingida pelo pecado, pelas manchas (644), pelo amor próprio, que destroem e ferem a comunidade terrena dos homens. A visão beatífica, em que Deus Se manifestará aos eleitos de modo inesgotável, será a fonte inexaurível da felicidade, da paz e da mútua comunhão.

1046. *Quanto ao cosmos,* a Revelação afirma a profunda comunidade de destino entre o mundo material e o homem:

Na verdade, as criaturas esperam ansiosamente a revelação dos filhos de Deus [...] com a esperança de que as mesmas criaturas sejam também libertadas da corrupção que escraviza [...]. Sabemos que toda a criatura geme ainda agora e sofre as dores da maternidade. E não só ela, mas também nós, que possuímos as primícias do Espírito, gememos interiormente, esperando a adopção filial e a libertação do nosso corpo» (*Rm* 8, 19-23).

1047. Assim, pois, também o universo visível está destinado a ser transformado, «a fim de que o próprio mundo, restaurado no seu estado primitivo, esteja sem mais nenhum obstáculo ao serviço dos justos» (645), participando na sua glorificação em Jesus Cristo ressuscitado.

1048. *«Ignoramos o tempo em que a terra e a humanidade atingirão a sua plenitude,* e também não sabemos como é que o universo será transformado. Porque a figura deste mundo, deformada pelo pecado, passa certamente, mas Deus ensina-nos que se prepara uma nova habitação e uma nova terra, na qual reinará a justiça e cuja felicidade satisfará e superará todos os desejos de paz que se levantam no coração dos homens» (646).

1049. «A expectativa da nova terra não deve, porém, enfraquecer, mas antes activar a solicitude em ordem a desenvolver esta terra onde cresce o corpo da nova família humana, que já consegue apresentar uma certa prefiguração do mundo futuro. Por conseguinte, embora o progresso terreno se deva cuidadosamente distinguir do crescimento do Reino de Cristo, todavia, na medida em

que pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, interessa muito ao Reino de Deus» (647).

1050. «Pois todos os bens da dignidade humana, da comunhão fraterna e da liberdade, ou seja, todos os frutos excelentes da natureza e do nosso esforço, depois de os termos propagado pela terra, no Espírito do Senhor e segundo o seu mandato, voltaremos de novo a encontrá-los, mas então purificados de qualquer mancha, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o Reino eterno e universal» (648). Então, Deus será «tudo em todos» (*1 Cor* 15, 28), na *vida eterna:*

«A vida subsistente e verdadeira é o Pai que, pelo Filho e no Espírito Santo, derrama sobre todos sem excepção os dons celestes. Graças à sua misericórdia, também nós, homens, recebemos a promessa indefectível da vida eterna» (649).

Resumindo:

1051. *Ao morrer: cada homem recebe, na sua alma imortal, a sua retribuição eterna, num juízo particular feito por Cristo, Juiz dos vivos e dos mortos.*

1052. *«Nós cremos que as almas de todos os que morrem na graça de Cristo [...] constituem o povo de Deus no além da morte, a qual será definitivamente destinada no dia da ressurreição, quando estas almas forem reunidas aos seus corpos»* (650).

1053. *«Nós cremos que a multidão dessas almas que estão congregadas à volta de Jesus e de Maria, no paraíso, formam a Igreja celeste onde, na eterna bem-aventurança, vêem Deus como Ele é onde também, certamente em graus e modos diversos, estão associadas aos santos anjos no governo divino exercido por Cristo glorioso, intercedendo por nós e ajudando a nossa fraqueza com a sua solicitude fraterna»* (651).

1054. *Os que morrem na graça e amizade de Deus, mas imperfeitamente purificados, embora seguros da sua salvação*

eterna, sofrem depois da morte uma purificação, a fim de obterem a santidade necessária para entrar na alegria de Deus.

1055. *Em virtude da «comunhão dos santos», a Igreja encomenda os defuntos à misericórdia de Deus e oferece em seu favor sufrágios, em particular o santo Sacrifício eucarístico.*

1056. *Seguindo o exemplo de Cristo, a Igreja adverte os fiéis da «triste e lamentável realidade da morte eterna» (652), também chamada «Inferno».*

1057. *A pena principal do Inferno consiste na separação eterna de Deus, o único em Quem o homem pode encontrar a vida e a felicidade para que foi criado e às quais aspira.*

1058. *A Igreja ora para que ninguém se perca: «Senhor [...], não permitais que eu me separe de Vós»* (653)*. Sendo verdade que ninguém se pode salvar a si mesmo, também é verdade que «Deus quer que todos se salvem» (1 Tm 2, 4) e que a Ele «tudo é possível» (Mt 19, 26).*

1059. *«A santa Igreja Romana crê e firmemente confessa que, no dia do Juízo, todos os homens hão-de comparecer com o seu próprio corpo perante o tribunal de Cristo, para prestar contas dos seus próprios actos»* (654).

1060*.* *No fim dos tempos, o Reino de Deus chegará à sua plenitude. Então, os justos reinarão com Cristo para sempre, glorificados em corpo e alma; o próprio universo material será transformado. Deus será, então, «tudo em todos» (1 Cor 15, 28), na vida eterna.*

«AMEN»

1061. O Credo, tal como o último livro da Sagrada Escritura (655) termina com a palavra hebraica *Ámen,* palavra que se encontra com frequência no final das orações do Novo Testamento. Do mesmo modo, a Igreja termina com um «Ámen» as suas orações.

1062. Em hebraico, *Ámen* está ligado à mesma raiz que a palavra «crer», raiz que exprime solidez, confiança, fidelidade. Assim se

compreende porque é que o «Ámen» se pode dizer tanto da fidelidade de Deus para connosco como da nossa confiança n'Ele.

1063. No profeta Isaías encontramos a expressão «Deus de verdade», literalmente «Deus do Ámen», quer dizer, o Deus fiel às suas promessas: «Todo aquele que desejar ser abençoado sobre a terra deve desejar sê-lo pelo Deus fiel (do Ámen)» (*Is* 65, 16). Nosso Senhor emprega frequentemente a palavra «Ámen» (656), por vezes sob forma redobrada » (657), para sublinhar a confiança que deve inspirar a sua doutrina, a sua autoridade fundada na verdade de Deus.

1064. O «Ámen» final do Credo retoma e confirma, portanto, a palavra com que começa: «Creio». Crer é dizer «Ámen» às palavras, às promessas, aos mandamentos de Deus; é fiar-se totalmente n'Aquele que é o «Ámen» de infinito amor e perfeita fidelidade. A vida cristã de cada dia será, então, o «Ámen» ao «Creio» da profissão de fé do nosso Baptismo:

«Que o teu Símbolo seja para ti como um espelho. Revê-te nele, para ver se crês tudo quanto dizes crer. E alegra-te todos os dias na tua fé» (658).

1065. O próprio Jesus Cristo é o «Ámen» (*Ap* 3, 14). É o Ámen definitivo do amor do Pai para connosco: assume e leva a bom termo o nosso «Ámen» ao Pai: «É que todas as promessas de Deus encontram n'Ele um «sim»! Desse modo, por seu intermédio, nós dizemos «Ámen» a Deus, a fim de lhe darmos glória» *(2 Cor* 1, 20):

«Por Cristo, com Cristo, em Cristo,
a Vós, Deus Pai todo-poderoso,
na unidade do Espírito Santo,
toda a honra e toda a glória
agora e para sempre.
ÁMEN» (659).

Notas

1. Santo Ireneu de Lião, *Demonstratio praedicationis apostolicae,* 7: SC 62, 41-42.

2. Cf. *Jo* 17, 3.

3. São Gregório de Nazianzo, *Oratio* 31 (Theologica 5), 26: SC 250, 326 (PG 36, 161-164).

4. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

5. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

6. Cf. *Jo* 16, 13.

7. Cf. *Gl* 4, 6.

8. Cf. *Jo* 3, 34.

9. Cf. *Jo* 7, 39.

10. Cf. *Jo* 17, 22.

11. Cf. *Jo* 16, 14.

12. *São Gregório de Nissa, Adversus Macedonianos de Spiritu Sancto,* 16: *Gregorii Nysseni*
opera, ed. W. Jaeger-H. Langerbeck, V. 3/1 (Leiden 1958) p. 102-103 *(*PG 45, 1321).

13. Cf. *Mt* 28, 19.

14. Cf. *Jo* 3, 5-8.

15. Cf. 1 *Jo* 2, 1 (*paráklêton*).

16. Cf. *Jo* 16. 13.

17. Cf. *Jo* 19, 34; 1 *Jo* 5, 8.

18. Cf. *Jo* 4, 10-14; 7, 38: *Ex* 17, 1-6: *Is* 55, 1; *Zc* 14, 8: *1 Cor* 10, 4. *Ap* 21, 6; 22, 17.

19. Cf. *1 Jo* 2, 20. 27; *2 Cor* 1, 21.

20. Cf. *Ex* 30, 22-32.

21. Cf. *1 Sm* 16, 13.

22. Cf. *Lc* 4, 18-19; *Is* 61, 1.

23. Cf. *Lc* 2, 11.

24. *Lc* 2, 26-27.

25. Cf. *Lc* 4, 1.

26. Cf. *Lc* 6, 19; 8, 46.

27. Cf. Rm 1, 4; 8, 11.

28. Cf. *Act* 2, 36.

29. Santo Agostinho, *Sermão* 341, 1, 1: PL 39, 1493: *Ibid*. 9, 11: PL 39. 1499.

30. Cf. *1 Rs* 18, 38-39.

31. Cf. *Act* 2, 3-4.

32. Cf. São João da Cruz, *Llama de amor viva: Biblioteca Mística Carmelitana, v.* 13 (Burgos 1931) p. 1-102; 103-213. [ID., *Chama vida de amor:* Obras Completas (Paço de Arcos, Edições Carmelo 1986) p. 829-957)].

33. Cf. *Ex* 24, 15-18.

34. Cf. *Ex* 33, 9-10.

35. Cf. *Ex* 40, 36-38; *1 Cor* 10, 1-2.

36. Cf. *1 Rs* 8, 10-12.

37. Cf. *Lc* 1, 35.

38. Cf. *Act* 1, 9.

39. Cf. *Lc* 21, 27.

40. Cf. *2 Cor* 1, 22; *Ef* 1, 13; 4, 30.

41. Cf. *Mc* 6, 5; 8, 23.

42. Cf. *Mc* 10. 16.

43. Cf. *Mc* 16, 18; *Act* 5, 12; 14, 3.

44. Cf. *Act* 8, 17-19; 13, 3; 19, 6.

45. Cf. *Heb* 6, 2.

46. Cf. *Lc* 11, 20.

47. *Cf. Domingo de Pentecostes,* Hino das I e II Vésperas: *Liturgia Horarum, editio typica,* v. 2 (Typis Polyglottis Vaticanis 1974), p. 795 e 812. [Liturgia das Horas. vol. II p. 850 e 861. edição da Gráfica de Coimbra, 1999].

48. Cf. *Gn* 8, 8-12.

49. Cf. *Mt* 3, 16 e par.

50. Cf. *Gl* 4, 4

51. Cf. *2 Cor* 3, 14.

52. Cf. *Jo* 5, 39. 46.

53. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

54. Cf. *Lc* 24, 44.

55. Cf. *Sl* 33, 6; 104. 30; *Gn* 1, 2; 2, 7; *Ecl* 3, 20-21; *Ez* 37, 10.

56. *Liturgia bizantina, Ofício das Horas. Matinas dos Domingos do segundo modo, Antífonas 1 e 2: Paraklêtikês* (Romae 1885), p. 107.

57. Santo Ireneu de Lião, *Demonstratio praedicationis apostolicae.* 11: SC 62, 48-49.

58. Cf. *Rm* 3, 23.

59. Cf. *Jo* 1, 14; *Fl* 2, 7.

60. Cf. *Gn* 18, 1-15; Lc 1, 26-38.54-55; *Jo* 1, 12-13; *Rm* 4, 16-21.

61. Cf. *Gn* 12, 3.

62. Cf. *Gl* 3, 16.

63. Cf. *Jo* 11, 52.

64. Cf. *Lc*. 1, 73.

65. Cf. *Gn* 22, 17-18; *Rm* 8, 32; *Jo* 3, 16.

66. Cf. *Ef* 1, 13-14; *Gl* 3, 14.

67. Cf. *Ex* 19-20; *Dt* 1-11; 29-31.

68. Cf. *Gl* 3, 24.

69. Cf. *Rm* 3, 20.

70. Cf. *1 Pe* 2, 9.

71. Cf. 2 *Sm* 7: *Sl* 89; *Lc* 1, 32-33.

72. Cf. *Lc* 24, 26.

73. Cf. *Sf* 2, 3.

74. Cf. *Is* 6-12

75. Cf. *Is* 42, 1-9; *Mt* 12, 18-21: *Jo* 1, 32-34; e também *Is* 49, 1-6; *Mr* 3, 17: *Lc 2,* 32: e, por fim, *Is* 50, 4-10 e 52, 13 - 53, 12.

76. Cf. *Is* 61, 1-2.

77. Cf. *Ez* 11, 19; 36, 25-28; 37, 1-14: *Jr* 31, 31-34; *Jl* 3, 1-5.

78. Cf. *Act* 2, 17-21.

79. Cf. *Sf* 2, 3; *Sl* 22, 27; 34, 3; *Is* 49, 13; 61. 1; etc.

80. Cf. *Lc* 1. 17.

81. Cf. *Lc* 1, 41.

82. Cf. *Lc* 1, 68.

83. Cf. *Mt* 17, 10-13.

84. Cf. *Lc* 7, 26.

85. Cf. *Mt* 11, 13-14.

86. Cf. *Jo* 1, 23; *Is* 40. 1-3.

87. Cf. *Jo* 15, 26; 5, 33.

88. Cf. *1 Pe* 1, 10-12.

89. Cf. *Jo* 3, 5.

90. Cf. *Pr* 8, 1 – 9, 6; *Ecl* 24.

91. Cf. *Sf* 3, 14; *Zc* 2, 14.

92. Cf. *Lc* 1, 46-55.

93 Cf. *Lc* 1, 26-38; *Rm* 4, 18-21; *Gl* 4, 26-28.

94. Cf. *Lc* 2, 15-19.

95. Cf. *Mt* 2, 11.

96. Cf. *Lc* 2, 14.

97. Cf. *Jo* 19, 25-27.

98. Cf. *Jo* 6, 27.51.62-63.

99. Cf. *Jo* 3, 5-8.

100. Cf. *Jo* 4, 10.14.23-24.

101. Cf. *Jo* 7, 37-39.

102. Cf. *Lc* . 11, 13.

103. Cf. *Mt* 10, 19-20.

104. Cf. *Jo* 14, 16-17.26; 15. 26; 16, 7-15; 17, 26.

105. Cf. *Jo* 13, 1; 17, 1.

106. Cf. *Lc* 23. 46; *Jo* 19, 30.

107 *Cf. Jo 20, 22.*

108. Cf. *Mt* 28, 19; *Lc* 24, 47-48; *Act* 1, 8.

109. Cf. *Act* 2, 33-36.

110. Liturgia bizantina, *Oficio das Horas, Vésperas de Pentecostes, Sticherum 4: Pentekostárion* (Romae 1884) p. 390.

111. Cf. *Rm* 8, 23; *2 Cor* 1, 22.

112. Cf. *1 Jo* 4, 11-12.

113. Cf. *Mt* 16, 24-26.

114. Cf. *Gl* 5, 25.

115. São Basílio Magno, *Liber de Spiritu Sancto* 15, 36: SC 17bis. 370 (PG 32, 132).

116. Cf. *Jo* 15, 5. 8. 16.

117. São Cirilo de Alexandria, *Commentarius in Iohannem* 11, 11: PG 74. 561.

118. Cf. *Sl* 2, 6-7.

119. Cf. *Act* 2, 36.

120. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium* 1: AAS 57 (1965) 5.

121. CatRom I, 10, 1, p. 104.

122. Santo Hipólito Romano, *Tradição Apostólica,* 35: ed. B. Botte (Münster i.W. 1989) p. 82.

123. CatRom I 10, 22, p. 118.

124. Cf. *Act* 19, 39.

125. Cf. *Ex* 19.

126. Cf. *1 Cor* 11, 18; 14, 19.28.34-35.

127. Cf. *1 Cor* 1, 2; 16, 1.

128. Cf. *1 Cor* 15, 9; *Gl* 1, 13; *Fl* 3, 6.

129. Cf. *Ef* 1, 22; *Cl* 1, 18.

130. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 9: AAS 57 (1965) 13.

131. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 6: AAS 57 (1965) 8.

132. *Cf. Jo* 10, 1-10.

133. Cf. *Is* 40, 11; *Ez* 34, 11-31.

134. Cf. *Jo* 10, 11: *Ez* 34, 11-31.

135. Cf. *Jo* 10, 11-15.

136. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 6: AAS 57 (1965) 8.

137. Cf. *1 Cor* 3, 9.

138. Cf. *Rm* 11, 13-26.

139. Cf. *Mt* 21, 33-43 e par.: *Is* 5, 1-7.

140. Cf. *Jo* 15, 1-5.

141. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 6: AAS 57 (1965) 8.

142. Cf. *1 Cor* 3, 9.

143. Cf. *1 Cor* 3, 11.

144. Cf. *1 Tm* 3, 15.

145. Cf. *Ef* 2, 19-22.

146. Cf. *Ap* 21, 3.

147. Cf. *1 Pe* 2, 5.

148. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 6: AAS 57 (1965) 8-9.

149. Cf. *Ap* 12, 17.

150. Cf. *Ap* 19, 7; 21, 2. 9; 22, 17.

151. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 6: AAS 57 (1965) 9.

152. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 2: AAS 57 (1965) 5-6.

153. Hermas, *Pastor* 8, 1 *(Visio* 2, 4, 1): SC 53, 96; cf. Aristides, *Apologia* 16, 7: BP 11, 125; São Justino, *Apologia* 2, 7:

CA 216-218 (PG 6, 456).

154. Santo Epifânio, *Panarion,* 1, 1, 5, *Haereses* 2, 4: GCS 25, 174 (PG 41, 181).

155. Clemente de Alexandria, *Paedagogus* 1, 6, 27, 2: GCS 12, 106 (PG 8, 281).

156. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 9: AAS 57 (1965) 12; *Ibid*., 13: AAS 57 (1965) 17-18; *Ibid*., 16: AAS 57 (1965) 20.

157. Cf. *Gn* 12, 2; 15, 5-6.

158. Cf. *Ex* 19, 5-6; *Dt* 7, 6.

159. Cf. *Is* 2. 2-5: *Mq* 4, 1-4.

160. Cf. *Os* l; *Is* 1. 2-4; *Jr* 2: etc.

161. Cf. *Jr* 31, 31-34; *Is* 55. 3.

162. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 9: AAS 57 (1965) 13.

163. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 3: AAS 57 (1965) 6; ID., Decr. *Ad gentes,* 3: AAS 58 (1966) 949.

164. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 5: AAS 57 (1965) 7.

165. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 3: AAS 57 (1965) 6.

166. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 5: AAS 57 (1965) 7.

167. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 5: AAS 57 (1965) 7.

168. Cf. *Mt* 10, 16; 26, 31; *Jo* 10, 1-21.

169. Cf. *Mt* 12, 49.

170. Cf. *Mt* 5-6.

171. Cf. *Mc* 3, 14-15.

172. Cf. *Mt* 19, 28: *Lc* 22, 30.

173. Cf. *Ap* 21, 12-14.

174. Cf. *Mc* 6. 7.

175. Cf. *Lc* 10, 1-2.

176 Cf. *Mt* 10, 25; *Jo* 15, 20.

177. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 3: AAS 57 (1965) 6.

178. II Concílio do Vaticano, *Const. Sacrosanctum Concilium,* 5: AAS 56 (1964) 99.

179. *Cf.* Santo Ambrósio, *Expositio evangelii secundum Lucam,* 2, 85-89: CCL 14, 69-72 (PL 15, 1666-1668).

180. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 4: AAS 57 (1965) 6.

181. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes*, 4: AAS 58 (1966) 950.

182. Cf. *Mt* 28, 19-20: II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes*, 2: AAS 58 (1966) 948;*Ibid*., 5-6: AAS 58 (1966) 951-955.

183. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 4: AAS 57 (1965) 7.

184. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 5: AAS 57 (1965) 8.

185. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 53.

186. Santo Agostinho, *De Civitate Dei* 18, 51 CSEL 40/2. 534 (PL 41. 614): cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 8: AAS 57 (1965) 12.

187. Cf. *2 Cor 5,* 6; II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 6: AAS 57 (1965) 9.

188. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium, 5:* AAS 57 (1965) 8.

189. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 2: AAS 57 (1965) 6.

190. CatRom. 1. 10. 20. p. 117.

191. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium, 8:* AAS 57 (1965) 11.

192. Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium, 2:* AAS 56 (1964) 98.

193. São Bernardo de Bernardo de Claraval, *In Canticum sermo* 27, 7, 14: *Opera,* ed. J. Leclercq-C.H. Talbot-H. Rochais, V. I (Romae 1957) p. 191.

194. Cf. *Ef* 5, 25-27.

195. Cf. *Ef* 3, 9-11.

196. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 53.

197. João Paulo II. Ep. ap. *Mulieris dignitatem,* 27: AAS 80 (1988) 1718.

198. Cf. *Ef* 5, 27.

199. João Paulo II, Ep. ap. *Mulieris dignitatem,* 27: AAS 80 (1988) 1718, nota 55.

200. Santo Agostinho, *Epistula* 187, 11, 34: CSEL 57, 113 (PL 33, 845).

201. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 1 : AAS 57 (1965) 5.

202. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 9: AAS 57 (1965) 13.

203. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 53.

204. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et* spes, 45: AAS 58 (1966) 1066.

205. Paulo VI, *Allocutio ad Sacri Collegii Cardinalium Patres (22* de Junho de 1973): AAS 65 (1973) 391.

206. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 7: AAS 58 (1966) 956: cf. Id, Const. dogm.*Lumen Gentium*, 17: AAS 57 (1965) 20-21.

207. Cf. *Ap* 14, 4.

208. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 9: AAS 57 (1965) 12-13.

209. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 9: AAS 57 (1965) 13.

210. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 9: AAS 57 (1965) 13; cf. *Jo* 13, 34.

211. Cf. *Rm* 8, 2; *Gl* 5, 25.

212. Cf. *Mt* 5, 13-16.

213. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 9: AAS 57 (1965) 13.

214. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 9: AAS 57 (1965) 13.

215. Cf. João Paulo II,. Enc. *Redemptor hominis,* 18-21: AAS 71 (1979) 301-320.

216. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: AAS 57 (1965) 14

217. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 12: AAS 57 (1965) 16.

218. Cf. *Jo* 12, 32.

219. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 36: AAS 57 (1965) 41.

220. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 8: AAS 57 (1965) 12.

221. São Leão Magno, *Sermão* 4, 1: CCL 138. 16-17 (PL 54, 149).

222. Cf. *Mc* 1, 16-20; 3, 13-19.

223. Cf. *Mt* 13, 10-17.

224. Cf. *Lc* 10, 17-20.

225. Cf. *Lc 22.* 28-30.

226. Cf. *Jo* 14, 18.

227. Cf. *Mt* 28, 20.

228. Cf. *Jo* 20, 22; *Act* 2, 33.

229. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 7: AAS 57 (1965) 9.

230. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 7: AAS 57 (1965) 9.

231. Cf. *Rm* 6, 4-5; *1 Cor* 12, 13.

232. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 7: AAS 57 (1965) 9.

233. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 7: AAS 57 (1965) 10.

234. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 7: AAS 57 (1965) 10.

235. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 7: AAS 57 (1965) 10.

236. Cf. *Cl* 2, 19.

237. Cf. *Ef* 4, 11-16.

238. Santo Agostinho, *In Iohannis evangelium tractatus* 21, 8: CCL 36, 216-217 (PL 35, 1568).

239. São Gregório Magno, *Moralia in Job,* Praefatio 6, 4: 14 CCL 143, 19 (PL 75, 525).

240. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae* 3, q. 48, a. 2, ad 1: Ed. Leon. 11, 464.

241. Santa Joana D'Arc, *Dictum: Procès de condamnation,* ed. P. Tisset (Paris 1960), p. 166 (texto em francês).

242. Cf. *Jo* 3, 29.

243. Cf. *Mt* 22, 1-14; 25, 1-13.

244. Cf. *1 Cor 6,* 15-17; *2 Cor* 11, 2.

245. Cf. *Ap* 22. 17; *Ef* 1, 4: 5, 27.

246. Cf. *Ef* 5, 29.

247. Santo Agostinho, *Enarratio in Psalmum* 74, 4: CCL 39, 1207 (PL 37, 948-949).

248. Santo Agostinho, *Sermão* 268, 2: PL 38, 1232.

249. Pio XII, enc. *Mystici Corporis:* DS 3808.

250. Cf. *1C*or 3, 16-17; *Ef* 2, 21.

251. Santo Ireneu de Lião, *Adversus Haereses* 3, 24, 1: SC 211. 472-474 (PG 7, 966).

252. Pio XII.enc. *Mystici Corporis:* DS 3808.

253. Cf. *Ef* 4, 16.

254. Cf. *1 Cor* 12, 13.

255. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 7: AAS 57 (1965) 10.

256. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 12: AAS 57 (1965) 16; cf. Id. Decr. *Apostolicam actuositatem,* 3: AAS 58 (1966) 839-840.

257. Cf. *1 Cor* 13.

258. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 12: AAS 57 (1965) 17

259. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*,30: AAS 57 (1965) 37; João Paulo II, Ex. ap. *Christifideles laici,* 24: AAS 81 (1989) 435.

260. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 13: AAS 57 (1965) 17.

261. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 1: AAS 58 (1966) 947.

262. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 4: AAS 57 (1965) 7; *cf.* São Cipriano de Cartago, *De dominica Oratione,* 23: CCL 3A. 105 (PL 4, 553).

263. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 8: AAS 57 (1965) 11.

264 Cf. Santo Ofício, *Ep. ad Episcopos Angliae* (14 de Setembro de 1864): DS *2888.*

265. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 3: DS 3013.

266. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 2: AAS 57 (1965) 92.

267. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 2: AAS 57 (1965) 92.

268. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 78: AAS 58 (1966) 1101.

269. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 2: AAS 57 (1965) 91.

270. Clemente de Alexandria, *Paedagogus* 1, 6, 42: GCS 12, 115 (PG 8, 300).

271.II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 13: AAS 57 (1905) 18.

272. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 2: AAS 57 (1965) 91-92; Id, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 14: AAS 57 (1965) 18-19; CIC cân 205.

273. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 8: AAS 57 (1965) 11-12.

274. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 3: AAS 57 (1965) 94.

275. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio*, 3: AAS 57 (1965) 92-93.

276. Cf. CIC cân 751.

277. Orígenes, *In Ezechielem homilia* 9, 1: SC 352, 296 (PG 13, 732).

278. II Concílio do Vaticano,. Decr. *Unitatis redintegratio*, 3: AAS 57 (1965) 93.

279. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 8: AAS 57 (1965) 12.

280. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio*, 3: AAS 57 (1965) 93: cf. Id. Const. dogm. *Lumen Gentium*, 15: AAS 57 (1965) 19.

281. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio*, 3: AAS 57 (1965) 93.

282. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 8: AAS 57 (1965) 12.

283. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 4: AAS 57 (1965) 95.

284. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 1: AAS 57 (1965) 90-91.

285. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,,* 6: AAS 57 (1965) 96-97.

286. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio, 7:* AAS 57 (1965) 97.

287. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 8: AAS 57 (1965) 98.

288. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 9: AAS 57 (1965) 98.

289. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 10: AAS 57 (1965) 99.

290. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio, 4:* AAS 57 (1965) 94; *Ibid.* 9: AAS, 57 (1965) 98: *Ibid.* 11: AAS 57 (1965) 99.

291. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,*12: AAS 57 (1965) 99-100.

292. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 5: AAS 57 (1965) 96.

293. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio, 24:* AAS 57 (1965) 107.

294. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 39: AAS 57 (1965) 44.

295. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 12: AAS 57 (1965) 16.

296. Cf. *Act* 9,13: *1 Cor* 6, 1; 16, 1.

297. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 10: AAS 56 (1964) 102.

298. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 3: AAS 57 (1965) 94.

299. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 53.

300. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 53.

301. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 16.

302. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 42: AAS 57 (1965) 48.

303. Santa Teresa do Menino Jesus, *Manuscrito B. 3v: Manuscrits autobiographiques* (Paris992) p. 299. [Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face, Obras Completas (Paço de Arcos, Edições do Carmelo 1996) p. 230].

304. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 8: AAS 57 (1965) 12; cf. In. Decr. *Unitatis redintegratio*, 3: AAS 57 (1965) 92-94; *Ibid*. 6: AAS 57 (1965) 96-97.

305. Cf. *1 Jo* 1, 8-10.

306. *Mt* 13, 24-30.

307. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei,* 19: AAS 60 (1968) 440.

308. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 40: AAS 57 (1965) 44-45: *Ibid*, 48-51: AAS 57 (1965) 53-58.

309. João Paulo II, Ex. ap. *Christifideles laici* 16: AAS 81 (1989) 417.

310. João Paulo II, Ex. ap. *Christifideles laici* 17: AAS 81 (1989) 419-420.

311. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 65: AAS 57 (1965) 64.

312. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Smyrnaeos* 8, 2: SC 10bis p. 138 (Funk 1, 282).

313. Cf. *Ef* 1, 22-23.

314. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 6: AAS 58 (1966) 953.

315. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 4: AAS *58* (1966) 950-951.

316. Cf. *Mt* 28, 19.

317. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 13: AAS 57 (1965) 17.

318. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 26: AAS 57 (1965) 31.

319. II Concílio do Vaticano, Decr. *Christus Dominus.* 11: AAS 58 (1966) 677; CIC cân 368-369; CCEO cân 177 § 1. 178. 311, § 1. 312.

320. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 23: AAS 57 (1965) 27.

321. Santo Inácio de Antioquia, *Ep ad Romanos,* Inscr.: SC 10bis, p. 106 (Funk 1, 252).

322. Santo Ireneu de Lião, *Adversas Haereses* 3, 3, 2: SC 211, 32 (PG 7, 849); I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Pastor aeternus,* c. 2: DS 3057.

323. São Máximo o Confessor, *Opuscula theologica et polemica:* PG 91, 137-140.

324. Paulo VI, Ex. ap. *Evangelii nuntiandi,* 62: AAS 68 (1976) 52.

325. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 23: AAS57 (1965) 29.

326. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 13: AAS 57 (1965) 18.

327. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 14: AAS 57 (1965) 18-19.

328. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 15: AAS 57 (1965) 19.

329. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 3: AAS 57 (1965) 93.

330. Paulo VI, *Allocutio in Aede Sixtina, decem exactis annis a sublatis mutuis excomunicationibus inter Romanam et Constantinopolitanam Ecclesias* (14 de Dezembro de1975): AAS 68

(1976) 121: cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 13-18: AAS 57 (1965) 100-104.

331. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 16: AAS 57 (1965) 20.

332. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. *Nostra aetate*, 4: AAS 58 (1966) 742-743.

333. *Sexta-Feira da Paixão do Senhor, Celebração da Paixão do Senhor Oração Universal VI: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 254 [Trad. oficial portuguesa: *Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992. p. 259.267].

334. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 16: AAS 57 (1965) 20; cf. Id, Decl. *Nostra aetate,* 3: AAS 58 (1966) 741-742.

335. II Concílio do Vaticano, Decl. *Nostra aetate,* 1: *AAS* 58 (1966) 740.

336. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 16: *AAS* 57 (1965) 20; cf. Id, Decl. *Nostra aetate,* 2: AAS 58 (1966) 740-741; Paulo VI. Ex. ap. *Evangelii nuntiandi,* 53: AAS 68 (1976) 41.

337. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 16: *AAS* 57 (1965) 20.

338. Cf. Santo Agostinho, *Sermão* 96, 7, 9: PL 38, 588.

339. Santo Ambrósio, *De virginitate* 18, 119: *Sancti Ambrosii Episcopi Mediolanensis opera,*v. 14/2 (Milano-Roma 1989) p. 96 (PL 16, 297).

340. Cf. já em *1 Pe* 3, 20-21.

341. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 14: AAS 57 (1965) 18.

342. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 16: AAS *57* (1965) *20; cf.* Santo Ofício, *Epistula ad Archiepiscopum Bostoniensem* (8 de Agosto 1949): DS 3866-3872.

343. Cf. *Heb* 11, 6.

344. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 7: AAS 58 (1966) 955.

345. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 1: AAS 58 (1966) 947.

346. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 2: AAS 58 (1966) 948.

347. Cf. João Paulo II. Enc. *Redemptoris missio,* 23: AAS 83 (1991) 269-270.

348. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 6: AAS 58 (1966) 842-843; João Paulo II, Enc. *Redemptoris missio*, 11: AAS 83 (1991) 259-260.

349. João Paulo II, Enc. *Redemptoris missio*, 21: AAS 83 (1991) 268.

350. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 5: AAS 58 (1966) 952.

351. Tertuliano, *Apologeticum* 50, 13: CCL 1, 171 (PL 1, 603).

352. II Concílio do Vaticano, Const.past. *Gaudium et* spes, 43: AAS 58 (1966) 1064.

353. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 8: AAS 57 (1965) 12: cf. *Ibid,*15: AAS 57 (1965) 20.

354. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 1 AAS 58 (1966) 947.

355. Cf. João Paulo II, Enc. *Redemptoris missio,* 12-20: AAS 83 (1991) 260-268.

356. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 8: AAS 57 (1965) 12.

357. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et Spes,* 40: AAS 58 (1966) 1058.

358. Cf. João Paulo II, Enc. *Redemptoris missio,* 42-47: AAS 83 (1991) 289-295.

359. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 15: AAS 58 (1966) 964.

360. Cf. João Paulo II, Enc. *Redemptoris* missio, 48-49: AAS 83 (1991) 295-297.

361. Cf. João Paulo II, Enc. *Redemptoris missio,* 52-54: AAS 83 (1991) 299-302.

362. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 6: AAS 58 (1966) 953.

363. Cf. João Paulo II, Enc. *Redemptoris missio,* 50: AAS 83 (1991) 297-298.

364. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 4: AAS 57 (1965) 96.

365. Cf. João Paulo II, Enc. *Redemptoris* missio, 55: AAS 83 (1991) 302-304.

366. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 9: AAS 58 (1966) 958.

367. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 9: AAS 58 (1966) 958.

368. Cf. *Ap* 21, 14.

369. Cf. *Mt* 28, 16-20; *Act* 1, 8; *1 Cor* 9, 1; 15, 7-8: *Gl* 1, 1: etc.

370. Cf. *Act* 2, 42.

371. Cf. *2 Tm* 1, 13-14.

372. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 5: AAS 58 (1966) 952.

373. *Prefácio dos Apóstolos Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 426 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992. p. 493].

374. Cf. *1 Jo* 13, 20; 17. 18.

375. Cf. *Lc* 10, 16.

376. Cf. *Jo* 15, 5.

377. Cf. *Mt* 28, 20.

378. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 20: AAS 57 (1965) 23.

379. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 20: AAS 57 (1965) 23: cf. São Clemente Romano, *Epistula ad Corinthios,* 42, 4: SC 167, 168-170 (Funk, 1. 152); *Ibid*. 44, 2: SC 167, 172 (Funk, 1, 154-156).

380. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 20: AAS 57 (1965) 24.

381. II Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 2: AAS 58 (1966) 838.

382. II Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 6: AAS 58 (1966) 840; cf. *Jo*15, 5.

383. Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 3: AAS 58 (1966) 839.

384.Cf. *Ap* 19. 6.

385. Cf. *Ef* 1. 4.

386. Cf. *Ap* 21, 9.

387. Cf. *Ap* 21, 10-11.

388. Cf. *Ef* 4, 3-5.

389. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes, 2:* AAS 58 (1966) 948.

390. Cf. *Ap* 21, 14.

391. *Cf. Mt* 16, 18.

392. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 8: AAS 57 (1965) 11-12.

393. CIC, cân. 204, § l; cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 31: AAS 57 (1965) 37-38.

394. CIC, cân. 208: cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 32: AAS 57 (1965) 38-39.

395. II Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 2: AAS 58 (1966) 838-839.

396. CIC cân. 207, § 2.

397. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 18: AAS 57 (1965) 21-22.

398. Cf. *Rm* 1, 1.

399. Cf. *1 Cor* 9, 19.

400. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 5: AAS 58 (1966) 951.

401. Cf. *Jo* 17, 21-23.

402. Cf. *Mt* 4, 19.21; *Jo* 1, 43.

403. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 19: AAS 57 (1965) 22.

404. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 22: AAS 57 (1965) 25: cf. CIC cân 330.

405. Cf. *Mt* 16, 18-19.

406. Cf. *Jo* 21, 15-17.

407. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 22: AAS 57 (1965) 26.

408. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 23: AAS 57 (1965) 27.

409. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 22: AAS 57 (1965) 26: ID. Decr. *Christus Dominus,* 2: AAS 58 (1966) 673; *Ibid,* 9: AAS 58 (1966) 676.

410. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 22: AAS 57 (1965) 26: cf. CIC cân 336.

411. CIC cân 337 § 1.

412. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 22: AAS 57 (1965) 27.

413. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 22: AAS 57 (1965) 26.

414. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 23: AAS 57 (1965) 27.

415. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 23: AAS 57 (1965) 27.

416. II Concílio do Vaticano, Decr. *Christus Dominus,* 3: AAS 58 (1966) 674.

417 II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 23: AAS 57 (1965) 28.

418. Cf. *Gl* 2, 10.

419. Cf. *Canones Apostolorum,* 34 [*Constitutiones apostolicae* 8, 47, 34]: SC 336, 284 (Funk, *Didascalia et Constitutiones Apostolorum* 1, 572-574).

420. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 23: AAS 57 (1965) 29.

421. II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbiterorum ordinis,* 4: AAS 58 (1966) 995.

422. Cf. *Mc* 16, 15.

423. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 25: AAS 57 (1965) 29.

424. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 12: AAS 57 (1965) 16: cf. Id, Const. dogm. *Dei Verbum,* 10: AAS 58 (1966) 822.

425. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 25: AAS 57 (1965) 30: cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Pastor aeternus,* c. 4: DS 3074.

426 II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 10: AAS 58 (1966) 822.

427. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 25: AAS 57 (1965) 30.

428. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 25: AAS 57 (1965) 30.

429. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 25: AAS 57 (1965) 29-30.

430. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 26: AAS 57 (1965) 31.

431. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 26: AAS 57 (1965) 32.

432. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 27: AAS 57 (1965) 32.

433. Cf. *Lc* 22, 26-27.

434. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 27: AAS 57 (1965) 32.

435. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 27: AAS 57 (1965) 33.

436. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Smyrnaeos* 8, 1: SC 10bis, 138 (Funk 1, 282).

437. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 31: AAS 57 (1965) 37.

438. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 31: AAS 57 (1965) 37-38.

439. Pio XII, *Allocutio ad Patres Cardinales recenter creatos* (20 de Fevereiro de 1946): AAS 38 (1946) 149; aduzido por João Paulo II, Ex. ap. *Christifideles laici,* 9: AAS 81 (1989) 406.

440. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 33: AAS 57 (1965) 39.

441. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 34: AAS 57 (1965) 40: cf. *Ibid*, 10: AAS 57 (1965) 14-15.

442. CIC cân 835 § 4.

443. Cf. CIC cân 230 § 1.

444. CIC cân 230 § 3.

445. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 35: AAS 57 (1965) 40.

446 São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 3 q. 71, a. 4, ad 3: Ed. Leon. 12, 124.

447. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 35: AAS 57 (1965) 40.

448. II Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 6: AAS 58 (1966) 843: cf. Id, Decr. *Ad gentes,* 15: AAS 58 (1966) 965.

449. Cf. CIC cân 774.776.780.

450. Cf. CIC cân 229.

451. Cf. CIC cân. 822 § 3.

452. CIC cân 212 § 3.

453. Cf. *Fl* 2, 8-9.

454. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 36: AAS 57 (1965) 41.

455. Santo Ambrósio, *Espositio psalmi CXVIII,* 14, 30: CSEL 62, 318 (PL 15, 1476).

456. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 36: AAS 57 (1965) 42.

457. Paulo VI, Ex. ap. *Evangelii nuntiandi,* 73: AAS 68 (1976) 61.

458. CIC cân 129 § 2.

459. Cf. C1C cân 443 § 4.

460. Cf. CIC cân. 463 § 1-2.

461. Cf. CIC cân 511-512.536.

462. Cf. CIC cân 517 § 2.

463. Cf. CIC cân 492 § 1. 537.

464. Cf. CIC cân 1421 § 2.

465. II Concílio do Vaticano, Const. dogm *Lumen Gentium,* 36: AAS 57 (1965) 42.

466. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 33: AAS 57 (1965) 39.

467. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 44: AAS 57 (1965) 51.

468. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 42-43: AAS 57 (1965) 47-50; *ID.* Decr. *Perfectae caritatis,* l: AAS 58 (1966) 702-703.

469. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Perfectae caritatis,* 5: AAS 58 (1966) 704-705.

470. Cf. CIC cân 573.

471. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 43: AAS 57 (1965) 49.

472. II Concílio do Vaticano, Decr. *Perfectae caritatis,* 1: AAS 58 (1966) 702.

473 Cf. CIC cân 605.

474. CIC cân 603 § 1.

475. *1 Cor* 7, 34-36.

476. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Vita consecrata, 7:* AAS 88 (1996) 382.

477. CIC cân. 604 § 1.

478. *Ordo Consecrationis virginum.* Praenotanda 1, *editio* typica (Typis Polyglottis Vaticanis1970). p. *7* [ed. oficial portuguesa: *Consagração das Virgens.* Preliminares 1, edição típica. (Coimbra. Conferência Episcopal Portuguesa - *Gráfica* de Coimbra 1993) p. 9].

479. Cf. CIC cân 604 § 1.

480. Cf. Ordo Consecrationis virginum. Praenotanda 2. editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 7 [ed. oficial portuguesa: *Consagração das Virgens.* Preliminares 2, edição típica. (Coimbra, Conferência Episcopal Portuguesa — Gráfica de Coimbra 1993) p. 9].

481. Cf. CIC cân 604 § 2.

482. Cf. II Concílio do Vaticano, *Decr. Unitatis redintegratio,* 11: AAS 57 (1965) 102.

483. Cf. CIC cân 573.

484. Cf. CIC cân 607.

485. Cf. CIC cân 591.

486. II Concílio do Vaticano, Decr. *Christus Dominus,* 33-35: AAS 58 (1966) 690-692.

487. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 18: AAS 58 (1966) 968-969; *Ibid.* 40: AAS 58 (1966) 987-988.

488. João Paulo II, Enc. *Redemptoris missio,* 69: AAS 83 (1991) 317.

489. CIC cân. 710.

490. Pio XII, Const. ap. *Provida Mater*: AAS 39 (1947) 118.

491. CIC cân 713 § 2.

492. II Concílio do Vaticano, Decr. *Perfectae caritatis,* 11: AAS 58 (1966) 707.

493. Cf. CIC cân 713.

494. CIC cân 731 § 1-2.

495. CIC cân 783: João Paulo II, Enc. *Redemptoris missio,* 69: AAS 83 (1991) 317-318.

496. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 31: AAS 57 (1965) 37.

497. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 44: AAS 57 (1965) 50-51

498. Cf. CIC cân 207 § 1-2.

499. CIC cân 331.

500. II Concílio do Vaticano, Decr. *Christus Dominus,* 2: AAS 58 (1966) 673.

501. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 23: AAS 57 (1965) 27.

502. II Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 2: AAS 58 (1966) 839.

503. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 43: AAS 58 (1966) 1063.

504. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 36: AAS 57 (1965) 41.

505. São Nicetas de Remesiana, *Instructio ad competentes* 5, 3, 23 [*Explanatio Symboli,* 10]: TPL 1, 119 (PL 52, 871).

506. São Tomás de Aquino, *In Symbolum Apostolorum scilicet «Credo in Deum» espositio,*13: *Opera omnia, v.* 27 (Parisiis 1875) p. 224.

507. Cat Rom 1, 10, 24, p. 119.

508. Cat Rom 1, 10, 24, p. 119.

509. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 12: AAS 57 (1965) 16.

510. Cat Rom 1, 10, 27, p. 121.

511. Cf. *Lc* 16, 1-3.

512. Cf. *1 Cor* 10. 24.

513. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 49: AAS 57 (1965) 54.

514. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 49: AAS 57 (1965) 54-55.

515. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 49: AAS 57 (1965) 55.

516. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 49: AAS 57 (1965) 55.

517. São Domingos, moribundo, aos seus irmãos: *Relatio iuridica* 4 (Frater Radulphus de Faventia), 42: Acta sanctorum, Augustus I, p. 551.

518. Santa Teresa do Menino Jesus, *Verba* (17 de Julho de 1897): *Derniers Entretiens* (Paris 1971) p. 270. [Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face, *Obras Completas* (Paço de Arcos, Edições do Carmelo 1996) p. 1167].

519. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 50: AAS 57 (1965) 56.

520. *Martyrium sancti Polycarpi* 17, 3: SC 10bis. 232 (Funk 1, 336).

521. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 50: AAS 57 (1965) 55.

522. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 51: AAS 57 (1965) 58.

523. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 3: AAS 57 (1965) 6.

524. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei,* 30: AAS 60 (1968) 445.

525. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 53: AAS 57 (1965) 57-58: cf.Santo Agostinho, *De sancta virginitate* 6, 6: CSEL 41, 240 (PL 40, 399).

526. Paulo VI, *Allocutio ad Conciliares Patres, tertia exacta Oecumenicae Synodi Sessione*(21 de Novembro de 1964): AAS 56 (1964) 1015.

527. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 57: AAS 57 (1965) 61.

528. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 58: AAS 57 (1965) 61-62.

529. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 69: AAS 57 (1965) 66.

530.II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium, 59:* AAS *57* (1965) *62.*

531. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 59: AAS 57 (1965) 62: cf. Pio XII, Const. ap. *Munificentissimus Deus* (1 Novembro de 1950): DS 3903.

532. Liturgia bizantina, *Tropário para a festa da Dormição da bem-aventurada Virgem Maria: Horológion tò mega* (Romae 1876) p. 215.

533. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 53: AAS 57 (1965) 59.

534. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 63: AAS 57 (1965) 64.

535. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 61: AAS 57 (1965) 63.

536. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 62: AAS 57 (1965) 63.

537. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium, 60: AAS 57* (1965) *62.*

538. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium, 62: AAS 57* (1965) *63.*

539. Paulo VI, Ex. Ap. *Marialis cultus,* 56: AAS 66 (1974) 162.

540. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 66: AAS 57 (1965) 65.

541. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 103: AAS 56 (1964) 125.

542. Paulo VI, Ex. Ap. *Marialis cultus,* 42: AAS 66 (1974) 152-153.

543. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 69: AAS 57 (1965) 66-67.

544. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 68: AAS 57 (1965) 66

545. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei,* 15: AAS 60 (1968) 439.

544. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 68: AAS 57 (1965) 66.

545. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei*, 15: AAS 60 (1968) 439.

546. Cf. *Rm* 4, 25.

547. CatRom 1, 11, 3, P.123.

548. CatRom1, 11, 4, p. 123.

549. São Gregório de Nazianzo, *Oratio* 39, 17: SC 358, 188 (PG 36, 356).

550. Concílio de Trento, Sess. 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 2: DS 1672.

551. Santo Agostinho, *Sermão* 214, 11: ed. P. Verbraken: Revue Bénédictine 72 (1962) 21 (PL 38, 1071-1072).

552. CatRom 1, 11, 5, p. 124.

553. Cf. *Mt* 18, 21-22.

554. Santo Ambrósio, *De Paenitentia* 1, 8, 34: CSEL 73, 135-136 (PL 16, 476-477).

555. São João Cristóstomo, *De sacerdotio* 3, 5: SC 272, 148 (PG 48, 643).

556. Santo Agostinho, *Sermão* 213, 8, 8: ed. G. Morin, *Sancti Augustini sermones post Maurinos reperti* [Guelferbytanus 1, 9] (Romae 1930) p. 448 (PL 38, 1064).

557. CatRom1, 11, 6, p. 124-125.

558. Cf. *Jo* 6, 39-40.

559. Cf. *1 Ts* 4, 14; *1 Cor* 6, 14; *2 Cor* 4, 14; *Fl* 3, 10-11.

560. Cf. *Gn* 6, 3: *Sl* 56, 5: *Is* 40, 6.

561. Tertuliano, *De resurrectione mortuorum* 1, 1: CCL *2,* 921 (PL 2, 841).

562. Cf. *2 Mac* 7, 29: *Dn* 12, 1-13.

563. Cf. *Act* 23, 6.

564. Cf. *Jo* 11, 24.

565. Cf. *Jo* 5, 24-25: 6, 40.

566. Cf. *Jo* 6, 54.

567. Cf. *Mc* 5, 21-43: *Lc* 7, 11-17: *Jo* 11.

568. Cf. *Mt* 12, 39.

569. Cf. *Jo* 2, 19-22.

570. Cf. *Mc* 10, 34.

571. Cf. *Act* 4, 33.

572. Cf. *Act* 17, 32: *1 Cor* 15, 12-13.

573. Santo Agostinho, *Enarratio Psalmum* 88, 2. 5: CCL 39, 1237 (PL 37, 1134).

574. *Cf. Dn* 12, 2.

575. IV Concílio de Trento, c. 1. De *fide catholica:* DS 801.

576. *Cf. Fl* 3, 21.

577. Santo Ireneu de Lião, *Adversus Haereses* 4, 18, 5: SC 100, 610-612 (PG 7, 1028-1029).

578. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 54.

579. Cf. *Fl* 3, 20.

580. Cf. *Fl* 1, 23.

581. Cf. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei,* 28: AAS 60 (1968) 444.

582. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 18: AAS 58 (1966) 1038.

583. Cf. *Gn* 2, 17.

584. Cf. Rm 6, 3-9: *Fl* 3, 10-11.

585. Cf. *Gn* 2, 17; 3, 3.19; *Sb* 1, 13; *Rm* 5, 12; 6, 23.

586. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5ª. *Decr. de peccato originali*, can 1: DS 1511.

587. Cf. *Sb* 2, 23-24.

588. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 18: AAS 58 (1966) 1038.

589.Cf. *Mc* 14, 33-34: *Heb* 5, 7-8.

590. Cf. *Rm* 5, 19-21.

591. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Romanos* 6, 1-2: Sc: l0bis, 114 (Funk 1, 258-260).

592. Cf. *Lc* 23, 46.

593. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Romanos* 7, 2: Sc 10bis, 116 (Funk 1, 260).

594. Santa Teresa de Jesus, *Poesía,* 7: *Biblioteca Mística Carmelitana,* v. 6 (Burgos 1919) p. 86. [Santa Teresa de Ávila, *Seta de Fogo* (Lisboa, Assírio & Alvim 1989) p. 31].

595. Santa Teresa do Menino Jesus, *Lettre* (9 de Junho de 1897): *Correspondance Générale,*v. 2 (Paris 1973) p. 1015. [Santa Teresa do Menino Jesus e d Santa Face, *Obras Completas*(Paço de Arcos, Edições do Carmelo 1996) p. 622].

596. Cf. *1 Ts* 4, 13-14.

597. *Prefácio dos Defuntos I: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 439 [*Missal Romano*, Gráfica de Coimbra 1992, 509].

598. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS *57* (1965) 54.

599. *Imitação de Cristo* 1, 23, 5-8: ed. T. Lupo (Città del Vaticano 1982) p. 70.

600. São Francisco de Assis, *Cântico das criaturas: Opuscula sancti Patris Francisci Assisiensis,* ed. C. Esser (Grottaferrata 1978) p. 85-86. [Cf. *Fontes Franciscanas,* I (Braga, Editorial Franciscana, 1994) p. 781.

601. Tertuliano, *De resurrectione mortuorum* 8, 2: CCL 2, 931 (PL 2, 852).

602. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris:* DS 854. C

603. Cf. *1 Cor* 15, 42.

604. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 18: AAS 58 (1966) 1038.

605. *Ordo Unctionis infirmorum eorumque pastoralis curae.* Orto commendationis morientium. 146-147, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1972) p. 60-61 [em port.:*Unção e Pastoral dos Doentes.* Encomendação dos moribundos. 146-147, segunda edição

típica (Coimbra, Gráfica de Coimbra — Conferência Episcopal Portuguesa, 1994) p. 1091.

606. Cf. *2 Tm* 1, 9-10.

607. Cf. *Lc* 16, 22.

608. Cf. *Lc* 23, 43.

609. Cf. *2 Cor* 5, 5: *Fl* 1, 23; *Heb* 9, 27: 12, 23.

610. Cf. *Mt* 16, 26.

611. Cf. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris:* DS 856: Concílio de Florença, *Decr. pro Graecis:* DS 1304: Concílio de Trento, Sess. *25ª, Decretum de purgatorio:* DS 1820.

612. Cf. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris:* DS 857; João XXII, Buda *Ne super his:* DS 991; Bento XII, Const. *Benedictus Deus:* DS 1000-1001; Concílio de Florença, *Decr. pro Graecis:* DS 1305.

613. Cf. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris:* DS 858; Bento XII, Const. *Benedictus Deus:* DS 1002; Concílio de Florença, *Decr. pro Graecis:* DS 1306.

614. São João da Cruz, *Avisos y sentencias.* 57: *Biblioteca Mística Carmelitana,* N. 13 (Burgos 1931), p. 238. [S. João da Cruz, Ditos de luz, e amor. 57: *Obras Completas* (Paço de Arcos, Edições Carmelo 1986) P. 1015].

615. Cf. *Ap* 22, 4.

616. Bento XII. Const. *Benedictus Deus:* DS 1000; cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm.*Lumen Gentium,* 49 AAS 57 (1965) 54.

617. Cf. *Jo* 14, 3; *Fl* 1, 23: *1* Ts 4, 17.

618. Cf. *Ap* 2, 17.

619. Santo Ambrósio, *Expositio evangelii secundum Lucam* 10, 121: CCL, 14, 379 (PL 15-1927).

620. São Cipriano de Cartago, *Epistula* 58, 10: CSEL 3/2, (1996): 665; 58.10.1: CCL 3C, 333-334 (56, 10: PL 4, 367-368).

621. Cf. *Mt* 25, 21.23.

622. Cf. Conc. de Florença, *Decr. pro Graecis:* DS 1304.

623. Cf. Concílio de Trento, Sess. 25ª, *Decretum de purgatorio:* DS 1820: *Sess. 6ª. Decr. de iustificatione,* canon 30: DS 1580.

624. Por exemplo, *1 Cor* 3, 15: *1 Pe* 1, 7.

625. São Gregório Magno*, Dialogi* 4, 41, 3: SC 265, 148 (4, 39: PL 77, 396).

626. Cf. II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris:* DS 856.

627. Cf. *Job* 1, 5.

628. São João Crisóstomo, *In epistulam I ad Corinthios* homilia 41, 5: PG 61, 361.

629. Cf. *Mt* 25, 31-46.

630. *Cf. Mt* 5, 22.29; 13, 42.50; *Mc* 9, 43-48.

631. Cf. *Mt* 10, 28.

632. *Cf.* Symbolum *Quicumque:* DS 76; Synodus Constantinopolitana. q (em 543),*Anathematismi contra Origenem,* 7: DS 409; *Ibid,* 9: DS 411; IV Concílio de Latrão, Cap. I,*De fide catholica:* DS 801: II Concílio de Lião, *Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris:* DS 858; Bento XII, Const. *Benedictus Deus:* DS 1002; Concílio de Florença,*Decr. pro Iacobitis:* DS 1351: Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decr. de iustificatione,* canon 25: DS 1575; Paulo VI. *Sollemnis Professio fidei,* 12: AAS 60 (1968) 438.

633. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 54.

634. II Concílio de Orange, *Conclusio:* DS 397; Concílio de Trento, Sess. 6ª. *Decr: de iustificatione,* canon 17: DS 1567.

635. *Oração Eucarística I ou Cânone Romano,* 88: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 450 *[Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, 518].

636. Cf. *Jo* 12, 48.

637. Santo Agostinho, *Sermão* 18, 4, 4: CCL 41, 247-249 (PL 38, 130-131).

638. Cf. *Ct* 8, 6.

639. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 53.

640. Cf. *Ap* 21, 1.

641. Cf. *Ap* 21, 5.

642. Cf. Ap 21, 27.

643. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 1: AAS 57 (1965) 5.

644. Cf. *Ap* 21, 27.

645. Santo Ireneu de Lião, *Adversus Haereses* 5, 32. 1: SC 153, 398 (PG 7, 1210).

646. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 39: AAS 58 (1966) 1056-1057.

647. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 39: AAS 58 (1966) 1057.

648. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 39: AAS 58 (1966) 1057: cf.Const. dogm. *Lumen Gentium,* 2: AAS 57 (1965) 5-6.

649. São Cirilo de Jerusalém*, Catecheses illuminandorum* 18, 29: *Opera*. v. 2. ed. J. Rupp (Monaci 1870) p. 332 (PG 33, 1049).

650. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei,* 28: AAS 60 (1968) 444.

651. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei,* 29: AAS 60 (1968) 444.

652. Cf. Sagrada Congregação do Clero, *Directorium catechisticum generale*, 69: AAS 64(1972) 141.

653. *Oração antes da Comunhão,* 132: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 474 [*Missal Romano, Gráfica* de Coimbra 1992, 546].

654. II Concílio de Lião*, Professio fidei Michaelis Palaeologi imperatoris:* DS 859: cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* c. 16: DS 1549.

655. Cf. *Ap* 22, 21.

656. Cf. *Mt* 6, 2.5.16.

657. Cf. *Jo* 5, 19.

658. Santo Agostinho, *Sermão* 58, 11, 13: PL 38, 399.

659. *Doxologia final da oração eucarística: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 455, 460, 464 e 471 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, p. 522, 528, 535, 543, etc.].

SEGUNDA PARTE: A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

INTRODUÇÃO

PORQUÊ A LITURGIA?

1066. No Símbolo da Fé, a Igreja confessa o mistério da Santíssima Trindade e o seu «desígnio admirável» *(Ef* 1, 9) sobre toda a criação: o Pai realiza o «mistério da sua vontade», dando o seu Filho muito amado e o seu Espírito Santo para a salvação do mundo e para a glória do seu nome. Tal é o mistério de Cristo (1), revelado e realizado na história segundo um plano, uma «disposição» sabiamente ordenada, a que São Paulo chama «a economia do mistério» *(Ef* 3, 9) e a que a tradição patrística chamará «a economia do Verbo encarnado» ou «economia da salvação».

1067. «Esta obra da redenção humana e da glorificação perfeita de Deus, cujo prelúdio foram as magníficas obras divinas operadas no povo do Antigo Testamento, realizou-a Cristo Senhor, principalmente pelo mistério pascal da sua bem-aventurada paixão, Ressurreição dos mortos e gloriosa ascensão, em que, "morrendo, destruiu a morte e ressuscitando restaurou a vida". Efectivamente, foi do lado de Cristo adormecido na cruz que nasceu "o sacramento admirável de toda a Igreja"» (2). É por isso que, na liturgia, a Igreja celebra principalmente o mistério pascal, pelo qual Cristo realizou a obra da nossa salvação.

1068. É este mistério de Cristo que a Igreja proclama e celebra na sua liturgia, para que os fiéis dele vivam e dele dêem testemunho no mundo.

«A liturgia, com efeito, pela qual, sobretudo no sacrifício eucarístico, "se actua a obra da nossa redenção", contribui em sumo grau para que os fiéis exprimam na vida e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da**,** verdadeira Igreja» (3).

QUAL O SIGNIFICADO DA PALAVRA LITURGIA?

1069. Originariamente, a palavra «liturgia» significa «obra pública», «serviço por parte dele em favor do povo». Na tradição cristã, quer dizer que o povo de Deus toma parte na «obra de Deus» (4). Pela liturgia, Cristo, nosso Redentor e Sumo-Sacerdote, continua na sua Igreja, com ela e por ela, a obra da nossa redenção.

1070. No Novo Testamento, a palavra «liturgia» é empregada para designar, não somente a celebração do culto divino mas também o anúncio do Evangelho (6) e a caridade em acto (7). Em todas estas situações, trata-se do serviço de Deus e dos homens. Na celebração litúrgica, a Igreja é serva, à imagem do seu Senhor, o único « Liturgo» (8), participando no seu sacerdócio (culto) profético (anúncio) e real (serviço da caridade):

«Com razão se considera a liturgia como o exercício da função sacerdotal de Jesus Cristo. Nela, mediante sinais sensíveis e no modo próprio de cada qual, significa-se e realiza-se a santificação dos homens e é exercido o culto público integral pelo corpo Místico de Jesus Cristo, isto é, pela cabeça e pelos membros. Portanto, qualquer celebração litúrgica, enquanto obra de Cristo Sacerdote e do seu corpo que é a Igreja, é acção sagrada por excelência e nenhuma outra acção da Igreja a iguala em eficácia com o mesmo título e no mesmo grau» (9).

A LITURGIA COMO FONTE DE VIDA

1071. Obra de Cristo, a Liturgia é também uma acção da sua *Igreja.* Ela realiza e manifesta a Igreja como sinal visível da comunhão de Deus e dos homens por Cristo; empenha os fiéis na vida nova da comunidade, e implica uma participação «consciente, activa e frutuosa» de todos (10).

1072. «A liturgia não esgota toda a acção da Igreja» (11). Deve ser precedida pela evangelização, pela fé e pela conversão, e só então pode produzir os seus frutos na vida dos fiéis: a vida nova segundo o Espírito, o empenhamento na missão da Igreja e o serviço da sua unidade.

ORAÇÃO E LITURGIA

1073. A liturgia é também participação na oração de Cristo, dirigida ao Pai no Espírito Santo. Nela, toda a oração cristã encontra a sua fonte e o seu termo. Pela liturgia, o homem interior lança raízes e alicerça-se no «grande amor com que o Pai nos amou» *(Ef* 2, 4), em seu Filho bem-amado. É a mesma «maravilha de Deus» que é vivida e interiorizada por toda a oração, «em todo o tempo, no Espírito» *(Ef* 6, 18).

CATEQUESE E LITURGIA

1074. «A liturgia é simultaneamente o cume para o qual se encaminha a acção da Igreja e a fonte de onde dimana toda a sua força» (13). É, portanto, o lugar privilegiado da catequese do Povo de Deus. «A catequese está intrinsecamente ligada a toda a acção litúrgica e sacramental, pois é nos sacramentos, sobretudo na Eucaristia, que Jesus Cristo age em plenitude, em ordem à transformação dos homens» (14).

1075. A catequese litúrgica visa introduzir no mistério de Cristo (ela é «mistagogia»), partindo do visível para o invisível, do significante para o significado, dos «sacramentos» para os «mistérios». Tal catequese compete aos catecismos locais e regionais; o presente catecismo, que deseja colocar-se ao serviço de toda a Igreja na diversidade dos seus ritos e das suas culturas (15) apresentará o que é fundamental e comum a toda a Igreja a respeito da liturgia, enquanto mistério e enquanto celebração *(Primeira Secção),* e depois, dos sete sacramentos e sacramentais *(Segunda Secção).*

Notas

1. Cf. *Ef* 3, 4.

2. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 5: AAS 56 (1964) 99.

3. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 2: AAS 56 (1964) 97-98.

4. Cf. *Jo* 17, 4

5. Cf. *Act* 13, 2: *Lc* 1, 23.

6. Cf. Rm 15, 16; *Fl* 2, 14-17.30.

7. Cf. *Rm* 15, 27; *2 Cor* 9, 12; *Fl* 2, 25.

8. Cf. *Heb* 8, 2.6.

9. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 7: AAS 56 (1964) 101.

10. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 11: AAS 56 (1964) 103.

11. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 9: AAS 56 (1964) 101.

12. Cf. *Ef* 3, 16-17.

13. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 10: AAS 56 (1964) 102.

14. João Paulo II, Ex. Ap. *Catechesi tradendae,* 23: AAS 71 (1979) 1296.

15. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 3-4: AAS 56 (1964) 98.

PRIMEIRA SECÇÃO: A «ECONOMIA» SACRAMENTAL

1076. No dia do Pentecostes, pela efusão do Espírito Santo, a Igreja foi manifestada ao mundo(1). O dom do Espírito inaugura um tempo novo na «dispensação do mistério»: o tempo da Igreja, durante o qual Cristo manifesta, torna presente e comunica a sua obra de salvação pela liturgia da sua Igreja, «até que Ele venha» *(1 Cor* 11, 26). Durante este tempo da Igreja, Cristo vive e age, agora na sua Igreja e com ela, de um modo novo, próprio deste tempo novo. Age pelos sacramentos e é a isso que a Tradição comum do Oriente e do Ocidente chama «economia sacramental». Esta consiste na comunicação (ou «dispensação») dos frutos do mistério pascal de Cristo na celebração da liturgia «sacramental» da Igreja.

É por isso que importa, antes de mais, pôr em relevo esta «dispensação sacramental» (*Capítulo primeiro*). Assim, aparecerão mais claramente a natureza e os aspectos essenciais da celebração litúrgica (*Capítulo segundo*).

CAPÍTULO PRIMEIRO: O MISTÉRIO PASCAL NO TEMPO DA IGREJA

ARTIGO 1: A LITURGIA – OBRA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. O Pai, fonte e fim da liturgia

1077. «Bendito seja Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, nos céus, nos encheu de toda a espécie de bênçãos espirituais em Cristo. Foi assim que, n' Ele, nos escolheu antes da criação do mundo, para sermos, na caridade, santos e irrepreensíveis na sua presença. Destinou-nos de antemão a que nos tornássemos seus filhos adoptivos por Jesus Cristo. Assim aprouve à sua vontade, para que fosse enaltecida a glória da sua graça, com a qual nos favoreceu em seu Filho muito amado» *(Ef* 1, 3-6).

1078. Abençoar é uma acção divina que dá a vida e de que o Pai é a fonte. A sua bênção é, ao mesmo tempo, palavra e dom («bene-

dictio», «eu-logia»). Aplicada ao homem, tal palavra significará a adoração e a entrega ao seu Criador, em acção de graças.

1079. Desde o princípio até à consumação dos tempos, toda a obra de Deus é *bênção.* Desde o poema litúrgico da primeira criação até aos cânticos da Jerusalém celeste, os autores inspirados anunciam o desígnio da salvação como uma imensa bênção divina.

1080. Desde o princípio, Deus abençoa os seres vivos, especialmente o homem e a mulher. A aliança com Noé e todos os seres animados renova esta bênção de fecundidade, apesar do pecado do homem, pelo qual a terra fica «maldita». Mas é a partir de Abraão que a bênção divina penetra na história dos homens, que caminhava em direcção à morte, para a fazer regressar à vida, à sua fonte: pela fé do «pai dos crentes» que acolhe a bênção, é inaugurada a história da salvação.

1081. As bênçãos divinas manifestam-se em acontecimentos maravilhosos e salvíficos: o nascimento de Isaac, a saída do Egipto (Páscoa e Êxodo), o dom da terra prometida, a eleição de David, a presença de Deus no templo, o exílio purificador e o regresso do «pequeno resto». A Lei, os Profetas e os Salmos, que entretecem a liturgia do povo eleito, se por um lado recordam essas bênçãos divinas, por outro respondem-lhes com as bênçãos de louvor e acção de graças.

1082. Na liturgia da Igreja, a bênção divina é plenamente revelada e comunicada: o Pai é reconhecido e adorado como a Fonte e o Fim de todas as bênçãos da criação e da salvação; no seu Verbo – encarnado, morto e ressuscitado por nós –, Ele cumula-nos das suas bênçãos e, por Ele, derrama nos nossos corações o Dom que encerra todos os dons: o Espírito Santo.

1083. Compreende-se então a dupla dimensão da liturgia cristã, como resposta de fé e de amor às «bênçãos espirituais» com que o Pai nos gratifica. Por um lado, a Igreja, unida ao seu Senhor e «sob a acção do Espírito Santo» (2), bendiz o Pai «pelo seu Dom inefável» (2 *Cor 9,* 15), mediante a adoração, o louvor e a acção de

graças. Por outro lado, e até à consumação do desígnio de Deus, a Igreja não cessa de oferecer ao Pai «a oblação dos seus próprios dons» e de Lhe implorar que envie o Espírito Santo sobre esta oblação, sobre si própria, sobre os fiéis e sobre o mundo inteiro, a fim de que, pela comunhão na morte e ressurreição de Cristo-Sacerdote e pelo poder do Espírito, estas bênçãos divinas produzam frutos de vida, «para que seja enaltecida a glória da sua graça» (*Ef* 1, 6).

II. A acção de Cristo na liturgia

CRISTO GLORIFICADO...

1084. «Sentado à direita do Pai» e derramando o Espírito Santo sobre o seu corpo que é a Igreja, Cristo age agora pelos sacramentos, que instituiu para comunicar a sua graça. Os sacramentos são sinais sensíveis (palavras e acções), acessíveis à nossa humanidade actual. Realizam eficazmente a graça que significam, em virtude da acção de Cristo e pelo poder do Espírito Santo.

1085. Na liturgia da Igreja, Cristo significa e realiza principalmente o seu mistério pascal. Durante a sua vida terrena, Jesus anunciava pelo seu ensino e antecipava pelos seus actos o seu mistério pascal. Uma vez chegada a sua «Hora» (3), Jesus vive o único acontecimento da história que não passa jamais: morre, é sepultado, ressuscita de entre os mortos e senta-Se à direita do Pai «uma vez por todas» (*Rm* 6, 10; *Heb* 7, 27; 9, 12). É um acontecimento real, ocorrido na nossa história, mas único; todos os outros acontecimentos da história acontecem uma vez e passam, devorados pelo passado. Pelo contrário, o mistério pascal de Cristo não pode ficar somente no passado, já que pela sua morte, Ele destruiu a morte; e tudo o que Cristo é, tudo o que fez e sofreu por todos os homens, participa da eternidade divina, e assim transcende todos os tempos e em todos se torna presente. O acontecimento da cruz e da ressurreição *permanece e* atrai tudo para a vida.

... DESDE A IGREJA DOS APÓSTOLOS...

1086. «Assim como Cristo foi enviado pelo Pai, assim também Ele enviou os Apóstolos, cheios do Espírito Santo, não só para que, pregando o Evangelho a toda a criatura, anunciassem que o Filho de Deus, pela sua morte e ressurreição, nos libertara do poder de Satanás e da morte e nos introduzira no Reino do Pai, mas também para que realizassem a obra da salvação que anunciavam, mediante o Sacrifício e os sacramentos, à volta dos quais gira toda a vida litúrgica» (4).

1087. Deste modo, Cristo ressuscitado, ao dar o Espírito Santo aos Apóstolos, confia-lhes o seu poder de santificação: (5) eles tornam-se sinais sacramentais de Cristo. Pelo poder do mesmo Espírito Santo, eles confiam este poder aos seus sucessores. Esta «sucessão apostólica» estrutura toda a vida litúrgica da Igreja: ela própria é sacramental, transmitida pelo sacramento da Ordem.

... ESTÁ PRESENTE NA LITURGIA TERRESTRE...

1088. «Para realizar tão grande obra» – como é a dispensação ou comunicação da sua obra de salvação – «Cristo está sempre presente na sua igreja, sobretudo nas acções litúrgicas. Está presente no sacrifício da Missa, quer na pessoa do ministro – "o que se oferece agora pelo ministério sacerdotal é o mesmo que se ofereceu outrora na Cruz" – quer e sobretudo sob as espécies eucarísticas. Está presente com a sua virtude nos sacramentos, de modo que, quando alguém baptiza, é o próprio Cristo que baptiza. Está presente na sua Palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente, enfim, quando a Igreja reza e canta os salmos, Ele que prometeu: "Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, aí estou Eu, no meio deles" *(Mt* 18, 20)» (6).

1089. «Em tão grande obra, pela qual Deus é perfeitamente glorificado e os homens santificados, Cristo associa sempre a Si a Igreja, sua amadíssima esposa, a qual invoca o seu Senhor e por meio d'Ele rende culto ao eterno Pai» (7).

... QUE PARTICIPA NA LITURGIA CELESTE

1090. «Na liturgia da terra, participamos, saboreando-a de antemão, na liturgia celeste, celebrada na cidade santa de Jerusalém, para a qual nos dirigimos como peregrinos e onde Cristo está sentado à direita de Deus, como ministro do santuário e do verdadeiro tabernáculo; com todo o exército da milícia celestial, cantamos ao Senhor um hino de glória; venerando a memória dos santos, esperamos ter alguma parte e comunhão com eles; e aguardamos o Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo, até que Ele apareça como nossa vida e também nós apareçamos com Ele na glória» (8).

III. O Espírito Santo e a Igreja na liturgia

1091. Na liturgia, o Espírito Santo é o pedagogo da fé do povo de Deus, o artífice das «obras-primas de Deus» que são os sacramentos da Nova Aliança. O desejo e a obra do Espírito no coração da Igreja é que nós vivamos da vida de Cristo ressuscitado. Quando Ele encontra em nós a resposta da fé que suscitou, realiza-se uma verdadeira cooperação. E, por ela, a liturgia torna-se a obra comum do Espírito Santo e da Igreja.

1092. Nesta dispensação sacramental do mistério de Cristo, o Espírito Santo age do mesmo modo que nos outros tempos da economia da salvação: prepara a Igreja para o encontro com o seu Senhor; lembra e manifesta Cristo à fé da assembleia; torna presente e actualiza o mistério de Cristo pelo seu poder transformante; e finalmente, enquanto Espírito de comunhão, une a Igreja à vida e à missão de Cristo.

O ESPÍRITO SANTO PREPARA PARA ACOLHER CRISTO

1093. O Espírito Santo realiza, na economia sacramental, as figuras da *Antiga Aliança.* Uma vez que a Igreja de Cristo estava «admiravelmente preparada na história do povo de Israel e na Antiga Aliança» (9), a liturgia da Igreja conserva, como parte integrante e insubstituível, fazendo-os seus, elementos do culto dessa Antiga Aliança:

– principalmente a leitura do Antigo Testamento;
– a oração dos Salmos;

– e sobretudo, o memorial dos acontecimentos salvíficos e das realidades significativas, que encontraram o seu cumprimento no mistério de Cristo (a Promessa e a Aliança, o Êxodo e a Páscoa, o Reino e o Templo, o Exílio e o regresso).

1094. É com base nesta harmonia dos dois Testamentos (10) que se articula a catequese pascal do Senhor (11) e, depois, a dos Apóstolos e dos Padres da Igreja. Esta catequese desvenda o que estava oculto sob a letra do Antigo Testamento: o mistério de Cristo. É chamada «tipológica», porque revela a novidade de Cristo a partir das «figuras» *(tipos)* que a anunciavam nos factos, palavras e símbolos da primeira Aliança. Por esta releitura no Espírito de verdade a partir de Cristo, as figuras são desvendadas (12). Assim, o dilúvio e a arca de Noé prefiguravam a salvação pelo Baptismo (13), tal como a nuvem, a travessia do Mar Vermelho e a água do rochedo eram figura dos dons espirituais de Cristo (14); e o maná do deserto prefigurava a Eucaristia, «o verdadeiro Pão do céu» (*Jo* 6, 48).

1095. É por isso que a Igreja, especialmente por ocasião dos tempos do Advento, da Quaresma e sobretudo na noite da Páscoa, relê e revive todos estes grandes acontecimentos da história da salvação no «hoje» da sua liturgia. Isso, porém, exige igualmente que a catequese ajude os fiéis a abrirem-se a esta inteligência «espiritual» da economia da salvação, tal como a liturgia da Igreja a manifesta e no-la faz viver.

1096. *Liturgia judaica e liturgia cristã*. Um melhor conhecimento da fé e da vida religiosa do povo judeu, tal como ainda agora são professadas e vividas, pode ajudar a compreender melhor certos aspectos da liturgia cristã. Para os judeus, tal como para os cristãos, a Sagrada Escritura é uma parte essencial das suas liturgias: para a proclamação da Palavra de Deus, a resposta a esta Palavra, a oração de louvor e de intercessão por vivos e mortos, o recurso à misericórdia divina. A liturgia da Palavra, na sua estrutura própria, encontra a sua origem na oração judaica. A Oração das Horas e outros textos e formulários litúrgicos têm nela os seus paralelos,

assim como as próprias fórmulas das nossas orações mais veneráveis, como o Pai Nosso. As orações eucarísticas inspiram-se também em modelos de tradição judaica. A relação entre a liturgia judaica e a liturgia cristã, como igualmente a diferença dos respectivos conteúdos, são particularmente visíveis nas grandes festas do ano litúrgico, como a Páscoa. Tanto os cristãos como os judeus celebram a Páscoa: a Páscoa da história, virada para o futuro, entre os judeus: a Páscoa consumada na morte e ressurreição de Cristo, entre os cristãos – embora sempre na esperança da sua consumação definitiva.

1097. Na *liturgia da Nova Aliança,* toda a acção litúrgica, especialmente a celebração da Eucaristia e dos sacramentos, é um encontro entre Cristo e a Igreja. A assembleia litúrgica recebe a sua unidade da «comunhão do Espírito Santo», que reúne os filhos de Deus no único corpo de Cristo. Ultrapassa todas as afinidades humanas, raciais, culturais e sociais.

1098. A assembleia deve *preparar-se* para o encontro com o seu Senhor, ser «um povo bem disposto» (15). Esta preparação dos corações é obra comum do Espírito Santo e da assembleia, particularmente dos seus ministros. A graça do Espírito Santo procura despertar a fé, a conversão do coração e a adesão à vontade do Pai. Estas disposições pressupõem-se para receber outras graças oferecidas na própria celebração, e para os frutos de vida nova que ela é destinada a produzir em seguida.

O ESPÍRITO SANTO RECORDA O MISTÉRIO DE CRISTO

1099. O Espírito e a Igreja cooperam para manifestar Cristo e a sua obra de salvação na liturgia. Principalmente na Eucaristia, e analogicamente nos outros sacramentos, a liturgia é o *memorial* do mistério da salvação. O Espírito Santo é a memória viva da Igreja (16).

1100. A *Palavra de Deus.* O Espírito Santo lembra à assembleia litúrgica, em primeiro lugar, o sentido do acontecimento salvífico,

dando vida à Palavra de Deus, que é anunciada para ser recebida e vivida:

«É enorme a importância da Sagrada Escritura na celebração da liturgia. Porque é a ela que se vão buscar as leituras que se explicam na homilia e os salmos para cantar; com o seu espírito e da sua inspiração nasceram as preces, as orações e os hinos litúrgicos: dela tiram a sua capacidade de significação as acções e os sinais» (17).

1101. É o Espírito Santo que dá aos leitores e ouvintes, segundo a disposição dos seus corações, a inteligência espiritual da Palavra de Deus. Através das palavras, acções e símbolos, que formam a trama duma celebração, o Espírito Santo põe os fiéis e os ministros em relação viva com Cristo, Palavra e Imagem do Pai, de modo a poderem fazer passar para a sua vida o sentido daquilo que ouvem, vêem e fazem na celebração.

1102. «É pela Palavra da salvação [...] que a fé é alimentada no coração dos fiéis; e é mercê da fé que tem início e se desenvolve a reunião dos fiéis» (18). O anúncio da Palavra de Deus não se fica por um ensinamento: faz apelo à *resposta da fé*, enquanto assentimento e compromisso, em vista da aliança entre Deus e o seu povo. É ainda o Espírito Santo que dá a graça da fé, a fortifica e a faz crescer na comunidade. A assembleia litúrgica é, antes de mais, comunhão na fé.

1103. A *anamnese.* A celebração litúrgica refere-se sempre às intervenções salvíficas de Deus na história. «A economia da revelação realiza-se por meio de acções e palavras intimamente relacionadas entre si [...]; as palavras [...] declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido» (19). Na liturgia da Palavra, o Espírito Santo «lembra» à assembleia tudo quanto Cristo fez por nós. Segundo a natureza das acções litúrgicas e as tradições rituais das Igrejas, uma celebração «faz memória» das maravilhas de Deus numa anamnese mais ou menos desenvolvida. O Espírito Santo, que assim desperta a memória da Igreja, suscita então a acção de graças e o louvor*(doxologia).*

O ESPÍRITO SANTO ACTUALIZA O MISTÉRIO DE CRISTO

1104. A liturgia cristã não se limita a recordar os acontecimentos que nos salvaram: actualiza-os, torna-os presentes. O mistério pascal de Cristo celebra-se, não se repete; as celebrações é que se repetem. Mas em cada uma delas sobrevém a efusão do Espírito Santo, que actualiza o único mistério.

1105. A *epiclese* («invocação sobre») é a intercessão mediante a qual o sacerdote suplica ao Pai que envie o Espírito santificador para que as oferendas se tornem o corpo e o sangue de Cristo e para que, recebendo-as, os fiéis se tornem eles próprios uma oferenda viva para Deus.

1106 Juntamente com a anamnese, a epiclese é o coração de qualquer celebração sacramental, e mais particularmente da Eucaristia:

«Tu perguntas como é que o pão se torna corpo de Cristo, e o vinho [..] sangue de Cristo? Por mim, digo-te: o Espírito Santo irrompe e realiza isso que ultrapassa toda a palavra e todo o pensamento. [...] Baste-te ouvir que é pelo Espírito Santo, do mesmo modo que é da Santíssima Virgem e pelo Espírito Santo que o Senhor, por Si mesmo e em Si mesmo, assumiu a carne» (20).

1107. O poder transformante do Espírito Santo na liturgia apressa a vinda do Reino e a consumação do mistério da salvação. Na expectativa e na esperança. Ele faz-nos realmente antecipar a comunhão plena da Santíssima Trindade. Enviado pelo Pai, que atende a epiclese da Igreja, o Espírito dá a vida aos que O acolhem e constitui para eles, desde já, as «arras» da sua herança (21).

A COMUNHÃO DO ESPÍRITO SANTO

1108. A finalidade da missão do Espírito Santo em toda a acção litúrgica é pôr-nos em comunhão com Cristo, para formarmos o seu corpo. O Espírito Santo é como que a seiva da Videira do Pai, que dá fruto nos sarmentos (22). Na liturgia, realiza-se a mais íntima cooperação do Espírito Santo com a Igreja. Ele, Espírito de

comunhão, permanece indefectivelmente na Igreja, e é por isso que a Igreja é o grande sacramento da comunhão divina que reúne os filhos de Deus dispersos. O fruto do Espírito na liturgia é, inseparavelmente, comunhão com a Santíssima Trindade e comunhão fraterna (23).

1109. A epiclese é também oração pelo pleno efeito da comunhão da assembleia no mistério de Cristo. «A graça de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor do Pai e a comunhão do Espírito Santo» (2*Cor* 13, 13) devem estar sempre connosco e dar frutos, para além da celebração eucarística. Por isso, a Igreja pede ao Pai que envie o Espírito Santo, para que faça da vida dos fiéis uma oferenda viva para Deus pela transformação espiritual à imagem de Cristo, pela preocupação com a unidade da Igreja e pela participação na sua missão, mediante o testemunho e o serviço da caridade.

Resumindo:

1110. *Na liturgia da Igreja, Deus Pai é bendito e adorado como fonte de todas as bênçãos da criação e da salvação, com que nos abençoou no seu Filho, para nos dar o Espírito da adopção filial.*

1111. *A obra de Cristo na liturgia é sacramental, porque o seu mistério de salvação torna-se ali presente pelo poder do seu Espírito Santo; porque o seu corpo, que é a Igreja, é como que o sacramento (sinal e instrumento) no qual o Espírito Santo dispensa o mistério da salvação; e porque, através das suas acções litúrgicas, a Igreja peregrina participa já, por antecipação, na liturgia do céu.*

1112. *A missão do Espírito Santo na liturgia da Igreja é preparar a assembleia para o encontro com Cristo, lembrar e manifestar Cristo à fé da assembleia, tornar presente e actualizar a obra salvífica de Cristo pelo seu poder transformante e fazer frutificar o dom da comunhão na Igreja.*

ARTIGO 2: O MISTÉRIO PASCAL NOS SACRAMENTOS DA IGREJA

1113. Toda a vida litúrgica da Igreja gravita em torno do sacrifício eucarístico e dos sacramentos (24). Há na Igreja sete sacramentos: Baptismo, Confirmação ou Crisma, Eucaristia, Penitência, Unção dos enfermos, Ordem e Matrimónio (25). Neste artigo, trata-se do que é comum aos sete sacramentos da Igreja, do ponto de vista doutrinal; o que lhes é comum sob o aspecto da celebração será exposto no capítulo II; e o que é próprio de cada um constituirá o objecto da secção II.

I. Os sacramentos de Cristo

1114. «Aderindo à doutrina da Sagrada Escritura, às tradições apostólicas [...] e ao sentir unânime dos santos Padres» (26), nós professamos que «os sacramentos da nova Lei [...] foram todos instituídos por nosso Senhor Jesus Cristo» (27).

1115. As palavras e as acções de Jesus durante a sua vida oculta e o seu ministério público já eram salvíficas. Antecipavam o poder do seu mistério pascal. Anunciavam e preparavam o que Ele ia dar à Igreja quando tudo estivesse cumprido. Os mistérios da vida de Cristo são os fundamentos do que, de ora em diante, pelos ministros da sua Igreja, Cristo dispensa nos sacramentos, porque «o que no nosso Salvador era visível, passou para os seus mistérios» (28).

1116. «Forças que saem» do corpo de Cristo (29), sempre vivo e vivificante: acções do Espírito Santo que opera no seu corpo que é a Igreja, os sacramentos são «as obras-primas de Deus», na nova e eterna Aliança.

II. Os sacramentos da Igreja

1117. Pelo Espírito que a conduz «para a verdade total» (*Jo* 16, 13), a Igreja reconheceu, a pouco e pouco, este tesouro recebido de Cristo e foi-lhe precisando a « dispensação» , tal como o fez relativamente ao cânon das Sagradas Escrituras e à doutrina da fé, enquanto fiel despenseira dos mistérios de Deus (30). Assim, a Igreja discerniu, no decorrer dos séculos, que, entre as suas celebrações litúrgicas, há sete que são, no sentido próprio da palavra, sacramentos instituídos pelo Senhor.

1118. Os sacramentos são «da Igreja», no duplo sentido de que são «por ela» e «para ela». São «pela Igreja», porque ela é o sacramento da acção de Cristo que nela opera, graças à missão do Espírito Santo. E são «para a Igreja», são estes «sacramentos que fazem a Igreja» (31), porque manifestam e comunicam aos homens, sobretudo na Eucaristia, o mistério da comunhão do Deus-Amor, um em três pessoas.

1119. Formando com Cristo-Cabeça «como que uma única pessoa mística» (32), a Igreja age nos sacramentos como «comunidade sacerdotal», «organicamente estruturada» (33): pelo Baptismo e pela Confirmação, o povo sacerdotal torna-se apto a celebrar a liturgia; e por outro lado, certos fiéis, «assinalados com a sagrada Ordem, ficam constituídos em nome de Cristo para apascentar a Igreja com a Palavra e a graça de Deus» (34).

1120. O ministério ordenado ou sacerdócio *ministerial* (35) está ao serviço do sacerdócio baptismal. Ele garante que, nos sacramentos, é de certeza Cristo que age pelo Espírito Santo em favor da Igreja. A missão de salvação, confiada pelo Pai ao seu Filho encarnado, é confiada aos Apóstolos e, por eles, aos seus sucessores; eles recebem o Espírito de Jesus para agirem em seu nome e na sua pessoa (36). Assim, o ministro ordenado é o laço sacramental que une a acção litúrgica àquilo que disseram e fizeram os Apóstolos e, por eles, ao que disse e fez o próprio Cristo, fonte e fundamento dos sacramentos.

1121. Os três sacramentos do Baptismo, Confirmação e Ordem conferem, além da graça, um*carácter* sacramental ou «selo», pelo qual o cristão participa no sacerdócio de Cristo e faz parte da Igreja segundo estados e funções diversas. Esta configuração a Cristo e à Igreja, realizada pelo Espírito, é indelével (37), fica para sempre no cristão como disposição positiva para a graça, como promessa e garantia da protecção divina e como vocação para o culto divino e para o serviço da Igreja. Por isso, estes sacramentos nunca podem ser repetidos.

III. Os sacramentos da fé

1122. Cristo enviou os Apóstolos para que, «em seu nome, pregassem a todas as nações a conversão para o perdão dos pecados» *(Lc* 24, 47). «Fazei discípulos de todas as nações, baptizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo» *(Mt* 28*,* 19). A missão de baptizar, portanto a missão sacramental, está implicada na missão de evangelizar; porque o sacramento é preparado pela *Palavra de Deus* e pela fé, que é assentimento à dita Palavra:

«O povo de Deus é reunido, antes de mais, pela Palavra de Deus vivo [...]. A pregação da Palavra é necessária para o próprio ministério dos sacramentos, enquanto são sacramentos da fé, que nasce e se alimenta da Palavra» (38).

1123. «Os sacramentos estão ordenados à santificação dos homens, à edificação do corpo de Cristo e, por fim, a prestar culto a Deus; como sinais, têm também a função de instruir. Não só supõem a fé, mas também a alimentam, fortificam e exprimem por meio de palavras e coisas, razão pela qual se chamam sacramentos *da fé*» *(*39).

1124. A fé da Igreja é anterior à fé do fiel, que é chamado a aderir a ela. Quando a Igreja celebra os sacramentos, confessa a fé recebida dos Apóstolos. Daí o adágio antigo: *«Lex orandi, lex credendi – A* lei da oração é a lei da fé» (Ou: *«Legem credendi lex statuat supplicandi –* A lei da fé é determinada pela lei da oração», como diz Próspero de Aquitânia [século V]) (40). A lei da oração é a lei da fé, a Igreja crê conforme reza. A liturgia é um elemento constitutivo da Tradição santa e viva (41).

1125. É por isso que nenhum rito sacramental pode ser modificado ou manipulado ao arbítrio do ministro ou da comunidade. Nem mesmo a autoridade suprema da Igreja pode mudar a liturgia a seu bel-prazer, mas somente na obediência da fé e no respeito religioso do mistério da liturgia.

1126. Aliás, uma vez que os sacramentos exprimem e desenvolvem a comunhão da fé na Igreja, *a lex orandi* é um dos critérios essenciais

do diálogo que procura restaurar a unidade dos cristãos (42).

IV. Os sacramentos da salvação

1127. Celebrados dignamente na fé, os sacramentos conferem a graça que significam (43). Eles são *eficazes,* porque neles é o próprio Cristo que opera: é Ele que baptiza, é Ele que age nos sacramentos para comunicar a graça que o sacramento significa. O Pai atende sempre a oração da Igreja do seu Filho, a qual, na epiclese de cada sacramento, exprime a sua fé no poder do Espírito. Tal como o fogo transforma em si tudo quanto atinge, assim o Espírito Santo transforma em vida divina tudo quanto se submete ao seu poder.

1128. É esse o sentido da afirmação da Igreja (44): os sacramentos actuam *ex opere operato* (à letra: «pelo próprio facto de a acção ser executada»), quer dizer, em virtude da obra salvífica de Cristo, realizada uma vez por todas. Segue-se daí que «o sacramento não é realizado pela justiça do homem que o dá ou que o recebe, mas pelo poder de Deus» (45). Desde que um sacramento seja celebrado conforme a intenção da Igreja, o poder de Cristo e do seu Espírito age nele e por ele, independentemente da santidade pessoal do ministro. No entanto, os frutos dos sacramentos dependem também das disposições de quem os recebe.

1129. A Igreja afirma que, para os crentes, os sacramentos da Nova Aliança são *necessários para a salvação* (46). A «graça sacramental» é a graça do Espírito Santo dada por Cristo e própria de cada sacramento. O Espírito cura e transforma aqueles que O recebem, conformando-os com o Filho de Deus. O fruto da vida sacramental é que o Espírito de adopção deifique " os fiéis, unindo-os vitalmente ao Filho único, o Salvador.

V. Os sacramentos da vida eterna

1130. A Igreja celebra o mistério do seu Senhor «até que Ele venha» e «Deus seja tudo em todos»*(1 Cor* 11, 26; 15, 28). Desde a era Apostólica, a liturgia é atraída para o seu termo pelo gemido do Espírito na Igreja: *«Marana tha!» (1 Cor* 16, 22). A liturgia participa,

assim, no desejo de Jesus: «Tenho ardentemente desejado comer convosco esta Páscoa [...], até que ela se realize plenamente no Reino de Deus» *(Lc* 22, 15-16). Nos sacramentos de Cristo, a Igreja recebe já as arras da sua herança e já participa na vida eterna, embora «aguardando a ditosa esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Jesus Cristo» (*Tt 2,* 13). «O Espírito e a esposa dizem: "Vem!" [...] «Vem, Senhor Jesus!» (*Ap* 22, 17.20).

São Tomás de Aquino define assim as diferentes dimensões do sinal sacramental:*«Sacramentum est et signum rememorativum eius quod praecessit, scilicet passionis Christi; et demonstrativum eius quod in nobis efficitur per Christi passionem, scilicet gratiae; et prognosticum, id est, praenuntiativum futurae gloriae* – O sacramento é sinal rememorativo daquilo que o precedeu, ou seja, da paixão de Cristo; e demonstrativo daquilo que em nós a paixão de Cristo realiza, ou seja, da graça; e prognóstico, quer dizer, que anuncia de antemão a glória futura»(48).

Resumindo:

1131. *Os sacramentos são sinais eficazes da graça, instituídos por Cristo e confiados à Igreja, pelos quais nos é dispensada a vida divina. Os ritos visíveis, com os quais são celebrados os sacramentos, significam e realizam as graças próprias de cada sacramento. Eles dão fruto naqueles que os recebem com as disposições requeridas.*

1132. *A Igreja celebra os sacramentos enquanto comunidade sacerdotal estruturada pelo sacerdócio baptismal e pelo dos ministros ordenados.*

1133. *O Espírito Santo prepara para os sacramentos pela Palavra de Deus e pela fé, que acolhe a Palavra nos corações bem dispostos. Então, os sacramentos fortificam e exprimem a fé.*

1134. *O fruto da vida sacramental é, ao mesmo tempo, pessoal e eclesial. Por um lado, este fruto é, para todo o fiel, viver para Deus*

em Cristo Jesus; por outro, é para a Igreja crescimento na caridade e na sua missão de testemunho.

Notas

1. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 6: AAS 56 (1964) 100; Id, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 2: AAS 57 (1965) 6.

2. Cf. *Lc* 10, 21.

3. Cf. *Jo* 13, 1; 17, 1.

4. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosactum Concilium,* 6: AAS 56 (1964) 100.

5. Cf. *Jo* 20, 21-23.

6. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosactum Concilium,* 7: AAS 56 (1964)100-101.

7. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosactum Concilium,* 7: AAS 56 (1964)101.

8. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosactum Concilium,* 8: AAS 56 (1964) 101; cf. Id.,Const. dogm. *Lumen Gentium,* 50: AAS 57 (1965) 55-57.

9. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 2: AAS 57 (1965) 6.

10. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *dogm. Dei Verbum,* 14-16: AAS 58 (1966) 824-625.

11. Cf. *Lc* 24, 13-49.

12. Cf. *2 Cor* 3, 14-16.

13. Cf. *1 Pe* 3, 21.

14. Cf. *1 Cor* 10, 1-6.

15. Cf. *Lc* 1, 17.

16. Cf. *Jo* 14, 26.

17. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosactum Concilium,* 24: AAS 56 (1964) 106-107.

18. II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbiterorum ordinis,* 4: AAS 58 (1966) 996.

19. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 2: AAS 58 (1966) 818.

20. São João Damasceno, *Expositio fidei,* 86 [*De fide orthodoxa,* 4, 13]: PTS 12, 194-195 (PG 94, 1141.1145).

21. Cf. *Ef* 1, 14; *2 Cor* 1, 22.

22. Cf. *Jo* 15, 1-17; *Gl* 5, 22.

23. Cf. *1 Jo* 1, 3-7.

24. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosactum Concilium,* 6: AAS 56 (1964) 100.

25. Cf. II Concílio de Lião, *Professio fidei. Michaelis Palaeologi imperatoris:* DS 860; Concílio de Florença, *Decretum pro Armenis:* DS 1310; Concílio de Trento, Sess. 7ª, *Canones de sacramentis in genere,* can 1: DS 1601.

26. Concílio de Trento, Sess. 7ª, *Decretum de sacramentis,* Prooemium: DS 1600.

27. Concílio de Trento, Sess. 7ª, *Canones de sacramentis in genere,* can 1: DS 1601.

28. São Leão Magno, *Sermão* 74. 2: CCL 138A, 457 (PL 54, 398).

29. Cf. *Lc* 5, 17; 6, 19; 8, 46.

30. Cf. *Mt* 13, 52; *1* Col- 4, I.

31. Santo Agostinho, *De civitate Dei* 22, 17: CSEL 40/2, 625 (PL 41. 779); cf. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 3. q. 64, a. 2. ad 3; Ed. Leon. 12, 43.

32. Pio XII, Enc. *Mystici corporis:* AAS 35 (1943) 226.

33. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 15.

34. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 15.

35. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 14: AAS 57 (1965) 14.

36. Cf. *Jo* 20. 21-23; *Lc* 24. 47; *Mt* 28, 18-20.

37. Concílio de Trento, Sess. 7ª, *Canones de sacramentis in genere,* can 9: DS 1609.

38.II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbyterorum ordinis,* 4: AAS 58 (1966) 995-996.

39. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosactum Concilium,* 59: AAS 56 (1964) 116.

40. Próspero de Aquitânia [séc. V], *Indiculus,* c. 8: DS 246 (PL 51, 209).

41. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 8: AAS 58 (1966) 821.

42. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio, 2:* AAS 57 (1965) 91-92: *Ibid.,*15: AAS 57 (1965) 101-102.

43. Cf. Concílio de Trento, *Canones de sacramentis in genere,* can 5: DS 1605; *Ibid.,* can. 6: DS 1606.

44. Cf. Concílio de Trento, *Canones de sacramentis in genere,* can 8: DS 1608.

45. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae, 3,* q. 68, a. 8, c.: Ed. Leon. 12, 100.

46. Cf. Concílio de Trento, *Canones de sacramentis in genere,* can 4: DS 1604.

47. Cf. 2 *Pe* 1, 4.

48. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 3, q. 60, a. 3 c.: Ed. Leon. 12, 6.

CAPÍTULO SEGUNDO: A CELEBRAÇÃO SACRAMENTAL DO MISTÉRIO PASCAL

1135. A catequese da liturgia implica, primeiramente, a compreensão da economia sacramental (capítulo *primeiro).* A esta luz revela-se a novidade da *sua celebração.* Tratar-se-á, pois, neste capítulo da celebração dos sacramentos da Igreja. Ter-se-á em vista aquilo que, através da diversidade das tradições litúrgicas, é comum à celebração dos sete sacramentos; o que é próprio de cada um será apresentado mais adiante. Esta catequese fundamental das celebrações sacramentais responderá às principais questões que os fiéis se colocam a este respeito:

– quem celebra?
– como celebrar?
– quando celebrar?
– onde celebrar?

ARTIGO 1: CELEBRAR A LITURGIA DA IGREJA

I. Quem celebra?

1136. A liturgia é «acção» do *«Cristo total» (Christus totus).* Os que agora a celebram para além dos sinais, estão já integrados na liturgia celeste, onde a celebração é totalmente comunhão e festa.

OS CELEBRANTES DA LITURGIA CELESTE

1137. O Apocalipse de São João, lido na liturgia da Igreja, revela-nos, primeiramente, um trono preparado no céu, e Alguém sentado no trono (1), «o Senhor Deus» (*Is* 6, 1) (2). Depois, o Cordeiro «imolado e de pé» (*Ap* 5, 6) (3): Cristo crucificado e ressuscitado, o único Sumo-Sacerdote do verdadeiro santuário (4), o mesmo «que oferece e é oferecido, que dá e é dado»(5). Enfim, «o rio da Vida [...] que corre do trono de Deus e do Cordeiro» *(Ap 22,* 1), um dos mais belos símbolos do Espírito Santo (6).

1138. «Recapitulados» em Cristo, tomam parte no serviço do louvor de Deus e na realização do seu desígnio: os Poderes celestes (7), toda a criação (os quatro viventes), os servidores da Antiga e da

Nova Aliança (os vinte e quatro anciãos), o novo povo de Deus (os cento e quarenta e quatro mil) (8), em particular os mártires, «degolados por causa da Palavra de Deus» (*Ap* 6, 9) e a santíssima Mãe de Deus (a Mulher (9); a Esposa do Cordeiro (10) enfim, «uma numerosa multidão que ninguém podia contar e provinda de todas as nações, tribos, povos e línguas» *(Ap* 7, 9).

1139. É nesta liturgia eterna que o Espírito e a Igreja nos fazem participar, quando celebramos o mistério da salvação nos sacramentos.

OS CELEBRANTES DA LITURGIA SACRAMENTAL

1140. É toda a *comunidade,* o corpo de Cristo unido à sua Cabeça, que celebra. «As acções litúrgicas não são acções privadas, mas celebrações da Igreja, que é "o sacramento da unidade", isto é, povo santo reunido e ordenado sob a direcção dos bispos. Por isso, tais acções pertencem a todo o corpo da Igreja, manifestam-no e afectam-no, atingindo, porém, cada um dos membros de modo diverso, segundo a variedade de estados, funções e participação actual» (11). Também por isso, «sempre que os ritos comportam, segundo a natureza própria de cada qual, uma celebração comum, caracterizada pela presença e activa participação dos fiéis, inculque-se que esta deve preferir-se, na medida do possível, à celebração individual e como que privada» (12).

1141. A assembleia que celebra é a comunidade dos baptizados, que «pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para ser uma casa espiritual e um sacerdócio santo, para oferecerem, mediante todas as obras do cristão, sacrifícios espirituais» (13). Este «sacerdócio comum» é o de Cristo, único Sacerdote, participado por todos os seus membros (14):

«É desejo ardente da Mãe Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e activa participação nas celebrações litúrgicas que a própria natureza da liturgia exige e que é, por força do Baptismo, um direito e um dever do povo cristão, "raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido"(*1 Pe* 2, 9) (15)»(16).

1142. Mas «nem todos os membros têm a mesma função» *(Rm* 12, 4). Alguns deles são chamados por Deus, na Igreja e pela Igreja, a um serviço especial da comunidade. Estes servidores são escolhidos e consagrados pelo sacramento da Ordem, pelo qual o Espírito Santo os torna aptos para agirem na pessoa de Cristo-Cabeça ao serviço de todos os membros da Igreja (17). O ministro ordenado é como que o «ícone» de Cristo-Sacerdote. Por ser na Eucaristia que se manifesta plenamente o sacramento da Igreja, na presidência da Eucaristia aparece em primeiro lugar o ministério do bispo e, em comunhão com ele, o dos presbíteros e diáconos.

1143. Para o exercício das funções do sacerdócio comum dos fiéis, existem ainda outros*ministérios particulares,* não consagrados pelo sacramento da Ordem, e cuja função é determinada pelos bispos segundo as tradições litúrgicas e as necessidades pastorais. «Também os acólitos, os leitores, os comentadores e os membros do coro desempenham um verdadeiro ministério litúrgico» (18).

1144. Assim, na celebração dos sacramentos, toda a assembleia é « liturga», cada qual segundo a sua função, mas «na unidade do Espírito» que age em todos. «Nas celebrações litúrgicas, limite-se cada um, ministro ou simples fiel, ao exercer o seu ofício, a fazer *tudo* e só o que é da sua competência, segundo a natureza do rito e as leis litúrgicas» (19).

II. Como celebrar?

SINAIS E SÍMBOLOS

1145. Uma celebração sacramental é tecida de sinais e de símbolos. Segundo a pedagogia divina da salvação, a sua significação radica na obra da criação e na cultura humana, determina-se nos acontecimentos da Antiga Aliança e revela-se plenamente na pessoa e na obra de Cristo.

1146. *Sinais do mundo dos homens.* Os sinais e os símbolos ocupam um lugar importante na vida humana. Sendo o homem um ser ao mesmo tempo corporal e espiritual, exprime e percebe as realidades espirituais através de sinais e símbolos materiais. Como

ser social, o homem tem necessidade de sinais e de símbolos para comunicar com o seu semelhante através da linguagem. dos gestos e de acções. O mesmo acontece nas suas relações com Deus.

1147. Deus fala ao homem através da criação visível. O cosmos material apresenta-se à inteligência do homem para que leia nele os traços do seu Criador (20). A luz e a noite, o vento e o fogo, a água e a terra, a árvore e os frutos, tudo fala de Deus e simboliza, ao mesmo tempo, a sua grandeza e a sua proximidade.

1148. Enquanto criaturas, estas realidades sensíveis podem tornar-se o lugar de expressão da acção de Deus que santifica os homens e da acção dos homens que prestam a Deus o seu culto. O mesmo acontece com os sinais e símbolos da vida social dos homens: lavar e ungir, partir o pão e beber do mesmo copo podem exprimir a presença santificante de Deus e a gratidão do homem para com o seu Criador.

1149. As grandes religiões da humanidade dão testemunho, muitas vezes de modo impressionante, deste sentido cósmico e simbólico dos ritos religiosos. A liturgia da Igreja pressupõe, integra e santifica elementos da criação e da cultura humana, conferindo-lhes a dignidade de sinais da graça, da nova criação em Cristo Jesus.

1150. *Sinais da Aliança. O* povo eleito recebe de Deus sinais e símbolos distintivos, que marcam a sua vida litúrgica: já não são unicamente celebrações de ciclos cósmicos e práticas sociais, mas sinais da Aliança, símbolos das proezas operadas por Deus em favor do seu povo. Entre estes sinais litúrgicos da Antiga Aliança, podem citar-se a circuncisão, a unção e a sagração dos reis e dos sacerdotes, a imposição das mãos, os sacrifícios e sobretudo a Páscoa. A Igreja vê nestes sinais uma prefiguração dos sacramentos da Nova Aliança.

1151. *Sinais assumidos por Cristo.* Na sua pregação, o Senhor Jesus serve-Se muitas vezes dos sinais da criação para dar a conhecer os mistérios do Reino de Deus (21). Realiza as suas curas ou sublinha a sua pregação com sinais materiais ou gestos

simbólicos (22). Dá um sentido novo aos factos e sinais da Antiga Aliança, sobretudo ao Êxodo e à Páscoa (23), porque Ele próprio é o sentido de todos esses sinais.

1152. *Sinais sacramentais.* Depois do Pentecostes, é através dos sinais sacramentais da sua Igreja que o Espírito Santo opera a santificação. Os sacramentos da Igreja não vêm abolir, mas purificar e assumir, toda a riqueza dos sinais e símbolos do cosmos e da vida social. Além disso, realizam os tipos e figuras da Antiga Aliança, significam e realizam a salvação operada por Cristo, e prefiguram e antecipam a glória do céu.

PALAVRAS E ACÇÕES

1153. Cada celebração sacramental é um encontro dos filhos de Deus com o seu Pai, em Cristo e no Espírito Santo. Tal encontro exprime-se como um diálogo, através de acções e de palavras. Sem dúvida, as acções simbólicas são já, só por si, uma linguagem. Mas é preciso que a Palavra de Deus e a resposta da fé acompanhem e dêem vida a estas acções, para que a semente do Reino produza os seus frutos em terra boa. As acções litúrgicas significam o que a Palavra de Deus exprime: ao mesmo tempo, a iniciativa gratuita de Deus e a resposta de fé do seu povo.

1154. *A liturgia da Palavra* é parte integrante das celebrações sacramentais. Para alimentar a fé dos fiéis, os sinais da Palavra de Deus devem ser valorizados: o livro da Palavra (leccionário ou evangeliário), a sua veneração (procissão, incenso, luz), o lugar da sua proclamação (ambão), a sua leitura audível e inteligível, a homilia do ministro que prolonga a sua proclamação, as respostas da assembleia (aclamações, salmos de meditação, litanias, confissão de fé...).

1155. Inseparáveis enquanto sinais e ensinamento, as palavras e a acção litúrgica são-no também enquanto realizam o que significam. O Espírito Santo não se limita a dar a compreensão da Palavra de Deus suscitando a fé nela; pelos sacramentos, realiza também as

«maravilhas» de Deus anunciadas pela Palavra: torna presente e comunica a obra do Pai, realizada pelo Filho muito amado.

CANTO E MÚSICA

1156. «A tradição musical da Igreja universal criou um tesouro de inestimável valor, que excede todas as outras expressões de arte, sobretudo porque o canto sagrado, intimamente unido com o texto, constitui parte necessária ou integrante da liturgia solene» (24). A composição e o canto dos salmos inspirados, muitas vezes acompanhados por instrumentos musicais, estavam já estreitamente ligados às celebrações litúrgicas da Antiga Aliança. A Igreja continua e desenvolve esta tradição: «Recitai entre vós salmos, hinos e cânticos inspirados, cantai e louvai ao Senhor no vosso coração»*(Ef* 5,19) (25). Quem canta, reza duas vezes (26).

1157. O canto e a música desempenham a sua função de sinais, dum modo tanto mais significativo, quanto «mais intimamente estiverem unidos à acção litúrgica» (27),, segundo três critérios principais: a beleza expressiva da oração, a participação unânime da assembleia nos momentos previstos e o carácter solene da celebração. Participam, assim, na finalidade das palavras e das acções litúrgicas: a glória de Deus e a santificação dos fiéis (28).

«Como eu chorei ao ouvir os vossos hinos, os vossos cânticos, as suaves harmonias que ecoavam pela vossa igreja! Que emoção me causavam! Passavam pelos meus ouvidos, derramando a verdade no meu coração. Um grande impulso de piedade me elevava, e as lágrimas rolavam-me pela face; mas faziam-me bem» (29).

1158. A harmonia dos sinais (canto, música, palavras e acções) é aqui tanto mais expressiva e fecunda quanto mais se exprimir na *riqueza cultural* própria do Povo de Deus que celebra (30). Por isso, «promova-se com empenho o canto religioso popular para que, tanto nos exercícios piedosos e sagrados como nas próprias acções litúrgicas», de acordo com as normas da Igreja, «ressoem as vozes dos fiéis» (31). Mas «os textos destinados ao canto sacro devem

estar de acordo com a doutrina católica e inspirar-se sobretudo na Sagrada Escritura e nas fontes litúrgicas» (32).

AS SANTAS IMAGENS

1159. A imagem sagrada, o «ícone» litúrgico, representa principalmente *Cristo.* Não pode representar o Deus invisível e incompreensível: foi a Encarnação do Filho de Deus que inaugurou uma nova «economia» das imagens:

«Outrora Deus, que não tem nem corpo nem figura, não podia de modo algum, ser representado por uma imagem. Mas agora, que Ele se fez ver na carne e viveu no meio dos homens, eu posso fazer uma imagem daquilo que vi de Deus [...] Contemplamos a glória do Senhor com o rosto descoberto» (33).

1160. A iconografia cristã transpõe para a imagem a mensagem evangélica que a Sagrada Escritura transmite pela palavra. Imagem e palavra esclarecem-se mutuamente:

«Para dizer brevemente a nossa profissão de fé, nós conservamos todas as tradições da Igreja, escritas ou não, que nos foram transmitidas intactas. Uma delas é a representação pictórica das imagens, que está de acordo com a pregação da história evangélica, acreditando que, de verdade e não só de modo aparente, o Deus Verbo Se fez homem, o que é tão útil como proveitoso, pois as coisas que mutuamente se esclarecem têm indubitavelmente uma significação recíproca» (34).

1161. Todos os sinais da celebração litúrgica fazem referência a Cristo: também as imagens sagradas da Mãe de Deus e dos santos. De facto, elas significam Cristo que nelas é glorificado; manifestam «a nuvem de testemunhas» *(Heb* 12, 1) que continuam a participar na salvação do mundo e às quais estamos unidos, sobretudo na celebração sacramental. Através dos seus ícones, é o homem «à imagem de Deus», finalmente transfigurado «à sua semelhança» (35), que se revela à nossa fé – como ainda os anjos, também eles recapitulados em Cristo:

«Seguindo a doutrina divinamente inspirada dos nossos santos Padres e a tradição da Igreja Católica, que nós sabemos ser a tradição do Espírito Santo que nela habita, definimos com toda a certeza e cuidado que as veneráveis e santas imagens, bem como as representações da Cruz preciosa e vivificante, pintadas, representadas em mosaico ou de qualquer outra matéria apropriada, devem ser colocadas nas santas igrejas de Deus, sobre as alfaias e vestes sagradas, nos muros e em quadros, nas casas e nos caminhos: e tanto a imagem de nosso Senhor, Deus e Salvador, Jesus Cristo, como a de nossa Senhora, a puríssima e santa Mãe de Deus, a dos santos anjos e de todos os santos e justos» (36).

1162. «A beleza e a cor das imagens estimulam a minha oração. É uma festa para os meus olhos, e, tal como o espectáculo do campo, impele o meu coração a dar glória a Deus» (37). A contemplação dos sagrados ícones, unida à meditação da Palavra de Deus e ao canto dos hinos litúrgicos, entra na harmonia dos sinais da celebração, para que o mistério celebrado se imprima na memória do coração e se exprima depois na vida nova dos fiéis.

III. Quando celebrar?

O TEMPO LITÚRGICO

1163. «A santa mãe Igreja considera seu dever celebrar com uma comemoração sagrada, em determinados dias do ano, a obra de salvação do seu divino Esposo. Em cada semana, no dia a que chamou Domingo, celebra a memória da ressurreição do Senhor, como a celebra também uma vez no ano, na Páscoa, a maior das solenidades, unida à memória da sua bem-aventurada paixão. E distribui todo o mistério de Cristo pelo decorrer do ano [...]. Comemorando assim os mistérios da Redenção, ela abre aos fiéis as riquezas das virtudes e merecimentos do seu Senhor, a ponto de os tornar de algum modo presentes a todos os tempos, para que os fiéis, em contacto com eles, se encham da graça da salvação» (38).

1164. O povo de Deus, desde o tempo da lei mosaica, conheceu festas em datas fixadas a partir da Páscoa, para comemorar as

acções portentosas do Deus Salvador, dar-Lhe graças por elas, perpetuar-lhes a lembrança e ensinar as novas gerações a conformarem com elas a sua conduta. No tempo da Igreja, situado entre a Páscoa de Cristo, já realizada uma vez por todas, e a sua consumação no Reino de Deus, a liturgia celebrada em dias fixos está toda impregnada da novidade do mistério de Cristo.

1165. Quando a Igreja celebra o mistério de Cristo, há uma palavra que ritma a sua oração: *Hoje!,*como um eco da oração que lhe ensinou o seu Senhor (39) e do chamamento do Espírito Santo (40). Este «hoje» do Deus vivo, em que o homem é chamado a entrar, é a «Hora» da Páscoa de Jesus, que atravessa e sustenta toda a história:

«A vida derramou-se sobre todos os seres e todos são inundados duma grande luz: o Oriente dos orientes invade o universo e Aquele que era "antes da estrela da manhã" e antes dos astros, imortal e imenso, o grande Cristo, brilha mais que o Sol sobre todos os seres. É por isso que, para nós que n'Ele cremos, se instaura um dia de luz, longo, eterno, que não se extingue: a Páscoa mística» (41).

O DIA DO SENHOR

1166. «Por tradição apostólica, que remonta ao próprio dia da ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal todos os oito dias, no dia que bem se denomina dia do Senhor ou Domingo» (42). O dia da ressurreição de Cristo é, ao mesmo tempo, o «primeiro dia da semana», memorial do primeiro dia da criação, e o «oitavo dia» em que Cristo, após o seu «repouso» do grande sábado, inaugura o «dia que o Senhor fez», o «dia que não conhece ocaso» (43). A «Ceia do Senhor» é o seu centro, porque é nela que toda a comunidade dos fiéis encontra o Senhor ressuscitado, que os convida para o seu banquete (44):

«O dia do Senhor, o dia da ressurreição, o dia dos cristãos é o nosso dia. Chama-se dia do Senhor por isso mesmo: porque foi nesse dia que o Senhor subiu vitorioso para junto do Pai. Se os pagãos lhe chamam dia do Sol, também nós, de bom grado o

confessamos: porque hoje se ergueu a luz do mundo, hoje apareceu o sol da justiça, cujos raios nos trazem a salvação» (45).

1167. O Domingo é o dia por excelência da assembleia litúrgica, em que os fiéis se reúnem «para, ouvindo a Palavra de Deus e participando na Eucaristia, fazerem memória da paixão, ressurreição e glória do Senhor Jesus, e darem graças a Deus, que os "regenerou para uma esperança viva pela ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos"» (46):

«Quando meditamos, ó Cristo, nas maravilhas que tiveram lugar neste dia de domingo da tua santa ressurreição, dizemos: Bendito o dia de Domingo, porque nele teve início a criação [...] a salvação do mundo [...] a renovação do género humano [...]. Foi nesse dia que o céu e a terra se congratularam e que todo o universo se encheu de luz. Bendito o dia de Domingo, porque nele foram abertas as portas do paraíso, para que Adão e todos os deportados nele entrassem sem temor» (47).

O ANO LITÚRGICO

1168. Partindo do Tríduo Pascal, como da sua fonte de luz, o tempo novo da ressurreição enche todo o ano litúrgico da sua claridade. Progressivamente, dum lado e doutro desta fonte, o ano é transfigurado pela liturgia. Ele é realmente o ano da graça do Senhor (48). A economia da salvação realiza-se no quadro do tempo, mas a partir do seu cumprimento na Páscoa de Jesus e da efusão do Espírito Santo, o fim da história é antecipado, pregustado, e o Reino de Deus entra no nosso tempo.

1169. É por isso que a *Páscoa* não é simplesmente uma festa entre outras: é a «festa das festas», a «solenidade das solenidades», tal como a Eucaristia é o sacramento dos sacramentos (o grande sacramento). Santo Atanásio chama-lhe «o grande domingo» (49), tal como a Semana Santa é chamada no Oriente «a semana maior». O mistério da ressurreição, em que Cristo aniquilou a morte, penetra no nosso velho tempo com a sua poderosa energia, até que tudo Lhe seja submetido.

1170. No Concílio de Niceia (em 325), todas as Igrejas acordaram em que a Páscoa cristã fosse celebrada no domingo a seguir à lua cheia (14 de Nisan), depois do equinócio da Primavera. Devido a diferentes métodos usados para calcular o dia 14 de Nisan, a data da Páscoa nem sempre coincide nas Igrejas do Ocidente e do Oriente. Por isso, estas Igrejas procuram hoje um acordo, para chegarem de novo a celebrar numa data comum o dia da ressurreição do Senhor.

1171. O ano litúrgico é o desenrolar dos diferentes aspectos do único mistério pascal. Isto vale particularmente para o ciclo das festas em torno do mistério da Encarnação (Anunciação, Natal, Epifania), que comemoram o princípio da nossa salvação e nos comunicam as primícias do mistério da Páscoa.

O SANTORAL NO ANO LITÚRGICO

1172. «Na celebração deste ciclo anual dos mistérios de Cristo, a santa Igreja venera, com especial amor, porque indissoluvelmente unida à obra de salvação do seu Filho, a bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus; nela vê e exalta o mais excelso fruto da redenção e contempla com alegria, como numa imagem puríssima, o que ela própria deseja e espera ser inteiramente» (50).

1173. Quando a Igreja, no ciclo anual, faz memória dos mártires e dos outros santos, «proclama o mistério pascal» realizado naqueles homens e mulheres que «sofreram com Cristo e com Ele foram glorificados, propõe aos fiéis os seus exemplos, que a todos atraem ao Pai por Cristo, e implora, pelos seus méritos, os benefícios de Deus» (51).

A LITURGIA DAS HORAS

1174. O mistério de Cristo, a sua Encarnação e a sua Páscoa, que celebramos na Eucaristia, especialmente na assembleia dominical, penetra e transfigura o tempo de cada dia pela celebração da Liturgia das Horas, «o Ofício divino» (52). Esta celebração, na fidelidade às recomendações apostólicas de «orar sem cessar» (53) «constituiu-se de modo a consagrar, pelo louvor a Deus, todo o curso

diurno e nocturno do tempo» (54). É «a oração pública da Igreja»(55), na qual os fiéis (clérigos, religiosos e leigos) exercem o sacerdócio real dos baptizados. Celebrada «segundo a forma aprovada» pela Igreja, a Liturgia das Horas «é verdadeiramente a voz da própria Esposa que fala com o Esposo; mais ainda, é a oração que Cristo, unido ao seu corpo, eleva ao Pai» (56).

1175. A Liturgia das Horas está destinada a tornar-se a oração de todo o povo de Deus. Nela, o próprio Cristo «continua a exercer o seu múnus sacerdotal por intermédio da sua Igreja» (57). Cada qual participa nela segundo o seu lugar próprio na Igreja e as circunstâncias da sua vida: os sacerdotes, enquanto dedicados ao ministério pastoral, porque são chamados a permanecer assíduos na oração e no ministério da Palavra (58): os religiosos e religiosas, em virtude do carisma da sua vida consagrada (59); e todos os fiéis, segundo as suas possibilidades: «Cuidem os pastores de almas de que, nos domingos e festas mais solenes, se celebrem em comum na Igreja as Horas principais, sobretudo as Vésperas. Recomenda-se também aos próprios leigos que recitem o Ofício divino, quer juntamente com os sacerdotes, quer reunidos entre si, ou mesmo sozinhos» (60).

1176. Celebrar a Liturgia das Horas exige, não somente harmonizar a voz com o coração que ora, mas também procurar «adquirir maior instrução litúrgica e bíblica, especialmente quanto aos salmos» (61).

1177. Os hinos e as preces litânicas da Liturgia das Horas inserem a oração dos salmos no tempo da Igreja, exprimindo o simbolismo do momento do dia, do tempo litúrgico ou da festa celebrada. Além disso, a leitura da Palavra de Deus em cada Hora (com os responsórios ou tropários que a seguem) e, em certas horas, as leituras dos Padres e mestres espirituais, revelam mais profundamente o sentido do mistério celebrado, ajudam a compreender os salmos e preparam para a oração silenciosa. *A lectio divina,* na qual a Palavra de Deus é lida e meditada para se tornar oração, é deste modo enraizada na celebração litúrgica.

1178. A Liturgia das Horas, que é como que um prolongamento da celebração eucarística, não exclui, antes postula como complemento, as diversas devoções do povo de Deus, particularmente a adoração e o culto do Santíssimo Sacramento.

IV. Onde celebrar?

1179. O culto «em espírito e verdade» (*Jo* 4, 24) da Nova Aliança não está ligado a nenhum lugar exclusivo. Toda a terra é santa e está confiada aos filhos dos homens. O que tem primazia, quando os fiéis se reúnem num mesmo lugar, sãs as «pedras vivas» que se juntam para «a edificação dum edifício espiritual» *(1 Pe* 2, 4-5). O corpo de Cristo ressuscitado é o templo espiritual donde brota a fonte de água viva. Incorporados em Cristo pelo Espírito Santo, «nós somos o templo do Deus vivo» *(2 Cor* 6, 16).

1180. Quando o exercício da liberdade religiosa não é impedido (62), os cristãos constroem edifícios destinados ao culto divino. Estas igrejas visíveis não são simples lugares de reunião, mas significam e manifestam a Igreja que vive nesse lugar, morada de Deus com os homens reconciliados e unidos em Cristo.

1181. «A casa de oração em que é celebrada e conservada a santíssima Eucaristia, em que os fiéis se reúnem, e na qual a presença do Filho de Deus, nosso Salvador, oferecido por nós no altar do sacrifício, é venerada para auxílio e consolação dos fiéis, deve ser bela e apta para a oração e para as celebrações sagradas» (63). Nesta «casa de Deus», a verdade e a harmonia dos sinais que a constituem devem manifestar Cristo presente e actuante neste lugar (64).

1182. *O altar* da Nova Aliança é a cruz do Senhor (65), de onde dimanam os sacramentos do mistério pascal. Sobre o altar, que é o centro da igreja, é tornado presente o sacrifício da Cruz sob os sinais sacramentais. Ele é também a mesa do Senhor, para a qual o povo de Deus é convidado (66). Em certas liturgias orientais, o altar é, ainda, o símbolo do túmulo (Cristo morreu verdadeiramente e verdadeiramente ressuscitou).

1183. *O sacrário* deve ser situado, «nas igrejas, num dos lugares mais dignos, com a maior honra» (67). A nobreza, o arranjo e a segurança do tabernáculo eucarístico (68) devem favorecer a adoração do Senhor, realmente presente no Santíssimo Sacramento do altar.

O Santo Crisma (myron), cuja unção é o sinal sacramental do selo do dom do Espírito Santo, é tradicionalmente conservado e venerado num lugar seguro do santuário. Pode juntar-se-lhe o óleo dos catecúmenos e o dos enfermos.

1184. A *cadeira* do bispo (cátedra) ou do sacerdote «deve significar a sua função de presidente da assembleia e guia da oração» (69).

O *ambão*: «A dignidade da Palavra de Deus requer na igreja um lugar próprio para a sua proclamação. Durante a liturgia da Palavra, é para lá que deve convergir espontaneamente a atenção dos fiéis» (70).

1185. A reunião do povo de Deus começa pelo Baptismo. Por isso, a igreja deve ter um lugar apropriado para a celebração do *Baptismo* (baptistério) e favorecer a lembrança das promessas do Baptismo (água benta).

A renovação da vida baptismal exige a *Penitência.* Por isso, a igreja deve prestar-se à expressão do arrependimento e à recepção do perdão dos pecados, o que reclama um lugar apropriado para acolher os penitentes.

A igreja deve ser, também, um espaço que convide ao recolhimento e à oração silenciosa, que prolongue e interiorize a grande oração da Eucaristia.

1186. Finalmente a igreja tem uma significação escatológica. Para entrar na casa de Deus, é preciso franquear *um limiar,* símbolo da passagem do mundo ferido pelo pecado para o mundo da vida nova, à qual todos os homens são chamados. A igreja visível simboliza a casa paterna, para a qual o Povo de Deus está a caminho e onde o Pai «enxugará todas as lágrimas dos seus olhos» *(Ap*21, 4). É

também por isso que a igreja é a casa de *todos os* filhos de Deus, amplamente aberta e acolhedora.

Resumindo:

1187. *A liturgia é obra do Cristo total, cabeça e corpo. O nosso Sumo-Sacerdote celebra-a sem cessar na liturgia celeste, com a Santa Mãe de Deus, os Apóstolos, todos os santos e a multidão dos seres humanos que já entraram no Reino.*

1188. *Numa celebração litúrgica, toda a assembleia é «liturga», cada qual segundo a sua função. O sacerdócio baptismal é de todo o corpo de Cristo. Mas alguns fiéis são ordenados pelo sacramento da Ordem para representar Cristo como Cabeça do corpo.*

1189. *A celebração litúrgica comporta sinais e símbolos que se referem à criação (luz, água, fogo), à vida humana (lavar, tingir; partir o pão) e à história da salvação (ritos da Páscoa). Inseridos no mundo da fé e assumidos pela força do Espírito Santo, estes elementos cósmicos, estes ritos humanos, estes gestos memoriais de Deus, tornam-se portadores da acção salvadora e santificadora de Cristo.*

1190. *A liturgia da Palavra é parte integrante da celebração. O sentido da celebração é expresso pela Palavra de Deus que é anunciada e pelo compromisso da fé que lhe responde.*

1191. *0 canto e a música estão em conexão estreita com a acção litúrgica. São critérios do seu bom uso: a beleza expressiva da oração, a participação unânime da assembleia e o carácter sagrado da celebração.*

1192. *As imagens sagradas, presentes nas nossas igrejas e nas nossas casas, destinam-se a despertar e alimentar a nossa fé no mistério de Cristo. Através do ícone de Cristo e das suas obras de salvação, é a Ele que adoramos. Através das imagens sagradas da Santa Mãe de Deus, dos anjos e dos santos, veneramos as pessoas que nelas vemos representadas.*

1193. *0 Domingo, «Dia do Senhor», é o dia principal da celebração da Eucaristia, porque é o dia da ressurreição. É o dia por excelência da assembleia litúrgica, o dia da família cristã, o dia da alegria e do descanso do trabalho. É «o fundamento e o núcleo de todo o ano litúrgico»* (71).

1194. *A Igreja «desdobra todo o mistério de Cristo durante o ciclo anual, desde a Encarnação e o Natal até à Ascensão, ao dia do Pentecostes e à expectativa da feliz esperança e da vinda do Senhor»* (72).

1195. *Celebrando a memória dos santos, em primeiro lugar da Santa Mãe de Deus, depois dos Apóstolos, dos mártires e dos outros santos, em dias fixos do ano litúrgico, a Igreja da terra manifesta a sua união à liturgia celeste; glorifica Cristo por ter realizado a salvação nos seus membros glorificados; o exemplo deles é para ela um estímulo no seu peregrinar para o Pai.*

1196. *Os fiéis que celebram a Liturgia das Horas unem-se a Cristo, nosso Sumo-Sacerdote, pela oração dos salmos, a meditação da Palavra de Deus, os cânticos e as bênçãos, a fim de serem associados à sua oração contínua e universal, que dá glória ao Pai e implora o dom do Espírito Santo sobre o mundo inteiro.*

1197. *Cristo é o verdadeiro Templo de Deus, «o lugar em que reside a sua glória»; pela graça de Deus, também os cristãos se tornam templos do Espírito Santo, pedras vivas com que se constrói a Igreja.*

1198. *Na sua condição terrena, a Igreja tem necessidade de lugares onde a comunidade possa reunir-se: as nossas igrejas visíveis, lugares sagrados, imagens da Cidade santa, da Jerusalém celeste para a qual caminhamos como peregrinos.*

1199. *É nestas igrejas que a Igreja celebra o culto público para glória da Santíssima Trindade, ouve a Palavra de Deus e canta os seus louvores, eleva a sua oração e oferece o sacrifício de Cristo, sacramentalmente presente no meio da assembleia. Estas igrejas são também lugares de recolhimento e de oração pessoal.*

ARTIGO 2: DIVERSIDADE LITÚRGICA E UNIDADE DO MISTÉRIO

TRADIÇÕES LITÚRGICAS E CATOLICIDADE DA IGREJA

1200. Desde a primeira comunidade de Jerusalém até à Parusia, as Igrejas de Deus celebram em toda a parte o mesmo mistério pascal, fiéis à fé apostólica. O mistério celebrado na liturgia é um só, mas as formas da sua celebração são diversas.

1201. A riqueza insondável do mistério de Cristo é tal, que nenhuma tradição litúrgica pode esgotar-lhe a expressão. A história da origem e desenvolvimento destes ritos testemunha uma complementaridade admirável. Sempre que as Igrejas viveram estas tradições litúrgicas em comunhão na fé e nos sacramentos da fé, enriqueceram-se mutuamente, crescendo na fidelidade à Tradição e à missão comum de toda a Igreja (73).

1202. As diversas tradições litúrgicas nasceram em razão da própria missão da Igreja. As Igrejas duma mesma área geográfica e cultural acabaram por celebrar o mistério de Cristo através de expressões particulares, culturalmente diferenciadas: na tradição do «depósito da fé» (74), no simbolismo litúrgico, na organização da comunhão fraterna, na compreensão teológica dos mistérios e nos tipos de santidade. Assim, Cristo, Luz e Salvação de todos os povos, é manifestado pela vida litúrgica duma Igreja ao povo e à cultura a que a mesma Igreja é enviada e em que se radicou. A Igreja é católica: pode integrar na sua unidade, purificando-as, todas as verdadeiras riquezas das culturas (75).

1203. As tradições litúrgicas ou ritos, actualmente em uso na Igreja, são: o rito latino (principalmente o rito romano, mas também os ritos de certas igrejas locais, como o rito ambrosiano ou o de certas ordens religiosas) e os ritos bizantino, alexandrino ou copta, siríaco, arménio, maronita e caldeu. «Fiel à tradição, o sagrado Concílio declara que a santa Mãe Igreja considera iguais em direito e dignidade todos os ritos legitimamente reconhecidos e quer que no futuro se mantenham e sejam promovidos por todos os meios» (76).

LITURGIA E CULTURAS

1204. A celebração da Liturgia deve, pois, corresponder ao génio e à cultura dos diferentes povos (77). Para que o mistério de Cristo seja «dado a conhecer a todos os gentios, para que obedeçam à fé» (*Rm* 16, 26), tem de ser anunciado, celebrado e vivido em todas as culturas, de modo que estas não sejam abolidas mas resgatadas e plenamente realizadas por ele (78). É com e pela sua cultura humana própria, assumida e transfigurada por Cristo, que a multidão dos filhos de Deus tem acesso ao Pai, para O glorificar num só Espírito.

1205. «Na liturgia, sobretudo na dos sacramentos, existe uma *parte imutável* — por ser de instituição divina — da qual a Igreja é guardiã, *e partes susceptíveis de mudança* que a Igreja tem o poder e, por vezes, mesmo o dever de adaptar às culturas dos povos recentemente evangelizados» (79).

1206. «A diversidade litúrgica pode ser fonte de enriquecimento, mas também pode provocar tensões, incompreensões recíprocas e até cismas. Neste domínio, é claro que a diversidade não deve prejudicar a unidade. Ela só pode exprimir-se na fidelidade à fé comum, aos sinais sacramentais que a Igreja recebeu de Cristo e à comunhão hierárquica. A adaptação às culturas exige uma conversão do coração e, se necessário, rupturas com hábitos ancestrais incompatíveis com a fé católica» (80).

Resumindo:

1207. *Convém que a celebração da liturgia tenda a exprimir-se na cultura do povo em que a Igreja se encontra, sem se submeter a ela. Por outro lado, a própria liturgia é geradora e formadora de culturas.*

1208. *As diversas tradições litúrgicas, ou ritos, legitimamente reconhecidas, uma vez que significam e comunicam o mesmo mistério de Cristo, manifestam a catolicidade da Igreja.*

1209. *O critério que garante a unidade na pluriformidade das tradições litúrgicas é a fidelidade à Tradição apostólica, quer dizer: a comunhão na fé e nos sacramentos recebidos dos Apóstolos, comunhão que é significada e garantida pela sucessão apostólica.*

Notas

1. Cf. *Ap* 4, 2.

2. Cf. *Ec* 1, 26-28.

3. Cf. *Jo* 1, 29.

4. Cf. *Heb* 4, 14-15; 10, 19-21: etc.

5. *Liturgia Bizantina. Anáfora de São João Crisóstomo:* F. E. Brigtman, *Liturgies Eastern and Western* (Oxford 1896) p. 378 (PG 63, 913).

6. Cf. *Jo* 4, 10-14; *Ap* 21, 6.

7. Cf. *Ap* 4-5: *Is* 6, 2-3.

8. Cf. Ap 7, 1-8; 14, 1.

9. Cf. *Ap* 12.

10. Cf. *Ap* 21, 9.

11. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 26: AAS 56 (1964) 107.

12. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 27: AAS 56 (1964) 107.

13. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: AAS 57 (1965) 14.

14. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: *AAS 57* (1965) 14: *Ibid.,* 34: AAS 57 (1965) 40: Id., Decr. *Presbyterorum ordinis,* 2: AAS 58 (1966) 991-992.

15. Cf. *1 Pe* 2, 4-5.

16. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 14: AAS 56 (1964) 104.

17. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbyterorum ordinis,* 2: AAS 58 (1966) 992; *Ibid*. 15: AAS 58 (1966) 992: *Ibid*. 15: AAS 58 (1966) 1014.

18. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 29: AAS 56 (1964) 107.

19. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 28: AAS 56 (1964) 107.

20. Cf. *Sb* 13, 1: *Rm* 1, 19-20; *Act* 14, 17.

21. Cf. Lc 8, 10.

22. Cf. *Jo* 9, 6: *Mc* 7, 33-35; 8, 22-25.

23. Cf. *Lc* 9, 31; 22, 7-20.

24. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 112: AAS 56 (1964) 128.

25. Cf. *Cl* 3, 16-17.

26. Cf. Santo Agostinho, *Enarratio in Psalmum,* 72, 1: CCL 39, 986 (PL 36, 914).

27. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 112: AAS 56 (1964) 128.

28. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 112: AAS 56 (1964) 128.

29. Santo Agostinho, *Confissões* 9, 6, 14: CCL27, 141 (PL 32, 769-770).

30. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 119: AAS 56 (1964) 129-130.

31. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 118: AAS 56 (1964) 129.

32. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 121: AAS56 (1964) 130.

33. São João Damasceno, *De sacris imaginibus oratio* 1, 16: PTS 17, 89 e 92 (PG 94, 1245 e 1248).

34. II Concílio de Niceia (em 787) *Terminus:* COD p. 135.

35. Cf. *Rm* 8, 29; *1 Jo* 3, 2.

36. II Concílio de Niceia, *Definitio de sacris imaginibus:* DS 600.

37. São João Damasceno, *De sacris imaginibus oratio* 1, 47: PTS 17. 151 (PG 94, 1268).

38. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 102: AAS 56 (1964) 125.

39. Cf. *Mt* 6, 1.

40. Cf. *Heb* 3, 7-4, 11; *Sl* 95, 8.

41. Pseudo-Hipólito de Roma, *In sanctum Pascha* 1, 1-2: Studia patristica mediolanensia 15, 230-232 (PG 59, 755).

42. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 106: AAS 56 (1964) 126.

43. Cf. *Matinas do dia da Páscoa do rito Bizantino. Ode 9, tropário: Pentekostárion* (Roma 1884) p. 11.

44. Cf. *Jo* 21, 12: *Lc* 24, 30.

45. São Jerónimo, *In die Dominica Paschae homilia:* CCL 78, 550 (PL 30. 218-219).

46. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 106: AAS 56 (1964) 126.

47. *Fanqîth. Breviarium iuxta Ecclesiae Antiochenae Syrorum,* v. 6, (Mossul)886) p. 193b.

48. Cf. *Lc* 4, 19.

49. Santo Atanásio de Alexandria, *Epistula festivalis* 1 (em 329), 10: PG 26, 1366.

50. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 103: AAS 56 (1964) 125.

51. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 104: AAS 56 (1964) 126; cf.*Ibid.,* 108: AAS 56 (1964) 126 e *Ibid.,* 111:

AAS 56 (1964)127.

52. *Cf.* II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* IV, 83-101: AAS 56 (1964) 121-125.

53. Cf. *1 Ts* 5, 17; *Ef* 6, 18.

54. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 84: AAS 56 (1964) 121.

55. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 98: AAS 56 (1964) 124.

56. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 84: AAS 56 *(1964)* 121.

57. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 83: AAS 56 (1964) 121.

58. *Cf.* II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 86: AAS 56 (1964) 121:*Ibid.,* 96: AAS 56 (1964) 123; Id., Decr. *Presbyterorum ordinis,* 5: AAS 58 (1966) 998.

59. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 98: AAS 56 (1964) 124.

60. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 100: AAS 56 (1964) 124.

61. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 90: AAS 56 (1964) 122.

62. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 4: AAS 58 (1966) 932-933.

63. II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbyterorum ordinis,* 5: AAS 58 (1966) 998; cf. Id., Const.*Sacrosanctum Concilium,* 122-127: AAS 56 (1964) 130-132.

64. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 7: AAS 56 (1964) 100-101.

65. Cf. *Heb* 13, 10.

66. Cf. *Instrução geral do Missal Romano,* 259: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.75 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992. p. 56].

67. Paulo VI, Enc. *Mysterium fedei:* AAS 57 (1965) 771.

68. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 128: AAS 56 (1964) 132.

69. *Instrução geral do Missal Romano,* 271: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 77 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992. p. 57].

70. *Instrução geral do Missal Romano, 272: Missale Romanum*, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.77 *[Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, p. 571.

71. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 106: AAS 56 (1964) 126.

72. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 102: AAS 56 (1964) 125.

73. Cf. Paulo VI, Ex. ap. *Evangelii nuntiandi,* 63-64: AAS 68 (1976) 53-55.

74. Cf. *2 Tm* 1, 14.

75. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 23: AAS 57 (1965) 28-29; in. Decr. *Unitatis redintegratio,* 4: AAS 57 (1965) 95.

76. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 4: AAS 56 (1964) 98.

77. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 37-40: AAS 56 (1964) 110-111.

78. Cf. João Paulo II, Ex. *Ap. Catechesi tradendae,* 53: AAS 71 (1979) 1319-1321.

79. João Paulo II, Carta Ap. *Vicesimus quintus annus,* 16: AAS 81 (1989) 912-913: cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum*

Concilium, 21: AAS 56 (1964) 105-106.

80. João Paulo II, Carta Ap. *Vicesimus quintus annus,* 16: AAS 81 (1989) 913.

SEGUNDA SECÇÃO: OS SETE SACRAMENTOS DA IGREJA

1210. Os sacramentos da nova Lei foram instituídos por Cristo e são em número de sete, a saber: o Baptismo, a Confirmação, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem e o Matrimónio. Os sete sacramentos tocam todas as etapas e momentos importantes da vida do cristão: outorgam nascimento e crescimento, cura e missão à vida de fé dos cristãos. Há aqui uma certa semelhança entre as etapas da vida natural e as da vida espiritual (1).

1211. Seguindo esta analogia, exporemos primeiro os três sacramentos da iniciação cristã (*capítulo primeiro*), depois os sacramentos de cura (*capítulo segundo*) e finalmente os que estão ao serviço da comunhão e da missão dos fiéis (*capítulo terceiro*). Esta ordem não é, certamente, a única possível, mas permite ver que os sacramentos formam um organismo, no qual cada sacramento particular tem o seu lugar vital. Neste organismo, a Eucaristia ocupa um lugar único, como «sacramento dos sacramentos»: «todos os outros sacramentos estão ordenados para este, como para o seu fim» (2).

CAPÍTULO PRIMEIRO: OS SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ

1212. Através dos sacramentos da iniciação cristã – Baptismo, Confirmação e Eucaristia são lançados os *alicerces* de toda a vida cristã. «A participação na natureza divina, dada aos homens pela graça de Cristo, comporta uma certa analogia com a origem, crescimento e sustento da vida natural. Nascidos para uma vida nova pelo Baptismo, os fiéis são efectivamente fortalecidos pelo sacramento da Confirmação e recebem na Eucaristia o Pilo da vida eterna Assim. por estes sacramentos da iniciação cristã, eles recebem cada vez mais riquezas da vida divina e avançam para a perfeição da caridade» (3).

ARTIGO 1: O SACRAMENTO DO BAPTISMO

1213. O santo Baptismo é o fundamento de toda a vida cristã, o pórtico da vida no Espírito*(«vitae spiritualis ianua* – porta da vida espiritual») e a porta que dá acesso aos outros sacramentos. Pelo Baptismo somos libertos do pecado e regenerados como filhos de Deus: tornamo-nos membros de Cristo e somos incorporados na Igreja e tornados participantes na sua missão (4). *«Baptismos est sacramentam regeneratiorais per aquam in Verbo* – O Baptismo pode definir-se como o sacramento da regeneração pela água e pela Palavra» (5).

I. Como se chama este sacramento?

1214. Chama-se *Baptismo,* por causa do rito central com que se realiza: baptizar *(baptizeis,* em grego) significa «mergulhar», «imergir». A «imersão» na água simboliza a sepultura do catecúmeno na morte de Cristo, de onde sai pela ressurreição com Ele (6) como «nova criatura» (*2 Cor* 5, 17;*Gl* 6, 15).

1215. Este sacramento é também chamado *«banho da regeneração e da renovação no Espírito Santo*» (*Tt* 3, 5), porque significa e realiza aquele nascimento da água e do Espírito, sem o qual «ninguém pode entrar no Reino de Deus» *(Jo* 3, 5).

1216. «Este banho é chamado *iluminação,* porque aqueles que recebem este ensinamento [catequético] ficam com o espírito iluminado...» (7). Tendo recebido no Baptismo o Verbo, «luz verdadeira que ilumina todo o homem» *(Jo* 1, 9), o baptizado, «depois de ter sido iluminado» (8), tornou-se «filho da luz» (9) e ele próprio «luz» *(Ef* 5, 8):

«O Baptismo é o mais belo e magnífico dos dons de Deus [...] Chamamos-lhe dom, graça, unção, iluminação, veste de incorruptibilidade, banho de regeneração, selo e tudo o que há de mais precioso. *Dom,* porque é conferido àqueles que não trazem nada: *graça,* porque é dado mesmo aos culpados: *baptismo,* porque o pecado é sepultado nas águas; *unção,* porque é sagrado e régio (como aqueles que são ungidos); *iluminação,* porque é luz

irradiante; *veste,* porque cobre a nossa vergonha;*banho,* porque lava; *selo,* porque nos guarda e é sinal do senhorio de Deus» (10).

II. O Baptismo na economia da salvação

AS PREFIGURAÇÕES DO BAPTISMO NA ANTIGA ALIANÇA

1217. Na liturgia da Vigília Pascal, a quando da *bênção da água baptismal,* a Igreja faz solenemente memória dos grandes acontecimentos da história da salvação que prefiguravam já o mistério do Baptismo:

«Senhor nosso Deus: pelo vosso poder invisível, realizais maravilhas nos vossos sacramentos. Ao longo dos tempos, preparastes a água para manifestar a graça do Baptismo» (11).

1218. Desde o princípio do mundo, a água, esta criatura humilde e admirável, é a fonte da vida e da fecundidade. A Sagrada Escritura vê-a como «incubada» pelo Espírito de Deus (12):

«Logo no princípio do mundo, o vosso Espírito pairava sobre as águas, para que já desde então concebessem o poder de santificar» (13).

1219. A Igreja viu na arca de Noé uma prefiguração da salvação pelo Baptismo. Com efeito, graças a ela, «um pequeno grupo, ao todo oito pessoas, foram salvas pela água» (*1 Pe* 3, 20):

«Nas águas do dilúvio, destes-nos uma imagem do Baptismo, sacramento da vida nova, porque as águas significam ao mesmo tempo o fim do pecado e o princípio da santidade» (14).

1220. Se a água de nascente simboliza a vida, a água do maré um símbolo da morte. Por isso é que podia prefigurar o mistério da cruz. E por este simbolismo, o Baptismo significa a comunhão com a morte de Cristo.

1221. É sobretudo a travessia do Mar Vermelho, verdadeira libertação de Israel da escravidão do Egipto, que anuncia a libertação operada pelo Baptismo:

«Aos filhos de Abraão fizestes atravessar a pé enxuto o Mar Vermelho, para que esse povo, liberto da escravidão, fosse a imagem do povo santo dos baptizados» (15).

1222. Finalmente, o Baptismo é prefigurado na travessia do Jordão, graças à qual o povo de Deu- recebe o dom da terra prometida à descendência de Abraão, imagem da vida eterna. A promessa desta herança bem-aventurada cumpre-se na Nova Aliança.

O BAPTISMO DE CRISTO

1223. Todas as prefigurações da Antiga Aliança encontram a sua realização em Jesus Cristo. Ele começa a sua vida pública depois de Se ter feito baptizar por São João Baptista no Jordão (16). E depois da sua ressurreição, confere esta missão aos Apóstolos: «Ide, pois, fazei discípulos de todas as nações; baptizai-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo e ensinai-os a cumprir tudo quanto vos mandei» *(Mt 28,* 19-20) (17).

1224. Nosso Senhor sujeitou-se voluntariamente ao Baptismo de São João, destinado aos pecadores, para cumprir toda a justiça (18). Este gesto de Jesus é uma manifestação do seu «aniquilamento» (19). O Espírito que pairava sobre as águas da primeira criação, desce então sobre Cristo como prelúdio da nova criação e o Pai manifesta Jesus como seu «Filho muito amado» (20).

1225. Foi na sua Páscoa que Cristo abriu a todos os homens as fontes do Baptismo. De facto, Ele já tinha falado da sua paixão, que ia sofrer em Jerusalém, como dum «baptismo» com que devia ser baptizado (21). O sangue e a água que manaram do lado aberto de Jesus crucificado (22) são tipos do Baptismo e da Eucaristia, sacramentos da vida nova (23): desde então, é possível «nascer da água e do Espírito» para entrar no Reino de Deus *(Jo* 3, 5).

«Repara: Onde é que foste baptizado, de onde é que vem o Baptismo, senão da cruz de Cristo, da morte de Cristo? Ali está todo o mistério: Ele sofreu por ti. Foi n'Ele que tu foste resgatado, n'Ele que foste salvo» (24).

O BAPTISMO NA IGREJA

1226. Desde o dia de Pentecostes que a Igreja vem celebrando e administrando o santo Baptismo. Com efeito, São Pedro declara à multidão, abalada pela sua pregação: «convertei-vos e peça cada um de vós o Baptismo em nome de Jesus Cristo, para vos serem perdoados os pecados. Recebereis então o dom do Espírito Santo» *(Act* 2, 38). Os Apóstolos e os seus colaboradores oferecem o Baptismo a quem quer que acredite em Jesus: judeus, pessoas tementes a Deus, pagãos (25). O Baptismo aparece sempre ligado à fé: «Acredita no Senhor Jesus e serás salvo juntamente com a tua família», declara São Paulo ao seu carcereiro em Filipos. E a narrativa continua: «o carcereiro [...] logo recebeu o Baptismo, juntamente com todos os seus» *(Act* 16, 31-33).

1227. Segundo o apóstolo São Paulo, pelo Baptismo o crente comunga na morte de Cristo; é sepultado e ressuscita com Ele:

«Todos nós, que fomos baptizados em Cristo Jesus, fomos baptizados na sua morte. Fomos sepultados com Ele pelo baptismo na morte, para que, assim como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, também nós vivamos uma vida nova» (*Rm*6, 3-4) (26).

Os baptizados «revestem-se de Cristo» (27). Pelo Espírito Santo, o Baptismo é um banho que purifica, santifica e justifica (28).

1228. O Baptismo é, pois, um banho de água, no qual «a semente incorruptível» da Palavra de Deus produz o seu efeito vivificador (29). Santo Agostinho dirá do Baptismo: *«Accedit verbum ad elementum, et fit sacramentam* – Junta-se a palavra ao elemento material e faz-se o sacramento» (30).

III. Como se celebra o sacramento do Baptismo?

A INICIAÇÃO CRISTÃ

1229. Desde o tempo dos Apóstolos que tornar-se cristão requer um caminho e uma iniciação com diversas etapas. Este itinerário pode ser percorrido rápida ou lentamente. Mas deverá sempre incluir certos elementos essenciais: o anúncio da Palavra, o acolhimento do

Evangelho que implica a conversão, a profissão de fé, o Baptismo, a efusão do Espírito Santo, o acesso à comunhão eucarística.

1230. Esta iniciação tem variado muito no decurso dos séculos e segundo as circunstâncias. Nos primeiros séculos da Igreja, a iniciação cristã conheceu grande desenvolvimento, com um longo período de *catecumenato* e uma série de ritos preparatórios que escalonavam liturgicamente o caminho da preparação catecumenal, desembocando na celebração dos sacramentos da iniciação cristã.

1231. Nas regiões onde o Baptismo das crianças se tomou largamente a forma habitual da celebração deste sacramento, esta transformou-se num acto único, que integra, de um modo muito abreviado, as etapas preliminares da iniciação cristã. Pela sua própria natureza, o Baptismo das crianças exige um *catecumenato pós-baptismal.* Não se trata apenas da necessidade duma instrução posterior ao Baptismo mas do desenvolvimento necessário da graça baptismal no crescimento da pessoa. É o espaço próprio da *catequese.*

1232. O II Concílio do Vaticano restaurou, para a Igreja latina, «o catecumenato dos adultos, distribuído em várias fases» (31). O respectivo ritual encontra-se no *Ordo initiationis christianae adultorum* (1972). Aliás, o Concílio permitiu que, «para além dos elementos de iniciação próprios da tradição cristã», se admitam, em terras de missão, «os elementos de iniciação usados por cada um desses povos, na medida em que puderem integrar-se no rito cristão» (32).

1233. Hoje em dia, portanto, em todos os ritos latinos e orientais, a iniciação cristã dos adultos começa com a sua entrada no catecumenato, para atingir o ponto culminante na celebração única dos três sacramentos, Baptismo, Confirmação e Eucaristia (33). Nos ritos orientais, a iniciação cristã das crianças na infância começa no Baptismo, seguido imediatamente da Confirmação e da Eucaristia, enquanto no rito romano a mesma iniciação prossegue durante os anos de catequese, para terminar, mais tarde, com a Confirmação e a Eucaristia, ponto culminante da sua iniciação cristã (34).

A MISTAGOGIA DA CELEBRAÇÃO

1234. O sentido e a graça do sacramento do Baptismo aparecem claramente nos ritos da sua celebração. Seguindo, com participação atenta, os gestos e as palavras desta celebração, os fiéis são iniciados nas riquezas que este sacramento significa e realiza em cada novo baptizado.

1235. O *sinal da cruz,* no princípio da celebração, manifesta a marca de Cristo impressa naquele que vai passar a pertencer-Lhe, e significa a graça da redenção que Cristo nos adquiriu pela sua cruz.

1236. O *anúncio da Palavra de Deus* ilumina com a verdade revelada os candidatos e a assembleia e suscita a resposta da fé, inseparável do Baptismo. Na verdade, o Baptismo é, de modo particular, o «sacramento da fé», uma vez que é a entrada sacramental na vida da fé.

1237. E porque o Baptismo significa a libertação do pecado e do diabo, seu instigador, pronuncia-se sobre o candidato um ou vários *exorcismos.* Ele é ungido com o óleo dos catecúmenos ou, então, o celebrante impõe-lhe a mão e ele renuncia expressamente a Satanás. Assim preparado, pode *professar a fé da Igreja, à* qual será «confiado» pelo Baptismo (35).

1238. *A água baptismal* é então consagrada por uma oração de epiclese (ou no próprio momento, ou na Vigília Pascal). A Igreja pede a Deus que, pelo seu Filho, o poder do Espírito Santo desça a esta água, para que os que nela forem baptizados «nasçam da água e do Espírito»*(Jo* 3, 5).

1239. Segue-se o *rito essencial* do sacramento: *o baptismo* propriamente dito, que significa e realiza a morte para o pecado e a entrada na vida da Santíssima Trindade, através da configuração com o mistério pascal de Cristo. O Baptismo é realizado, do modo mais significativo, pela tríplice imersão na água baptismal; mas, desde tempos antigos, pode também ser conferido derramando por três vezes água sobre a cabeça do candidato.

1240. Na Igreja latina, esta tríplice infusão é acompanhada pelas palavras do ministro: «N., eu te baptizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo». Nas liturgias orientais, estando o catecúmeno voltado para o Oriente, o sacerdote diz: «O servo de Deus N. é baptizado em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo»; e à invocação de cada pessoa da Santíssima Trindade, mergulha-o e retira-o da água.

1241. A *unção com o santo crisma,* óleo perfumado que foi consagrado pelo bispo, significa o dom do Espírito Santo ao novo baptizado. Ele tornou-se cristão, quer dizer, «ungido» pelo Espírito Santo, incorporado em Cristo, que foi ungido sacerdote, profeta e rei (36).

1242. Na liturgia das Igrejas do Oriente, a unção pós-baptismal é o sacramento da Crismação (Confirmação). Na liturgia romana, anuncia uma segunda unção com o santo Crisma, que será dada pelo bispo: o sacramento da Confirmação que, por assim dizer, «confirma» e completa a unção baptismal.

1243. A *veste branca* simboliza que o baptizado «se revestiu de Cristo» (37): ressuscitou com Cristo. A *vela,* acesa no círio pascal, significa que Cristo iluminou o neófito. Em Cristo, os baptizados são «a luz do mundo» *(Mt* 5, 14) (38).

O recém-baptizado é agora filho de Deus no seu Filho Único e pode dizer a oração dos filhos de Deus: O Pai-Nosso.

1244. A *primeira Comunhão eucarística.* Tornado filho de Deus, revestido da veste nupcial, o neófito é admitido «ao banquete das núpcias do Cordeiro» e recebe o alimento da vida nova, o corpo e sangue de Cristo. As Igrejas orientais conservam uma consciência viva da unidade da iniciação cristã, dando a sagrada Comunhão a todos os novos baptizados e confirmados, mesmo às criancinhas, lembrando a palavra do Senhor: «Deixai vir a Mim as criancinhas, não as estorveis» (*Mc* 10, 14). *A* Igreja latina, que reserva o acesso à sagrada Comunhão para aqueles que atingiram o uso da razão, exprime a abertura do Baptismo em relação à Eucaristia

aproximando do altar a criança recém-baptizada para a oração *do Pai Nosso.*

1245. A celebração do Baptismo conclui-se com a *bênção solene.* Aquando do Baptismo de recém-nascidos, a bênção da mãe ocupa um lugar especial.

IV. Quem pode receber o Baptismo?

1246. «Todo o ser humano ainda não baptizado – e só ele – é capaz de receber o Baptismo» (39)

O BAPTISMO DOS ADULTOS

1247. Desde os princípios da Igreja, o Baptismo dos adultos é a situação mais corrente nas terras onde o anúncio do Evangelho ainda é recente. O catecumenato (preparação para o Baptismo) tem, nesse caso, um lugar importante; sendo iniciação na fé e na vida cristã, deve dispor para o acolhimento do dom de Deus no Baptismo, Confirmação e Eucaristia.

1248. O catecumenato, ou formação dos catecúmenos, tem por finalidade permitir a estes, em resposta à iniciativa divina e em união com uma comunidade eclesial, conduzir à maturidade a sua conversão e a sua fé. Trata-se duma «formação e de uma aprendizagem de toda a vida cristã», mediante a qual os discípulos se unem com Cristo seu mestre. Por conseguinte, sejam os catecúmenos convenientemente iniciados no mistério da salvação, na prática dos costumes evangélicos, e, com ritos sagrados a celebrar em tempos sucessivos, sejam introduzidos na vida da fé, da Liturgia e da caridade do povo de Deus» (40).

1249. Os catecúmenos «estão já unidos à Igreja», já são da casa de Cristo, e, não raro, eles levam já uma vida de fé, de esperança e de caridade» (41). «A mãe Igreja já os abraça como seus, com amor e solicitude» (42).

O BAPTISMO DAS CRIANÇAS

1250. Nascidas com uma natureza humana decaída e manchada pelo pecado original, as crianças também têm necessidade do novo

nascimento no Baptismo para serem libertas do poder das trevas e transferidas para o domínio da liberdade dos filhos de Deus (44), a que todos os homens são chamados. A pura gratuidade da graça da salvação é particularmente manifesta no Baptismo das crianças. Por isso, a Igreja e os pais privariam, a criança da graça inestimável de se tornar filho de Deus, se não lhe conferissem o Baptismo pouco depois do seu nascimento (45).

1251. Os pais cristãos reconhecerão que esta prática corresponde, também, ao seu papel de sustentar a vida que Deus lhes confiou (46).

1252. A prática de baptizar as crianças é tradição imemorial da Igreja. Explicitamente atestada desde o século II, é no entanto bem possível que, desde o princípio da pregação apostólica, quando «casas» inteiras receberam o Baptismo se tenham baptizado também as crianças (48).

FÉ E BAPTISMO

1253. O Baptismo é o sacramento da fé (49). Mas a fé tem necessidade da comunidade dos crentes. Só na fé da Igreja é que cada um dos fiéis pode crer. A fé que se requer para o Baptismo não é uma fé perfeita e amadurecida, mas um princípio chamado a desenvolver-se. Ao catecúmeno ou ao seu padrinho pergunta-se: «Que pedis à Igreja de Deus?» E ele responde: «A fé!».

1254. Em todos os baptizados, crianças ou adultos, a fé deve crescer *depois* do Baptismo. É por isso que a Igreja celebra todos os anos, na Vigília Pascal, a renovação das promessas do Baptismo. A preparação para o Baptismo conduz apenas ao umbral da vida nova. O Baptismo é a fonte da vida nova em Cristo, donde jorra toda a vida cristã.

1255. Para que a graça baptismal possa desenvolver-se, é importante a ajuda dos pais. Esse é também o papel do *padrinho* ou da *madrinha,* que devem ser pessoas de fé sólida, capazes e preparados para ajudar o novo baptizado, criança ou adulto, no seu caminho de vida cristã (50). O seu múnus é um

verdadeiro *ofício* eclesial (51). Toda a comunidade eclesial tem uma parte de responsabilidade no desenvolvimento e na defesa da graça recebida no Baptismo.

V. Quem pode baptizar?

1256. São ministros ordinários do Baptismo o bispo e o presbítero, e, na Igreja latina, também o diácono (52). Em caso de necessidade, qualquer pessoa, mesmo não baptizada, desde que tenha a intenção requerida, pode baptizar utilizando a fórmula baptismal trinitária (53). A intenção requerida é a de querer fazer o que faz a Igreja quando baptiza. A Igreja vê a razão desta possibilidade na vontade salvífica universal de Deus (54) e na necessidade do Baptismo para a salvação (55).

VI. A necessidade do Baptismo

1257. O próprio Senhor afirma que o Baptismo é necessário para a salvação (56). Por isso, ordenou aos seus discípulos que anunciassem o Evangelho e baptizassem todas as nações (57). O Baptismo é necessário para a salvação de todos aqueles a quem o Evangelho foi anunciado e que tiveram a possibilidade de pedir este sacramento (58). A Igreja não conhece outro meio senão o Baptismo para garantir a entrada na bem-aventurança eterna. Por isso, tem cuidado em não negligenciar a missão que recebeu do Senhor de fazer «renascer da água e do Espírito» todos os que podem ser baptizados. *Deus ligou a salvação ao sacramento do Baptismo; mas Ele próprio não está prisioneiro dos seus sacramentos.*

1258. Desde sempre, a Igreja tem a firme convicção de que aqueles que sofrem a morte por causa da fé, sem terem recebido o Baptismo, são baptizados pela sua morte por Cristo e com Cristo. Este *Baptismo de sangue,* tal como o desejo do Baptismo ou *Baptismo de desejo,* produz os frutos do Baptismo, apesar de não ser sacramento.

1259. Para os *catecúmenos* que morrem antes do Baptismo, o seu desejo explícito de o receber, unido ao arrependimento dos seus

pecados e à caridade, garante-lhes a salvação, que não puderam receber pelo sacramento.

1260. «Com efeito, já que Cristo morreu por todos e a vocação última de todos os homens é realmente uma só, a saber, a divina, devemos manter que o Espírito Santo a todos dá a possibilidade de se associarem a este mistério pascal, por um modo só de Deus conhecido» (59). Todo o homem que, na ignorância do Evangelho de Cristo e da sua Igreja, procura a verdade e faz a vontade de Deus conforme o conhecimento que dela tem, pode salvar-se. Podemos supor que tais pessoas teriam *desejado explicitamente o Baptismo* se dele tivessem conhecido a necessidade.

1261. Quanto às *crianças que morrem sem Baptismo,* a Igreja não pode senão confiá-las à misericórdia de Deus, como o faz no rito do respectivo funeral. De facto, a grande misericórdia de Deus, «que quer que todos os homens se salvem» (1 *Tm* 2, 4), e a ternura de Jesus para com as crianças, que O levou a dizer: «Deixai vir a Mim as criancinhas, não as estorveis» *(Mc* 10, 14), permitem-nos esperar que haja um caminho de salvação para as crianças que morrem sem Baptismo. Por isso, é mais premente ainda o apelo da Igreja a que não se impeçam as criancinhas de virem a Cristo, pelo dom do santo Baptismo.

VII. A graça do Baptismo

1262. Os diferentes efeitos do Baptismo são significados pelos elementos sensíveis do rito sacramental. A imersão na água evoca os simbolismos da morte e da purificação, mas também da regeneração e da renovação. Os dois efeitos principais são, pois, a purificação dos pecados e o novo nascimento no Espírito Santo (60).

PARA A REMISSÃO DOS PECADOS

1263. Pelo Baptismo *todos os pecados* são perdoados: o pecado original e todos os pecados pessoais, bem como todas as penas devidas ao pecado (61). Com efeito, naqueles que foram regenerados, nada resta que os possa impedir de entrar no Reino de Deus: nem o pecado de Adão, nem o pecado pessoal, nem as

consequências do pecado, das quais a mais grave é a separação de Deus.

1264. No baptizado permanecem, no entanto, certas consequências temporais do pecado, como os sofrimentos, a doença, a morte, ou as fragilidades inerentes à vida, como as fraquezas de carácter, etc., assim como uma inclinação para o pecado a que a Tradição chama *concupiscência*ou, metaforicamente, a «isca» ou «aguilhão» do pecado *(«fomes peccati»):* «Deixada para os nossos combates, a concupiscência não pode fazer mal àqueles que, não consentindo nela, resistem corajosamente pela graça de Cristo. Bem pelo contrário, "aquele que tiver combatido segundo as regras será coroado" *(2 Tm* 2, 5)» (62).

«UMA NOVA CRIATURA»

1265 O Baptismo não somente purifica de todos os pecados, como faz também do neófito «uma nova criatura» (63), um filho adoptivo de Deus (64), tornado «participante da natureza divina» (65), membro de Cristo (66) e co-herdeiro com Ele (67), templo do Espírito Santo (68).

1266. A Santíssima Trindade confere ao baptizado *a graça santificante,* a graça *da justificação,* que:

– o torna capaz de crer em Deus, esperar n'Ele e O amar,
pelas *virtudes teologais;*
– lhe dá o poder de viver e agir sob a moção do Espírito Santo e
pelos *dons do Espírito Santo;*
– lhe permite crescer no bem, pelas *virtudes morais.* Assim, todo o
organismo da vida sobrenatural do cristão tem a sua raiz no santo
Baptismo.

INCORPORADOS NA IGREJA, CORPO DE CRISTO

1267. O Baptismo faz de nós membros do corpo de Cristo. «Desde então [...], somos nós membros uns dos outros.» *(Ef* 4, 25). O Baptismo incorpora *na Igreja.* Das fontes baptismais nasce o único povo de Deus da Nova Aliança, que ultrapassa todos os limites

naturais ou humanos das nações, das culturas, das raças e dos sexos: «Por isso é que todos nós fomos baptizados num só Espírito, para formarmos um só corpo» (1 *Cor* 12, 13).

1268. Os baptizados tornaram-se «pedras vivas» para «a edificação dum edifício espiritual, para um sacerdócio santo» (*1 Pe* 2, 5). Pelo Baptismo, participam no sacerdócio de Cristo, na sua missão profética e real, são «raça eleita, sacerdócio de reis, nação santa, povo que Deus tornou seu», para anunciar os louvores d'Aquele que os «chamou das trevas à sua luz admirável» *(1 Pe* 2, 9). *O Baptismo confere a participação no sacerdócio comum dos fiéis.*

1269. Feito membro da Igreja, o baptizado já não se pertence a si próprio (69) mas Aquele que morreu e ressuscitou por nós (70). A partir daí, é chamado a submeter-se aos outros (71), a servi-los (72) na comunhão da Igreja, a ser «obediente e dócil» aos chefes da Igreja (73) e a considerá-los com respeito e afeição (74). Assim como o Baptismo é fonte de responsabilidade e deveres, assim também o baptizado goza de direitos no seio da Igreja: direito a receber os sacramentos, a ser alimentado com a Palavra de Deus e a ser apoiado com outras ajudas espirituais da Igreja (75).

1270. Os baptizados, «regenerados [pelo Baptismo] para serem filhos de Deus, devem confessar diante dos homens a fé que de Deus receberam por meio da Igreja» e participar na actividade apostólica e missionária do povo de Deus (77).

O VÍNCULO SACRAMENTAL DA UNIDADE DOS CRISTÃOS

1271. O Baptismo constitui o fundamento da comunhão entre todos os cristãos, mesmo com aqueles que ainda não estão em plena comunhão com a Igreja Católica: «Pois aqueles que crêem em Cristo e foram devidamente baptizados, estão numa certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja Católica justificados no Baptismo pela fé, são incorporados em Cristo, e, por isso, com direito se honram com o nome de cristãos e justamente são reconhecidos pelos filhos da Igreja Católica como irmãos no Senhor» (78). «O

Baptismo, pois, constitui *o vínculo sacramental da unidade* vigente entre todos os que por ele foram regenerados» (79).

UMA MARCA ESPIRITUAL INDELÉVEL...

1272. Incorporado em Cristo pelo Baptismo, o baptizado é configurado com Cristo (80). O Baptismo marca o cristão com um selo espiritual indelével *(«charactere»)* da sua pertença a Cristo. Esta marca não é apagada por nenhum pecado, embora o pecado impeça o Baptismo de produzir frutos de salvação (81). Ministrado uma vez por todas, o Baptismo não pode ser repetido.

1273. Incorporados na Igreja pelo Baptismo, os fiéis receberam o carácter sacramental que os consagra para o culto religioso cristão (82). O selo baptismal capacita e compromete os cristãos a servir a Deus mediante uma participação viva na santa liturgia da Igreja, e a exercer o seu sacerdócio baptismal pelo testemunho duma vida santa e duma caridade eficaz (83).

1274. O *«selo do Senhor» («dominicus character»)* (84) é o selo com que o Espírito Santo nos marcou «para o dia da redenção» *(Ef* 4, 30) (85). «O Baptismo é, efectivamente, o selo da vida eterna» (86). O fiel que tiver «guardado o selo» até ao fim, quer dizer, que tiver permanecido fiel às exigências do seu Baptismo, poderá partir «marcado pelo sinal da fé» (87), com a fé do seu Baptismo, na expectativa da visão bem-aventurada de Deus – consumação da fé – e na esperança da ressurreição.

Resumindo:

1275. *A iniciação cristã faz-se pelo conjunto de três sacramentos: o Baptismo, que é o princípio da vida nova; a Confirmação, que é a consolidação da mesma vida; e a Eucaristia, que alimenta o discípulo com o corpo e sangue de Cristo, em vista da sua transformação n'Ele.*

1276. *«Ide, pois, fazei discípulos de todas as nações, baptizai-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e ensinai-os a cumprir tudo quanto vos mandei» (Mt 28, 19-20).*

1277. *O Baptismo constitui o nascimento para a vida nova em Cristo. Segundo a vontade do Senhor; ele é necessário para a salvação, como a própria Igreja, na qual o Baptismo introduz.*

1278. *O rito essencial do Baptismo consiste em mergulhar na água o candidato ou em derramar água sobre a sua cabeça, pronunciando a invocação da Santíssima Trindade, isto é, do Pai e do Filho e do Espírito Santo.*

1279. *O fruto do Baptismo ou graça baptismal é uma realidade rica que inclui: a remissão do pecado original e de todos os pecados pessoais; o renascimento para uma vida nova, pela qual o homem se torna filho adoptivo do Pai, membro de Cristo, templo do Espírito Santo. Por esse facto, o baptizado é incorporado na Igreja, corpo de Cristo, e tornado participante do sacerdócio de Cristo.*

1280. *O Baptismo imprime na alma um sinal espiritual indelével, o carácter; que consagra o baptizado para o culto da religião cristã. Por causa do carácter; o Baptismo não pode ser repetido* (88).

1281*. Os que sofrem a morte por causa da fé, os catecúmenos e todos aqueles que, sob o impulso da graça, sem conhecerem a Igreja, procuram sinceramente a Deus e se esforçam por cumprir a sua vontade, podem salvar-se, mesmo sem terem recebido o Baptismo* (89).

1282. *Desde os tempos mais antigos, o Baptismo é administrado às crianças, visto ser uma graça e um dom de Deus que não supõem méritos humanos; as crianças são baptizadas na fé da Igreja. A entrada na vida cristã dá acesso à verdadeira liberdade.*

1283. *Quanto às crianças que morrem sem Baptismo, a Liturgia da Igreja convida-nos a ter confiança na misericórdia divina e a rezar pela sua salvação.*

1284. *Em caso de necessidade, qualquer pessoa pode baptizar, desde que tenha a intenção de fazer o que a Igreja faz e derrame água sobre a cabeça do candidato, dizendo: «Eu te baptizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo».*

ARTIGO 2: O SACRAMENTO DA CONFIRMAÇÃO

1285. Com o Baptismo e a Eucaristia, o sacramento da Confirmação constitui o conjunto dos «sacramentos da iniciação cristã», cuja unidade deve ser salvaguardada. Por isso, é preciso explicar aos fiéis que a recepção deste sacramento é necessária para a plenitude da graça baptismal (90). Com efeito, os baptizados «pelo sacramento da Confirmação, são mais perfeitamente vinculados à Igreja, enriquecidos com uma força especial do Espírito Santo e deste modo ficam mais estritamente obrigados a difundir e a defender a fé por palavras e obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo» (91).

I. A Confirmação na economia da salvação

1286. No *Antigo Testamento,* os profetas anunciaram que o Espírito do Senhor repousaria sobre o Messias esperado (92), em vista da sua missão salvífica (93). A descida do Espírito Santo sobre Jesus, aquando do seu baptismo por João, foi o sinal de que era Ele o que havia de vir, de que era o Messias, o Filho de Deus (94). Concebido pelo poder do Espírito Santo, toda a sua vida e toda a sua missão se realizam numa comunhão total com o mesmo Espírito Santo, que o Pai Lhe dá «sem medida» *(Jo* 3, 34).

1287. Ora, esta plenitude do Espírito não devia permanecer unicamente no Messias: devia ser comunicada *a todo o povo messiânico* (95). Repetidas vezes, Cristo prometeu esta efusão do Espírito promessa que cumpriu, primeiro no dia de Páscoa (97) e depois, de modo mais esplêndido, no dia de Pentecostes (98). Cheios do Espírito Santo, os Apóstolos começaram a proclamar «as maravilhas de Deus» *(Act 2,* 11) e Pedro declarou que esta efusão do Espírito era o sinal dos tempos messiânicos (99). Aqueles que então acreditaram na pregação apostólica, e se fizeram baptizar, receberam, por seu turno, o dom do Espírito Santo (100).

1288. «A partir de então, os Apóstolos, para cumprirem a vontade de Cristo, comunicaram aos neófitos, pela imposição das mãos, o dom do Espírito para completar a graça do Baptismo (101). É por

isso que, na Epístola aos Hebreus, se menciona, entre os elementos da primeira instrução cristã, a doutrina sobre os Baptismos e também sobre a imposição das mãos (102). A imposição das mãos é justificadamente reconhecida, pela Tradição católica, como a origem do sacramento da Confirmação que, de certo modo, perpetua na Igreja a graça do Pentecostes» (103).

1289. Bem cedo, para melhor significar o dom do Espírito Santo, se acrescentou à imposição das mãos uma unção com óleo perfumado (crisma). Esta unção ilustra o nome de «cristão», que significa «ungido»,e que vai buscar a sua origem ao próprio nome de Cristo, aquele que «Deus ungiu com o Espírito Santo» *(Act* 10, 38). E este rito da unção mantém-se até aos nossos dias, tanto no Oriente como no Ocidente. É por isso que, no Oriente, este sacramento se chama*crismação* (= unção do crisma), ou *myron,* que significa «crisma». No Ocidente, o nome de*Confirmação* sugere que este sacramento confirma o Baptismo e, ao mesmo tempo, consolida a graça baptismal.

DUAS TRADIÇÕES: O ORIENTE E O OCIDENTE

1290. Nos primeiros séculos, a Confirmação constitui geralmente uma única celebração com o Baptismo, formando com ele, segundo a expressão de São Cipriano, um «sacramento duplo» (104). Entre outras razões, a multiplicação dos baptismos de crianças, e isto em qualquer tempo do ano, e a multiplicação das paróquias (rurais), ampliando as dioceses, deixaram de permitir a presença do bispo em todas as celebrações baptismais. No Ocidente, porque se desejava reservar ao bispo o completar do Baptismo, instaurou-se a separação, no tempo, dos dois sacramentos. O Oriente conservou unidos os dois sacramentos, de tal modo que a Confirmação é dada pelo sacerdote que baptiza. Este, no entanto, só o pode fazer com o «myron» consagrado por um bispo (105).

1291. Um costume da Igreja de Roma facilitou a expansão da prática ocidental, graças a uma dupla unção com o santo crisma, depois do baptismo: a unção já feita pelo sacerdote ao neófito ao sair do banho baptismal é completada por uma segunda unção, feita pelo bispo na

fronte de cada um dos novos baptizados (106). A primeira unção com o santo crisma, feita pelo sacerdote, ficou ligada ao rito baptismal e significa a participação do baptizado nas funções profética, sacerdotal e real de Cristo. Se o Baptismo é conferido a um adulto, há apenas uma unção pós-baptismal: a da Confirmação.

1292. A prática das Igrejas do Oriente sublinha mais a unidade da iniciação cristã. A da Igreja latina exprime, com maior nitidez, a comunhão do novo cristão com o seu bispo, garante e servidor da unidade da sua Igreja, da sua catolicidade e da sua apostolicidade; e assim, a ligação com as origens apostólicas da Igreja de Cristo.

II. Os sinais e o rito da Confirmação

1293. No rito deste sacramento, convém considerar o sinal da *unção e* o que essa unção designa e imprime: *o selo* espiritual.

A unção, na simbologia bíblica e antiga, é rica de numerosas significações: o óleo é sinal de abundância (107) e de alegria (108), purifica (unção antes e depois do banho) e torna ágil (unção dos atletas e lutadores): é sinal de cura, pois suaviza as contusões e as feridas (109) e torna radiante de beleza, saúde e força.

1294. Todos estes significados da unção com óleo se reencontram na vida sacramental. A unção antes do Baptismo, com o óleo dos catecúmenos, significa purificação e fortalecimento; a unção dos enfermos exprime cura e conforto. A unção com o santo crisma depois do Baptismo, na Confirmação e na Ordenação, é sinal duma consagração. Pela Confirmação, os cristãos, quer dizer, os que são ungidos, participam mais na missão de Jesus Cristo e na plenitude do Espírito Santo de que Ele está repleto, a fim de que toda a sua vida espalhe «o bom odor de Cristo» (110)

1295. Por esta unção, o confirmando recebe «a marca», *o selo* do Espírito Santo. O selo é o símbolo da pessoa (111), sinal da sua autoridade (112), da sua propriedade sobre um objecto (113). Era assim que se marcavam os soldados com o selo do seu chefe e também os escravos com o do seu dono. O selo autentica um acto

jurídico (114) ou um documento (115) e, eventualmente, torna-o secreto (116).

1296. O próprio Cristo se declara marcado com o selo do Pai (117). O cristão também está marcado com um selo: «Foi Deus que nos concedeu a unção, nos marcou também com o seu selo e depôs as arras do Espírito em nossos corações» (2 *Cor* 1, 21-22) (118). Este selo do Espírito Santo marca a pertença total a Cristo, a entrega para sempre ao seu serviço, mas também a promessa da protecção divina na grande prova escatológica (119).

A CELEBRAÇÃO DA CONFIRMAÇÃO

1297. Um momento importante que precede a celebração da Confirmação, mas que, de certo modo, faz parte dela, é a *consagração do santo crisma.* É o bispo que, em Quinta-Feira Santa, no decorrer da missa crismal, consagra o santo crisma para toda a sua diocese. Nas Igrejas do Oriente, esta consagração é mesmo reservada ao Patriarca:

A liturgia de Antioquia exprime assim a epiclese da consagração do santo crisma (myron, em grego): «[Pai (...), envia o Teu Espírito Santo] sobre nós e sobre este óleo que está diante de nós e consagra-o, para que seja para todos os que com ele forem ungidos e marcados, myron santo, myron sacerdotal, myron real, unção de alegria, a veste da luz, o manto da salvação, o dom espiritual, a santificação das almas e dos corpos, a felicidade imperecível, o selo indelével, o escudo da fé, o capacete invencível contra todas as obras do Adversário» (120).

1298. Quando a Confirmação é celebrada separadamente do Baptismo, como acontece no rito romano, a Liturgia do sacramento começa pela renovação das promessas do Baptismo e pela profissão de fé dos confirmandos. Assim se evidencia claramente que a Confirmação se situa na continuação do Baptismo (121). No caso do Baptismo dum adulto, este recebe imediatamente a Confirmação e participa na Eucaristia (122).

1299. No rito romano, o bispo estende as mãos sobre o grupo dos confirmandos, gesto que, desde o tempo dos Apóstolos, é sinal do dom do Espírito. E o bispo invoca assim a efusão do Espírito:

«Deus todo-poderoso, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, pela água e pelo Espírito Santo, destes uma vida nova a estes vossos servos e os libertastes do pecado, enviai sobre eles o Espírito Santo Paráclito; dai-lhes, Senhor, o espírito de sabedoria e de inteligência, o espírito de conselho e de fortaleza, o espírito de ciência e de piedade, e enchei-os do espírito do vosso temor. Por nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho, que é Deus convosco na unidade do Espírito Santo» (123).

1300. Segue-se *o rito essencial* do sacramento. No rito latino, «o sacramento da Confirmação é conferido pela unção do santo crisma sobre a fronte, feita com a imposição da mão, e por estas palavras: *«Accipe signaculum doni Spiritus Sancti* – Recebe por este sinal o Espírito Santo, o Dom de Deus» (124). Nas Igrejas orientais de rito bizantino, a unção do *myron* faz-se depois duma oração de epiclese, sobre as partes mais significativas do corpo: a fronte, os olhos, o nariz, os ouvidos, os lábios, o peito, as costas, as mãos e os pés, sendo cada unção acompanhada da fórmula: «Σφραγίζ δωραζ Πυεύματζ Άγίου» *(«Signaculum doni Spiritus Sancti* – Selo do dom que é o Espírito Santo») (125).

1301. O ósculo da paz, com que termina o rito do sacramento, significa e manifesta a comunhão eclesial com o bispo e com todos os fiéis (126).

III. Os efeitos da Confirmação

1302. Ressalta desta celebração que o efeito do sacramento da Confirmação é uma efusão especial do Espírito Santo, tal como outrora foi concedida aos Apóstolos, no dia de Pentecostes.

1303. Por esse facto, a Confirmação proporciona crescimento e aprofundamento da graça baptismal:

– enraíza-nos mais profundamente na filiação divina, que nos leva a dizer « Abba! Pai!» *(Rm 8,* 15);
– une-nos mais firmemente a Cristo;
– aumenta em nós os dons do Espírito Santo;
– torna mais perfeito o laço que nos une à Igreja (127);
– dá-nos uma força especial do Espírito Santo para propagarmos e defendermos a fé, pela palavra e pela acção, como verdadeiras testemunhas de Cristo, para confessarmos com valentia o nome de Cristo, e para nunca nos envergonharmos da cruz (128):

«Lembra-te, pois, de que recebeste o sinal espiritual, o espírito de sabedoria e de entendimento, o espírito de conselho e de fortaleza, o espírito de ciência e de piedade, o espírito do santo temor, e guarda o que recebeste. Deus Pai marcou-te com o seu sinal, o Senhor Jesus Cristo confirmou-te e pôs no teu coração o penhor do Espírito» (129).

1304. Tal como o Baptismo, de que é a consumação, a Confirmação é dada uma só vez. Com efeito, a Confirmação imprime na alma *uma marca espiritual indelével, o* «carácter» (130), que é sinal de que Jesus Cristo marcou um cristão com o selo do seu Espírito, revestindo-o da fortaleza do Alto, para que seja sua testemunha (131).

1305. O «carácter» aperfeiçoa o sacerdócio comum dos fiéis, recebido no Baptismo, e «o confirmado recebe a força de confessar a fé de Cristo publicamente e como em virtude dum encargo oficial *(quasi ex officio)»* (132).

IV. Quem pode receber este sacramento?

1306. Todo o baptizado ainda não confirmado pode e deve receber o sacramento da Confirmação (133). Uma vez que Baptismo, Confirmação e Eucaristia formam uma unidade, segue-se que «os fiéis têm obrigação de receber este sacramento no tempo devido» (134), porque, sem a Confirmação e a Eucaristia, o sacramento do Baptismo é, sem dúvida, válido e eficaz, mas a iniciação cristã fica incompleta.

1307. O costume latino, desde há séculos, aponta «a idade da discrição» como ponta de referência para se receber a Confirmação. Em perigo de morte, porém, devem confirmar-se as crianças, mesmo que ainda não tenham atingido a idade da discrição (135).

1308. Se por vezes se fala da Confirmação como «sacramento da maturidade cristã», não deve, no entanto, confundir-se a idade adulta da fé com a idade adulta do crescimento natural, nem esquecer-se que a graça baptismal é uma graça de eleição gratuita e imerecida, que não precisa duma «ratificação» para se tornar efectiva. São Tomás recorda isso mesmo:

«A idade do corpo não constitui um prejuízo para a alma. Por isso, mesmo na infância, o homem pode receber a perfeição da idade espiritual de que fala a Sabedoria (4, 8): «A velhice honrada não é a que dão os longos dias, nem se avalia pelo número dos anos». E foi assim que muitas crianças, graças à fortaleza do Espírito Santo que tinham recebido, lutaram corajosamente e até ao sangue por Cristo» (136).

1309. A *preparação* para a Confirmação deve ter por fim conduzir o cristão a uma união mais íntima com Cristo e a uma familiaridade mais viva com o Espírito Santo, com a sua acção, os seus dons e os seus apelos, para melhor assumir as responsabilidades apostólicas da vida cristã. Desse modo, a catequese da Confirmação deve esforçar-se por despertar o sentido de pertença à Igreja de Jesus Cristo, tanto à Igreja universal como à comunidade paroquial. Esta última tem uma responsabilidade particular na preparação dos confirmandos (137).

1310. Para receber a Confirmação é preciso estar em estado de graça. Convém recorrer ao sacramento da Penitência para ser purificado, em vista do dom do Espírito Santo. E uma oração mais intensa deve preparar para receber com docilidade e disponibilidade a força e as graças do Espírito Santo (138).

1311. Tanto para a Confirmação, como para o Baptismo, convém que os candidatos procurem a ajuda espiritual dum *padrinho ou* de

uma *madrinha.* É conveniente que seja o mesmo do Baptismo, para marcar bem a unidade dos dois sacramentos (139).

V. O ministro da Confirmação

1312. O *ministro originário* da Confirmação é o bispo (140).

No Oriente, é ordinariamente o sacerdote que baptiza quem imediatamente confere a Confirmação, numa só e mesma celebração. Fá-lo, no entanto, com o santo crisma consagrado pelo patriarca ou pelo bispo, o que exprime a unidade apostólica da Igreja, cujos laços são reforçados pelo sacramento da Confirmação. Na Igreja latina aplica-se a mesma disciplina nos baptismos de adultos ou quando é admitido à plena comunhão com a Igreja um baptizado de outra comunidade cristã, que não tenha recebido validamente o sacramento da Confirmação (141).

1313. *No rito latino,* o ministro ordinário da Confirmação é o bispo (142). Mesmo que o bispo possa, em caso de necessidade, conceder a presbíteros a faculdade de administrar a Confirmação (143), é conveniente que seja ele mesmo a conferi-la, não se esquecendo de que foi por esse motivo que a celebração da Confirmação foi separada, no tempo, da do Baptismo. Os bispos são os sucessores dos Apóstolos e receberam a plenitude do sacramento da Ordem. A administração deste sacramento feita por eles, realça que ele tem como efeito unir mais estreitamente aqueles que o recebem à Igreja, às suas origens apostólicas e à sua missão de dar testemunho de Cristo.

1314. Se um cristão estiver em perigo de morte, qualquer sacerdote pode conferir-lhe a Confirmação (144). De facto, é vontade da Igreja que nenhum dos seus filhos, mesmo pequenino, parta deste mundo sem ter sido levado à perfeição pelo Espírito Santo com o dom da plenitude de Cristo.

Resumindo:

1315. *«Quando os Apóstolos que estavam em Jerusalém ouviram dizer que a Samaria recebera a Palavra de Deus, enviaram-lhe*

Pedro e João. Quando chegaram lá, rezaram pelos samaritanos para que recebessem o Espírito Santo, que ainda não tinha descido sobre eles. Apenas tinham sido baptizados em nome do Senhor Jesus. Então impunham-lhes as mãos e eles recebiam o Espírito Santo» (Act 8, 14-17).

1316. *A Confirmação completa a graça baptismal; ela é o sacramento que dá o Espírito Santo, para nos enraizar mais profundamente na filiação divina, incorporar-nos mais solidamente em Cristo, tornar mais firme o laço que nos prende à Igreja, associar-nos mais à sua missão e ajudar-nos a dar testemunho da fé cristã pela palavra, acompanhada de obras.*

1317. *A Confirmação, tal como o Baptismo, imprime na alma do cristão um sinal espiritual ou carácter indelével; é por isso que só se pode receber este sacramento uma vez na vida.*

1318. *No Oriente, este sacramento é administrado imediatamente a seguir ao Baptismo e é seguido da participação na Eucaristia; esta tradição põe em relevo a unidade dos três sacramentos da iniciação cristã. Na Igreja latina, este sacramento é administrado quando se atinge a idade da razão e ordinariamente a sua celebração é reservada ao bispo, significando assim que este sacramento vem robustecer o vínculo eclesial.*

1319. *O candidato à Confirmação, que atingiu a idade da razão, deve professar a fé, estar em estado de graça, ter a intenção de receber o sacramento e estar preparado para assumir o seu papel de discípulo e testemunha de Cristo, na comunidade eclesial e nos assuntos temporais.*

1320. *O rito essencial da Confirmação é a unção com o santo crisma na fronte do baptizado (no Oriente também em outros órgãos dos sentidos), com a imposição da mão do ministro e as palavras:* «Accipe signaculum doni Spiritus Sancti – *Recebe por este sinal o Espírito Santo, o Dom de Deus» (no rito Romano) ou:* «Signaculum doni Spiritus Sancti – *Selo do dom que é o Espírito Santo» (no rito Bizantino).*

1321. *Quando a Confirmação é celebrada separadamente do Baptismo, a sua ligação com este sacramento é expressa, entre outras coisas, pela renovação dos compromissos baptismais. A celebração da Confirmação no decorrer da Eucaristia contribui para sublinhar a unidade dos sacramentos da iniciação cristã.*

ARTIGO 3: O SACRAMENTO DA EUCARISTIA

1322. A sagrada Eucaristia completa a iniciação cristã. Aqueles que foram elevados à dignidade do sacerdócio real pelo Baptismo e configurados mais profundamente com Cristo pela Confirmação, esses, por meio da Eucaristia, participam, com toda a comunidade, no próprio sacrifício do Senhor.

1323. «O nosso Salvador instituiu na última ceia, na noite em que foi entregue, o sacrifício eucarístico do seu corpo e sangue, para perpetuar pelo decorrer dos séculos, até voltar, o sacrifício da cruz, confiando à Igreja, sua esposa amada, o memorial da sua morte e ressurreição: sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade, banquete pascal em que se recebe Cristo, a alma se enche de graça e nos é dado o penhor da glória futura» (145).

I. A Eucaristia – fonte e cume da vida eclesial

1324. A Eucaristia é «fonte e cume de toda a vida cristã» (146). «Os restantes sacramentos, assim como todos os ministérios eclesiásticos e obras de apostolado, estão vinculados com a sagrada Eucaristia e a ela se ordenam. Com efeito, na santíssima Eucaristia está contido todo o tesouro espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo, nossa Páscoa» (147).

1325. «A comunhão de vida com Deus e a unidade do povo de Deus, pelas quais a Igreja é o que é, são significados e realizados pela Eucaristia. Nela se encontra o cume, ao mesmo tempo, da acção pela qual Deus, em Cristo, santifica o mundo, e do culto que no Espírito Santo os homens prestam a Cristo e, por Ele, ao Pai» (148).

1326. Enfim, pela celebração eucarística, unimo-nos desde já à Liturgia do céu e antecipamos a vida eterna, quando «Deus for tudo em todos» *(1 Cor* 15, 18).

1327. Em síntese, a Eucaristia é o resumo e a súmula da nossa fé: «A nossa maneira de pensar está de acordo com a Eucaristia: e, por sua vez, a Eucaristia confirma a nossa maneira de pensar» (149).

II. Como se chama este sacramento?

1328. A riqueza inesgotável deste sacramento exprime-se nos diferentes nomes que lhe são dados. Cada um destes nomes evoca alguns dos seus aspectos. Chama-se:
Eucaristia, porque é acção de graças a Deus. As palavras« *eucharistein» (Lc* 22, 19; *1 Cor* 11, 24) *e «eulogein» (Mt* 26, 26; *Mc* 14, 22) lembram as bênçãos judaicas que proclamam – sobretudo durante a refeição – as obras de Deus: a criação, a redenção e a santificação.

1329. *Ceia do Senhor* (150), porque se trata da *ceia* que o Senhor comeu com os discípulos na véspera da sua paixão e da antecipação do *banquete nupcial do Cordeiro* (151) na Jerusalém celeste.

Fracção do Pão, porque este rito, próprio da refeição dos judeus, foi utilizado por Jesus quando abençoava e distribuía o pão como chefe de família (152), sobretudo aquando da última ceia (153) . É por este gesto que os discípulos O reconhecerão depois da sua ressurreição (154) e é com esta expressão que os primeiros cristãos designarão as suas assembleias eucarísticas (155). Querem com isso significar que todos os que comem do único pão partido, Cristo, entram em comunhão com Ele e formam um só corpo n'Ele (156).

Assembleia eucarística («sýnaxis»), porque a Eucaristia é celebrada em assembleia de fiéis, expressão visível da Igreja (157).

1330. *Memorial* da paixão e ressurreição do Senhor.

Santo Sacrifício, porque actualiza o único sacrifício de Cristo Salvador e inclui a oferenda da Igreja; ou ainda *santo Sacrifício da Missa, «Sacrifício de louvor» (Heb* 13, 15) (158),*Sacrifício espiritual*

*(*159) *Sacrifício puro* (160) *e santo,* pois completa e ultrapassa todos os sacrifícios da Antiga Aliança.

Santa e divina Liturgia, porque toda a liturgia da Igreja encontra o seu centro e a sua expressão mais densa na celebração deste sacramento; no mesmo sentido se lhe chama também celebração dos *Santos Mistérios.* Fala-se igualmente do *Santíssimo Sacramento,* porque é o sacramento dos sacramentos. E, com este nome, se designam as espécies eucarísticas guardadas no sacrário.

1331. *Comunhão, pois* é por este sacramento que nos unimos a Cristo, o qual nos torna participantes do seu corpo e do seu sangue, para formarmos um só corpo (161); chama-se ainda*as coisas santas («tà hágia»; «sancta»)* (162) – é o sentido primário da «comunhão dos santos» de que fala o Símbolo dos Apóstolos – , *pão dos anjos, pão do céu, remédio da imortalidade*(163), *viático**...***

1332. *Santa Missa,* porque a liturgia em que se realiza o mistério da salvação termina com o envio dos fiéis («missio»), para que vão cumprir a vontade de Deus na sua vida quotidiana.

III. A Eucaristia na economia da salvação

OS SINAIS DO PÃO E DO VINHO

1333. No centro da celebração da Eucaristia temos o pão e o vinho que, pelas palavras de Cristo e pela invocação do Espírito Santo, se tornam o corpo e o sangue do mesmo Cristo. Fiel à ordem do Senhor, a Igreja continua a fazer, em memória d'Ele e até à sua vinda gloriosa, o que Ele fez na véspera da sua paixão: «Tomou o pão...», «Tomou o cálice com vinho...». Tornando-se misteriosamente o corpo e o sangue de Cristo, os sinais do pão e do vinho continuam a significar também a bondade da criação. Por isso, no ofertório [apresentação das oferendas], nós damos graças ao Criador pelo pão e pelo vinho (164), fruto «do trabalho do homem», mas primeiramente «fruto da terra» e «da videira», dons do Criador. A Igreja vê no gesto de Melquisedec, rei e sacerdote, que «ofereceu pão e vinho» *(Gn* 14, 18), uma prefiguração da sua própria oferenda (165).

1334. Na Antiga Aliança, o pão e o vinho são oferecidos em sacrifício entre as primícias da terra, em sinal de reconhecimento ao Criador. Mas também recebem uma nova significação no contexto do Êxodo: os pães ázimos que Israel come todos os anos na Páscoa, comemoram a pressa da partida libertadora do Egipto; a lembrança do maná do deserto recordará sempre a Israel que é do pão da Palavra de Deus que ele vive (166). Finalmente, o pão de cada dia é o fruto da terra prometida, penhor da fidelidade de Deus às suas promessas. O «cálice de bênção» *(1 Cor* 10, 16), no fim da ceia pascal dos judeus, acrescenta à alegria festiva do vinho uma dimensão escatológica – a da expectativa messiânica do restabelecimento de Jerusalém. Jesus instituiu a sua Eucaristia dando um sentido novo e definitivo à bênção do pão e do cálice.

1335. Os milagres da multiplicação dos pães, quando o Senhor disse a bênção, partiu e distribuiu os pães pelos seus discípulos para alimentar a multidão, prefiguram a superabundância deste pão único da sua Eucaristia (167). O sinal da água transformada em vinho em Caná (168) já anuncia a «Hora» da glorificação de Jesus. E manifesta o cumprimento do banquete das núpcias no Reino do Pai, onde os fiéis beberão do vinho novo (169) tornado sangue de Cristo.

1336. O primeiro anúncio da Eucaristia dividiu os discípulos, tal como o anúncio da paixão os escandalizou: «Estas palavras são insuportáveis! Quem as pode escutar?» *(Jo* 6, 60). A Eucaristia e a cruz são pedras de tropeço. É o mesmo mistério e não cessa de ser ocasião de divisão. «Também vos quereis ir embora?» *(Jo* 6, 67): esta pergunta do Senhor ecoa através dos tempos, como convite do seu amor a descobrir que só Ele tem «palavras de vida eterna» *(Jo* 6, 68) e que acolher na fé o dom da sua Eucaristia é acolhê-1'O a Ele próprio.

A INSTITUIÇÃO DA EUCARISTIA

1337. Tendo amado os seus, o Senhor amou-os até ao fim. Sabendo que era chegada a hora de partir deste mundo para regressar ao Pai, no decorrer duma refeição, lavou-lhes os pés e deu-lhes o mandamento do amor (170). Para lhes deixar uma garantia deste

amor, para jamais se afastar dos seus e para os tornar participantes da sua Páscoa, instituiu a Eucaristia como memorial da sua morte e da sua ressurreição, e ordenou aos seus Apóstolos que a celebrassem até ao seu regresso, «constituindo-os, então, sacerdotes do Novo Testamento» (171).

1338. Os três evangelhos sinópticos e São Paulo transmitiram-nos a narração da instituição da Eucaristia. Por seu lado, São João refere as palavras de Jesus na sinagoga de Cafarnaum, palavras que preparam a instituição da Eucaristia: Cristo designa-se a si próprio como o pão da vida, descido do céu (172).

1339. Jesus escolheu a altura da Páscoa para cumprir o que tinha anunciado em Cafarnaum: dar aos seus discípulos o seu corpo e o seu sangue:

«Veio o dia dos Ázimos, em que devia imolar-se a Páscoa. [Jesus] enviou então a Pedro e a João, dizendo: "Ide preparar-nos a Páscoa, para que a possamos comer" [...]. Partiram pois, [...] e prepararam a Páscoa. Ao chegar a hora, Jesus tomou lugar à mesa, e os Apóstolos com Ele. Disse-lhes então: "Tenho desejado ardentemente comer convosco esta Páscoa, antes de padecer. Pois vos digo que não voltarei a comê-la, até que ela se realize plenamente no Reino de Deus". [...] Depois, tomou o pão e, dando graças, partiu-o, deu-lho e disse-lhes: "Isto é o Meu corpo, que vai ser entregue por vós. Fazei isto em memória de Mim". No fim da ceia, fez o mesmo com o cálice e disse: "Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue, que vai ser derramado por vós"» *(Lc* 22, 7-20) (173).

1340. Celebrando a última ceia com os seus Apóstolos, no decorrer do banquete pascal, Jesus deu o seu sentido definitivo à Páscoa judaica. Com efeito, a passagem de Jesus para o seu Pai, pela sua morte e ressurreição – a Páscoa nova – é antecipada na ceia e celebrada na Eucaristia, que dá cumprimento a Páscoa judaica e antecipa a Páscoa final da Igreja na glória do Reino.

«FAZEI ISTO EM MEMÓRIA DE MIM»

1341. Ao ordenar que repetissem os seus gestos e palavras, «até que Ele venha» (*1 Cor* 11, 26), Jesus não pede somente que se lembrem d'Ele e do que Ele fez. Tem em vista a celebração litúrgica, pelos apóstolos e seus sucessores, do *memorial* de Cristo, da sua vida, morte, ressurreição e da sua intercessão junto do Pai.

1342. Desde o princípio, a Igreja foi fiel à ordem do Senhor. Da Igreja de Jerusalém está escrito:

«Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e às orações. [...] Todos os dias frequentavam o templo, como se tivessem uma só alma, e partiam o pão em suas casas; tomavam o alimento com alegria e simplicidade de coração» *(Act* 2, 42.46).

1343. Era sobretudo «no primeiro dia da semana», isto é, no dia de domingo, dia da ressurreição de Jesus, que os cristãos se reuniam «para partir o pão» *(Act* 20, 7). Desde esses tempos até aos nossos dias, a celebração da Eucaristia perpetuou-se, de maneira que hoje a encontramos em toda a parte na Igreja com a mesma estrutura fundamental. Ela continua a ser o centro da vida da Igreja.

1344. Assim, de celebração em celebração, anunciando o mistério pascal de Jesus «até que Ele venha» *(1Cor* 11, 26), o Povo de Deus em peregrinação «avança pela porta estreita da cruz» (174) para o banquete celeste, em que todos os eleitos se sentarão à mesa do Reino.

IV. A celebração litúrgica da Eucaristia

A MISSA DE TODOS OS SÉCULOS

1345. Desde o século II, temos o testemunho de São Justino, mártir, sobre as grandes linhas do desenrolar da celebração eucarística. Permaneceram as mesmas até aos nossos dias, em todas as grandes famílias litúrgicas. Eis o que ele escreve, cerca do ano 155, para explicar ao imperador pagão Antonino Pio (138-161) o que fazem os cristãos:

«No dia que chamam Dia do Sol, realiza-se a reunião num mesmo lugar de todos os que habitam a cidade ou o campo.
Lêem-se as memórias dos Apóstolos e os escritos dos Profetas, tanto quanto o tempo o permite.
Quando o leitor acabou, aquele que preside toma a palavra para incitar e exortar à imitação dessas belas coisas.
Em seguida, levantamo-nos todos juntamente e fazemos orações» (175) «por nós mesmos [...] e por todos os outros, [...] onde quer que estejam, para que sejamos encontrados justos por nossa vida e acções, e fiéis aos mandamentos, e assim obtenhamos a salvação eterna.
Terminadas as orações, damo-nos um ósculo uns aos outros.
Depois, apresenta-se àquele que preside aos irmãos pão e uma taça de água e vinho misturados.
Ele toma-os e faz subir louvor e glória ao Pai do universo, pelo nome do Filho e do Espírito Santo, e dá graças (em grego: *eucharistian)* longamente, por termos sido julgados dignos destes dons.
Quando ele termina as orações e acções de graças, todo o povo presente aclama: *Ámen.*
[...] Depois de aquele que preside ter feito a acção de graças e de o povo ter respondido, aqueles a que entre nós chamamos diáconos distribuem a todos os que estão presentes pão, vinho e água "eucaristizados" e também os levam aos ausentes» (176).

1346. A liturgia eucarística processa-se em conformidade com uma estrutura fundamental, que se tem conservado através dos séculos até aos nossos dias. Desdobra-se em dois grandes momentos, que formam basicamente uma unidade:

– a reunião, *a liturgia da Palavra, com as* leituras, a homilia e a oração universal;
– *a liturgia eucarística,* com a apresentação do pão e do vinho, a acção de graças consecratória e a comunhão.

Liturgia da Palavra e liturgia eucarística constituem juntas "um só e mesmo acto de culto" (177). Com efeito, a mesa posta para nós na

Eucaristia é, ao mesmo tempo, a da Palavra de Deus e a do corpo do Senhor (178).

1347. Não é esse também o dinamismo da refeição pascal de Jesus Ressuscitado com os seus discípulos? Enquanto caminhavam, Ele explicava-lhes as Escrituras; depois, pondo-Se à mesa com eles, «tomou o pão, proferiu a bênção, partiu-o e deu-lho» (179).

O DESENROLAR DA CELEBRAÇÃO

1348. *Todos se reúnem*. Os cristãos acorrem a um mesmo lugar para a assembleia eucarística. A sua cabeça está o próprio Cristo, que é o actor principal da Eucaristia. Ele é o Sumo-Sacerdote da Nova Aliança. É Ele próprio que preside invisivelmente a toda a celebração eucarística. E é em representação d'Ele (agindo «*in persona Christi capitis* – na pessoa de Cristo-Cabeça»), que o bispo ou o presbítero preside à assembleia, toma a palavra depois das leituras, recebe as oferendas e diz a oração eucarística. *Todos* têm a sua parte activa na celebração, cada qual a seu modo: os leitores, os que trazem as oferendas, os que distribuem a comunhão e todo o povo cujo *Ámen*manifesta a participação.

1349. A *liturgia da Palavra* comporta «os escritos dos Profetas», quer dizer, o Antigo Testamento, e «as Memórias dos Apóstolos» ou seja, as suas epístolas e os evangelhos. Depois da homilia, que é uma exortação a acolher esta Palavra como o que ela é na realidade, Palavra de Deus(180), e a pô-la em prática, vêm as intercessões por todos os homens, segundo a palavra do Apóstolo: «Recomendo, antes de tudo, que se façam preces, orações, súplicas e acções de graças, por todos os homens, pelos reis e por todos os que exercem autoridade» (*1 Tm* 2, 1-2).

1350. *A apresentação das oferendas* (ofertório): traz-se então para o altar, por vezes processionalmente, o pão e o vinho que vão ser oferecidos pelo sacerdote em nome de Cristo no sacrifício eucarístico, no qual se tornarão o seu corpo e o seu sangue. É precisamente o mesmo gesto que Cristo fez na última ceia, «tomando o pão e o cálice». «Só a Igreja oferece esta oblação pura

ao Criador, oferecendo-Lhe em acção de graças o que provém da sua criação» (181). A apresentação das oferendas no altar assume o gesto de Melquisedec e põe os dons do Criador nas mãos de Cristo. É Ele que, no seu sacrifício, leva à perfeição todas as tentativas humanas de oferecer sacrifícios.

1351. Desde o princípio, com o pão e o vinho para a Eucaristia, os cristãos trazem as suas ofertas para a partilha com os necessitados. Este costume, sempre actual, da *colecta* (182) inspira-se no exemplo de Cristo, que Se fez pobre para nos enriquecer (183):

«Os que são ricos e querem, dão, cada um conforme o que a si mesmo se impôs; o que se recolhe é entregue àquele que preside e ele, por seu turno, presta assistência aos órfãos, às viúvas, àqueles que a doença ou qualquer outra causa priva de recursos, aos prisioneiros, aos imigrantes, numa palavra, a todos os que sofrem necessidade» (184).

1352. *A anáfora:* Com a oração eucarística, oração de acção de graças e de consagração, chegamos ao coração e cume da celebração:

no *prefácio,* a Igreja dá graças ao Pai, por Cristo, no Espírito Santo, por todas as suas obras: pela criação, redenção e santificação. Toda a comunidade une, então, as suas vozes àquele louvor incessante que a Igreja celeste – os anjos e todos os santos – cantam ao Deus três vezes Santo:

1353. na *epiclese,* pede ao Pai que envie o seu Espírito Santo (ou o poder da sua bênção)(185)sobre o pão e o vinho, para que se tornem, pelo seu poder, o corpo e o sangue de Jesus Cristo, e para que os que participam na Eucaristia sejam um só corpo e um só espírito. (Algumas tradições litúrgicas colocam a epiclese depois da anamnese);

na *narração da instituição,* a força das palavras e da acção de Cristo e o poder do Espírito Santo tomam sacramentalmente presentes, sob as espécies do pão e do vinho, o corpo e o sangue

do mesmo Cristo, o seu sacrifício oferecido na cruz de uma vez por todas;

1354. na *anamnese* que se segue, a Igreja faz memória da paixão, ressurreição e regresso glorioso de Cristo Jesus: e apresenta ao Pai a oferenda do seu Filho, que nos reconcilia com Ele:

nas *intercessões,* a Igreja manifesta que a Eucaristia é celebrada em comunhão com toda a Igreja do céu e da terra, dos vivos e dos defuntos, e na comunhão com os pastores da Igreja: o Papa, o bispo da diocese, o seu presbitério e os seus diáconos, e todos os bispos do mundo inteiro com as suas Igrejas.

1355. Na *comunhão,* precedida da Oração do Senhor e da fracção do pão, os fiéis recebem «o pão do céu» e «o cálice da salvação», o corpo e o sangue de Cristo, que Se entregou «para a vida do mundo» (*Jo* 6, 51):

Porque este pão e este vinho foram, segundo a expressão antiga, «eucaristizados» (186), «chamamos a este alimento *Eucaristia;* e ninguém pode tomar parte nela se não acreditar na verdade do que entre nós se ensina, se não recebeu o banho para a remissão dos pecados e o novo nascimento e se não viver segundo os preceitos de Cristo» (187).

V. O sacrifício sacramental: acção de graças, memorial, presença

1356. Se os cristãos celebram a Eucaristia desde as origens e sob uma forma que, na sua substância não mudou através da grande diversidade dos tempos e das liturgias, é porque sabem que estão ligados pela ordem do Senhor, dada na véspera da sua paixão: «Fazei isto em memória de Mim» *(1 Cor* 11, 24-25).

1357. Esta ordem do Senhor, cumprimo-la celebrando o *memorial do seu sacrifício.* E fazendo-o, oferecemos ao Pai o que Ele próprio nos deu: os dons da sua criação, o pão e o vinho, transformados, pelo poder do Espírito Santo e pelas palavras de Cristo, no corpo e no

sangue do mesmo Cristo: assim Cristo torna-se real e misteriosamente *presente.*

1358. Temos, pois, de considerar a Eucaristia

– como acção de graças e louvor ao *Pai,*
– como memorial sacrificial de *Cristo e* do Seu corpo,
– como presença de Cristo pelo poder da sua Palavra e do seu *Espírito.*

A ACÇÃO DE GRAÇAS E O LOUVOR AO PAI

1359. A Eucaristia, sacramento da nossa salvação realizada por Cristo na cruz, é também um sacrifício de louvor em acção de graças pela obra da criação. No sacrifício eucarístico, toda a criação, amada por Deus, é apresentada ao Pai, através da morte e ressurreição de Cristo. Por Cristo, a Igreja pode oferecer o sacrifício de louvor em acção de graças por tudo o que Deus fez de bom, belo e justo, na criação e na humanidade.

1360. A Eucaristia é um sacrifício de acção de graças ao Pai, uma bênção pela qual a Igreja exprime o seu reconhecimento a Deus por todos os seus benefícios, por tudo o que Ele fez mediante a criação, a redenção e a santificação. Eucaristia significa, antes de mais, «acção de graças».

1361. A Eucaristia é também o sacrifício de louvor, pelo qual a Igreja canta a glória de Deus em nome de toda a criação. Este sacrifício de louvor só é possível através de Cristo: Ele une os fiéis à sua pessoa, ao seu louvor e à sua intercessão, de maneira que o sacrifício de louvor ao Pai ë oferecido *por* Cristo e *com* Cristo, para ser aceite *em* Cristo.

O MEMORIAL SACRIFICIAL DE CRISTO E DO SEU CORPO, A IGREJA

1362. A Eucaristia é o memorial da Páscoa de Cristo, a actualização e a oferenda sacramental do seu único sacrifício, na liturgia da Igreja que é o seu corpo. Em todas as orações eucarísticas encontramos,

depois das palavras da instituição, uma oração chamada *anamnese* ou memorial.

1363. No sentido que lhe dá a Sagrada Escritura, o *memorial* não é somente a lembrança dos acontecimentos do passado, mas a proclamação das maravilhas que Deus fez pelos homens (188). Na celebração litúrgica destes acontecimentos, eles tomam-se de certo modo presentes e actuais. É assim que Israel entende a sua libertação do Egipto: sempre que se celebrar a Páscoa, os acontecimentos do Êxodo tornam-se presentes à memória dos crentes, para que conformem com eles a sua vida.

1364. O memorial recebe um sentido novo no Novo Testamento. Quando a Igreja celebra a Eucaristia, faz memória da Páscoa de Cristo, e esta torna-se presente: o sacrifício que Cristo ofereceu na cruz uma vez por todas, continua sempre actual (189): «Todas as vezes que no altar se celebra o sacrifício da cruz, no qual "Cristo, nossa Páscoa, foi imolado", realiza-se a obra da nossa redenção» (190).

1365. Porque é o memorial da Páscoa de Cristo, *a Eucaristia é também um sacrifício.* O carácter sacrificial da Eucaristia manifesta-se nas próprias palavras da instituição: «Isto é o meu corpo, que vai ser entregue por vós» e «este cálice é a Nova Aliança no meu sangue, que vai ser derramado por vós» (*Lc* 22, 19-20). Na Eucaristia, Cristo dá aquele mesmo corpo que entregou por nós na cruz, aquele mesmo sangue que «derramou por muitos em remissão dos pecados» *(Mt*26, 28).

1366. A Eucaristia é, pois, um sacrifício, porque *representa* (torna presente) o sacrifício da cruz, porque é dele *o memorial e* porque *aplica* o seu fruto:

Cristo «nosso Deus e Senhor [...], ofereceu-Se a Si mesmo a Deus Pai uma vez por todas, morrendo como intercessor sobre o altar da cruz, para realizar em favor deles [homens] uma redenção eterna. No entanto, porque após a sua morte não se devia extinguir o seu sacerdócio *(Heb* 7, 24-27), na última ceia, "na noite em que foi

entregue" (1 *Cor* 11, 13). [...] Ele [quis deixar] à Igreja, sua esposa bem-amada, um sacrifício visível (como o exige a natureza humana), em que fosse representado o sacrifício cruento que ia realizar *uma* vez por todas na cruz, perpetuando a sua memória até ao fim dos séculos e aplicando a sua eficácia salvífica à remissão dos pecados que nós cometemos cada dia» (191).

1367. O sacrifício de Cristo e o sacrifício da Eucaristia são *um único sacrifício:* «É uma só e mesma vítima e Aquele que agora Se oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que outrora Se ofereceu a Si mesmo na cruz; só a maneira de oferecer é que é diferente» (192). E porque «neste divino sacrifício, que se realiza na missa, aquele mesmo Cristo, que a Si mesmo Se ofereceu outrora de modo cruento sobre o altar da cruz, agora está contido e é imolado de modo incruento [...], este sacrifício é verdadeiramente propiciatório» (193).

1368. *A Eucaristia é igualmente o sacrifício da Igreja. A* Igreja, que é o corpo de Cristo, participa na oblação da sua Cabeça. Com Ele, ela própria é oferecida integralmente. Ela une-se à sua intercessão junto do Pai em favor de todos os homens. Na Eucaristia, o sacrifício de Cristo torna-se também o sacrifício dos membros do seu corpo. A vida dos fiéis, o seu louvor, o seu sofrimento, a sua oração, o seu trabalho unem-se aos de Cristo e à sua oblação total, adquirindo assim um novo valor. O sacrifício de Cristo presente sobre o altar proporciona a todas as gerações de cristãos a possibilidade de se unirem à sua oblação.

Nas catacumbas, a Igreja é frequentemente representada como uma mulher em oração, de braços estendidos em atitude orante. Como Cristo, que estendeu os braços na cruz, assim, por Ele, com Ele e n'Ele, a Igreja oferece-se e intercede por todos os homens.

1369. *Toda a Igreja está unida à oblação e intercessão de Cristo.* Encarregado do ministério de Pedro na Igreja, o *Papa* está associado a toda e qualquer celebração da Eucaristia, na qual é nomeado como sinal e servidor da unidade da Igreja universal. O *bispo* do lugar é sempre responsável pela Eucaristia, mesmo

quando presidida por um *presbítero;* o seu nome é citado nela para significar a sua presidência da Igreja particular, no meio do presbitério e com a assistência dos*diáconos.* A comunidade intercede também por todos os ministros que, por ela e com ela, oferecem o sacrifício eucarístico:

«Seja tida como legítima somente aquela Eucaristia que é presidida pelo bispo ou por quem ele encarregou» (194).

«É pelo ministério dos presbíteros que o sacrifício espiritual dos fiéis se consuma em união com o sacrifício de Cristo. Mediador único, que é oferecido na Eucaristia de modo incruento e sacramental, pelas mãos deles, em nome de toda a Igreja, até quando o mesmo Senhor voltar» (195).

1370. À oblação de Cristo unem-se não só os membros que estão ainda neste mundo, mas também os que já estão *na glória do céu:* é em comunhão com a santíssima Virgem Maria e fazendo memória d'Ela, assim como de todos os santos e de todas as santas, que a Igreja oferece o sacrifício eucarístico. Na Eucaristia, a Igreja, com Maria, está como que ao pé da cruz, unida à oblação e à intercessão de Cristo.

1371. O sacrifício eucarístico é também oferecido *pelos fiéis defuntos,* «que morreram em Cristo e não estão ainda de todo purificados» (196), para que possam entrar na luz e na paz de Cristo:

«Enterrai este corpo não importa onde! Não vos dê isso qualquer cuidado! Tudo o que vos peço é que vos lembreis de mim diante do altar do Senhor, onde quer que estejais» (197).

«Depois [na anáfora], nós rezamos pelos santos padres e bispos falecidos, e em geral por todos aqueles que morreram antes de nós, certos de que isso será de grande proveito para as almas em favor das quais tal súplica se faz, enquanto está presente a vítima santa e temível [...]. Apresentando a Deus as nossas súplicas pelos que morreram, tenham embora sido pecadores, nós [...] apresentamos

Cristo imolado pelos nossos pecados, tornando assim propício, para eles e para nós, o Deus que é amigo dos homens» (198).

1372. Santo Agostinho resumiu admiravelmente esta doutrina que nos incita a uma participação cada vez mais perfeita no sacrifício do nosso Redentor que celebramos na Eucaristia:

«Toda esta cidade resgatada, ou seja, a assembleia e sociedade dos santos, é oferecida a Deus como um sacrifício universal pelo Sumo-Sacerdote que, sob a forma de servo, foi ao ponto de Se oferecer por nós na sua paixão, para fazer de nós corpo duma tal Cabeça [...] Tal é o sacrifício dos cristãos: "Nós que somos muitos, formamos em Cristo um só corpo" *(Rm* 12, 5). E este sacrifício, a Igreja não cessa de o renovar no sacramento do altar bem conhecido dos fiéis, em que lhe é mostrado que ela própria é oferecida naquilo que oferece» (199).

A PRESENÇA DE CRISTO PELO PODER DA SUA PALAVRA E DO ESPÍRITO SANTO

1373. «Jesus Cristo, que morreu, que ressuscitou, que está à direita de Deus, que intercede por nós» *(Rm* 8, 34), está presente na sua Igreja de múltiplos modos (200): na sua Palavra, na oração da sua Igreja, «onde dois ou três estão reunidos em Meu nome» *(Mt* 18, 20), nos pobres, nos doentes, nos prisioneiros (201), nos seus sacramentos, dos quais é o autor, no sacrifício da missa e na pessoa do ministro. Mas está presente *«sobretudo sob as espécies eucarísticas»* (202).

1374. O modo da presença de Cristo sob as espécies eucarísticas é único. Ele eleva a Eucaristia acima de todos os sacramentos e faz dela «como que a perfeição da vida espiritual e o fim para que tendem todos os sacramentos» (203). No santíssimo sacramento da Eucaristia estão «contidos,*verdadeira, real e substancialmente, o* corpo e o sangue, conjuntamente com a alma e a divindade de nosso Senhor Jesus Cristo e, por conseguinte, *Cristo completo»* (204). «Esta presença chama-se "real", não a título exclusivo como se as outras presenças não fossem "reais", mas por

excelência, porque é *substancial,* e porque por ela se torna presente Cristo completo, Deus e homem» (205).

1375. É pela *conversão* do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo que Ele Se torna presente neste sacramento. Os Padres da Igreja proclamaram com firmeza a fé da mesma Igreja na eficácia da Palavra de Cristo e da acção do Espírito Santo, para operar esta conversão. Assim, São João Crisóstomo declara:

«Não é o homem que faz com que as coisas oferecidas se tomem corpo e sangue de Cristo, mas o próprio Cristo, que foi crucificado por nós. O sacerdote, figura de Cristo, pronuncia estas palavras, mas a sua eficácia e a graça são de Deus. *Isto é o Meu corpo,* diz ele. Esta palavra transforma as coisas oferecidas» (206).

E Santo Ambrósio diz a respeito da mesma conversão:

Estejamos bem convencidos de que «isto não é o que a natureza formou, ruas o que a bênção consagrou, e de que a força da bênção ultrapassa a da natureza, porque pela bênção a própria natureza é mudada» (207). «A Palavra de Cristo, que pôde fazer do nada o que não existia, não havia de poder mudar coisas existentes no que elas ainda não eram? Porque não é menos dar às coisas a sua natureza original do que mudá-la» (208).

1376. O Concílio de Trento resume a fé católica declarando: «Porque Cristo, nosso Redentor, disse que o que Ele oferecia sob a espécie do pão era verdadeiramente o seu corpo, sempre na Igreja se teve esta convicção que o sagrado Concílio de novo declara: pela consagração do pão e do vinho opera-se a conversão de toda a substância do pão na substância do corpo de Cristo nosso Senhor, e de toda a substância do vinho na substância do seu sangue; a esta mudança, a Igreja católica chama, de modo conveniente e apropriado, *transubstanciação» (*209).

1377. A presença eucarística de Cristo começa no momento da consagração e dura enquanto as espécies eucarísticas subsistirem. Cristo está presente todo em cada uma das espécies e todo em

cada uma das suas partes, de maneira que a fracção do pão não divide Cristo (210).

1378. O *culto da Eucaristia.* Na liturgia da Missa, nós exprimimos a nossa fé na presença real de Cristo sob as espécies do pão e do vinho, entre outras maneiras, ajoelhando ou inclinando-nos profundamente em sinal de adoração do Senhor. «A Igreja Católica sempre prestou e continua a prestar este culto de adoração que é devido ao sacramento da Eucaristia, não só durante a missa, mas também fora da sua celebração: conservando com o maior cuidado as hóstias consagradas, apresentando-as aos fiéis para que solenemente as venerem, e levando-as em procissão» (211).

1379. A sagrada Reserva (sacrário) era, ao princípio, destinada a guardar, de maneira digna, a Eucaristia, para poder ser levada aos doentes e ausentes, fora da missa. Pelo aprofundamento da fé na presença real de Cristo na sua Eucaristia, a Igreja tomou consciência do sentido da adoração silenciosa do Senhor, presente sob as espécies eucarísticas, por isso que o sacrário deve ser colocado num lugar particularmente digno da igreja; deve ser construído de tal modo que sublinhe e manifeste a verdade da presença real de Cristo no Santíssimo Sacramento.

1380. É de suma conveniência que Cristo tenha querido ficar presente à sua Igreja deste modo único. Uma vez que estava para deixar os seus sob forma visível, Cristo quis dar-nos a sua presença sacramental; e visto que ia sofrer na cruz para nos salvar, quis que tivéssemos o memorial do amor com que nos amou «até ao fim» *(Jo* 13, 1), até ao dom da própria vida. Com efeito, na sua presença eucarística, Ele fica misteriosamente no meio de nós, como Aquele que nos amou e Se entregou por nós (212), e permanece sob os sinais que exprimem e comunicam este amor:

«A Igreja e o mundo têm grande necessidade do culto eucarístico. Jesus espera-nos neste sacramento do amor. Não regateemos o tempo para estar com Ele na adoração, na contemplação cheia de fé e disposta a reparar as faltas graves e os pecados do mundo. Que a nossa adoração não cesse jamais» (213).

1381. «A presença do verdadeiro corpo e do verdadeiro sangue de Cristo neste sacramento, "não a apreendemos pelos sentidos, diz São Tomás, mas *só pela fé,* que se apoia na autoridade de Deus". É por isso que, comentando o texto de São Lucas 22, 19 "Isto é o Meu corpo que será entregue por vós", São Cirilo de Alexandria declara: "Não vás agora perguntar-te se isso é verdade; mas acolhe com fé as palavras do Senhor, porque Ele, que é a verdade, não mente"» (214):

«Adoro te devote, latens Deitas, *Quae sub his figuris vere latitas:* *Tibi se cor meum totem subjicit,* *Quica, Te contemplans, totem deficit.*	Adoro-te com devoção, ó Deus que te escondes, Que sob estas figuras de verdade te ocultas: A ti meu coração se submete inteiramente Porque, ao contemplar-te, desfalece por completo.
Visus, tactus, gustus in Te fallitur *Sed auditu solo tutu creditur:* *Credo quidquid dixit Dei Filius:* *Nil hoc Veritatis verbo verius»*(215).	Visão, tacto e paladar em ti falham, Apenas ouvindo se crê com segurança: Creio em tudo o que disse o Filho de Deus: Nada mais verdadeiro que esta palavra da Verdade.

VI. O banquete pascal

1382. A Missa é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, o memorial sacrificial em que se perpetua o sacrifício da cruz e o banquete sagrado da comunhão do corpo e sangue do Senhor. Mas a celebração do sacrifício eucarístico está toda orientada para a união

íntima dos fiéis com Cristo pela comunhão. Comungar é receber o próprio Cristo, que Se ofereceu por nós.

1383. O *altar*, à volta do qual a Igreja se reúne na celebração da Eucaristia, representa os dois aspectos dum mesmo mistério: o altar do sacrifício e a mesa do Senhor, e isto tanto mais que o altar cristão é o símbolo do próprio Cristo, presente no meio da assembleia dos seus fiéis, ao mesmo tempo como vítima oferecida para a nossa reconciliação e como alimento celeste que se nos dá. «Com efeito, o que é o altar de Cristo senão a imagem do corpo de Cristo?» – pergunta Santo Ambrósio (216); e noutro passo: «O altar representa o corpo [de Cristo], e o corpo de Cristo está sobre o altar» (217). A liturgia exprime esta unidade do sacrifício e da comunhão em numerosas orações. Assim, a Igreja de Roma reza na sua anáfora:

«Humildemente Vos suplicamos, Deus todo-poderoso, que esta nossa oferenda seja apresentada pelo vosso santo Anjo no altar celeste, diante da vossa divina majestade, para que todos nós, participando deste altar pela comunhão do santíssimo corpo e sangue do vosso Filho, alcancemos a plenitude das bênçãos e graças do céu»» (218)

«TOMAI TODOS E COMEI»: A COMUNHÃO

1384. O Senhor dirige-nos um convite insistente a que O recebamos no sacramento da Eucaristia: «Em verdade, em verdade vos digo: se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós» *(Jo* 6, 53).

1385. Para responder a este convite, devemos *preparar-nos* para este momento tão grande e santo. São Paulo exorta a um exame de consciência: «Quem comer o pão ou beber do cálice do Senhor indignamente será réu do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois, cada qual a si mesmo e então coma desse pão e beba deste cálice; pois quem come e bebe, sem discernir o corpo do Senhor, come e bebe a própria condenação» *(1Cor* 11, 27-29). Aquele que

tiver consciência dum pecado grave deve receber o sacramento da Reconciliação antes de se aproximar da Comunhão.

1386. Perante a grandeza deste sacramento, o fiel só pode retomar humildemente e com ardente fé a palavra do centurião (219) : *«Domine, non sum dignus, ut intres sub tectum meum, sed tantum dic verbum, et sanabitur anima mea* – Senhor, eu não sou digno de que entreis em minha morada, mas dizei uma [só] palavra e serei salvo» (220). E na divina liturgia de São João Crisóstomo, os fiéis oram no mesmo Espírito:

«Faz-me comungar hoje, ó Filho de Deus, na tua ceia mística. Porque eu não revelarei o segredo aos teus inimigos, nem te darei o beijo de Judas. Mas, como o ladrão, eu te suplico: Lembra-Te de mim, Senhor, no teu Reino» (221).

1387. Para se prepararem convenientemente para receber este sacramento, os fiéis devem observar o jejum prescrito na sua Igreja (222). A atitude corporal (gestos, traje) deve traduzir o respeito, a solenidade, a alegria deste momento em que Cristo Se torna nosso hóspede.

1388. É conforme ao próprio sentido da Eucaristia que os fiéis, se tiverem as disposições requeridas (223), recebam a Comunhão quando participam na missa (224): «Recomenda-se vivamente aquela mais perfeita participação na missa em que os fiéis, depois da comunhão do sacerdote, recebem, do mesmo sacrifício, o corpo do Senhor» (225).

1389. A Igreja impõe aos fiéis a obrigação de «participar na divina liturgia nos domingos e dias de festa» (226) e de receber a Eucaristia ao menos uma vez em cada ano, se possível no tempo pascal (227) preparados pelo sacramento da Reconciliação. Mas recomenda-lhes vivamente que recebam a santa Eucaristia aos domingos e dias de festa, ou ainda mais vezes, mesmo todos os dias.

1390. Graças à presença sacramental de Cristo sob cada uma das espécies, a comunhão apenas sob a espécie de pão permite receber

todo o fruto de graça da Eucaristia. Por razões pastorais, esta maneira de comungar estabeleceu-se legitimamente como a mais habitual no rito latino. «A sagrada Comunhão tem uma forma mais plena, enquanto sinal, quando é feita sob as duas espécies. Com efeito, nesta forma manifesta-se mais perfeitamente o sinal do banquete eucarístico» (228). É a forma habitual de comungar, nos ritos orientais.

OS FRUTOS DA COMUNHÃO

1391. *A Comunhão aumenta a nossa união com Cristo.* Receber a Eucaristia na comunhão traz consigo, como fruto principal, a união íntima com Cristo Jesus. De facto, o Senhor diz: «Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em Mim e Eu nele» *(Jo* 6, 56). A vida em Cristo tem o seu fundamento no banquete eucarístico: «Assim como o Pai, que vive, Me enviou, e Eu vivo pelo Pai, também o que Me come viverá por Mim» *(Jo* 6, 57):

«Quando, nas festas do Senhor, os fiéis recebem o corpo do Filho, proclamam uns aos outros a boa-nova de que lhes foram dadas as arras da vida, como quando o anjo disse a Maria de Magdala: "Cristo ressuscitou!". Eis que também agora a vida e a ressurreição são conferidas àquele que recebe Cristo» (229).

1392. O que o alimento material produz na nossa vida corporal, realiza-o a Comunhão, de modo admirável, na nossa vida espiritual. A comunhão da carne de Cristo Ressuscitado, «vivificada pelo Espírito Santo e vivificante» (230), conserva, aumenta e renova a vida da graça recebida no Baptismo. Este crescimento da vida cristã precisa de ser alimentado pela Comunhão eucarística, pão da nossa peregrinação, até à hora da morte, em que nos será dado como viático.

1393. *A Comunhão afasta-nos do pecado.* O corpo de Cristo que recebemos na Comunhão é «entregue por nós» e o sangue que nós bebemos é «derramado pela multidão, para remissão dos pecados». É por isso que a Eucaristia não pode unir-nos a Cristo sem nos

purificar, ao mesmo tempo, dos pecados cometidos, e nos preservar dos pecados futuros:

«Sempre que O recebemos, anunciamos a morte do Senhor (231). Se nós anunciamos a morte do Senhor, anunciamos a remissão dos pecados. Se, de cada vez que o seu sangue é derramado, é derramado para remissão dos pecados, eu devo recebê-lo sempre, para que sempre Ele perdoe os meus pecados. Eu que peco sempre, devo ter sempre um remédio» (232).

1394. Tal como o alimento corporal serve para restaurar as forças perdidas, assim também a Eucaristia fortifica a caridade que, na vida quotidiana, tende a enfraquecer-se; e esta caridade vivificada *apaga os pecados veniais* (233). Dando-Se a nós, Cristo reaviva o nosso amor e torna-nos capazes de quebrar as ligações desordenadas às criaturas e de nos radicarmos n'Ele.

«Uma vez que Cristo morreu por nós por amor, quando nós fazemos memória da sua morte no momento do sacrifício, pedimos que esse amor nos seja dado pela vinda do Espírito Santo; suplicamos humildemente que, em virtude desse amor pelo qual Cristo quis morrer por nós, também nós, recebendo a graça do Espírito Santo, possamos considerar o mundo como crucificado para nós e sermos nós próprios crucificados para o mundo; [...] tendo recebido o dom do amor, morramos para o pecado e vivamos para Deus» (234).

1395. Pela mesma caridade que acende em nós, a Eucaristia *preserva-nos dos pecados mortais*futuros. Quanto mais participarmos na vida de Cristo e progredirmos na sua amizade, mais difícil nos será romper com Ele pelo pecado mortal. A Eucaristia não está ordenada ao perdão dos pecados mortais. Isso é próprio do sacramento da Reconciliação. O que é próprio da Eucaristia é ser o sacramento daqueles que estão na plena comunhão da Igreja.

1396. *A unidade do corpo Místico: a Eucaristia faz a Igreja.* Os que recebem a Eucaristia ficam mais estreitamente unidos a Cristo. Por isso mesmo, Cristo une todos os fiéis num só corpo: a Igreja. A Comunhão renova, fortalece e aprofunda esta incorporação na Igreja

já realizada pelo Baptismo. No Baptismo fomos chamados a formar um só corpo (235). A Eucaristia realiza esta vocação: «O cálice da bênção que abençoamos, não é comunhão com o sangue de Cristo? O pão que partimos não é comunhão com o corpo de Cristo? Uma vez que há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, porque participamos desse único pão» *(1 Cor* 10, 16-17):

«Se sois o corpo de Cristo e seus membros, é o vosso sacramento que está colocado sobre a mesa do Senhor, é o vosso sacramento que recebeis. Vós respondeis «Ámen» [«Sim, é verdade!»] àquilo que recebeis e, ao responder, o subscreveis. Tu ouves esta palavra: «O corpo de Cristo»; e respondes: «Ámen», Então, sê um membro de Cristo, para que o teu «Ámen» seja verdadeiro» (326).

1397. *A Eucaristia compromete-nos com os pobres:* Para receber, na verdade, o corpo e o sangue de Cristo entregue por nós, temos de reconhecer Cristo nos mais pobres, seus irmãos (237):

«Saboreaste o sangue do Senhor e não reconheces sequer o teu irmão. Desonras esta mesa, se não julgas digno de partilhar o teu alimento aquele que foi julgado digno de tomar parte nesta mesa. Deus libertou-te de todos os teus pecados e chamou-te para ela; e tu nem então te tornaste mais misericordioso» (238).

1398. *A Eucaristia e a unidade dos cristãos.* Perante a grandeza deste mistério, Santo Agostinho exclama: *«O sacramentum pietatis! O signum unitatis! O vinculum caritatis!* – Ó sacramento da piedade, ó sinal da unidade, ó vínculo da caridade!» Quanto mais dolorosas se fazem sentir as divisões da Igreja que rompem a comum participação na mesa do Senhor, tanto mais prementes são as orações que fazemos ao Senhor para que voltem os dias da unidade completa de todos os que crêem n' Ele.

1399. As Igrejas orientais que não estão em comunhão plena com a Igreja Católica celebram a Eucaristia com um grande amor. «Essas Igrejas, embora separadas, têm verdadeiros sacramentos; e principalmente, em virtude da sucessão apostólica, o sacerdócio e a Eucaristia, por meio dos quais continuam unidos a nós por vínculos

estreitíssimos» (240). Portanto, «uma certa comunhão *in sacris é* não só possível, mas até aconselhável em circunstâncias oportunas e com aprovação da autoridade eclesiástica» (241).

1400. As comunidades eclesiais saídas da Reforma, separadas da Igreja Católica, «não [conservaram] a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, sobretudo por causa da falta do sacramento da Ordem» (242). É por esse motivo que a intercomunhão eucarística com estas comunidades não é possível para a Igreja Católica. No entanto, estas comunidades eclesiais, «quando na santa ceia fazem memória da morte e ressurreição do Senhor, professam que a vida é significada na comunhão com Cristo e esperam a sua vinda gloriosa» (243).

1401. Se urgir uma grave necessidade, segundo o juízo do Ordinário os ministros católicos podem ministrar os sacramentos (Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos) aos outros cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica, mas que os pedem por sua livre vontade: requer-se, nesse caso, que manifestem a fé católica em relação a estes sacramentos e que se encontrem nas devidas disposições (244).

VII. A Eucaristia – «Penhor da futura glória»

1402. Numa antiga oração, a Igreja aclama assim o mistério da Eucaristia: *«O sacrum convivium in quo Christus sumitur: recolitur memoria passionis eius; mens impletur gratia et futurae gloriae nobis pignus datur* – Ó sagrado banquete, em que se recebe Cristo e se comemora a sua paixão, em que a alma se enche de graça e nos é dado o penhor da futura glória» (245). Se a Eucaristia é o memorial da Páscoa da Senhor, se pela nossa comunhão no altar somos cumulados da «plenitude das bênçãos se graças do céu» (246), a Eucaristia é também a antecipação da glória celeste.

1403. Na última ceia, o próprio Senhor chamou a atenção dos seus discípulos para a consumação da Páscoa no Reino de Deus: «Eu vos digo que não voltarei a beber deste fruto da videira, até o dia em que beberei convosco o vinho novo no Reino do meu Pai» *(Mt* 26, 29)

(247). Sempre que a Igreja celebra a Eucaristia, lembra-se desta promessa, e o seu olhar volta-se para «Aquele que vem» (*Ap* 1, 4). Na sua oração, ela clama pela sua vinda: *«Marana tha» (1Cor* 16, 22), «Vem, Senhor Jesus!» (*Ap* 22, 20), «que a Tua graça venha e que este mundo passe!» (248).

1404. A Igreja sabe que, desde já, o Senhor vem na sua Eucaristia e que está ali, no meio de nós. Mas esta presença é velada. E é por isso que nós celebramos a Eucaristia *«expectantes beatam spem et adventum Salvatoris nostri Jesu Christi* – enquanto aguardamos a feliz esperança e a vinda de Jesus Cristo nosso Salvador» (249), pedindo a graça de ser acolhidos «com bondade no vosso Reino, onde também nós esperamos ser ser recebidos, para vivermos [...] eternamente na vossa glória, quando enxugardes todas as lágrimas dos nossos olhos; e, vendo-Vos tal como sois, Senhor nosso Deus, seremos para sempre semelhantes a Vós e cantaremos sem fim os vossos louvores, por Jesus Cristo nosso Senhor» (250).

1405. Desta grande esperança – dos novos céus e da nova terra, onde habitará a justiça (251) –não temos garantia mais segura nem sinal mais manifesto do que a Eucaristia. Com efeito, cada vez que se celebra este mistério, «realiza-se a obra da nossa redenção» (252) e nós «partimos o mesmo pão, que é remédio de imortalidade, antídoto para não morrer, mas viver em Jesus Cristo para sempre» (253).

Resumindo:

1406. *Jesus diz: «Eu sou o pão vivo descido do céu. Quem comer deste pão viverá eternamente [...] Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna [...], permanece em Mim, e Eu nele» (Jo 6, 51.54.56).*

1407. *A Eucaristia é o coração e o cume da vida da Igreja, porque nela Cristo associa a sua Igreja e todos os seus membros ao seu sacrifício de louvor e de acção de graças, oferecido ao Pai uma vez por todas na cruz; por este sacrifício, Ele derrama as graças da salvação sobre o seu corpo, que é a Igreja.*

1408. *A celebração eucarística inclui sempre: a proclamação da Palavra de Deus, a acção de graças a Deus Pai por todos os seus benefícios, sobretudo pelo dom do seu Filho, a consagração do pão e do vinho e a participação no banquete litúrgico pela recepção do corpo e do sangue do Senhor Estes elementos constituem um só e mesmo acto de culto.*

1409. *A Eucaristia é o memorial da Páscoa de Cristo, isto é, da obra do salvação realizada pela vida, morte e ressurreição de Cristo, obra tornada presente pela acção litúrgica.*

1410. *É o próprio Cristo, sumo e eterno sacerdote da Nova Aliança, que, agindo pelo ministério dos sacerdotes, oferece o sacrifício eucarístico. E é ainda o mesmo Cristo, realmente presente sob as espécies do pão e do vinho, que é a oferenda do sacrifício eucarístico.*

1411. *Só os sacerdotes validamente ordenados podem presidir à Eucaristia e consagrar o pão e o vinho, para que se tornem o corpo* e *o sangue do Senhor:*

1412. *Os sinais essenciais do sacramento eucarístico são o pão de trigo* e *o vinho da videira, sobre os quais é invocada a bênção do Espírito Santo, e o sacerdote pronuncia as palavras da consagração ditas por Jesus durante a última ceia: «Isto é o meu corpo, que será entregue por vós... Este é o cálice do meu sangue...».*

1413. *Pela consagração, opera-se a transubstanciação do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo. Sob as espécies consagradas do pão e do vinho, o próprio Cristo, vivo e glorioso, está presente de modo verdadeiro, real e substancial, com o seu corpo e o seu sangue, com a sua alma e a sua divindade* (254).

1414. *Enquanto sacrifício, a Eucaristia é oferecida também em reparação dos pecados dos vivos e dos defuntos e para obter de Deus benefícios espirituais ou temporais.*

1415. *Aquele que quiser receber Cristo na Comunhão eucarística deve encontrar-se em estado de graça. Se alguém tiver consciência*

de ter pecado mortalmente, não deve aproximar-se da Eucaristia sem primeiro ter recebido a absolvição no sacramento da Penitência.

1416. *A sagrada Comunhão do corpo e sangue de Cristo aumenta a união do comungante com o Senhor perdoa-lhe os pecados veniais* e *preserva-o dos pecados graves. E uma vez que os laços da caridade entre o comungante e Cristo são reforçados, a recepção deste sacramento reforça a unidade da Igreja, corpo Místico de Cristo.*

1417. *A Igreja recomenda vivamente aos fiéis que recebam a sagrada Comunhão quando participam na celebração da Eucaristia; e impõe-lhes a obrigação de o fazerem ao menos uma vez por ano.*

1418. *Uma vez que Cristo em pessoa está presente no Sacramento do Altar; devemos honrá-Lo com culto de adoração. «A visita ao Santíssimo Sacramento é uma prova de gratidão, um sinal de amor e um dever de adoração para com Cristo nosso Senhor»* (255)*.*

1419. *Tendo passado deste mundo para o Pai, Cristo deixou-nos na Eucaristia o penhor da glória junto d'Ele: a participação no santo sacrifício identifica-nos com o seu coração, sustenta as nossas forças ao longo da peregrinação desta vida, faz-nos desejar a vida eterna e desde já nos une à Igreja do céu, à Santíssima Virgem e a todos os santos.*

Notas

1. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae*, 3. q. 65, a. 1. c: Ed. Leon. 12, 56-57.

2. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae*, 3. q. 65. a. 3. c: Ed. Leon. 12, 60.

3. Paulo VI, Const. Ap. *Divinae consortium naturae:* AAS 63 (1971) 657: cf. *Ordo initiationis christianae adultorum,* Praenotanda 1-2 (Typis Polyglottis Vaticanis 1972) p. *7* [*Iniciação cristã dos adultos,* Segunda Edição, Preliminares, 1-2 (Coimbra, Gráfica de Coimbra – Conferência Episcopal Portuguesa, 1996) p. 9-10]

4. Cf. Concílio de Florença, *Decretum pro Armenis:* DS 1314: CIC can 204, § 1. 849; CCEO can 675 § 1.

5. *CatRom* 2, 2, 5, p. 179.

6. Cf. *Rm* 6, 3-4; *Cl* 2, 12.

7. São Justino, *Apologia* 1, 61: CA 1, 168 (PG 6, 421).

8. Cf. *Heb* 10, 32.

9 Cf. *1* Ts 5, 5.

10. São Gregório Nazianzo, *Oratio* 40, 3-4: SC 358, 202-204 (PG 36, 361-364).

11. *Vigília Pascal, Bênção da água: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 283 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, 315].

12. Cf. *Gn* 1, 2.

13. *Vigília Pascal, Bênção da água: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970). p. 283 [A tradução oficial portuguesa desta oração não inclui a metáfora da «concepção»: «Logo no princípio do mundo, o vosso Espírito pairava sobre as águas, prefigurando o seu poder de santificar»: *Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, 315].

14. *Vigília Pascal, Bênção da água: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 283 *[Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992. 3151.

15. *Vigília Pascal, Bênção da água: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 283 *[Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, 315].

16. Cf. *Mt* 3, 13.

17. Cf. *Mc* 16, 15-16.

18. Cf. *Mt* 3, 15.

19. CL *Fl* 2, 7.

20. Cf. *Mt* 3, 16-17.

21. Cf. *Mc* 10, 38; *Lc* 12, 50.

22. Cf. *Jo* 19, 34.

23. Cf.. *1 Jo* 5, 6-8.

24. Santo Ambrósio, *De sacramentis* 2, 2, 6: CSEL73, 27-28 (PL16, 425-426).

25. Cf. *Act* 2, 41: 8, 12-13; 10, 48; 16, 15.

26. Cf. *Cl* 2, 12.

27. Cf. *Gl* 3, 27.

28. Cf. *1 Cor* 6, 11; 12, 13.

29. Cf. *1 Pe* 23; *Ef* 5, 26.

30. Santo Agostinho, *In Iohannis evangelium tractatus* 80, 3: CCL 36, 529 (PL 35, 1840).

31. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 64: AAS 56 (1964) 117.

32. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 65: AAS 56 (1964) 117; cf. *Ibid.,*37-40: AAS 56 (1964) 110-111.

33. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 14: AAS 58 (1966) 963: CIC can. 851.865 866.

34. Cf. CIC can. 851, 2. 868.

35. Cf. *Rm* 6, 17.

36. Cf. *Ordo Baptismi parvulorum, 62* (Typis Polyglottis Vaticanis 1969) p. 32 [*Celebração do Baptismo das crianças,* 62, Segunda edição típica (Coimbra, Gráfica de Coimbra – Conferência Episcopal Portuguesa, 1994), p.61).

37. Cf. *Gl* 3, 27.

38. Cf. *Fl* 2, 15.

39. CIC can.864; cf. CCEO. can.679.

40. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 14: AAS 58 (1966) 962-963; cf. *Ordo initiationis christianae adultorum,* Praenotanda 19 (Typis Polyglottis Vaticanis 1972) p. 11 *Iniciação cristã dos adultos.* Segunda Edição, Preliminares, 19 (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa. 1996) p. 26-27); *Ibid.,* De tempore catechumenatus eiusque ritibus 98, p. 36 [*Ibid..* O tempo do catecumenado e os seus ritos 98. p. 66].

41. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 14: AAS 58 (1966) 963.

42. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 14: AAS 57 (1965) 19: cf. CIC can. 206.788.

43. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5ª, *Decretum de peccato originali, can.* 4: DS 1514.

44. Cf. *Cl* 1, 12-14.

45. Cf. CIC can. 867: CCEO can. 868. § 1.

46. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 15-16; *Ibid.,*41: AAS 57 (1965) 47; Id., Const. past. *Gaudium et spes,* 48: AAS *58* (1966) 1067-1069; CIC can. 774. § 2. 1136.

47. Cf. *Act* 16, 15. 33; 18, *8; 1 Cor* 1, 16.

48. Cf. Sagrada Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Pastoralis actio,* 4: AAS 72 (1980) 1139.

49. Cf. *Mc* 16, 16.

50. Cf. CIC can. 872-874.

51. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 67: AAS 56 (1964) 118.

52. Cf. CIC can. 861, § 1; CCEO can. 677, § 1.

53. Cf. CIC can. 861, § 2.

54. Cf. *1 Tm* 2, 4.

55 Cf. *Mc* 16, 16.

56. Cf. *Jo* 3, 5.

57. Cf. *Mt* 28, 20. Cf. Concílio de Trento, Sess. 7°, *Decretum de sacramentis,* Canones de sacramento Baptismi, can. 5: DS 1618; II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,*14: AAS 57 (1965) 18: ID., Decr. *Ad gentes, 5:* AAS 58 (1966) 951-952.

58. Cf. *Mc* 16, 16.

59. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes.* 22: AAS 58 (1966) 1043; cf. In.. Const. dogm. *Lumen Gentium,* 16: AAS 57 (1965) 20; In. Decr. *Ad gentes,* 7: AAS 58 (1966) 955.

60. Cf. *Act* 2, 38: *Jo* 3, 5.

61. Cf. Concílio de Florença, *Decretum pro Armenis:* DS 1316.

62. Concílio de Trento, *Decretum de peccato originali,* can. 5: DS 1515.

63. Cf. *2 Cor* 5, 17.

64. Cf. *Gl* 4, 5-7.

65. Cf. *2 Pe* 1, 4.

66. Cf. *1 Cor* 6, 15; 12, 27.

67. Cf. *Rm* 8, 17.

68. Cf. *1 Cor* 6, 19.

69. Cf. *1 Cor* 6, 19.

70. Cf. *2 Cor* 5, 15.

71. Cf. *Ef* 5, 21: *1 Cor* 16, 15-16.

72. Cf. *Jo* 13, 12-15.

73. Cf. *Heb* 13, 17.

74. Cf. *1 Ts 5,* 12-13.

75. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 37: AAS 57 (1965) 42-43; CIC can. 208-223: CCEO can 675, § 2.

76. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium.* 11: AAS 57 (1965) 16.

77. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 17: AAS 57 (1965) 21; Id., Decr. *Ad gentes.* 7: AAS 58 (1966) 956; *Ibid*., 23: AAS 58 (1966) 974-975.

78. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 3: AAS 57 (1965) 93.

79. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 22: AAS 57 (1965)105.

80. Cf. *Rm* 8, 29.

81. Cf. Concílio de Trento, Sess. *7ª, Decretum de sacramentis,* Canones de sacramentis in genere, can. 9: DS 1609: *Ibid.,* Canones de sacramento Baptismi. can. 6: DS 1619.

82. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11:AAS 57 (1965) 16.

83. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: AAS 57 (1965) 15-16.

84. Cf. Santo Agostinho, *Epistula* 98, 5: CSEL 34, 527 (PL 33, 362).

85. Cf. *Ef* 1, 13-14; *2 Cor* 1, 21-22.

86. Santo Ireneu de Lião, *Demonstratio praedicationis apostolicae,* 3: SC 62, 32.

87. *Oração Eucarística I ou Cânone Romano: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 454 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, 521].

88. Cf. Concílio de Trento, Sess. *Decretum de sacramentis,* Canones de sacramentis in genere, can. 9: DS 1609; *Ibid.,* Canones de sacramento Baptismi. can.11: DS 1624.

89. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 16: AAS 57 (1965) 20.

90. Cf. *Ordo Confirmationis,* Praenotanda 1 (Typis Polyglottis Vaticanas 1973) p. 16 [*Celebração da Confirmação,* Preliminares 1 (Coimbra, Gráfica de Coimbra – Conferência Episcopal Portuguesa, 1991) p. 21].

91. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 15: cf. *Ordo Confirmationis,* Praenotanda 2 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 16 [*Celebração da Confirmação,* Preliminares 2 (Coimbra, Gráfica de Coimbra – Conferência Episcopal Portuguesa, 1991) p. 21].

92. Cf. *Is* 11. 2.

93. Cf. *Lc* 4, 16-22; *Is* 61, 1.

94. Cf. *Mt* 3, 13-17; *Jo* 1, 33-34.

95. Cf. *Ez* 36, 25-27; *Jo* 3, 1-2.

96. Cf. *Lc* 12, 12; *Jo* 3, 5-8: 7, 37-39; 16, 7-15; *Act* 1, 8.

97. Cf. *Jo* 20, 22.

98. Cf. *Act* 2, 1-4.

99. Cf. *Act* 2, 17-18.

100. Cf. *Act* 2, 38.

101. Cf. *Act* 8, 15-17; 19, 5-6.

102. Cf. *Heb* 6, 2.

103. Paulo VI. *Const. ap. Divinae consortium naturae*: AAS 63 (1971) 659.

104. Cf. São Cipriano de Cartago, Epistula 73, 21: CSEL 3/2, 795; (1996), CCL 3C. 556 (PL 3, 1169).

105. Cf. CCEO can. 695, § 1. 696. § 1.

106. Cf. Santo Hipólito de Roma, *Traditio apostolica,* 21: ed. B. Botte (Münster i.W. 1989) p. 50 e 52.

107. Cf. *Dt* 11, 14; etc.

108. Cf. *Sl* 23, 5: 104, 15.

109. Cf. *Is* 1, 6: *Lc* 10, 34.

110. Cf. *2 Cor* 2, 15.

111. Cf. *Gn* 38, 18; Cf . 8, 6.

112. Cf. *Gn* 41, 42.

113. Cf. *Dt* 32. 34.

114. Cf. *1 Rs* 21, 8.

115. Cf. *Jr* 32, 10.

116. Cf. *Is* 29, 11.

117. Cf. *Jo* 6, 27.

118. Cf. *Ef* 1, 13; 4, 30.

119. Cf. Ap 7, 2-3; 9. 4; Ez 9, 4-6.

120. *Pontificale iuxta ritum Syrorum Occidentalium id est Antiochiae,* Pars I, Versio latina (Typis Polyglottis Vaticanis 1941) p. 36-37.

121. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 71: AAS 56 (1964) 118.

122. Cf. CIC can. 866.

123. *Ordo Confirmationis,* 25 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973). p. 26 [*Celebração da Confirmação*, 25 (Coimbra, Gráfica de Coimbra — Conferência Episcopal Portuguesa, 1991) p. 33].

124. Paulo VI. Const. Ap. *Divinae consortium naturae*: AAS 63 (1971) 657 [*Celebração da Confirmação,* Const. ap. sobre o Sacramento da Confirmação (Coimbra, Gráfica de Coimbra – Conferência Episcopal Portuguesa. 1991) p. 19].

125. *Rituale per le Chiese orientali di rito bizantino in lingua greca,* Pars 1 (Libreria Editrice Vaticana 1954) p. 36.

126 Cf. Santo Hipólito, *Traditio apostolica,* 21: ed. B. Botte (Münster i.W. 1989) p. 54.

127. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 15.

128. Cf. Concílio de Florença, *Decretum por Armenis*: DS 1319: II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 11: AAS 57 (1965) 15; *Ibid.,* 12: AAS 57 (1965) 16.

129. Santo Ambrósio, De mysteriis, 7, 42: CSEL 73, 106 (PL 16, 402-403).

130. Cf. Concílio de Trento, *Decretum de sacramentis.* Canones de sacramentis in genere, can. 9: DS 1609.

131.Cf. *Lc* 24, 48-49.

132. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae* 3, q. 72, a. 5. ad 2: Ed. Leon. 12. 130.

133. Cf. CIC can. 889. § 1.

134. CIC can. 890.

135. Cf. CIC can. 891.883. 3.

136. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae* 3, q. 72. a. 8, ad 2: Ed. Leon. 12. 133.

137. *Ordo Confirmationis,* Praenotanda 3 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 16 [Celebração*da Confirmação,* Preliminares 3 (Coimbra, Gráfica de Coimbra – Conferência Episcopal Portuguesa. 1991) p. 12].

138. Cf. *Act* 1, 14.

139. Cf. *Ordo Confirmationis,* Praenotanda 5 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 17 [*Celebração da Confirmação,* Preliminares 5 (Coimbra, Gráfica de Coimbra – Conferência Episcopal Portuguesa. 1991) p. 22]: *Ibid., 6:* (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 17 [(Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa. 1991) 22]: CIC can 893, § 1-2.

140. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 26: AAS 57 (1465) 32.

141. Cf. CIC can. 883, § 2.

142. Cf. CIC can. 882.

143. Cf. CIC. can. 884, § 2.

144. Cf. CIC can 883, 3.

145. II Concílio do Vaticano*, Sacrosactum concilium,* 47: .AAS 56 (1964) 113.

146. Cf. II Concílio do Vaticano*,* Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 15.

147. II Concílio do Vaticano*, Decr. Presbyterorum ordinis,* 5: AAS 58 (1966) 997.

148. Sagrada Congregação dos Ritos*,* Instr. *Eucharisticum mysterium,* 6: AAS 59 (1967) 545.

149. Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses* 4, 18, 5: SC 100, 610 (PG 7, 1028).

150. Cf. *1 Cor* 11, 20.

151. Cf. *Ap* 19, 9.

152. Cf. *Mt* 14, 19; 15, 36; *Mc* 8, 6.19.

153. Cf. *Mt* 26, 26: *1 Cor* 11, 24.

154. Cf. *Lc* 24, 13-35.

155. Cf. *Act* 2, 42.46: 20, 7.11.

156. Cf. *1 Cor* 10, 16-17.

157. Cf. *1 Cor* 11, 17-34.

158. Cf. *Sl* 116, 13.17.

159. Cf. *1 Pe* 2, 5. '

160. Cf. *Ml* 1, 11.

161. Cf. *1 Cor* 10, 16-17.

162. Cf. *Constitutiones apostolicae* 8, 13, 12: SC: 336, 208 (Funk, *Didascalia et Constitutiones Apostolorum* 1, 516); *Didaké* 9,5: SC 248, 178 (Funk, *Patres apostolici* 1, 22);*Ibid*. 10, 6: SC 248. 180 (Funk, *Patres apostolici* 1, 24).

163. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Ephesios* 20, 2: SC 10 bis, 76 (Funk 1, 230).

164. Cf. *Sl* 104, 13-15.

165. Cf. *Oração Eucarística 1 ou Cânone Romano, 95: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970). p. 453 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992. 521].

166. Cf. *Dt* 8, 3.

167. Cf. *Mt* 14, 13-21; 15, 32-39.

168. Cf. *Jo* 2, 11.

169. Cf. *Mc* 14, 25.

170. Cf. *Jo* 13, 1-17.

171. Concílio de Trento, Sess. 22ª, *Doctrina de ss. Missae Sacrificio*, c. 1: DS 1740.

172. Cf. *Jo* 6, 13

173. Cf. *Mt 26,* 17-29; *Mc* 14, 12-25; 1 Cor 11, 23-25.

174. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 1: AAS 58 (1966) 947.

175. São Justino, *Apologia,* 1. 67: CA 1. 184-186 (PG 6. 429).

176. São Justino, *Apologia,* 1. 65: CA 1, 176-180 (PG 6. 428)

177. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 56: AAS 56 (1964) 115.

178. Cf. III Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 21: AAS 58 (1966) 827.

179. Cf. *Lc* 24, 13-35.

180. Cf. *1 Ts* 2, 13.

181. Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses* 4. 18, 4: SC 100, 606 (PG 7, 1027): cf. *Mt* 1. 11.

182. Cf. *1 Cor* 16, 1.

183. Cf. *2 Cor* 8, 9.

184. São Justino, *Apologia,* 1. 67, 6: CA 1, 186-188 (PG 6, 429).

185. Cf. *Oração Eucarística 1 ou Cânone Romano,* 90: *Missale Romarum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970). p.451 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, 518].

186 São Justino, *Apologia,* 1, 65: CA 1, 180 (PG 6, 428).

187. São Justino, *Apologia,* 1, 66, 1-2: CA 1. 180 (PG 6, 428).

188. Cf. *Ex* 13. 3.

189*. Cf. Heb* 7, 25-27.

190. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 3: AAS 57 (1965) 6.

191. Concílio de Trento, *Sess. 22ª, Doctrina de ss. Missae Sacrificio,* c. 1: DS 1740.

192. Concílio de Trento, *Sess. 22ª, Doctrina de ss. Missae Sacrificio,* c. 2: DS 1743.

193. *Ibid.*

194. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula Ad Smyrnaeos* 8, 1: SC 10bis. 138 (Funk 1, 282).

195. II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbyterorum ordinis,* 2: AAS 58 (1966) 993.

196. Concílio de Trento, Sess. *22ª, Doctrina de ss. Missae Sacrificio,* c. 2: DS 1743.

197. Santo Agostinho, *Confissões* 9, II, 27: CCL *27,* 149 (PL 32, 775): palavras de Santa Mónica, antes de morrer, a Santo Agostinho e ao seu irmão.

198. São Cirilo de Jerusalém, *Catecheses mystagogicae 5,* 9-10: *SC* 126, 158-160 (PG 30, 1116-1117).

199. Santo Agostinho, *De Civitate Dei* 10, 6: CSEL 40/1, 456 (PL 41, 284).

200. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48: AAS 57 (1965) 53.

201. Cf. *Mt* 25, 31-46

202. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 7: AAS 56 (1964) 100-101.

203. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae 3,* q. 73, a. 3, c: Ed. Leon. 12, 140.

204. Concílio de Trento, Sess. 13ª, *Decretum de s.s. Eucharistia, can.* 1: Ds 1651.

205. Paulo VI, Enc. *Mysterium fidei*: AAS 57 (1965) 764.

206. São João Crisóstomo, *De proditione Iudae homilia* 1, 6: PG 49, 380.

207. Santo Ambrósio, *De mysteriis* 9, 50: CSEL 73, 110 (PL 16, 405).

208. *Ibid..* 9, 52: CSEL 73, 112 (PL 16, 407).

209. Concílio de Trento, Sess. 13ª, *Decretum de ss. Eucharista, c.* 4: DS 1642.

210. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13ª, *Decretum de ss. Eucharista. c.* 3: DS 1641.

211. Paulo VI, Enc. *Mysterium fidei:* AAS 57 (1965) 769.

212. Cf. *Gl* 2, 20.

213. João Paulo II, Ep. *Dominicae Cenae, 3:* AAS 72 (1980) 119; cf. *Enchiridion Vaticanum 7,* 177.

214. Paulo VI, Enc. *Mysterium fidei:* AAS 57 (1965) 757; cf. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 3. q. 75, a. 1. c: Ed. Leon. 12, 156; São Cirilo de Alexandria, *Commentarius in Lucam 22,* 19: PG 72, 912.

215. AHMA 50, 589.

216. Santo Ambrósio, *De Sacramentis,* 5, 7: CSEL 73, 61 (PL 16, 447).

217 Santo Ambrósio, *De Sacramentis,* 4, 7: CSEL73. 49 (PL 16. 437).

218. *Oração Eucarística I ou* Cânone Romano, 96: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanas 1970). p.453 *[Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992. 521].

219. Cf. *Mt* 8, 8.

220. *Rito da Comunhão.* 133: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.474 *[Missal Romano.* Gráfica de Coimbra 1992, 546).

221. *Liturgia Bizantina. Anáfora de São João Crisóstomo,* Prece antes da Comunhão: F. E. Brightman, *Liturgies Eastern and Western* (Oxford 1896) p. 394 (PG 63, 920).

222. Cf. CIC can. 919.

223*. Cf.* CIC can. 916-917: AAS *75* (1983 II), pp. 165-166.

224. Os fiéis, no mesmo dia. só podem receber a ss. Eucaristia uma segunda vez. Comissão Pontifícia para a Interpretação Autêntica do Código de Direito Canónico, *Responsa ad proposita dubia,* 1: AAS 76 (1984) 746.

225. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 55: AAS 56 (1964) 115.

226. Cf. Decr. *Ecclesiarum Orientalium,* 15: AAS 57 (1965) 81.

227*.* Cf. CIC can. 920.

228*. Instrução geral do Missal Romano,* 240: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.68 *[Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, 51].

229. *Fanqîth. Breviarium iuxta ritum Ecclesiae Antiochenae Syrorum,* v. 1 (Mossul 1886) p. 237 a-b.

230. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbyterorum ordinis,* 5: AAS 58 (1966)997.

231. Cf. *I Cor* 11, 26.

232. Santo Ambrósio, *De Sacramentis,* 4. 28: CSEL 73, 57-58 (PL 16, 446).

233. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13ª. Decretum *de ss. Eucharista,* c. 2: DS 1638.

234. São Fulgêncio de Ruspas, *Contra gesta Fabiani 28,* 17: CCL 91A, 813-814 (PL 65, 789).

235. Cf. *1 Cor* 12, 13.

236. Santo Agostinho, *Sermão* 272: PL 38, 1247.

237. Cf. *Mt 25,* 40.

238 São João Crisóstomo, *In epistulam I ad Corinthios,* homilia 27. 5: PG 61, 230.

239. Santo Agostinho, *In Iohannis evangelium tractatus* 26, 13: CCL 36. 266 (PL 35, 1613): cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 47: AAS 56 (1964) 113.

240. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 15: AAS 57 (1965) 102.

241. II Concílio do Vaticano, Decr, *Unitatis redintegratio,* 15: AAS 57 (1965) 102: ef. CIC can.844, § 3.

242. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 22: AAS 57 (1965) 106.

243. II Concílio do Vaticano, Decr. *Unitatis redintegratio,* 22: AAS 57 (1965) 106.

244. Cf. CIC can. 844. § 4.

245. *Na solenidade do santíssimo corpo e sangue de Cristo,* Antífona do «Magnificat» das Vésperas II: *Liturgia Horarum,* editio typica, v. 3 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 502 [*Liturgia das Horas. v.* 3 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 621].

246. *Oração Eucarística I ou Cânone Romano.* 96: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.453 [*Missal Romano.* Gráfica de Coimbra 1992, 521].

247. Cf. *Lc* 22, 18: *Mc* 14. 25.

248. *Didaké* 10, 6: SC 248, 180 (Funk, *Patres apostolici* 1, 24).

249. *Rito de Comunhão,* 126 [Embolismo depois do *Pai Nosso*]: *Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.472 [a tradução oficial portuguesa difere um pouco: «enquanto esperamos a vinda gloriosa de Jesus Cristo nosso Salvador»: *Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, 5451: cf. *Tt 2,* 13.

250. *Oração Eucarística III, 116: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis1970), p. 465 [*Missal Romano*, Gráfica de Coimbra 1992, 535].

251. Cf. *2 Pe* 3, 13.

252. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 3: AAS 57 (1965) 6.

253. Santo Inácio de Antiquia, *Epistula ad Ephesios,* 20, 2: SC l0bis. 76 (Funk 1, 230).

254. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13ª, *Decretum de ss. Eucharistae. c. 3:* DS 1640; *Ibid*., can.1: DS 1651.

255. Paulo VI, Enc. *Mysterium fidei:* AAS 57 (1965) 771.

CAPÍTULO SEGUNDO: OS SACRAMENTOS DE CURA

1420. Pelos sacramentos da iniciação cristã, o homem recebe a vida nova de Cristo. Ora, esta vida, nós trazemo-la «em vasos de barro». Por enquanto, ela está ainda «oculta com Cristo em Deus» (*Cl* 3, 3). Vivemos ainda na «nossa morada terrena» (1), sujeita ao sofrimento à doença e à morte. A vida nova de filhos de Deus pode ser enfraquecida e até perdida pelo pecado.

1421. O Senhor Jesus Cristo, médico das nossas almas e dos nossos corpos, que perdoou os pecados ao paralítico e lhe restituiu a saúde do corpo (2) quis que a sua Igreja continuasse, com a força do Espírito Santo, a sua obra de cura e de salvação, mesmo para com os seus próprios membros. É esta a finalidade dos dois sacramentos de cura: o sacramente da Penitência e o da Unção dos enfermos.

ARTIGO 4: O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E DA RECONCILIAÇÃO

1422. «Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa a Ele feita e, ao mesmo tempo, são reconciliados com a Igreja, que tinham ferido com o seu pecado, a qual, pela caridade, exemplo e oração, trabalha pela sua conversão» (3).

I. Como se chama este sacramento?

1423. É chamado *sacramento da conversão,* porque realiza sacramentalmente o apelo de Jesus à conversão (4) e o esforço de regressar à casa do Pai (5) da qual o pecador se afastou pelo pecado.

É chamado *sacramento da Penitência,* porque consagra uma caminhada pessoal e eclesial de conversão, de arrependimento e de satisfação por parte do cristão pecador.

1424. É chamado *sacramento da confissão,* porque o reconhecimento, a confissão dos pecados perante o sacerdote é um elemento essencial deste sacramento. Num sentido profundo, este

sacramento é também uma «confissão», reconhecimento e louvor da santidade de Deus e da sua misericórdia para com o homem pecador.

E chamado *sacramento do perdão,* porque, pela absolvição sacramental do sacerdote. Deus concede ao penitente «o perdão e a paz» (6).

E chamado *sacramento da Reconciliação,* porque dá ao pecador o amor de Deus que reconcilia: «Deixai-vos reconciliar com Deus» *(2 Cor* 5, 20). Aquele que vive do amor misericordioso de Deus está pronto para responder ao apelo do Senhor: «Vai primeiro reconciliar-te com teu irmão»*(Mt 5, 24).*

II. Porquê, um sacramento de Reconciliação depois do Baptismo?

1425. «Vós fostes lavados, fostes santificados, fostes justificados pelo nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus» *(1 Cor* 6, 11). Precisamos de tomar consciência da grandeza do dom de Deus que nos foi concedido nos sacramentos da iniciação cristã, para nos apercebermos de até que ponto o pecado é algo de inadmissível para aquele que foi revestido de Cristo (7). Mas o apóstolo São João diz também: «Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós» *(1 Jo* 1, 8). E o próprio Senhor nos ensinou a rezar: «Perdoai-nos as nossas ofensas» (*Lc* 11, 4), relacionando o perdão mútuo das nossas ofensas com o perdão que Deus concederá aos nossos pecados.

1426. *A conversão* a Cristo, o novo nascimento do Baptismo, o dom do Espírito Santo, o corpo e sangue de Cristo recebidos em alimento, tornaram-nos «santos e imaculados na sua presença» (*Ef*1, 4), tal como a própria Igreja, esposa de Cristo, é «santa e imaculada na sua presença» (*Ef* 5, 27). No entanto, a vida nova recebida na iniciação cristã não suprimiu a fragilidade e a fraqueza da natureza humana, nem a inclinação para o pecado, a que a tradição chama *concupiscência,* a qual persiste nos baptizados, a

fim de que prestem as suas provas no combate da vida cristã, ajudados pela graça de Cristo (8). Este combate é o da *conversão,* em vista da santidade e da vida eterna, a que o Senhor não se cansa de nos chamar (9).

III. A conversão dos baptizados

1427. Jesus chama à conversão. Tal apelo é parte essencial do anúncio do Reino: «O tempo chegou ao seu termo, o Reino de Deus está próximo: convertei-vos e acreditai na boa-nova» *(Mc*1, 15). Na pregação da Igreja, este apelo dirige-se, em primeiro lugar, àqueles que ainda não conhecem Cristo e o seu Evangelho. Por isso, o Baptismo é o momento principal da primeira e fundamental conversão. É pela fé na boa-nova e pelo Baptismo (10) que se renuncia ao mal e se adquire a salvação, isto é, a remissão de todos os pecados e o dom da vida nova.

1428. Ora, o apelo de Cristo à conversão continua a fazer-se ouvir na vida dos cristãos. Esta*segunda conversão* é uma tarefa ininterrupta para toda a Igreja, que «contém pecadores no seu seio» e que é, «ao mesmo tempo, santa e necessitada de purificação, prosseguindo constantemente no seu esforço de penitência e de renovação» (11). Este esforço de conversão não é somente obra humana. É o movimento do «coração contrito» (12) atraído e movido pela graça (13) para responder ao amor misericordioso de Deus, que nos amou primeiro (14).

1429. Testemunho disto mesmo, é a conversão de Pedro, depois de três vezes ter negado o seu mestre. O olhar infinitamente misericordioso de Jesus provoca-lhe lágrimas de arrependimento (15) e, depois da ressurreição do Senhor, a tríplice afirmação do seu amor para com Ele (16). A segunda conversão tem, também, uma dimensão *comunitária.* Isto aparece no apelo dirigido pelo Senhor a uma Igreja inteira: «Arrepende-te!» (Ap 2, 5-16).

Santo Ambrósio diz, a respeito das duas conversões que, na Igreja, «existem a água e as lágrimas: a água do Baptismo e as lágrimas da Penitência»

IV. A penitência interior

1430. Como já acontecia com os profetas, o apelo de Jesus à conversão e à penitência não visa primariamente as obras exteriores, «o saco e a cinza», os jejuns e as mortificações, mas *a conversão do coração, a penitência interior:* Sem ela, as obras de penitência são estéreis e enganadoras; pelo contrário, a conversão interior impele à expressão dessa atitude cm sinais visíveis, gestos e obras de penitência (18).

1431. A penitência interior é uma reorientação radical de toda a vida, um regresso, uma conversão a Deus de todo o nosso coração, uma rotura com o pecado, uma aversão ao mal, com repugnância pelas más acções que cometemos. Ao mesmo tempo, implica o desejo e o propósito de mudar de vida, com a esperança da misericórdia divina e a confiança na ajuda da sua graça. Esta conversão do coração é acompanhada por uma dor e uma tristeza salutares, a que os Santos Padres chamaram *animi cruciatus* (aflição do espírito), *compunctio cordis* (compunção do coração) (19).

1432. O coração do homem é pesado e endurecido. É necessário que Deus dê ao homem um coração novo (20). A conversão é, antes de mais, obra da graça de Deus, a qual faz com que os nossos corações se voltem para Ele: «Convertei-nos, Senhor, e seremos convertidos» (*Lm* 5, 21).Deus é quem nos dá a coragem de começar de novo. É ao descobrir a grandeza do amor de Deus que o nosso coração é abalado pelo horror e pelo peso do pecado, e começa a ter receio de ofender a Deus pelo pecado e de estar separado d'Ele. O coração humano converte-se, ao olhar para Aquele a quem os nossos pecados trespassaram (21).

«Tenhamos os olhos fixos no sangue de Cristo e compreendamos quanto Ele é precioso para o seu Pai, pois que, derramado para nossa salvação, proporcionou ao mundo inteiro a graça do arrependimento» (22).

1433. Depois da Páscoa, é o Espírito Santo que «confunde o mundo no tocante ao pecado», isto é, faz ver ao mundo o pecado de não ter

acreditado n'Aquele que o Pai enviou (23). Mas este mesmo Espírito, que desmascara o pecado, é o Consolador (24) que dá ao coração do homem a graça do arrependimento e da conversão (25).

V. As múltiplas formas da penitência na vida cristã

1434. A penitência interior do cristão pode ter expressões muito variadas. A Escritura e os Padres insistem sobretudo em três formas: *o jejum, a oração e a esmola* que exprimem a conversão, em relação a si mesmo, a Deus e aos outros. A par da purificação radical operada pelo Baptismo ou pelo martírio, citam, como meios de obter o perdão dos pecados, os esforços realizados para se reconciliar com o próximo, as lágrimas de penitência, a preocupação com a salvação do próximo (27), a intercessão dos santos e a prática da caridade «que cobre uma multidão de pecados» *(1 Pe*4, 8).

1435. A conversão realiza-se na vida quotidiana por gestos de reconciliação, pelo cuidado dos pobres, o exercício e a defesa da justiça e do direito (28), pela confissão das próprias faltas aos irmãos, pela correcção fraterna, a revisão de vida, o exame de consciência, a direcção espiritual, a aceitação dos sofrimentos, a coragem de suportar a perseguição por amor da justiça. Tomar a sua cruz todos os dias e seguir Jesus é o caminho mais seguro da penitência (29).

1436. *Eucaristia e Penitência. A* conversão e a penitência quotidianas têm a sua fonte e alimento na Eucaristia: porque na Eucaristia torna-se presente o sacrifício de Cristo, que nos reconciliou com Deus: pela Eucaristia nutrem-se e fortificam-se os que vivem a vida de Cristo: «ela é o antídoto que nos livra das faltas quotidianas e nos preserva dos pecados mortais» (30).

1437. A leitura da Sagrada Escritura, a oração da Liturgia das Horas e do Pai Nosso, todo o acto sincero de culto ou de piedade reavivam em nós o espírito de conversão e de penitência e contribuem para o perdão dos nossos pecados.

1438. *Os tempos e os dias de penitência* no decorrer do Ano Litúrgico (tempo da Quaresma, cada sexta-feira em memória da morte do Senhor) são momentos fortes da prática penitencial da Igreja (31). Estes tempos são particularmente apropriados para os exercícios espirituais, as liturgias penitenciais, as peregrinações em sinal de penitência, as privações voluntárias como o jejum e a esmola, a partilha fraterna (obras caritativas e missionárias).

1439 *O dinamismo da conversão e da penitência* foi maravilhosamente descrito por Jesus na parábola do «filho pródigo», cujo centro é «o pai misericordioso» (32): o deslumbramento duma liberdade ilusória e o abandono da casa paterna: a miséria extrema em que o filho se encontra depois de delapidada a fortuna: a humilhação profunda de se ver obrigado a guardar porcos e, pior ainda, de desejar alimentar-se das bolotas que os porcos comiam: a reflexão sobre os bens perdidos: o arrependimento e a decisão de se declarar culpado diante do pai: o caminho do regresso: o acolhimento generoso por parte do pai: a alegria do pai: eis alguns dos aspectos próprios do processo de conversão. O fato novo, o anel e o banquete festivo são símbolos desta vida nova, pura, digna, cheia de alegria, que é a vida do homem que volta para Deus e para o seio da família que é a Igreja. Só o coração de Cristo, que conhece a profundidade do amor do seu Pai, pôde revelar-nos o abismo da sua misericórdia, de um modo tão cheio de simplicidade e beleza.

VI. O sacramento da Penitência e da Reconciliação

1440. O pecado é, antes de mais, ofensa a Deus, ruptura da comunhão com Ele. Ao mesmo tempo, é um atentado contra a comunhão com a Igreja. É por isso que a conversão traz consigo, ao mesmo tempo, o perdão de Deus e a reconciliação com a Igreja, o que é expresso e realizado liturgicamente pelo sacramento da Penitência e Reconciliação (33).

SÓ DEUS PERDOA O PECADO

1441. Só Deus perdoa os pecados (34). Jesus, porque é Filho de Deus, diz de Si próprio: «O Filho do Homem tem na terra o poder de perdoar os pecados» (*Mc* 2, 10) e exerce este poder divino: «Os teus pecados são-te perdoados!» (*Mc* 2, 5) (35). Mais ainda: em virtude da sua autoridade divina, concede este poder aos homens para que o exerçam em seu nome.

1442. Cristo quis que a sua Igreja fosse, toda ela, na sua oração, na sua vida e na sua actividade, sinal e instrumento do perdão e da reconciliação que Ele nos adquiriu pelo preço do seu sangue. Entretanto, confiou o exercício do poder de absolvição ao ministério apostólico. É este que está encarregado do «ministério da reconciliação» *(2 Cor 5,* 18). O apóstolo é enviado «em nome de Cristo» e «é o próprio Deus» que, através dele, exorta e suplica: «Deixai-vos reconciliar com Deus» *(2 Cor* 5, 20).

RECONCILIAÇÃO COM A IGREJA

1443. Durante a sua vida pública. Jesus não somente perdoou os pecados, como também manifestou o efeito desse perdão: reintegrou os pecadores perdoados na comunidade do povo de Deus, da qual o pecado os tinha afastado ou mesmo excluído. Sinal bem claro disso é o facto de Jesus admitir os pecadores à sua mesa, e mais ainda: de se sentar à mesa deles, gesto que exprime ao mesmo tempo, de modo desconcertante, o perdão de Deus (37), e o regresso ao seio do povo de Deus (38).

1444. Ao tornar os Apóstolos participantes do seu próprio poder de perdoar os pecados, o Senhor dá-lhes também autoridade para reconciliar os pecadores com a Igreja. Esta dimensão eclesial do seu ministério exprime-se, nomeadamente, na palavra solene de Cristo a Simão Pedro: «Dar-te-ei as chaves do Reino dos céus; tudo o que ligares na terra ficará ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra ficará desligado nos céus» *(Mt* 16, 19). «Este mesmo encargo de ligar e desligar, conferido a Pedro, foi também atribuído ao colégio dos Apóstolos unidos à sua cabeça*(Mt* 18,18; 28, 16-20)» (39).

1445. As palavras *ligar e desligar* significam: aquele que vós excluirdes da vossa comunhão, ficará também excluído da comunhão com Deus; aquele que de novo receberdes na vossa comunhão, também Deus o acolherá na sua. *A reconciliação com a Igreja é inseparável da reconciliação com Deus.*

O SACRAMENTO DO PERDÃO

1446. Cristo instituiu o sacramento da Penitência para todos os membros pecadores da sua Igreja, antes de mais para aqueles que, depois do Baptismo, caíram em pecado grave e assim perderam a graça baptismal e feriram a comunhão eclesial. É a eles que o sacramento da Penitência oferece uma nova possibilidade de se converterem e de reencontrarem a graça da justificação. Os Padres da Igreja apresentam este sacramento como «a segunda tábua (de salvação), depois do naufrágio que é a perda da graça» (40).

1447. No decorrer dos séculos, a forma concreta segundo a qual a Igreja exerceu este poder recebido do Senhor variou muito. Durante os primeiros séculos, a reconciliação dos cristãos que tinham cometido pecados particularmente graves depois do Baptismo (por exemplo: a idolatria, o homicídio ou o adultério) estava ligada a uma disciplina muito rigorosa, segundo a qual os penitentes tinham de fazer penitência pública pelos seus pecados, muitas vezes durante longos anos, antes de receberem a reconciliação. A esta «ordem dos penitentes» (que apenas dizia respeito a certos pecados graves) só raramente se era admitido e, em certas regiões, apenas uma vez na vida. Durante século VII, inspirados pela tradição monástica do Oriente, os missionários irlandeses trouxeram para a Europa continental a prática «privada» da penitência que não exigia a realização pública e prolongada de obras de penitência, antes de receber a reconciliação com a Igreja. O sacramento processa-se, a partir de então, dum modo mais secreto, entre o penitente e o sacerdote. Esta nova prática previa a possibilidade da repetição e abria assim o caminho a uma frequência regular deste sacramento. Permitia integrar, numa só celebração sacramental, o perdão dos pecados graves e dos pecados veniais. Nas suas grandes linhas, é

esta forma de penitência que a Igreja tem praticado até aos nossos dias.

1448. Através das mudanças que a disciplina e a celebração deste sacramento têm conhecido no decorrer dos séculos, distingue-se a mesma estrutura fundamental. Esta inclui dois elementos igualmente essenciais: por um lado, os actos do homem que se converte sob a acção do Espírito Santo, a saber, a contrição, a confissão e a satisfação: por outro, a acção de Deus pela intervenção da Igreja. A Igreja que, por meio do bispo e seus presbíteros, concede, em nome de Jesus Cristo, o perdão dos pecados e fixa o modo da satisfação, também reza pelo pecador e faz penitência com ele. Assim, o pecador á curado e restabelecido na comunhão eclesial.

1449. A fórmula de absolvição, em uso na Igreja latina, exprime os elementos essenciais deste sacramento: o Pai das misericórdias é a fonte de todo o perdão. Ele realiza a reconciliação dos pecadores pela Páscoa do seu Filho e pelo dom do seu Espírito, através da oração e do ministério da Igreja:

«Deus, Pai de misericórdia, que, pela morte e ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e enviou o Espírito Santo para a remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E Eu te absolvo dos teus pecados em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo» (41).

VII. Os actos do penitente

1450. «*Poenitentia cogit peccatorem omnia libenter sufferre; in corde eius contritio, in ore confessio, in opere tota humilitas vel fructifera satisfactio* – A penitência leva o pecador a tudo suportar de bom grado: no coração, a contrição; na boca, a confissão; nas obras, toda a humildade e frutuosa satisfação» (42).

A CONTRIÇÃO

1451. Entre os actos do penitente, a contrição ocupa o primeiro lugar. Ela é «uma dor da alma e uma detestação do pecado cometido, com o propósito de não mais pecar no futuro» (43).

1452. Quando procedente do amor de Deus, amado sobre todas as coisas, a contrição é dita «perfeita» (contrição de caridade). Uma tal contrição perdoa as faltas veniais: obtém igualmente o perdão dos pecados mortais, se incluir o propósito firme de recorrer, logo que possível, à confissão sacramental (44).

1453. A contrição dita «imperfeita» (ou «atrição») é, também ela, um dom de Deus, um impulso do Espírito Santo. Nasce da consideração da fealdade do pecado ou do temor da condenação eterna e das outras penas de que o pecador está ameaçado (contrição por temor). Um tal abalo da consciência pode dar início a uma evolução interior, que será levada a bom termo sob a acção da graça, pela absolvição sacramental. No entanto, por si mesma, a contrição imperfeita não obtém o perdão dos pecados graves, mas dispõe para obtê-lo no sacramento da Penitência (45).

1454. É conveniente que a recepção deste sacramento seja preparada por um *exame de consciência,* feito à luz da Palavra de Deus. Os textos mais adaptados para este efeito devem procurar-se no Decálogo e na catequese moral dos evangelhos e das cartas dos Apóstolos: sermão da montanha e ensinamentos apostólicos (46).

A CONFISSÃO DOS PECADOS

1455. A confissão (a acusação) dos pecados, mesmo de um ponto de vista simplesmente humano, liberta-nos e facilita a nossa reconciliação com os outros. Pela confissão, o homem encara de frente os pecados de que se tornou culpado; assume a sua responsabilidade e, desse modo, abre-se de novo a Deus e à comunhão da Igreja, para tornar possível um futuro diferente.

1456. A confissão ao sacerdote constitui uma parte essencial do sacramento da Penitência: «Os penitentes devem, na confissão, enumerar todos os pecados mortais de que têm consciência, após se terem seriamente examinado, mesmo que tais pecados sejam secretíssimos e tenham sido cometidos apenas contra os dois últimos preceitos do Decálogo (47); porque, por vezes, estes

pecados ferem mais gravemente a alma e são mais perigosos que os cometidos à vista de todos» (48):

«Quando os fiéis se esforçam por confessar todos os pecados de que se lembram, não se pode duvidar de que os apresentam todos ao perdão da misericórdia divina. Os que procedem de modo diverso, e conscientemente ocultam alguns, esses não apresentam à bondade divina nada que ela possa perdoar por intermédio do sacerdote. Porque, "se o doente tem vergonha de descobrir a sua ferida ao médico, a medicina não pode curar o que ignora"» (49).

1457. Segundo o mandamento da Igreja, «todo o fiel que tenha atingido a idade da discrição, está obrigado a confessar fielmente os pecados graves, ao menos uma vez ao ano» (50). Aquele que tem consciência de haver cometido um pecado mortal, não deve receber a sagrada Comunhão, mesmo que tenha uma grande contrição, sem ter previamente recebido a absolvição sacramental (51); a não ser que tenha um motivo grave para comungar e não lhe seja possível encontrar-se com um confessor (52). As crianças devem aceder ao sacramento da Penitência antes de receberem pela primeira vez a Sagrada Comunhão (53).

1458. Sem ser estritamente necessária, a confissão das faltas quotidianas (pecados veniais) é contudo vivamente recomendada pela Igreja. (54) Com efeito, a confissão regular dos nossos pecados veniais ajuda-nos a formar a nossa consciência, a lutar contra as más inclinações, a deixarmo-nos curar por Cristo, a progredir na vida do Espírito. Recebendo com maior frequência, neste sacramento, o dom da misericórdia do Pai, somos levados a ser misericordiosos como Ele (55):

«Aquele que confessa os seus pecados e os acusa, já está de acordo com Deus. Deus acusa os teus pecados; se tu também os acusas, juntas-te a Deus. O homem e o pecador são, por assim dizer, duas realidades distintas. Quando ouves falar do homem, foi Deus que o criou: quando ouves falar do pecador, foi o próprio homem quem o fez. Destrói o que fizeste, para que Deus salve o que fez. [...] Quando começas a detestar o que fizeste, é então que

começam as tuas boas obras, porque acusas as tuas obras más. O princípio das obras boas é a confissão das más. Praticaste a verdade e vens à luz» (56).

A SATISFAÇÃO

1459. Muitos pecados prejudicam o próximo. Há que fazer o possível por reparar esse dano (por exemplo: restituir as coisas roubadas, restabelecer a boa reputação daquele que foi caluniado, indemnizar por ferimentos). A simples justiça o exige. Mas, além disso, o pecado fere e enfraquece o próprio pecador, assim como as suas relações com Deus e com o próximo. A absolvição tira o pecado, mas não remedeia todas as desordens causadas pelo pecado (57). Aliviado do pecado, o pecador deve ainda recuperar a perfeita saúde espiritual. Ele deve, pois, fazer mais alguma coisa para reparar os seus pecados: «satisfazer» de modo apropriado ou «expiar» os seus pecados. A esta satisfação também se chama «penitência».

1460. *A penitência* que o confessor impõe deve ter em conta a situação pessoal do penitente e procurar o seu bem espiritual. Deve corresponder, quanto possível, à gravidade e natureza dos pecados cometidos. Pode consistir na oração, num donativo, nas obras de misericórdia, no serviço do próximo, em privações voluntárias, sacrifícios e, sobretudo, na aceitação paciente da cruz que temos de levar. Tais penitências ajudam-nos a configurar-nos com Cristo, que, por Si só, expiou os nossos pecados (58) uma vez por todas. Tais penitências fazem que nos tornemos co-herdeiros de Cristo Ressuscitado, «uma vez que também sofremos com Ele» *(Rm* 8, 17) (59):

«Mas esta satisfação, que realizamos pelos nossos pecados, não é possível senão por Jesus Cristo: nós que, por nós próprios, nada podemos, com a ajuda "d'Aquele que nos conforta, podemos tudo" (60). Assim, o homem não tem nada de que se gloriar. Toda a nossa «glória» está em Cristo [...] em quem nós satisfazemos, "produzindo dignos frutos de penitência" (61), os quais vão haurir n'Ele toda a sua força, por Ele são oferecidos ao Pai, e graças a Ele são aceites pelo Pai» (62).

VIII. O ministro deste sacramento

1461. Uma vez que Cristo confiou aos Apóstolos o ministério da reconciliação (63) os bispos, seus sucessores, e os presbíteros, colaboradores dos bispos, continuam a exercer tal ministério. Com efeito, os bispos e os presbíteros é que têm, em virtude do sacramento da Ordem, o poder de perdoar todos os pecados, «em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo».

1462. O perdão dos pecados reconcilia com Deus mas também com a Igreja. O bispo, chefe visível da Igreja particular, é justamente considerado, desde os tempos antigos, como o principal detentor do poder e ministério da reconciliação: é o moderador da disciplina penitencial (64). Os presbíteros, seus colaboradores, exercem-no na medida em que receberam o respectivo encargo, quer do seu bispo (ou dum superior religioso), quer do Papa, através do direito da Igreja (65).

1463. Certos pecados particularmente graves são punidos pela excomunhão, a pena eclesiástica mais severa, que impede a recepção dos sacramentos e o exercício de certos actos eclesiásticos (66) e cuja absolvição, por conseguinte, só pode ser dada, segundo o direito da Igreja, pelo Papa, pelo bispo do lugar ou por sacerdotes por eles autorizados (67). Em caso de perigo de morte, qualquer sacerdote, mesmo que careça da faculdade de ouvir confissões, pode absolver de qualquer pecado e de toda a excomunhão (68).

1464. Os sacerdotes devem exortar os fiéis a aproximarem-se do sacramento da Penitência; e devem mostrar-se disponíveis para a celebração deste sacramento, sempre que os cristãos o peçam de modo razoável (69).

1465. Ao celebrar o sacramento da Penitência, o sacerdote exerce o ministério do bom Pastor que procura a ovelha perdida: do bom Samaritano que cura as feridas; do Pai que espera pelo filho pródigo e o acolhe no seu regresso; do justo juiz que não faz acepção de pessoas e cujo juízo é, ao mesmo tempo, justo e misericordioso. Em

resumo, o sacerdote é sinal e instrumento do amor misericordioso de Deus para com o pecador.

1466. O confessor não é dono, mas servidor do perdão de Deus. O ministro deste sacramento deve unir-se à intenção e à caridade de Cristo (70). Deve ter um conhecimento comprovado do comportamento cristão, experiência das coisas humanas, respeito e delicadeza para com aquele que caiu; deve amar a verdade, ser fiel ao Magistério da Igreja, e conduzir o penitente com paciência para a cura e a maturidade plena. Deve rezar e fazer penitência por ele, confiando-o à misericórdia do Senhor.

1467. Dada a delicadeza e a grandeza deste ministério e o respeito devido às pessoas, a igreja declara que todo o sacerdote que ouve confissões está obrigado a guardar segredo absoluto sobre os pecados que os seus penitentes lhe confessaram, sob penas severíssimas (71). Tão pouco pode servir-se dos conhecimentos que a confissão lhe proporciona sobre a vida dos penitentes. Este segredo, que não admite excepções, é chamado «sigilo sacramental», porque aquilo que o penitente manifestou ao sacerdote fica «selado» pelo sacramento.

IX. Os efeitos deste sacramento

1468. «Toda a eficácia da Penitência consiste em nos restituir à graça de Deus e em unir-nos a Ele numa amizade perfeita» (72). O fim e o efeito deste sacramento são, pois, a *reconciliação com Deus.* Naqueles que recebem o sacramento da Penitência com coração contrito e disposição religiosa, seguem-se-lhe «a paz e a tranquilidade da consciência, acompanhadas duma grande consolação espiritual» (73). Com efeito, o sacramento da reconciliação com Deus leva a uma verdadeira «ressurreição espiritual», à restituição da dignidade e dos bens próprios da vida dos filhos de Deus, o mais precioso dos quais é a amizade do mesmo Deus (74).

1469. Este sacramento *reconcilia-nos com a Igreja.* O pecado abala ou rompe a comunhão fraterna. O sacramento da Penitência repara-

a ou restaura-a. Nesse sentido, não se limita apenas a curar aquele que é restabelecido na comunhão eclesial, mas também exerce um efeito vivificante sobre a vida da Igreja que sofreu com o pecado de um dos seus membros (75). Restabelecido ou confirmado na comunhão dos santos, o pecador é fortalecido pela permuta de bens espirituais entre todos os membros vivos do corpo de Cristo, quer vivam ainda em estado de peregrinos, quer já tenham atingido a pátria celeste (76):

«É de lembrar que a reconciliação com Deus tem como consequência, por assim dizer, outras reconciliações, que trarão remédio a outras rupturas produzidas pelo pecado: o penitente perdoado reconcilia-se consigo mesmo no mais profundo do seu ser, onde recupera a própria verdade interior: reconcilia-se com os irmãos, que de algum modo ofendeu e magoou: reconcilia-se com a Igreja; reconcilia-se com toda a criação» (77).

1470. Neste sacramento, o pecador, remetendo-se ao juízo misericordioso de Deus, de certo modo *antecipa o julgamento* a que será submetido no fim desta vida terrena. É aqui e agora, nesta vida, que nos é oferecida a opção entre a vida e a morte. Só pelo caminho da conversão é que podemos entrar no Reino de onde o pecado grave nos exclui? (78). Convertendo-se a Cristo pela penitência e pela fé, o pecador passa da morte à vida «e não é sujeito a julgamento» *(Jo* 5, 24).

X. As indulgências

1471. A doutrina e a prática das indulgências na Igreja estão estreitamente ligadas aos efeitos do sacramento da Penitência.

O QUE É A INDULGÊNCIA?

«A indulgência é a remissão, perante Deus, da pena temporal devida aos pecados cuja culpa já foi apagada; remissão que o fiel devidamente disposto obtém em certas e determinadas condições, pela acção da Igreja, a qual, enquanto dispensadora da redenção, distribui e aplica por sua autoridade o tesouro das satisfações de Cristo e dos santos» (79). «A indulgência é parcial ou plenária,

consoante liberta parcialmente ou na totalidade da pena temporal devida ao pecado» (80). «O fiel pode lucrar para si mesmo as indulgências [...], ou aplicá-las aos defuntos» (81).

AS PENAS DO PECADO

1472. Para compreender esta doutrina e esta prática da Igreja, deve ter-se presente que o pecado*tem uma dupla consequência.* O pecado grave priva-nos da comunhão com Deus e, portanto, torna-nos incapazes da vida eterna, cuja privação se chama «pena eterna» do pecado. Por outro lado, todo o pecado, mesmo venial, traz consigo um apego desordenado às criaturas, o qual precisa de ser purificado, quer nesta vida quer depois da morte, no estado que se chama Purgatório. Esta purificação liberta do que se chama «pena temporal» do pecado. Estas duas penas não devem ser consideradas como uma espécie de vingança, infligida por Deus, do exterior, mas como algo decorrente da própria natureza do pecado. Uma conversão procedente duma caridade fervorosa pode chegar à total purificação do pecador, de modo que nenhuma pena subsista (82).

1473. O perdão do pecado e o restabelecimento da comunhão com Deus trazem consigo a abolição das penas eternas do pecado. Mas subsistem as penas temporais. O cristão deve esforçar-se por aceitar, como uma graça, estas penas temporais do pecado, suportando pacientemente os sofrimentos e as provações de toda a espécie e, chegada a hora, enfrentando serenamente a morte: deve aplicar-se, através de obras de misericórdia e de caridade, bem como pela oração e pelas diferentes práticas da penitência, a despojar-se completamente do «homem velho» e a revestir-se do «homem novo» (83).

NA COMUNHÃO DOS SANTOS

1474. O cristão que procura purificar-se do seu pecado e santificar-se com a ajuda da graça de Deus, não se encontra só. «A vida de cada um dos filhos de Deus está ligada de modo admirável, em Cristo e por Cristo, à vida de todos os outros irmãos cristãos, na

unidade sobrenatural do corpo Místico de Cristo, como que numa pessoa mística» (84).

1475. Na comunhão dos santos, «existe, portanto, entre os fiéis – os que já estão na pátria celeste, os que foram admitidos à expiação do Purgatório, e os que vivem ainda peregrinos na terra – um constante laço de amor e uma abundante permuta de todos os bens» (85). Nesta admirável permuta, a santidade de um aproveita aos demais, muito para além do dano que o pecado de um tenha podido causar aos outros. Assim, o recurso à comunhão dos santos permite ao pecador contrito ser purificado mais depressa e mais eficazmente das penas do pecado.

1476. A estes bens espirituais da comunhão dos santos, também lhes chamamos o *tesouro da Igreja,* «que não é um somatório de bens, como quando se trata das riquezas materiais acumuladas no decurso dos séculos, mas sim o preço infinito e inesgotável que têm junto de Deus as expiações e méritos de Cristo, nosso Senhor, oferecidos para que a humanidade seja liberta do pecado e chegue à comunhão com o Pai. É em Cristo, nosso Redentor, que se encontram em abundância as satisfações e os méritos da sua redenção (86)».

1477. «Pertencem igualmente a este tesouro o preço verdadeiramente imenso, incomensurável e sempre novo que têm junto de Deus as orações e boas obras da bem-aventurada Virgem Maria e de todos os santos, que se santificaram pela graça de Cristo, seguindo as suas pegadas, e que realizaram uma obra agradável ao Pai; de modo que, trabalhando pela sua própria salvação, igualmente cooperaram na salvação dos seus irmãos na unidade do corpo Místico» (87).

OBTER A INDULGÊNCIA DE DEUS MEDIANTE A IGREJA

1478. A indulgência obtém-se mediante a Igreja que, em virtude do poder de ligar e desligar que lhe foi concedido por Jesus Cristo, intervém a favor dum cristão e lhe abre o tesouro dos méritos de Cristo e dos santos, para obter do Pai das misericórdias o perdão

das penas temporais devidas pelos seus pecados. É assim que a Igreja não quer somente vir em ajuda deste cristão, mas também incitá-lo a obras de piedade, penitência e caridade» (88).

1479. Uma vez que os fiéis defuntos, em vias de purificação, também são membros da mesma comunhão dos santos, nós podemos ajudá-los, entre outros modos, obtendo para eles indulgências, de modo que sejam libertos das penas temporais devidas pelos seus pecados.

XI. A celebração do sacramento da Penitência

1480. Tal como todos os sacramentos, a Penitência é uma acção litúrgica. Ordinariamente, os elementos da sua celebração são os seguintes: saudação e bênção do sacerdote, leitura da Palavra de Deus para iluminar a consciência e suscitar a contrição e exortação ao arrependimento: a confissão que reconhece os pecados e os manifesta ao sacerdote; a imposição e aceitação da penitência; a absolvição do sacerdote; o louvor de acção de graças e a despedida com a bênção do sacerdote.

1481. A liturgia bizantina tem várias fórmulas de absolvição, em forma deprecativa, que exprimem admiravelmente o mistério do perdão: «Deus, que pelo profeta Natan perdoou a David, quando ele confessou os seus próprios pecados, a Pedro depois de ele ter chorado amargamente, à pecadora depois de ela ter derramado lágrimas a seus pés, ao publicano e ao pródigo, este mesmo Deus vos perdoe, por intermédio de mim pecador, nesta vida e na outra, e vos faça comparecer, sem vos condenar no seu temível tribunal: Ele que é bendito pelos séculos dos séculos. Ámen» (89).

1482. O sacramento da Penitência pode também ter lugar no âmbito duma *celebração comunitária,* na qual se faz uma preparação conjunta para a confissão e conjuntamente se dão graças pelo perdão recebido. Neste caso, a confissão pessoal dos pecados e a absolvição individual são inseridas numa liturgia da Palavra de Deus, com leituras e homilia, exame de consciência feito em comum, pedido comunitário de perdão, oração do Pai Nosso e acção de graças em comum. Esta celebração comunitária exprime mais

claramente o carácter eclesial da penitência. No entanto, seja qual for a forma da sua celebração, o sacramento da Penitência é sempre, por sua própria natureza, uma acção litúrgica, portanto eclesial e pública (90).

1483. Em casos de grave necessidade, pode-se recorrer *à celebração comunitária da reconciliação, com confissão geral e absolvição* geral. Tal necessidade grave pode ocorrer quando há perigo iminente de morte, sem que o sacerdote ou os sacerdotes tenham tempo suficiente para ouvir a confissão de cada penitente. A necessidade grave pode existir também quando, tendo em conta o número dos penitentes, não há confessores bastantes para ouvir devidamente as confissões individuais num tempo razoável, de modo que os penitentes, sem culpa sua, se vejam privados, durante muito tempo, da graça sacramental ou da sagrada Comunhão. Neste caso, para a validade da absolvição, os fiéis devem ter o propósito de confessar individualmente os seus pecados graves em tempo oportuno (91). Pertence ao bispo diocesano julgar se as condições requeridas para a absolvição geral existem (92). Uma grande afluência de fiéis, por ocasião de grandes festas ou de peregrinações, não constitui um desses casos de grave necessidade (93).

1484. «A confissão individual e íntegra e a absolvição constituem o único modo ordinário pelo qual o fiel, consciente de pecado grave, se reconcilia com Deus e com a Igreja: somente a impossibilidade física ou moral o escusa desta forma de confissão» (94). Há razões profundas para que assim seja. Cristo age em cada um dos sacramentos. Ele dirige-Se pessoalmente a cada um dos pecadores: «Meu filho, os teus pecados são-te perdoados» *(Mc* 2, 5); Ele é o médico que Se inclina sobre cada um dos doentes com necessidade d'Ele (95) « para os curar: alivia-os e reintegra-os na comunhão fraterna. A confissão pessoal é, pois, a forma mais significativa da reconciliação com Deus e com a Igreja.

Resumindo:

1485. *«Na tarde da Páscoa, o Senhor Jesus apareceu aos seus Apóstolos e disse-lhes: "Recebei o Espírito Santo: àqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; e àqueles a quem os retiverdes ser-lhes-ão retidos"» (Jo 20, 22-23).*

1486. *0 perdão dos pecados cometidos depois do Baptismo é concedido por meio dum sacramento próprio, chamado sacramento da Conversão, da Confissão, da Penitência ou da Reconciliação.*

1487*. Quem peca, ofende a honra de Deus e o seu amor, a sua própria dignidade de homem chamado a ser filho de Deus, e o bem-estar espiritual da Igreja, da qual cada fiel deve ser pedra viva.*

1488. *Aos olhos da fé, não existe mal mais grave do que o pecado; nada tem piores consequências para os próprios pecadores, para a Igreja e para todo o mundo.*

1489*.* *Voltar à comunhão com Deus, depois de a ter perdido pelo pecado, é um movimento nascido da graça do mesmo Deus misericordioso e cheio de interesse pela salvação dos homens. Deve pedir-se esta graça preciosa, tanto para si mesmo como para os outros.*

1490*.* *O movimento de regresso a Deus, pela conversão e arrependimento, implica dor e aversão em relação aos pecados cometidos, e o propósito firme de não tornar a pecar no futuro. Portanto, a conversão refere-se ao passado e ao futuro: alimenta-se da esperança na misericórdia divina.*

1491. *O sacramento da Penitência é constituído pelo conjunto de três actos realizados pelo penitente e pela absolvição do sacerdote. Os actos do penitente são: o arrependimento, a confissão ou manifestação dos pecados ao sacerdote e o propósito de cumprir a reparação e as obras de reparação.*

1492. *O arrependimento (também chamado contrição) deve inspirar-se em motivações que brotam da fé. Se for motivado pelo amor de caridade para com Deus, diz-se «perfeito»; se fundado em outros motivos, diz-se «imperfeito».*

1493. *Aquele que quer obter a reconciliação com Deus e com a Igreja, deve confessar ao sacerdote todos os pecados graves que ainda não tiver confessado e de que se lembre depois de ter examinado cuidadosamente a sua consciência. A confissão das faltas veniais, sem ser em si necessária, é todavia vivamente recomendada pela Igreja.*

1494. *O confessor propõe ao penitente o cumprimento de certos actos de «satisfação» ou «penitência», com o fim de reparar o mal causado pelo pecado e restabelecer os hábitos próprios dum discípulo de Cristo.*

1495. *Só os sacerdotes que receberam da autoridade da Igreja a faculdade de absolver; podem perdoar os pecados em nome de Cristo.*

1496. *Os efeitos espirituais do sacramento da Penitência são:*

– a reconciliação com Deus, pela qual o penitente recupera a graça;
– a reconciliação com a Igreja;
– a remissão da pena eterna, em que incorreu pelos pecados mortais;
– a remissão, ao menos em parte, das penas temporais, consequência do pecado;
– a paz e a serenidade da consciência e a consolação espiritual;
– o acréscimo das forças espirituais para o combate cristão.

1497. *A confissão individual e integral dos pecados graves, seguida da absolvição, continua a ser o único meio ordinário para a reconciliação com Deus e com a Igreja.*

1495. *Por meio das indulgências, os fiéis podem obter para si próprios, e também para as almas do Purgatório, a remissão das penas temporais, consequência do pecado.*

ARTIGO 5: A UNÇÃO DOS ENFERMOS

1499. «Pela santa Unção dos Enfermos e pela oração dos presbíteros, toda a Igreja encomenda os doentes ao Senhor, sofredor e glorificado, para que os alivie e os salve: mais ainda,

exorta-os a que, associando-se livremente à paixão e morte de Cristo, concorram para o bem do povo de Deus» (95).

I. Os seus fundamentos na economia da salvação

A DOENÇA NA VIDA HUMANA

1500. A doença e o sofrimento estiveram sempre entre os problemas mais graves que afligem a vida humana. Na doença, o homem experimenta a sua incapacidade, os seus limites, a sua finitude. Qualquer enfermidade pode fazer-nos entrever a morte.

1501. A doença pode levar à angústia, ao fechar-se em si mesmo e até, por vezes, ao desespero e à revolta contra Deus. Mas também pode tornar uma pessoa mais amadurecida, ajudá-la a discernir, na sua vida, o que não é essencial para se voltar para o que o é. Muitas vezes, a doença leva à busca de Deus, a um regresso a Ele.

O DOENTE PERANTE DEUS

1502. O homem do Antigo Testamento vive a doença à face de Deus. É diante de Deus que desafoga o seu lamento pela doença que lhe sobreveio (97) e é d'Ele. Senhor da vida e da morte, que implora a cura (98). A doença torna-se caminho de conversão (99) e o perdão de Deus dá início à cura (100). Israel faz a experiência de que a doença está, de modo misterioso, ligada ao pecado e ao mal, e de que a fidelidade a Deus em conformidade com a sua Lei restitui a vida: «porque Eu, o Senhor, é que sou o teu médico» *(Ex* 15, 26). O profeta entrevê que o sofrimento pode ter também um sentido redentor pelos pecados dos outros (101). Finalmente, Isaías anuncia que Deus fará vir para Sião um tempo em que perdoará todas as faltas e curará todas as doenças (102).

CRISTO-MÉDICO

1503. A compaixão de Cristo para com os doentes e as suas numerosas curas de enfermos de toda a espécie (103) são um sinal claro de que «Deus visitou o seu povo» (104) e de que o Reino de Deus está próximo. Jesus tem poder não somente para curar, mas também para perdoar os pecados (105): veio curar o homem na sua

totalidade, alma e corpo: é o médico de que os doentes precisam (106). A sua compaixão para com todos os que sofrem vai ao ponto de identificar-Se com eles: «Estive doente e visitastes-Me» *(Mt* 25, 36). O seu amor de predilecção para com os enfermos não cessou, ao longo dos séculos, de despertar a atenção particular dos cristãos para aqueles que sofrem no corpo ou na alma. Ele está na origem de incansáveis esforços para os aliviar.

1504. Frequentemente, Jesus pede aos doentes que acreditem (107). Serve-se de sinais para curar: saliva e imposição das mãos (108), lodo e lavagem (109). Por seu lado, os doentes procuram tocar-Lhe (110), «porque saía d'Ele uma força que a todos curava» (*Lc* 6, 19). Por isso, nos sacramentos, Cristo continua a «tocar-nos» para nos curar.

1505. Comovido por tanto sofrimento, Cristo não só Se deixa tocar pelos doentes, *como* também faz suas as misérias deles: «Tomou sobre Si as nossas enfermidades e carregou com as nossas doenças» (*Mt* 8, 17) (111). Ele não curou todos os doentes. As curas que fazia eram sinais da vinda do Reino de Deus. Anunciavam uma cura mais radical: a vitória sobre o pecado e sobre a morte, mediante a sua Páscoa. Na cruz, Cristo tomou sobre Si todo o peso do mal (112) e tirou «o pecado do mundo» *(Jo* 1, 29), do qual a doença não é mais que uma consequência. Pela sua paixão e morte na cruz. Cristo deu novo sentido ao sofrimento: desde então este pode configurar-nos com Ele e unir-nos à sua paixão redentora.

«CURAI OS ENFERMOS...»

1506. Cristo convida os discípulos a seguirem-no, tomando a sua cruz (113). Seguindo-O, eles adquirem uma nova visão da doença e dos doentes. Jesus associa-os à sua vida pobre e servidora. Fá-los participar no seu ministério de compaixão e de cura: E eles «partiram e pregaram que era preciso cada um arrepender-se. Expulsavam muitos demónios, ungiam com óleo numerosos doentes, e curavam-nos» (*Mc* 6, 12-13).

1507. O Senhor ressuscitado renova esta missão («em Meu nome... hão-de impor as mãos aos doentes, e estes ficarão curados»: *Mc* 16, 1 7-18) e confirma-a por meio dos sinais que a Igreja realiza invocando o seu nome (114). Estes sinais manifestam de modo especial, que Jesus é verdadeiramente «Deus que salva» (115).

1508. O Espírito Santo confere a alguns o carisma especial de poderem curar (116) para manifestar a força da graça do Ressuscitado. Todavia, nem as orações mais fervorosas obtêm sempre a cura de todas as doenças. Assim, São Paulo deve aprender do Senhor que «a minha graça te basta: pois na fraqueza é que a minha força actua plenamente» *(2 Cor* 12, 9), e que os sofrimentos a suportar podem ter como sentido que «eu complete na minha carne o que falta à paixão de Cristo, em benefício do seu corpo, que é a Igreja» *(Cl* 1, 24).

1509. «Curai os enfermos!» (*Mt* 10, 8). A Igreja recebeu este encargo do Senhor e procura cumpri-lo, tanto pelos cuidados que dispensa aos doentes, como pela oração de intercessão com que os acompanha. Ela "crê na presença vivificante de Cristo, médico das almas e dos corpos, presença que age particularmente através dos sacramentos e de modo muito especial da Eucaristia, pão que dá a vida eterna (117) e cuja ligação com a saúde corporal é insinuada por São Paulo (118).

1510. Entretanto, a Igreja dos Apóstolos conhece um rito próprio em favor dos enfermos, atestado por São Tiago: «Alguém de vós está doente? Chame os presbíteros da Igreja para que orem sobre ele, ungindo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará; e, se tiver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados» (Ts; 5, 14-15). A Tradição reconheceu neste rito um dos sete sacramentos da Igreja (119)**.**

UM SACRAMENTO DOS ENFERMOS

1511. A Igreja crê e confessa que, entre os sete sacramentos, há um, especialmente destinado a reconfortar os que se encontram sob

a provação da doença: a Unção dos enfermos:

«Esta santa unção dos enfermos foi instituída por Cristo nosso Senhor como sacramento do Novo Testamento, verdadeira e propriamente dito, insinuado por São Marcos (120), mas recomendado aos fiéis e promulgado por São Tiago, apóstolo e irmão do Senhor» (121).

1512. Na tradição litúrgica, tanto no Oriente como no Ocidente, temos, desde os tempos antigos, testemunhos de unções de doentes praticadas com óleo benzido. No decorrer dos séculos, a Unção dos enfermos começou a ser conferida cada vez mais exclusivamente aos que estavam prestes a morrer. Por causa disso, fora-lhe dado o nome de «Extrema-Unção». Porém, apesar dessa evolução, a liturgia nunca deixou de pedir ao Senhor pelo doente, para que recuperasse a saúde, se tal fosse conveniente para a sua salvação

1513. A Constituição Apostólica *«Sacram Unctionem Infirmorum»,* de 30 de Novembro de 1972, na sequência do II Concílio do Vaticano (123), estabeleceu que, a partir de então, se observasse o seguinte no rito romano:

«O sacramento da Unção dos Enfermos é conferido aos que se encontram enfermos com a vida em perigo, ungindo-os na fronte e nas mãos com óleo de oliveira ou, segundo as circunstância, com outro óleo de origem vegetal, devidamente benzido, proferindo uma só vez, as palavras: "Por esta santa unção e pela sua infinita misericórdia o Senhor venha em teu auxílio com a graça do Espírito Santo, para que, liberto dos teus pecados, Ele te salve e, na sua bondade, alivie os teus sofrimentos"» (124).

II. Quem recebe e quem administra este sacramento?

EM CASO DE GRAVE ENFERMIDADE...

1514. A Unção dos Enfermos «não é sacramento só dos que estão prestes a morrer. Por isso, o tempo oportuno para a receber é certamente quando o fiel começa, por doença ou por velhice, a estar em perigo de morte» (125).

1515. Se um doente que recebeu a Unção recupera a saúde, pode, em caso de nova enfermidade grave, receber outra vez este sacramento. No decurso da mesma doença, este sacramento pode ser repetido se o mal se agrava. É conveniente receber a Unção dos Enfermos antes duma operação cirúrgica importante. E o mesmo se diga a respeito das pessoas de idade, cuja fragilidade se acentua.

«... CHAME OS PRESBÍTEROS DA IGREJA»

1516. Só os sacerdotes (bispos e presbíteros) são ministros da Unção dos Enfermos (126). É dever dos pastores instruir os fiéis acerca dos benefícios deste sacramento. Que os fiéis animem os enfermos chamarem o sacerdote para receberem este sacramento. E que os doentes se preparem para o receber com boas disposições, com a ajuda do seu pastor e de toda a comunidade eclesial, convidada a rodear, de um modo muito especial, os doentes, com as suas orações e atenções fraternas.

III. Como se celebra este sacramento?

1517. Como todos os sacramentos, a Unção dos Enfermos é uma celebração litúrgica e comunitária (127) quer tenha lugar no seio da família, quer no hospital ou na igreja, para um só doente ou para um grupo deles. É muito conveniente que seja celebrada durante a Eucaristia, memorial da Páscoa do Senhor. Se as circunstâncias a tal convidarem, a celebração do sacramento pode ser precedida pelo sacramento da Penitência e seguida pelo da Eucaristia. Enquanto sacramento da Páscoa de Cristo, a Eucaristia deveria ser sempre o último sacramento da peregrinação terrestre, o «viático» da «passagem» para a vida eterna.

1518. Palavra e sacramento formam um todo inseparável. A liturgia da Palavra, precedida dum acto penitenciai, abre a celebração. As palavras de Cristo e o testemunho dos Apóstolos despertam a fé do doente e da comunidade, para pedir ao Senhor a força do seu Espírito.

1519. A celebração do sacramento compreende principalmente os seguintes elementos: «Os presbíteros da Igreja» (128) impõem em

silêncio - as mãos sobre os enfermos; rezam por eles na fé da Igreja (129); é a epiclese própria deste sacramento; então, conferem a unção com óleo, benzido, se possível, pelo bispo.

Estes actos litúrgicos indicam a graça que este sacramento confere aos doentes.

IV. Os efeitos da celebração deste sacramento

1520. Um *dom particular do Espírito Santo. A* primeira graça deste sacramento é uma graça de reconforto, de paz e de coragem para vencer as dificuldades próprias do estado de doença grave ou da fragilidade da velhice. Esta graça é um dom do Espírito Santo, que renova a confiança e a fé em Deus, e dá força contra as tentações do Maligno, especialmente a tentação do desânimo e da angústia da morte (130). Esta assistência do Senhor pela força do seu Espírito visa levar o doente à cura da alma, mas também à do corpo, se tal for a vontade de Deus (131). Além disso, «se ele cometeu pecados, ser-lhe-ão perdoados» (*Tg* 5, 15) (132).

1521. *A união à paixão de Cristo.* Pela graça deste sacramento, o enfermo recebe a força e o dom de se unir mais intimamente à paixão de Cristo: ele é, de certo modo, *consagrado* para produzir frutos pela configuração com a paixão redentora do Salvador. O sofrimento, sequela do pecado original, recebe um sentido novo: transforma-se em participação na obra salvífica de Jesus.

1522. Uma *graça eclesial.* Os doentes que recebem este sacramento, «associando-se livremente à paixão e morte de Cristo, concorrem para o bem do povo de Deus» (133). Ao celebrar este sacramento, a Igreja, na comunhão dos santos, intercede pelo bem do doente. E o doente, por seu lado, pela graça deste sacramento, contribui para a santificação da Igreja e para o bem de todos os homens, pelos quais a Igreja sofre e se oferece, por Cristo, a Deus Pai.

1523. Uma *preparação para a última passagem.* Se o sacramento da Unção dos Enfermos é concedido a todos os que sofrem de doenças e enfermidades graves, com mais forte razão o é aos que

estão prestes a deixar esta vida *(«in exitu vitae constituti* (134)): de modo que também foi chamado *«sacramentum exeuntium* – sacramento dos que partem» (135). A Unção dos Enfermos completa a nossa conformação com a morte e ressurreição de Cristo, tal como o Baptismo a tinha começado. Leva à perfeição as unções santas que marcam toda a vida cristã: a do Baptismo selara em nós a vida nova: a da Confirmação robustecera-nos para o combate desta vida; esta última unção mune o fim da nossa vida terrena como que de um sólido escudo em vista das últimas batalhas, antes da entrada na Casa do Pai (136).

V. O Viático, último sacramento do cristão

1524. Àqueles que vão deixar esta vida, a Igreja oferece-lhes, além da Unção dos Enfermos, a Eucaristia como viático. Recebida neste momento de passagem para o Pai, a comunhão do corpo ,e sangue de Cristo tem um significado e uma importância particulares. É semente de vida eterna e força de ressurreição, segundo as palavras do Senhor: «Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna: e Eu ressuscitá-lo-ei no último dia» *(Jo 6,* 54). Sacramento de Cristo morto e ressuscitado, a Eucaristia é aqui sacramento da passagem da morte para a vida, deste mundo para o Pai (137).

1525. Assim, do mesmo modo que os sacramentos do Baptismo, da Confirmação e da Eucaristia constituem uma unidade chamada «os sacramentos da iniciação cristã», também pode dizer-se que a Penitência, a Santa Unção e a Eucaristia, como viático, constituem, quando a vida do cristão chega ao seu termo, «os sacramentos que preparam a entrada na Pátria» ou os sacramentos com que termina a peregrinação.

Resumindo:

1526. *«Algum de vós está doente? Chame os presbíteros da Igreja, para que orem sobre ele, ungindo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará. E, se tiver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados» (Tg 5, 14-15).*

1527. *0 sacramento da Unção dos Enfermos tem por finalidade conferir uma graça especial ao cristão que enfrenta as dificuldades inerentes ao estado de doença grave ou de velhice.*

1528. *0 tempo oportuno para receber a Santa Unção chegou certamente quando o fiel começa a encontrar-se em perigo de morte, devido a doença ou a velhice.*

1529*. Todas as vezes que um cristão cai gravemente enfermo, pode receber a Santa Unção; e também quando, mesmo depois de a ter recebido, a doença se agrava.*

1530*. Só os sacerdotes (presbíteros e bispos) podem ministrar o sacramento da Unção dos Enfermos; para isso, empregarão óleo benzido pelo bispo ou, em caso de necessidade, pelo próprio presbítero celebrante.*

1531. *0 essencial da celebração deste sacramento consiste na unção na fronte e nas mãos do doente (no rito romano) ou sobre outras partes do corpo (no Oriente), unção acompanhada da oração litúrgica do sacerdote celebrante que pede a graça especial deste sacramento.*

1532. *A graça especial do sacramento da Unção dos Enfermos tem como efeitos:*

– a união do doente à paixão de Cristo, para o seu bem e para o de toda a Igreja;
– o conforto, a paz e a coragem para suportar cristãmente os sofrimentos da doença ou da velhice;
– o perdão dos pecados, se o doente não pôde obtê-lo pelo sacramento da Penitência;
– o restabelecimento da saúde, se tal for conveniente para a salvação espiritual;
– a preparação para a passagem para vida eterna.

Notas

1. Cf. *2 Cor* 5, 1.

2. Cf. *Mc*, 2, 1-12.

3. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11 : AAS 57 (1965) 15.

4. Cf. *Mc* 1, 15.

5. Cf. *Lc* 15, 18.

6. Ordo Paenitentiae. 46.55 (TypisPolyglottis Vaticanis 1974) p. 27. 37 [*Celebração da Penitência,* 46.55 (Coimbra. Gráfica de Coimbra — Conferência Episcopal Portuguesa, 1997) p. 47. 65].

7. Cf. *Gl* 3, 27.

8. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5ª, *Decretum de peccato originali,* can. 5: DS 1515.

9. Cf.Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* c. 16: DS 1545; II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 40: *AAS* 57 (1965) 44-45.

10. Cf. *Act* 2, 38.

11. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 8: AAS 57 (1965) 12.

12. Cf. *Sl* 51, 19.

13. Cf. *Jo* 6, 44: 12, 32.

14. Cf. 1 *Jo* 4, 10.

15. Cf. *Lc* 22, 61-62.

16. Cf. *Jo* 21, 15-17.

17. Santo Ambrósio, *Epistula extra collection* 1 [41], 12: CSEL 82/3, 152 (PL 16, 1116).

18. Cf. *Jl* 2, 12-13: *Is* 1,16-17: *Mt* 6, 1-8.16-18.

19. Concílio de Trento, Sess. 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 4: DS 1676-1678; Id. Sess, 14ª, *Canones de Paenitentiae,* can. 5: DS1705: CatRom. 2, 5, 4, p. 289.

20. Cf. *Ez*, 36, 26-27.

21. Cf. *Jo* 19, 37: *Zc* 12, 10.

22. São Clemente de Roma, *Epistula ad Corinthios* 7, 4: SC 167, 110 (Funk 1, 108).

23. Cf. *Jo* 16, 8-9.

24. Cf. *Jo* 15, 26.

25. Cf. *Act* 2, 36-38: João Paulo II, Enc. *Dominum et vivificantem,* 27-48: AAS 78 (1986) 837-868.

26. Cf. *Tb* 12, 8; *Mt* 6, 1-8.

27. Cf. Tg 5, 20.

28. Cf. *Am* 5, 24; *Is* 1, 17.

29. Cf. *Lc* 9, 23.

30. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13ª*, Decretum de ss. Eucharitia,* c. 2: DS 1638.

31. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 109-110: AAS 56 (1964) 127; CIC can. 1249-1253: CCEO can. 880-883.

32. Cf. *Lc* 15, 11-24.

33. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 15.

34. Cf. *Mc* 2, 7.

35. Cf. *Lc* 7, 48.

36. Cf. *Jo* 20, 21-23.

37. Cf. *Lc* 15.

38. Cf. *Lc* 19, 9.

39. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 22: AAS 57 (1965) 26.

40. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* c. 14: DS 1542; cf. Tertuliano, *De Paenitentia* 4, 2: CCL 1, 326 (PL 1, 1343).

41. Cf. *Ordo Paenitentiae*, 46.55 (Typis Polyglottis Vaticanis 1974) p. 27.37 [*Celebração da Penitência*,. 46.55 (Coimbra- Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa, 1997) p. 47.65].

42. CatRom 2, 5, 21, p. 299: cf. Concílio de Trento, Sess.14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae*, c. 3: DS 1673.

43. Concílio de Trento, Sess. 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 4: DS 1676.

44. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 4: DS 1677.

45. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª. *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 4: DS 1678: ID., Sess. 14ª, *Canones de sacramento Paenitentiae,* can. 5: DS 1705.

46. *Cf. Rm* 12-15: *Cor* 12-13: *Gl 5: Ef* 4-6.

47. Cf. *Ex* 20, 17; *Mt* 5, 28.

48. Concílio de Trento, *Sess.* 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 5: DS 1680.

49. Concílio de Trento, *Sess.* 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 5: DS 1680*; São Jerónimo*, *Commentarius in Ecclesiasten,* 10, 11: CCL 72, 338 (PL 23, 1096).

50. CIC can. 989: cf. Concílio de Trento, *Sess.* 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 5: DS 1683 ID., Sess. 14°, *Canones de sacramento Paenitentiae,* can. 8: DS 1708.

51. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13ª, *Decretum de ss. Eucharistia*, c. 7: DS 1647: *Ibid*., can. 11: DS 1661.

52. Cf. CIC can. 916; CCEO can. 711.

53. Cf. CIC can. 914.

54. Cf. Concílio de Trento, *Sess.* 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 5: DS 1680*;*CIC can. 988. § 2.

55. Cf. *Lc* 6, 36.

56. Santo Agostinho, *In Iohannis evangelium tractatus,* 12, 13: CCL 36, 128 (PL 35, 1491).

57. Cf. Concílio de Trento, 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* can. 12: DS 1712.

58. Cf. *Rm* 3, 25: 1 Jo 2, 1-2.

59. Cf. Concílio de Trento, 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 8: DS 1690*.*

60. Cf. *Fl* 4, 13.

61. Cf. *Lc* 3, 8.

62. Concílio de Trento, 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 8: DS 1691

63. Cf. *Jo* 20, 23: *2 Cor* 5, 18.

64. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 26: AAS 57 (1965) 32.

65. Cf. CIC can. 844. 967-969: CCEO can. 722. §§ 3-4.

66. Cf. CIC can. 1331: CCEO can. 1431.1434.

67. Cf. CIC can. 1354-1357: CCEO can. 1420.

68. Cf. CIC can. 976: em relação à absolvição dos pecados, CCEO can. 725.

69. Cf. CIC can. 986: CCEO can. 735: II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbyterorum ordinis,*13: AAS 58 (1966) 1012.

70. II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbyterorum ordinis,* 13: AAS 58 (1966) 1012.

71. Cf. CIC can. 983-984. 1388. § 1: CCEC can. 1456.

72. «Poenitentiae itaque omnis in eo vis est, ut nos in Dei gratiam restituat, cum Eoque summa amicitia coniungat»: CatRom 2, 5, 18, p. 297.

73. Concílio de Trento, 14ª, *Doctrina de sacramento Paenitentiae,* c. 3: DS 1674.

74. Cf. *Lc* 15, 32.

75. Cf. *1 Cor* 12, 26.

76. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 48-50: AAS 57 (1965) 53-57.

77. João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia* 31, § V: AAS *77* (1985) 265.

78. Cf. *1 Cor* 5, 11: *Gl* 5, 19-21; *Ap* 22, 15.

79. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina,* Normae. I: AAS 59 (1967) 21.

80. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina,* Normae. 2: AAS 59 (1967) 21.

81. CIC can. 994.

82. Cf. Concílio de Trento, *Sess.* 14ª, *Canones de sacramento Paenitentiae.* can. 12-13: DS 1712-1713; Id., Sess. 25ª, *Decretum de purgatorio:* DS 1820.

83. Cf. *Ef* 4, 24.

84. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, 5: AAS 59 (1967) 11.

85. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, 5: AAS 59 (1967) 12.

86. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, 5: AAS 59 (1967) 11.

87. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, 5: AAS 59 (1967) 11-12.

88. Cf. Paulo VI, Const. ap. *Indulgentiarum doctrina*, 8: AAS 59 (1967) 16-17; Concílio de Trento, Sess. 25ª, Decretum de Indulgentiis: DS 1835.

89. *Euchológion tò méga* (Atenas 1992) p. 222.

90. Cf. II Concílio do Vaticano, *Sacrosanctum concilium,* 26-27 AAS 56 (1964) 107.

91. Cf. CIC can. 962. § 1.

92. Cf. CIC can. 962. § 2.

93. Cf. CIC can. 962. § 1, 2.

94. *Ordo Paenitentiae,* Praenotanda 31 (Typis Polyglottis Vaticanis1974) p. 21 [*Celebração da Penitência,* 31 (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa.1997) p. 29].

95. Cf. *Mc* 2, 17.

96. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 15.

97. Cf. *Sl* 38.

98. Cf. *Sl* 6, 3: Is 38.

99. Cf. *Sl* 38, 5: 39, 9.12.

100. Cf. *Sl* 32, 5: 107. 20; *Mc* 2, 5-12.

101. Cf. *Is* 53, 11.

102. Cf. *Is* 33, 24.

103. Cf. *Mt* 4, 24.

104. Cf. *Lc 7,* 16.

105. Cf. *Mc* 2, 5-12.

106. Cf. *Mc* 2, 17.

107. Cf. *Mc* 5, 34.36: 9. 23.

108. Cf. *Mc 7.* 32-36; 8, 22-25.

109. Cf. *Jo* 9, 6-15.

110. Cf. *Mc* 3, 10: 6. 56.

111. Cf. *Is* 53, 4.

112. Cf. *Is* 53, 4-6.

113. Cf. *Mt* 10, 38.

114. Cf. *Act* 9, 34: 14, 3.

115. Cf. *Mt* 1, 21: *Act* 4, 12.

116. Cf. *1 Cor* 12, 9. 28. 30.

117. Cf. *Jo* 6, 54.58.

118. Cf. *1 Cor* 11, 30.

119. Cf. Santo Inocêncio, Epistula *Si instituta ecclesiastica*: DS 216; Concílio de Florença,*Decretum pro Armenis*: DS 1324-1325: Concílio de Trento, Sess. 14ª, *Doctrina de sacramento extremae Unctionis*, c. 1-2: DS 1695-1696; Id., Sess. 14ª, *canones de extrema Unctione*, can. 1-2: DS 1716-1717.

120. Cf. *Mc* 6, 13.

121. Concílio de Trento, Sess. 14ª, *Doctrina de sacramento extremae Unctionis*, *c.* 1: DS1695; Cf. *Tg* 5, 14-15.

122. Concílio de Trento, Sess. 14ª, *Doctrina de sacramento extremae Unctionis*, *Sess.* 14ª, c. 2: DS 1696.

123. Cf. II Concílio do Vaticano, *Sacrosanctum concilium,* 73: AAS 56 (1964) 118-119.

124. Paulo VI. *Const. ap. Sacram Unctionem infirmorum:* AAS 65 (1973) 8. Cf.CIC 847, § 1.

125. II Concílio do Vaticano, *Sacrosanctum concilium,* 73: AAS 56 (1964) 118-119: cf. CIC can. 1004. § I. 1005.1007: CCEO can. 738.

126. Cf. Concílio de Trento, *Sess.* 14ª. *Doctrina de sacramento extremae Unctionis,* c. 3: DS 1697: Id., Sess. 14ª, *Canones de extrema Unctione,* can. 4: DS 1719.

127. II Concílio do Vaticano, *Sacrosanctum concilium,* 27: AAS 56 (1964) 107.

128. Cf. *Tg* 5, 14.

129. Cf. *Tg* 5, 15.

130. Cf. *Heb* 2, 15.

131. Concílio de Florença, *Decretum pro Armenis*: DS 1325

132. Cf. Concílio de Trento, *Sess.* 14ª, *canones de extrema Unctione,* can. 2: DS 1717.

133. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 15.

134. Concílio de Trento, Sess. 14ª, *Doctrina de sacramento extremae Unctionis*, c. 3: DS 1698.

135. *Ibid*.

136. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14ª, *Doctrina de sacramento extremae Unctionis*, Prooemium: DS 1694.

137. Cf. *Jo* 13, 1.

CAPÍTULO TERCEIRO: OS SACRAMENTOS AO SERVIÇO DA COMUNHÃO

1533. O Baptismo, a Confirmação e a Eucaristia são os sacramentos da iniciação cristã. São o fundamento da vocação comum de todos os discípulos de Cristo – vocação à santidade e à missão de evangelizar o mundo. E conferem as graças necessárias para a vida segundo o Espírito, nesta existência de peregrinos em marcha para a Pátria.

1534. Dois outros sacramentos, a Ordem e o Matrimónio, são ordenados para a salvação de outrem. Se contribuem também para a salvação pessoal, é através do serviço aos outros que o fazem. Conferem uma missão particular na Igreja, e servem a edificação do povo de Deus.

1535. Nestes sacramentos, aqueles que já foram *consagrados* pelo Baptismo e pela Confirmação (1) para o sacerdócio comum de todos os fiéis, podem receber *consagrações* particulares. Os que recebem o sacramento da Ordem são *consagrados* para serem, em nome de Cristo, «com a palavra e a graça de Deus, os pastores da igreja» (2). Por seu lado, «os esposos cristãos são fortalecidos e como que *consagrados* por meio de um sacramento especial em ordem ao digno cumprimento dos deveres do seu estado» (3).

ARTIGO 6: O SACRAMENTO DA ORDEM

1536. A Ordem é o sacramento graças ao qual a missão confiada por Cristo aos Apóstolos continua a ser exercida na Igreja, até ao fim dos tempos: é, portanto, o sacramento do ministério apostólico. E compreende três graus: o episcopado, o presbiterado e o diaconado.

[Sobre a instituição e a missão do ministério apostólico por Cristo ver os números 874-896. Aqui apenas se trata da via sacramental pela qual se transmite este ministério].

I. Porquê este nome de sacramento da Ordem?

1537. A palavra *Ordem,* na antiguidade romana, designava corpos constituídos no sentido civil, sobretudo o corpo dos que

governavam, *Ordinatio* designa a integração num *ordo.* Na Igreja existem corpos constituídos, que a Tradição, não sem fundamento na Sagrada Escritura (4), designa, desde tempos antigos, com o nome de *táxeis* (em grego), *ordines* (em latim): a liturgia fala assim do *ordo episcoporum* – ordem dos bispos –,do *ordo presbyterorum* - ordem dos presbíteros – e do *ordo diaconorum* –ordem dos diáconos. Há outros grupos que também recebem este nome de *ordo:* os catecúmenos, as virgens, os esposos, as viúvas...

1538. A integração num destes corpos da Igreja fazia-se através dum rito chamado *ordinatio,*acto religioso e litúrgico que era uma consagração, uma bênção ou um sacramento. Hoje, a palavra*ordinatio é* reservada ao acto sacramental que integra na ordem dos bispos, dos presbíteros e dos diáconos, e que ultrapassa a simples *eleição, designação, delegação ou instituição* pela comunidade, pois confere um dom do Espírito Santo que permite o exercício dum «poder sagrado»*(sacra potestas)* (5) que só pode vir do próprio Cristo, pela sua Igreja. A ordenação também é chamada *consecratio* consagração –, porque é um pôr à parte e uma investidura feita pelo próprio Cristo para a sua Igreja. A *imposição das mãos* do bispo, com a oração consecratória, constituem o sinal visível desta consagração.

II. O sacramento da Ordem na economia da salvação

O SACERDÓCIO DA ANTIGA ALIANÇA

1539. O povo eleito foi constituído por Deus como «um reino de sacerdotes e uma nação consagrada» (*Ex* 19, 6) (6). Mas, dentro do povo de Israel, Deus escolheu uma das doze tribos, a de Levi, segregada para o serviço litúrgico (7) o próprio Deus é a sua parte na herança (8). Um rito próprio consagrou as origens do sacerdócio da Antiga Aliança (9). Nela, os sacerdotes são «constituídos em favor dos homens, nas coisas respeitantes a Deus, para oferecer dons e sacrifícios pelos pecados» (10).

1540. Instituído para anunciar a Palavra de Deus (11) e para restabelecer a comunhão com Deus pelos sacrifícios e a oração,

aquele sacerdócio é, no entanto, impotente para operar a salvação, precisando de repetir sem cessar os sacrifícios, sem poder alcançar uma santificação definitiva (12) a qual só o sacrifício de Cristo havia de conseguir.

1541. Apesar disso, no sacerdócio de Aarão e no serviço dos levitas, assim como na instituição dos setenta «Anciãos» (13), a liturgia da Igreja vê prefigurações do ministério ordenado da Nova Aliança. Assim, no rito latino, a Igreja pede, na oração consecratória da ordenação dos bispos:

«Senhor Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo [...] por vossa palavra e vosso dom instituístes a Igreja com as suas normas fundamentais, eternamente predestinastes a geração dos justos que havia de nascer de Abraão, estabelecestes príncipes e sacerdotes, e não deixastes sem ministério o vosso santuário...» (14).

1542. Na ordenação dos presbíteros, a Igreja reza:

«Senhor, Pai santo, [...] já na Antiga Aliança se desenvolveram funções sagradas que eram sinais do sacramento novo. A Moisés e a Aarão, que pusestes à frente do povo para o conduzirem e santificarem, associastes como seus colaboradores outros homens também escolhidos por Vós. No deserto, comunicastes o espírito de Moisés a setenta homens prudentes, com o auxílio dos quais ele governou mais facilmente o vosso povo. Do mesmo modo, as graças abundantes concedidas a Aarão. Vós as transmitistes a seus filhos, a fim de não faltarem sacerdotes, segundo a Lei, para oferecer os sacrifícios do templo, sombra dos bens futuros...» (15).

1543. E na oração consecratória para a ordenação dos diáconos, a Igreja confessa:

«Senhor, Pai santo, [...] é o novo templo que se edifica quando estabeleceis os três graus dos ministros sagrados para servirem ao vosso nome, como já na primeira Aliança escolhestes os filhos de Levi, para o serviço do templo antigo» (16).

O SACERDÓCIO ÚNICO DE CRISTO

1544. Todas as prefigurações do sacerdócio da Antiga Aliança encontram a sua realização em Jesus Cristo, «único mediador entre Deus e os homens» *(1 Tm* 2, 5). Melquisedec, «sacerdote do Deus Altíssimo» *(Gn* 14, 18), é considerado pela Tradição cristã como uma prefiguração do sacerdócio de Cristo, único «Sumo-Sacerdote segundo a ordem de Melquisedec» *(Heb* 5, l0; 6,20), «santo, inocente, sem mancha» *(Heb* 7, 26), que «com uma única oblação, tornou perfeitos para sempre os que foram santificados» *(Heb* 10, 14), isto é, pelo único sacrifício da sua cruz.

1545. O sacrifício redentor de Cristo é único, realizado uma vez por todas. E no entanto, é tornado presente no sacrifício eucarístico da Igreja. O mesmo se diga do sacerdócio único de Cristo, que é tornado presente pelo sacerdócio ministerial, sem diminuição da unicidade do sacerdócio de Cristo: «e por isso, só Cristo é verdadeiro sacerdote, sendo os outros seus ministros» (17).

DUAS PARTICIPAÇÕES NO SACERDÓCIO ÚNICO DE CRISTO

1546. Cristo, sumo sacerdote e único mediador, fez da Igreja «um reino de sacerdotes para Deus seu Pai» (18). Toda a comunidade dos crentes, como tal, é uma comunidade sacerdotal. Os fiéis exercem o seu sacerdócio baptismal através da participação, cada qual segundo a sua vocação própria, na missão de Cristo, sacerdote, profeta e rei. É pelos sacramentos do Baptismo e da Confirmação que os fiéis são «consagrados para serem [...] um sacerdócio santo» (19).

1547. O sacerdócio ministerial ou hierárquico dos bispos e dos presbíteros e o sacerdócio comum de todos os fiéis – embora «um e outro, cada qual segundo o seu modo próprio, participem do único sacerdócio de Cristo» (20) – são, no entanto, essencialmente diferentes ainda que sendo «ordenados um para o outro» (21). Em que sentido? Enquanto o sacerdócio comum dos fiéis se realiza no desenvolvimento da vida baptismal – vida de fé, esperança e caridade, vida segundo o Espírito – o sacerdócio ministerial está ao serviço do sacerdócio comum, ordena-se ao desenvolvimento da graça baptismal de todos os cristãos. É um dos *meios* pelos quais

Cristo não cessa de construir e guiar a sua igreja. E é por isso que é transmitido por um sacramento próprio, que é o sacramento da Ordem.

NA PESSOA DE CRISTO CABEÇA...

1548. No serviço eclesial do ministro ordenado, é o próprio Cristo que está presente à sua Igreja, como Cabeça do seu corpo, Pastor do seu rebanho, Sumo-Sacerdote do sacrifício redentor, mestre da verdade. É o que a Igreja exprime quando diz que o padre, em virtude do sacramento da Ordem, age *in persona Christi Capitis* – na pessoa de Cristo Cabeça (22):

«É o mesmo Sacerdote, Jesus Cristo, de quem realmente o ministro faz as vezes. Se realmente o ministro é assimilado ao Sumo-Sacerdote, em virtude da consagração sacerdotal que recebeu, goza do direito de agir pelo poder do próprio Cristo que representa 'virtute ac persona ipsius Christi'» (23).

«Cristo é a fonte de todo o sacerdócio: pois o sacerdócio da [antiga] lei era figura d'Ele, ao passo que o sacerdote da nova lei age na pessoa d'Ele» (24).

1549. Pelo ministério ordenado, especialmente dos bispos e padres, a presença de Cristo como cabeça da Igreja torna-se visível no meio da comunidade dos crentes (25). Segundo a bela expressão de Santo Inácio de Antioquia, o bispo é *týpos toû Patrós,* como que a imagem viva de Deus Pai (26).

1550. Esta presença de Cristo no seu ministro não deve ser entendida como se este estivesse premunido contra todas as fraquezas humanas, contra o afã de domínio, contra os erros, isto é, contra o pecado. A força do Espírito Santo não garante do mesmo modo todos os actos do ministro. Enquanto que nos sacramentos esta garantia é dada, de maneira que nem mesmo o pecado do ministro pode impedir o fruto da graça, há muitos outros actos em que a condição humana do ministro deixa vestígios, que nem sempre são sinal de fidelidade ao Evangelho e podem, por conseguinte, prejudicar a fecundidade apostólica da Igreja.

1551. Este sacerdócio é *ministerial.* «O encargo que o Senhor confiou aos pastores do seu Povo é um verdadeiro *serviço»* (27). Refere-se inteiramente a Cristo e aos homens. Depende inteiramente de Cristo e do seu sacerdócio único, e foi instituído em favor dos homens e da comunidade da Igreja. O sacramento da Ordem comunica «um poder sagrado», que não é senão o de Cristo. O exercício desta autoridade deve, pois, regular-se pelo modelo de Cristo, que por amor Se fez o último e servo de todos (28). «O Senhor disse claramente que o cuidado dispensado ao seu rebanho seria uma prova de amor para com Ele» (29).

...«EM NOME DE TODA A IGREJA»

1552. O sacerdócio ministerial não tem somente o encargo de representar Cristo. cabeça da Igreja, perante a assembleia dos fiéis; age também em nome de toda a Igreja, quando apresenta a Deus a oração da mesma Igreja (30) e, sobretudo, quando oferece o sacrifício eucarístico (31).

1553. «Em nome de *toda* a Igreja» não quer dizer que os sacerdotes sejam os delegados da comunidade. A oração e a oferenda da Igreja são inseparáveis da oração e da oferenda de Cristo, sua cabeça. É sempre o culto de Cristo na e pela sua Igreja. É toda a Igreja, corpo de Cristo, que ora e se oferece, «por Cristo, com Cristo, em Cristo», na unidade do Espírito Santo, a Deus Pai. Todo o corpo, *caput et memora* – cabeça e membros –, ora e oferece-se; e, por isso, aqueles que, no corpo, são de modo especial os ministros, chamam-se ministros não apenas de Cristo, mas também da Igreja. É porque representa Cristo, que o sacerdócio ministerial pode representar a Igreja.

III. Os três graus do sacramento da Ordem

1554. «O ministério eclesiástico, instituído por Deus, é exercido em ordens diversas por aqueles que, desde a antiguidade, são chamados bispos, presbíteros e diáconos» (32). A doutrina católica, expressa na liturgia, no Magistério e na prática constante da Igreja, reconhece que existem dois graus de participação ministerial no

sacerdócio de Cristo: o episcopado e o presbiterado. O diaconado destina-se a ajudá-los e a servi-los. Por isso, o termo «*sacerdos»* designa, no uso actual, os bispos e os presbíteros, mas não os diáconos. Todavia, a doutrina católica ensina que os graus de participação sacerdotal (episcopado e presbiterado) e o grau de serviço (diaconado), todos três são conferidos por um acto sacramental chamado «ordenação», ou seja, pelo sacramento da Ordem.

«Reverenciem todos os diáconos como a Jesus Cristo e de igual modo o bispo que é a imagem do Pai, e os presbíteros como o senado de Deus e como a assembleia dos Apóstolos: sem eles, não se pode falar de Igreja» (33).

A ORDENAÇÃO EPISCOPAL – PLENITUDE DO SACRAMENTO DA ORDEM

1555. «Entre os vários ministérios, que na Igreja se exercem desde os primeiros tempos, consta da Tradição que o principal é o daqueles que, constituídos no episcopado através de uma sucessão que remonta às origens, são os transmissores da semente apostólica» (34).

1556. Para desempenhar a sua sublime missão, «os Apóstolos foram enriquecidos por Cristo com uma efusão especial do Espírito Santo, que sobre eles desceu: e pela imposição das mãos eles próprios transmitiram aos seus colaboradores este dom espiritual que foi transmitido até aos nossos dias através da consagração episcopal» (35).

1557. O II Concílio do Vaticano «ensina que, pela consagração episcopal, se confere *a plenitude do sacramento do Ordens,* à qual o costume litúrgico da Igreja e a voz dos santos Padres chamam sumo sacerdócio e vértice ["summa"] do sagrado ministério» (36).

1558. «A consagração episcopal, juntamente com a função de santificar, confere também as funções de ensinar e governar [...] De facto, pela imposição das mãos e pelas palavras da consagração, a graça do Espírito Santo é dada e é impresso o carácter sagrado, de

tal modo que os bispos fazem as vezes, de uma forma eminente e visível, do próprio Cristo, Mestre, Pastor e Pontífice, e actuam em vez d'Ele [«*in Eius persona agant*»]» (37). Por isso, pelo Espírito Santo que lhes foi dado, os bispos foram constituídos verdadeiros e autênticos mestres da fé, pontífices e pastores» (38).

1559. «É em virtude da consagração episcopal e pela comunhão hierárquica com a cabeça e os membros do colégio que alguém é constituído membro do corpo episcopal» (39).O carácter e a*natureza colegial* da ordem episcopal manifestam-se, entre outros modos, na antiga prática da Igreja que exige, para a consagração dum novo bispo, a participação de vários bispos (40). Para a ordenação legítima dum bispo requer-se, hoje, uma intervenção especial do bispo de Roma, em virtude da sua qualidade de supremo vínculo visível da comunhão das Igrejas particulares na Igreja una, e de garante da sua liberdade.

1560. Cada bispo tem, como vigário de Cristo, o encargo pastoral da Igreja particular que lhe foi confiada. Mas, ao mesmo tempo, partilha colegialmente com todos os seus irmãos no episcopado a *solicitude por todas as Igrejas:* «Se cada bispo é pastor próprio apenas da porção do rebanho que foi confiada aos seus cuidados, a sua qualidade de legítimo sucessor dos Apóstolos, por instituição divina, torna-o solidariamente responsável pela missão apostólica da Igreja» (41).

1561. Tudo o que acaba de ser dito explica porque é que a Eucaristia celebrada pelo bispo tem uma significação muito especial como expressão da Igreja reunida em torno do altar sob a presidência daquele que representa visivelmente Cristo, bom Pastor e Cabeça da sua Igreja (42).

A ORDENAÇÃO DOS PRESBÍTEROS – COOPERADORES DOS BISPOS

1562. «Cristo, a Quem o Pai santificou e enviou ao mundo, por meio dos seus Apóstolos tornou os bispos, que são sucessores deles, participantes da sua consagração e missão; e estes, por sua vez,

transmitem legitimamente o múnus do seu ministério em grau diverso e a diversos sujeitos na Igreja» (43). O seu cargo ministerial foi transmitido em grau subordinado aos presbíteros, para que, constituídos na Ordem do presbiterado, fossem *cooperadores da Ordem episcopal* para o desempenho perfeito da missão apostólica confiada por Cristo» (44).

1563. «O ofício dos presbíteros, enquanto unido à Ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo edifica, santifica e governa o seu corpo. Por isso, o sacerdócio dos presbíteros, embora pressuponha os sacramentos da iniciação cristã, é conferido mediante um sacramento especial, em virtude do qual os presbíteros, mediante a unção do Espírito Santo, ficam assinalados com um carácter particular e, dessa maneira, configurados a Cristo-Sacerdote, de tal modo que possam agir em nome e na pessoa de Cristo Cabeça» (45).

1564. «Os presbíteros, embora não possuam o pontificado supremo e dependam dos bispos no exercício do próprio poder, todavia estão-lhes unidos na honra do sacerdócio; e, por virtude do sacramento da Ordem, são consagrados, à imagem de Cristo, sumo e eterno sacerdote (46), para pregar o Evangelho, ser pastores dos fiéis e celebrar o culto divino *como verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento* (47).

1565. Em virtude do sacramento da Ordem, os sacerdotes participam das dimensões universais da missão confiada por Cristo aos Apóstolos. O dom espiritual que receberam na ordenação prepara-os, não para uma missão limitada e restrita, «mas sim para uma missão de salvação de amplitude universal, "até aos confins da terra"» (48), «dispostos, no seu coração, a pregar o Evangelho em toda a parte» (49).

1566. «É no culto ou *sinaxe eucarística* que, por excelência exercem o seu múnus sagrado: nela, agindo na pessoa de Cristo e proclamando o seu mistério, unem as preces dos fiéis ao sacrifício da cabeça e, no sacrifício da Missa, tornam presente e aplicam, até à vinda do Senhor, o único sacrifício do Novo Testamento, o de

Cristo, o qual de uma vez por todas se ofereceu ao Pai, como hóstia imaculada» (50). É deste sacrifício único que todo o seu ministério sacerdotal tira a própria força (51).

1567. «Cooperadores esclarecidos da Ordem episcopal, sua ajuda e instrumento, chamados para o serviço do povo de Deus, os presbíteros constituem com o seu bispo um único *presbyterium*com diversas funções. Onde quer que se encontre uma comunidade de fiéis, eles tornam de certo modo, presente o bispo, ao qual estão associados, de ânimo fiel e generoso, e cujos encargos e solicitude assumem, segundo a própria medida, traduzindo-os na prática do cuidado quotidiano dos fiéis» (52). Os presbíteros só podem exercer o seu ministério na dependência do bispo e em comunhão com ele. A promessa de obediência, que fazem ao bispo no momento da ordenação, e o ósculo da paz dado pelo bispo no final da liturgia de ordenação, significam que o bispo os considera seus colaboradores, filhos, irmãos e amigos e que, em contrapartida, eles lhe devem amor e obediência.

1568. «Os presbíteros, elevados pela ordenação à Ordem do presbiterado, estão unidos entre si numa íntima fraternidade sacramental. Especialmente na diocese, a cujo serviço, sob o bispo respectivo, estão consagrados, formam um só presbitério» (53). A unidade do presbitério tem uma expressão litúrgica no costume segundo o qual, durante o rito da ordenação presbiterial, os presbíteros impõem também eles as mãos, depois do bispo.

A ORDENAÇÃO DO DIÁCONOS – «EM VISTA DO SERVIÇO»

1569. «No grau inferior da hierarquia estão os diáconos, aos quais foram impostas as mãos, "não em vista do sacerdócio, mas do serviço"» (54). Para a ordenação no diaconado, só o bispo é que impõe as mãos, significando com isso que o diácono está especialmente ligado ao bispo nos encargos próprios da sua « diaconia» (55).

1570. Os diáconos participam de modo especial na missão e na graça de Cristo (56). O sacramento da Ordem marca-os com

um *selo* («carácter») que ninguém pode fazer desaparecer e que os configura com Cristo, que se fez «diácono», isto é, o servo de todos (57). Entre outros serviços, pertence aos diáconos assistir o bispo e os sacerdotes na celebração dos divinos mistérios, sobretudo da Eucaristia, distribuí-la, assistir ao Matrimónio e abençoá-lo, proclamar o Evangelho e pregar, presidir aos funerais e consagrar-se aos diversos serviços da caridade (58).

1571. A partir do II Concílio do Vaticano, a Igreja latina restabeleceu o diaconado «como grau próprio e permanente da hierarquia» (59), enquanto as Igrejas do Oriente o tinham sempre mantido. Este *diaconado permanente,* que pode ser conferido a homens casados, constitui um enriquecimento importante para a missão da Igreja. Com efeito, é apropriado e útil que homens, cumprindo na Igreja um ministério verdadeiramente diaconal, quer na vida litúrgica e pastoral, quer nas obras sociais e caritativas, «sejam fortificados pela imposição das mãos, transmitida desde os Apóstolos, e mais estreitamente ligados ao altar, para que cumpram o seu ministério mais eficazmente por meio da graça sacramental do diaconado» (60).

IV. A celebração deste sacramento

1572. A celebração da ordenação dum bispo, de presbíteros ou de diáconos, dada a sua importância na vida duma Igreja particular, requer o concurso do maior número possível de fiéis. Terá lugar, de preferência, ao domingo e na Sé catedral, com solenidade adequada à circunstância. As três ordenações – do bispo, do presbítero e do diácono – seguem o mesmo esquema. O lugar próprio de sua celebração é dentro da liturgia eucarística.

1573. O *rito essencial* do sacramento da Ordem é constituído, para os três graus, pela imposição das mãos, por parte do bispo, sobre a cabeça do ordinando, bem como pela oração consecratória específica, que pede a Deus a efusão do Espírito Santo e dos seus dons apropriados ao ministério para que é ordenado o candidato (61).

1574. Como em todos os sacramentos, ritos anexos envolvem a celebração. Variando muito nas diversas tradições litúrgicas, tem todos um traço comum: exprimem os múltiplos aspectos da graça sacramental. Assim, os ritos iniciais, no rito latino – a apresentação e a eleição do ordinando, a alocução do bispo, o interrogatório do ordinando, as ladainhas dos santos – atestam que a escolha do candidato se fez em conformidade com o costume da Igreja e preparam o acto solene da consagração depois da qual vários ritos vêm exprimir e completar, de modo simbólico, o mistério realizado: para o bispo e para o sacerdote, a unção com o santo crisma, sinal da unção especial do Espírito Santo, que torna fecundo o seu ministério; entrega do livro dos Evangelhos do anel, da mitra e do báculo ao bispo, em sinal da sua missão apostólica de anunciar a Palavra de Deus, da sua fidelidade à Igreja, esposa de Cristo, do seu múnus de pastor do rebanho do Senhor: para o presbítero, entrega da patena e do cálice, «a oferenda do povo santo» (62) que ele é chamado a apresentar a Deus; para o diácono, entrega do livro dos Evangelhos, pois acaba de receber a missão de anunciar o Evangelho de Cristo.

V. Quem pode conferir este sacramento?

1575. Foi Cristo quem escolheu os Apóstolos e lhes deu parte na sua missão e autoridade. Depois de ter subido à direita do Pai, Cristo não abandona o seu rebanho, antes continuamente o guarda por meio dos Apóstolos com a sua protecção e continua a dirigi-lo através destes mesmos pastores que hoje prosseguem a sua obra (63). É pois Cristo «quem dá», a uns serem apóstolos, a outros serem pastores (64). E continua agindo por meio dos bispos (65).

1576. Uma vez que o sacramento da Ordem é o sacramento do ministério apostólico, pertence aos bispos, enquanto sucessores dos Apóstolos, transmitir «o dom espiritual» (66), «a semente apostólica» (67). Os bispos validamente ordenados, isto é, que estão na linha da sucessão apostólica, conferem validamente os três graus do sacramento da Ordem (68).

VI. Quem pode receber este sacramento?

1577. «Só o varão *(vir)* baptizado pode receber validamente a sagrada ordenação» (69). O Senhor Jesus escolheu homens *(viri)* para formar o colégio dos Doze Apóstolos (70), e o mesmo fizeram os Apóstolos quando escolheram os seus colaboradores (71) para lhes sucederem no desempenho do seu ministério (72). O Colégio dos bispos, a que os presbíteros estão unidos no sacerdócio, torna presente e actualiza, até que Cristo volte, o Colégio dos Doze. A Igreja reconhece-se vinculada por essa escolha feita pelo Senhor em pessoa. É por isso que a ordenação das mulheres não é possível (73).

1578. Ninguém tem *direito* a receber o sacramento da Ordem. Com efeito, ninguém pode arrogar-se tal encargo. É-se chamado a ele por Deus (74). Aquele que julga reconhecer em si sinais do chamamento divino ao ministério ordenado, deve submeter humildemente o seu desejo à autoridade da Igreja, à qual incumbe a responsabilidade e o direito de chamar alguém para receber as Ordens. Como toda e qualquer graça, este sacramento só pode ser *recebido* como um dom imerecido.

1579. Todos os ministros ordenados da Igreja latina, à excepção dos diáconos permanentes, são normalmente escolhidos entre homens crentes que vivem celibatários e têm vontade de guardar o*celibato* «por amor do Reino dos céus» (*Mt* 19, 12). Chamados a consagrarem-se totalmente ao Senhor e às «suas coisas» (75) dão-se por inteiro a Deus e aos homens. O celibato é um sinal desta vida nova, para cujo serviço o ministro da Igreja é consagrado: aceite de coração alegre, anuncia de modo radioso o Reino de Deus (76).

1580. Nas Igrejas orientais vigora, desde há séculos, uma disciplina diferente: enquanto os bispos são escolhidos unicamente entre os celibatários, homens casados podem ser ordenados diáconos e presbíteros. Esta prática é, desde há muito tempo, considerada legítima: estes sacerdotes exercem um ministério frutuoso nas suas comunidades (77). Mas, por outro lado, o celibato dos sacerdotes é tido em muita honra nas Igrejas orientais e são numerosos aqueles que livremente optam por ele, por amor do Reino de Deus. Tanto no

Oriente como no Ocidente, aquele que recebeu o sacramento da Ordem já não pode casar-se.

VII. Os efeitos do sacramento da Ordem

O CARÁCTER INDELÉVEL

1581. Este sacramento configura o ordinando com Cristo por uma graça especial do Espírito Santo, a fim de servir de instrumento de Cristo em favor da sua Igreja. Pela ordenação, recebe-se a capacidade de agir como representante de Cristo, cabeça da Igreja. na sua tríplice função de sacerdote, profeta e rei.

1582. Tal como no caso do Baptismo e da Confirmação, esta participação na função de Cristo é dada uma vez por todas. O sacramento da Ordem confere, também ele, um *carácter espiritual indelével,* e não pode ser repetido nem conferido para um tempo limitado (78).

1583. Uma pessoa validamente ordenada pode, é certo, por graves motivos, ser dispensada das obrigações e funções decorrentes da ordenação, ou ser proibido de as exercer (79): mas já não pode voltar a ser leigo, no sentido estrito (80), porque o carácter impresso pela ordenação fica para sempre. A vocação e a missão recebidas no dia da ordenação marcam-no de modo permanente.

1584. Uma vez que é Cristo, afinal, quem age e opera a salvação através do ministro ordenado, a indignidade deste não impede Cristo de agir (81). Santo Agostinho di-lo numa linguagem vigorosa:

«Quanto ao ministro orgulhoso, deve ser contado juntamente com o diabo. E nem por isso se contamina o dom de Cristo: o que através de tal ministro se comunica, conserva a sua pureza: o que passa por ele mantém-se límpido e chega até à terra fértil. [...] De facto, a virtude espiritual do sacramento é semelhante à luz: os que devem ser iluminados recebem-na na sua pureza, e ela, embora atravesse seres manchados, não se suja» (82).

A GRAÇA DO ESPÍRITO SANTO

1585. A graça do Espírito Santo própria deste sacramento consiste numa configuração com Cristo, Sacerdote, Mestre e Pastor, de quem o ordenado é constituído ministro.

1586. Para o bispo, é, em primeiro lugar, uma graça de fortaleza *(«Spiritum principalem* –Espírito soberano», isto é, Espírito que faz chefes, pede a oração de consagração do bispo, no rito latino (83)): a graça de guiar e defender, com força e prudência, a sua Igreja, como pai e pastor, com amor desinteressado para com todos e uma predilecção pelos pobres, os enfermos e os necessitados (84). Esta graça impele-o a anunciar o Evangelho a todos, a ser o modelo do seu rebanho, a ir adiante dele no caminho da santificação, identificando-se na Eucaristia com Cristo sacerdote e vítima, sem recear dar a vida pelas suas ovelhas:

«Ó Pai, que conheceis os corações, concedei ao vosso servo, que escolhestes para o episcopado, a graça de apascentar o vosso santo rebanho e de exercer de modo irrepreensível, diante de Vós, o supremo sacerdócio, servindo-Vos noite e dia: que ele torne propício o vosso rosto e ofereça os dons da vossa santa Igreja: tenha, em virtude do Espírito do supremo sacerdócio, o poder de perdoar os pecados segundo o vosso mandamento, distribua os cargos segundo a vossa ordem e deslique de todo o vínculo pelo poder que Vós destes aos Apóstolos: que ele Vos agrade pela sua doçura e coração puro, oferecendo-Vos um perfume agradável, por vosso Filho Jesus Cristo...» (85).

1587. O dom espiritual, conferido pela ordenação presbiterial, está expresso nesta oração própria do rito bizantino. O bispo, impondo as mãos, diz, entre outras coisas:

«Senhor, enchei do dom do Espírito Santo aquele que Vos dignastes elevar ao grau de presbítero, para que seja digno de se manter irrepreensível diante do vosso altar, de anunciar o Evangelho do vosso Reino, de desempenhar o ministério da vossa Palavra de verdade, de Vos oferecer dons e sacrifícios espirituais, de renovar o vosso povo pelo banho da regeneração; de modo que, ele próprio, vá ao encontro do nosso grande Deus e Salvador Jesus Cristo,

vosso Unigénito, no dia da sua segunda vinda, e receba da vossa imensa bondade a recompensa dum fiel desempenho do seu ministério» (86).

1588. Quanto aos diáconos, «fortalecidos pela graça sacramental, servem o povo de Deus na "diaconia" da liturgia, da palavra e da caridade, em comunhão com o bispo e o seu presbitério» (87).

1589. Perante a grandeza da graça e do múnus sacerdotais, os santos doutores sentiram o apelo urgente à conversão, a fim de corresponderem, por toda a sua vida, Àquele de Quem o sacramento os constituiu ministros. É assim que São Gregário de Nazianzo, ainda jovem presbítero. exclama:

«Temos de começar por nos purificar, antes de purificarmos os outros: temos de ser instruídos, para podermos instruir: temos de nos tornar luz para alumiar, de nos aproximar de Deus para podermos aproximar d'Ele os outros, ser santificados para santificar, conduzir pela mão e aconselhar com inteligência» (88). «Eu sei de Quem somos ministros, a que nível nos encontramos e para onde nos dirigimos. Conheço as alturas de Deus e a fraqueza do homem, mas também a sua força» (89). [Quem é, pois, o sacerdote? Ele é] «o defensor da verdade, eleva-se com os anjos glorifica com os arcanjos, faz subir ao altar do Alto as vítimas dos sacrifícios, participa no sacerdócio de Cristo, remodela a criatura, restaura [nela] a imagem [de Deus], recria-a para o mundo do Alto e, para dizer o que há de mais sublime, *é divinizado e*diviniza» (90).

E diz o santo Cura d'Ars: «É o sacerdote quem continua a obra da redenção na terra»... «Se bem se compreendesse o que o sacerdote é na terra, morrer-se-ia, não de medo, mas de amor». [...] «O sacerdócio é o amor do Coração de Jesus» (91).

Resumindo:

1590. *São Paulo ao seu discípulo Timóteo: «Exorto-te a que reavives o dom que Deus depositou em ti, pela imposição das minhas mãos» (2 Tm 1, 6), e «aquele que aspira ao lugar de bispo, aspira a uma nobre função» (1 Tm 3, 1). A Tito, o mesmo Apóstolo*

dizia: «Se te deixei em Creta, foi para acabares de organizar o que faltava e estabelecer anciãos em cada cidade, como te havia ordenado» (Tt 1, 5).

1591. *A Igreja é, na sua totalidade, um povo sacerdotal. Graças ao Baptismo, todos os fiéis participam no sacerdócio de Cristo. Esta participação chama-se «sacerdócio comum dos fiéis». Na base deste sacerdócio e ao seu serviço, existe uma outra participação na missão de Cristo: a do ministério conferido pelo sacramento da Ordem, cuja missão é servir em nome e na pessoa de Cristo-Cabeça no meio da comunidade.*

1592. *O sacerdócio ministerial difere essencialmente do sacerdócio comum dos fïéis, porque confere um poder sagrado para o serviço dos mesmos fiéis. Os ministros ordenados exercem o seu serviço junto do povo de Deus pelo ensino* (munus docendi), *pelo culto divino (*munusliturgicum) *e pelo governo pastoral* (munus regendi).

1593. *Desde as origens, o ministério ordenado fui conferido e exercido em três graus: o dos bispos, o dos presbíteros e o dos diáconos. Os ministérios conferidos pela ordenação são insubstituíveis na estrutura orgânica da Igreja: sem bispo, presbíteros e diáconos, não pode falar-se de Igreja* (92).

1594. *O bispo recebe a plenitude do sacramento da Ordem que o insere no colégio episcopal e faz dele o chefe visível da Igreja particular que lhe é confiada. Os bispos, enquanto sucessores dos Apóstolos e membros do Colégio, têm parte na responsabilidade apostólica e na missão de toda a Igreja, sob a autoridade do Papa, sucessor de São Pedro.*

1595. *Os presbíteros estão unidos aos bispos na dignidade sacerdotal e, ao mesmo tempo, dependem deles no exercício das suas funções pastorais; são chamados a ser os cooperadores providentes dos bispos; formam, d volta do seu bispo, o* presbitério, *que assume com ele a responsabilidade da Igreja particular: Os presbíteros recebem do bispo o encargo duma comunidade paroquial ou duma função eclesial determinada.*

1596. *Os diáconos são ministros ordenados para as tarefas de serviço da Igreja; não recebem o sacerdócio ministerial, mas a ordenação confere-lhes funções importantes no ministério da Palavra, culto divino, governo pastoral e serviço da caridade, encargos que eles devem desempenhar sob a autoridade pastoral do seu bispo.*

1597. *O sacramento da Ordem é conferido pela imposição das mãos, seguida duma solene oração consecratória, que pede a Deus para o ordinando as graças do Espírito Santo, requeridas para o seu ministério. A ordenação imprime um carácter sacramental indelével.*

1598. *A Igreja confere o sacramento da Ordem somente a homens (viris) baptizados, cujas aptidões para o exercício do ministério tenham sido devidamente reconhecidas. Compete à autoridade da Igreja a responsabilidade e o direito de chamar alguém para receber a Ordem.*

1599. *Na Igreja latina, o sacramento da Ordem para o presbiterado, normalmente, apenas é conferido a candidatos decididos a abraçar livremente o celibato e que manifestem publicamente a sua vontade de o guardar por amor do Reino de Deus e do serviço dos homens.*

1600. *Pertence aos bispos o direito de conferir o sacramento da Ordem nos seus três graus.*

ARTIGO 7: O SACRAMENTO DO MATRIMÓNIO

1601. «O pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si a comunhão íntima de toda a vida, ordenado por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à procriação e educação da prole, entre os baptizados foi elevado por Cristo Senhor à dignidade de sacramento» (93) .

I. O matrimónio no desígnio de Deus

1602. A Sagrada Escritura começa pela criação do homem e da mulher, à imagem e semelhança de Deus (94), e termina com a visão das «núpcias do Cordeiro» (Ap 19, 9) (95). Do princípio ao fim, a

Escritura fala do matrimónio e do seu «mistério», da sua instituição e do sentido que Deus lhe deu, da sua origem e da sua finalidade, das suas diversas realizações ao longo da história da salvação, das suas dificuldades nascidas do pecado e da sua renovação «no Senhor» *(1 Cor 7,*39), na Nova Aliança de Cristo e da Igreja (96).

O MATRIMÓNIO NA ORDEM DA CRIAÇÃO

1603. «A íntima comunidade da vida e do amor conjugal foi fundada pelo Criador e dotada de leis próprias [...]. O próprio Deus é o autor do matrimónio» (97). A vocação para o matrimónio está inscrita na própria natureza do homem e da mulher, tais como saíram das mãos do Criador. O matrimónio não é uma instituição puramente humana, apesar das numerosas variações a que esteve sujeito no decorrer dos séculos, nas diferentes culturas, estruturas sociais e atitudes espirituais. Tais diversidades não devem fazer esquecer os traços comuns e permanentes. Muito embora a dignidade desta instituição nem sempre e nem por toda a parte transpareça com a mesma clareza (98), existe, no entanto, em todas as culturas, um certo sentido da grandeza da união matrimonial. Porque «a saúde da pessoa e da sociedade está estreitamente ligada a uma situação feliz da comunidade conjugal e familiar» (99).

1604. Deus, que criou o homem por amor, também o chamou ao amor, vocação fundamental e inata de todo o ser humano. Porque o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus (100) que é amor (1 *Jo* 4, 8.16). Tendo-os Deus criado homem e mulher, o amor mútuo dos dois torna-se imagem do amor absoluto e indefectível com que Deus ama o homem. É bom, muito bom, aos olhos do Criador (101). E este amor, que Deus abençoa, está destinado a ser fecundo e a realizar-se na obra comum do cuidado da criação: «Deus abençoou-os e disse-lhes: "Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a"» *(Gn* 1, 28).

1605. Que o homem e a mulher tenham sido criados um para o outro, afirma-o a Sagrada Escritura: «Não é bom que o homem esteja só» *(Gn* 2, 18). A mulher, «carne da sua carne» (102),isto é, sua igual, a criatura mais parecida com ele, é-lhe dada por Deus

como uma ,auxiliar» (103), representando assim aquele «Deus que é o nosso auxílio» (104). «Por esse motivo, o homem deixará o pai e a mãe, para se unir à sua mulher: e os dois serão uma só carne» *(Gn* 2, 24). Que isto significa uma unidade indefectível das duas vidas, o próprio Senhor o mostra, ao lembrar qual foi, «no princípio», o desígnio do Criador (105): «Portanto, já não são dois, mas uma só carne»*(Mt* 19, 6).

O MATRIMÓNIO SOB O REGIME DO PECADO

1606. Todo o homem faz a experiência do mal, à sua volta e em si mesmo. Esta experiência faz-se também sentir nas relações entre o homem e a mulher. Desde sempre, a união de ambos foi ameaçada pela discórdia, o espírito de domínio, a infidelidade, o ciúme e conflitos capazes de ir até ao ódio e à ruptura. Esta desordem pode manifestar-se de um modo mais ou menos agudo e ser mais ou menos ultrapassada, conforme as culturas, as épocas, os indivíduos. Mas parece, sem dúvida, ter um carácter universal.

1607. Segundo a fé, esta desordem, que dolorosamente comprovamos, não procede da *natureza*do homem e da mulher, nem da natureza das suas relações, mas do *pecado.* Ruptura com Deus, o primeiro pecado teve como primeira consequência a ruptura da comunhão original do homem e da mulher. As suas relações são distorcidas por acusações recíprocas (106); a atracção mútua, dom próprio do Criador (107), converte-se em relação de domínio e de cupidez (108): a esplêndida vocação do homem e da mulher para serem fecundos, multiplicarem-se e submeterem a terra (109) fica sujeita às dores do parto e do ganha-pão (110).

1608. No entanto, a ordem da criação subsiste, apesar de gravemente perturbada. Para curar as feridas do pecado, o homem e a mulher precisam da ajuda da graça que Deus, na sua misericórdia infinita, nunca lhes recusou (111). Sem esta ajuda, o homem e a mulher não podem chegar a realizar a união das suas vidas para a qual Deus os criou «no princípio».

O MATRIMÓNIO SOB A PEDAGOGIA DA LEI

1609. Na sua misericórdia, Deus não abandonou o homem pecador. As penas que se seguiram ao pecado, «as dores do parto» (112), o trabalho «com o suor do rosto» *(Gn* 3, 19), constituem também remédios que reduzem os malefícios do pecado. Depois da queda, o matrimónio ajuda a superar o auto-isolamento, o egoísmo, a busca do próprio prazer, e a abrir-se ao outro, à mútua ajuda, ao dom de si.

1610. A consciência moral relativamente à unidade e indissolubilidade do matrimónio desenvolveu-se sob a pedagogia da antiga Lei. A poligamia dos patriarcas e dos reis ainda não é explicitamente rejeitada. No entanto, a Lei dada a Moisés visa proteger a mulher contra um domínio arbitrário por parte do homem, ainda que a mesma Lei comporte também, segundo a palavra do Senhor, vestígios da «dureza do coração» do homem, em razão da qual Moisés permitiu o repúdio da mulher (113).

1611. Ao verem a Aliança de Deus com Israel sob a imagem dum amor conjugal, exclusivo e fiel (114), os profetas prepararam a consciência do povo eleito para uma inteligência aprofundada da unicidade e indissolubilidade do matrimónio (115). Os livros de Rute e de Tobias dão testemunhos comoventes do elevado sentido do matrimónio, da fidelidade e da ternura dos esposos. E a Tradição viu sempre no Cântico dos Cânticos uma expressão única do amor humano, enquanto reflexo do amor de Deus, amor «forte como a morte», que «nem as águas caudalosas conseguem apagar» (*Ct* 8, 6-7).

O MATRIMÓNIO NO SENHOR

1612. A aliança nupcial entre Deus e o seu povo Israel tinha preparado a Aliança nova e eterna, pela qual o Filho de Deus, encarnando e dando a sua vida, uniu a Si, de certo modo, toda a humanidade por Ele salva (116), preparando assim as «núpcias do Cordeiro» (117).

1613. No umbral da sua vida pública, Jesus realiza o seu primeiro sinal –a pedido da sua Mãe – por ocasião duma festa de casamento

(118). A Igreja atribui uma grande importância à presença de Jesus nas bodas de Caná. Ela vê nesse facto a confirmação da bondade do matrimónio e o anúncio de que, doravante, o matrimónio seria um sinal eficaz da presença de Cristo.

1614. Na sua pregação, Jesus ensinou sem equívocos o sentido original da união do homem e da mulher, tal como o Criador a quis no princípio: a permissão de repudiar a sua mulher, dada por Moisés, era uma concessão à dureza do coração (119): a união matrimonial do homem e da mulher é indissolúvel: foi o próprio Deus que a estabeleceu: «Não separe, pois, o homem o que Deus uniu»*(Mt* 19, 6).

1615. Esta insistência inequívoca na indissolubilidade do vínculo matrimonial pôde criar perplexidade e aparecer como uma exigência impraticável (120). No entanto, Jesus não impôs aos esposos um fardo impossível de levar e pesado demais (121), mais pesado que a Lei de Moisés. Tendo vindo restabelecer a ordem original da criação, perturbada pelo pecado, Ele próprio dá a força e a graça de viver o matrimónio na dimensão nova do Reino de Deus. É seguindo a Cristo, na renúncia a si próprios e tornando a sua cruz (122), que os esposos poderão «compreender» (123) o sentido original do matrimónio e vivê-lo com a ajuda de Cristo. Esta graça do Matrimónio cristão é fruto da cruz de Cristo, fonte de toda a vida cristã.

1616. É o que o Apóstolo Paulo nos dá a entender, quando diz: «Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e Se entregou por ela, a fim de a santificar» (*Ef* 5, 25-26): e acrescenta imediatamente: «"Por isso o homem deixará o pai e a mãe para se unir à sua mulher e serão os dois uma só carne". É grande este mistério, digo-o em relação a Cristo e à Igreja» *(Ef 5,*31-32).

1617. Toda a vida cristã tem a marca do amor esponsal entre Cristo e a Igreja. Já o Baptismo, entrada no povo de Deus, é um mistério nupcial: é, por assim dizer, o banho de núpcias (124) que precede o banquete das bodas, a Eucaristia. O Matrimónio cristão, por sua vez, torna-se sinal eficaz, sacramento da aliança de Cristo com a Igreja.

E uma vez que significa e comunica a graça desta aliança, o Matrimónio entre baptizados é um verdadeiro sacramento da Nova Aliança (125).

A VIRGINDADE POR AMOR DO REINO

1618. Cristo é o centro de toda a vida cristã. A união com Ele prevalece sobre todas as outras, quer se trate de laços familiares, quer sociais (126). Desde o princípio da Igreja, houve homens e mulheres que renunciaram ao grande bem do matrimónio, para seguirem o Cordeiro aonde quer que Ele vá (127), para cuidarem das coisas do Senhor, para procurarem agradar-Lhe para saírem ao encontro do Esposo que vem (128). O próprio Cristo convidou alguns a seguirem-n'O neste modo de vida, de que Ele é o modelo:

«Há eunucos que nasceram assim do seio materno; há os que foram feitos eunucos pelos homens; e há os que a si mesmos se fizeram eunucos por amor do Reino dos céus. Quem puder entender, entenda!» (*Mt* 19, 12).

1619. A virgindade por amor do Reino dos céus é um desenvolvimento da graça baptismal, um sinal poderoso da preeminência da união com Cristo e da espera fervorosa do seu regresso, um sinal que lembra também que o matrimónio é uma realidade do tempo presente, que é passageiro (130).

1620. Quer, o sacramento do Matrimónio, quer a virgindade por amor do Reino de Deus, vêm do próprio Senhor. É Ele que lhes dá sentido e concede a graça indispensável para serem vividos em conformidade com a sua vontade (131). A estima pela virgindade por amor do Reino (132) e o sentido cristão do matrimónio são inseparáveis e favorecem-se mutuamente:

«Denegrir o Matrimónio é, ao mesmo tempo, diminuir a glória da virgindade: enaltecê-lo é realçar a admiração devida à virgindade [...] Porque, no fim de contas, o que só em comparação com um mal parece bom, não pode ser um verdadeiro bem: mas o que ainda é melhor do que bens incontestados, esse é que é o bem por excelência» (133)

II. A celebração do Matrimónio

1621. No rito latino, a celebração do Matrimónio entre dois fiéis católicos tem lugar normalmente no decorrer da santa Missa, em virtude da ligação de todos os sacramentos com o mistério pascal de Cristo (134). Na Eucaristia realiza-se o memorial da Nova Aliança, pela qual Cristo se uniu para sempre à Igreja, sua esposa bem-amada, por quem se entregou (135). Por isso, é conveniente que os esposos selem o seu consentimento à doação recíproca pela oferenda das próprias vidas, unindo-a à oblação de Cristo pela sua Igreja, tornada presente no sacrifício eucarístico, e recebendo a Eucaristia, para que, comungando o mesmo corpo e o mesmo sangue de Cristo, «formem um só corpo» em Cristo (136).

1622. «Enquanto *acção sacramental de santificação,* a celebração litúrgica do Matrimónio [...] deve ser por si mesma válida, digna e frutuosa» (137). Por isso, é conveniente que os futuros esposos se preparem para a celebração do seu Matrimónio, recebendo o sacramento da Penitência.

1623. Segundo a tradição latina, são os esposos quem, como ministros da graça de Cristo, mutuamente se conferem o sacramento do Matrimónio, ao exprimirem, perante a Igreja, o seu consentimento. Nas tradições das Igrejas orientais, os sacerdotes que oficiam – Bispos ou presbíteros – são testemunhas do mútuo consentimento manifestado pelos esposos (138), mas a sua bênção também é necessária para a validade do sacramento (139).

1624. As diversas liturgias são ricas em orações de bênção e de epiclese, pedindo a Deus a sua graça e invocando a sua bênção sobre o novo casal, especialmente sobre a esposa. Na epiclese deste sacramento, os esposos recebem o Espírito Santo como comunhão do amor de Cristo e da Igreja (140). É Ele o selo da aliança de ambos, a nascente sempre oferecida do seu amor, a força pela qual se renovará a sua fidelidade.

III. O consentimento matrimonial

1625. Os protagonistas da aliança matrimonial são um homem e uma mulher baptizados, livres para contrair Matrimónio e que livremente exprimem o seu consentimento. «Ser livre» quer dizer:

– não ser constrangido;
– não estar impedido por nenhuma lei natural nem eclesiástica.

1626. A Igreja considera a permuta dos consentimentos entre os esposos como o elemento indispensável «que constitui o Matrimónios (141). Se faltar o consentimento, não há Matrimónio.

1627. O consentimento consiste num «acto humano pelo qual os esposos se dão e se recebem mutuamente» (142): «Eu recebo-te por minha esposa. Eu recebo-te por meu esposo» (143). Este consentimento, que une os esposos entre si, tem a sua consumação no facto de os dois «se tornarem uma só carne» (144).

1628. O consentimento deve ser um acto da vontade de cada um dos contraentes, livre de violência ou de grave temor externo (145). Nenhum poder humano pode substituir-se a este consentimento (146). Faltando esta liberdade, o matrimónio é inválido.

1629. Por este motivo (ou por outras razões, que tornem nulo ou não realizado o casamento) (147), a Igreja pode, depois de examinada a situação pelo tribunal eclesiástico competente, declarar «a nulidade do Matrimónio», ou seja, que o Matrimónio nunca existiu. Em tal caso, os contraentes ficam livres para se casarem, salvaguardadas as obrigações naturais resultantes da união anterior (148).

1630. O sacerdote (ou o diácono), que assiste à celebração do Matrimónio, recebe o consentimento dos esposos em nome da Igreja e dá a bênção da Igreja. A presença do ministro da Igreja (bem como das testemunhas) exprime visivelmente que o Matrimónio é uma realidade eclesial.

1631. É por esse motivo que, normalmente, a Igreja exige para os seus fiéis a *forma eclesiástica*da celebração do Matrimónio (149). Muitas razões concorrem para explicar esta determinação:

– o Matrimónio sacramental é um acto *litúrgico.* Portanto, é conveniente que seja celebrado na liturgia pública da Igreja;
– o Matrimónio introduz num *ordo* eclesial, cria direitos e deveres na Igreja, entre os esposos e para com os filhos;
– uma vez que o Matrimónio é um estado de vida na Igreja, é necessário que haja a certeza a respeito dele (daí a obrigação de haver testemunhas);
– o carácter público do consentimento protege o «sim» uma vez dado e ajuda a permanecer-lhe fiel.

1632. Para que o «sim» dos esposos seja um acto livre e responsável, e para que a aliança matrimonial tenha bases humanas e cristãs sólidas e duradoiras, é de primordial importância *a preparação para o matrimónio:*

O exemplo e o ensino dados pelos pais e pelas famílias continuam a ser o caminho privilegiado desta preparação.

O papel dos pastores e da comunidade cristã, como «família de Deus», é indispensável para a transmissão dos valores humanos e cristãos do Matrimónio e da família (150), e isto tanto mais quanto é certo que, nos nossos dias, muitos jovens conhecem a experiência de lares desfeitos, que já não garantem suficientemente aquela iniciação:

«Os jovens devem ser conveniente e oportunamente instruídos, sobretudo no seio da própria família, acerca da dignidade, missão e exercício do amor conjugal. Deste modo, educados na estima pela castidade, poderão passar, chegada a idade conveniente, de um noivado honesto para o matrimónio» (151).

CASAMENTOS MISTOS E DISPARIDADE DE CULTOS

1633. Em muitos países, a situação do *matrimónio misto* (entre um católico e um baptizado não-católico) apresenta-sede modo bastante frequente. Tal situação pede uma atenção particular dos cônjuges e dos pastores. O caso dos casamentos com *disparidade de culto* (entre um católico e um não-baptizado) exige uma atenção ainda maior.

1634. A diferença de confissão religiosa entre os cônjuges não constitui um obstáculo insuperável para o Matrimónio, quando eles conseguem pôr em comum o que cada um recebeu na sua comunidade e aprender um do outro o modo como cada um vive a sua fidelidade a Cristo. Mas as dificuldades dos matrimónios mistos nem por isso devem ser subestimadas. São devidas ao facto de a separação dos cristãos ainda não ter sido superada. Os esposos arriscam-se a vir a ressentir-se do drama da desunião dos cristãos no seio do próprio lar. A disparidade de culto pode agravar ainda mais estas dificuldades. As divergências em relação à fé, o próprio conceito do Matrimónio e ainda as diferentes mentalidades religiosas podem constituir uma fonte de tensões no Matrimónio, principalmente por causa da educação dos filhos. Pode então surgir uma tentação: a indiferença religiosa.

1635. Segundo o direito em vigor na Igreja latina, um Matrimónio misto precisa da *permissão expressa* da autoridade eclesiástica (152) para a respectiva liceidade. Em caso de disparidade de culto, é requerida uma *dispensa expressa* do impedimento para a validade do Matrimónio (153). Tanto a permissão como a dispensa supõem que as duas partes conhecem e não rejeitam os fins e propriedades essenciais do Matrimónio: e também que a parte católica confirma os seus compromissos, dados também a conhecer expressamente à parte não católica, de conservar a sua fé e de assegurar o Baptismo e a educação dos filhos na Igreja Católica (154).

1636. Em muitas regiões, graças ao diálogo ecuménico, as respectivas comunidades cristãs puderam organizar uma *pastoral comum para os casamentos mistos.* O seu papel consiste em ajudar os casais a viver a sua situação particular à luz da fé. Ela deve também ajudá-los a superar as tensões entre as obrigações dos cônjuges um para com o outro e para com as respectivas comunidades eclesiais. Deve estimular o desenvolvimento do que lhes é comum na fé e o respeito pelo que os divide.

1637. Nos casamentos com disparidade de culto, o cônjuge católico tem uma tarefa particular a cumprir, «porque o marido não-crente é

santificado pela sua mulher e a mulher não-crente é santificada pelo marido crente» *(1 Cor 7,* 14). Será uma grande alegria para o cônjuge cristão e para a Igreja, se esta «santificação» levar à conversão livre do outro à fé cristã (155). O amor conjugal sincero, a prática humilde e paciente das virtudes familiares e a oração perseverante, podem preparar o cônjuge não-crente para receber a graça da conversão.

IV. Os efeitos do sacramento do Matrimónio

1638. « Do Matrimónio válido origina-se entre os cônjuges um *vínculo* de sua natureza perpétuo e exclusivo: no matrimónio cristão, além disso, são os cônjuges robustecidos e como que consagrados por um *sacramento peculiar* para os deveres e dignidade do seu estado» (156).

O VÍNCULO MATRIMONIAL

1639. O consentimento, pelo qual os esposos mutuamente se dão e se recebem, é selado pelo próprio Deus (157). Da sua aliança «nasce uma instituição, também à face da sociedade, tornada firme e estável pela lei divina» (158). A aliança dos esposos é integrada na aliança de Deus com os homens: «O autêntico amor conjugal é assumido no amor divino» (159).

1640. O *vínculo matrimonial é,* portanto, estabelecido pelo próprio Deus, de maneira que o matrimónio ratificado e consumado entre baptizados não pode jamais ser dissolvido. Este vínculo, resultante do acto humano livre dos esposos e da consumação do matrimónio, é, a partir de então, uma realidade irrevogável e dá origem a uma aliança garantida pela fidelidade de Deus. A Igreja não tem poder para se pronunciar contra esta disposição da sabedoria divina (160).

A GRAÇA DO SACRAMENTO DO MATRIMÓNIO

1641. Os esposos cristãos, «no seu estado de vida e na sua ordem, têm, no povo de Deus, os seus dons próprios» (161). Esta graça própria do sacramento do Matrimónio destina-se a aperfeiçoar o amor dos cônjuges e a fortalecer a sua unidade indissolúvel. Por

meio desta graça, «eles auxiliam-se mutuamente para chegarem à santidade pela vida conjugal e pela procriação e educação dos filhos» (162).

1632. *Cristo é a fonte desta graça.* «Assim como outrora Deus veio ao encontro do seu povo com unia aliança de amor e fidelidade, assim agora o Salvador dos homens e Esposo da Igreja vem ao encontro dos esposos cristãos com o sacramento do Matrimónio» (163). Fica com eles, dá-lhes a coragem de O seguirem tomando sobre si a sua cruz, de se levantarem depois das quedas, de se perdoarem mutuamente, de levarem o fardo um do outro (164), de serem «submissos um ao outro no temor de Cristo» *(Ef* 5, 21) e de se amarem com um amor sobrenatural, delicado e fecundo. Nas alegrias do seu amor e da sua vida familiar, Ele dá-lhes, já neste mundo, um antegosto do festim das núpcias do Cordeiro:

«Onde irei buscar forças para descrever, de modo satisfatório, a felicidade do Matrimónio que a Igreja une, que a oblação eucarística confirma e a bênção sela? Os anjos proclamam-no, o Pai celeste ratifica-o [...] Que jugo o de dois cristãos, unidos por uma só esperança, um único desejo, uma única disciplina, um mesmo serviço! Ambos filhos do mesmo Pai, servos do mesmo Senhor; nada os separa, nem no espírito nem na carne; pelo contrário, eles são verdadeiramente dois numa só carne. Ora, onde a carne á só uma, também um só é o espírito» (165).

V. Os bens e as exigências do amor conjugal

1643. «O amor conjugal comporta um todo em que entram todas as componentes da pessoa – apelo do corpo e do instinto, força do sentimento e da afectividade, aspiração do espírito e da vontade –; visa uma unidade profundamente pessoal – aquela que, para além da união numa só carne, conduz à formação dum só coração e duma só alma –; exige a *indissolubilidade* e a*fidelidade* na doação recíproca definitiva; e abre-se à *fecundidade.* Trata-se, é claro, das características normais de todo o amor conjugal natural, mas com um significado novo que não só as purifica e consolida, mas as eleva

ao ponto de fazer delas a expressão de valores especificamente cristãos» (166).

A UNIDADE E A INDISSOLUBILIDADE DO MATRIMÓNIO

1644. Pela sua própria natureza, o amor dos esposos exige a unidade e a indissolubilidade da sua comunidade de pessoas, a qual engloba toda a sua vida: «assim, já não são dois, mas uma só carne» *(Mt* 19, 6) (167). «Eles são chamados a crescer sem cessar na sua comunhão, através da fidelidade quotidiana à promessa da mútua doação total que o Matrimónio implica» (168). Esta comunhão humana é confirmada, purificada e aperfeiçoada pela comunhão em Jesus Cristo, conferida pelo sacramento do Matrimónio; e aprofunda-se pela vida da fé comum e pela Eucaristia recebida em comum.

1645. «A igual dignidade pessoal, que se deve reconhecer à mulher e ao homem no amor pleno que têm um pelo outro, manifesta claramente a unidade do Matrimónio, confirmada pelo Senhor» (169). *A poligamia é* contrária a esta igual dignidade e ao amor conjugal, que é único e exclusivo (170).

A FIDELIDADE DO AMOR CONJUGAL

1646. Pela sua própria natureza, o amor conjugal exige dos esposos uma fidelidade inviolável. Esta é uma consequência da doação de si mesmos que os esposos fazem um ao outro. O amor quer ser definitivo. Não pode ser «até nova ordem». «Esta união íntima, enquanto doação recíproca de duas pessoas, tal como o bem dos filhos, exigem a inteira fidelidade dos cônjuges e reclamam a sua união indissolúvel» (171).

1647. O motivo mais profundo encontra-se na fidelidade de Deus à sua aliança, de Cristo à sua Igreja. Pelo sacramento do Matrimónio, os esposos ficam habilitados a representar esta fidelidade e a dar testemunho dela. Pelo sacramento, a indissolubilidade do Matrimónio adquire um sentido novo e mais profundo.

1648. Pode parecer difícil, e até impossível, ligar-se por toda a vida a um ser humano. Por isso mesmo, é da maior importância anunciar

a boa-nova de que Deus nos ama com um amor definitivo e irrevogável, de que os esposos participam neste amor que os conduz e sustém e de que, pela sua fidelidade, podem ser testemunhas do amor fiel de Deus. Os esposos que, com a graça de Deus, dão este testemunho, muitas vezes em condições bem difíceis, merecem a gratidão e o amparo da comunidade eclesial (172).

1649. No entanto, há situações em que a coabitação matrimonial se torna praticamente impossível pelas mais diversas razões. Em tais casos, a Igreja admite *a separação* física dos esposos e o fim da coabitação. Mas os esposos não deixam de ser marido e mulher perante Deus: não são livres de contrair nova união. Nesta situação difícil, a melhor solução seria, se possível, a reconciliação. A comunidade cristã é chamada a ajudar estas pessoas a viverem cristãmente a sua situação, na fidelidade ao vínculo do seu Matrimónio, que continua indissolúvel (173).

1650. Hoje em dia e em muitos países, são numerosos os católicos que recorrem ao *divórcio,* em conformidade com as leis civis, e que contraem civilmente uma nova união. A Igreja mantém, por fidelidade à palavra de Jesus Cristo («quem repudia a sua mulher e casa com outra comete adultério em relação à primeira; e se uma mulher repudia o seu marido e casa com outro, comete adultério»: *Mc* 10, 11-12), que não pode reconhecer como válida uma nova união, se o primeiro Matrimónio foi válido. Se os divorciados se casam civilmente, ficam numa situação objectivamente contrária à lei de Deus. Por isso, não podem aproximar-se da comunhão eucarística, enquanto persistir tal situação. Pelo mesmo motivo, ficam impedidos de exercer certas responsabilidades eclesiais. A reconciliação, por meio do sacramento da Penitência, só pode ser dada àqueles que se arrependerem de ter violado o sinal da Aliança e da fidelidade a Cristo e se comprometerem a viver em continência completa.

1651. Com respeito a cristãos que vivem nesta situação e que muitas vezes conservam a fé e desejam educar cristãmente os seus filhos, os sacerdotes e toda a comunidade devem dar provas duma

solicitude atenta, para que eles não se sintam separados da Igreja, em cuja vida podem e devem participar como baptizados que são:

«Serão convidados a ouvir a Palavra de Deus, a assistir ao sacrifício da Missa, a perseverar na oração, a prestar o seu contributo às obras de caridade e às iniciativas da comunidade em prol da justiça, a educar os seus filhos na fé cristã, a cultivar o espírito de penitência e a cumprir os actos respectivos, a fim de implorarem, dia após dia, a graça de Deus» (174).

A ABERTURA À FECUNDIDADE

1652. «Pela sua própria natureza, a instituição matrimonial e o amor conjugal estão ordenados à procriação e à educação dos filhos, que constituem o ponto alto da sua missão e a sua coroa»

«Os filhos são, sem dúvida, o mais excelente dom do Matrimónio e contribuem muitíssimo para o bem dos próprios pais. O mesmo Deus que disse: "não é bom que o homem esteja só" (*Gn* 2, 18) e que "desde o princípio fez o homem varão e mulher" (*Mt* 19, 4), querendo comunicar-lhe uma participação especial na sua obra criadora, abençoou o homem e a mulher dizendo: "Sede fecundos e multiplicai-vos" (*Gn* 1, 28). Por isso, o culto autêntico do amor conjugal e toda a vida familiar que dele nasce, sem pôr de lado os outros fins do Matrimónio, tendem a que os esposos, com fortaleza de ânimo, estejam dispostos a colaborar com o amor do Criador e do Salvador, que, por meio deles, aumenta continuamente e enriquece a sua família» (176).

1653 A fecundidade do amor conjugal estende-se aos frutos da vida moral, espiritual e sobrenatural que os pais transmitem aos filhos pela educação. Os pais são os principais e primeiros educadores dos seus filhos(177). Neste sentido, a missão fundamental do Matrimónio e da família é estar ao serviço da vida (178).

1654. Os esposos a quem Deus não concedeu a graça de ter filhos podem, no entanto, ter uma vida conjugal cheia de sentido, humana e cristãmente falando. O seu Matrimónio irradiar uma fecundidade de caridade, de acolhimento e de sacrifício.

VI. A Igreja doméstica

1655. Cristo quis nascer e crescer no seio da Sagrada Família de José e de Maria. A Igreja outra coisa não é senão a «família de Deus». Desde as suas origens, o núcleo aglutinante da Igreja era, muitas vezes, constituído por aqueles que, «com toda a sua casa», se tinham tornado crentes» (179). Quando se convertiam, desejavam que também «toda a sua casa» fosse salva (180). Estas famílias, que passaram a ser crentes, eram pequenas ilhas de vida cristã no meio dum mundo descrente.

1656. Nos nossos dias, num mundo muitas vezes estranho e até hostil à fé, as famílias crentes são de primordial importância, como focos de fé viva e irradiante. É por isso que o II Concílio do Vaticano chama à família, segundo uma antiga expressão, *«Ecclesia domestica* – Igreja doméstica» (181). É no seio da família que os pais são, «pela palavra e pelo exemplo [...], os primeiros arautos da fé para os seus filhos, ao serviço da vocação própria de cada um e muito especialmente da vocação consagrada» (182).

1657. É aqui que se exerce, de modo privilegiado, *o sacerdócio baptismal* do pai de família, da mãe, dos filhos, de todos os membros da família, «na recepção dos sacramentos, na oração e acção de graças, no testemunho da santidade de vida, na abnegação e na caridade efectiva» (183). O lar é, assim, a primeira escola de vida cristã e «uma escola de enriquecimento humano» (184). É aqui que se aprende a tenacidade e a alegria no trabalho, o amor fraterno, o perdão generoso e sempre renovado, e, sobretudo, o culto divino, pela oração e pelo oferecimento da própria vida.

1658. Não podem esquecer-se, também, certas pessoas que estão, em virtude das condições concretas em que têm de viver, muitas vezes sem assim o terem querido, particularmente próximas do coração de Cristo, e que merecem, portanto, a estima e a solicitude atenta da Igreja, particularmente dos pastores: o grande número de *pessoas celibatárias.* Muitas delas ficam *sem família humana,* frequentemente devido a condições de pobreza. Algumas vivem a sua situação no espírito das bem-aventuranças, servindo a

Deus e ao próximo de modo exemplar. Mas a todas é necessário abrir as portas dos lares, «igrejas domésticas», e da grande família que é a Igreja. «Ninguém se sinta privado de família neste mundo: a Igreja é casa e família para todos, especialmente para quantos estão "cansados e oprimidos" *(Mt* 11, 28)» (185).

Resumindo:

1659. *São Paulo diz: «Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja [...] É grande este mistério, que eu refiro a Cristo e à Igreja» (Ef 5, 25.32).*

1660. *A aliança matrimonial, pela qual um homem e uma mulher constituem entre si uma comunidade íntima de vida e de amor; foi fundada e dotada das suas leis próprias pelo Criador: Pela sua natureza, ordena-se ao bem dos cônjuges, bem como à procriação e educação dos filhos. Entre os baptizados ,foi elevada por Cristo Senhor à dignidade de sacramento* (186).

1661. *O sacramento do Matrimónio significa a união de Cristo com a Igreja. Confere aos esposos a graça de se amarem com o amor com que Cristo amou a sua Igreja; a graça do sacramento aperfeiçoa assim o amor humano dos esposos, dá firmeza à sua unidade indissolúvel e santifica-os no caminho da vida eterna* (187).

1662. *O Matrimónio assenta no consentimento dos contraentes, quer dizer; na vontade de se darem mútua e definitivamente, com o fim de viverem uma aliança de amor fiel e fecundo.*

1663. *Uma vez que o Matrimónio estabelece os cônjuges num estado público de vida na Igreja, é conveniente que a sua celebração seja pública, integrada numa celebração litúrgica, perante o sacerdote (ou testemunha qualificada da Igreja), as testemunhas e a assembleia dos fiéis.*

1664. *A unidade, a indissolubilidade e a abertura à fecundidade são essenciais ao Matrimónio. A poligamia é incompatível com a unidade do Matrimónio; o divórcio separa o que Deus uniu; a*

recusa da fecundidade desvia a vida conjugal do seu «dom mais excelente», o filho (188).

1665. *O novo casamento dos divorciados, em vida do cônjuge legítimo, é contrário ao desígnio e à Lei de Deus ensinados por Cristo. Eles não ficam separados da Igreja, mas não têm acesso à comunhão eucarística. Viverão a sua vida cristã sobretudo educando os filhos na fé.*

1666. *O lar cristão é o lugar onde os filhos recebem o primeiro anúncio da fé. É por isso que a casa de família se chama, com razão, «Igreja doméstica», comunidade de graça e de oração, escola de virtudes humanas e de caridade cristã.*

Notas

1. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: AAS 57 (1965) 14.

2. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 [1965} 15.

3. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 48: AAS 58 (1966) 1068.

4. Cf. *Heb* 5, 6; 7, 11: *Sl* 110, 4.

5. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: AAS 57 11965) 14.

6. Cf. *Is* 61, 6.

7. Cf. *Nm* 1, 48-53.

8. Cf. *Js* 13, 33.

9. Cf. *Ex* 29, 1-30; *Lv* 8.

10. Cf. *Heb* 5, 1.

11. Cf. *Ml* 2, 7-9.

12. Cf. *Heb* 5, 3; 7, 27; 10, 1-4.

13. Cr. *Nm* 11, 24-25.

14. *Pontificale Romanum. De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum.* De Ordinatione Episcopi. Prex ordinationis, 47, editio typica altera (Typis Polyglottis Vaticanis1990) p.24 [*Ordenação do Bispo, dos presbíteros e dos diáconos.* Oração de ordenação do Bispo, 47 (Coimbra, Gráfica de Coimbra – Conferência Episcopal Portuguesa.1992) 40].

15. *Pontificale Romanum. De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum.* De Ordinatione presbyterorum. Prex ordinationis, 159, editio typica altera (Typis Polyglottis Vaticanis1990) p. 91-92 [*Ordenação do Bispo, dos presbíteros e dos diáconos.* Oração de

ordenação dos presbíteros, 159 (Coimbra, Gráfica de Coimbra Conferência Episcopal Portuguesa, 1992) p. 104].

16. *Pontificale Romanum. De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum.* De Ordinatione diaconorum. Prex ordinationis, 207, editio typica altera (Typis Polyglottis Vaticanis1990) p. 121 [*Ordenação do Bispo, dos presbíteros e dos diáconos.* Oração de ordenação dos diáconos, 207 (Coimbra, Gráfica de Coimbra Conferência Episcopal Portuguesa, 1992) p. 179].

17. «*Et ideo solus* Christus est verus sacerdos, alii autem ministri eius»: S. Tomás de Aquino, *Commentarium in epistolam ad Hebraeos, c. 7. lect.* 4: *Opera ommnia, v.* 21 (Parisiis 1876) p. 647.

18. Cf. *Ap* 1, 6; 5, 9-10; *1 Pe* 2, 5.9.

19. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: AAS 57 (1965) 14.

20. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: AAS 57 (1965) 14.

21. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: AAS 57 (1965) 14

22. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: AAS 57 (1965) 14: *Ibid.,* 28 AAS 57 (1965) 34: Id., Const. *Sacrosanctum Concilium,* 33 AAS 56 (1964) 108: In.. Decr.*Christus Dominus,* 11 AAS 58 (1966) 677: Id.. Decr. *Presbyterorum ordinis,* 2:. AAS 58 (1966) 992: *Ibid.* 6: AAS 58 (1966) 999.

23. Pio XII. Enc. *Mediator Dei:* AAS 39 (1947) 548.

24. «Christus est fons totius sacerdotii: nam sacerdos legalis erat figura ipsius, sacerdos autem novae leis in persona ipsius operatur»: São Tomás de Aquino, *Summa theologiae, 3,* q. 22, a. 4. e: Ed. Leon. 11, 260.

25. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 21: AAS 57 (1965) 24.

26. Cf. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Trallianos* 3, 1: SC 10bis, 96 (Funk 1, 244) Id.,*Epistula ad Magnesios* 6, 1: SC 10bis, 84 (Funk 1, 234).

27. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 24: AAS 57 (1965) 29.

28. Cf. *Mc* 10, 43-45; *1 Pe* 5,3.

29. São João Crisóstomo, *De sacerdotio 2,* 4: SC 272, 118 (PG 48, 635); cf. *Jo* 21, 15-17.

30. Cf. II Concílio do Vaticano, *Sacrosanctum Concilium,* 33: AAS 56 (1964) 108.

31. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 10: AAS 57 (1965) 14.

32. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 28: AAS 57 (1965) 33-34.

33. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Trallianos* 3, 1: SC 10bis, 96 (Funk1, 244).

34. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 20: AAS 57 (1965) 23.

35. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 21 : AAS 57 (1965) 24.

36. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 21: AAS 57 (1965) 25.

37. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 21 : AAS 57 (1965) 25.

38. II Concílio do Vaticano, Decr. *Christus Dominus,* 2: AAS 58 (1966) 674.

39. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 22: AAS 57 (1965) 26.

40. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 22: AAS 57 (1965) 26.

41. Pio XII. Enc. *Fidei donum:* AAS 49 (1957) 237: ct. II Concílio do Vaticano, Cons. Dogm.*Lumen Gentium,* 23: AAS 57 (1965) 27-28: In.. Decr. *Christus Dominus,* 4: AAS 58 (1966) 674-675: *Ibid.,* 36: AAS 58 (1966) 692: *Ibid.,* 37 AAS 58 (1966) 693; Id,. Decr. *Ad gentes,* 5: AAS 58 (1966) 951-952; *Ibid.,* 6: AAS 58 (1966) 952-953: *Ibid.,* 38: AAS 58 (1966) 984-986.

42. Cf. II Concílio do Vaticano, *Sacrosanctum Concilium,* 41: AAS 56 (1964) 111; Id., Cons. Dogm. *Lumen Gentium,* 26: AAS 57 (1965) 31-32.

43. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 28: AAS 57 (1965) 33.

44. II Concílio do Vaticano, Decr. *Prebyterorum ordinis,* 2: AAS 58 (1966) 992.

45. II Concílio do Vaticano, Decr. *Prebyterorum ordinis,* 2: AAS 58 (1966) 992.

46. Cf. *Heb 5,* 1-10: 7, 24; 9, 11-28.

47. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 28: AAS 57 (1965) 34.

48. II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbyterorum ordinis,* 10: AAS 58 (1966) 1007.

49. II Concílio do Vaticano, *Decr. Optatam totius,* 20: AAS 58 (1966) 726.

50. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 28: AAS 57 (1965) 34.

51. II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbyterorum ordinis,* 2: AAS 58 (1966) 993.

52. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 28: AAS 57 (1965) 35.

53. II Concílio do Vaticano, Dec. *Presbyterorum ordinis,* 8: AAS 58 (1966) 1003.

54. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 29 AAS 57 (1965) 36; cf. Id.. Decr.*Christus Dominus,* 15: AAS 58 (1966) 679.

55. Cf. Santo Hipólito de Roma, *Traditio apostolica,* 8: ed. B. Botte (Münster i.W. 1989) P 22-24.

56. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 41:.AAS 57 (1965) 46: Id.. Decr*Ad gentes* 16: AAS 58 (1966) 967.

57. Cf. *Mc* 10, 45: *Lc* 22, 27: São Policarpo de Esmirna, *Epistula ad Philippenses 5,* 2: SC 10bis. 182 (Funk 1, 300).

58. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 29: AAS 57 (1965) 36; Id.. Cons. *Sacrosanctum Concilium,* 35, 4: AAS 56 (1964) 109: Id., *Decr. Ad gentes,* 16: AAS 58 (1966) 967.

59. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 29: AAS 57 (1965) 36.

60. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 16: AAS 58 (1966) 967.

61. Cf. Pio XII. Const. ap. *Sacramentum ordinis,* DS 3858.

62. Cf. *Pontificale Romanum. De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum.* De Ordinatione presbyterorum. Traditio panis et vini. 163, editio tipica altera (Typis PolyglottisVaticanis 1990) p. 95 [*Ordenação do Bispo, dos presbíteros e diáconos,* Entrega do pão e do vinho,163 (Coimbra, Gráfica de Coimbra – Conferencia Episcopal Portuguesa.1992) p. 107].

63. Cf. *Prefácio dos Apóstolos I: Missale Romanum,* editio typica(Typis Polyglottis Vaticanis1970). p. 426 [*Missal Romano,* Gráfica de Coimbra 1992. 493].

64. Cf. *Ef* 4, 11.

65. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 21: AAS 57 (1965) 24.

66. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 21: AAS 57 (1965) 24.

67. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 20: AAS 57 (1965) 23.

68. Cf. Inocêncio III, *Professio fidei Waldensibus praescripta*: DS 794; IV Concílio de Latrão, Cap. 1, *De fide catholica*: DS 802; CIC can. 1012; CCEO can. 744,747.

69. CIC can. 1024.

70. Cf. *Mc* 3, 14-19; *Lc* 6, 12-16.

71. Cf. *1 Tm* 3, 1-13; *2 Tm* 1, 6: *Tt* 1, 5-9.

72. Cf. São Clemente de Roma, *Epistula ad Corinthios,* 42, 4: *SC* 167, 168-170 (Funk I. 152);*Ibid.,* 44. 3: SC 167, 172 (Funk 1, 156).

73. Cf . João Paulo II, Ep. *Ap. Mulieris dignitatem,* 26-27: AAS 80 (1988) 1715-1720. Id.. Ep. Ap. *Ordinatio sacerdotalis:* AAS 86 (1994) 545-548; Sagrada Congregação da Doutrina da Fé, Decl. *Inter insigniores:* AAS 69 (1977) 98-116; Id., *Responsum ad dubium circa doctrinam in Epist. Ap. "Ordinatio Sacerdotalis" traditam:* AAS 87 (1995) 1114.

74. Cf. *Heb* 5, 4.

75. Cf. *1 Cor* 7, 32.

76. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Presbyterorum ordinis,* 16: AAS 58 (1966) 1915-1016.

77. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr *Presbyterorum ordinis,* 16: AAS 58 (1966) 1015.

78. Cf. Concílio de Trento, Sess. 23ª, *Canones de sacramento Ordinis, c.* 4: DS 1767: II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 21: AAS 57 (1965) *2*5: *Ibid*., 28 AAS 57 (1965) 34: *Ibid*.,

29: AAS 57 (1965) 36: Id., Decr. *Presbyterorum ordinis,* 2: AAS 58 (1966)992.

79. CIC can 290-293. 1336. § 1, 3 e 5. 1338. § 2.

80. Cf. Concílio de Trento, Sess. 23ª, *Canones de sacramento Ordinis, can.* 4: DS 1774.

81. Cf. Concílio de Trento, Sess. 7ª, *Canones de sacramentis in genere*, can. 12: DS 1612: Concílio de Constança, *Errores Iohannis Wyclif,* 4: DS 1154.

82. Santo Agostinho, *In Iohannis evangelium tractatus,* 5, 15: CCL 36, 50 (PL 35, 1422).

83. *Pontificale Romanum. De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum.* De Ordinatione Episcopi. Prex ordinationis, 47, editio typica altera (Typis Polyglottis Vaticanis1990) p.24 [*Ordenação do Bispo, dos presbíteros e dos diáconos,* Oração de ordenação do Bispo, 47 (Coimbra, Gráfica de Coimbra – Conferência Episcopal Portuguesa.1992) 40].

84. II Concílio do Vaticano, Decr. *Christus Dominus,* 13: AAS 58 (1966) 678-679: Ibid., 16: AAS 58 (1966) 680-681.

85. São Hipólito de Roma, *Traditio apostolica,* 3: ed. B. Botte (Münster i.W. 1989) p. 8-10.

86. *Liturgia Bizantina, 2ª oração da imposição das mãos presbiteral: Euchológion tò méga*(Roma 1873) p. 136.

87. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 29 AAS 57 (1965) 36.

88. São Gregório de Nazianzo, *Oratio* 2, 71: SC 247, 184 (PG 35, 480).

89. São Gregório de Nazianzo, *Oratio* 2, 74: SC 247, 186 (PG 35, 481).

90. São Gregório de Nazianzo, *Oratio* 2, 73: SC 247, 186 (PG 35, 481.

91. B. Nodet, *Le Cure d'Ars. Sa pensée-son coeur* (Le Puy 1966) p. 98.

92. Cf. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Trallianos* 3, 1: SC 10bis. 96 (Funk 1, 244).

93. CIC can. 1055. § 1.

94. Cf. *Gn* 1, 26-27.

95. Cf. *Ap* 19, 7.

96. Cf. *Ef* 5, 32-32.

97. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 48: AAS 58 (1966) 1067.

98. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 47: *AAS 58* 11966) 1067.

99. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 47: AAS 58 (1966) 1067.

100. Cf. *Gn* 1, 27.

101. Cf *Gn* 1, 31.

102. Cf. *Gn* 2, 23.

103. Cf *Gn* 2, 18.

104. Cf. *Sl* 121, 2.

105. Cf *Mt* 19, 4.

106. Cf. *Gn* 3, 12.

107. Cf. *Gn* 2, 22.

108. Cf. *Gn* 3, 16.

109. Cf. *Gn* 1, 28.

110. Cf. *Gn* 3, 16-19.

111. Cf. *Gn* 3, 21.

112. Cf. *Gn* 3, 16.

113. Cf. *Mt* 19, 8: *Dt* 24, 1.

114. Cf. *Os* 1-3: *Is* 54; 62; *Jr* 2-3; 31; *Ez* 16; 23.

115. Cf. *Ml* 2, 13-17.

116. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes, 22:* AAS 58 (1966) 1042.

117. *Cf.* Ap 19, 7. 9

118. Cf. *Jo* 2, 1-11.

119. Cf. *Mt* 19, 8.

120. Cf. *Mt* 19, 10 .

121. Cf. *Mt* 11, 29-30.

122. Cf. *Mc* 8, 34.

123.Cf. *Mt* 19, 11.

124. Cf. *Ef* 5, 26-27.

125. Cf. Concílio de Trento, Sess. 24ª. *Doctrina de sacramento Matrimonii:* DS 1800; CIC can. 1055, § I.

126. Cf. *Lc* 14, 26; *Mc* 10, 28-31.

127. Cf. *Ap* 14, 4.

128. Cf. *1 Cor* 7*,* 32.

129. Cf. *Mt* 25, 6.

130. Cf. Mc 12, 25: *1 Cor 7,* 31.

131. Cf. *Mt* 19, 3-12.

132. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 42: AAS 57 (1965) 48: Id., Decr. Perfectae caritatis, 12 AAS 58 (1966) 707: In., Decr. *Optatam totius*, 10: AAS 58 (1966) 720-721.

133. São João Crisóstomo, De Virginitate 10, 1: SC 125, 122 (PG 48, 540): cf. João Paulo II**,** Ex. ap. *Familiares consortio,* 16: AAS 74 (1982) 98.

134. Cf. II Concílio do Vaticano, *Sacrosanctum Concilium,* 61:AAS 56 (1964) 116-117.

135. Cl. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium, 6:* AAS 57 (1965) 9.

136. Cf. *1 Cor* 10, 17.

137. João Paulo II, Ex. ap. *Familiares consortio,* 67: AAS 74 (1982) 162.

138. Cf. CCEO can. 817.

139. CCEO can. 828.

140. Cf *Ef* 5, 32.

141. CIC can. 1057. § 1.

142. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 48: AAS 58 (1966) 1067; CIC can. 1057, § 2.

143. *Ordo celebrandi Matrimonium,* 62, Editio typica altera (Typis Polyglottis Vaticanas 1991) p. 17 [*Celebração do Matrimónio*, 62, Segunda edição típica (Coimbra, Gráfica de Coimbra — Conferência Episcopal Portuguesa 1993) p.31].

144. Cf. *Gn* 2, 24; *Mc* 10, 8: *Ef* 5, 31.

145. Cf. CIC can. 1103.

146. Cf. CIC can. 1057, § 1.

147. Cf. CIC can. 1083-1108.

148. Cf. CIC can. 1071, § 1, 3.

149. Cf. Concílio de Trento, Sess. 24ª, *Decretum "Tametsi ": DS* 1813-1816: CIC can. 1108.

150. Cf. CIC can. 1063.

151. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 49: AAS 58 (1966) 1070.

152. Cf. CIC can. 1124.

153. Cf. CIC can. 1086.

154. Cf. C1C can. 1125.

155. Cf. *1 Cor* 7, 16.

156. CIC can.1134.

157. Cf. *Mc* 10, 9.

158. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 48**:** AAS 58 (1966) 1067.

159. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 48: AAS 58 (1966) 1068.

160. Cf. CIC can. 1141.

161. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 16.

162. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 15-16: cf.*Ibid*., 41:.AAS 57 (1965) 47.

163. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 48: AAS 58 (1966) 1068.

164. Cf. *Gl* 6, 2.

165. Tertuliano, *Ad Uxorem* 2, 8. 6-7: CCL 1, 393 (PL 1, 1415-1416): cf. João Paulo II, Ex. ap.*Familiaris consortio*, 13: AAS 74 (1982) 94.

166. João Paulo II, Ex. ap. *Familiares consortio,* 13: AAS 74 (1982) 96.

167. Cf. *Gn* 2, 24.

168. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 19: AAS 74 (1982) 101.

169. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 49: AAS 58 (1966) 1070.

170. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 19: AAS 74 (1982) 102.

171. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes, 48*: AAS 58 (1966) 1068.

172. João Paulo II. Ex. ap. *Familiaris consortio,* 20: AAS 74 (1982) 104.

173. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 83: AAS 74 (1982) 184; CIC can. 1151-1155.

174. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 84: AAS 74 (1982) 185.

175. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 48: AAS 58 (1966) 1068.

176. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 50: AAS 58 (1966) 1070-1071.

177. II Concílio do Vaticano, Decl. *Gravissimum educationis*, 3: AAS 58 (1966) 731.

178.Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 28: AAS 74(1982) 114.

179.Cf *At* 18, 8.

180. Cf. *At* 16, 31; 11, 14.

181. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 16; cf. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 21: AAS 74 (1982) 105.

182. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 11: AAS 57 (1965) 16.

183. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,*10: AAS 57 (1965) 15.

184. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 52: AAS 58 (1966) 1073.

185. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 85: AAS 74 (1982) 187.

186. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 48: AAS 58 (1966) 1067-1068; CIC can. 1055, § 1.

187. Cf. Concílio de Trento, Sess. 24ª. *Doctrina de sacramento Matrimonii:* DS 1799.

188. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 50: AAS 58 (1966) 1070.

CAPÍTULO QUARTO: AS OUTRAS CELEBRAÇÕES LITÚRGICAS

ARTIGO 1: OS SACRAMENTAIS

1667. «A Santa Mãe Igreja instituiu também os sacramentais. Estes são sinais sagrados por meio dos quais, imitando de algum modo os sacramentos, se significam e se obtêm, pela oração da Igreja, efeitos principalmente de ordem espiritual. Por meio deles, dispõem-se os homens para a recepção do principal efeito dos sacramentos e são santificadas as várias circunstâncias da vida» (1).

TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DOS SACRAMENTAIS

1668. São instituídos pela Igreja com vista à santificação de certos ministérios da mesma Igreja, de certos estados de vida, de circunstâncias muito variadas da vida cristã, bem como do uso de coisas úteis ao homem. Segundo as decisões pastorais dos bispos, podem também corresponder às necessidades, à cultura e à história próprias do povo cristão duma região ou duma época. Incluem sempre uma oração, muitas vezes acompanhada dum sinal determinado, como a imposição da mão, o sinal da cruz, a aspersão com água benta (que recorda o Baptismo).

1669. Eles decorrem do sacerdócio baptismal: todo o baptizado é chamado a ser uma «bênção» (2) e a abençoar (3). Por isso, há certas bênçãos que podem ser presididas por leigos (4). Porém, quanto mais uma bênção disser respeito à vida eclesial e sacramental, tanto mais a sua presidência será reservada ao ministério ordenado (bispos, presbíteros ou diáconos) (5).

1670. Os sacramentais não conferem a graça do Espírito Santo à maneira dos sacramentos; mas, pela oração da Igreja, preparam para receber a graça e dispõem para cooperar com ela. «Portanto, a liturgia dos sacramentos e sacramentais oferece aos fiéis bem dispostos a possibilidade de santificarem quase todos os acontecimentos da vida por meio da graça divina que deriva do mistério pascal da paixão, morte e ressurreição de Cristo, mistério

onde vão buscar a sua eficácia todos os sacramentos e sacramentais. E assim, quase não há uso honesto das coisas materiais que não possa reverter para este fim: a santificação dos homens e o louvor a Deus» (6).

FORMAS VARIADAS DOS SACRAMENTAIS

1671. Entre os sacramentais figuram, em primeiro lugar, as *bênçãos* (de pessoas, da mesa, de objectos e lugares). Toda a bênção é louvor de Deus e oração para obter os seus dons. Em Cristo, os cristãos são abençoados por Deus Pai, «com toda a espécie de bênçãos espirituais» (*Ef* 1, 3). É por isso que a Igreja dá a bênção invocando o nome de Jesus e fazendo habitualmente o santo sinal da cruz de Cristo.

1672. Certas bênçãos têm um alcance duradoiro: são as que têm por fim *consagrar* pessoas a Deus e reservar objectos e lugares para usos litúrgicos. Entre as que são destinadas a pessoas (e que não devem confundir-se com a ordenação sacramental) figuram a bênção do abade ou abadessa dum mosteiro, a consagração das virgens e das viúvas, o rito da profissão religiosa e as bênçãos para certos ministérios da Igreja (leitores, acólitos, catequistas, etc.). Como exemplo das que dizem respeito a objectos, pode apontar-se a dedicação ou bênção de unta *igreja* ou de um altar, a bênção dos santos óleos, dos vasos e paramentos sagrados, dos sinos, etc.

1673. Quando a Igreja pede publicamente e com autoridade, em nome de Jesus Cristo, que uma pessoa ou objecto seja protegido contra a acção do Maligno e subtraído ao seu domínio, fala-se de *exorcismo.* Jesus praticou-o (7) - e é d'Ele que a Igreja obtém o poder e encargo de exorcizar (8). Sob uma forma simples, faz-se o exorcismo na celebração do Baptismo. O exorcismo solene, chamado «grande exorcismo», só pode ser feito por um presbítero e com licença do bispo. Deve proceder-se a ele com prudência, observando estritamente as regras estabelecidas pela Igreja (9). O exorcismo tem por fim expulsar os demónios ou libertar do poder diabólico, e isto em virtude da autoridade espiritual que Jesus confiou à sua Igreja. Muito diferente é o caso das doenças, sobretudo

psíquicas, cujo tratamento depende da ciência médica. Por isso, antes de se proceder ao exorcismo, é importante ter a certeza de que se trata duma presença diabólica e não duma doença.

A RELIGIOSIDADE POPULAR

1674. Fora da liturgia dos sacramentos e dos sacramentais, a catequese deve ter em consideração as formas de piedade dos fiéis e a religiosidade popular. O sentimento religioso do povo cristão desde sempre encontrou a sua expressão em variadas formas de piedade, que rodeiam a vida sacramental da Igreja, tais como a veneração das relíquias, as visitas aos santuários, as peregrinações, as procissões, a via-sacra, as danças religiosas, o rosário, as medalhas, etc. (10).

1675. Estas manifestações são um prolongamento da vida litúrgica da Igreja, mas não a substituem. «Devem ser organizadas, tendo em conta os tempos litúrgicos e de modo a harmonizarem-se com a liturgia, a dimanarem dela de algum modo e a nela introduzirem o povo; porque, por sua natureza, a liturgia lhes é, de longe, superior» (11).

1676. Para manter e apoiar a religiosidade popular, é necessário um discernimento pastoral. O mesmo se diga, se for caso disso, para purificar e corrigir o sentimento religioso subjacente a essas devoções e para fazer progredir no conhecimento do mistério de Cristo. A sua prática está submetida ao cuidado e às decisões dos bispos e às normas gerais da igreja (12).

«A religiosidade do povo, no seu núcleo, é um acervo de valores que responde com sabedoria cristã às grandes incógnitas da existência. A sapiência popular católica tem uma capacidade de síntese vital: engloba criadoramente o divino e o humano, Cristo e Maria, espírito e corpo, comunhão e instituição, pessoa e comunidade, fé e pátria, inteligência e afecto. Esta sabedoria é um humanismo cristão que afirma radicalmente a dignidade de toda a pessoa como filho de Deus, estabelece uma fraternidade fundamental, ensina a encontrar a natureza e a compreender o trabalho e proporciona as razões para

a alegria e o humor, mesmo no meio de uma vida muito dura. Esta sabedoria é também para o povo um princípio de discernimento, um instinto evangélico pelo qual capta espontaneamente quando se serve na Igreja o Evangelho e quando ele é esvaziado e asfixiado por outros interesses» (13).

Resumindo:

1677. *Chamam-se sacramentais os sinais sagrados instituídos pela Igreja, cuja finalidade é preparar os homens para receberem os frutos dos sacramentos e santificarem as diferentes circunstâncias da vida.*

1678. *Entre os sacramentais, as bênçãos ocupam um lugar importante. Compreendem, ao mesmo tempo, o louvor de Deus pelas suas obras e a intercessão da Igreja para que os homens possam fazer uso dos dons de Deus segundo o espírito do Evangelho.*

1679. *Além da liturgia, a vida cristã nutre-se das variadas formas da piedade popular, enraizadas nas diferentes culturas. Procurando esclarecê-las com a luz da fé, a Igreja favorece as formas de religiosidade popular que exprimem um instinto evangélico e uma sabedoria humana, e que enriquecem a vida cristã.*

ARTIGO 2: AS EXÉQUIAS CRISTÃS

1680. Todos os sacramentos, principalmente os da iniciação cristã, têm por fim a última páscoa do cristão, que, pela morte, o faz entrar na vida do Reino. Então se cumpre o que ele confessa na fé e na esperança: «Espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há-de vir» (14).

I. A última Páscoa do cristão

1681. O sentido cristão da morte é revelado à luz do *mistério pascal* da morte e ressurreição de Cristo, em quem pomos a nossa única esperança. O cristão que morre em Cristo Jesus «abandona este corpo para ir morar junto do Senhor» (15).

1682. O dia da morte inaugura para o cristão, no *termo da sua vida sacramental,* a consumação do seu novo nascimento começado no Baptismo, o definitivo «assemelhar-se à imagem do Filho», conferido pela unção do Espírito Santo e pela participação no banquete do Reino, antecipada na Eucaristia, ainda que algumas derradeiras purificações lhe sejam ainda necessárias, para poder vestir o traje nupcial.

1683. A Igreja que, como mãe, trouxe sacramentalmente no seu seio o cristão durante a sua peregrinação terrena, acompanha-o no termo da sua caminhada para o entregar «nas mãos do Pai». E oferece ao Pai, em Cristo, o filho da sua graça, e depõe na terra, na esperança, o gérmen do corpo que há-de ressuscitar na glória (16). Esta oblação é plenamente celebrada no sacrifício eucarístico, e as bênçãos que o precedem e o seguem são sacramentais.

II. A celebração das exéquias

1684. As exéquias cristãs são uma celebração litúrgica da Igreja. O ministério da Igreja tem em vista, aqui, tanto exprimir a comunhão eficaz com *o defunto,* como fazer participar nela *a comunidade* reunida para o funeral e anunciar-lhe a vida eterna.

1685. Os diferentes ritos das exéquias exprimem o *carácter pascal* da morte cristã e correspondem às situações e tradições de cada região, até no que respeita à cor litúrgica (17).

1686. A *Celebração das Exéquias – Ordo exsequiarum* – da liturgia romana propõe três tipos de celebração das exéquias, correspondentes aos três lugares em que se desenrolam (a casa, a igreja, o cemitério), e segundo a importância que lhes dão a família, os costumes locais, a cultura e a piedade popular. O esquema é, aliás, comum a todas as tradições litúrgicas e compreende quatro momentos principais:

1687. O *acolhimento da comunidade.* Uma saudação de fé dá início à celebração. Os parentes do defunto são acolhidos com uma palavra de «consolação» (no sentido do Novo Testamento: a fortaleza do Espírito Santo na esperança (18). Também a

comunidade orante, que se junta, espera ouvir «as palavras da vida eterna». A morte dum membro da comunidade (ou o seu dia aniversário, sétimo ou trigésimo) é um acontecimento que deve levar a ultrapassar as perspectivas «deste mundo» e projectar os fiéis para as verdadeiras perspectivas da fé em Cristo Ressuscitado.

1688. A *liturgia da Palavra,* aquando das exéquias, exige uma preparação, tanto mais atenta quanto a assembleia presente pode incluir fiéis pouco frequentadores da liturgia e até amigos do defunto que não sejam cristãos. A homilia, de modo particular, deve «evitar o género literário do elogio fúnebre» (19) e iluminar o mistério da morte cristã com a luz de Cristo ressuscitado.

1689. O *sacrifício eucarístico.* Quando a celebração tem lugar na igreja, a Eucaristia é o coração da realidade pascal da morte cristã (20). É então que a Igreja manifesta a sua comunhão eficaz com o defunto: oferecendo ao Pai, no Espírito Santo, o sacrifício da morte e ressurreição de Cristo, pede-Lhe que o seu filho defunto seja purificado dos pecados e respectivas consequências, e admitido à plenitude pascal da mesa do Reino (21). É pela Eucaristia assim celebrada que a comunidade dos fiéis, especialmente a família do defunto, aprende a viver em comunhão com aquele que «adormeceu no Senhor», comungando o corpo de Cristo, de que ele é membro vivo, e depois rezando por ele e com ele.

1690. O *adeus* («a Deus») ao defunto é a sua «encomendação a Deus» pela Igreja. É «a última saudação dirigida pela comunidade cristã a um dos seus membros, antes de o corpo ser levado para a sepultura» (22). A tradição bizantina exprime-o pelo ósculo do adeus ao defunto:

Nesta saudação final, «canta-se por ele ter partido desta vida e pela sua separação, mas também porque há uma comunhão e uma reunião. Com efeito, mortos, nós não nos separamos uns dos outros, porque todos percorremos o mesmo caminho e nos reencontraremos no mesmo lugar. Nunca nos separaremos, porque vivemos para Cristo e agora estamos unidos a Cristo, indo para Ele... estaremos todos juntos em Cristo» (23).

Notas

1. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 60: AAS 56 (1964) 116: cf. CIC can. 1166; CCEO can. 867.

2. Cf. *Gn* 12, 2.

3. Cf. *Lc* 6, 28; *Rm* 12, 14; *1 Pe* 3, 9.

4. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 79: AAS 56 (1964) 120: cf. CIC can. 1168.

5. Cf. *De Benedictionibus,* Praenotanda generalia, 16 e 18. Editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1984) p. 13.14-15 [*Celebração das Bênçãos,* Preliminares gerais, 16 e 18 (Coimbra, Gráfica de Coimbra Conferência Episcopal Portuguesa, 1991) p. 13].

6. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 61: AAS 56 (1964) 116-117.

7. Cf. *Mc* 1, 25-26.

8. Cf. *Mc* 3, 15; 6, 7.13; 16, 17.

9. Cf. CIC can. 1172.

10. Cf. II Concílio de Niceia, *Definitio de sacris imaginibus:* DS 601; *Ibid.:* DS 603; Concílio de Trento, Sess.25ª, *Decretum de invocatione*, *veneratione et reliquiis sanctorum, et sacris imaginibus*: DS 1822.

11. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 13: AAS 56 (1964) 103.

12. Cf. João Paulo II,. Ex. Ap. *Catechesi tradendae,* 54: AAS 71 (1979) 1321-1322.

13. III Conferência Geral do Episcoplado Latino-Americano, *Puebla, La Evangelización en el presente y en el futuro de América Latina.* 448 (Bogotá 1979) p. 131 [Puebla. A Evangelização no presente e no futuro da América Latina, Texto oficial da CNBB, 448 (Petrópolis, Ed. Vozes 1980) p.153-154]; cf. Paulo VI, Ex. ap. *Evangelii nuntiandi,* 48: AAS 68 (1976) 37-38.

14. *Símbolo Niceno-Constantinopolitano:* DS 150.

15. Cf. *2 Cor* 5, 8.

16. Cf. *1 Cor* 15, 42-44.

17. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 81: AAS 56 (1964) 120.

18. Cf. *1 Ts* 4, 18.

19. Cf. *Ordo exsequiarum,* De primo typo exsequiarum, 41, Editio typica (Typis PolyglottisVaticanis 1969) p. 21 [*Celebração das Exéquias,* n. 57 (Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração – Conferência Episcopal. 1984) p. 521.

20. Cf. *Ordo exsequiarum,* Praenotanda, Editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1969) p. 7[*Celebração das Exéquias,* Preliminares, I (Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração – Conferência Episcopal, 1984) p. 31.

21. Cf. *Ordo exsequiarum,* De primo typo exsequiarum, 56. Editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1969) p. 26 [*Celebração das Exéquias, n.* 87* (Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração — Conferência Episcopal. 1984) p. 82-83].

22. *Ordo exsequiarum,* Praenotanda, 10, Editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1969) p. 9 [*Celebração dos Exéquias,* Preliminares, 10 (Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração – Conferência Episcopal, 1984) p. 7].

23. São Simão de Tessalónica, *De ordine sepulturae,* 367: PG 155, 685.

TERCEIRA PARTE: A VIDA EM CRISTO

INTRODUÇÃO

1691. «Reconhece, ó cristão, a tua dignidade. Uma vez constituído participante da natureza divina, não penses em voltar às antigas misérias da tua vida passada. Lembra-te de que cabeça e de que corpo és membro. Não te esqueças de que foste libertado do poder das trevas e transferido para a luz e para o Reino de Deus» (1).

1692. O Símbolo da fé, professou a grandeza dos dons de Deus ao homem na obra da criação e, mais ainda, na da redenção e santificação. O que a fé confessa, os sacramentos comunicam-no: pelos «sacramentos, que os fizeram renascer», os cristãos tornaram-se «filhos de Deus» (*1 Jo* 3, 1) (2), «participantes da natureza divina» (*2 Pe* 1, 4). Reconhecendo pela fé a sua nova dignidade, os cristãos são chamados a levar, doravante, uma vida digna do Evangelho de Cristo (3). Pelos sacramentos e pela oração, recebem a graça de Cristo e os dons do seu Espírito, que dela os tornam capazes.

1693. Cristo Jesus fez sempre aquilo que era do agrado do *Pai* (4). Viveu sempre em perfeita comunhão com Ele. De igual modo, os seus discípulos são convidados a viver sob o olhar do Pai, «que vê no segredo» (*Mt* 6, 6), para se tornarem «perfeitos como o Pai celeste é perfeito» (*Mt* 5,47).

1694. Incorporados em *Cristo* pelo Baptismo (5), os cristãos «morreram para o pecado e vivem para Deus em Cristo Jesus» (6), participando assim na vida do Ressuscitado (7). Seguindo a Cristo e em união com Ele (8), os cristãos podem esforçar-se por ser imitadores de Deus, como filhos bem amados, e por proceder com amor» (9), conformando os seus pensamentos, palavras e acções com os sentimentos de Cristo Jesus (10) e seguindo os seus exemplos (11).

1695. «Justificados pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus» *(1 Cor* 6*,* 11), «santificados e chamados a serem santos» (12) os cristãos tornaram-se «templo do*Espírito Santo» (1 Cor* 6, 19). Este, que é o «Espírito do Filho», ensina-os a orar ao Pai (13) e, tendo-Se feito vida deles, impele-os a agir (14) para produzirem os frutos do Espírito (15) mediante uma caridade activa. Curando as feridas do pecado, o Espírito Santo renova-nos interiormente por uma transformação espiritual (16), ilumina-nos e fortalece-nos para vivermos como «filhos da luz» (*Ef* 5, 8) «em toda a espécie de bondade, justiça e verdade (*Ef* 5, 9).

1696. O caminho de Cristo «leva à vida»; um caminho contrário «leva à perdição» *(Mt 7,* 13) (17). A parábola evangélica dos *dois caminhos* está sempre presente na catequese da Igreja. E significa a importância das decisões morais para a nossa salvação. «Há dois caminhos, um da vida, outro da morte: mas entre os dois existe uma grande diferença» (18).

1697. Na *catequese,* importa revelar com toda a clareza a alegria e as exigências do caminho de Cristo(19). A catequese da «vida nova» n'Ele *(Rm* 6, 4), deve ser:

– *uma catequese do Espírito Santo,* mestre interior da vida segundo Cristo, doce hóspede e amigo que inspira, guia, rectifica e fortalece essa vida;

– *uma catequese da graça,* pois é pela graça que somos salvos e é também pela graça que as nossas obras podem ser frutuosas para a vida eterna;

– *uma catequese das bem-aventuranças,* porque o caminho de Cristo se resume nelas e é o único caminho da felicidade eterna a que o coração do homem aspira;

– *uma catequese do pecado e do perdão,* porque, sem se reconhecer pecador, o homem não pode conhecer a verdade sobre si mesmo, condição dum procedimento justo: e, sem a oferta do perdão, não seria capaz de suportar aquela verdade;

– *uma catequese das virtudes humanas,* que faz apreender a beleza e o atractivo das rectas disposições para o bem;

– *uma catequese das virtudes cristãs* da fé, esperança e caridade, que se inspira abundantemente no exemplo dos santos;

– *uma catequese do duplo mandamento da caridade* exposto no decálogo;

– *uma catequese eclesial,* porque é nas múltiplas permutas dos «bens espirituais», na «comunhão dos santos», que a vida cristã pode crescer, desenvolver-se e comunicar-se.

1698. A referência, primeira e última, desta catequese será sempre o próprio Jesus Cristo, que é «o caminho, a verdade e a vida» (*Jo* 14, 6). De olhos postos n'Ele com fé, os cristãos podem esperar que Ele próprio realize neles as suas promessas e, amando-O com o amor com que Ele os amou, podem fazer as obras correspondentes à sua dignidade:

«Rogo-te que penses em nosso Senhor Jesus Cristo como tua verdadeira cabeça, e em ti como um dos seus membros. Ele é para ti como a cabeça para os membros. Tudo o que é d'Ele é teu: o espírito, o coração, o corpo, a alma e todas as faculdades. Deves usar de todas elas como se fossem realmente tuas, para servir, louvar, amar e glorificar a Deus. Tu és para Ele como um membro em relação à cabeça: e, por isso, também Ele deseja ardentemente servir-Se de todas as tuas faculdades como se fossem suas, para servir e glorificar o Pai» (20).
«Para mim, viver é Cristo» (*Fl* 1, 21).

Notas

1. São Leão Magno, *Sermo* 21, 3: CCL 138, 88 (PL 54, 192-193).

2. Cf. *Jo* 1, 12.

3. Cf. *Fl* 1, 27.

4. *Cf. Jo* 8, 29.

5. Cf. *Rm* 6, 5.

6. Cf. *Rm* 6, 11.

7. Cf. *Cl* 2, 12.

8. Cf. *Jo* 15, 5.

9. Cf. *Ef* 5, 1-2.

10. Cf. *Fl* 2, 5.

11. Cf. *Jo* 13, 12-16.

12. Cf. *1 Cor* 1, 2.

13. Cf. *Gl* 4, 6.

14. Cf. *Gl* 5, 25.

15. Cf. *Gl* 5, 22.

16. Cf. *Ef* 4, 23.

17. Cf. *Dt* 30, 15-20.

18. *Didaké* 1, 1: SC 248, 140 (Funk 1, 2).

19. Cf. João Paulo II, Ex. Ap. *Catechesi tradendae*, 29: AAS 71 (1979) 1301.

20. São João Eudes, *Le Coeur admirable de la Très Sacrée Mère de Dieu*, 1, 5 *Oeuvres completes*, v. 6 (Paris 1908) p. 113-114.

PRIMEIRA SECÇÃO: A VOCAÇÃO DO HOMEM: A VIDA NO ESPÍRITO

1699. A vida no Espírito Santo realiza a vocação do homem *(Capítulo primeiro).* É feita de caridade divina e de solidariedade humana *(Capítulo segundo).* É concedida gratuitamente como salvação *(Capítulo terceiro).*

CAPÍTULO PRIMEIRO: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

1700. A dignidade da pessoa humana radica na sua criação à imagem e semelhança de Deus*(Artigo* 1) e realiza-se na sua vocação à bem-aventurança divina *(Artigo 2).* Compete ao ser humano chegar livremente a esta realização *(Artigo 3).* Pelos seus actos deliberados *(Artigo 4),* apessoa humana conforma-se, ou não, com o bem prometido por Deus e atestado pela consciência moral *(Artigo 5).* Os seres humanos edificam-se a si mesmos e crescem a partir do interior: fazem de toda a sua vida sensível e espiritual objecto do próprio crescimento *(Artigo 6).* Com a ajuda da graça, crescem na virtude *(Artigo 7),* evitam o pecado e, se o cometeram, entregam-se como o filho pródigo (1) à misericórdia do Pai dos céus *(Artigo 8).* Atingem, assim, a perfeição da caridade.

ARTIGO 1: O HOMEM, IMAGEM DE DEUS

1701. «Cristo, [...] na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, manifesta plenamente o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime» (2). Foi em Cristo, «imagem do Deus invisível» (*Cl* 1, 15) (3), que o homem foi criado «à imagem e semelhança» do Criador. Assim como foi em Cristo, redentor e salvador, que a imagem divina, deformada no homem pelo primeiro pecado, foi restaurada na sua beleza original e enobrecida pela graça de Deus (4).

1702. A imagem divina está presente em cada homem. Resplandece na comunhão das pessoas, à semelhança da unidade das Pessoas divinas entre Si (cf. *Capítulo segundo).*

1703. Dotada de uma alma «espiritual e imortal» (5) a pessoa humana é «a única criatura sobre a tema querida por Deus por si mesma» (6). Desde que é concebida, é destinada para a bem-aventurança eterna.

1704. A pessoa humana participa da luz e da força do Espírito divino. Pela razão, é capaz de compreender a ordem das coisas estabelecida pelo Criador. Pela vontade, é capaz de se orientar a si própria para o bem verdadeiro. E encontra a perfeição na «busca e no amor da verdade e do bem» (7).

1705. Em virtude da sua alma e das forças espirituais da inteligência e da vontade, o homem é dotado de liberdade, «sinal privilegiado da imagem divina» (8).

1706. Mediante a sua razão, o homem conhece a voz de Deus que o impele «a fazer [...] o bem e a evitar o mal» (9). Todos devem seguir esta lei, que ressoa na consciência e se cumpre no amor de Deus e do próximo. O exercício da vida moral atesta a dignidade da pessoa.

1707. «Seduzido pelo Maligno desde o começo da história, o homem abusou da sua liberdade» (10). Sucumbiu à tentação e cometeu o mal. Conserva o desejo do bem, mas a sua natureza está ferida pelo pecado original. O homem ficou com a inclinação para o mal e sujeito ao erro:

O homem encontra-se, pois, dividido em si mesmo. E assim, toda a vida humana, quer singular quer colectiva, apresenta-se como uma luta, e quão dramática, entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas» (11).

1708. Pela sua paixão, Cristo livrou-nos de Satanás e do pecado e mereceu-nos a vida nova no Espírito Santo. A sua graça restaura o que o pecado tinha deteriorado em nós.

1709. Quem crê em Cristo torna-se filho de Deus. Esta adopção filial transforma-o, dando-lhe a possibilidade de seguir o exemplo de Cristo. Torna-o capaz de agir com rectidão e de praticar o bem. Na união com o seu Salvador, o discípulo atinge a perfeição da

caridade, que é a santidade. Amadurecida na graça, a vida moral culmina na vida eterna, na glória do céu.

Resumindo:

1710. *«Cristo [...] manifesta plenamente o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime»* (12).

1711. *Dotada de uma alma espiritual, de inteligência e de vontade, a pessoa humana é, desde a sua concepção, ordenada para Deus e destinada à eterna bem-aventurança. E continua a aperfeiçoar-se na «busca e amor da verdade e do bem»* (13).

1712. *«A verdadeira liberdade é, no homem, o sinal privilegiado da imagem de Deus»* (14).

1713. *O homem é obrigado a seguir a lei moral, que o impele a «fazer [...] o bem e a evitar o mal»* (15). *Esta lei ressoa na sua consciência.*

1714. *O homem, ferido na sua natureza pelo pecado original, está sujeito ao erro e inclinado para o mal no exercício da sua liberdade.*

1715. *Quem crê em Cristo possui a vida nova no Espírito Santo. A vida moral, crescida e amadurecida na graça, deve consumar-se na glória do céu.*

ARTIGO 2: A NOSSA VOCAÇÃO PARA A BEM-AVENTURANÇA

I. As bem-aventuranças

1716. As bem-aventuranças estão no coração da pregação de Jesus. O seu anúncio retorna as promessas feitas ao povo eleito, desde Abraão. A pregação de Jesus completa-as, ordenando-as, não já somente à felicidade resultante da posse duma tema, mas ao Reino dos céus:

«Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos céus.
Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados.
Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a tema.
Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão

saciados.
Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia.
Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus.
Bem-aventurados os que promovem a paz. porque serão chamados filhos de Deus.
Bem-aventurados os que sofrem perseguição por amor da justiça, porque deles é o Reino dos céus.
Bem-aventurados sereis, quando, por minha causa, vos insultarem, vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal de vós. Alegrai-vos e exultai, pois é grande nos céus a vossa recompensa» (*Mt* 5, 3-12).

1717. As bem-aventuranças retratam o rosto de Jesus Cristo e descrevem-nos a sua caridade: exprimem a vocação dos fiéis associados à glória da sua paixão e ressurreição; definem os actos e atitudes características da vida cristã; são as promessas paradoxais que sustentam a esperança no meio das tribulações; anunciam aos discípulos as bênçãos e recompensas já obscuramente adquiridas; já estão inauguradas na vida da Virgem Maria e de todos os santos.

II. O desejo de felicidade

1718. As bem-aventuranças respondem ao desejo natural de felicidade. Este desejo é de origem divina; Deus pô-lo no coração do homem para o atrair a Si, o único que o pode satisfazer:

«Todos nós, sem dúvida, queremos viver felizes, e não há entre os homens quem não dê o seu assentimento a esta afirmação, mesmo antes de ela ser plenamente enunciada» (16)

«Como é então, Senhor, que eu Te procuro? De facto, quando Te procuro, ó meu Deus, é a vida feliz que eu procuro. Faz com que Te procure, para que a minha alma viva! Porque tal como o meu corpo vive da minha alma, assim a minha alma vive de Ti» (17).

«Só Deus sacia» (18).

1719. As bem-aventuranças descobrem a meta da existência humana, o fim último dos actos humanos: Deus chama-nos à sua própria felicidade. Esta vocação dirige-se a cada um, pessoalmente, mas também ao conjunto da Igreja, povo novo constituído por aqueles que acolheram a promessa e dela vivem na fé.

III. A bem-aventurança cristã

1720. O Novo Testamento emprega muitas expressões para caracterizar a bem-aventurança a que Deus chama o homem: a chegada do Reino de Deus (19); a visão de Deus: «Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus» (*Mt* 5, 8) (20); a entrada na alegria do Senhor (21) a entrada no repouso de Deus (22):

«Lá, descansaremos e veremos: veremos e amaremos; amaremos e louvaremos. Eis o que acontecerá no fim sem fim. E que outro fim temos nós, sendo chegar ao Reino que lido tem fim ?» (23).

1721. De facto, Deus colocou-nos no mundo para O conhecermos, servirmos e amarmos, e assim chegarmos ao paraíso. A bem-aventurança faz-nos participantes da natureza divina (*1 Pe* 1, 4) e da vida eterna (24). Com ela, o homem entra na glória de Cristo (25) e no gozo da vida trinitária.

1722. Uma tal bem-aventurança ultrapassa a inteligência e as simples forças humanas. Resulta de um dom gratuito de Deus. Por isso se classifica de sobrenatural, tal como a graça, que dispõe o homem para entrar no gozo de Deus.

«" Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus". É certo que "ninguém pode ver a Deus" na sua grandeza e glória inenarrável e "continuar a viver", porque o Pai é inacessível. Mas, no seu amor, na sua bondade para com os homens e na sua omnipotência, vai ao ponto de conceder aos que O amam esta graça: ver a Deus [...] porque "o que é impossível aos homens é possível a Deus"» (26).

1723. A bem-aventurança prometida coloca-nos perante as opções morais decisivas. Convida-nos a purificar o nosso coração dos seus

maus instintos e a procurar o amor de Deus acima de tudo. E ensina-nos que a verdadeira felicidade não reside nem na riqueza ou no bem-estar, nem na glória humana ou no poder, nem em qualquer obra humana, por útil que seja, como as ciências, as técnicas e as artes, nem em qualquer criatura, mas só em Deus, fonte de todo o bem e de todo o amor:

«A riqueza á a grande divindade deste tempo: é a ela que a multidão, toda a massa dos homens, presta instintiva homenagem. Mede-se a felicidade pela fortuna, como pela fortuna se mede a honorabilidade [...] Tudo provém desta convicção: com a riqueza, tudo se pode. A riqueza é, pois, um dos ídolos actuais: outro, é a notoriedade. [...] A notoriedade, o facto de se ser conhecido e de dar brado no mundo (a que poderia chamar-se fama de imprensa), acabou por ser considerada como um bem em si mesma, um bem soberano, objecto, até, de verdadeira veneração» (27).

1724. O decálogo, o sermão da montanha e a catequese apostólica descrevem-nos os caminhos que conduzem ao Reino dos céus. Por eles avançamos, passo a passo, pelos actos de cada dia, amparados pela graça do Espírito Santo. Fecundados pela Palavra de Cristo, pouco a pouco, damos frutos na Igreja para a glória de Deus (28).

Resumindo:

1725. *As bem-aventuranças retomam e aperfeiçoam as promessas de Deus, desde Abraão, ordenando-as para o Reino dos céus. Correspondem ao desejo de felicidade que Deus colocou no coração do homem.*

1726. *As bem-aventuranças ensinam-nos qual o fim último a que Deus nos chama: o Reino, a visão de Deus, a participação na natureza divina, a vida eterna, a filiação, o repouso em Deus.*

1727. *A bem-aventurança da vida eterna é um dom gratuito de Deus; é sobrenatural, como a graça que a ela conduz.*

1728. *As bem-aventuranças colocam-nos perante opções decisivas relativamente aos bens terrenos; purificam o nosso coração, para nos ensinarem a amar a Deus sobre todas as coisas.*

1729. *A bem-aventurança do céu determina os critérios de discernimento no uso dos bens terrenos, em conformidade com a Lei de Deus.*

ARTIGO 3: A LIBERDADE DO HOMEM

1730. Deus criou o homem racional, conferindo-lhe a dignidade de pessoa dotada de iniciativa e do domínio dos seus próprios actos. «Deus quis "deixar o homem entregue à sua própria decisão"*(Sir* 15, 14), de tal modo que procure por si mesmo o seu Criador e, aderindo livremente a Ele, chegue à total e beatífica perfeição» (29):

«O homem é racional e, por isso, semelhante a Deus, criado livre e senhor dos seus actos» (30).

I. Liberdade e responsabilidade

1731. A liberdade é o poder, radicado na razão e na vontade, de agir ou não agir, de fazer isto ou aquilo, praticando assim, por si mesmo, acções deliberadas. Pelo livre arbítrio, cada qual dispõe de si. A liberdade é, no homem, uma força de crescimento e de maturação na verdade e na bondade. E atinge a sua perfeição quando está ordenada para Deus, nossa bem-aventurança.

1732. Enquanto se não fixa definitivamente no seu bem último, que é Deus, a liberdade implica a possibilidade de *escolher entre o bem e o mal,* e portanto, de crescer na perfeição ou de falhar e pecar. É ela que caracteriza os actos propriamente humanos. Torna-se fonte de louvor ou de censura, de mérito ou de demérito.

1733. Quanto mais o homem fizer o bem, mais livre se torna. Não há verdadeira liberdade senão no serviço do bem e da justiça. A opção pela desobediência e pelo mal é um abuso da liberdade e conduz à escravidão do pecado (31).

1734. A liberdade torna o homem *responsável* pelos seus actos, na medida em que são voluntários. O progresso na virtude, o

conhecimento do bem e a ascese aumentam o domínio da vontade sobre os próprios actos.

1735. *A imputabilidade* e responsabilidade dum acto podem ser diminuídas, e até anuladas, pela ignorância, a inadvertência, a violência, o medo, os hábitos, as afeições desordenadas e outros factores psíquicos ou sociais**.**

1736. Todo o acto directamente querido é imputável ao seu autor.

Assim, depois do pecado no paraíso, o Senhor pergunta a Adão: «Que fizeste'?» (*Gn* 3, 13). O mesmo faz a Caim (32). Assim também o profeta Natan ao rei David, após o adultério com a mulher de Urias e o assassinato deste (33).

Uma acção pode ser indirectamente voluntária, quando resulta duma negligência relativa ao que se deveria ter conhecido ou feito, por exemplo, um acidente de trânsito, provocado por ignorância do código da estrada.

1737. Um efeito pode ser tolerado, sem ter sido querido pelo agente, por exemplo, o esgotamento duma mãe à cabeceira do seu filho doente. O efeito mau não é imputável se não tiver sido querido nem como fim nem como meio do acto, como a morte sofrida quando se levava socorro a uma pessoa em perigo. Para que o efeito mau seja imputável, é necessário que seja previsível e que aquele que age tenha a possibilidade de o evitar como, por exemplo, no caso dum homicídio cometido por um condutor em estado de embriaguez.

1738. A liberdade exercita-se nas relações entre seres humanos. Toda a pessoa humana, criada à imagem de Deus, tem o direito natural de ser reconhecida como ser livre e responsável. Todos devem a todos este dever do respeito. *O direito ao exercício da liberdade é* uma exigência inseparável da dignidade da pessoa humana, nomeadamente em matéria moral e religiosa (34). Este direito deve ser civilmente reconhecido e protegido dentro dos limites do bem comum e da ordem pública (35).

II. A liberdade humana na economia da salvação

1739. *Liberdade e pecado. A* liberdade do homem é finita e falível. E, de facto, o homem falhou. Livremente, pecou. Rejeitando o projecto divino de amor, enganou-se a si mesmo; tornou-se escravo do pecado. Esta primeira alienação gerou uma multidão de outras. A história da humanidade, desde as suas origens, dá testemunho de desgraças e opressões nascidas do coração do homem, como consequência de um mau uso da liberdade.

1740. *Ameaças à liberdade. O* exercício da liberdade não implica o direito de tudo dizer e fazer. É falso pretender que «o homem, sujeito da liberdade, se basta a si mesmo, tendo por fim a satisfação do seu interesse próprio no gozo dos bens terrenos»(36). Por outro lado, as condições de ordem económica e social, política e cultural, requeridas para um justo exercício da liberdade, são com demasiada frequência desprezadas e violadas. Estas situações de cegueira e de injustiça abalam a vida moral e induzem tanto os fracos como os fortes na tentação de pecar contra a caridade. Afastando-se da lei moral, o homem atenta contra a sua própria liberdade, agrilhoa-se a si mesmo, quebra os laços de fraternidade com os seus semelhantes e rebela-se contra a verdade divina.

1741. *Libertação e salvação*. Pela sua cruz gloriosa, Cristo obteve a salvação de todos os homens. Resgatou-os do pecado, que os retinha numa situação de escravatura. «Foi para a liberdade que Cristo nos libertou» (*Gl* 5, 1). N'Ele, nós comungamos na verdade que nos liberta (37). Foi-nos dado o Espírito Santo e, como ensina o Apóstolo, «onde está o Espírito, aí está a liberdade» *(2 Cor* 3, 17). Já desde agora nos gloriamos da «liberdade dos filhos de Deus» (38).

1742. *Liberdade e graça.* A graça de Cristo não faz concorrência de modo nenhum, à nossa liberdade, quando esta corresponde ao sentido da verdade e do bem que Deus colocou no coração do homem. Pelo contrário, e como o certifica a experiência cristã sobretudo na oração, quanto mais dóceis formos aos impulsos da graça, tanto mais crescem a nossa liberdade interior e a nossa segurança nas provações, como também perante as pressões e

constrangimentos do mundo exterior. Pela acção da graça, o Espírito Santo educa-nos para a liberdade espiritual, para fazer de nós colaboradores livres da sua obra na Igreja e no mundo:

«Deus eterno e misericordioso, afastai de nós toda a adversidade, para que, sem obstáculos do corpo ou do espírito, possamos livremente cumprir a vossa vontade» (39).

Resumindo:

1743. *«Deus [...] deixou o homem entregue à sua própria decisão» (Sir 15, 14), para que ele possa aderir livremente ao seu Criador e chegar assim à perfeição beatífica (40)*.

1744. *A liberdade é a capacidade de agir ou não agir e, assim, de realizar por si mesmo acções deliberadas. Atinge a perfeição do seu acto, quando está ordenada para Deus, supremo Bem.*

1745. *A liberdade caracteriza os actos propriamente humanos. Torna o ser humano responsável pelos actos de que é autor voluntário. O seu agir deliberado pertence-lhe como próprio.*

1746. *A imputabilidade ou responsabilidade duma acção pode ser diminuída, ou suprimida, por ignorância, violência, medo e outros factores psíquicos ou sociais.*

1747. *O direito ao exercício da liberdade é uma exigência inseparável da dignidade do homem, sobretudo em matéria religiosa e moral. Mas o exercício da liberdade não implica o suposto direito de tudo dizer ou de tudo fazer.*

1748. *«Foi para a liberdade que Cristo nos libertou» (Gl 5, 1).*

ARTIGO 4: A MORALIDADE DOS ACTOS HUMANOS

1749. A liberdade faz do homem um sujeito moral. Quando age de maneira deliberada, o homem é, por assim dizer, *o pai dos seus actos.* Os actos humanos, quer dizer, livremente escolhidos em consequência dum juízo de consciência, são moralmente qualificáveis. São bons ou maus.

I. As fontes da moralidade

1750. A moralidade dos actos humanos depende:

– do objecto escolhido;
– do fim que se tem em vista ou da intenção:
– das circunstâncias da acção.

O objecto, a intenção e as circunstâncias são as «fontes» ou elementos constitutivos da moralidade dos actos humanos.

1751. O *objecto* escolhido é um bem para o qual a vontade tende deliberadamente. E a matéria dum acto humano. O objecto escolhido especifica moralmente o acto da vontade, na medida em que a razão o reconhece e o julga conforme, ou não, ao verdadeiro bem. As regras objectivas da moralidade enunciam a ordem racional do bem e do mal, atestada pela consciência.

1752. Em face do objecto, a *intenção* coloca-se do lado do sujeito que age. Porque está na fonte voluntária da acção e a determina pelo fim em vista, a intenção é um elemento essencial na qualificação moral da acção. O fim em vista é o primeiro dado da intenção e designa a meta a atingir pela acção. A intenção é um movimento da vontade em direcção ao fim; diz respeito ao termo do agir. É o alvo do bem que se espera da acção empreendida. Não se limita à direcção das nossas acções singulares, mas pode ordenar para um mesmo fim acções múltiplas: pode orientar toda a vida para o fim último. Por exemplo, um serviço prestado tem por fim ajudar o próximo, mas pode ser inspirado, ao mesmo tempo, pelo amor de Deus como fim último de todas as acções. Uma mesma acção pode também ser inspirada por várias intenções, como prestar um serviço para obter um favor ou para satisfazer a vaidade.

1753. Uma intenção boa (por exemplo: ajudar o próximo) não torna bom nem justo um comportamento em si mesmo desordenado (como a mentira e a maledicência). O fim não justifica os meios. Assim, não se pode justificar a condenação dum inocente como meio legítimo para salvar o povo. Pelo contrário, uma intenção má acrescentada (por exemplo, a vanglória) torna mau um acto que, em si, pode ser bom (como a esmola (41)).

1754. As *circunstâncias,* incluindo as consequências, são elementos secundários dum acto moral. Contribuem para agravar ou atenuar a bondade ou malícia moral dos actos humanos (por exemplo, o montante dum roubo). Podem também diminuir ou aumentar a responsabilidade do agente (por exemplo, agir por medo da morte). As circunstâncias não podem, de per si, modificar a qualidade moral dos próprios actos; não podem tornar boa nem justa uma acção má em si mesma.

II. Os actos bons e os actos maus

1755. O acto *moralmente bom* pressupõe, em simultâneo, a bondade do objecto, da finalidade e das circunstâncias. Um fim mau corrompe a acção, mesmo que o seu objecto seja bom em si (como orar e jejuar «para ser visto pelos homens»).

O objecto da escolha pode, por si só, viciar todo um modo de agir. Há comportamentos concretos – como a fornicação – cuja escolha é sempre um erro, porque comporta uma desordem da vontade, isto é, um mal moral.

1756. É, portanto, erróneo julgar a moralidade dos actos humanos tendo em conta apenas a intenção que os inspira, ou as circunstâncias (meio, pressão social, constrangimento ou necessidade de agir, etc.) que os enquadram. Há actos que, por si e em si mesmos, independentemente das circunstâncias e das intenções, são sempre gravemente ilícitos em razão do seu objecto; por exemplo, a blasfémia e o jurar falso, o homicídio e o adultério. Não é permitido fazer o mal para que dele resulte um bem.

Resumindo:

1757. *O objecto, a intenção e as circunstâncias constituem as três «fontes» da moralidade dos actos humanos.*

1758. *O objecto escolhido especifica moralmente o acto da vontade, conforme a razão o reconhece e o julga bom ou mau.*

1759. *«Não se pode justificar uma acção má feita com boa intenção»* (42). *O fim não justifica os meios.*

1760. *O acto moralmente bom pressupõe, em simultâneo, a bondade do objecto, da finalidade e das circunstâncias.*

1761. *Há comportamentos concretos pelos quais é sempre errado optar, porque a sua escolha inclui uma desordem da vontade, isto é, um mal moral. Não é permitido fazer o mal para que dele resulte um bem.*

ARTIGO 5: A MORALIDADE DAS PAIXÕES

1762. A pessoa humana ordena-se à bem-aventurança através dos seus actos deliberados: as paixões ou sentimentos que experimenta podem dispô-la nesse sentido e contribuir para isso.

I. As paixões

1763. O termo «paixões» pertence ao património cristão. Os sentimentos ou paixões são as emoções ou movimentos da sensibilidade. que inclinam a agir, ou a não agir, em vista do que se sentiu ou imaginou como bom ou como mau.

1764. As paixões são componentes naturais do psiquismo humano, constituem o lugar de passagem e garantem a ligação entre a vida sensível e a vida do espírito. Nosso Senhor designa o coração do homem como fonte de onde brota o movimento das paixões (43).

1765. São numerosas as paixões. A mais fundamental é o amor, provocado pela atracção do bem. O amor causa o desejo do bem ausente e a esperança de o alcançar. Este movimento tem o seu termo no prazer e na alegria do bem possuído. A apreensão pelo mal causa o ódio, a aversão e o receio do mal futuro; este movimento termina na tristeza pelo mal presente ou na cólera que a ele se opõe.

1766. «Amar é querer bem a alguém» (44). Todos os outros afectos nascem neste movimento original do coração do homem para o bem. Só o bem é amado (45). «As paixões são más se o amor for mau, e boas se ele for bom» (46).

II. Paixões e vida moral

1767. Em si mesmas, as paixões não são nem boas nem más. Só recebem qualificação moral na medida em que dependem efectivamente da razão e da vontade. As paixões dizem-se voluntárias, «ou porque são comandadas pela vontade, ou porque a vontade não Lhes opõe obstáculos» (47). Pertence à perfeição do bem moral ou humano que as paixões sejam reguladas pela razão (48).

1768. Os grandes sentimentos não determinam nem a moralidade nem a santidade das pessoas; são o reservatório inesgotável das imagens e afectos com que se exprime a vida moral. As paixões são moralmente boas quando contribuem para uma acção boa, e más, no caso contrário. A vontade recta ordena para o bem e para a bem-aventurança os movimentos sensíveis que assume; a vontade má sucumbe às paixões desordenadas e exacerba-as. As emoções e os sentimentos podem ser assumidos pelas *virtudes,* ou pervertidos pelos *vícios.*

1769. Na vida cristã, o próprio Espírito Santo realiza a sua obra mobilizando todo o ser, mesmo as dores, temores e tristezas, como se vê claramente na agonia e paixão do Senhor. Em Cristo, os sentimentos humanos podem alcançar a sua consumação na caridade e na bem-aventurança divina.

1770. A perfeição moral consiste em que o homem não seja movido para o bem só pela vontade, mas também pelo apetite sensível, segundo esta palavra do Salmo: «O meu coração e a minha carne exultam no Deus vivo» *(Sl* 84, 3).

Resumindo:

1771. *O termo «paixões» designa afectos ou sentimentos. Através das suas emoções, o homem pressente o bem e suspeita do mal.*

1772. *As principais paixões são o amor e o ódio, o desejo e o temor; a alegria, a tristeza e a cólera.*

1773. *Nas paixões, enquanto movimentos da sensibilidade, não há bem, nem mal moral. Mas, na medida em que dependem ou não da*

razão e da vontade, há nelas bem ou mal moral.

1774. *As emoções e os sentimentos podem ser assumidos pelas virtudes, ou pervertidos pelos vícios.*

1775. *A perfeição do bem moral consiste em que o homem não seja movido para o bem só pela vontade, mas também pelo seu «coração».*

ARTIGO 6: A CONSCIÊNCIA MORAL

1776 «No mais profundo da consciência, o homem descobre uma lei que não se deu a si mesmo, mas à qual deve obedecer e cuja voz ressoa, quando necessário, aos ouvidos do seu coração, chamando-o sempre a amar e fazer o bem e a evitar o mal [...]. De facto, o homem tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus [...]. A consciência é o núcleo mais secreto e o sacrário do homem, no qual ele se encontra a sós com Deus, cuja voz ressoa na intimidade do seu ser» (49).

I. O juízo da consciência

1777. Presente no coração da pessoa, a consciência moral (50) leva-a, no momento oportuno, a fazer o bem e a evitar o mal. E também julga as opções concretas, aprovando as boas e denunciando as más (51). Ela atesta a autoridade da verdade em relação ao Bem supremo, pelo qual a pessoa humana se sente atraída e cujos mandamentos acolhe. Quando presta atenção à consciência moral, o homem prudente pode ouvir Deus a falar-lhe.

1778. A consciência moral é um juízo da razão, pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral dum acto concreto que vai praticar, que está prestes a executar ou que já realizou. Em tudo quanto diz e faz, o homem tem obrigação de seguir fielmente o que sabe ser justo e recto. E pelo juízo da sua consciência que o homem tem a percepção e reconhece as prescrições da lei divina:

A consciência «é uma lei do nosso espírito, mas que o ultrapassa, nos dá ordens, e significa responsabilidade e dever, temor e esperança [...]. É a mensageira d'Aquele que, tanto no mundo da

natureza como no da graça, nos fala veladamente, nos instrui e nos governa. A consciência é o primeiro de todos os vigários de Cristo» (52).

1779. Importa que cada um esteja suficientemente presente a si mesmo para ouvir e seguir a voz da sua consciência. Esta exigência de *interioridade* é tanto mais necessária quanto a vida nos leva muitas vezes a subtrair-nos a qualquer reflexão, exame ou introspecção:

«Regressa à tua consciência, interroga-a [...] Voltai, irmãos, ao vosso interior, e, em tudo quanto fazeis, olhai para a Testemunha que é Deus» (53).

1780. A dignidade da pessoa humana implica e exige a *rectidão da consciência moral.* A consciência moral compreende a percepção dos princípios da moralidade («sindérese»), a sua aplicação em determinadas circunstâncias por meio de um discernimento prático das razões e dos bens e, por fim, o juízo emitido sobre os actos concretos a praticar ou já praticados. A verdade sobre o bem moral, declarada na lei da razão, é reconhecida prática e concretamente pelo*prudente juízo* da consciência. Classifica-se de prudente o homem que opta em conformidade com este juízo.

1781. A consciência permite assumir a *responsabilidade* dos actos praticados. Se o homem comete o mal, o justo juízo da consciência pode ser nele a testemunha da verdade universal do bem e, ao mesmo tempo, da maldade da sua opção concreta. O veredicto do juízo da consciência continua a ser um penhor de esperança e de misericórdia. Atestando a falta cometida, lembra o perdão a pedir, o bem a praticar ainda e a virtude a cultivar incessantemente com a graça de Deus.

«Tranquilizaremos diante d'Ele o nosso coração, se o nosso coração vier a acusar-nos. Pois Deus é maior do que o nosso coração e conhece todas as coisas» *(1 Jo* 3, 19-20).

1782. O homem tem o direito de agir em consciência e em liberdade a fim de tomar pessoalmente decisões morais. «O homem não deve

ser forçado a agir contra a própria consciência. Nem deve também ser impedido de actuar segundo ela, sobretudo em matéria religiosa» (54).

II. A formação da consciência

1783. A consciência deve ser informada e o juízo moral esclarecido. Uma consciência bem formada é recta e verídica; formula os seus juízos segundo a razão, em conformidade com o bem verdadeiro querido pela sabedoria do Criador. A formação da consciência é indispensável aos seres humanos, submetidos a influências negativas e tentados pelo pecado a preferir o seu juízo próprio e a recusar os ensinamentos autorizados.

1784. A formação da consciência é tarefa para toda a vida. Desde os primeiros anos, a criança desperta para o conhecimento e para a prática da lei interior reconhecida pela consciência moral. Uma educação prudente ensina a virtude: preserva ou cura do medo, do egoísmo e do orgulho, dos ressentimentos da culpabilidade e dos movimentos de complacência, nascidos da fraqueza e das faltas humanas. A formação da consciência garante a liberdade e gera a paz do coração.

1785. Na formação da consciência, a Palavra de Deus é a luz do nosso caminho. Devemos assimilá-la na fé e na oração, e pô-la em prática. Devemos também examinar a nossa consciência, de olhos postos na cruz do Senhor. Somos assistidos pelos dons do Espírito Santo, ajudados pelo testemunho e pelos conselhos dos outros e guiados pelo ensino autorizado da Igreja (55).

III. Decidir em consciência

1786. Perante a necessidade de decidir moralmente, a consciência pode emitir um juízo recto, de acordo com a razão e a lei de Deus, ou, pelo contrário, um juízo erróneo, que se afaste delas.

1787. Por vezes, o homem vê-se confrontado com situações que tornam o juízo moral menos seguro e a decisão difícil. Mas deve

procurar sempre o que é justo e bom e discernir a vontade de Deus expressa na lei divina.

1788. Para isso, o homem esforça-se por interpretar os dados da experiência e os sinais dos tempos, graças à virtude da prudência, aos conselhos de pessoas sensatas e à ajuda do Espírito Santo e dos seus dons.

1789. Algumas regras aplicam-se a todos os casos:

– nunca é permitido fazer mal para que daí resulte um bem;
– a «regra de ouro» é: «Tudo quanto quiserdes que os homens vos façam, fazei-lho, de igual modo, vós também» *(Mt* 7, 12) (56).
– a caridade passa sempre pelo respeito do próximo e da sua consciência: «Ao pecardes assim contra os irmãos, ao ferir-lhes a consciência é contra Cristo que pecais» *(1 Cor* 8, 12). «O que é bom é não [...] [fazer] nada em que o teu irmão possa tropeçar, cair ou fraquejar» (*Rm* 14, 21).

IV. O juízo erróneo

1790. O ser humano deve obedecer sempre ao juízo certo da sua consciência. Agindo deliberadamente contra ele, condenar-se-ia a si mesmo. Mas pode acontecer que a consciência moral esteja na ignorância e faça juízos erróneos sobre actos a praticar ou já praticados.

1791. Muitas vezes, tal ignorância pode ser imputada à responsabilidade pessoal. Assim acontece «quando o homem pouco se importa de procurar a verdade e o bem e quando a consciência se vai progressivamente cegando, com o hábito do pecado» (57). Nesses casos, a pessoa é culpada do mal que comete.

1792. A ignorância a respeito de Cristo e do seu Evangelho, os maus exemplos dados por outros, a escravidão das paixões, a pretensão de uma mal entendida autonomia da consciência, a rejeição da autoridade da Igreja e do seu ensino, a falta de conversão e de caridade, podem estar na origem dos desvios do juízo na conduta moral.

1793. Se, pelo contrário, a ignorância é invencível, ou o juízo erróneo sem responsabilidade do sujeito moral, o mal cometido pela pessoa não pode ser-lhe imputado. Mas nem por isso deixa de ser um mal, uma privação, uma desordem. É preciso trabalhar, portanto, para corrigir dos seus erros a consciência moral.

1794. A consciência boa e pura é iluminada pela fé verdadeira. Porque a caridade procede, ao mesmo tempo, «dum coração puro, de uma boa consciência e de uma fé sincera» *(1 Tm* 1, 5) (58).

«Quanto mais prevalecer a recta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos estarão longe da arbitrariedade cega e procurarão conformar-se com as normas objectivas da moralidade» (59).

Resumindo:

1795. *«A consciência é o núcleo mais secreto e o sacrário do homem, no qual ele se encontra a sós com Deus, cuja voz ressoa na intimidade do seu ser»* (60).

1796. *A consciência moral é um juízo da razão, pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral dum acto concreto.*

1797*. Para o homem que procedeu mal, o veredicto da consciência é um penhor de conversão e de esperança.*

1798. *Uma consciência bem formada é recta e verídica. Formula os seus juízos segundo a razão e em conformidade com o verdadeiro bem, querido pela sabedoria do Criador. Cada qual deve procurar os meios para formar a sua consciência.*

1799. *Perante a necessidade de decidir moralmente, a consciência pode formular um juízo recto, de acordo com a razão e a lei divina, ou, pelo contrário, um juízo erróneo, que das mesmas se afasta.*

1800*. O ser humano deve obedecer sempre ao juízo certo da sua consciência.*

1801. *A consciência moral pode permanecer na ignorância ou fazer juízos erróneos. Tal ignorância e erros nem sempre são isentos de culpabilidade.*

1802. *A Palavra de Deus é luz para os nossos passos. Devemos assimilá-la na fé e na oração e pô-la em prática. É assim que se forma a consciência moral.*

ARTIGO 7: AS VIRTUDES

1803. «Tudo o que é verdadeiro, nobre e justo, tudo o que é puro, amável e de boa reputação, tudo o que é virtude e digno de louvor, isto deveis ter no pensamento» (*Fl* 4, 8).

A virtude é uma disposição habitual e firme para praticar o bem. Permite à pessoa não somente praticar actos bons, mas dar o melhor de si mesma. A pessoa virtuosa tende para o bem com todas as suas forças sensíveis e espirituais; procura o bem e opta por ele em actos concretos.

«O fim duma vida virtuosa consiste em tornar-se semelhante a Deus» (61).

I. As virtudes humanas

1804. As *virtudes humanas* são atitudes firmes, disposições estáveis, perfeições habituais da inteligência e da vontade, que regulam os nossos actos, ordenam as nossas paixões e guiam o nosso procedimento segundo a razão e a fé. Conferem facilidade, domínio e alegria para se levar uma vida moralmente boa. Homem virtuoso é aquele que livremente pratica o bem.

As virtudes morais são humanamente adquiridas. São os frutos e os germes de actos moralmente bons e dispõem todas as potencialidades do ser humano para comungar no amor divino.

DISTINÇÃO DAS VIRTUDES CARDEAIS

1805. Há quatro virtudes que desempenham um papel de charneira. Por isso, se chamam «cardeais»; todas as outras se agrupam em torno delas. São: a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. «Se alguém ama a justiça, o fruto dos seus trabalhos são as virtudes, porque ela ensina a temperança e a prudência, a justiça e a fortaleza» (*Sb* 8, 7). Com estes ou outros nomes, estas virtudes são louvadas em numerosas passagens da Sagrada Escritura.

1806. *A prudência é* a virtude que dispõe a razão prática para discernir, em qualquer circunstância, o nosso verdadeiro bem e para escolher os justos meios de o atingir. «O homem prudente vigia os seus passos» (*Pr* 14, 15). «Sede ponderados e comedidos, para poderdes orar»*(1 Pe* 4, 7). A prudência é a «recta norma da acção», escreve São Tomás (62) seguindo Aristóteles. Não se confunde, nem com a timidez ou o medo, nem com a duplicidade ou dissimulação. É chamada «*auriga virtutum* – condutor das virtudes», porque guia as outras virtudes, indicando-lhes a regra e a medida. É a prudência que guia imediatamente o juízo da consciência. O homem prudente decide e ordena a sua conduta segundo este juízo. Graças a esta virtude, aplicamos sem erro os princípios morais aos casos particulares e ultrapassamos as dúvidas sobre o bem a fazer e o mal a evitar.

1807. *A justiça* é a virtude moral que consiste na constante e firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido. A justiça para com Deus chama-se «virtude da religião». Para com os homens, a justiça leva a respeitar os direitos de cada qual e a estabelecer, nas relações humanas, a harmonia que promove a equidade em relação às pessoas e ao bem comum. O homem justo, tantas vezes evocado nos livros santos, distingue-se pela rectidão habitual dos seus pensamentos e da sua conduta para com o próximo. «Não cometerás injustiças nos julgamentos. Não favorecerás o pobre, nem serás complacente para com os poderosos. Julgarás o teu próximo com imparcialidade» (*Lv* 19, 15). «Senhores, dai aos vossos escravos o que é justo e equitativo, considerando que também vós tendes um Senhor no céu» *(Cl* 4, 1).

1808. *A fortaleza* é a virtude moral que, no meio das dificuldades, assegura a firmeza e a constância na prossecução do bem. Torna firme a decisão de resistir às tentações e de superar os obstáculos na vida moral. A virtude da fortaleza dá capacidade para vencer o medo, mesmo da morte, e enfrentar a provação e as perseguições. Dispõe a ir até à renúncia e ao sacrifício da própria vida, na defesa duma causa justa. «O Senhor é a minha fortaleza e a minha

glória» *(Sl* 118, 14). «No mundo haveis de sofrer tribulações: mas tende coragem! Eu venci o mundo!» *(Jo* 16, 33).

1809. *A temperança* é a virtude moral que modera a atracção dos prazeres e proporciona o equilíbrio no uso dos bens criados. Assegura o domínio da vontade sobre os instintos e mantém os desejos nos limites da honestidade. A pessoa temperante orienta para o bem os apetites sensíveis, guarda uma sã discrição e não se deixa arrastar pelas paixões do coração (63). A temperança é muitas vezes louvada no Antigo Testamento: «Não te deixes levar pelas tuas más inclinações e refreia os teus apetites» *(Sir* 18, 30). No Novo Testamento, é chamada «moderação», ou «sobriedade». Devemos «viver com moderação, justiça e piedade no mundo presente» *(Tt* 2, 12).

«Viver bem é amar a Deus de todo o coração, com toda a alma e com todo o proceder [...], de tal modo que se lhe dedica um amor incorrupto e íntegro (pela temperança), que mal algum poderá abalar (fortaleza), que a ninguém mais serve (justiça), que cuida de discernir todas as coisas para não se deixar surpreender pela astúcia e pela mentira (prudência)» (64).

AS VIRTUDES E A GRAÇA

1810. As virtudes humanas, adquiridas pela educação, por actos deliberados e por uma sempre renovada perseverança no esforço, são purificadas e elevadas pela graça divina. Com a ajuda de Deus, forjam o carácter e facilitam a prática do bem. O homem virtuoso sente-se feliz ao praticá-las.

1811. Não é fácil, ao homem ferido pelo pecado, manter o equilíbrio moral. O dom da salvação, que nos veio por Cristo, dá-nos a graça necessária para perseverar na busca das virtudes. Cada qual deve pedir constantemente esta graça de luz e de força, recorrer aos sacramentos, cooperar com o Espírito Santo e seguir os seus apelos a amar o bem e acautelar-se do mal.

II. As virtudes teologais

1812. As virtudes humanas radicam nas virtudes teologais, que adaptam as faculdades do homem à participação na natureza divina (65). De facto, as virtudes teologais referem-se directamente a Deus e dispõem os cristãos para viverem em relação com a Santíssima Trindade. Têm Deus Uno e Trino por origem, motivo e objecto.

1813. As virtudes teologais fundamentam, animam e caracterizam o agir moral do cristão, Informam e vivificam todas as virtudes morais. São infundidas por Deus na alma dos fiéis para os tornar capazes de proceder como filhos seus e assim merecerem a vida eterna. São o penhor da presença e da acção do Espírito Santo nas faculdades do ser humano. São três as virtudes teologais: fé, esperança e caridade (66).

A FÉ

1814. A fé é a virtude teologal pela qual cremos em Deus e em tudo o que Ele nos disse e revelou e que a santa Igreja nos propõe para acreditarmos, porque Ele é a própria verdade. Pela fé, «o homem entrega-se total e livremente a Deus» (67). E por isso, o crente procura conhecer e fazer a vontade de Deus. «O justo viverá pela fé» *(Rm* 1, 17). A fé viva «actua pela caridade» *(Gl* 5, *6).*

1815. O dom da fé permanece naquele que não pecou contra ela (68). Mas, «sem obras, a fé está morta» (*Tg* 2, 26): privada da esperança e do amor, a fé não une plenamente o fiel a Cristo, nem faz dele um membro vivo do seu corpo.

1816. O discípulo de Cristo, não somente deve guardar a fé e viver dela, como ainda professá-la, dar firme testemunho dela e propagá-la: «Todos devem estar dispostos a confessar Cristo diante dos homens e a segui-Lo no caminho da cruz, no meio das perseguições que nunca faltam à Igreja» (69). O serviço e testemunho da fé são requeridos para a salvação: «A todo aquele que me tiver reconhecido diante dos homens, também Eu o reconhecerei diante do meu Pai que está nos céus. Mas àquele que me tiver negado diante dos homens, também Eu o negarei diante do meu Pai que está nos céus» *(Mt* 10, 32-33).

A ESPERANÇA

1817. A esperança é a virtude teologal pela qual desejamos o Reino dos céus e a vida eterna como nossa felicidade, pondo toda a nossa confiança nas promessas de Cristo e apoiando-nos, não nas nossas forças, mas no socorro da graça do Espírito Santo. «Conservemos firmemente a esperança que professamos, pois Aquele que fez a promessa é fiel» (*Heb* 10, 23). «O Espírito Santo, que Ele derramou abundantemente sobre nós, por meio de Jesus Cristo nosso Salvador, para que, justificados pela sua graça, nos tornássemos, em esperança, herdeiros da vida eterna» (*Tt* 3, 6-7).

1818. A virtude da esperança corresponde ao desejo de felicidade que Deus colocou no coração de todo o homem; assume as esperanças que inspiram as actividades dos homens, purifica-as e ordena-as para o Reino dos céus; protege contra o desânimo; sustenta no abatimento; dilata o coração na expectativa da bem-aventurança eterna. O ânimo que a esperança dá preserva do egoísmo e conduz à felicidade da caridade.

1819. A esperança cristã retorna e realiza a esperança do povo eleito, que tem a sua origem e modelo na *esperança de Abraão,* o qual, em Isaac, foi cumulado das promessas de Deus e purificado pela provação do sacrifício (70). «Contra toda a esperança humana, Abraão teve esperança e acreditou. Por isso, tornou-se pai de muitas nações» *(Rm* 4, 18).

1820. A esperança cristã manifesta-se, desde o princípio da pregação de Jesus, no anúncio das bem-aventuranças. As *bem-aventuranças* elevam a nossa esperança para o céu, como nova tema prometida e traçam-lhe o caminho através das provações que aguardam os discípulos de Jesus. Mas, pelos méritos do mesmo Jesus Cristo e da sua paixão, Deus guarda-nos na «esperança que não engana» *(Rm* 5, 5). A esperança é «a âncora da alma, inabalável e segura» que penetra [...]«onde entrou Jesus como nosso precursor» *(Heb* 6, 19-20). É também uma arma que nos protege no combate da salvação: «Revistamo-nos com a couraça da fé e da caridade, com o capacete da esperança da salvação» *(1*

Ts 5, 8). Proporciona-nos alegria, mesmo no meio da provação: «alegres na esperança, pacientes na tribulação» *(Rm* 12, 12). Exprime-se e nutre-se na oração, particularmente na oração do Pai-Nosso, resumo de tudo o que a esperança nos faz desejar.

1821. Podemos, portanto, esperar a glória do céu prometida por Deus àqueles que O amam (71) e fazem a sua vontade (72). Em todas as circunstâncias, cada qual deve esperar, com a graça de Deus, «permanecer firme até ao fim» (73) e alcançar a alegria do céu, como eterna recompensa de Deus pelas boas obras realizadas com a graça de Cristo. É na esperança que a Igreja pede que «todos os homens se salvem» *(1 Tm* 2, 4) e ela própria aspira a ficar, na glória do céu, unida a Cristo, seu Esposo:

«Espera, espera, que não sabes quando virá o dia nem a hora. Vela com cuidado, que tudo passa com brevidade, embora o teu desejo faça o certo duvidoso e longo o tempo breve. Olha que quanto mais pelejares, mais mostrarás o amor que tens a teu Deus, e mais te regozijarás com teu Amado em gozo e deleite que não pode ter fim» (74).

A CARIDADE

1822. A caridade é a virtude teologal pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas por Ele mesmo, e ao próximo como a nós mesmos, por amor de Deus.

1823. Jesus faz da caridade o *mandamento novo* (75). Amando os seus «até ao fim» *(Jo* 13, 1), manifesta o amor do Pai, que Ele próprio recebe. E os discípulos, amando-se uns aos outros, imitam o amor de Jesus, amor que eles recebem também em si. É por isso que Jesus diz: «Assim como o Pai Me amou, também Eu vos amei. Permanecei no meu amor» (*Jo* 15, 9). E ainda: «É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei» *(Jo* 15, 12).

1824. Fruto do Espírito e plenitude da Lei, a caridade *guarda os mandamentos* de Deus e do seu Cristo: «Permanecei no meu amor.

Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor» *(Jo* 15, 9-10) (76).

1825. Cristo morreu por amor de nós, sendo nós ainda «inimigos» *(Rm* 5, 10). O Senhor pede-nos que, como Ele, amemos até os nossos *inimigos* (77), que nos façamos o próximo do mais afastado (78), que amemos as crianças (79) e os pobres como a Ele próprio (80).

O apóstolo São Paulo deixou-nos um incomparável quadro da caridade: «A caridade é paciente, a caridade é benigna; não é invejosa, não é altiva nem orgulhosa; não é inconveniente, não procura o próprio interesse, não se imita, não guarda ressentimento, não se alegra com a injustiça, mas alegra-se com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta» *(1Cor* 13, 4-7).

1826. Sem a caridade, diz ainda o Apóstolo, «nada sou». E tudo o que for privilégio, serviço, ou mesmo virtude..., se não tiver caridade «de nada me aproveita» (81). A caridade é superior a todas as virtudes. É a primeira das virtudes teologais: «Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e a caridade; mas *a maior de todas é a caridade» (1 Cor* 13, 13).

1827. O exercício de todas as virtudes é animado e inspirado pela caridade. Esta é o «vínculo da perfeição» *(Cl* 3, 14) e a *forma das virtudes:* articula-as e ordena-as entre si; é a fonte e o termo da sua prática cristã. A caridade assegura e purifica a nossa capacidade humana de amar e eleva-a à perfeição sobrenatural do amor divino.

1828. A prática da vida moral animada pela caridade dá ao cristão a liberdade espiritual dos filhos de Deus. O cristão já não está diante de Deus como um escravo, com temor servil, nem como o mercenário à espera do salário, mas como um filho que corresponde ao amor «d'Aquele que nos amou primeiro» *(1 Jo* 4, 19):

«Nós, ou nos desviamos do mal por temor do castigo e estamos na atitude do escravo, ou vivemos à espera da recompensa e parecemo-nos com os mercenários; ou, finalmente, é pelo bem em si

e por amor d'Aquele que manda, que obedecemos [...], e então estamos na atitude própria dos filhos» (82).

1829 Os *frutos* da caridade são: a alegria, a paz e a misericórdia; exige a prática do bem e a correcção fraterna; é benevolente; suscita a reciprocidade, é desinteressada e liberal: é amizade e comunhão:

«A consumação de todas as nossas obras é o amor. É nele que está o fim: é para a conquista dele que corremos; corremos para lá chegar e, uma vez chegados, é nele que descansamos» (83).

III. Os dons e os frutos do Espírito Santo

1830. A vida moral dos cristãos é sustentada pelos dons do Espírito Santo. Estes são disposições permanentes que tornam o homem dócil aos impulsos do Espírito Santo.

1831. Os sete *dons* do Espírito Santo são: sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus. Pertencem em plenitude a Cristo, filho de David (84). Completam e levam à perfeição as virtudes de quem os recebe. Tornam os fiéis dóceis, na obediência pronta, às inspirações divinas.

«Que o vosso espírito de bondade me conduza pelo caminho recto» (*Sl* 143, 10). «Todos aqueles que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus [...]; se somos filhos, também somos herdeiros: herdeiros de Deus, co-herdeiros de Cristo»*(Rm* 8, 14.17).

1832. Os *frutos* do Espírito são perfeições que o Espírito Santo forma em nós, como primícias da glória eterna. A tradição da Igreja enumera doze: «caridade, alegria, paz, paciência, bondade, longanimidade, benignidade, mansidão, fidelidade, modéstia, continência, castidade» (*Gl* 5, 22-23 segundo a Vulgata).

Resumindo:

1833. *A virtude é uma disposição habitual e firme para praticar o bem.*

1834. *As virtudes humanas são disposições estáveis da inteligência e da vontade, que regulam os nossos actos, ordenam as nossas paixões e guiam o nosso procedimento segundo a razão e a fé. Podem ser agrupadas à roda das quatro virtudes cardiais: prudência, justiça, fortaleza e temperança.*

1835. *A prudência dispõe a razão prática para discernir, em todas as circunstâncias, o verdadeiro bem e para escolher os justos meios de o realizar.*

1836. *A justiça consiste na constante e firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido.*

1837. *A fortaleza assegura, no meio das dificuldades, a firmeza e a constância na prossecução do bem.*

1838. *A temperança modera a atracção dos prazeres sensíveis e proporciona equilíbrio no uso dos bens criados.*

1839. *As virtudes morais desenvolvem-se pela educação, por actos deliberados e pela perseverança no esforço. A graça divina purifica-as e eleva-as.*

1840. *As virtudes teologais dispõem os cristãos para viverem em relação com a Santíssima Trindade. Têm, Deus por origem, motivo e objecto – Deus conhecido pela fé, esperado e amado por Si mesmo.*

1841*.* *São três as virtudes teologais: fé, esperança e caridade* (85). *Informam e vivificam todas as virtudes morais.*

1842. *Pela fé, cremos em Deus e em tudo quanto Ele nos revelou e a santa Igreja nos propõe para acreditarmos.*

1843. *Pela esperança, desejamos e esperamos de Deus, com firme confiança, a vida eterna e as graças para a merecer.*

1844*.* *Pela caridade, amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos, por amor de Deus. A caridade é o «vínculo da perfeição» (Cl 3, 14) e a forma de todas as virtudes.*

1845. *Os sete dons do Espírito Santo, concedidos aos cristãos, são: sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus.*

ARTIGO 8: O PECADO

I. A misericórdia e o pecado

1846. O Evangelho é a revelação, em Jesus Cristo, da misericórdia de Deus para com os pecadores (86). O anjo assim o disse a José: «Pôr-Lhe-ás o nome de Jesus, porque Ele salvará o seu povo dos seus pecados» *(Mt* 1, 21), o mesmo se diga da Eucaristia, sacramento da Redenção: «Isto é o meu sangue, o sangue da Aliança, que vai ser derramado por todos para a remissão dos pecados» (*Mt* 26, 28).

1847. «Deus, que nos criou sem nós, não quis salvar-nos sem nós» (87). O acolhimento da sua misericórdia exige de nós a confissão das nossas faltas. «Se dizemos que não temos pecado, enganamo-nos, e a verdade não está em nós. Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para perdoar os nossos pecados e para nos purificar de toda a maldade» *(1 Jo* 1, 8-9).

1848. Como afirma São Paulo: «Onde abundou o pecado, superabundou a graça» (*Rm* 5, 20). Mas para realizar a sua obra, a graça tem de pôr a descoberto o pecado, para converter o nosso coração e nos obter «a justiça para a vida eterna, por Jesus Cristo, nosso Senhor» *(Rm* 5, 21). Como um médico que examina a chaga antes de lhe aplicar o penso, Deus, pela sua Palavra e pelo seu Espírito, projecta uma luz viva sobre o pecado:

«A conversão *requer o reconhecimento do pecado.* Contém em si mesma o juízo interior da consciência. Pode ver-se nela a prova da acção do Espírito de verdade no mais íntimo do homem. Torna-se, ao mesmo tempo, o princípio dum novo dom da graça e do amor: "Recebei o Espírito Santo". Assim, neste "convencer quanto ao pecado". descobrimos *um duplo dom:* o dom da verdade da consciência e o dom da certeza da redenção. O Espírito da verdade é o Consolador» (88).

II. Definição de pecado

1849. O pecado é uma falta contra a razão, a verdade, a recta consciência. É uma falha contra o verdadeiro amor para com Deus e para com o próximo, por causa dum apego perverso a certos bens. Fere a natureza do homem e atenta contra a solidariedade humana. Foi definido como «uma palavra, um acto ou um desejo contrários à Lei eterna» (89).

1850. O pecado é uma ofensa a Deus: «Pequei contra Vós, só contra Vós, e fiz o mal diante dos vossos olhos» *(Sl* 51, 6). O pecado é contrário ao amor que Deus nos tem e afasta d'Ele os nossos corações. É, como o primeiro pecado, uma desobediência, uma revolta contra Deus, pela vontade de os homens se tornarem «como deuses», conhecendo e determinando o que é bem e o que é mal*(Gn* 3, 5). Assim, o pecado é «o amor de si próprio levado até ao desprezo de Deus» (90). Por esta exaltação orgulhosa de si mesmo, o pecado é diametralmente oposto à obediência de Jesus, que realizou a salvação (91).

1851. É precisamente na paixão, em que a misericórdia de Cristo o vai vencer, que o pecado manifesta melhor a sua violência e a sua multiplicidade: incredulidade, ódio assassino, rejeição e escárnio por parte dos chefes e do povo, cobardia de Pilatos e crueldade dos soldados, traição de Judas tão dura para Jesus, negação de Pedro e abandono dos discípulos. No entanto, mesmo na hora das trevas e do príncipe deste mundo (92), o sacrifício de Cristo torna-se secretamente a fonte de onde brotará, inesgotável, o perdão dos nossos pecados.

III. A diversidade dos pecados

1852. É grande a variedade dos pecados. A Sagrada Escritura fornece-nos várias listas. A Epístola aos Gálatas opõe as obras da carne aos frutos do Espírito: «As obras da natureza decaída ("carne") são claras: imoralidade, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, inimizades, discórdias, ciúmes, fúrias, rivalidades, dissensões, facciosismos, invejas, excessos de bebida e de comida

e coisas semelhantes a estas. Sobre elas vos previno, como já vos tinha prevenido: os que praticam acções como estas, não herdarão o Reino de Deus» (*Gl* 5, 19-21) (93).

1853. Os pecados podem distinguir-se segundo o seu objecto, como todo o acto humano; ou segundo as virtudes a que se opõem; por excesso ou por defeito; ou segundo os mandamentos que violam. Também podem agrupar-se segundo outros critérios: os que dizem respeito a Deus, ao próximo, à própria pessoa do pecador; pecados espirituais e carnais: ou, ainda, pecados por pensamentos, palavras, obras ou omissões. A raiz do pecado está no coração do homem, na sua vontade livre, conforme o ensinamento do Senhor: «do coração é que provêm pensamentos malévolos, assassínios, adultérios, fornicações, roubos, falsos testemunhos, maledicências – coisas que tornam o homem impuro» *(Mt* 15, 19). Mas é também no coração que reside a caridade, princípio das obras boas e puras, que o pecado ofende.

IV. A gravidade do pecado: pecado mortal e pecado venial

1854. Os pecados devem ser julgados segundo a sua gravidade. A distinção entre pecado mortal e pecado venial, já perceptível na Escritura (94), impôs-se na Tradição da Igreja. A experiência dos homens corrobora-a.

1855. O *pecado mortal* destrói a caridade no coração do homem por uma infracção grave à Lei de Deus. Desvia o homem de Deus, que é o seu último fim, a sua bem-aventurança, preferindo-Lhe um bem inferior. O *pecado venial* deixa subsistir a caridade, embora ofendendo-a e ferindo-a.

1856. O pecado mortal, atacando em nós o princípio vital que é a caridade, torna necessária uma nova iniciativa da misericórdia de Deus e uma conversão do coração que normalmente se realiza no quadro do sacramento da Reconciliação:

«Quando [...] a vontade se deixa atrair por uma coisa de si contrária à caridade, pela qual somos ordenados para o nosso fim último, o pecado, pelo seu próprio objecto, deve considerar-se mortal [...],

quer seja contra o amor de Deus (como a blasfémia, o perjúrio, etc.), quer contra o amor do próximo (como o homicídio, o adultério, etc.) [...] Em contrapartida, quando a vontade do pecador por vezes se deixa levar para uma coisa que em si é desordenada, não sendo todavia contrária ao amor de Deus e do próximo (como uma palavra ociosa, um risco supérfluo, etc.), tais pecados são veniais» (95).

1857. Para que um *pecado* seja *mortal,* requerem-se, em simultâneo, três condições: «É pecado mortal o que tem por objecto uma matéria grave, e é cometido com plena consciência e de propósito deliberado» (96).

1858. *A matéria grave é* precisada pelos dez Mandamentos, segundo a resposta que Jesus deu ao jovem rico: «Não mates, não cometas adultério, não furtes, não levantes falsos testemunhos, não cometas fraudes, honra pai e mãe» *(Mc* 10, 18). A gravidade dos pecados é maior ou menor: um homicídio é mais grave que um roubo. A qualidade das pessoas lesadas também entra em linha de conta: a violência cometida contra pessoas de família é, por sua natureza, mais grave que a exercida contra estranhos.

1859. Para que o pecado seja mortal tem de ser cometido com *plena consciência e total consentimento.* Pressupõe o conhecimento do carácter pecaminoso do acto, da sua oposição à Lei de Deus. E implica também um consentimento suficientemente deliberado para ser uma opção pessoal. A ignorância simulada e o endurecimento do coração (97) não diminuem, antes aumentam, o carácter voluntário do pecado.

1860. A *ignorância involuntária* pode diminuir, ou mesmo desculpar, a imputabilidade duma falta grave. Mas parte-se do princípio de que ninguém ignora os princípios da lei moral, inscritos na consciência de todo o homem. Os impulsos da sensibilidade e as paixões podem também diminuir o carácter voluntário e livre da falta. O mesmo se diga de pressões externas e de perturbações patológicas. O pecado cometido por malícia, por escolha deliberada do mal, é o mais grave.

1861. O pecado mortal é uma possibilidade radical da liberdade humana, tal como o próprio amor. Tem como consequência a perda da caridade e a privação da graça santificante, ou seja, do estado de graça. E se não for resgatado pelo arrependimento e pelo perdão de Deus, originará a exclusão do Reino de Cristo e a morte eterna no Inferno, uma vez que a nossa liberdade tem capacidade para fazer escolhas definitivas, irreversíveis. No entanto, embora nos seja possível julgar se um acto é, em si, uma falta grave, devemos confiar o juízo sobre as pessoas à justiça e à misericórdia de Deus.

1862. Comete-se um *pecado venial* quando, em matéria leve, não se observa a medida prescrita pela lei moral ou quando, em matéria grave, se desobedece à lei moral, mas sem pleno conhecimento ou sem total consentimento.

1863. O pecado venial enfraquece a caridade, traduz um afecto desordenado aos bens criados, impede o progresso da pessoa no exercício das virtudes e na prática do bem moral; e merece penas temporais. O pecado venial deliberado e não seguido de arrependimento, dispõe, a pouco e pouco, para cometer o pecado mortal. No entanto, o pecado venial não quebra a aliança com Deus e é humanamente reparável com a graça de Deus. «Não priva da graça santificante, da amizade com Deus, da caridade, nem, portanto, da bem-aventurança eterna» (98).

«Enquanto vive na carne, o homem não é capaz de evitar totalmente o pecado, pelo menos os pecados leves. Mas estes pecados, que chamamos leves, não os tenhas por insignificantes. Se os tens por insignificantes quando os pesas, treme quando os contas. Muitos objectos leves fazem uma massa pesada; muitas gotas de água enchem um rio; muitos grãos fazem um monte. Onde, então, está a nossa esperança? Antes de mais, na confissão...» (99).

1864. «Todo o pecado ou blasfémia será perdoado aos homens, mas a blasfémia contra o Espírito não lhes será perdoada» *(Mt* 12, 31) (100). Não há limites para a misericórdia de Deus, mas quem recusa deliberadamente receber a misericórdia de Deus, pelo arrependimento, rejeita o perdão dos seus pecados e a salvação

oferecida pelo Espírito Santo (101). Tal endurecimento pode levar à impenitência final e à perdição eterna.

V. A proliferação do pecado

1865. O pecado arrasta ao pecado; gera o vício, pela repetição dos mesmos actos. Daí resultam as inclinações perversas, que obscurecem a consciência e corrompem a apreciação concreta do bem e do mal. Assim, o pecado tende a reproduzir-se e reforçar-se, embora não possa destruir radicalmente o sentido moral.

1866. Os vícios podem classificar-se segundo as virtudes a que se opõem, ou relacionando-os com os *pecados capitais* que a experiência cristã distinguiu, na sequência de São João Cassiano (102) e São Gregório Magno (103). Chamam-se capitais, porque são geradores doutros pecados e doutros vícios. São eles: a soberba, a avareza, a inveja, a ira, a luxúria, a gula e a preguiça ou negligência (acédia).

1867. A tradição catequética lembra também a existência de *«pecados que bradam ao céu».* Bradam ao céu: o sangue de Abel (104); o pecado dos sodomitas (105); o clamor do povo oprimido no Egipto (106); o lamento do estrangeiro, da viúva e do órfão (107); a injustiça para com o assalariado (108).

1868. O pecado é um acto pessoal. Mas, além disso, nós temos responsabilidade nos pecados cometidos por outros, quando *neles cooperamos:*

– tomando parte neles, directa e voluntariamente;
– ordenando-os. aconselhando-os, aplaudindo-os ou aprovando-os;
– não os denunciando ou não os impedindo, quando a isso obrigados;
– protegendo os que praticam o mal.

1869. Assim, o pecado torna os homens cúmplices uns dos outros, faz reinar entre eles a concupiscência, a violência e a injustiça. Os pecados provocam situações sociais e instituições contrárias à Bondade divina; as «estruturas de pecado» são expressão e efeito

dos pecados pessoais e induzem as suas vítimas a que, por sua vez, cometam o mal. Constituem, em sentido analógico, um «pecado social» (109).

Resumindo:

1870. *«Deus encerrou todos na desobediência, para usar de misericórdia para com todos» (Rm 11, 32).*

1871. *O pecado é «uma palavra, um acto ou um desejo contrários à lei eterna»* (110). *É uma ofensa a Deus. Levanta-se contra Deus por uma desobediência contrária à obediência de Cristo.*

1872. *O pecado é um acto contrário à razão. Fere a natureza do homem e atenta contra a solidariedade humana.*

1873. *A raiz de todos os pecados está no coração do homem. As suas espécies e gravidade aferem-se, principalmente, pelo seu objecto.*

1874. *Optar deliberadamente – isto é, sabendo e querendo – por algo gravemente contrário à lei divina e ao fim último do homem, é cometer um pecado mortal. Este destrói em nós a caridade, sem a qual a bem-aventurança eterna é impossível; se não houver arrependimento, tem como consequência a morte eterna.*

1875. *O pecado venial constitui uma desordem moral, reparável pela caridade que deixa subsistir em nós.*

1876*. A repetição dos pecados, mesmo veniais, gera os vícios, entre os quais se distinguem os pecados capitais.*

Notas

1. Cf. *Lc* 15, 11-32.

2. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 22: AAS 58 (1966) 1042.

3. Cf. *2 Cor* 4, 4.

4. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 22: AAS 58 (1966) 1042.

5. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 14: AAS 58 (1966) 1036.

6. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 24: AAS 58 (1966) 1045.

7. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 15: AAS 58 (1966) 1036.

8. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 17: AAS 58 (1966) 1037.

9. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 16: AAS 58 (1966) 1037.

10. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 13: AAS 58 (1966) 1034.

11. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 13: AAS 58 (1966) 1035.

12. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 22: AAS 58 (1966) 1042.

13. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 15: AAS 58 (1966) 1036.

14. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 17: AAS 58 (1966) 1037.

15. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 16: AAS 58 (1966) 1037.

16. Santo Agostinho, *De moribus Ecclesiae catholicae* 1. 3, 4: CSEL 90, 6 (PL 32, 1312).

17. Santo Agostinho, *Confissões,* 10, 20, 29: CCL 27, 170 (PL 32, 791).

18. São Tomás de Aquino, *In Symbolum Apostolarum scilicet «Credo in Deum», expositio, c.*15: *Opera omnia, v. 27* (Parisiis 1875) p. 228.

19. Cf. *Mt* 4, 17.

20. Cf. *1 Jo* 3, 2; 1 Cor 13.

21. Cf. *Mt* 25, 21. 23.

22. Cf. *Heb* 4, 7-11 .

23. Santo Agostinho, *De civitate Dei,* 22, 30 CSEL 40/2, 670 (PL 41, 804).

24. Cf. *Jo* 17, 3.

25. Cf. *Rm* 8, 18.

26. Santo Ireneu de Lião, *Adversus Haereses,* 4, 20, 5: SC 100, 638.

27. Johannes Henricus Newman, *Discourses addressed to Mixed Congregations, 5* [*Saintliness the Standard of Christian Principle*] (Westminister 1966), p. 89-91.

28. Cf. parábola do semeador: *Mt* 13, 3-23.

29. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 17: AAS 58 (1966) 1037.

30. Santo Ireneu de Lião, *Adversus Haereses,* 4, 4, 3: SC 100, 424 (PG 7, 983).

31. Cf. *Rm* 6, 17.

32. Cf. *Gn* 4, 10.

33. Cf. *2 Sm* 12, 7-15.

34. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 2: AAS 58 (1966) 930-931.

35. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 7: AAS 58 (1966) 934-935.

36. Congregação para a Doutrina da Fé, Instr. *Libertatis conscientia*, 13: AAS 79 (1987) 559.

37. Cf. *Jo* 8, 32.

38. Cf. *Rm* 8, 21.

39. *Domingo XXXII do Tempo Comum, Colecta: Missale Romanum,* editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.371 [Missal *Romano,* Gráfica de Coimbra 1992, 426].

40. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 17: AAS 58 (1966) 1037.

41. Cf. *Mt* 6, 2-4.

42. São Tomás de Aquino, *In duo praecepta caritatis et in decem Legis praecepta expositio,*c.6: *Opera omnia,* v. 27 (Parisiis 1875) p. 149.

43. Cf. *Mc* 7, 21.

44. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 1-2. q. 26. a. 4. c: Ed. Leon. 6, 190.

45. Cf. Santo Agostinho, *De Trinitate,* 8, 3, 4: CCL 50, 271-272 (PL 42, 949).

46. Santo Agostinho, *De civitate Dei,* 14, 7: CSEL 40/2. 13 (PL 41, 410).

47. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 1-2, q. 24, a. 1, e.: Ed. Leon. 6, 179.

48. Cf. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 1-2, q. 24, a. 3. c.: Ed. Leon. 6, 181.

49. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 16: AAS 58 (1966) 1037.

50. Cf. *Rm* 2, 14-16.

51. Cf. *Rm* 1, 32.

52. Joannes Henricus Newman, A *Letter to the Duke of Norfolk,* 5: *Certain Difficulties felt by Anglicans in Catholic Teaching,* v. 2 (Westminster 1969) p. 248.

53. Santo Agostinho, *In epistulam Iohannis ad Parthos tractatus* 8, 9: PL 35, 2041.

54. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 3: AAS 58 (1966) 932.

55. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 14: AAS 58 (1966) 940.

56. Cf. *Lc* 6, 31; *Tb* 4, 15.

57. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 16: AAS 58 (1966) 1037.

58. Cf. *1 Tm* 3, 9; *2 Tm* 1, 3; *1 Pe* 3, 21; *Act* 24, 16.

59. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 16: AAS 58 (1966) 1037.

60. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 16: AAS 58 (1966) 1037.

61. São Gregório de Nissa, *De Beatitudinibus, oratio 1: Gregorii Nysseni opera.* ed. W. Jaeger, v. 7/2 (Leiden 1992) p. 82 (PG 44, 1200).

62. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 2-2, q. 47. a. 2. sed contra: Ed. Leon. 8, 349.

63. Cf. *Sir* 5, 2; 37, 27-31.

64. Santo Agostinho, *De moribus Ecclesiae catholicae,* 1, 25, 46: CSEL 90, 51 (PL 32, 1330-1331).

65. Cf. *2 Pe* 1, 4.

66. Cf. *1 Cor* 13, 13.

67. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Verbum,* 5: AAS 58 (1966) 819.

68. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione*, c. 15: DS 1544.

69. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 42: AAS *57* (1965) 48: cf. ID., Decl. *Dignitatis humanae,* 14: AAS 58 (1966) 940.

70. Cf. *Gn* 17, 4-8; 22, 1-18.

71. Cf. *Rm* 8, 28-30.

72. Cf. *Mt* 7, 21.

73. Cf. *Mt* 10, 22: Concílio de Trento, Sess. 5ª, *Decretum de iustificatione*, c. 13: DS 1541.

74. Santa Teresa de Jesus, *Exclamaciones del alma a Dios,* 15, 3: *Biblioteca Mística Carmelitana*, v. 4 (Burgos 1917) p. 290. [*Exclamações*, XV. 3: *Obras Completas* (Paço de Arcos. Edições Carmelo 1994) p. 959).

75. Cf. *Jo* 13. 34.

76. Cf. *Mt* 22, 40: *Rm* 13, 8-10.

77. Cf. *Mt* 5, 44.

78. Cf. *Lc* 10, 27-37.

79. Cf *Mc* 9, 37.

80. Cf. *Mt* 25, 40.45.

81. Cf. *1 Cor* 13, 1-4.

82. São Basílio Magno, *Regulae fusius tractatae,* prol. 3: PG 31. 896.

83. Santo Agostinho, *In epistulam Iohannis ad Parthos tractus* 10, 4: PL 35, 2056-2057.

84. Cf. *Is* 11, 1-2.

85. *1 Cor* 13, 13.

86. Cf. Lc 15.

87. Santo Agostinho, *Sermão* 169, 11, 13: PL 38, 923.

88. João Paulo II, Enc. *Dominum et vivificantem*, 31: AAS 78 (1986) 843.

89. Santo Agostinho, *Contra Faustum manichaeum,* 22, 27: CSEL 25, 621 (PL 42, 418): cf.São Tomás de Aquino, *Summa theologiae, 1-2,* q. 71, a. 6: Ed. Leon. 7, 8-9.

90. Santo Agostinho, *De civitate Dei,* 14, 28: CSEL 40/2, 56 (PL 41, 436).

91. Cf. *Fl* 2, 6-9.

92. Cf. *Jo* 14, 30.

93. Cf. *Rm* 1, 28-32; *1 Cor* 6, 9-10; *Ef* 5, 3-5; *Cl* 3, 5-9; *1 Tm* 1, 9-10; *2 Tm* 3, 2-5.

94. *Cf. 1 Jo* 5, 16-17.

95. São Tomás de Aquino*, Summa theologiae,* 1-2, q. 88. a. 2, e: Ed. Leon. 7, 135.

96. João Paulo II. Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia,* 17: AAS 77 (1985) 221.

97. Cf. Mc 3, 5-6; Lc 16, 19-31.

98. João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia,* 17: AAS 77 (1985) 221.

99. Santo Agostinho, *In epistulam Iohannis Parthos tractatus,* 1, 6: PL 35, 1982.

100. Cf. *Mc* 3. 29; *Lc* 12, 10.

101. Cf. João Paulo II, Enc. *Dominum et vivificantem,* 46: AAS 78 (1986) 864-865.

102. Cf. São Cassiano, *Conlatio*, 5, 2: CSEL 13, 121 (PL 49, 611).

103. Cf. São Gregório Magno, *Moralia in Job,* 31, 45, 87: CCL 143B, 1610 (PL 76, 621).

104. Cf. *Gn* 4. 10.

105. Cf. *Gn* 18, 20; 19, 13.

106. Cf. *Ex* 3, 7-10.

107. Cf. *Ex* 22, 20-22.

108. Cf. *Dt* 24, 14-15; *Tg 5,* 4.

109. João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia,* 16: AAS 77 (1985) 216.

110. Santo Agostinho, *Contra Faustum manichaeum,* 22, 27: CSEL 25, 621 (PL 42, 418).

CAPÍTULO SEGUNDO: A COMUNIDADE HUMANA

1877. A vocação da humanidade é manifestar a imagem de Deus e ser transformada à imagem do Filho único do Pai. Esta vocação reveste-se de uma forma pessoal, pois cada um é chamado a entrar na bem-aventurança divina. Mas diz também respeito ao conjunto da comunidade humana.

ARTIGO 1: A PESSOA E A SOCIEDADE

I. O carácter comunitário da vocação humana

1878. Todos os homens são chamados ao mesmo fim, que é o próprio Deus. Existe uma certa semelhança entre a unidade das pessoas divinas e a fraternidade que os homens devem instaurar entre si, na verdade e no amor (1). O amor ao próximo é inseparável do amor a Deus.

1879. A pessoa humana tem necessidade da vida social. Esta não constitui para ela algo de acessório, mas uma exigência da sua natureza. Graças ao contacto com os demais, ao serviço mútuo e ao diálogo com os seus irmãos, o homem desenvolve as suas capacidades, e assim responde à sua vocação (2).

1880. *Sociedade* é um conjunto de pessoas ligadas de modo orgânico por um princípio de unidade que ultrapassa cada uma delas. Assembleia ao mesmo tempo visível e espiritual, uma sociedade perdura no tempo: assume o passado e prepara o futuro. Através dela, cada homem é constituído «herdeiro», recebe «talentos» que enriquecem a sua identidade e cujos frutos deve desenvolver (3). Com toda a razão, cada um é devedor de dedicação às comunidades de que faz parte e de respeito às autoridades encarregadas do bem comum.

1881. Cada comunidade define-se pelo fim a que tende e, por conseguinte, obedece a regras específicas. Mas « *pessoa humana* é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais» (4).

1882. Certas sociedades, como a família e a comunidade civil, correspondem de modo mais imediato à natureza do homem. São-lhe necessárias. Para favorecer a participação do maior número possível de pessoas na vida social, deve fomentar-se a criação de associações e instituições de livre iniciativa, «com fins económicos, culturais, sociais, desportivos, recreativos, profissionais, políticos, tanto no interior das comunidades políticas como a nível mundial» (5). Esta*«socialização»* exprime também a tendência natural que leva os seres humanos a associarem-se, com vista a atingirem objectivos que ultrapassam as capacidades individuais. Desenvolve as qualidades da pessoa, particularmente o sentido de iniciativa e de responsabilidade, e contribui para garantir os seus direitos (6).

1883. Mas a socialização também oferece perigos. Uma intervenção exagerada do Estado pode constituir uma ameaça à liberdade e às iniciativas pessoais. A doutrina da Igreja elaborou o princípio dito da *subsidiariedade.* Segundo ele, «uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna duma sociedade de ordem inferior, privando-a das suas competências, mas deve antes apoiá-la, em caso de necessidade, e ajudá-la a coordenar a sua acção com a dos demais componentes sociais, com vista ao bem comum» (7).

1884. Deus não quis reservar só para Si o exercício de todos os poderes. Confia a cada criatura as funções que ela é capaz de exercer, segundo as capacidades da sua própria natureza. Este modo de governo deve ser imitado na vida social. O procedimento de Deus no governo do mundo, que testemunha tão grande respeito para com a liberdade humana, deveria inspirar a sabedoria daqueles que governam as comunidades humanas. Eles devem actuar como ministros da providência divina.

1885. O princípio da subsidiariedade opõe-se a todas as formas de colectivismo e marca os limites da intervenção do Estado. Visa harmonizar as relações entre os indivíduos e as sociedades e tende a instaurar uma verdadeira ordem internacional.

II. Conversão e sociedade

1886. A sociedade é indispensável à realização da vocação humana. Para atingir esse fim, tem de ser respeitada a justa hierarquia dos valores, que «subordina as dimensões físicas e instintivas às dimensões interiores e espirituais» (8):

«A convivência humana [...] há-de considerar-se, antes de mais, como um facto de ordem principalmente espiritual: como comunicação de conhecimentos, à luz da verdade; exercício de direitos e cumprimento de deveres; incentivo e apelo aos bens do espírito; gozo comum do justo prazer da beleza em todas as suas expressões; permanente disposição para partilhar com os outros o melhor de si mesmo; aspiração a uma mútua e cada vez mais rica assimilação de valores espirituais. Todos estes valores vivificam e, ao mesmo tempo, orientam tudo o que diz respeito às doutrinas, às realidades económicas, à convivência cívica, aos movimentos e regimes políticos, à ordem jurídica e aos demais elementos exteriores através dos quais se articula e se exprime a convivência humana no seu incessante devir» (9).

1887. A inversão dos meios e dos fins (10), que chega a dar valor de fim último ao que não passa de meio para a ele chegar ou a considerar as pessoas como puros meios com vista a um fim, gera estruturas injustas que «tornam árduo e praticamente impossível um procedimento cristão, conforme com os mandamentos do divino legislador» (11).

1888. Deve-se, pois, apelar para as capacidades espirituais e morais da pessoa e para a exigência permanente da sua *conversão interior,* para se conseguirem mudanças sociais que estejam realmente ao seu serviço. A prioridade reconhecida à conversão do coração, não elimina de modo algum, antes impõe, a obrigação de introduzir nas instituições e nas condições de vida, quando introduzem ao pecado, as correcções convenientes para que elas se conformem com as normas da justiça e favoreçam o bem, em vez de se lhe oporem (12).

1889. Sem a ajuda da graça, os homens não seriam capazes de «descobrir o caminho, muitas vezes estreito, entre a cobardia que

cede ao mal e a violência que, julgando combatê-lo, o agrava» (13). É o caminho da caridade, ou seja, do amor de Deus e do próximo. A caridade constitui o maior mandamento social. Ela respeita o outro e os seus direitos, exige a prática da justiça, de que só ela nos torna capazes e inspira-nos uma vida de entrega: «Quem procurar preservar a vida, há-de perdê-la; quem a perder, há-de salvá-la» (*Lc* 17, 33).

Resumindo:

1890. *Existe uma certa semelhança entre a unidade das pessoas divinas e a fraternidade que os homens devem instaurar entre si.*

1891. *Para se desenvolver em conformidade com a sua natureza, a pessoa humana tem necessidade da vida social. Certas sociedades, como a família e a comunidade civil, correspondem, de modo mais imediato, à natureza do homem.*

1892. *«A pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais»* (14).

1893. *Deve promover-se uma larga participação nas associações e instituições de livre iniciativa.*

1894. *Segundo o princípio da subsidiariedade, nem o Estado nem qualquer sociedade mais abrangente devem substituir-se à iniciativa e à responsabilidade das pessoas e dos corpos intermédios.*

1895. *A sociedade deve favorecer a prática das virtudes, e não impedi-la. Deve inspirar-se numa justa hierarquia de valores.*

1896. *Onde quer que o pecado perverta o clima social, deve fazer-se apelo à conversão dos corações e à graça de Deus. A caridade incentiva reformas justas. Não existe solução para a questão social fora do Evangelho* (15).

ARTIGO 2: A PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIAL

I. A autoridade

1897. «A sociedade humana não estará bem constituída nem será fecunda, se a ela não presidir uma autoridade legítima que salvaguarde as instituições e dedique o necessário trabalho e esforço ao bem comum» (16).

Chama-se «autoridade» àquela qualidade em virtude da qual pessoas ou instituições dão leis e ordens a homens e esperam obediência da parte deles.

1898. Toda a comunidade humana tem necessidade de uma autoridade que a governe (17). Esta tem o seu fundamento na natureza humana. Ela é necessária para a unidade da comunidade civil. O seu papel consiste em assegurar, quanto possível, o bem comum da sociedade.

1899. A autoridade exigida pela ordem moral emana de Deus: «Submeta-se cada qual às autoridades constituídas. Pois não há autoridade que não tenha sido constituída por Deus e as que existem foram estabelecidas por Ele. Quem resiste, pois, à autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus, e os que lhe resistem atraem sobre si a condenação» (*Rm* 13, 1-2) (18**).**

1900. O dever de obediência impõe a todos a obrigação de tributar à autoridade as honras que lhe são devidas e de rodear de respeito e, segundo o seu mérito, de gratidão e benevolência, as pessoas que a exercem.

Saída da pena do papa São Clemente de Roma, encontramos a mais antiga oração da Igreja pela autoridade política (19):

«Dai-lhes, Senhor, a saúde, a paz, a concórdia, a estabilidade, para que exerçam sem obstáculos a soberania que lhes confiastes. Sois Vós, ó mestre, celeste rei dos séculos, quem dá aos filhos dos homens glória, honra e poder sobre as coisas da terra. Dirigi, Senhor, o seu conselho segundo o que é bem, segundo o que é agradável aos vossos olhos, para que, exercendo com piedade, na paz e na mansidão, o poder que lhes destes, Vos encontrem propício» (20).

1901. Se a autoridade remete para uma ordem fixada por Deus, já «a determinação dos regimes políticos, tal como a designação dos seus dirigentes, devem ser deixados à livre vontade dos cidadãos» (12).

A diversidade dos regimes políticos é moralmente admissível, desde que concorram para o bem legítimo da comunidade que os adopta. Os regimes cuja natureza for contrária à lei natural, à ordem pública e aos direitos fundamentais das pessoas, não podem promover o bem comum das nações onde se impuseram.

1902. A autoridade não recebe de si mesma a legitimidade moral. Por isso, não deve proceder de maneira despótica, mas agir em prol do bem comum, como uma «força moral fundada na liberdade e no sentido de responsabilidade» (22):

«A legislação humana só se reveste do carácter de lei, na medida em que se conforma com a justa razão; daí ser evidente que ela recebe todo o seu vigor da Lei eterna. Na medida em que se afastar da razão, deve ser declarada injusta, pois não realiza a noção de lei: será, antes, uma forma de violência» (23).

1903. A autoridade só é exercida legitimamente na medida em que procurar o bem comum do respectivo grupo e em que, para o atingir, empregar meios moralmente lícitos. No caso de os dirigentes promulgarem leis injustas ou tomarem medidas contrárias à ordem moral, tais disposições não podem obrigar as consciências. «Neste caso, a própria autoridade deixa de existir e degenera em abuso do poder» (24).

1904. «É preferível que todo o poder seja equilibrado por outros poderes e outras competências que o mantenham no seu justo limite. Este é o princípio do "Estado de direito", no qual é soberana a Lei, e não a vontade arbitrária dos homens» (25).

II. O bem comum

1905. Em conformidade com a natureza social do homem, o bem de cada um está necessariamente relacionado com o bem comum. E

este não pode definir-se senão em referência à pessoa humana:

«Não vivais isolados, fechados em vós mesmos, como se já estivésseis justificados; mas reuni-vos para procurar em conjunto o que é de interesse comum» (26).

1906. Por bem comum deve entender-se «o conjunto das condições sociais que permitem, tanto aos grupos como a cada um dos seus membros, atingir a sua perfeição, do modo mais completo e adequado» (27). O bem comum interessa à vida de todos. Exige prudência da parte de cada um, sobretudo da parte de quem exerce a autoridade. E inclui *três elementos essenciais:*

1907. Supõe, em primeiro lugar, o *respeito da pessoa* como tal. Em nome do bem comum, os poderes públicos são obrigados a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. A sociedade humana deve empenhar-se em permitir, a cada um dos seus membros, realizar a própria vocação. De modo particular, o bem comum reside nas condições do exercício das liberdades naturais, indispensáveis à realização da vocação humana: «Por exemplo, o direito de agir segundo a recta norma da sua consciência, o direito à salvaguarda da vida privada e à justa liberdade, mesmo em matéria religiosa» (28).

1908. Em segundo lugar, o bem comum exige o *bem-estar social* e o *desenvolvimento* da própria sociedade. O desenvolvimento é o resumo de todos os deveres sociais. Sem dúvida, à autoridade compete arbitrar, em nome do bem comum, entre os diversos interesses particulares; mas deve tornar acessível a cada qual aquilo de que precisa para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, saúde, trabalho, educação e cultura, informação conveniente, direito de constituir família (29), etc.

1909. Finalmente, o bem comum implica *a paz,* quer dizer, a permanência e segurança duma ordem justa. Supõe, portanto, que a autoridade assegure, por meios honestos, a *segurança* da sociedade e dos seus membros. O bem comum está na base do direito à legítima defesa, pessoal e colectiva.

1910. Se cada comunidade humana possui um bem comum que lhe permite reconhecer-se como tal, é na *comunidade política* que se encontra a sua realização mais completa. Compete ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade civil, dos cidadãos e dos corpos intermédios.

1911. As dependências humanas intensificam-se. Estendem-se, pouco a pouco, a toda a terra. A unidade da família humana, reunindo seres de igual dignidade natural, implica um *bem comum universal.* E este requer uma organização da comunidade das nações, capaz de «prover às diversas necessidades dos homens, tanto no domínio da vida social (alimentação, saúde, educação...), como para fazer face a múltiplas circunstâncias particulares que podem surgir aqui e ali (por exemplo: [...] acudir às misérias dos refugiados, dar assistência aos migrantes e suas famílias...)» (30).

1912. O bem comum está sempre orientado para o progresso das pessoas: «A ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas, e não o inverso» (31). Esta ordem tem por base a verdade, constrói-se na justiça e é vivificada pelo amor.

III. Responsabilidade e participação

1913. Participação é o empenhamento voluntário e generoso da pessoa nas permutas sociais. É necessário que todos tomem parte, cada qual segundo o lugar que ocupa e o papel que desempenha, na promoção do bem comum. Este é um dever inerente à dignidade da pessoa humana.

1914. A participação realiza-se, primeiro, ao encarregar-se alguém dos sectores de que assume *a responsabilidade pessoal:* pelo cuidado que põe na educação da família, pela consciência com que realiza o seu trabalho, o homem participa no bem dos outros e da sociedade (32).

1915. Os cidadãos devem, tanto quanto possível, tomar parte activa na *vida pública.* As modalidades desta participação podem variar de país para país ou de uma cultura para outra. «É de louvar o modo de

agir das nações em que, em autêntica liberdade, o maior número possível de cidadãos participa nos assuntos públicos» (33).

1916. A participação de todos na promoção do bem comum implica, como qualquer dever ético, uma *conversão* incessantemente renovada dos parceiros sociais. A fraude e outros subterfúgios, pelos quais alguns se esquivam às obrigações da lei e às prescrições do dever social, devem ser firmemente condenados como incompatíveis com as exigências da justiça. Importa promover o progresso das instituições que melhorem as condições da vida humana (34*).*

1917. Incumbe àqueles que exercem cargos de autoridade garantir os valores que atraem a confiança dos membros do grupo e os incitam a colocar-se ao serviço dos seus semelhantes. A participação começa pela educação e pela cultura. «Pode-se legitimamente pensar que o futuro da humanidade está nas mãos daqueles que souberem dar às gerações de amanhã razões de viver e de esperar» (35).

Resumindo:

1918. *«Não existe autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram por Deus estabelecidas» (Rm 13, 1).*

1919*. Toda a comunidade humana tem necessidade duma autoridade, para se manter e desenvolver:*

1920. *«A comunidade política e a autoridade pública têm o seu fundamento na natureza humana, e pertencem, por isso, à ordem estabelecida por Deus»* (36).

1921. *A autoridade exerce-se de modo legítimo, se se dedicar a conseguir o bem comum da sociedade. Para o atingir, deve empregar meios moralmente aceitáveis.*

1922. *A diversidade dos regimes políticos é legítima, desde que estas concorram para o bem da comunidade.*

1923. *A autoridade política deve exercer-se dentro dos limites da ordem moral, e garantir as condições necessárias para o exercício da liberdade.*

1924. *O bem comum abrange «o conjunto das condições sociais que permitem aos grupos e às pessoas atingir a sua perfeição, do modo mais pleno e fácil»* (37).

1925. *O bem comum inclui três elementos essenciais: o respeito e a promoção dos direitos fundamentais da pessoa; a prosperidade ou desenvolvimento dos bens espirituais e temporais da sociedade; a paz e a segurança do grupo e dos seus membros.*

1926. *A dignidade da pessoa humana implica a busca do bem comum. Cada qual deve preocupar-se em suscitar e sustentar instituições que melhorem as condições da vida humana.*

1927. *Compete ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade civil. O bem comum de toda a família humana exige uma organização da sociedade internacional.*

ARTIGO 3: A JUSTIÇA SOCIAL

1928. A sociedade garante a justiça social, quando realiza as condições que permitem às associações e aos indivíduos obterem o que lhes é devido, segundo a sua natureza e vocação. A justiça social está ligada ao bem comum e ao exercício da autoridade.

I. O respeito pela pessoa humana

1929. A justiça social só pode alcançar-se no respeito da dignidade transcendente do homem. A pessoa constitui o fim último da sociedade, que está ordenada para ela:

A defesa e promoção da dignidade da pessoa humana «foram-nos confiadas pelo Criador, tarefa a que estão rigorosa e responsavelmente obrigados os homens e as mulheres em todas as conjunturas da história (38).

1930. O respeito pela pessoa humana implica o dos direitos que dimanam da sua dignidade de criatura. Esses direitos são anteriores à sociedade e impõem-se-lhe. Estão na base da legitimidade moral de qualquer autoridade: desprezando-os ou recusando reconhecê-los na sua legislação positiva, uma sociedade atenta contra a sua própria legitimidade moral (39). Faltando esse respeito, uma

sociedade não tem outra solução, senão o recurso à força e à violência, para obter a obediência dos seus súbitos. É dever da Igreja trazer à memória dos homens de boa vontade aqueles direitos, e distingui-los das reivindicações abusivas ou falsas.

1931. O respeito pela pessoa humana passa pelo respeito pelo princípio: «Que cada um considere o seu próximo, sem qualquer excepção, como «outro ele mesmo», e zele, antes de mais, pela sua existência e pelos meios que lhe são necessários para viver dignamente» (40). Nenhuma legislação será capaz, por si mesma, de fazer desaparecer os temores, os preconceitos, as atitudes de orgulho e egoísmo que são obstáculo ao estabelecimento de sociedades verdadeiramente fraternas. Tais atitudes só desaparecem com a caridade, que vê em cada homem um «próximo», um irmão.

1932. O dever de nos fazermos o «próximo» do outro, e de o servirmos activamente, é tanto mais premente quanto esse outro for mais indefeso, seja em que domínio for. «Quantas vezes o fizestes a um dos meus irmãos mais pequeninos, a Mim o fizestes» *(Mt* 25, 40).

1933. Este mesmo dever é extensivo a todos os que pensam ou se comportam de modo diferente de nós. A doutrina de Cristo chega a exigir o perdão das ofensas. Ele estende o mandamento do amor, que é o da nova Lei, a todos os inimigos (41). A libertação, no espírito do Evangelho, é incompatível com o ódio ao inimigo, enquanto pessoa; embora não o seja com o ódio ao mal, que ele pode praticar enquanto inimigo.

II. Igualdade e diferença entre os homens

1934. Criados à imagem do Deus único, dotados duma idêntica alma racional, todos os homens têm a mesma natureza e a mesma origem. Resgatados pelo sacrifício de Cristo, todos são chamados a participar da mesma bem-aventurança divina. Todos gozam, portanto, de igual dignidade.

1935. A igualdade entre os homens assenta essencialmente na sua dignidade pessoal e nos direitos que dela dimanam:

«Toda a espécie de discriminação relativamente aos direitos fundamentais da pessoa, quer por razão do sexo, quer da raça, cor, condição social, língua ou religião, deve ser ultrapassada e eliminada como contrária ao desígnio de Deus» (42).

1936. Ao vir ao mundo, o homem não dispõe de tudo o que é necessário para o desenvolvimento da sua vida corporal e espiritual. Precisa dos outros. Há diferenças relacionadas com a idade, as capacidades físicas, as aptidões intelectuais e morais, os intercâmbios de que cada um pôde beneficiar, a distribuição das riquezas (43). Os «talentos» não são distribuídos por igual (44).

1937. Estas diferenças fazem parte do plano de Deus que quer que cada um receba de outrem aquilo de que precisa e que os que dispõem de «talentos» particulares comuniquem os seus benefícios aos que deles precisam. As diferenças estimulam e muitas vezes obrigam as pessoas à magnanimidade, à benevolência e à partilha: e incitam as culturas a enriquecerem-se umas às outras:

«Eu distribuo as virtudes tão diferentemente, que não dou tudo a todos, mas a uns uma e a outros outra [...] A um darei principalmente a caridade, a outro a justiça, a este a humildade, àquele uma fé viva. [...] E assim dei muitos dons e graças de virtudes, espirituais e temporais, com tal diversidade, que não comuniquei tudo a uma só pessoa, a fim de que vós fosseis forçados a usar de caridade uns para com os outros; [...] Eu quis que um tivesse necessidade do outro e todos fossem meus ministros na distribuição das graças e dons de Mim recebidos» (45).

1938. Mas também existem *desigualdades iníquas* que ferem milhões de homens e de mulheres. Essas estão em contradição frontal com o Evangelho:

«A igual dignidade pessoal postula que se chegue a condições de vida mais humanas e justas. Com efeito, as excessivas desigualdades económicas e sociais entre os membros ou povos da

única família humana provocam escândalo e são obstáculo à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e, finalmente, à paz social e internacional» (46).

III. A solidariedade humana

1939. O princípio da solidariedade, também enunciado sob o nome de «amizade» ou de «caridade social», é uma exigência directa da fraternidade humana e cristã (47):

Um erro, «hoje largamente espalhado, é o que esquece esta lei da solidariedade humana e da caridade, ditada e imposta tanto pela comunidade de origem e pela igualdade da natureza racional entre todos os homens, seja qual for o povo a que pertençam, como pelo sacrifício da redenção oferecido por Jesus Cristo no altar da cruz ao Pai celeste, em favor da humanidade pecadora» (48).

1940. A solidariedade manifesta-se, em primeiro lugar, na repartição dos bens e na remuneração do trabalho. Implica também o esforço por uma ordem social mais justa, em que as tensões possam ser resolvidas melhor e os conflitos encontrem mais facilmente uma saída negociada.

1941. Os problemas sócio-económicos só podem ser resolvidos com a ajuda de todas as formas de solidariedade: solidariedade dos pobres entre si, dos ricos com os pobres, dos trabalhadores entre si, dos empresários e empregados na empresa; solidariedade entre as nações e entre os povos. A solidariedade internacional é uma exigência de ordem moral. Dela depende, em parte, a paz do mundo.

1942. A virtude da solidariedade vai além dos bens materiais. Ao difundir os bens espirituais da fé, a Igreja favoreceu, por acréscimo, o desenvolvimento dos bens temporais, a que, muitas vezes, abriu novos caminhos. Assim se verificou, ao longo dos séculos, a Palavra do Senhor: «Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça, e tudo o mais vos será dado por acréscimo» *(Mt* 6, 33):

«Desde há dois mil anos que vive e persevera na alma da Igreja este sentimento, que levou e ainda leva as almas até ao heroísmo

caridoso dos monges agricultores, dos libertadores de escravos, dos que cuidam dos doentes, dos mensageiros da fé, da civilização, da ciência a todas as gerações e a todos os povos, em vista a criar condições sociais capazes de a todos tornar possível uma vida digna do homem e do cristão» (49).

Resumindo:

1943. *A sociedade assegura a justiça social, realizando as condições que permitem às associações e aos indivíduos obterem o que lhes é devido.*

1944. *O respeito pela pessoa humana considera o outro como «outro eu». Supõe o respeito pelos direitos fundamentais, decorrentes da dignidade intrínseca da pessoa.*

1945. *A igualdade entre os homens assenta na sua dignidade pessoal e nos direitos que dela dimanam.*

1946. *As diferenças entre as pessoas fazem parte do desígnio de Deus que quer que precisemos uns dos outros. Devem estimular a caridade.*

1947. *A igual dignidade das pessoas humanas exige esforços no sentido de reduzir desigualdades sociais e económicas excessivas. Conduza o desaparecimento das desigualdades iníquas.*

1948. *A solidariedade é uma virtude eminentemente cristã. Pratica a partilha dos bens espirituais, ainda mais que a dos materiais.*

Notas

1. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 24: AAS 58 (1966) 1045.

2. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 25: AAS 58 (1966) 1045.

3. Cf. *Lc* 19, 13. 15.

4. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 25: AAS 58 (1966) 1045.

5. João XXIII, Enc. *Mater et magistra,* 60: AAS 53 (1961) 416.

6. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 24: AAS 58 (1966) 1045-1046; João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 16: AAS 83 (1991) 813.

7. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, 48: AAS 83 (1991) 854: cf. Pio XI, Enc.*Quadragesimo anno*: AAS 23 (1931) 184-186.

8. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, 36: AAS 83 (1991) 838.

9. João XXIII, Enc. *Pacem in terris,* 36: AAS 55 (1963) 266.

10. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, 41: AAS 83 (1991) 844.

11. Pio XII, *Mensagem radiofónica* (1 de Junho de 1941): AAS 33 (1941) 197.

12. Cf. II Concílio do Vaticano, Cons. dogm. *Lumen Gentium,* 36: AAS 57 (1965) 42.

13. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, *25* AAS 83 (1991) 823.

14. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes, 25* AAS 58 (1966) 1045.

15. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, *5:* AAS 83 (1991) 800.

16. João XXIII, Enc. *Pacem in terris,* 46: AAS 55 (1963) 269.

17. Cf. Leão XIII, Enc. *Diuturnum illud:* Leonis XIII Acta *2,* 271; Id., Enc. *Immortale Dei:*Leonis XIII Acta, 5, 120.

18. Cf. *1 Pe* 2, 13-17.

19 Cf. já *1 Tm 2,* 1-2.

20. São Clemente de Roma, *Epistula ad Corinthios,* 61, 1-2: SC 167, 198-200 (Funk 1, 178-180).

21. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 74: AAS 58 (1966) 1096.

22. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 74: AAS 58 (1966) 1096.

23. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 1-2, q. 93, a. 3. ad 2: Ed. Leon. 7, 164.

24. João XXIII, Enc. *Pacem in terris,* 51: AAS 55 (1963) 271.

25. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, 44: AAS 83 (1991) 848.

26. Pseudo Barnabé, *Epistula,* 4, 10: SC 172, 100-102 (Funk 1, 48).

27. Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 26: AAS 58 (1966)1046: cf. *Ibid*., 74: AAS 58 (1966) 1096.

28. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 26: AAS 58 (1966) 1046.

29. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 26: AAS 58 (1966) 1046.

30. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 84: AAS 58 (1966) 1107.

31. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 26: AAS 58 (1966) 1047.

32. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, 31: AAS 83 (1991) 847.

33. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 3162: AAS 58 (1966) 1050.

34. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 30: AAS 58 (1966) 1049.

35. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 31: AAS 58 (1966) 1050.

36. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 74: AAS 58 (1966) 1096.

37. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 26: AAS 58 (1966) 1046.

38. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo rei socialis,* 47: AAS 80 (1988) 581.

39. Cf. João XXIII, Enc. *Pacem* in *terris,* 61: AAS 55 (1963) 274.

40. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 27: AAS 58 (1966) 274.

41. Cf. Mt 5, 43-44.

42. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 29: AAS 58 (1966) 1048-1049.

43. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 29: AAS 58 (1966) 1048.

44. Cf. *Mt* 25, 14-30: *Lc* 19, 11-27.

45. Santa Catarina de Sena, *Il dialogo della Divina provvidenza,* 7: ed. G. Cavallini (Roma 1995) p. 23-24.

46. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 29: AAS 58 (1966) 1049.

47. Cf. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo rei socialis,* 38-40: AAS 80 (1988) 564-569; Id.. Enc.*Centesimus annus,* 10: AAS 83 (1991) 805-806.

48. Pio XII, Enc. *Summi Pontificatus*: AAS 31 (1939) 426.

49. Pio XII, *Mensagem radiofónica* (1 de Junho de 1941): AAS 33 (1941) 204.

CAPÍTULO TERCEIRO: A SALVAÇÃO DE DEUS: A LEI E A GRAÇA

1949. Chamado à bem-aventurança, mas ferido pelo pecado, o homem tem necessidade da salvação de Deus. O auxílio divino é-lhe dado em Cristo, pela lei que o dirige e na graça que o ampara:

«Trabalhai com temor e tremor na vossa salvação: porque é Deus que opera em vós o querer e o agir, segundo os seus desígnios» (*Fl* 2, 12-13).

ARTIGO 1: A LEI MORAL

1950. A lei moral é obra da Sabedoria divina. Podemos defini-la, em sentido bíblico, como uma instrução paterna, uma pedagogia de Deus. Ela prescreve ao homem os caminhos, as regras de procedimento que o levam à bem-aventurança prometida e lhe proíbe os caminhos do mal, que desviam de Deus e do seu amor. E, ao mesmo tempo, firme nos seus preceitos e amável nas suas promessas.

1951. A lei é uma regra de procedimento emanada da autoridade competente em ordem ao bem comum. A lei moral pressupõe a ordem racional estabelecida entre as criaturas, para seu bem e em vista do seu fim, pelo poder, sabedoria e bondade do Criador. Toda a lei encontra na Lei eterna a sua verdade primeira e última. A lei é declarada e estabelecida pela razão como uma participação na providência do Deus vivo, Criador e Redentor de todos. «Esta ordenação da razão, eis o que se chama a lei» (1).

«Entre todos os seres animados, o homem é o único que pode gloriar-se de ter recebido de Deus uma lei: animal dotado de razão, capaz de compreender e de discernir, ele regulará o seu procedimento dispondo da sua liberdade e da sua razão, na submissão Àquele que tudo lhe submeteu» (2).

1952. As expressões da lei moral são diversas, mas todas coordenadas entre si: a lei eterna, fonte em Deus de todas as leis; a

lei natural; a lei revelada, compreendendo a Lei antiga e a Lei nova ou evangélica: por fim, as leis civis e eclesiásticas.

1953. A lei moral encontra em Cristo a sua plenitude e unidade. Jesus Cristo é, em pessoa, o caminho da perfeição. Ele é o fim da lei, porque só Ele ensina e confere a justiça de Deus: «O fim da Lei é Cristo, para a justificação de todo o crente» *(Rm* 10, 4).

I. A lei moral natural

1954. O homem participa na sabedoria e na bondade do Criador, que lhe confere o domínio dos seus actos e a capacidade de se governar em ordem à verdade e ao bem. A lei natural exprime o sentido moral original que permite ao homem discernir, pela razão, o bem e o mal, a verdade e a mentira:

«A lei natural [...] está escrita e gravada na alma de todos e de cada um dos homens, porque não é senão a razão humana ordenando fazer o bem e proibindo pecar... Mas este ditame da razão humana não poderia ter força de lei, se não fosse a voz e a intérprete duma razão superior, à qual o nosso espírito e a nossa liberdade devem estar sujeitos» (3).

1955. A lei «divina e natural» (4) mostra ao homem o caminho a seguir para praticar o bem e atingir o seu fim. A lei natural enuncia os preceitos primários e essenciais que regem a vida moral. Tem como fulcro a aspiração e a submissão a Deus, fonte e juiz de todo o bem, assim como o sentido do outro como igual a si mesmo. Quanto aos seus preceitos principais, está expressa no Decálogo. Esta lei é chamada natural, não em relação à natureza dos seres irracionais, mas porque a razão que a promulga é própria da natureza humana:

«Onde estão, pois, inscritas [estas regras] senão no livro daquela luz que se chama a verdade? É lá que está escrita toda a lei justa, e é de lá que ela passa para o coração do homem que pratica a justiça; não que imigre para ele, mas porque nele imprime a sua marca, à maneira de um selo que do sinete passa para a cera, sem contudo deixar o sinete» (5).

A lei natural «não é senão a luz da inteligência posta em nós por Deus; por ela, nós conhecemos o que se deve fazer e o que se deve evitar. Esta luz ou esta lei, deu-a Deus ao homem na criação» (6).

1956. Presente no coração de cada homem e estabelecida pela razão, a lei natural é *universal* nos seus preceitos, e a sua autoridade estende-se a todos os homens. Ela exprime a dignidade da pessoa e determina a base dos seus deveres e direitos fundamentais:

«Existe, sem dúvida, uma verdadeira lei, que é a recta razão; ela é conforme à natureza, comum a todos os homens; é imutável e eterna; as suas ordens apelam para o dever; as suas proibições desviam da falta. [...] É um sacrilégio substituí-la por uma lei contrária: e é interdito deixar de cumprir uma só que seja das suas disposições; quanto a ab-rogá-la inteiramente, ninguém o pode fazer» (7).

1957. A aplicação da lei natural varia muito; pode requerer uma reflexão adaptada à multiplicidade das condições de vida, segundo os lugares, as épocas e as circunstâncias. Todavia, na diversidade das culturas, a lei natural permanece como regra a unir os homens entre si, impondo-lhes, para além das diferenças inevitáveis, princípios comuns.

1958. A lei natural é *imutável* (8) e permanente através das variações da história. Subsiste sob o fluxo das ideias e dos costumes e está na base do respectivo progresso. As regras que a traduzem permanecem substancialmente válidas. Mesmo que se lhe neguem até os princípios, não é possível destruí-la nem tirá-la do coração do homem; ela ressurge sempre na vida dos indivíduos e das sociedades:

«Não há dúvida de que o roubo é punido pela vossa Lei, Senhor, e pela lei que está escrita no coração do homem e que nem a própria iniquidade consegue apagar» (9).

1959. Obra excelente do Criador, a lei natural fornece os fundamentos sólidos sobre os quais o homem pode construir o

edifício das regras morais que hão-de orientar as suas opções. Também nela assenta a base moral indispensável para a construção da comunidade dos homens. Enfim, proporciona a base necessária à lei civil, que a ela se liga, quer por uma reflexão que dos seus princípios tira as conclusões, quer por adições de natureza positiva e jurídica.

1960. Os preceitos da lei natural não são por todos recebidos de maneira clara e imediata. Na situação actual, a graça e a Revelação são necessárias ao homem pecador para que as verdades religiosas e morais possam ser conhecidas, «por todos e sem dificuldade, com firme certeza e sem mistura de erro» (10). A lei natural proporciona à lei revelada e à graça uma base preparada por Deus e concedida por obra do Espírito.

II. A Lei antiga

1961. Deus, nosso Criador e nosso Redentor, escolheu Israel como seu povo e revelou-lhe a sua Lei, preparando assim a vinda de Cristo. A Lei de Moisés exprime muitas verdades naturalmente acessíveis à razão. Estas encontram-se declaradas e autenticadas no âmago da aliança da salvação.

1962. A Lei antiga é o primeiro estádio da lei revelada. As suas prescrições morais estão compendiadas nos Dez Mandamentos. Os preceitos do Decálogo assentam os alicerces da vocação do homem, feito à imagem de Deus: proíbem o que é contrário ao amor de Deus e do próximo e prescrevem o que lhe é essencial. O Decálogo é uma luz oferecida à consciência de todo o homem, para lhe manifestar o apelo e os caminhos de Deus e o proteger contra o mal:

Deus «escreveu nas tábuas da Lei o que os homens não fiam nos seus corações» (11)

1963. Segundo a tradição cristã, a Lei santa (12), espiritual (13) e boa (14), é ainda imperfeita. Como um pedagogo (15) ela mostra o que se deve fazer; mas, por si, não dá a força, a graça do Espírito para ser cumprida. Por causa do pecado, que ela não pode anular,

não deixa de ser uma lei de escravidão. Segundo São Paulo, ela tem por função principalmente denunciar e *manifestar o pecado* que constitui uma «lei de concupiscência» (16) no coração do homem. No entanto, a Lei permanece como a primeira etapa no caminho do Reino. Prepara e dispõe o povo eleito e cada cristão para a conversão e para a fé em Deus salvador. Proporciona um ensinamento que subsiste para sempre, como Palavra de Deus.

1964. A Lei antiga é uma *preparação para o Evangelho.* «A Lei é profecia e pedagogia das realidades futuras» (17). Ela profetiza e preanuncia a obra de libertação do pecado, que será realizada por Cristo; e fornece ao Novo Testamento imagens, «tipos» e símbolos para exprimir a vida segundo o Espírito. Finalmente, a Lei completa-se pelo ensinamento dos Livros Sapienciais e dos Profetas, que a orientam para a Nova Aliança e para o Reino dos céus.

Houve [...] na vigência da Antiga Aliança, pessoas que possuíam a caridade e a graça do Espírito Santo, e aspiravam acima de tudo às promessas espirituais e eternas, sob este aspecto, já pertenciam à nova Lei. E, vice-versa, existem na nova Aliança homens carnais, ainda distantes da perfeição da Nova Lei. Para os incitar à prática da virtude, tem sido necessário, mesmo na Nova Aliança, o temor do castigo e certas promessas temporais. Em todo o caso, a Lei antiga, embora prescrevesse a caridade, não dava o Espírito Santo, pelo qual "a caridade se difunde nos nossos corações"*(Rm 5, 5)»* (18).

III. A nova Lei ou Lei evangélica

1965. A Lei nova ou Lei evangélica é a perfeição, na terra, da Lei divina, natural e revelada. É obra de Cristo e tem a sua expressão, de modo particular, no sermão da montanha. É também obra do Espírito Santo e, por Ele, torna-se a lei interior da caridade: «Estabelecerei com a casa de Israel uma aliança nova [...] Hei-de imprimir as minhas leis no seu espírito e gravá-las-ei no seu coração. Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo» *(Heb* 8, 8-10) (19).

1966. A Lei nova é *a graça do Espírito Santo,* dada aos fiéis pela fé em Cristo. Opera pela caridade e serve-se do sermão do Senhor

para nos ensinar o que se deve fazer, e dos sacramentos para nos comunicar a graça de o fazer:

Aquele que quiser meditar com piedade e perspicácia o sermão que nosso Senhor pronunciou na montanha, tal como o lemos no Evangelho de São Mateus, nele encontrará, sem dúvida alguma, a carta perfeita da vida cristã [...]. Esse sermão encerra todos os preceitos próprios para guiar a vida cristã» (20).

1967. A Lei evangélica «cumpre» (21), apura, ultrapassa e leva à perfeição a Lei antiga. Nas «bem-aventuranças», ela *cumpre as promessas* divinas, elevando-as e ordenando-as para o «Reino dos céus». Dirige-se àqueles que estão dispostos a acolher com fé esta esperança nova: os pobres, os humildes, os aflitos, os corações puros, os perseguidos por causa de Cristo, traçando assim os surpreendentes caminhos do Reino.

1968. A Lei evangélica *dá cumprimento aos mandamentos* da Lei. O sermão do Senhor, longe de abolir ou desvalorizar as prescrições morais da Lei antiga, tira deles as virtualidades ocultas, fazendo surgir novas exigências: revela toda a verdade divina e humana que elas contêm. Não acrescenta preceitos externos novos: mas chega a reformar a raiz dos actos, o coração, onde o homem escolhe entre o puro e o impuro (22), onde se formam a fé, a esperança e a caridade e, com elas, as outras virtudes. Assim, o Evangelho leva a Lei à sua plenitude, pela imitação da perfeição do Pai celeste (23), pelo perdão dos inimigos e pela oração pelos perseguidores, à maneira da generosidade divina (24).

1969. A Lei nova *pratica os actos da religião:* a esmola, a oração, o jejum, ordenando-os para «o Pai que vê no segredo», ao contrário do desejo «de ser visto pelos homens» (25). A sua oração é o «Pai Nosso» (26).

1970. A Lei evangélica implica a escolha decisiva entre «os dois caminhos» (27) e a passagem à prática das palavras do Senhor (28); resume-se na *regra de ouro:* «Tudo quanto quiserdes que os

homens vos façam, fazei-lho, de igual modo, vós também, pois nisso consiste a Lei e os Profetas»*(Mt* 7, 12) (29).

Toda a Lei evangélica se apoia no *«mandamento novo»* de Jesus (30), de nos amarmos uns aos outros como Ele nos amou (31).

1971. Ao sermão do Senhor convém juntar *a catequese moral dos ensinamentos apostólicos.*como *Rm* 12-15; *1 Cor* 12-13; *Cl* 3-4; *Ef* 4-5; etc... Esta doutrina transmite o ensinamento do Senhor com a autoridade dos Apóstolos, sobretudo pela exposição das virtudes que dimanam da fé em Cristo e que são animadas pela caridade, o principal dom do Espírito Santo. «Seja a vossa caridade sem fingimento [...]. Amai-vos uns aos outros com amor fraterno [...]. Sede alegres na esperança, pacientes na tribulação, perseverantes na oração, acudindo com a vossa parte às necessidades dos santos, procurando o ensejo de exercer a hospitalidade *(Rm* 12, 9-12). Esta catequese ensina-nos também a tratar os casos de consciência à luz da nossa relação com Cristo e com a Igreja (23).

1972. A Lei nova é chamada *Lei do amor,* porque faz agir mais pelo amor infundido pelo Espírito Santo do que pelo temor: *Lei da graça,* porque confere a força da graça para agir pela fé e pelos sacramentos; *Lei de liberdade* porque nos liberta das observâncias rituais e jurídicas da Lei antiga, nos inclina a agir espontaneamente sob o impulso da caridade e, finalmente, nos faz passar da condição do escravo «que ignora o que faz o seu senhor», para a do amigo de Cristo: «porque vos dei a conhecer tudo o que ouvi do meu Pai» *(Jo* 15, 15); ou ainda para a condição de filho herdeiro (34).

1973. Além dos seus preceitos, a Lei nova inclui também os *conselhos evangélicos.* A distinção tradicional entre os mandamentos de Deus e os conselhos evangélicos estabelece-se por referência à caridade, perfeição da vida cristã. Os preceitos destinam-se a afastar tudo o que é incompatível com a caridade. Os conselhos têm por fim afastar o que, mesmo sem lhe ser contrário, pode constituir impedimento à expansão da caridade (35).

1974. Os conselhos evangélicos manifestam a plenitude viva da caridade, sempre insatisfeita por não dar mais. Atestam o seu ímpeto e solicitam a nossa prontidão espiritual. A perfeição da Lei nova consiste essencialmente nos preceitos do amor de Deus e do próximo. Os conselhos indicam caminhos mais directos, meios mais adequados, e são praticáveis segundo a vocação de cada um:

«Deus não quer que cada um observe todos os conselhos, mas somente os que são convenientes, segundo a diversidade das pessoas, dos tempos, das ocasiões e das forças, consoante a caridade o requer; pois é ela que, como rainha de todas as virtudes, de todos os mandamentos, de todos os conselhos, em suma, de todas as leis e de todas as acções cristãs, lhes dá a todos e a todas o lugar, a ordem, o tempo e o valor» (36).

Resumindo:

1975. *Segundo a Escritura, a Lei é uma instrução paterna de Deus, que prescreve ao homem os caminhos que levam à bem-aventurança prometida, e proíbe os caminhos do mal.*

1976. *«A lei é uma ordenação da razão para o bem comum, promulgada por aquele que tem o encargo da comunidade»* (37).

1977. *Cristo é o fim da Lei* (38). *Só Ele ensina e concede a justiça de Deus.*

1978. *A lei natural é uma participação na sabedoria e bondade de Deus pelo homem, formado à imagem do seu Criador Ela exprime a dignidade da pessoa humana e constitui a base dos seus direitos e deveres fundamentais.*

1979. *A lei natural é imutável, permanente através da história. As regras que a traduzem permanecem substancialmente válidas. É a base necessária para a fixação das regras morais e da lei civil.*

1980. *A Lei antiga é o primeiro estádio da Lei revelada. As suas prescrições morais estão compendiadas nos Dez Mandamentos.*

1981. *A Lei de Moisés contém muitas verdades naturalmente acessíveis à razão. Deus revelou-as, porque os homens não as*

liam no seu coração.

1982. *A Lei antiga é uma preparação para o Evangelho.*

1983. *A nova Lei é a graça do Espírito Santo, recebida pela fé em Cristo, operando pela caridade. Está expressa sobretudo no sermão do Senhor na montanha e utiliza os sacramentos para nos comunicar a graça.*

1984. *A Lei evangélica cumpre, ultrapassa e aperfeiçoa a Lei antiga: as suas promessas pelas bem-aventuranças do Reino dos céus; os seus mandamentos, reformando a raiz dos actos, o coração.*

1985. *A nova Lei é uma lei de amor; uma lei de graça, uma lei de liberdade.*

1986. *Além dos seus preceitos, a nova Lei comporta os conselhos evangélicos. «A santidade da Igreja é especialmente favorecida pelos vários conselhos que o Senhor propõe no Evangelho aos seus discípulos»* (39).

ARTIGO 2: GRAÇA E JUSTIFICAÇÃO

I. *A justificação*

1987. A graça do Espírito Santo tem o poder de nos justificar, isto é, de nos lavar dos nossos pecados e de nos comunicar «a justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo»(40) e pelo Baptismo (41):

«Se morremos com Cristo, acreditamos que também com Ele viveremos, sabendo que, uma vez ressuscitado dos mortos, Cristo já não morre: a morte já não tem domínio sobre Ele. Porque, na morte que sofreu, Cristo morreu para o pecado de uma vez para sempre: mas a sua vida é uma vida para Deus. Assim vós também, considerai-vos mortos para o pecado e vivos para Deus, em Cristo Jesus» *(Rm* 6, 8- I I).

1988. Pelo poder do Espírito Santo, nós tomamos parte na paixão de Cristo, morrendo para o pecado, e na sua ressurreição, nascendo para uma vida nova. Somos os membros do seu corpo, que é a

Igreja (42), os sarmentos enxertados na videira, que é Ele próprio (43):

«É pelo Espírito que nós temos parte em Deus. [...] Pela participação no Espírito, tornamo-nos participantes da natureza divina [...]. É por isso que aqueles em quem habita o Espírito são divinizados» (44).

1989. A primeira obra da graça do Espírito Santo é a *conversão,* que opera a justificação, segundo a mensagem de Jesus no princípio do Evangelho: «Convertei-vos, que está perto o Reino dos céus» (*Mt* 4, 17). Sob a moção da graça, o homem volta-se para Deus e desvia-se do pecado, acolhendo assim o perdão e a justiça do Alto. «A justificação comporta, portanto, a remissão dos pecados, a santificação e a renovação do homem interior» (45).

1990. A justificação *desliga o homem do pecado,* que está em contradição com o amor de Deus, e purifica-lhe o coração. A justificação continua a iniciativa da misericórdia de Deus, que oferece o perdão; reconcilia o homem com Deus; liberta-o da escravidão do pecado e cura-o.

1991. A justificação é, ao mesmo tempo, *acolhimento da justiça de Deus* pela fé em Jesus Cristo. Justiça designa, aqui, a rectidão do amor divino. Com a justificação, são difundidas nos nossos corações a fé, a esperança e a caridade, e é-nos concedida a obediência à vontade divina.

1992. A justificação foi-nos *merecida pela paixão de Cristo,* que na cruz Se ofereceu como hóstia viva, santa e agradável a Deus, e cujo sangue se tornou instrumento de propiciação pelos pecados de todos os homens. A justificação é concedida pelo Baptismo, sacramento da fé. Conforma-nos com a justiça de Deus que nos torna interiormente justos pelo poder da sua misericórdia. E tem por fim a glória de Deus e de Cristo, e o dom da vida eterna (46):

«Mas agora, foi sem a Lei que se manifestou a justiça de Deus, atestada pela Lei e pelos Profetas: a justiça que vem para todos os crentes, mediante a fé em Jesus Cristo. É que não há diferença

alguma: todos pecaram e estão privados da glória de Deus. Sem o merecerem, são justificados pela sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus. Deus ofereceu-o para, nele, pelo seu sangue, se realizar a expiação que actua mediante a fé: foi assim que Ele mostrou a sua justiça, ao perdoar os pecados cometidos outrora, no tempo da divina paciência. Deus mostra assim a sua justiça no tempo presente, porque Ele é justo e justifica quem tem fé em Jesus» (*Rm* 3, 21-26).

1993. A justificação estabelece *a colaboração entre a graça de Deus e a liberdade do homem.*Do lado do homem, exprime-se no assentimento da fé à Palavra de Deus que convida à conversão, e na cooperação da caridade com o impulso do Espírito Santo que se lhe adianta e o guarda:

«Quando Deus move o coração do homem pela iluminação do Espírito Santo o homem não fica sem fazer nada ao receber esta inspiração, que, aliás, pode rejeitar: no entanto, também não pode, sem a graça de Deus, caminhar, por sua livre vontade, para a justiça na sua presença» (47).

1994. A justificação é a *obra mais excelente do amor de Deus* manifestado em Cristo Jesus e concedido pelo Espírito Santo. Santo Agostinho pensa que «a justificação do ímpio é obra maior que a criação do céu e da terra»; porque «o céu e a terra passarão, ao passo que a justificação e a salvação dos eleitos permanecerão» (48). Pensa mesmo que a justificação dos pecadores é mais importante que a criação dos anjos em justiça, pelo tacto de testemunhar uma maior misericórdia.

1995. O Espírito Santo é o mestre interior. Fazendo nascer o «homem interior» (49) a justificação implica *a santificação* de todo o ser:

«Pois, como pusestes os vossos membros ao serviço da impureza e do mal para cometer a iniquidade, assim ponde agora os vossos membros ao serviço da justiça para chegar à santidade. [...] Mas

agora, libertos do pecado e feitos servos de Deus, tendes por fruto a santidade: e o termo é a vida eterna» *(Rm* 6, 19-22).

II. A graça

1996. A nossa justificação vem da graça de Deus. A graça é o *favor, o socorro gratuito* que Deus nos dá, a fim de respondermos ao seu chamamento para nos tornarmos filhos de Deus (50) filhos adoptivos (51) participantes da natureza divina (52) e da vida eterna (53).

1997. A graça é uma *participação na vida de Deus,* introduz-nos na intimidade da vida trinitária: pelo Baptismo, o cristão participa na graça de Cristo, cabeça do seu corpo; como «filho adoptivo», pode doravante chamar «Pai» a Deus, em união como seu Filho Unigénito; e recebe a vida do Espírito, que lhe infunde a caridade e forma a Igreja.

1998. Esta vocação para a vida eterna *é sobrenatural.* Depende inteiramente da iniciativa gratuita de Deus, porque só Ele pode revelar-Se e dar-Se a Si mesmo. E ultrapassa as capacidades da inteligência e as forças da vontade humana, como de qualquer criatura (54).

1999. A graça de Cristo é dom gratuito que Deus nos faz da sua vida, infundida pelo Espírito Santo na nossa alma para a curar do pecado e a santificar. É a *graça santificante ou deificante,*recebida no Baptismo. É, em nós, a nascente da obra de santificação (55):

«Por isso, se alguém está em Cristo, é uma nova criação. O que era antigo passou: eis que surgiram coisas novas! Tudo isto vem de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo» (2 *Cor 5,* 17-18).

2000. A graça santificante é um dom habitual, uma disposição estável e sobrenatural, que aperfeiçoa a alma, mesmo para a tornar capaz de viver com Deus e de agir por seu amor. Devemos distinguir a graça *habitual,* disposição permanente para viver e agir segundo o apelo divino, e as *graças actuais,* que designam as intervenções

divinas, quer na origem da conversão, quer no decurso da obra de santificação.

2001. A *preparação do homem* para acolher a graça é já obra da graça. Esta é necessária para suscitar e sustentar a nossa colaboração na justificação pela fé e na santificação pela caridade. Deus acaba em nós o que começou, «porque é Ele próprio que começa, fazendo com que queiramos e é Ele que acaba, cooperando com aqueles que assim querem» (56):

É certo que nós também trabalhamos, mas não fazemos mais do que cooperar com Deus que trabalha, porque a sua misericórdia nos precedeu. Precedeu-nos para sermos curados e continua a acompanhar-nos para que, uma vez curados, sejamos vivificados. Precede-nos para que sejamos chamados, segue-nos para que sejamos glorificados, precede-nos para que vivamos segundo a piedade, segue-nos para que vivamos para sempre com Ele, porque sem Ele nada podemos fazer» (57).

2002. A livre iniciativa de Deus reclama a *resposta livre do homem,* porque Deus criou o homem à sua imagem, conferindo-lhe, com a liberdade, o poder de O conhecer e de O amar. Só livremente é que a sua alma entra na comunhão do amor. Deus toca imediatamente e move directamente o coração do homem. Colocou no homem uma aspiração à verdade e ao bem, que só Ele pode satisfazer. As promessas da «vida eterna» correspondem a esta aspiração, para além de toda a esperança.

«Se Tu, após as tuas obras muito boas, [...] descansaste no sétimo dia, foi para nos dizer de antemão, pela voz do Teu Livro, que no termo das nossas obras, que "são muito boas" pelo simples facto de teres sido Tu quem no-las deu, também nós repousaremos em Ti, no Sábado da vida eterna» (58).

2003. A graça é, antes de tudo e principalmente, o dom do Espírito que nos justifica e nos santifica. Mas também compreende os dons que o Espírito nos dá, para nos associar à sua obra, para nos tornar capazes de colaborar na salvação dos outros e no crescimento do

corpo Místico de Cristo, que é a Igreja. São as *graças sacramentais,* dons próprios dos diferentes sacramentos. São, além disso, as *graças especiais,* também chamadas *«carismas»,* segundo o termo grego empregado por São Paulo e que significa favor, dom gratuito, benefício (59). Qualquer que seja o seu carácter, por vezes extraordinário, como o dom dos milagres ou das línguas, os carismas estão ordenados para a graça santificante e têm por finalidade o bem comum da Igreja. Estão ao serviço da caridade que edifica a Igreja (60).

2004. Entre as graças especiais, devem mencionar-se as *graças de estado,* que acompanham o exercício das responsabilidades da vida cristã e dos ministérios no seio da Igreja:

«Possuímos dons diferentes, conforme a graça que nos foi dada. Quem tem o dom da profecia, comunique-o em harmonia com a fé: quem tem o dom do ministério, exerça as funções do ministério: quem tem o dom do ensino, ensine: quem tem o dom de exortar, exorte; quem tem a missão de repartir, faça-o com desinteresse; quem preside, faça-o com zelo; quem exerce a misericórdia, faça-o com alegria» *(Rm* 12, 6-8).

2005. Sendo, como é, de ordem sobrenatural, a graça *escapa nossa experiência e* só pode ser conhecida pela fé. Não podemos, pois, basear-nos nos nossos sentimentos nem nas nossas obras, para daí concluirmos que estamos justificados e salvos (61). No entanto, segundo a palavra do Senhor, que diz: «Pelos seus frutos os conhecereis» *(Mt* 7, 20), a consideração dos benefícios de Deus na nossa vida e na vida dos santos oferece-nos uma garantia de que a graça de Deus opera em nós e nos incita a uma fé cada vez maior e a uma atitude de pobreza confiante:

Encontramos uma das mais belas ilustrações desta atitude na resposta de Santa Joana d'Arc a uma pergunta capciosa dos seus juízes eclesiásticos: «Interrogada sobre se sabe se está na graça de Deus, responde; "Se não estou, Deus nela me ponha: se estou, Deus nela me guarde"» (62).

III. O mérito

«Vós sois glorificado na assembleia dos santos: quando coroais os seus mérito> coroais os vossos próprios dons» (63).

2006. A palavra «mérito» designa, em geral, a *retribuição devida por* uma comunidade ou sociedade à acção de um dos seus membros, experimentada como um benefício ou um malefício, digna de recompensa ou de castigo. O mérito diz respeito à virtude da justiça, em conformidade com o princípio da igualdade que a rege.

2007. Em relação a Deus, não há, da parte do homem, mérito no sentido dum direito estrito. Entre Ele e nós, a desigualdade é sem medida, pois nós tudo recebemos d'Ele, nosso Criador.

2008. O mérito do homem perante Deus, na vida cristã, provém do facto de que *Deus dispôs livremente associar o homem à obra da sua graça.* A acção paterna de Deus é primeira, pelo seu impulso, e o livre agir do homem é segundo, na sua colaboração; de modo que os méritos das obras devem ser atribuídos à graça de Deus, primeiro, e depois ao fiel. Aliás, o próprio mérito do homem depende de Deus, porque as suas boas acções procedem, em Cristo, das predisposições e ajudas do Espírito Santo.

2009. A adopção filial, tornando-nos, pela graça, participantes da natureza divina, pode conferir-nos, segundo a justiça gratuita de Deus, um *verdadeiro mérito.* Trata-se de um direito derivante da graça, o direito pleno do amor que nos faz «co-herdeiros» de Cristo e dignos de obter a «herança prometida da vida eterna» (64). Os méritos das nossas boas obras são dons da bondade divina (65). «A graça precedeu; agora restitui-se o que é devido [...] Os méritos são dons de Deus» (66).

2010. Uma vez que, na ordem da graça, a iniciativa pertence a Deus, *ninguém pode merecer a graça primeira,* que está na origem da conversão, do perdão e da justificação. Sob a moção do Espírito Santo e da caridade, *podemos, depois, merecer* para nós mesmos e para outros, as graças úteis para a santificação e para o aumento da graça e da caridade, bem como para a obtenção da vida eterna. Os

próprios bens temporais, tais como a saúde e a amizade, podem ser merecidos segundo a sabedoria de Deus. Estas graças e estes bens são objecto da oração cristã. Esta provê à nossa necessidade da graça para as acções meritórias.

2011. A *caridade de Cristo é, em nós, a fonte de todos os nossos méritos* diante de Deus. A graça, unindo-nos a Cristo com um amor activo, assegura a qualidade sobrenatural dos nossos actos e, por consequência, o seu mérito, tanto diante de Deus como diante dos homens. Os santos tiveram sempre uma consciência viva de que os seus méritos eram pura graça.

«Depois do exílio da terra, espero ir gozar de Vós na Pátria, mas não quero acumular méritos para o céu, quero é trabalhar *só por vosso amor* [...] Na noite desta vida, aparecerei diante de Vós com as mãos vazias, pois não Vos peço, Senhor, que conteis as minhas obras. Todas as nossas justiças têm manchas aos vossos olhos. Quero, portanto, revestir-me com a vossa própria *Justiça*, e receber do vosso *Amor*a posse eterna de *Vós mesmo*...» (67).

IV. A santidade cristã

2012. «Deus concorre em tudo para o bem daqueles que O amam [...]. Porque os que Ele de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem do seu Filho, para que Ele seja o Primogénito de muitos irmãos. E aqueles que predestinou, também os chamou; e aqueles que chamou, também os justificou; e aqueles que justificou, também os glorificou» *(Rm* 8, 28-30).

2013. «Os cristãos, de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade» (68). Todos são chamados à santidade: «Sede perfeitos, como o vosso Pai celeste é perfeito» *(Mt* 5, 48):

«Para alcançar esta perfeição, empreguem os fiéis as forças recebidas segundo a medida em que Cristo as dá, a fim de que [...] obedecendo em tudo à vontade do Pai, se consagrem com toda a alma à glória do Senhor e ao serviço do próximo. Assim crescerá em

frutos abundantes a santidade do povo de Deus, como patentemente se manifesta na história da Igreja, com a vida de tantos santos» (69).

2014. O progresso espiritual tende para a união cada vez mais íntima com Cristo. Esta união chama-se «mística», porque participa no mistério de Cristo pelos sacramentos – «os santos mistérios» – e, n'Ele, no mistério da Santíssima Trindade. Deus chama-nos todos a esta íntima união com Ele, mesmo que graças especiais ou sinais extraordinários desta vida mística somente a alguns sejam concedidos, para manifestar o dom gratuito feito a todos.

2015. O caminho desta perfeição passa pela cruz. Não há santidade sem renúncia e combate espiritual (70). O progresso espiritual implica a ascese e a mortificação, que conduzem gradualmente a viver na paz e na alegria das bem-aventuranças:

«Aquele que sobe, nunca mais pára de ir de princípio em princípio, por princípios que não têm fim. Aquele que sobe nunca mais deixa de desejar aquilo que já conhece» (71).

2016. Os filhos da santa Igreja, nossa Mãe, esperam justamente *a graça da perseverança final e a recompensa* de Deus seu Pai pelas boas obras realizadas com a sua graça, em comunhão com Jesus (72). Guardando a mesma regra de vida, os crentes partilham a «bem-aventurada esperança» dos que a misericórdia divina reúne na «Cidade santa, a nova Jerusalém, que desce do céu, como noiva adornada para o seu Esposo» (*Ap* 21, 2).

Resumindo:

2017. *A graça do Espírito Santo confere-nos a justiça de Deus. Unindo-nos, pela fé e pelo Baptismo, à paixão e ressurreição de Cristo, o Espírito Santo faz-nos participar da sua vida.*

2018. *A justificação, tal como a conversão, apresenta duas faces. Sob a moção da graça, o homem volta-se para Deus e desvia-se do pecado, recebendo assim o perdão e a justiça do Alto.*

2019. *A justificação compreende a remissão dos pecados, a santificação e a renovação do homem interior.*

2020 *A justificação foi-nos merecida pela paixão de Cristo. Foi-nos dada por meio do Baptismo. Conforma-nos com a justiça de Deus, que nos faz justos. Tem como fim a glória de Deus e de Cristo e o dom da vida eterna. É a obra mais excelente da misericórdia de Deus.*

2021. *A graça é o socorro que Deus nos dá para correspondermos à nossa vocação de nos tornarmos seus filhos adoptivos. Introduz-nos na intimidade da vida trinitária.*

2022. *Na obra da graça, a iniciativa divina previne, prepara e suscita a livre resposta do homem. A graça corresponde às aspirações profundas da liberdade humana; chama-a a cooperar consigo e aperfeiçoa-a.*

2023. *A graça santificante é o dom gratuito que Deus nos faz da sua vida, infundida pelo Espírito Santo na alma para a curar do pecado e a santificar.*

2024. *A graça santificante torna-nos «agradáveis a Deus». Os carismas, graças especiais do Espírito Santo, estão ordenados à graça santificante e têm por finalidade o bem comum da Igreja. Deus também actua por meio de múltiplas graças actuais, distintas da graça habitual, permanente em nós.*

2025. *Não há para nós mérito diante de Deus, senão como consequência do Livre desígnio divino de associar o homem à obra da sua graça. O mérito pertence, em primeiro lugar, à graça de Deus; em segundo lugar, à cooperação do homem. O mérito do homem reverte para Deus.*

2026. *A graça do Espírito Santo, em virtude da nossa filiação adoptiva, pode conferir-nos um verdadeiro mérito segundo a justiça gratuita de Deus. A caridade é, em nós, a principal fonte de mérito perante Deus.*

2027. *Ninguém pode merecer a graça primeira, que está na origem da conversão. Sob a moção do Espírito Santo, podemos merecer;*

para nós mesmos e para outrem, todas as graças úteis para chegar à vida eterna, bem como os bens temporais necessários.

2028. *«Todos os cristãos [...] são chamados à plenitude da* vida *cristã e à perfeição da caridade»* (73)*. «A perfeição cristã só tem um limite: o de não ter nenhum»* (74)*.*

2029. *«Se alguém quiser seguir-Me, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-Me» (Mt,*16, 24).

ARTIGO 3: A IGREJA, MÃE E EDUCADORA

2030. É em Igreja, em comunhão com todos os baptizados, que o cristão realiza a sua vocação. Da Igreja recebe a Palavra de Deus, que contém os ensinamentos da «Lei de Cristo» (75); da Igreja recebe a graça dos sacramentos que o sustentam no «caminho»: da Igreja recebe o *exemplo da santidade:* reconhece-lhe a figura e a fonte na santíssima Virgem Maria; distingue-a no testemunho autêntico dos que a vivem: descobre-a na tradição espiritual e na longa história dos santos que o precederam e que a liturgia celebra ao ritmo do Santoral.

2031. *A vida moral é um culto espiritual.* Nós «oferecemos os nossos corpos como sacrifício vivo, santo, agradável a Deus» (76), no seio do corpo de Cristo que formamos e em comunhão com a oferenda da sua Eucaristia. Na liturgia e na celebração dos sacramentos, a oração e doutrina conjugam-se com a graça de Cristo, para esclarecer e alimentar o agir cristão. Como todo o conjunto da vida cristã, a vida moral tem a sua fonte e o seu ponto alto no sacrifício eucarístico.

I. Vida moral e Magistério da Igreja

2032. A Igreja, «coluna e fundamento da verdade» (*1 Tm* 3, 15), «recebeu dos Apóstolos o solene mandamento de Cristo de anunciar a verdade da salvação» (77). «À Igreja compete anunciar sempre e em toda a parte os princípios morais, mesmo de ordem social, bem como emitir juízo acerca de quaisquer realidades humanas, na

medida em que o exigirem os direitos fundamentais da pessoa humana ou a salvação das almas» (78).

2033. O *Magistério dos pastores da Igreja,* em matéria moral, exerce-se ordinariamente na catequese e na pregação, com a ajuda das obras dos teólogos e autores espirituais. Assim se transmitiu, de geração em geração, sob a égide e a vigilância dos pastores, o «depósito» da moral cristã, formado por um conjunto característico de regras, mandamentos e virtudes procedentes da fé em Cristo e vivificados pela caridade. Esta catequese tomou por fundamento, tradicionalmente, a par do Credo e do Pai Nosso, o Decálogo, que enuncia os princípios da vida moral válidos para todos os homens.

2034. O Romano Pontífice e os bispos, como «doutores autênticos, investidos na autoridade de Cristo, pregam ao povo a eles confiado a fé que deve ser acreditada e aplicada aos costumes» (79). O *Magistério ordinário* e universal do Papa, e dos bispos em comunhão com ele, ensina aos fiéis a verdade que se deve crer, a caridade que se deve praticar e a bem-aventurança que se deve esperar.

2035. O grau supremo na participação da autoridade de Cristo está garantido pelo carisma da*infalibilidade.* Esta «é tão ampla quanto o depósito da Revelação divina» (80); e estende-se também a todos os elementos de doutrina, mesmo moral, sem os quais as verdades salvíficas da fé não podem ser guardadas, expostas e observadas (81).

2036. A autoridade do Magistério estende-se também aos preceitos específicos da *lei natural,*porque a sua observância, exigida pelo Criador, é necessária à salvação. Ao lembrar as prescrições da lei natural, o Magistério da Igreja exerce uma parte essencial da sua função profética, de anunciar aos homens o que eles são na verdade e de lhes lembrar o que devem ser perante Deus (82).

2037. A Lei de Deus, confiada à Igreja, é ensinada aos fiéis como caminho de vida e de verdade. Os fiéis têm, portanto, o *direito* (83) de serem instruídos sobre os preceitos divinos salvíficos que

purificam o juízo e, com a graça, curam a razão humana ferida. E têm *o dever* de observar as constituições e decretos emanados da autoridade legítima da Igreja. Mesmo que sejam disciplinares, tais determinações requerem docilidade na caridade.

2038. Na tarefa do ensino e da aplicação da moral cristã, a Igreja precisa da dedicação dos pastores, da ciência dos teólogos, do contributo de todos os cristãos e homens de boa vontade. A fé e a prática do Evangelho conferem a cada qual uma experiência da vida «em Cristo» que o ilumina e o torna capaz de avaliar as realidades divinas e humanas, segundo o Espírito de Deus (84). Assim, o Espírito Santo pode servir-Se dos mais humildes para iluminar os sábios e os mais elevados em dignidade.

2039. Os ministérios devem exercer-se num espírito de serviço fraterno e de dedicação à Igreja, em nome do Senhor (85). Ao mesmo tempo, a consciência de cada um, no seu juízo moral sobre os seus actos pessoais, deve evitar fechar-se numa consideração individual. Deve abrir-se o mais possível à consideração do bem de todos, tal como ele se exprime na lei moral, natural e revelada, e consequentemente, na lei da Igreja e no ensino autorizado do Magistério sobre as questões morais. Não convém opor a consciência pessoal e a razão à lei moral ou ao Magistério da Igreja.

2040. Assim, pode desenvolver-se entre os cristãos um verdadeiro *espírito filial em relação à Igreja.* Esse espírito é a expansão normal da graça baptismal, que nos gerou no seio da Igreja e nos tornou membros do corpo de Cristo. Na sua solicitude maternal, a Igreja concede-nos a misericórdia de Deus, que supera todos os nossos pecados e age especialmente através do sacramento da Reconciliação. Como mãe solícita, administra-nos também, na sua liturgia, diariamente, o alimento da Palavra e da Eucaristia do Senhor.

II. Os preceitos da Igreja

2041. Os preceitos da Igreja inserem-se nesta linha duma vida moral ligada à vida litúrgica e nutrindo-se dela. O carácter obrigatório

destas leis positivas, promulgadas pelas autoridades pastorais, tem por fim garantir aos fiéis o mínimo indispensável de espírito de oração e de esforço moral e de crescimento no amor a Deus e ao próximo. Os preceitos mais gerais da Igreja são cinco:

2042. O primeiro preceito («Ouvir missa inteira e abster-se de trabalhos servis nos domingos e festas de guarda») exige aos fiéis que santifiquem o dia em que se comemora a ressurreição do Senhor, bem como as principais festas litúrgicas em honra dos mistérios do Senhor, da Bem-aventurada Virgem Maria e dos Santos, que a Igreja declara como sendo de preceito, sobretudo participando na celebração eucarística em que a comunidade cristã se reúne e descansando de trabalhos e ocupações que possam impedir a santificação desses dias (86).

O segundo preceito («Confessar-se ao menos uma vez em cada ano») assegura a preparação para a Eucaristia, mediante a recepção do sacramento da Reconciliação que continua a obra de conversão e perdão do Baptismo (87).

O terceiro preceito («Comungar ao menos pela Páscoa da Ressurreição») garante um mínimo na recepção do Corpo e Sangue do Senhor, em ligação com as festas pascais, origem e centro da liturgia cristã (88).

2043. O quarto preceito («Guardar abstinência e jejuar nos dias determinados pela Igreja») assegura os dias de ascese e de penitência que nos preparam para as festas litúrgicas e contribuem para nos fazer adquirir domínio sobre os nossos instintos e a liberdade do coração (89).

O quinto preceito («prover as necessidades da Igreja, segundo os legítimos usos e costumes e as determinações») aponta ainda aos fiéis a obrigação de prover, às necessidades materiais da Igreja consoante as possibilidades de cada um (90).

III. Vida moral e testemunho missionário

2044. A fidelidade dos baptizados é condição primordial para o anúncio do Evangelho e para a*missão da Igreja no mundo.* Para manifestar diante dos homens a sua força de verdade e irradiação, a mensagem de salvação deve ser autenticada pelo testemunho de vida dos cristãos. «O testemunho de vida cristã e as obras realizadas com espírito sobrenatural são meios poderosos para atrair os homens à fé e a Deus» (91).

2045. Porque são membros do corpo cuja cabeça é Cristo (92), os cristãos contribuem, pela constância das suas convicções e dos seus costumes, para a *edificação da Igreja.* A Igreja cresce, aumenta e desenvolve-se pela santidade dos seus fiéis (93), até ao «estado do homem perfeito, à medida da estatura de Cristo na sua plenitude» *(Ef* 4, 13).

2046. Vivendo segundo Cristo, os cristãos *apressam a vinda do Reino de Deus,* do «Reino da justiça, da verdade e da paz» (94). Mas nem por isso descuram as suas tarefas terrestres. Fiéis ao seu Mestre, cumprem-nas com rectidão, paciência e amor.

Resumindo:

2047. *A vida moral é um culto espiritual. O agir cristão encontra alimento na liturgia e na celebração dos sacramentos.*

2048. *Os preceitos da Igreja dizem respeito à vida moral e cristã, unida à liturgia e nutrindo-se dela.*

2049. *O magistério dos pastores da Igreja em matéria moral exerce-se ordinariamente na catequese e na pregação, com base no Decálogo, que enuncia os princípios da vida moral válidos para todo o homem.*

2050. *O Romano Pontífice e os bispos, na qualidade de doutores auténticos, pregam ao povo de Deus a fé que deve ser acreditada e aplicada nos costumes. Compete-lhes também pronunciarem-se sobre as questões morais da área da lei natural e da razão.*

2051. *A infalibilidade do Magistério dos pastores abrange todos os elementos de doutrina, mesmo moral, sem os quais as verdades*

salvíficas da fé não podem ser guardadas, expostas ou observadas.

OS DEZ MANDAMENTOS

Êxodo 20, 2-17	**Deuteronómio 5, 6-21**	**Fórmula Catequética**
Eu sou o Senhor teu Deus, Que te tirei da terra do Egipto, dessa casa da escravidão. Não terás outros deuses perante Mim. Não farás de ti nenhuma imagem esculpida, nem figura que existe lá no alto do céu ou cá em baixo na terra ou nas águas debaixo da terra. Não te prostrarás diante delas nem lhes prestarás culto porque eu, o Senhor teu Deus, sou um Deus cios: castigo a ofensa dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que Me ofendem;	Eu sou o Senhor teu Deus, que te fiz tirei da terra do Egipto dessa da casa da escravidão. Não terás outros deuses diante de Mim...	*Primeiro:* Adorar a Deus e amá-Lo sobre todas as coisas.

mas uso de misericórdia até à milésima geração com aqueles que Me amam e guardam os meus mandamentos.		
Não invocarás em vão o Nome do Senhor teu Deus, porque o Senhor não deixa sem castigo quem invocar o seu Nome em vão.	Não invocarás em vão o Nome do Senhor teu Deus...	*Segundo:* Não invocar o santo nome de Deus em vão.
Lembrar-te do dia do Sábado para o santificar. Durante seis dias trabalharás e farás todos os trabalhos. Mas o sétimo dia é sábado do Senhor teu Deus. Não farás nele nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho ou tua filha, nem o teu servo nem a tua serva, nem o teu gado, nem o estrangeiro que vive em tua cidade.	Guarda o dia do sábado para o santificar	*Terceiro:* Santificar os domingos e festas de guarda.

Porque em seis dias o Senhor fez o céu e a terra, o mar e tudo o que eles contêm: mas ao sétimo diz descansou. Por isso o Senhor abençoou o dia de sábado e o consagrou.		
Honra pai mãe, a fim de prolongares os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te vai dar.	Honra teu pai e tua mãe...	*Quarto:* Honrar pai e mãe (e os outros legítimos superiores).
Não matarás.	Não matarás.	*Quinto:* Não matar (nem causar outro dano, no corpo ou na alma, a si mesmo ou ao próximo).
Não cometerás adultério.	Não cometerás adultério.	*Sexto:* Guardar castidade nas palavras e nas obras.
Não roubarás.	Não roubarás.	*Sétimo:* Não furtar (nem injustamente reter ou danificar os bens do próximo).
Não levantarás falso testemunho contra o teu próximo.	Não levantarás falso testemunho contra o teu próximo.	*Oitavo:* Não levantar falsos testemunhos (nem de qualquer outro modo faltar à

		verdade ou difamar o próximo).
Não cobiçarás a casa do teu próximo.		*Nono:* Guardar castidade nos pensamentos e nos desejos.
Não desejarás a mulher do próximo, nem o seu servo nem a sua serva, o seu boi ou o seu jumento, nem nada que lhe pertença.	Não desejarás a mulher do teu próximo; Não cobiçarás ... nada que pertença ao teu próximo.	*Décimo:* Não cobiçar as coisas alheias. Estes dez mandamentos resumem-se em dois que são: Amar a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a nós mesmos.

Notas

1. Leão XIII, Enc. *Libertas praestantissimum:* Leonis XIII Acta 8. 218: São Tomás de Aquino,*Summa theologiae,* 1-2, q. 90. a. 1: Ed. Leon. 7, 149-150.

2. Tertuliano, Adversos *Marcionem*, 2, 4, 5: CCL I. 479 (PL 2, 315).

3. Leão XIII, Enc. *Libertas praestantissimum:* Leonis XIII Acta 8. 219

4. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 89: AAS 58 (1966) 1111-1112.

5. Santo Agostinho, *De Trinitate,* 14, 15, 21: CCL 50A, 451 (PL 42, 1052).

6. São Tomás de Aquino, *In duo praecepta caritatis et in detem Legi praecepta expositio* 1:*Opera amnia, v.* 27 (Parisiis 1875) p. 144.

7. Marco Túlio Cícero, *De re publica,* 3, 22, 33: *Scripta quae manserunt omnia,* Bibliotheca Teubneriana fasc. 39. ed. K. Ziegler (Leipzig 1969) p. 96.

8. Cf. II Concílio do Vaticano,. Const. past. *Gaudium et spes,* 10: AAS 58 (1966) 1033.

9. Santo Agostinho, *Confissões* 2, 4, 9: CCL 27, 21 (PL 32, 678).

10. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius,* c. 2: DS 3005: Pio XII. Enc. *Humani Generis:* DS 3876.

11. Santo Agostinho, *Enarratio in Psalmum,* 57, I: CCL 39, 708.

12. Cf. *Rm* 7, 12.

13. Cf. *Rm* 7, 14.

14. Cf. *Rm* 7, 16.

15. Cf. *Gl* 3, 24.

16. *Cf. Rm* 7.

17. Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses,* 4, 15, 1: SC 100. 548 (PG 7, 1012).

18. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 1-2, q. 107, a.I, ad 2: Ed. Leon 7, 279.

19. Cf. *Jr* 31, 31-34.

20. Santo Agostinho, *De sermone Domine in monte*, 1, 1, 1: CCL 35, 1-2 (PL 34, 1229-1231).

21. Cf. *Mt* 5, 17-19.

22. Cf. *Mt* 15, 18-19.

23. Cf. *Mt* 5, 48.

24. Cf. *Mt* 5, 44.

25. Cf. *Mt* 6, 1-6; 16-18.

26. Cf. *Mt* 6, 9-13.

27. Cf. *Mt* 7, 13-14.

28. Cf. *Mt* 7, 21-27.

29. Cf. *Lc* 6, 31.

30. Cf. *Jo* 13, 34.

31. Cf. *Jo* 15, 12.

32. Cf. *Rom* 14; *1 Cor* 5-10.

33.Cf. *Tg* 1, 25; 2, 12.

34. Cf. *G14.*1-7; 21-31; *Rm 8,* 15-17.

35. Cf. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae*, 2-2. Q. 184, a. 3: Ed. Leon. 10, 453-454.

36. São Francisco de Sales, *Traité de l'amour de Dieu*, 8, 6: *Oeuvres*, v. 5 (Anecy 1894) p. 75.

37. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 1-2. q. 90, a. 4, e: Ed. Leon. 7, 152.

38. Cf. *Rm* 10, 4.

39. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 42 AAS 57 (1965) 48.

40. Cf. *Rm* 3, 22.

41. Cf. *Rm* 6, 3-4.

42. Cf. *1 Cor* 12.

43. Cf. *Jo* 15, 1-4.

44. Santo Atanásio de Alexandria, *Epistula ad Serapionem.* 1, 24: PG 26, 585-588.

45. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* c. 7: DS 1528.

46. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* c. 7: DS 1529.

47. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* c. 5: DS 1525.

48. Santo Agostinho, *In Iohannis evangelium tractatus,* 72, 3: CCL 36, 508 (PL 35, 1823).

49. Cf. *Rm* 7, 22; *Ef* 3,16.

50. *Cf. Jo* 1, 12-18.

51. Cf. *Rm* 8, 14-17.

52. Cf. *2 Pe* 1, 3-4.

53. Cf. *Jo* 17, 3.

54. Cf. *1 Cor* 2, 7-9.

55. Cf. *Jo* 4, 14; 7, 38-39.

56. Santo Agostinho, *De gratia et libero arbítrio,* 17, 33: PL 44, 901.

57. Santo Agostinho, *De natura et gratia,* 31, 35: CSEL 49, 258-259 (PL 44, 264).

58. Santo Agostinho, *Confissões,* 13, 36, 51: CCL 27, 272 (PL 32, 868).

59. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 12: AAS 57 (1965) 16-17.

60. Cf. *1 Cor* 12.

61. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* c. 9: DS 1533-1534.

62. Santa Joana D'Arc: Dito: *Procès de condannation*, ed. P. Tisset (Paris, 1969) p. 62.

63. Prefácio dos Santos, I: Missale Romanum, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 428 [*Missal Romano*, Gráfica de Coimbra 1992. p . 495]: cf. o «Doutor da Graça». Santo Agostinho, *Enarratio in Psalmum* 102, 7: CCL 40, 1457 (PI_ 37, 1321).

64. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione, c.* 16: DS 1546.

65. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* c. 16: DS 1546.

66. Santo Agostinho, *Sermão* 298, 4-5: SPM 1, 98-99 (PL 38, 1376).

67. Santa Teresa do Menino Jesus, *Acte d'offrande à l'Amour miséricordieux: Récréations pieuses – Prières* (Paris 1992) p. 512-515. [*Obras Completas* (Paço de Arcos, Edições Carmelo 199) p. 1077].

68. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 40: AAS 57 (1965) 45.

69. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 40: AAS 57 (1965) 45.

70. Cf. *2 Tm* 4.

71. São Gregório de Nissa, *In Canticum* homilia 8: *Gregorii Nysseni opera,* ed. W. Jaeger - H. Langerbeck, v. 6 (Leiden 1960) p. 247 (PG

44, 941).

72. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* can. 26: DS 1576

73. II Concílio do Vaticano, Const dogm. *Lumen Gentium,* 40: AAS 57 (1965) 45.

74. São Gregório de Nissa, *De vita Moysis*, 1. 5: ed. M. Simonetti (Vicenza 1984) p. 10 (PG 44. 300).

75. Cf. *Gl* 6, 2.

76. Cf. *Rm* 12, 1.

77. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 17: AAS 57 (1965) 21.

78. CIC can. 747, § 2.

79. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 25: AAS 57 (1965) 29.

80. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 25: AAS 57 (1965) 30.

81. Cf. Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Decl. *Mysterium Ecclesiae,* 3: AAS 65(1973) 401.

82. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 14: AAS 58 (1966) 940.

83. Cf. CIC can. 213.

84. Cf. *1 Cor* 2, 10-15.

85. Cf. *Rm* 12, 8.11.

86. Cf. CIC can. 1246-1248: CCEO can. 880, § 3, 881, §§ 1.2.4.

87. Cf. CIC can. 989: CCEO can. 719.

88. Cf. CIC can. 920: CCEO can. 708. 881, § 3.

89 Cf. CIC can. 1249-1251; CCEO can. 882.

90. Cf. CIC can. 222: CCEO can. 25. As Conferências Episcopais podem, para além destes, estabelecer outros preceitos eclesiásticos para o seu território: cf. CICcan. 455.

91. II Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 6: AAS 58 (1966) 842.

92. Cf. *Ef* 1, 22.

93. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 39: AAS 57 (1965) 44.

94. *Solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo Rei do universo, Prefácio*: *Missale Romanum*. editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 381 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, p. 429].

SEGUNDA SECÇÃO: OS DEZ MANDAMENTOS

«MESTRE, QUE HEI-DE FAZER...?»

2052. «Mestre, que devo fazer de bom para ter a vida eterna?» Ao jovem que Lhe faz esta pergunta, Jesus responde, primeiro, invocando a necessidade de reconhecer a Deus como «o único Bom», o Bem por excelência e a fonte de todo o bem. Depois, declara-lhe: «Se queres entrar na vida, observa os mandamentos». E cita ao seu interlocutor os mandamentos que dizem respeito ao amor do próximo: «Não matarás; não cometerás adultério: não furtarás; não levantarás falso testemunho; honra pai e mãe». Finalmente, resume estes mandamentos de modo positivo: «Amarás o teu próximo como a ti mesmo» (*Mt* 19, 16-19).

2053. A esta primeira resposta vem juntar-se uma segunda: «Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens e dá-os aos pobres, e terás um tesouro nos céus. Vem, depois, e segue-Me» *(Mt 19,*21). Esta resposta não anula a primeira. Seguir Jesus implica cumprir os mandamentos. A Lei não é abolida (1): mas o homem é convidado a reencontrá-la na Pessoa do seu mestre, em Quem ela encontra o seu perfeito cumprimento. Nos três evangelhos sinópticos, o apelo de Jesus ao jovem rico, para O seguir na obediência de discípulo e na observância dos preceitos, está associado ao apelo à pobreza e à castidade (2). Os conselhos evangélicos são inseparáveis dos mandamentos.

2054. Jesus retomou os dez mandamentos, mas manifestou a força do Espírito que actua na letra em que eles se exprimem. Pregou a «justiça que excede a dos escribas e fariseus» (3), do mesmo modo que a dos pagãos (4). E explicou todas as exigências dos mandamentos: «Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás [...]; Eu, porém, digo-vos: Quem se irritar contra o seu irmão será réu perante o tribunal» *(Mt* 5, 21-22).

2055. Quando Lhe perguntam: «Qual é o maior mandamento que há na Lei?» (*Mt* 22, 36), Jesus responde: «Amarás o Senhor teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente: tal é o maior e primeiro mandamento. O segundo é semelhante a este: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. A estes dois mandamentos está Ligada toda a Lei, bem como os Profetas» *(Mt* 22, 37-40) (5). O Decálogo deve ser interpretado à luz deste duplo e único mandamento da caridade, plenitude da Lei.

«De facto: "Não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás" bem como qualquer outro mandamento, estão resumidos numa só frase: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo". O amor não faz mal ao próximo. Assim, é no amor que está o pleno cumprimento da Lei» (*Rm* 13, 9-10).

O DECÁLOGO NA SAGRADA ESCRITURA

2056. A palavra «Decálogo» significa literalmente «dez palavras» *(Ex* 34, 28: *Dt* 4, 13: 10, 4). Estas dez palavras, Deus as revelou ao seu povo na montanha sagrada. Escreveu-as com o «seu Dedo» (6), o que não aconteceu com os outros preceitos escritos por Moisés (7). São palavras de Deus num sentido eminente e foram-nos transmitidas no Livro do Êxodo(8) e no do Deuteronómio (9). Desde o Antigo Testamento que os livros santos fazem referência às «dez palavras» mas é na Nova Aliança em Jesus Cristo que será revelado o seu sentido pleno.

2057. O Decálogo compreende-se, antes de mais nada, no contexto do Êxodo que é o grande acontecimento libertador de Deus, no centro da Antiga Aliança. Quer sejam formuladas como preceitos negativos ou interdições, quer como mandamentos positivos (por exemplo: «Honra teu pai e tua mãe»), as «dez palavras» indicam as condições duma vida liberta da escravidão do pecado. O Decálogo é um caminho de vida:

«Se amares o teu Deus, andares nos seus caminhos e guardares os seus mandamentos, leis e costumes, viverás e multiplicar-te-ás» (*Dt* 30, 16).

Esta força libertadora do Decálogo aparece, por exemplo, no mandamento sobre o repouso do sábado, que abrange igualmente os estrangeiros e os escravos:

«Recorda-te de que foste escravo no país do Egipto, de onde o Senhor teu Deus te fez sair com mão forte e braço poderoso» (*Dt* 5, 15).

2058. As «dez palavras» resumem e proclamam a Lei de Deus: «Estas palavras dirigiu-as o Senhor a toda a vossa assembleia sobre a montanha, do meio do fogo, da nuvem e das trevas, com voz forte, sem acrescentar mais nada: escreveu-as em duas tábuas de pedra e entregou-mas» *(Dt* 5,22). Por isso é que estas duas tábuas são chamadas «o testemunho» (Ex 25, 16). De facto, elas contêm as cláusulas da aliança concluída entre Deus e o seu povo. Estas «tábuas do testemunho»*(Ex* 31, 18; 32, 15; 34, 29) devem ser depositadas na «arca» (*Ex* 25, 16: 40, 1-2).

2059. As «dez palavras» são pronunciadas por Deus no decurso duma teofania («sobre a montanha, no meio do fogo, o Senhor vos falou face a face»: *Dt 5,* 4). Fazem parte da revelação que Deus fez de Si mesmo e da sua glória. O dom dos mandamentos é uma dádiva do próprio Deus e da sua santa vontade. Dando a conhecer as suas vontades, Deus revela-Se ao seu povo.

2060. O dom dos mandamentos e da Lei faz parte da Aliança selada por Deus com os seus. Segundo o Livro do Êxodo, a revelação das «dez palavras» teve lugar entre a proposta da Aliança (11) e a sua conclusão (12) depois de o povo se ter comprometido a «fazer» tudo o que o Senhor tinha dito e a «obedecer» (13). O Decálogo nunca é transmitido sem primeiro se evocar a Aliança («o Senhor nosso Deus firmou connosco uma Aliança no Horeb»: *Dt* 5, 2).

2061. É no âmbito da Aliança que os mandamentos recebem o seu pleno significado. Segundo a Escritura, o procedimento moral do homem atinge todo o seu sentido na e pela Aliança. A primeira das "dez palavras" lembra o amor primeiro de Deus pelo seu povo:

«Como, em castigo do pecado, se tinha dado a passagem do paraíso da liberdade para a escravidão deste mundo, por esse motivo, a primeira frase do Decálogo, primeira palavra dos mandamentos de Deus, incide sobre a liberdade: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te fez sair da terra do Egipto, de uma casa de escravidão" *(Ex*20, 2: *Dt* 5, 6)» (14).

2062. Os mandamentos propriamente ditos vêm em segundo lugar e traduzem as implicações da pertença a Deus, instituída pela Aliança. A existência moral é *resposta* à iniciativa amorosa do Senhor. É reconhecimento, homenagem a Deus e culto de acção de graças. É cooperação com o plano que Deus prossegue na história.

2063. A Aliança e o diálogo entre Deus e o homem são ainda comprovados pelo facto de todas as obrigações serem enunciadas em primeira pessoa ("Eu sou o Senhor...") e dirigidas a um outro sujeito ("tu..."). Em todos os mandamentos de Deus, é um pronome pessoal *singular que* designa o destinatário. Ao mesmo tempo que a todo o povo, Deus faz conhecer a sua vontade a cada um em particular:

«O Senhor prescreveu o amor para com Deus e ensinou a justiça para com o próximo, para que o homem não fosse nem injusto nem indigno de Deus. Assim, através do Decálogo, Deus preparava o homem para se tornar seu amigo e ter um só coração com o seu próximo [...]. As palavras do Decálogo continuam a ser para nós [cristãos] o que eram; longe de serem abolidas, elas receberam amplificação e desenvolvimento, com o facto da vinda do Senhor na carne» (15).

O DECÁLOGO NA TRADIÇÃO DA IGREJA

2064. Na fidelidade à Sagrada Escritura e em conformidade com o exemplo de Jesus, a Tradição da Igreja reconheceu no Decálogo uma importância e um significado primordiais.

2065. A partir de Santo Agostinho, os "Dez Mandamentos" têm um lugar preponderante na catequese dos futuros baptizados e dos fiéis. No século XV, começou o costume de exprimir os preceitos do

Decálogo em fórmulas rimadas, fáceis de decorar, e positivas, que ainda hoje se usam. Os catecismos da Igreja expuseram muitas vezes a moral cristã seguindo a ordem dos «Dez Mandamentos».

2066. A divisão e a numeração dos mandamentos variou no decurso da história. O actual catecismo segue a divisão dos mandamentos estabelecida por Santo Agostinho e que passou a ser tradicional na Igreja Católica. É a mesma das «confissões» luteranas. Os Padres gregos procederam a uma divisão um tanto diversa, que se encontra nas Igrejas ortodoxas e nas comunidades reformadas.

2067. Os Dez Mandamentos enunciam as exigências do amor de Deus e do próximo. Os três primeiros referem-se mais ao amor de Deus: os outros sete, ao amor do próximo:

«Como a caridade abrange dois preceitos, nos quais o Senhor resume toda a Lei e os Profetas, [...] assim também os Dez Mandamentos estão divididos em duas tábuas. Três foram escritos numa tábua e sete na outra» (16).

2068. O Concílio de Trento ensina que os Dez Mandamentos obrigam os cristãos e que o homem justificado continua obrigado a cumpri-los (17). E o II Concilio do Vaticano também o afirma: «Os bispos, sucessores dos Apóstolos, recebem do Senhor [...] a missão de ensinar todas as nações e de pregar o Evangelho a toda a criatura, para que todos os homens se salvem pela fé, pelo Baptismo e pelo cumprimento dos mandamentos» (18).

A UNIDADE DO DECÁLOGO

2069. O Decálogo forma um todo indissociável. Cada «Palavra» remete para cada uma das outras e para todas; elas condicionam-se reciprocamente. As duas «tábuas» esclarecem-se mutuamente; formam uma unidade orgânica. Transgredir um mandamento é infringir todos os outros (19). Não é possível honrar a outrem sem louvar a Deus seu criador; nem se pode adorar a Deus sem amar todos os homens, suas criaturas. O Decálogo unifica a vida teologal e a vida social do homem.

O DECÁLOGO E A LEI NATURAL

2070. Os Dez Mandamentos fazem parte da revelação de Deus. Mas, ao mesmo tempo, ensinam-nos a verdadeira humanidade do homem. Põem em relevo os deveres essenciais e, por conseguinte, indirectamente, os direitos fundamentais inerentes à natureza da pessoa humana. O Decálogo encerra uma expressão privilegiada da «lei natural»:

No princípio, Deus admoestou os homens com os preceitos da lei natural, que tinha enraizado nos seus corações, isto é, pelo Decálogo. Se alguém não os cumprisse, não se salvaria. E Deus não exigiu mais nada aos homens» (20).

2071. Embora acessíveis à simples razão, os preceitos do Decálogo foram revelados. Para atingir um conhecimento completo e certo das exigências da lei natural, a humanidade pecadora precisava desta revelação:

«Uma explicação completa dos mandamentos do Decálogo tornou-se necessária no estado de pecado, por causa do obscurecimento da lei da razão e do desvio da vontade» (21)

Nós conhecemos os mandamentos de Deus pela revelação divina que nos é proposta na Igreja e pela voz da consciência moral.

A OBRIGAÇÃO DO DECÁLOGO

2072. Uma vez que exprimem os deveres fundamentais do homem para com Deus e para com o próximo, os Dez Mandamentos revelam, no seu conteúdo primordial, obrigações *graves.* São basicamente imutáveis e a sua obrigação impõe-se sempre e em toda a parte. Ninguém pode dispensar-se dela. Os Dez Mandamentos foram gravados por Deus no coração do ser humano.

2073. Mas a obediência aos mandamentos também implica obrigações cuja matéria, em si mesma, é leve. Assim, a injúria por palavras é proibida pelo quinto mandamento, mas só poderá ser falta grave em razão das circunstâncias ou da intenção de quem a profere.

«SEM MIM, NADA PODEIS FAZER»

2074. Jesus diz: «Eu sou a cepa, vós as varas. Quando alguém permanece em Mim, e Eu nele, esse é que dá muito fruto, porque, sem Mim, nada podeis fazer» *(Jo* 15, 5). O fruto, a que se faz referência nesta palavra, é a santidade duma vida fecundada pela união com Cristo. Quando cremos em Jesus Cristo, comungamos nos seus mistérios e guardamos os seus mandamentos, o Salvador vem em pessoa amar em nós o seu Pai e os seus irmãos, o nosso Pai e os nossos irmãos. A sua pessoa toma-se, graças ao Espírito, a regra viva e interior do nosso agir. «É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei» (*Jo* 15, 12).

Resumindo:

2075. *«Que devo fazer de bom para ter a vida eterna; – Se queres entrar na vida, observa os mandamentos» (Mt 19, 16-17).*

2076. *Com o seu modo de agir e com a sua pregação, Jesus confirmou a perenidade do Decálogo.*

2077. *A dádiva do Decálogo foi feita no âmbito da Aliança concluída por Deus com o seu povo. É nesta e por esta Aliança que os mandamentos de Deus recebem o seu verdadeiro significado.*

2078. *Por fidelidade à Escritura e em conformidade com o exemplo de Jesus, a Tradição da Igreja reconheceu ao Decálogo uma importância e um significado primordiais.*

2079*. O Decálogo forma uma unidade orgânica, em que cada «palavra» ou «mandamento» remete para todo o conjunto. Transgredir um mandamento é infringir toda a Lei* (22).

2080. *O Decálogo encerra uma expressão privilegiada da lei natural. É-nos dado a conhecer pela revelação divina e pela razão humana.*

2081. *Os Dez Mandamentos enunciam, no seu conteúdo fundamental, obrigações graves. No entanto, a obediência a estes mandamentos implica também obrigações, cuja matéria, em si mesma, é leve.*

2082. *Aquilo que Deus manda, Ele o torna possível pela sua grata.*

Notas

1. Cf. *Mt* 5, 17.

2. Cf. *Mt* 19, 6-12.21.23-29.

3. Cf. *Mt* 5, 20.

4. Cf. *Mt* 5, 46-47.

5. Cf. *Dt* 6, 5: *Lv* 19, 18.

6. Cf. *Ex* 31,18; Dt 5, 22.

7. Cf. *Dt* 31, 9.24.

8. Cf. *Ex* 20, 1-17.

9. Cf. *Dt* 5, 6-22.

10. Cf., por exemplo. Os 4, 2; *Jr* 7, 9: *Ez* 18, 5-9.

11. Cf. *Ex* 19.

12. Cf. *Ex* 24.

13. Cf. *Ex* 24, 7.

14. Orígenes, *In Exodum* homilia 8, 1; SC 321, 242 (PG 12, 350).

15. Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses,* 4, 16, 3-4: SC 100, 566-570 (PG 7, 1017-1018).

16. Santo Agostinho, *Sermão* 33, 2; CCL 41, 414 (PL 38, 208).

17. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione,* can.19-20: DS 1569-1570.

18. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 24: AAS 57 (1965) 29.

19. Cf. Tg 2, 10-11.

20. Santo Ireneu de Lião, *Adversas haereses,* 4, 15, 1: SC 100, 548 (PG 7, 1012).

21. São Boaventura, *In quattuor libros Sentenciarum,* 3, 37, 1, 3: *Opera amnia,* v. 3 (Ad Claras Aquas 1887) p. 819-820.

22. Cf. Tg 2, 10-11.

CAPÍTULO PRIMEIRO: «AMARÁS O SENHOR TEU DEUS COM TODO O TEU CORAÇÃO, COM TODA A TUA ALMA E COM TODAS AS TUAS FORÇAS»

2083. Jesus resumiu os deveres do homem para com Deus nestas palavras: «Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com toda a tua mente» *(Mt* 22, 37) (1). Elas são um eco imediato do apelo solene: «Escuta, Israel: o Senhor nosso Deus é o único» *(Dt* 6, 4).

Deus foi o primeiro a amar. O amor do Deus único é lembrado na primeira das «dez palavras». Em seguida, os mandamentos explicitam a resposta de amor que o homem é chamado a dar ao seu Deus.

ARTIGO 1: O PRIMEIRO MANDAMENTO

«Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egipto, dessa casa da escravidão. Não terás outros deuses perante Mim. Não farás de ti nenhuma imagem esculpida, nem figura que existe lá no alto do céu ou cá em baixo, na terra, ou nas águas debaixo da terra. Não te prostrarás diante delas nem lhes prestarás culto (*Ex* 20, 2-5) (2).

«Está escrito: "Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a Ele prestarás culto"» (*Mt* 4, 10).

I. «Ao Senhor teu Deus adorarás, a Ele servirás»

2084. Deus dá-Se a conhecer lembrando a sua acção omnipotente, benevolente e libertadora, na história daquele a quem se dirige: «Sou Eu [...] que te tirei da terra do Egipto, dessa casa da escravidão» (*Dt* 5, 6). A primeira palavra encerra o primeiro mandamento da Lei: «Ao Senhor, teu Deus, adorarás, a Ele servirás [...]. Não ireis atrás de outras divindades» (*Dt* 6, 13-14). O primeiro apelo e a justa exigência de Deus é que o homem O acolha e O adore.

2085. O Deus único e verdadeiro revela, antes de mais, a sua glória a Israel (3). A revelação da vocação e da verdade do homem está ligada à revelação de Deus. O homem tem a vocação de manifestar

Deus pelo seu agir, em conformidade com a sua criação, «à imagem e semelhança de Deus» (*Gn* 1, 26).

«Não haverá jamais outro Deus, ó Trifão, e nunca houve outro, desde os séculos [...], senão Aquele que fez e ordenou o Universo. Não pensamos que o nosso Deus seja diferente do vosso. É o mesmo que fez sair os vossos pais do Egipto, pela sua mão poderosa e braço levantado. Nós não pomos as nossas esperanças em qualquer outro, que não há, mas no mesmo que vós, o Deus de Abraão, Isaac e Jacob» (4).

2086. «O primeiro dos preceitos abrange a fé, a esperança e a caridade. De facto, quem diz Deus diz um ser constante, imutável, sempre o mesmo, fiel, perfeitamente justo. Daí se segue que devemos necessariamente aceitar as suas palavras e ter n'Ele uma fé e confiança plenas. É todo-poderoso, clemente, infinitamente propenso a bem-fazer. Quem poderia não pôr n'Ele todas as suas esperanças? E quem seria capaz de não O amar, ao ver os tesouros de bondade e ternura que derramou sobre nós? Daí a fórmula que Deus emprega na Sagrada Escritura, quer no princípio, quer no fim dos seus preceitos: *Eu sou o Senhor*» (5).

A FÉ

2087. A nossa vida moral tem a sua fonte na fé em Deus, que nos revela o seu amor. São Paulo fala da «obediência da fé» (6) como a primeira obrigação. E faz ver, no «desconhecimento de Deus», o princípio e a explicação de todos os desvios morais (7). O nosso dever para com Deus é crer n'Ele e dar testemunho d'Ele.

2088. O primeiro mandamento ordena-nos que alimentemos e guardemos com prudência e vigilância a nossa fé, rejeitando tudo quanto a ela se opõe. Pode-se pecar contra a fé de vários modos:

A dúvida voluntária em relação à fé negligencia ou recusa ter por verdadeiro o que Deus revelou e a Igreja nos propõe para crer. A *dúvida involuntária* é a hesitação em crer, a dificuldade em superar as objecções relacionadas com a fé, ou ainda a angústia

suscitada pela sua obscuridade. Quando deliberadamente cultivada, a dúvida pode levar à cegueira do espírito.

2089. *A incredulidade* é o desprezo da verdade revelada ou a recusa voluntária de lhe prestar assentimento. *A «heresia é* a negação pertinaz, depois de recebido o Baptismo, de alguma verdade que se deve crer com fé divina e católica, ou ainda a dúvida pertinaz acerca da mesma; *apostasia* é o repúdio total da fé cristã; *cisma* é a recusa da sujeição ao Sumo Pontífice ou da comunhão com os membros da Igreja que lhe estão sujeitos» (8).

A ESPERANÇA

2090. Quando Deus Se revela e chama o homem, este não pode responder plenamente ao amor divino pelas suas próprias forças. Deve esperar que Deus lhe dará a capacidade de, por sua vez, O amar e de agir de acordo com os mandamentos da caridade. A esperança é a expectativa confiante da bênção divina e da visão beatífica de Deus: é também o receio de ofender o amor de Deus e de provocar o castigo.

2091. O primeiro mandamento visa igualmente os pecados contra a esperança, que são o desespero e a presunção:

Pelo *desespero,* o homem deixa de esperar de Deus a sua salvação pessoal, os socorros para a atingir, ou o perdão dos seus pecados. Opõe-se à bondade de Deus, à sua justiça (porque o Senhor é fiel às suas promessas) e à sua misericórdia.

2092. Há duas espécies de *presunção:* o homem ou presume das suas capacidades (esperando poder salvar-se sem a ajuda do Alto), ou presume da omnipotência ou misericórdia divinas (esperando obter o perdão sem se converter, e a glória sem a merecer).

A CARIDADE

2093. A fé no amor de Deus implica o apelo e a obrigação de corresponder à caridade divina com um amor sincero. O primeiro mandamento manda-nos amar a Deus sobre todas as coisas (9) e a todas as criaturas por Ele e por causa d'Ele.

2094. Pode-se pecar contra o amor de Deus de diversas maneiras: a *indiferença* descuida ou recusa a consideração da caridade divina; desconhece-lhe o cuidado preveniente e nega-lhe a força. *A ingratidão* não reconhece, por desleixo ou recusa formal, a caridade divina, não retribuindo amor com amor. *A tibieza,* que é hesitação ou negligência em corresponder ao amor divino, pode implicar a recusa de se entregar ao movimento da caridade. A *acédia* ou preguiça espiritual chega a recusar a alegria que vem de Deus e a aborrecer o bem divino. *O ódio a Deus*nasce do orgulho: opõe-se ao amor de Deus, cuja bondade nega, e ousa amaldiçoá-lo como Aquele que proíbe o pecado e lhe inflige o castigo.

II. «Só a Ele prestarás culto»

2095. As virtudes teologais da fé, da esperança e da caridade informam e vivificam as virtudes morais. Assim, a caridade leva-nos a prestar a Deus o que com toda a justiça Lhe devemos, enquanto criaturas. A *virtude da religião* dispõe-nos para tal atitude.

A ADORAÇÃO

2096. A adoração é o primeiro acto da virtude da religião. Adorar a Deus é reconhecê-Lo como tal, Criador e Salvador, Senhor e Dono de tudo quanto existe, Amor infinito e misericordioso. «Ao Senhor teu Deus adorarás, só a Ele prestarás culto» (*Lc* 4, 8) – diz Jesus, citando o Deuteronómio*(Dt 6,* 13).

2097. Adorar a Deus é reconhecer, com respeito e submissão absoluta, o «nada da criatura», que só por Deus existe. Adorar a Deus é, como Maria no *Magnificat,* louvá-Lo, exaltá-Lo e humilhar-se, confessando com gratidão que Ele fez grandes coisas e que o seu Nome é santo (10). A adoração do Deus único liberta o homem de se fechar sobre si próprio, da escravidão do pecado e da idolatria do mundo.

A ORAÇÃO

2098. Os actos de fé, de esperança e de caridade, exigidos pelo primeiro mandamento, fazem-se na oração. A elevação do espírito

para Deus é uma expressão da nossa adoração ao mesmo Deus: oração de louvor e de acção de graças, de intercessão e de súplica. A oração é condição indispensável para se poder obedecer aos mandamentos de Deus. «E preciso orar sempre, sem desfalecer» (*Lc* 18, 1).

O SACRIFÍCIO

2099. É justo que se ofereçam a Deus sacrifícios, em sinal de adoração e de reconhecimento, de súplica e de comunhão: «Verdadeiro sacrifício é todo o acto realizado para se unir a Deus em santa comunhão e poder ser feliz» (11).

2100. Para ser autêntico, o sacrifício exterior deve ser expressão do sacrifício espiritual: «O meu sacrifício é um espírito arrependido...» (*Sl* 51, 19). Os profetas da Antiga Aliança denunciaram muitas vezes os sacrifícios feitos sem participação interior (12) ou sem ligação com o amor do próximo (13). Jesus recorda a palavra do profeta Oseias: «Eu quero misericórdia e não sacrifício» (*Mt* 9, 13; 12, 7) (14). O único sacrifício perfeito é o que Cristo ofereceu na cruz, em total oblação ao amor do Pai e para nossa salvação (15). Unindo-nos ao seu sacrifício, podemos fazer da nossa vida um sacrifício a Deus.

PROMESSAS E VOTOS

2101. Em muitas circunstâncias, o cristão chamado a fazer *promessas* a Deus. O Baptismo e a Confirmação, o Matrimónio e a Ordenação comportam sempre promessas. Por devoção pessoal, o cristão pode também prometer a Deus tal ou tal acto, uma oração, uma esmola, uma peregrinação, etc. A fidelidade às promessas feitas a Deus é uma manifestação do respeito devido à majestade divina e do amor para com o Deus fiel.

2102. «O *voto*, isto é, a promessa deliberada e livre feita a Deus de um bem possível e melhor, deve cumprir-se por virtude da religião» (16). O voto é um acto de *devoção*, no qual o cristão se oferece a si próprio a Deus ou Lhe promete uma obra boa. Portanto, pelo cumprimento dos seus votos, ele dá a Deus o que Lhe foi prometido

e consagrado. Os Actos dos Apóstolos mostram-nos São Paulo cuidadoso em cumprir os votos que fez (17).

2103. A Igreja reconhece *um* valor exemplar *aos* votos de praticar *os conselhos evangélicos*(18):

«A mãe Igreja alegra-se por encontrar no seu seio muitos homens e mulheres que seguem mais de perto o abaixamento do Salvador e mais claramente o manifestam, abraçando a pobreza na liberdade dos filhos de Deus e renunciando à própria vontade: em matéria de perfeição, sujeitam-se ao homem, por amor de Deus, para além do que é obrigação, a fim de mais plenamente se conformarem a Cristo obediente» (19).

Em certos casos, a Igreja pode, por razões proporcionadas, dispensar dos votos e das promessas (20).

O DEVER SOCIAL DE RELIGIÃO E O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA

2104. «Todos os homens têm o dever de buscar a verdade, sobretudo no que diz respeito a Deus e à sua Igreja; e de uma vez conhecida, a abraçar e guardar» Este dever funda-se na «própria natureza dos homens» (22). Não está em oposição ao «respeito sincero» pelas diversas religiões, que «muitas vezes reflectem um raio da verdade que ilumina todos os homens» (23), nem à exigência da caridade que impele os cristãos «a agir com amor, prudência e paciência para com os homens que se encontram no erro ou na ignorância da fé» (24).

2105. O dever de prestar a Deus um culto autêntico diz respeito ao homem individual e socialmente. Esta é «a doutrina católica tradicional sobre o dever moral que os homens e as sociedades têm para com a verdadeira religião e a única Igreja de Cristo» (25). Ao evangelizar incessantemente os homens, a Igreja trabalha para que eles possam «impregnar de espírito cristão as mentalidades e os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que vivem» (26). É dever social dos cristãos respeitar e despertar em cada homem o amor da verdade e do bem. Esse dever exige que tornem

conhecido o culto da única verdadeira religião que subsiste na Igreja católica e apostólica (27). Os cristãos são chamados a ser a luz do mundo (28). A Igreja manifesta assim a realeza de Cristo sobre toda a criação, e em particular sobre as sociedades humanas (29).

2106. «Que em matéria religiosa ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder dentro dos justos limites segundo a mesma, em privado e em público, só ou associado com outros» (30). Este direito funda-se na própria natureza da pessoa humana, cuja dignidade a leva a aderir livremente à verdade divina, que transcende a ordem temporal: e por isso, «permanece mesmo naqueles que não satisfazem a obrigação de buscar e aderir à verdade» (31).

2107. «Se, em razão das circunstâncias particulares dos diferentes povos, se atribui a determinado grupo religioso um reconhecimento civil especial na ordem jurídica, é necessário que, ao mesmo tempo, se reconheça e assegure a todos os cidadãos e comunidades religiosas o direito à liberdade em matéria religiosa» (32).

2108. O direito à liberdade religiosa não é nem a permissão moral de aderir ao erro (33), nem um suposto direito ao erro (34), mas um direito natural da pessoa humana à liberdade civil, isto é, à imunidade do constrangimento exterior, dentro dos justos limites, em matéria religiosa, por parte do poder político. Este direito natural deve ser reconhecido na ordem jurídica da sociedade, de tal maneira que constitua um direito civil (35).

2109. O direito à liberdade religiosa não pode, de per si, ser ilimitado (36) nem limitado somente por uma «ordem pública» concebida de maneira positivista ou naturalista (37). Os «justos limites» que lhe são próprios devem ser determinados para cada situação social pela prudência política, segundo as exigências do bem comum, e ratificadas pela autoridade civil, segundo «regras jurídicas conformes à ordem moral objectiva» (38).

III. «Não terás outros deuses perante Mim»

2110. O primeiro mandamento proíbe honrar outros deuses, além do único Senhor que Se revelou ao seu povo: e proíbe a superstição e a irreligião. A superstição representa, de certo modo, um excesso perverso de religião; a irreligião é um vício oposto por defeito à virtude da religião.

A SUPERSTIÇÃO

2111. A superstição é um desvio do sentimento religioso e das práticas que ele impõe. Também pode afectar o culto que prestamos ao verdadeiro Deus: por exemplo, quando atribuímos uma importância de algum modo mágica a certas práticas, aliás legítimas ou necessárias. Atribuir só à materialidade das orações ou aos sinais sacramentais a respectiva eficácia, independentemente das disposições interiores que exigem, é cair na superstição (39).

A IDOLATRIA

2112. O primeiro mandamento condena *o politeísmo.* Exige do homem que não acredite em outros deuses além de Deus, que não venere outras divindades além da única. A Sagrada Escritura está constantemente a lembrar esta rejeição dos «ídolos, ouro e prata, obra das mãos do homem, que «têm boca e não falam, têm olhos e não vêem...». Estes ídolos vãos tornam vão o homem: «sejam como eles os que os fazem e quantos põem neles a sua confiança» *(Sl* 115, 4-5.8) (40). Deus, pelo contrário, é o «Deus vivo» (*Js* 3, 10) (41), que faz viver e intervém na história.

2113. A idolatria não diz respeito apenas aos falsos cultos do paganismo. Continua a ser uma tentação constante para a fé. Ela consiste em divinizar o que não é Deus. Há idolatria desde o momento em que o homem honra e reverencia uma criatura em lugar de Deus, quer se trate de deuses ou de demónios (por exemplo, o satanismo), do poder, do prazer, da raça, dos antepassados, do Estado, do dinheiro, etc., «Vós não podereis servir a Deus e ao dinheiro», diz Jesus (*Mt* 6, 24). Muitos mártires foram mortos por não adorarem «a Besta» (42), recusando-se mesmo a simularem-lhe o

culto. A idolatria recusa o senhorio único de Deus; é, pois, incompatível com a comunhão divina (43).

2114. A vida humana unifica-se na adoração do Único. O mandamento de adorar o único Senhor simplifica o homem e salva-o duma dispersão ilimitada. A idolatria é uma perversão do sentido religioso inato no homem. Idólatra é aquele que «refere a sua indestrutível noção de Deus seja ao que for, que não a Deus» (44).

ADIVINHAÇÃO E MAGIA

2115. Deus pode revelar o futuro aos seus profetas ou a outros santos. Mas a atitude certa do cristão consiste em pôr-se com confiança nas mãos da Providência, em tudo quanto se refere ao futuro, e em pôr de parte toda a curiosidade malsã a tal propósito. A imprevidência, no entanto, pode constituir uma falta de responsabilidade.

2116. Todas as formas de *adivinhação* devem ser rejeitadas: recurso a Satanás ou aos demónios, evocação dos mortos ou outras práticas supostamente «reveladoras» do futuro (45). A consulta dos horóscopos, a astrologia, a quiromancia, a interpretação de presságios e de sortes, os fenómenos de vidência, o recurso aos "médiuns", tudo isso encerra uma vontade de dominar o tempo, a história e, finalmente, os homens, ao mesmo tempo que é um desejo de conluio com os poderes ocultos. Todas essas práticas estão em contradição com a honra e o respeito, penetrados de temor amoroso, que devemos a Deus e só a Ele.

2117. Todas as práticas de *magia* ou de *feitiçaria,* pelas quais se pretende domesticar os poderes ocultos para os pôr ao seu serviço e obter um poder sobrenatural sobre o próximo – ainda que seja para lhe obter a saúde – são gravemente contrárias à virtude de religião. Tais práticas são ainda mais condenáveis quando acompanhadas da intenção de fazer mal a outrem ou quando recorrem à intervenção dos demónios. O uso de amuletos também é repreensível. *O espiritismo*implica muitas vezes práticas divinatórias ou mágicas; por isso, a Igreja adverte os fiéis para que se acautelem

dele. O recurso às medicinas ditas tradicionais não legitima nem a invocação dos poderes malignos, nem a exploração da credulidade alheia.

A IRRELIGIÃO

2118. O primeiro mandamento da Lei de Deus reprova os principais pecados de irreligião: tentar a Deus por palavras ou actos, o sacrilégio, a simonia.

2119. *Tentar a Deus* consiste em pôr à prova, por palavras ou actos, a sua bondade e a sua omnipotência. Foi assim que Satanás quis que Jesus se atirasse do templo abaixo, para com isso forçar Deus a intervir (46). Jesus opôs-lhe a Palavra de Deus: «Não tentarás o Senhor teu Deus»*(Dt* 6, 16). O desafio contido em semelhante tentação a Deus fere o respeito e a confiança que devemos ao nosso Criador e Senhor, implicando sempre uma dúvida relativamente ao seu amor, à sua providência e ao seu poder (47).

2120. O *sacrilégio* consiste em profanar ou em tratar indignamente os sacramentos e outras acções litúrgicas, bem como as pessoas, as coisas e os lugares consagrados a Deus. O sacrilégio é um pecado grave, sobretudo quando é cometido contra a Eucaristia, pois que, neste sacramento, é o próprio corpo de Cristo que Se nos torna presente substancialmente (48).

2121. A *simonia* (49) define-se como a compra ou venda das realidades espirituais. A Simão, o mago, que queria comprar o poder espiritual que via operante nos Apóstolos, Pedro responde: «Vá contigo o teu dinheiro para a perdição, porque julgaste poder adquirir por dinheiro o dom de Deus» (Act 8, 20). O apóstolo conformava-se, assim, à Palavra de Jesus: «Recebestes de graça, pois dai gratuitamente» *(Mt* 10, 8) (50). É impossível alguém apropriar-se dos bens espirituais e comportar-se a respeito deles como proprietário ou dono, pois eles têm a sua fonte em Deus, e só d'Ele se podem receber gratuitamente.

2122. «Além das ofertas determinadas pela autoridade competente, o ministro nada peça pela administração dos sacramentos, e tenha o

cuidado de que os pobres, em razão da pobreza, não se vejam privados do auxílio dos sacramentos» (51). A autoridade competente fixa essas «oblações» em virtude do princípio segundo o qual o povo cristão tem o dever de contribuir para o sustento dos ministros da Igreja. «O trabalhador merece o seu sustento» *(Mt* 10, 10) (52).

O ATEÍSMO

2123. «Muitos [...] dos nossos contemporâneos não percebem esta íntima e vital ligação a Deus, ou até a rejeitam explicitamente; de tal maneira que o ateísmo deve ser considerado um dos factos mais graves do tempo actual» (53).

2124. A palavra «ateísmo» abrange fenómenos muito diversos. Uma forma frequente dele é o materialismo prático, que limita as suas necessidades e ambições ao espaço e ao tempo. O humanismo ateu julga falsamente que o homem «é para si mesmo o seu próprio fim, o único artífice e demiurgo da sua própria história» (54). Uma outra forma do ateísmo contemporâneo é a que espera a libertação do homem exclusivamente através duma libertação económica e social, à qual «a religião, por sua mesma natureza, se oporia, na medida em que, dando ao homem a esperança duma enganosa vida futura, o afasta da construção da cidade terrena» (55).

2125. Na medida em que nega ou rejeita a existência de Deus, o ateísmo é um pecado contra a virtude da religião (56). A imputabilidade desta falta pode ser largamente diminuída, atendendo às intenções e às circunstâncias. Na génese e difusão do ateísmo, «os crentes podem ter tido parte não pequena, na medida em que, pela negligência na educação da sua fé, ou por exposições falaciosas da doutrina, ou ainda pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social, se pode dizer que mais esconderam do que revelaram o autêntico rosto de Deus e da religião» (57).

2126. Muitas vezes, o ateísmo funda-se num falso conceito da autonomia humana, levado até à recusa de qualquer dependência em relação a Deus (58). No entanto, «o reconhecimento de Deus de modo nenhum se opõe à dignidade do homem, uma vez que esta se

funda e se realiza no próprio Deus» (59). A Igreja sabe que «a sua mensagem está de acordo com os desejos mais profundos do coração humano» (60).

O AGNOSTICISMO

2127. O agnosticismo reveste muitas formas. Em certos casos, o agnóstico recusa-se a negar Deus. Postula, pelo contrário, a existência dum ser transcendente, incapaz de Se revelar e do qual ninguém seria capaz de dizer fosse o que fosse. Em outros casos, não se pronuncia sobre a existência de Deus, declarando ser impossível prová-la, e até afirmá-la ou negá-la.

2128. O agnosticismo pode, por vezes, encerrar uma certa busca de Deus. Mas pode igualmente representar um indiferentismo, uma fuga perante a questão última da existência e uma preguiça da consciência moral. Com muita frequência, o agnosticismo equivale a um ateísmo prático.

IV. «Não farás para ti nenhuma imagem esculpida...»

2129. Esta imposição divina comportava a interdição de qualquer representação de Deus feita pela mão do homem. O Deuteronómio explica: «Tomai muito cuidado convosco, pois não vistes imagem alguma no dia em que o Senhor vos falou no Horeb do meio do fogo. Portanto, não vos deixeis corromper, fabricando para vós imagem esculpida» do quer que seja *(Dt* 4, 15-16). Quem Se revelou a Israel foi o Deus absolutamente transcendente. «Ele é tudo», mas, ao mesmo tempo, «está acima de todas as suas obras» *(Sir* 43, 27-28). Ele é «a própria fonte de toda a beleza criada» *(Sb* 13, 3).

2130. No entanto, já no Antigo Testamento Deus ordenou ou permitiu a instituição de imagens, que conduziriam simbolicamente à salvação pelo Verbo encarnado: por exemplo, a serpente de bronze (61) a arca da Aliança e os querubins (62).

2131. Com base no mistério do Verbo encarnado, o sétimo Concílio ecuménico, de Niceia (ano de 787) justificou, contra os iconoclastas, o culto dos ícones: dos de Cristo, e também dos da Mãe de Deus,

dos anjos e de todos os santos. Encarnando, o Filho de Deus inaugurou uma nova «economia» das imagens.

2132. O culto cristão das imagens não é contrário ao primeiro mandamento, que proíbe os ídolos. Com efeito, «a honra prestada a uma imagem remonta (63) ao modelo original» e «quem venera uma imagem venera nela a pessoa representada» (64). A honra prestada às santas imagens é uma «veneração respeitosa», e não uma adoração, que só a Deus se deve:

«O culto da religião não se dirige às imagens em si mesmas como realidades, mas olha-as sob o seu aspecto próprio de imagens que nos conduzem ao Deus encarnado. Ora, o movimento que se dirige à imagem enquanto tal não se detém nela, mas orienta-se para a realidade de que ela é imagem» (65).

Resumindo:

2133. *«Amarás o Senhor teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças» (Dt 6, 5).*

2134. *O primeiro mandamento chama o homem a crer em Deus, a esperar n'Ele e a amá-Lo sobre todas as coisas.*

2135. *«Ao Senhor teu Deus adorarás» (Mt 4, 10). Adorar a Deus, orar-Lhe, prestar-Lhe o culto que Lhe é devido, cumprir as promessas e votos que se Lhe fizeram, são actos da virtude da religião, que traduzem a obediência ao primeiro mandamento.*

2136. *O dever de prestar a Deus um culto autêntico diz respeito ao homem, individual e socialmente.*

2137. *O homem deve poder professar livremente a religião, tanto em privado como em público* (66).

2138. *A superstição é um desvio do culto que prestamos ao verdadeiro Deus. Manifesta-se na idolatria, bem como nas diferentes formas de adivinhação e magia.*

2139. *O acto de tentar a Deus por palavras ou por obras, o sacrilégio e a simonia são pecados de irreligião, proibidos pelo*

primeiro mandamento.

2140. *Na medida em que rejeita ou recusa a existência de Deus, o ateísmo é um pecado contra o primeiro mandamento.*

2141. *O culto das imagens sagradas funda-se no mistério da encarnação do Verbo de Deus. E não é contrário ao primeiro mandamento.*

ARTIGO 2: O SEGUNDO MANDAMENTO

«Não invocarás em vão o nome do Senhor teu Deus» *(Ex* 20, 7) (67)
«Foi dito aos antigos: "Não faltarás ao que tiveres jurado" [...]. Pois Eu digo-vos que não jureis, em caso algum» (*Mt* 5, 33-34).

I. O nome do Senhor é Santo

2142. O segundo mandamento *manda respeitar o nome do Senhor.* Depende, como o primeiro mandamento, da virtude da religião, e regula, dum modo mais particular, o nosso uso da palavra nas coisas santas.

2143. Entre todas as palavras da Revelação, há uma, singular, que é a revelação do nome de Deus. Deus confia o seu nome aos que crêem n'Ele; revela-se-lhes no seu mistério pessoal. O dom do nome é da ordem da confidência e da intimidade. «O nome do Senhor é Santo»; por isso, o homem não pode abusar dele. Deve guardá-lo na memória, num silêncio de adoração amorosa (68). E não o empregará nas suas próprias palavras senão para o bendizer, louvar e glorificar (69).

2144. A deferência para com o seu nome exprime a que é devida ao mistério do próprio Deus e a toda a realidade sagrada que ele evoca. O *sentido do sagrado* deriva da virtude da religião:

«Os sentimentos de temor e de sagrado serão ou não sentimentos cristãos? [...] Ninguém pode razoavelmente pôr isso em dúvida. São os sentimentos que nós teríamos, e num grau intenso, se tivéssemos a visão do Deus soberano. São os sentimentos que nós teríamos, se tivéssemos consciência da sua presença. Ora, na medida em que acreditamos que Ele está presente, devemos ter tais sentimentos.

Não os ter é não estar conscientes desta realidade, é não crer que Ele está presente» (70).

2145. O fiel deve dar testemunho do nome do Senhor, confessando a sua fé sem ceder ao medo (71). A pregação e a catequese devem estar compenetrados de adoração e respeito pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo.

2146. O segundo mandamento *proíbe o abuso do nome de Deus,* isto é, todo o uso inconveniente do nome de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e de todos os santos.

2147. As *promessas* feitas a outrem, em nome de Deus, comprometem a honra, a fidelidade, a veracidade e a autoridade divinas. Devem ser respeitadas por justiça. Ser-lhes infiel é abusar do nome de Deus e, de certo modo, fazer de Deus um mentiroso (72)

2148. *A blasfémia* opõe-se directamente ao segundo mandamento. Consiste em proferir contra Deus – interior ou exteriormente – palavras de ódio, de censura, de desafio; dizer mal de Deus; faltar-Lhe ao respeito nas conversas; abusar do nome d'Ele. São Tiago reprova aqueles «que blasfemam o bom nome [de Jesus] que sobre eles foi invocado» (*Tg* 2, 7). A proibição da blasfémia estende-se às palavras contra a Igreja de Cristo, contra os santos, contra as coisas sagradas. É também blasfematório recorrer ao nome de Deus para justificar práticas criminosas, reduzir povos à escravidão, torturar ou condenar à morte. O abuso do nome de Deus para cometer um crime provoca a rejeição da religião.

A blasfémia é contrária ao respeito devido a Deus e ao seu santo nome. É, em si mesma, pecado grave (73).

2149. As *juras,* que invocam o nome de Deus sem intenção de blasfémia, são uma falta de respeito para com o Senhor. O segundo mandamento interdiz também o *uso mágico* do nome divino.

«O nome de Deus é grande, quando é pronunciado com o respeito devido à sua grandeza e majestade. O nome de Deus é santo.

quando se pronuncia com veneração e temor de o ofender» (74).

II. O nome do Senhor invocado em vão

2150. O segundo mandamento *proíbe jurar falso.* Fazer um juramento, ou jurar, é tomar a Deus como testemunha do que se afirma. É invocar a veracidade divina como garantia da própria veracidade. O juramento compromete o nome do Senhor. «Ao Senhor, teu Deus, adorarás, a Ele servirás e pelo seu nome jurarás» *(Dt* 6, 13).

2151. A reprovação do falso juramento é um dever para com Deus. Como Criador e Senhor, Deus é a regra de toda a verdade. A palavra humana, ou está de acordo ou em oposição a Deus, que é a própria verdade. Quando é verídico e legítimo, o juramento realça a relação da palavra humana com a verdade de Deus. O juramento falso invoca Deus como testemunha de uma mentira.

2152. Comete *perjúrio* aquele que, sob juramento, faz uma promessa que não tem a intenção de cumprir ou que, depois de ter prometido sob juramento, de facto não cumpre. O perjúrio constitui uma grave falta de respeito para com o Senhor de toda a palavra. Comprometer-se sob juramento a praticar uma acção má é contrário à santidade do nome divino.

2153. Jesus expôs o segundo mandamento no sermão da montanha: «Ouvistes que foi dito aos antigos: "Não faltarás ao que tiveres jurado, mas cumprirás os teus juramentos para com o Senhor". Eu, porém, digo-vos que não jureis em caso algum [...]. A vossa linguagem deve ser: "Sim, sim; Não, não". O que passa disto vem do Maligno» *(Mt* 5, 33-34. 37) (75). Jesus ensina que todo o juramento implica uma referência a Deus e que a presença de Deus e da sua verdade deve ser honrada em toda a palavra. A discrição no recurso a Deus, ao falar, anda a par com a atenção respeitosa à sua presença, testemunhada ou desrespeitada em cada uma das nossas afirmações.

2154. Seguindo o exemplo de São Paulo (76), a Tradição da Igreja entendeu a palavra de Jesus como não se opondo ao juramento,

quando feito por uma causa grave e justa (por exemplo, diante do tribunal). «O juramento, isto é, a invocação do nome de Deus como testemunha da verdade, não se pode prestar senão com verdade, discernimento e justiça» (77).

2155. A santidade do nome de Deus exige que não se recorra a ele por questões fúteis, e que não se preste juramento em circunstâncias susceptíveis de serem interpretadas como uma aprovação do poder que injustamente o exigisse. Quando o juramento é exigido por autoridades civis ilegítimas, pode ser recusado. E deve sê-lo, se for pedido para fins contrários à dignidade das pessoas ou à comunhão da Igreja.

III. O nome cristão

2156. O sacramento do Baptismo é conferido «em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo»*(Mt* 28, 19). No Baptismo, o nome do Senhor santifica o homem, e o cristão recebe o seu nome na Igreja. Pode ser o dum santo, isto é, dum discípulo que levou uma vida de fidelidade exemplar ao seu Senhor. O patrocínio do santo oferece um modelo de caridade e assegura a sua intercessão. O «nome de baptismo» pode também exprimir um mistério cristão ou uma virtude cristã. «Procurem os pais, os padrinhos e o pároco que não se imponham nomes alheios ao sentir cristão» (78).

2157. O cristão começa o seu dia, as suas orações, as suas actividades, pelo sinal da cruz «em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Ámen». O baptizado consagra o dia à glória de Deus e apela para a graça do Salvador, que lhe permite agir no Espírito, como filho do Pai. O sinal da cruz fortalece-nos nas tentações e nas dificuldades.

2158. Deus chama a cada um pelo seu nome (79). O nome de todo o homem é sagrado. O nome é a imagem da pessoa. Exige respeito, como sinal da dignidade de quem por ele se identifica.

2159. O nome recebido é um nome de eternidade. No Reino, o carácter misterioso e único de cada pessoa marcada com o nome de Deus resplandecerá em plena luz. «Ao vencedor [...] dar-lhe-ei uma

pedra na qual estará escrito um novo nome, que ninguém conhece, a não ser aquele que a recebe» *(Ap* 2, 17). «Olhei e vi: o Cordeiro estava sobre o monte de Sido, e com Ele cento e quarenta e quatro mil pessoas, que tinham inscrito na fronte o nome d'Ele e o do seu Pai» (*Ap* 14, 1).

Resumindo:

2160. *«Senhor; nosso Deus, como é admirável o vosso nome em toda a terra! (Sl 8, 2).*

2161. *O segundo mandamento manda respeitar o nome do Senhor: O nome do Senhor é santo.*

2162. *O segundo mandamento proíbe o uso inconveniente do nome de Deus. A blasfémia consiste em usar o nome de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e dos santos de modo injurioso.*

2163. O *juramento falso invoca Deus como testemunha duma mentira. O perjúrio é uma falta grave contra o Senhor; sempre fiel às suas promessas.*

2164. *«Não jurar nem pelo Criador, nem pela criatura, senão com verdade, por necessidade e com reverência»* (80).

2165*. No Baptismo, o cristão recebe o seu nome na Igreja. Procurem os pais, os padrinhos e o pároco que lhe seja imposto um nome cristão. O patrocínio dum santo oferece um modelo de caridade e assegura a sua intercessão.*

2166*. O cristão começa as suas orações e as suas actividades pelo sinal da cruz «em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Ámen».*

2167*. Deus chama a cada um pelo seu nome (*81).

ARTIGO 3: O TERCEIRO MANDAMENTO

«Lembra-te do dia do sábado para o santificares. Durante seis dias trabalharás e farás todos os teus trabalhos. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus. Não farás nele nenhum trabalho» (*Ex* 20, 8-10) (82).

«O sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado: o Filho doHomem até do sábado é Senhor» (*Mc* 2, 27-28).

I. O dia do sábado

2168. O terceiro mandamento do Decálogo refere-se à santificação do sábado: «O sétimo dia é um sábado: um descanso completo consagrado ao Senhor» (*Ex* 31, 15).

2169. A Escritura faz, a este propósito, *memória da criação:* «Porque em seis dias o Senhor fez o céu e a terra, o mar e tudo o que nele se encontra, mas ao sétimo dia descansou. Eis porque o Senhor abençoou o dia do sábado e o santificou» (*Ex* 20, 11).

2170. A Escritura vê também, no dia do Senhor, o *memorial da libertação de Israel* da escravidão do Egipto: «Recorda-te de que foste escravo no país do Egipto, de onde o Senhor, teu Deus, te fez sair com mão forte e braço poderoso. É por isso que o Senhor, teu Deus, te ordenou que guardasses o dia de sábado» *(Dt* 5, 15).

2171. Deus confiou a Israel o sábado, para ele o guardar em *sinal da Aliança* inviolável (83). O sábado é para o Senhor, santamente reservado ao louvor de Deus, da sua obra criadora e das suas acções salvíficas a favor de Israel.

2172. O agir de Deus é o modelo do agir humano. Se Deus «descansou» no sétimo dia *(Ex* 31, 17), o homem deve também «descansar» e deixai que os outros, sobretudo os pobres, «tomem fôlego» (84). O sábado faz cessar os trabalhos quotidianos e concede uma folga. É um dia de protesto contra as servidões do trabalho e o culto do dinheiro

2173. O Evangelho relata numerosos incidentes em que Jesus é acusado de violar a lei do sábado. Mas Jesus nunca viola a santidade deste dia (86). É com autoridade que Ele dá a sua interpretação autêntica desta lei: «O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado» *(Mc* 2, 27). Cheio de compaixão, Cristo autoriza-Se, em dia de sábado, a fazer o bem em vez do mal,

a salvar uma vida antes que perdê-la (87). O sábado é o dia do Senhor das misericórdias e da honra de Deus (88). «O Filho do Homem é Senhor do próprio sábado» *(Mc* 2, 28).

II. O dia do Senhor

«Este é o dia que o Senhor fez: exultemos e cantemos de alegria» (*Sl* 118, 24).

O DIA DA RESSURREIÇÃO: A NOVA CRIAÇÃO

2174. Jesus ressuscitou de entre os mortos «no primeiro dia da semana» *(Mc* 16, 2) (89). Enquanto «primeiro dia», o dia da ressurreição de Cristo lembra a primeira criação. Enquanto «oitavo dia», a seguir ao sábado (90), significa a nova criação, inaugurada com a ressurreição de Cristo. Este dia tornou-se para os cristãos o primeiro de todos os dias, a primeira de todas as festas, o dia do Senhor *(Hê kuriakê hêméra, dies dominica),* o «Domingo»:

«Reunimo-nos todos no dia do Sol, porque foi o primeiro dia [após o Sábado judaico, mas também o primeiro dia] em que Deus, tirando das trevas a matéria, criou o mundo, mas também porque Jesus Cristo, nosso Salvador, nesse mesmo dia ressuscitou dos mortos» (91).

O DOMINGO – REALIZAÇÃO DO SÁBADO

2175. O domingo distingue-se expressamente do sábado, ao qual sucede cronologicamente, em cada semana, e cuja prescrição ritual substitui, para os cristãos. O domingo realiza plenamente, na Páscoa de Cristo, a verdade espiritual do sábado judaico e anuncia o descanso eterno do homem, em Deus. Porque o culto da Lei preparava para o mistério de Cristo e o que nela se praticava era figura de algum aspecto relativo a Cristo (92):

«Os que viveram segundo a antiga ordem das coisas alcançaram uma nova esperança, não guardando já o sábado mas o dia do Senhor, em que a nossa vida foi abençoada por Ele e pela sua morte» (93).

2176. A celebração do domingo é o cumprimento da prescrição moral, naturalmente inscrita no coração do homem, de «prestar a Deus um culto exterior, visível, público e regular, sob o signo da sua bondade universal para com os homens» (94). O culto dominical cumpre o preceito moral da Antiga Aliança, cujo ritmo e espírito retoma, ao celebrar em cada semana o Criador e o Redentor do seu povo.

A EUCARISTIA DOMINICAL

2177. A celebração dominical do Dia e da Eucaristia do Senhor está no coração da vida da Igreja. «O domingo, em que se celebra o mistério pascal, por tradição apostólica, deve guardar-se em toda a Igreja como o primordial dia festivo de preceito» (95).

«Do mesmo modo devem guardar-se os dias do Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo, Epifania, Ascensão e santíssimo corpo e sangue de Cristo, Santa Maria Mãe de Deus, sua Imaculada Conceição e Assunção, São José e os Apóstolos São Pedro e São Paulo, e finalmente o de todos os Santos» (96).

2178. Esta prática da reunião da assembleia cristã data dos princípios da idade apostólica (97). A Epístola aos Hebreus lembra: «Sem abandonarmos a nossa assembleia, como é costume de alguns, mas exortando-nos mutuamente» *(Heb* 10, 25).

A Tradição guarda a lembrança duma exortação sempre actual: «Vir cedo à igreja. aproximar-se do Senhor e confessar os próprios pecados, arrepender-se deles na oração [...], assistir à santa e divina liturgia, acabar a sua oração e não sair antes da despedida [...]. Muitas vezes o temos dito: este dia é-vos dado para a oração e o descanso. É o dia que o Senhor fez: nele exultemos e cantemos de alegria» (98).

2179. «A *paróquia* é uma certa comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, cuja cura pastoral, sob a autoridade do bispo diocesano, está confiada ao pároco, como a seu pastor próprio»(99). É o lugar onde todos os fiéis podem reunir-se para a celebração dominical da Eucaristia. A paróquia inicia o povo

cristão na expressão ordinária da vida litúrgica e reúne-o nesta celebração; ensina a doutrina salvífica de Cristo; e pratica a caridade do Senhor em obras boas e fraternas (100):

«Podes também rezar em tua casa; mas não podes rezar aí como na igreja, onde muitos se reúnem, onde o grito é lançado a Deus de um só coração. [...] Há lá qualquer coisa mais: a união dos espíritos, a harmonia das almas, o laço da caridade, as orações dos sacerdotes» (101).

A OBRIGAÇÃO DO DOMINGO

2180. O mandamento da Igreja determina e precisa a lei do Senhor: «No domingo e nos outros dias festivos de preceito, os fiéis têm obrigação de participar na missa» (102). «Cumpre o preceito de participar na missa quem a ela assiste onde quer que se celebre em rito católico, quer no próprio dia festivo quer na tarde do antecedente» (103).

2181. A Eucaristia dominical fundamenta e sanciona toda a prática cristã. É por isso que os fiéis têm obrigação de participar na Eucaristia nos dias de preceito, a menos que estejam justificados, por motivo sério (por exemplo, doença, obrigação de cuidar de crianças de peito) ou dispensados pelo seu pastor (104). Os que deliberadamente faltam a esta obrigação cometem um pecado grave.

2182. A participação na celebração comum da Eucaristia dominical é um testemunho de pertença e fidelidade a Cristo e à sua Igreja. Os fiéis atestam desse modo a sua comunhão na fé e na caridade. Juntos, dão testemunho da santidade de Deus e da sua esperança na salvação. E reconfortam-se mutuamente, sob a acção do Espírito Santo.

2183. «Se for impossível a participação na celebração eucarística por falta de ministro sagrado ou por outra causa grave, recomenda-se muito que os fiéis tomem parte na liturgia da Palavra, se a houver na igreja paroquial ou noutro lugar sagrado, celebrada segundo as prescrições do bispo diocesano, ou consagrem um tempo

conveniente à oração pessoal ou em família ou em grupos de famílias, conforme a oportunidade» (105).

DIA DE GRAÇA E DE CESSAÇÃO DO TRABALHO

2184. Tal como Deus «repousou no sétimo dia, depois de todo o trabalho que realizara» (*Gn* 2, 2), assim a vida humana é ritmada pelo trabalho e pelo repouso. A instituição do Dia do Senhor contribui para que todos gozem do tempo de descanso e lazer suficiente, que lhes permita cultivar a vida familiar, cultural, social e religiosa (106).

2185. Aos domingos e outros dias festivos de preceito, os fiéis abstenham-se de trabalhos e negócios que impeçam o culto devido a Deus, a alegria própria do Dia do Senhor, a prática das obras de misericórdia ou o devido repouso do espírito e do corpo (107). As necessidades familiares ou uma grande utilidade social constituem justificações legítimas em relação ao preceito do descanso dominical. Mas os fiéis estarão atentos a que legítimas desculpas não introduzam hábitos prejudiciais à religião, à vida de família e à saúde.

«O amor da verdade procura o ócio santo: a necessidade do amor aceita o negócio justo» (108).

2186. Os cristãos que dispõem de tempos livres lembrem-se dos seus irmãos que têm as mesmas necessidades e os mesmos direitos, e não podem descansar por motivos de pobreza e de miséria. O domingo é tradicionalmente consagrado, pela piedade cristã, às boas obras e aos serviços humildes dos doentes, enfermos e pessoas de idade. Os cristãos também santificarão o domingo prestando à sua família e vizinhos tempo e cuidados difíceis de prestar nos outros dias da semana. O domingo é um tempo de reflexão, de silêncio, de cultura e de meditação, que favorecem o crescimento da vida interior e cristã.

2187. Santificar os domingos e festas de guarda exige um esforço comum. Todo o cristão deve evitar impor a outrem, sem necessidade, o que possa impedi-lo de guardar o Dia do Senhor. Quando os costumes (desporto, restaurantes, etc.) e as obrigações

sociais (serviços públicos, etc.) reclamam de alguns um trabalho dominical, cada um fica com a responsabilidade de um tempo suficiente de descanso. Os fiéis estarão atentos, com moderação e caridade, para evitar os excessos e violências originados às vezes nas diversões de massa. Não obstante as pressões de ordem económica, os poderes públicos preocupar-se-ão em assegurar aos cidadãos um tempo destinado ao repouso e ao culto divino. Os patrões têm obrigação análoga para com os seus empregados.

2188. No respeito pela liberdade religiosa e pelo bem comum de todos, os cristãos devem esforçar-se pelo reconhecimento dos domingos e dias santos da Igreja como dias feriados legais. Devem dar a todos o exemplo público de oração, respeito e alegria, e defender as suas tradições como uma contribuição preciosa para a vida espiritual da sociedade humana. Se a legislação do país ou outras razões obrigarem a trabalhar ao domingo, que este dia seja vivido, no entanto, como sendo o dia da nossa libertação, que nos faz participantes da «reunião festiva», da «assembleia de primogénitos inscritos nos céus» (*Heb* 12, 22-23).

Resumindo:

2189. *«Guarda o dia do sábado para o santificar» (Dt 5, 12). «O sétimo dia será um dia de repouso completo, consagrado ao Senhor» (Ex 31, 15).*

2190. *O sábado, que representava o acabamento da primeira criação, é substituído pelo domingo, que lembra a criação nova, inaugurada na ressurreição de Cristo.*

2191. *A Igreja celebra o dia da ressurreição de Cristo no oitavo dia que, com razão, se chama dia do Senhor ou domingo (*109).

2192. *«O domingo [...] deve guardar-se em toda a Igreja como o primordial dia festivo de preceito»* (110). *«No domingo e outros dias santos de preceito, os fiéis têm obrigação de participar na Missa»* (111).

2193. *«No domingo e nos outros dias festivos de preceito, os fiéis […] abstenham-se daqueles trabalhos e negócios que impeçam o culto a prestar a Deus, a alegria própria do dia do Senhor ou o devido descanso do espírito e do corpo»* (112).

2194. *A instituição do domingo contribui para que «todos gozem do tempo suficiente de repouso e lazer, que lhes permita atender vida familiar, cultural, social e religiosa»* (113).

2195. *Todo o cristão deve evitar impor a outrem, sem necessidade, o que o impeça de guardar o Dia do Senhor.*

Notas

1. Cf. *Lc* 10 , 27: «...com todas as tuas forças».

2. Cf. *Dt* 5, 6-9.

3. Cf. *Ex* 19, 16-25; 24, 15-18.

4. São Justino, *Diálogo com o judeu Trifão,* 11, 1: CA 2, 40 (PG 6. 497).

5. CatRom. 3, 2, 4. p. 408-409.

6. Cf. *Rm* 1, 5; 16, 26.

7. Cf *Rm* 1, 18-32.

8. CIC can. 751.

9. Cf. *Dt* 6, 4-5.

10. Cf. *Lc* 1, 46-49.

11. Santo Agostinho, *De civitate Dei.* 10, 6: CSEL 40/1. 454-455 (PL 41, 283).

12. Cf. *Am*, 5, 21-25.

13. Cf. *Is* 1, 10-20.

14. Cf. *Os* 6, 6.

15. Cf. *Heb* 9, 13-14.

16. CIC can. 1191. §1.

17. Cf. *Act* 18, 18; 21, 23-24.

18. Cf. CIC can. 654.

19. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 42: AAS 57 (1965) 48-49.

20. Cf. CIC can 692.1196-1197.

21. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 1: AAS 58 (1966) 930.

22. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 2: AAS 58 (1966) 931.

23. II Concílio do Vaticano, Decl. *Nostra aetate,* 2: AAS 58 (1966) 742.

24. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 14: AAS 58 (1966) 940.

25. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 1: AAS 58 (1966) 930.

26. II Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 13: AAS 58 (1966) 849.

27. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 1: AAS 58 (1966) 930.

28. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 13: AAS 58 (1966) 850.

29. Cf. Leão XIII. Enc. *Immortale Dei:* Leonis XIII Acta 5, 118-150: Pio XI. Enc. *Quas primas*: AAS 17 (1925) 593-610.

30. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 2: AAS 58 (1966) 931; cf. Id,. Const. past. *Gaudium et spes,* 26: AAS 58 (1966) 1046.

31. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 2: AAS 58 (1966) 931.

32. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 6: AAS 58 (1966) 934.

33. Cf. Leão XIII, Enc. *Libertas praestantissimum*: Leonis XIII Acta 8, 229-230.

34. Cf. Pio XII, *Alocução aos participantes no quinto Congresso nacional italiano da União dos Juristas católicos* (6 de Dezembro de 1953): AAS 45 (1953) 799.

35. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 2: AAS 58 (1966) 930-931.

36. Cf. Pio VI, Breve *Quod aliquantum* (10 de Março de 1791): *Collectio Brevium atque Instructionum SS. D. N. Pii Papae VI, quae ad praesentes Ecclesiae Catholicae in Gallia 1...] calamitates pertinent* (Romae 1800) p. 54-55.

37. Cf. Pio IX. Enc. *Quanta cura:* DS 2890.

38. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 7: AAS 58 (1966) 935.

39. Cf. *Mt* 23, 16-22.

40. Cf. *Is* 44, 9-20; *Jr* 10, 1-16; *Dn* 14, 1-30; *Br* 6; *Sb* 13, 1-15.19

41. Cf. *Sl* 42, 3; etc.

42. Cf. *Ap* 13-14.

43. Cf. *Gl* 5, 20: *Ef* 5, 5.

44. Orígenes, *Contra Celsum* 2, 40; SC 132, 378 (PG 11, 861).

45. Cf. *Dr* 18, 10; *Jr* 29, 8.

46. Cf. *Lc* 4, 9.

47. Cf. *1 Cor* 10, 9; *Ex* 17, 2-7: Sl 95, 9.

48. Cf. CIC can. 1367.1376.

49. Cf. *Act* 8, 9-24.

50. Cf. já *Is* 55, 1.

51. CIC can 848.

52. Cf. *Lc* 10, 7; *1 Cor* 9, 4-18; *1 Tm* 5, 17-18.

53. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 19: AAS 58 (1966) 1039.

54. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 20: AAS 58 (1966) 1040.

55. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 20: AAS 58 (1966) 1040.

56. Cf. *Rm* 1,18.

57. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 19: AAS 58 (1966) 1039.

58. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 20: AAS 58 (1966) 1040.

59. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 21: AAS 58 (1966) 1040.

60. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 21: AAS 58 (1966) 1042.

61. Cf. *Nm* 21, 4-9: *Sb* 16, 5-14; *Jo* 3, 14-15.

62. Cf. Ex 25, 10-22: 1 Rs 6, 23-28; 7, 23-26.

63. São Basílio Magno, *Liber de Spiritu Sancto,* 18, 45: SC 17bis. 406 (PG 32, 149).

64. II Concílio de Niceia, *Definitio de sacris imaginibus:* DS 601; cf. Concílio de Trento, Sess. 25ª, *Decretum de invocatione, veneratione et reliquiis sanctorum, et sacris imaginibus:* DS 1821-1825: II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 125: AAS 56 (1964) 132: Id., Const. dogm. *Lumen Gentium,* 67: AAS 57 (1965) 65-66.

65. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 2-2. q. 81, a. 3, ad 3: Ed. Leon. 9, 180.

66. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 15: AAS 58 (1966) 940.

67 Cf. *Dt* 5, 11

68. Cf. *Zc* 2, 17.

69. Cf. Sl 29, 2; 96, 2; 113, 1-2.

70. Ioannes Henricus Newman, *Parochial and Plain Sermons*, v. 5, Sermon 2 [*Reverence, a Belief in God's Presence*] (Westminster 1967) p. 21-22.

71. *Cf.* Mt 10, 32; *1 Tm* 6, 12.

72. Cf. *1 Jo* 1, 10.

73. Cf. CIC can. 1369.

74. Santo Agostinho, *De Sermone Domini in monte,* 2, 5, 19: CCL 35, 109 (PL 34, 1278).

75. Cf. *Tg* 5, 12.

76. Cf. *2 Cor* 1, 23; *Gl* 1, 20.

77. CIC can. 1199. § 1.

78. CIC can. 855.

79. Cf. *Is* 43, 1: *Jo* 10, 3.

80. Santo Inácio de Loiola, *Exercitia spiritualia,* 38: MHSI 100, 174.

81. Cf. *Is* 43, 1.

82. Cf. *Dt* 5, 12-15.

83. Cf. *Ex* 31, 16.

84. Cf. *Ez* 23, 12.

85. Cf. *Ne* 13, 15-22; *2 Cr* 36, 21.

86. Cf. *Mc* 1, 21; *Jo* 9, 16.

87. Cf. *Mc* 3, 4.

88. Cf. *Mt* 12, 5; *Jo* 7, 23.

89. Cf. Mt 28, 1; Lc 24, 1; *Jo* 20, 1.

90. Cf. *Mc* 16, 1: *Mt* 28, 1.

91. São Justino, *Apologia,* 1, 67: CA 1, 188 (PG 6, 429-432).

92. Cf. 1 Cor 10, 11.

93. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Mgnesios,* 9, 11: SC 10bis, 88 (Fusk 1, 236-238).

94. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 2-2. q. 122. a. 4. c: Ed. Leon. 9, 478.

95. CIC can. 1246, § 1.

96. CIC can. 1246, § 1.

97. Cf. *Act* 2, 42-46; *1 Cor* 11, 17.

98. Pseudo Eusébio de Alexandria, *Sermo de die dominica:* PG 86 / 1, 416 e 421.

99. CIC can. 515. § 1.

100. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Christifideles laici,* 26: AAS 81 (1989) 437-440.

101. *São João Crisóstomo*, *De incomprehensibili Dei natura seu contra Anomeos,* 3, 6: SC 28bis, 218 (PL 48, 725).

102. CIC can. 1247.

103. CIC can. 1248, § 1.

104. Cf. CIC can. 1245.

105. CIC can. 1248, § 2.

106. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 67: AAS 58 (1966) 1089.

107. Cf. CIC can. 1247.

108. Santo Agostinho, *De civitate Dei,* 19, 19: CSEL 40/2.407 (PL 41, 647).

109. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 106: AAS 56 (1964) 126.

110. CIC can. 1246, § 1.

111. CIC can. 1247.

112. CIC can. 1247.

113. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 67: AAS 58 (1966) 1089.

CAPÍTULO SEGUNDO: «AMARÁS O TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO»

Jesus disse aos discípulos: «Amai-vos uns aos outros, como Eu vos amei» (*Jo* 13, 34).

2196. Respondendo à questão posta sobre o primeiro dos mandamentos, Jesus disse: «O primeiro é: "Escuta, Israel! O Senhor nosso Deus é o único Senhor. Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu entendimento e com todas as tuas forças!". O segundo é este: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo". Não há outro mandamento maior do que estes» *(Mc* 12, 29-31).

E o apóstolo São Paulo lembra: «Quem ama o próximo cumpre plenamente a lei. De facto: "Não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás", bem como qualquer outro mandamento, estão resumidos numa só frase: "Amarás ao próximo como a ti mesmo". O amor não faz mal ao próximo. Assim, é no amor que está o pleno cumprimento da lei» *(Rm* 13, 8-10).

ARTIGO 4: O QUARTO MANDAMENTO

«Honra pai e mãe, a fim de prolongares os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te vai dar» (*Ex* 20, 12).

«Era-lhes submisso» (*Lc* 2, 51).

O próprio Senhor Jesus lembrou a força deste «mandamento de Deus» (1). E o Apóstolo ensina: «Filhos, obedecei aos vossos pais, no Senhor, pois é isso que é justo. "Honra pai e mãe" – tal é o primeiro mandamento, com uma promessa "para que sejas feliz e gozes de longa vida sobre a terra"» (*Ef* 6, 1-3) (2).

2197. O quarto mandamento é o primeiro da segunda tábua, e indica a ordem da caridade. Deus quis que, depois de Si, honrássemos os nossos pais, a quem devemos a vida e que nos transmitiram o conhecimento de Deus. Temos obrigação de honrar e respeitar todos aqueles que Deus, para nosso bem, revestiu da sua autoridade.

2198. Este mandamento exprime-se sob a forma positiva de deveres a cumprir. Anuncia os mandamentos seguintes, relativos ao respeito particular pela vida, pelo matrimónio, pelos bens terrenos, pela palavra dada. E constitui um dos fundamentos da doutrina social da Igreja.

2199. O quarto mandamento dirige-se expressamente aos filhos nas suas relações com o pai e a mãe, porque esta relação é a mais universal. Mas diz respeito igualmente às relações de parentesco com os membros do grupo familiar. Exige que se preste honra, afeição e reconhecimento aos avós e antepassados. E, enfim, extensivo aos deveres dos alunos para com os professores, dos empregados para com os patrões, dos subordinados para com os chefes e dos cidadãos para com a pátria e para com quem os administra ou governa.

Este mandamento implica e subentende os deveres dos pais, tutores, professores, chefes, magistrados, governantes, todos aqueles que exercem alguma autoridade sobre outrem ou sobre uma comunidade de pessoas.

2200. A observância do quarto mandamento comporta a respectiva recompensa: «Honra pai e mãe, a fim de prolongares os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te vai dar» (*Ex* 20, 12) (3). O respeito por este mandamento proporciona, com os frutos espirituais, os frutos temporais da paz e da prosperidade. Pelo contrário, a sua inobservância acarreta grandes danos às comunidades e às pessoas humanas.

I. A família no plano de Deus

NATUREZA DA FAMÍLIA

2201. A comunidade conjugal assenta sobre o consentimento dos esposos. O matrimónio e a família estão ordenados para o bem dos esposos e para a procriação e educação dos filhos. O amor dos esposos e a geração dos filhos estabelecem, entre os membros duma mesma família, relações pessoais e responsabilidades primordiais.

2202. Um homem e uma mulher, unidos em matrimónio, formam com os seus filhos uma família. Esta disposição precede todo e qualquer reconhecimento por parte da autoridade pública e impõe-se a ela. Deverá ser considerada como a referência normal, em função da qual serão apreciadas as diversas formas de parentesco.

2203. Ao criar o homem e a mulher, Deus instituiu a família humana e dotou-a da sua constituição fundamental. Os seus membros são pessoas iguais em dignidade. Para o bem comum dos seus membros e da sociedade, a família implica uma diversidade de responsabilidades, de direitos de deveres.

A FAMÍLIA CRISTÃ

2204. «A família cristã constitui uma revelação e uma realização específica da comunhão eclesial; por esse motivo [...], há-de ser designada como uma *igreja doméstica»* (4). Ela é uma comunidade de fé, de esperança e de caridade: reveste-se duma importância singular na Igreja, como transparece do Novo Testamento (5).

2205. A família cristã é uma comunhão de pessoas, vestígio e imagem da comunhão do Pai e do Filho, no Espírito Santo. A sua actividade procriadora e educativa é o reflexo da obra criadora do Pai. É chamada a partilhar da oração e do sacrifício de Cristo. A oração quotidiana e a leitura da Palavra de Deus fortalecem nela a caridade. A família cristã é evangelizadora e missionária.

2206. As relações no seio da família comportam uma afinidade de sentimentos, de afectos e de interesses, que provêm sobretudo do mútuo respeito das pessoas. A família é uma *comunidade privilegiada,* chamada a realizar a comunhão das almas, o comum acordo dos esposos e a diligente cooperação dos pais na educação dos filhos (6).

II. A família e a sociedade

2207. A família é a *célula originária da vida social.* É ela a sociedade natural em que o homem e a mulher são chamados ao dom de si no amor e no dom da vida. A autoridade, a estabilidade e

a vida de relações no seio da família constituem os fundamentos da liberdade, da segurança, da fraternidade no seio da sociedade. A família é a comunidade em que, desde a infância, se podem aprender os valores morais, começar a honrar a Deus e a fazer bom uso da liberdade. A vida da família é iniciação à vida em sociedade.

2208. A família deve viver de modo que os seus membros aprendam a preocupar-se e a encarregar-se dos jovens e dos velhos, das pessoas doentes ou incapacitadas e dos pobres. São muitas as famílias que, em certos momentos, se não encontram em condições de prestar esta ajuda. Recai então sobre outras pessoas, outras famílias e, subsidiariamente, sobre a sociedade, o dever de prover a estas necessidades: «A religião pura e sem mancha, aos olhos de Deus nosso Pai, consiste em visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações e conservar-se limpo do contágio do mundo» (*Tg* 1, 27).

2209. A família deve ser ajudada e defendida por medidas sociais apropriadas. Nos casos em que as famílias não estiverem em condições de cumprir as suas funções, os outros corpos sociais têm o dever de as ajudar e de amparar a instituição familiar. Mas, segundo o princípio da subsidiariedade, as comunidades mais vastas abster-se-ão de lhe usurpar as suas prerrogativas ou de se imiscuir na sua vida.

2210. A importância da família na vida e no bem-estar da sociedade (7) implica uma responsabilidade particular desta no apoio e fortalecimento do matrimónio e da família. A autoridade civil deve considerar como seu grave dever «reconhecer e proteger a verdadeira natureza do matrimónio e da família, defender a moralidade pública e favorecer a prosperidade doméstica» (8).

2211. A comunidade política tem o dever de honrar a família, de a assistir e de nomeadamente lhe garantir:

– a Liberdade de fundar um lar, ter filhos e educá-Los de acordo com as suas próprias convicções morais e religiosas;
– a protecção da estabilidade do vínculo conjugal e da instituição familiar;

– a liberdade de professar a sua fé, de a transmitir, de educar nela os seus filhos, com os meios e as instituições necessárias;
– o direito à propriedade privada, a liberdade de iniciativa, de obter um trabalho, uma habitação e o direito de emigrar;
– consoante as instituições dos países, o direito aos cuidados médicos e à assistência aos idosos, bem como ao abono de família;
– a protecção da segurança e da salubridade, sobretudo no que respeita a perigos como a droga, a pornografia, o alcoolismo. etc.;
– a liberdade de formar associações com outras famílias e de ter assim representação junto das autoridades civis (9).

2212. O quarto mandamento *esclarece as outras relações na sociedade.* Nos nossos irmãos e irmãs vemos os filhos dos nossos pais; nos nossos primos, os descendentes dos nossos avós; nos nossos concidadãos, os filhos da nossa pátria; nos baptizados, os filhos da nossa mãe Igreja; em toda a pessoa humana, um filho ou filha d'Aquele que quer ser chamado «nosso Pai». Daí que as nossas relações com o próximo sejam reconhecidas como de ordem pessoal. O próximo não é um «indivíduo» da colectividade humana; é «alguém» que, pelas suas origens conhecidas, merece uma atenção e um respeito singulares.

2213. As comunidades humanas são *compostas de pessoas.* O bom governo das mesmas não se limita à garantia dos direitos e ao cumprimento dos deveres, bem como ao respeito pelos contratos. Relações justas entre patrões e empregados, governantes e cidadãos, pressupõem a benevolência natural, de acordo com a dignidade das pessoas humanas, solícitas pela justiça e pela fraternidade.

III. Deveres dos membros da família

DEVERES DOS FILHOS

2214. A paternidade divina é a fonte da paternidade humana (10); nela se fundamenta a honra devida aos pais. O respeito dos filhos, menores ou adultos, pelo seu pai e pela sua mãe (11) nutre-se do

afecto natural nascido dos laços que os unem. Exige-o o preceito divino (12).

2215. O respeito pelos pais *(piedade filial) é* feito de *reconhecimento* àqueles que, pelo dom da vida, pelo seu amor e seu trabalho, puseram os filhos no mundo e lhes permitiram crescer em estatura, sabedoria e graça. «Honra o teu pai de todo o teu coração e não esqueças as dores da tua mãe. Lembra-te de que foram eles que te geraram. Como lhes retribuirás o que por ti fizeram?»*(Sir 7,* 27-28).

2216. O respeito filial revela-se na docilidade e na *obediência* autênticas. «Observa, meu filho, as ordens do teu pai, e não desprezes os ensinamentos da tua mãe [...]. Servir-te-ão de guia no caminho, velarão por ti quando dormires, e falarão contigo ao despertares» *(Pr* 6, 20.22). «O filho sábio é fruto da correcção paterna, mas o insolente não aceita a repreensão» *(Pr* 13, 1).

2117. Enquanto viver na casa dos pais, o filho deve obedecer a tudo o que eles lhe mandarem para seu bem ou o da família. «Filhos, obedecei em tudo aos vossos pais, porque isto agrada ao Senhor» *(Cl* 3, 20) (13). Os filhos devem também obedecer às prescrições razoáveis dos seus educadores e de todos aqueles a quem os pais os confiaram. Mas se o filho se persuadir, em consciência, de que é moralmente mau obedecer a determinada ordem, não o faça.

Com o crescimento, os *filhos* continuarão a respeitar os pais. Adivinharão os seus *desejos,*pedirão de boa vontade os seus conselhos e aceitarão as suas admoestações justificadas. A obediência aos pais cessa com a emancipação: mas não o respeito que sempre lhes é devido. É que este tens a sua raiz no temor de Deus, que é um dos dons do Espírito Santo.

2218. O quarto mandamento lembra aos filhos adultos as suas *responsabilidades para com os pais.* Tanto quanto lhes for possível, devem prestar-lhes ajuda material e moral, nos anos da

velhice e no tempo da doença, da solidão ou do desânimo. Jesus lembra este dever de gratidão (14).

«Deus quis honrar o pai pelos *filhos* e cuidadosamente firmou sobre eles a autoridade da mãe. O que honra o pai alcança o perdão dos seus pecados e quem honra a mãe é semelhante àquele que acumula tesouros. Quem honra o pai encontrará alegria nos seus filhos e será ouvido no dia da sua oração. Quem honra o pai gozará de longa vida e quem lhe obedece consolará a sua mãe» *(Sir* 3, 2-6).

«Filho, ampara o teu pai na velhice, não o desgostes durante a sua vida. Mesmo se ele vier a perder a razão, sê indulgente, não o desprezes, tu que estás na plenitude das tuas forças [...]. É como um blasfemador o que desampara o seu pai e é amaldiçoado por Deus aquele que irrita a sua mãe» *(Sir* 3, 12-16).

2219. O respeito filial favorece a harmonia de toda a vida familiar; engloba também as *relações entre irmãos e irmãs.* O respeito pelos pais impregna todo o ambiente familiar. «A coroa dos anciãos são os filhos dos seus filhos» (*Pr* 17, 6). «Suportai-vos uns aos outros na caridade, com toda a humildade, mansidão e paciência» (*Ef* 4, 2).

2220. Os cristãos, têm o dever de ser especialmente gratos àqueles de quem receberam o dom da fé, a graça do Baptismo e a vida na Igreja. Pode tratar-se dos pais, de outros membros da família, dos avós, dos pastores, dos catequistas, dos professores ou amigos. «Conservo a lembrança da tua fé tão sincera, que foi primeiro a da tua avó Lóide e da tua mãe Eunice, e que, estou certo, habita também em ti» (*2* Tm 1, 5).

DEVERES DOS PAIS

2221. A fecundidade do amor conjugal não se reduz apenas à procriação dos filhos. Deve também estender-se à sua educação moral e à sua formação espiritual. O *«papel dos pais na educação* é de tal importância que é impossível substituí-los» (15). O direito e o dever da educação são primordiais e inalienáveis para os paÍs (16).

2222. Os pais devem olhar para os seus filhos como *filhos de Deus e* respeitá-los como *pessoas humanas.* Educarão os seus filhos no cumprimento da lei de Deus, na medida em que eles próprios se mostrarem obedientes à vontade do Pai dos céus.

2223. Os pais são os primeiros responsáveis pela educação dos filhos. Testemunham esta responsabilidade, primeiro pela *criação dum lar* onde são regra a ternura, o perdão, o respeito, a fidelidade e o serviço desinteressado. O lar é um lugar apropriado para *a educação das virtudes,* a qual requer a aprendizagem da abnegação, de sãos critérios, do autodomínio, condições da verdadeira liberdade. Os pais ensinarão os filhos a subordinar «as dimensões físicas e instintivas às dimensões interiores e espirituais» (17). Os pais têm a grave responsabilidade de dar bons exemplos aos filhos. Sabendo reconhecer diante deles os próprios defeitos, serão mais capazes de os guiar e corrigir:

«Aquele que ama o seu filho, castiga-o com frequência [...]. Aquele que dá ensinamentos ao seu filho será louvado» (*Sir* 30, 1-2). «E vós, pais, não irriteis os vossos filhos: pelo contrário, educai-os com disciplina e advertências inspiradas pelo Senhor» *(Ef* 6, 4).

2224. O lar constitui o âmbito natural para a iniciação da pessoa humana na solidariedade e nas responsabilidades comunitárias. Os pais devem ensinar os filhos a acautelar-se dos perigos e degradações que ameaçam as sociedades humanas.

2225. Pela graça do sacramento do matrimónio, os pais receberam a responsabilidade e o privilégio de *evangelizar os filhos.* Desde tenra idade devem iniciá-los nos mistérios da fé, de que são os «primeiros arautos» (18). Hão-de associá-los, desde a sua primeira infância, à vida da Igreja. A maneira como se vive em família pode alimentar as disposições afectivas, que durante toda a vida permanecem como autêntico preâmbulo e esteio duma fé viva.

2226. *A educação da fé* por parte dos pais deve começar desde a mais tenra infância. Faz-se já quando os membros da família se ajudam mutuamente a crescer na fé pelo testemunho duma vida

cristã, de acordo com o Evangelho. A catequese familiar precede, acompanha e enriquece as outras formas de ensinamento da fé. Os pais têm a missão de ensinar os filhos a rezar e a descobrir a sua vocação de filhos de Deus (19). A paróquia é a comunidade eucarística e o coração da vida litúrgica das famílias cristãs: é o lugar privilegiado da catequese dos filhos e dos pais.

2227. Por sua vez, os filhos contribuem para o *crescimento* dos seus pais *na santidade* (20). Todos e cada um se darão, generosamente e sem se cansar, o perdão mútuo exigido pelas ofensas, querelas, injustiças e abandonos. Assim o sugere o afecto mútuo. E assim o exige a caridade de Cristo (21).

2228. Durante a infância, o respeito e o carinho dos pais traduzem-se, primeiro, no cuidado e na atenção que consagram à educação dos filhos, para *prover as suas necessidades*, *físicas e espirituais.* A medida que vão crescendo, o mesmo respeito e dedicação levam os pais a educar os filhos no sentido dum uso correcto da sua razão e da sua liberdade.

2229. Como primeiros responsáveis pela educação dos seus filhos, os pais têm o direito de*escolher para eles uma escola* que corresponda às suas próprias convicções. É um direito fundamental. Tanto quanto possível, os pais têm o dever de escolher as escolas que melhor os apoiem na sua tarefa de educadores cristãos (22). Os poderes públicos têm o dever de garantir este direito dos pais e de assegurar as condições reais do seu exercício.

2230. Ao tornarem-se adultos, os filhos têm o dever e o direito de *escolher a sua profissão e o seu estado de vida.* Devem assumir as novas responsabilidades numa relação de confiança com os seus pais, a quem pedirão e de quem de boa vontade receberão opiniões e conselhos. Os pais terão o cuidado de não constranger os filhos, nem na escolha duma profissão, nem na escolha do cônjuge. Mas este dever de discrição não os proíbe, muito pelo contrário, de os ajudar com opiniões ponderadas, sobretudo quando tiverem em vista a fundação dum novo lar.

2231. Há quem não se case para cuidar dos pais ou dos irmãos e irmãs; ou para se dedicar mais exclusivamente a uma profissão; ou ainda por outros motivos válidos. Esses podem contribuir muitíssimo para o bem da família humana.

IV. A família e o Reino

2232. São importantes, mas não absolutos, os laços familiares. Quanto mais a criança cresce para a maturidade e autonomia humanas e espirituais, tanto mais a sua vocação individual, que vem de Deus, se afirma com nitidez e força. Os pais devem respeitar este chamamento e apoiar a resposta dos filhos para o seguir. Hão-de convencer-se de que a primeira vocação do cristão é *seguir Jesus*(23): «Quem ama o pai ou a mãe mais do que a Mim, não é digno de Mim; e quem ama o filho ou a filha mais do que a Mim, não é digno de Mim» *(Mt* 10, 37).

2233. Tornar-se discípulo de Jesus é aceitar o convite para pertencer à *família de Deus,* para viver em conformidade com a sua maneira de viver: «Todo aquele que fizer a vontade do meu Pai que está nos céus, é que é meu irmão e minha irmã e minha mãe» *(Mt* 12, 50).

Os pais devem acolher e respeitar, com alegria e acção de graças, o chamamento que o Senhor fizer a um dos seus filhos, para O seguir na virgindade pelo Reino, na vida consagrada ou no ministério sacerdotal.

V. As autoridades na sociedade civil

2234. O quarto mandamento da Lei de Deus manda que honremos também todos aqueles que, para nosso bem, receberam de Deus alguma autoridade na sociedade. E esclarece os deveres dos que exercem essa autoridade, bem como os daqueles que dela beneficiam.

DEVERES DAS AUTORIDADES CIVIS

2235. Aqueles que exercem alguma autoridade, devem exercê-la como quem presta um serviço. «Quem quiser entre vós tornar-se

grande, será vosso servo» *(Mt* 20, 26). O exercício da autoridade é moralmente regulado pela sua origem divina, pela sua natureza racional e pelo seu objecto específico. Ninguém pode mandar ou instituir o que for contrário à dignidade das pessoas e à lei natural.

2236. O exercício da autoridade visa tornar manifesta uma justa hierarquia de valores, a fim de facilitar o exercício da liberdade e da responsabilidade de todos. Os superiores exerçam a justiça distributiva com sabedoria, tendo em conta as necessidades e a contribuição de cada qual, e em vista da concórdia e da paz. Estarão atentos a que as regras e disposições que tomam não induzam em tentação, opondo o interesse pessoal ao da comunidade (24).

2237. Os *poderes políticos* são obrigados a respeitar os direitos fundamentais da pessoa humana. Administrarão a justiça como humanidade, respeitando o direito de cada qual, nomeadamente das famílias e dos deserdados.

Os direitos políticos inerentes à cidadania podem e devem ser reconhecidos conforme as exigências do bem comum. Não podem ser suspensos pelos poderes públicos sem motivo legítimo e proporcionado. O exercício dos direitos políticos orienta-se para o bem comum da nação e da comunidade humana.

DEVERES DOS CIDADÃOS

2238. Os que estão sujeitos à autoridade considerarão os seus superiores como representantes de Deus, que os instituiu ministros dos seus dons «Submetei-vos, por causa do Senhor, a toda a instituição humana [...]. Procedei como homens livres, não como aqueles que fazem da liberdade capa da sua malícia, mas como servos de Deus» *(1 Pe* 2, 13.16). A sua colaboração leal comporta o direito, e às vezes o dever, duma justa reclamação de quanto lhes parecer prejudicial à dignidade das pessoas e ao bem da comunidade.

2239. É *dever dos cidadãos* colaborar com os poderes civis para o bem da sociedade, num espírito de verdade, de justiça, de solidariedade e de liberdade. O amor e o serviço da *pátria*derivam

do dever da gratidão e da ordem da caridade. A submissão às autoridades legítimas e o serviço do bem comum exigem dos cidadãos que cumpram o seu papel na vida da comunidade política.

2240. A submissão à autoridade e a corresponsabilidade pelo bem comum exigem moralmente o pagamento dos impostos, o exercício do direito de voto, a defesa do país:

«Dai a cada um o que lhe é devido: o imposto, a quem se deve o imposto; a taxa, a quem se deve a taxa; o respeito, a quem se deve o respeito; a honra, a quem se deve a honra» (*Rm* 13, 7).

Os cristãos «residem na sua própria pátria, mas vivem todos como de passagem; em tudo participam como os outros cidadãos, mas tudo suportam como se não tivessem pátria [...]. Obedecem às leis estabelecidas, mas pelo seu modo de vida superam as leis [...]. Tão nobre é o posto que Deus lhes assinalou, que não lhes é lícito desertar» (26).

O Apóstolo exorta-nos a fazer súplicas e acções de graças pelos reis e por todos aqueles que exercem a autoridade, «a fim de que possamos ter uma vida calma e tranquila, com toda a piedade e dignidade» (*1 Tm* 2, 2).

2241. As nações mais abastadas devem acolher, tanto quanto possível, *o estrangeiro* em busca da segurança e dos recursos vitais que não consegue encontrar no seu país de origem. Os poderes públicos devem velar pelo respeito do direito natural que coloca o hóspede sob a protecção daqueles que o recebem.

As autoridades políticas podem, em vista do bem comum de que têm a responsabilidade, subordinar o exercício do direito de imigração a diversas condições jurídicas, nomeadamente no respeitante aos deveres que os imigrantes contraem para com o país de adopção. O imigrado tem a obrigação de respeitar com reconhecimento o património material e espiritual do país que o acolheu, de obedecer às suas leis e de contribuir para o seu bem.

2242. O cidadão é obrigado, em consciência, a não seguir as prescrições das autoridades civis, quando tais prescrições forem contrárias às exigências de ordem moral, aos direitos fundamentais das pessoas ou aos ensinamentos do Evangelho. A *recusa de obediência* às autoridades civis, quando as suas exigências forem contrárias às da recta consciência, tem a sua justificação na distinção entre o serviço de Deus e o serviço da comunidade política. «Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus» *(Mt* 22, 21). «Deve obedecer-se antes a Deus que aos homens»*(Act* 5, 29):

«Quando a autoridade pública, excedendo os limites da própria competência, oprimir os cidadãos, estes não se recusem às exigências objectivas do bem comum; mas é-lhes lícito, dentro dos limites definidos pela lei natural e pelo Evangelho, defender os seus próprios direitos e os dos seus concidadãos contra o abuso dessa autoridade» (27).

2243. A *resistência* à opressão do poder político não recorrerá legitimamente às armas, senão nas seguintes condições:

1 – em caso de violações certas, graves e prolongadas dos direitos fundamentais;
2 – depois de ter esgotado todos os outros recursos;
3 – se não provocar desordens piores;
4 – se houver esperança fundada de êxito;
5 – e se for impossível prever razoavelmente soluções melhores.

A COMUNIDADE POLÍTICA E A IGREJA

2244. Toda a instituição se inspira, mesmo que implicitamente, numa visão do homem e do seu destino, visão da qual tira as suas referências de juízo, a sua hierarquia de valores, a sua linha de procedimento. A maior parte das sociedades referiram as suas instituições a uma certa preeminência do homem sobre as coisas. Só a religião divinamente revelada é que reconheceu claramente em Deus, Criador e Redentor, a origem e o destino do homem. A Igreja convida os poderes políticos a referenciar os seus juízos e decisões a esta inspiração da verdade sobre Deus e sobre o homem:

As sociedades que ignoram esta inspiração ou a recusam em nome da sua independência em relação a Deus, são levadas a procurar em si mesmas ou a tomar de uma ideologia as suas referências e o seu fim: e não admitindo que se defenda um critério objectivo do bem e do mal, a si mesmas atribuem, sobre o homem e o seu destino, um poder totalitário, declarado ou oculto, como a história tem mostrado» (31).

2245. «A Igreja que, em virtude da sua função e competência, de modo algum se confunde com a comunidade política, [...] é, ao mesmo tempo, sinal e salvaguarda do carácter transcendente da pessoa humana» (29). « A Igreja respeita e promove a liberdade política e a responsabilidade dos cidadãos» (30).

2246. Faz parte da missão da Igreja «proferir um juízo moral, mesmo acerca das realidades que dizem respeito à ordem política, sempre que os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem utilizando todos e só os meios conformes com o Evangelho e o bem de todos segundo a variedade dos tempos e circunstâncias» (31).

Resumindo:

2247. *«Honra pai e mãe» (Dt 5, 16; Mc 7, 10).*

2248. *Segundo o quarto mandamento, Deus quis que, depois d'Ele, honrássemos os nossos pais e aqueles que, para nosso bem, Ele revestiu de autoridade.*

2249. *A comunidade conjugal está fundada na aliança e no consentimento dos esposos. O matrimónio e a família estão ordenados para o bem dos cônjuges e para a procriação e educação dos filhos.*

2250. *«A saúde da pessoa e da sociedade humana e cristã depende estreitamente de uma situação favorável da comunidade conjugal e familiar»* (32).

2251. *Os filhos devem aos pais respeito, gratidão, obediência justa e ajuda. O respeito filial favorece a harmonia de toda a vida*

familiar.

2252. *Os pais são os primeiros responsáveis pela educação dos seus filhos na fé, na oração, e em todas as virtudes. Eles têm o dever de prover, na medida do possível, às necessidades físicas e espirituais dos seus filhos.*

2253. *Os pais devem respeitar e favorecer a vocação dos seus filhos. Hão-de lembrar-se e hão-de ensinar-lhes que a primeira vocação do cristão é seguir Jesus.*

2254. *A autoridade pública tem a obrigação de respeitar os direitos fundamentais da pessoa humana e as condições do exercício da sua liberdade.*

2255. *É dever dos cidadãos colaborar com os poderes civis na edificação da sociedade, num espírito de verdade, justiça, solidariedade e liberdade.*

2256. *O cidadão está obrigado em consciência a não seguir as prescrições das autoridades civis quando tais prescrições forem contrárias às exigências da ordem moral. «Deve obedecer-se antes a Deus do que aos homens» (Act 5, 29).*

2257. *Toda a sociedade refere os seus juízos e a sua conduta a uma visão do homem e do seu destino. Fora das luzes do Evangelho sobre Deus e sobre o homem, as sociedades facilmente resvalam para o totalitarismo.*

ARTIGO 5: O QUINTO MANDAMENTO

«Não matarás» (*Ex* 20, 13).

«Ouvistes o que foi dito aos antigos: "Não matarás. Aquele que matar terá de responder em juízo". Eu, porém, digo-vos: Quem se irritar contra o seu irmão, será réu perante o tribunal» (*Mt* 5, 21-22).

2258. *«A vida humana é sagrada* porque, desde a sua origem, postula a acção criadora de Deus e mantém-se para sempre numa relação especial com o Criador, seu único fim. Só Deus é senhor da vida, desde o seu começo até ao seu termo: ninguém, em

circunstância alguma, pode reivindicar o direito de dar a morte directamente a um ser humano inocente» (33).

I. O respeito pela vida humana

TESTEMUNHO DA HISTÓRIA SAGRADA

2259. A Sagrada Escritura, na narrativa da morte de Abel pelo seu irmão Caim (34), revela, desde os primórdios da história humana, a presença no homem da cólera e da inveja, consequências do pecado original. O homem tornou-se inimigo do seu semelhante. Deus denuncia a perversidade deste fratricídio: «Que fizeste? A voz do sangue do teu irmão clama da terra por Mim. De futuro, serás maldito sobre a terra, que abriu a sua boca para beber, da tua mão, o sangue do teu irmão» (*Gn* 4, 10-11).

2260. A aliança entre Deus e a humanidade é entretecida de referências ao dom divino da vida humana e à violência assassina do homem:

«Pedirei contas do vosso sangue [...]. A quem derramar sangue humano, por mão de homem será derramado o seu, porque Deus fez o homem à sua imagem» (*Gn* 9, 5-61).

O Antigo Testamento considerou sempre o sangue como um sinal sagrado da vida (35). E este ensinamento é válido para todos os tempos.

2261. A Escritura determina a proibição contida no quinto mandamento: «Não causarás a morte do inocente e do justo» (*Ex* 23, 7). O homicídio voluntário dum inocente é gravemente contrário à dignidade do ser humano, à regra de ouro e à santidade do Criador. A lei que o proíbe universalmente válida: obriga a todos e a cada um, sempre e em toda a parte.

2262. No sermão da montanha, o Senhor lembra o preceito: «Não matarás» (*Mt* 5, 21) e acrescenta-lhe a proibição da ira, do ódio e da vingança. Mais ainda: Cristo exige do seu discípulo que ofereça a outra face (36), que ame os seus inimigos (37). Ele próprio não Se defendeu e disse a Pedro que deixasse a espada na bainha (38).

A LEGÍTIMA DEFESA

2263. A defesa legítima das pessoas e das sociedades não é uma excepção à proibição de matar o inocente que constitui o homicídio voluntário. «Do acto de defesa pode seguir-se um duplo efeito: um, a conservação da própria vida; outro, a morte do agressor» (39). «Nada impede que um acto possa ter dois efeitos, dos quais só um esteja na intenção, estando o outro para além da intenção» (40).

2264. O amor para consigo mesmo permanece um princípio fundamental de moralidade. E, portanto, legítimo fazer respeitar o seu próprio direito à vida. Quem defende a sua vida não é réu de homicídio, mesmo que se veja constrangido a desferir sobre o agressor um golpe mortal:

«Se, para nos defendermos, usarmos duma violência maior do que a necessária, isso será ilícito. Mas se repelirmos a violência com moderação, isso será lícito [...]. E não é necessário à salvação que se deixe de praticar tal acto de defesa moderada para evitar a morte do outro: porque se está mais obrigado a velar pela própria vida do que pela alheia» (41).

2265. A legítima defesa pode ser não somente um direito, mas até um grave dever para aquele que é responsável pela vida de outrem. Defender o bem comum implica colocar o agressor injusto na impossibilidade de fazer mal. É por esta razão que os detentores legítimos da autoridade têm o direito de recorrer mesmo às armas para repelir os agressores da comunidade civil confiada à sua responsabilidade.

2266. O esforço do Estado em reprimir a difusão de comportamentos que lesam os direitos humanos e as regras fundamentais da convivência civil, corresponde a uma exigência de preservar o bem comum. É direito e dever da autoridade pública legítima infligir penas proporcionadas à gravidade do delito. A pena tem como primeiro objectivo reparar a desordem introduzida pela culpa. Quando esta pena é voluntariamente aceite pelo culpado, adquire valor de expiação. A pena tem ainda como objectivo, para

além da defesa da ordem pública e da protecção da segurança das pessoas, uma finalidade medicinal, posto que deve, na medida do possível, contribuir para a emenda do culpado.

2267. A doutrina tradicional da Igreja, desde que não haja a mínima dúvida acerca da identidade e da responsabilidade do culpado, não exclui o recurso à pena de morte, se for esta a única solução possível para defender eficazmente vidas humanas de um injusto agressor.

Contudo, se processos não sangrentos bastarem para defender e proteger do agressor a segurança das pessoas, a autoridade deve servir-se somente desses processos, porquanto correspondem melhor às condições concretas do bem comum e são mais consentâneos com a dignidade da pessoa humana.

Na verdade, nos nossos dias, devido às possibilidades de que dispõem os Estados para reprimir eficazmente o crime, tornando inofensivo quem o comete, sem com isso lhe retirar definitivamente a possibilidade de se redimir, os casos em que se torna absolutamente necessário suprimir o réu «são já muito raros, se não mesmo praticamente inexistentes» (42).

O HOMICÍDIO VOLUNTÁRIO

2268. O quinto mandamento proíbe, como gravemente pecaminoso, o *homicídio directo e voluntário.* O assassino e quantos voluntariamente colaboram no assassinato cometem um pecado que brada ao céu (43).

O infanticídio (44), o fratricídio, o parricídio e o assassinato do cônjuge são crimes especialmente graves, em razão dos laços naturais que eles quebram. Não se podem invocar preocupações de eugenismo ou de higiene pública para justificar qualquer homicídio, ainda que tal seja imposto pelos poderes públicos

2269. O quinto mandamento proíbe fazer seja o que for com a intenção de provocar*indirectamente* a morte duma pessoa. A lei

moral proíbe expor alguém, sem razão grave, a um perigo mortal, assim como negar assistência a uma pessoa em perigo.

A aceitação pela sociedade humana de fomes mortíferas, sem se esforçar por lhe dar remédio, é uma escandalosa injustiça e um pecado grave. Os traficantes, cujas práticas usurárias e mercantis provocam a fome e a morte dos seus irmãos em humanidade, cometem indirectamente homicídio, que lhes é imputável (45).

O homicídio *involuntário* não é moralmente imputável. Mas não se é desculpado de falta grave se, sem razões proporcionadas, se proceder de maneira a causar a morte, mesmo sem a intenção de a provocar.

O ABORTO

2270. A vida humana deve ser respeitada e protegida, de modo absoluto, a partir do momento da concepção. Desde o primeiro momento da sua existência, devem ser reconhecidos a todo o ser humano os direitos da pessoa, entre os quais o direito inviolável de todo o ser inocente à vida (46).

«Antes de te formar no ventre materno, Eu te escolhi: antes que saísses do seio da tua mãe, Eu te consagrei» (*Jr* 1, 5).

«Vós conhecíeis já a minha alma e nada do meu ser Vos era oculto, quando secretamente era formado, modelado nas profundidades da terra» (*Sl* 139, 15).

2271. A Igreja afirmou, desde o século I, a malícia moral de todo o aborto provocado. E esta doutrina não mudou. Continua invariável. O aborto directo, isto é, querido como fim ou como meio, é gravemente contrário à lei moral:

«Não matarás o embrião por meio do aborto, nem farás que morra o recém-nascido» (47).

«Deus [...], Senhor da vida, confiou aos homens, para que estes desempenhassem dum modo digno dos mesmos homens, o nobre encargo de conservar a vida. Esta deve, pois, ser salvaguardada,

com extrema solicitude, desde o primeiro momento da concepção; o aborto e o infanticídio são crimes abomináveis» (48).

2272. A colaboração formal num aborto constitui falta grave. A Igreja pune com a pena canónica da excomunhão este delito contra a vida humana. «Quem procurar o aborto, seguindo-se o efeito («effectu secuto») incorre em excomunhão *latae sententiae (*49), isto é, «pelo facto mesmo de se cometer o delito» (50) e nas condições previstas pelo Direito (50). A Igreja não pretende, deste modo, restringir o campo da misericórdia. Simplesmente, manifesta a gravidade do crime cometido, o prejuízo irreparável causado ao inocente que foi morto, aos seus pais e a toda a sociedade.

2273. O inalienável direito à vida, por parte de todo o indivíduo humano inocente, é um *elemento constitutivo da sociedade civil e da sua legislação*:

«Os direitos inalienáveis da pessoa deverão ser reconhecidos e respeitados pela sociedade civil e pela autoridade política. Os direitos do homem não dependem nem dos indivíduos, nem dos pais, nem mesmo representam uma concessão da sociedade e do Estado. Pertencem à natureza humana e são inerentes à pessoa, em razão do acto criador que lhe deu origem. Entre estes direitos fundamentais deve aplicar-se o direito à vida e à integridade física de todo ser humano, desde a concepção até à morte» (52).

«Desde o momento em que uma lei positiva priva determinada categoria de seres humanos da protecção que a legislação civil deve conceder-lhes, o Estado acaba por negar a igualdade de todos perante a lei. Quando o Estado não põe a sua força ao serviço dos direitos de todos os cidadãos, em particular dos mais fracos, encontram-se ameaçados os próprios fundamentos dum «Estado de direito» [...]. Como consequência do respeito e da protecção que devem ser garantidos ao nascituro, desde o momento da sua concepção, a lei deve prever sanções penais apropriadas para toda a violação deliberada dos seus direitos» (53).

2274. Uma vez que deve ser tratado como pessoa desde a concepção, o embrião terá de ser defendido na sua integridade, tratado e curado, na medida do possível, como qualquer outro ser humano.

O diagnóstico pré-natal é moralmente lícito, desde que «respeite a vida e a integridade do embrião ou do feto humano, e seja orientado para a sua defesa ou cura individual [...]. Mas está gravemente em oposição com a lei moral, se previr, em função dos resultados, a eventualidade de provocar um aborto. Um diagnóstico [...] não pode ser equivalente a uma sentença de morte» (54).

2275. «Devem considerar-se lícitas as intervenções no embrião humano, sempre que respeitem a vida e a integridade do mesmo e não envolvam para ele riscos desproporcionados, antes tenham em vista a sua cura, as melhoria das suas condições de saúde ou a sua sobrevivência individual» (55).

«É imoral produzir embriões humanos destinados a serem explorados como material biológico disponível» (56).

«Certas tentativas de *intervenção no património cromossomático ou genético* não são terapêuticas, mas têm em cesta a produção de seres humanos seleccionados segundo o sexo ou outras qualidades pré-estabelecidas. Tais manipulações são contrárias à dignidade pessoal do ser humano, à sua integridade e à sua identidade única, irrepetível» (57).

A EUTANÁSIA

2276. Aqueles que têm uma vida deficiente ou enfraquecida reclamam um respeito especial. As pessoas doentes ou deficientes devem ser amparadas, para que possam levar uma vida tão normal quanto possível.

2277. Quaisquer que sejam os motivos e os meios, a eutanásia directa consiste em pôr fim à vida de pessoas deficientes, doentes ou moribundas. É moralmente inaceitável.

Assim, uma acção ou uma omissão que, de per si ou na intenção, cause a morte com o fim de suprimir o sofrimento, constitui um assassínio gravemente contrário à dignidade da pessoa humana e ao respeito do Deus vivo, seu Criador. O erro de juízo, em que se pode ter caído de boa fé, não muda a natureza do acto homicida, o qual deve sempre ser condenado e posto de parte (58).

2278. A cessação de tratamentos médicos onerosos, perigosos, extraordinários ou desproporcionados aos resultados esperados, pode ser legítima. É a rejeição do «encarniçamento terapêutico». Não que assim se pretenda dar a morte; simplesmente se aceita o facto de a não poder impedir. As decisões devem ser tomadas pelo paciente se para isso tiver competência e capacidade; de contrário, por quem para tal tenha direitos legais, respeitando sempre a vontade razoável e os interesses legítimos do paciente.

2279. Mesmo que a morte seja considerada iminente, os cuidados habitualmente devidos a uma pessoa doente não podem ser legitimamente interrompidos. O uso dos analgésicos para aliviar os sofrimentos do moribundo, mesmo correndo-se o risco de abreviar os seus dias, pode ser moralmente conforme com a dignidade humana, se a morte não for querida, nem como fim nem como meio, mas somente prevista e tolerada como inevitável. Os cuidados paliativos constituem uma forma excepcional da caridade desinteressada; a esse título, devem ser encorajados.

O SUICÍDIO

2280. Cada qual é responsável perante Deus pela vida que Ele lhe deu, Deus é o senhor soberano da vida; devemos recebê-la com reconhecimento e preservá-la para sua honra e salvação das nossas almas. Nós somos administradores e não proprietários da vida que Deus nos confiou; não podemos dispor dela.

2281. O suicídio contraria a inclinação natural do ser humano para conservar e perpetuar a sua vida. É gravemente contrário ao justo amor de si mesmo. Ofende igualmente o amor do próximo, porque quebra injustamente os laços de solidariedade com as sociedades

familiar, nacional e humana, em relação às quais temos obrigações a cumprir. O suicídio é contrário ao amor do Deus vivo.

2282. Se for cometido com a intenção de servir de exemplo, sobretudo para os jovens, o suicídio assume ainda a gravidade do escândalo. A cooperação voluntária no suicídio é contrária à lei moral.

Perturbações psíquicas graves, a angústia ou o temor grave duma provação, dum sofrimento, da tortura, são circunstâncias que podem diminuir a responsabilidade do suicida.

2283. Não se deve desesperar da salvação eterna das pessoas que se suicidaram. Deus pode, por caminhos que só Ele conhece, oferecer-lhes a ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida.

II. O respeito pela dignidade das pessoas

O RESPEITO PELA ALMA DO PRÓXIMO: O ESCÂNDALO

2284. O escândalo é a atitude ou comportamento que leva outrem a fazer o mal. O escandaloso transforma-se em tentador do seu próximo; atenta contra a virtude e a rectidão, podendo arrastar o irmão para a morte espiritual. O escândalo constitui uma falta grave se, por acção ou omissão, levar deliberadamente outra pessoa a cometer uma falta grave.

2285. O escândalo reveste-se duma gravidade particular conforme a autoridade dos que o causam ou a fraqueza dos que dele são vítimas. Ele inspirou esta maldição a nosso Senhor: «Mas se alguém escandalizar um destes pequeninos que crêem em Mim, seria preferível que lhe suspendessem do pescoço a mó de um moinho e o lançassem nas profundezas do mar» *(Mt* 18, 6) (59). O escândalo é grave quando é causado por aqueles que, por natureza ou em virtude da função que exercem, tem a obrigação de ensinar e de educar os outros. Jesus censura-o nos escribas e fariseus, comparando-os a lobos disfarçados de cordeiros (60).

2286. O escândalo pode ser provocado pela lei ou pelas instituições, pela moda ou pela opinião.

É assim que se tornam culpados de escândalo os que estabelecem leis ou estruturas sociais conducentes à degradação dos costumes e à corrupção da vida religiosa, ou a «condições sociais que, voluntária ou involuntariamente, tornam difícil e praticamente impossível uma conduta cristã conforme aos mandamentos» (61). O mesmo se diga dos chefes de empresa que tomam medidas incitando à fraude, dos professores que «exasperam» os seus alunos (62), ou daqueles que, manipulando a opinião pública, a desviam dos valores morais.

2287. Aquele que usa dos poderes de que dispõe, em condições que induzem a agir mal, torna-se culpado de escândalo e responsável pelo mal que, directa ou indirectamente, favorece. «É inevitável que haja escândalos, mas ai daquele que os causa» *(Lc* 17, 1).

O RESPEITO PELA SAÚDE

2288. A vida e a saúde física são bens preciosos, confiados por Deus. Temos a obrigação de cuidar razoavelmente desses dons, tendo em conta as necessidades alheias e o bem comum.

O *cuidado da saúde* dos cidadãos requer a ajuda da sociedade para se conseguirem condições de vida que permitam crescer e atingir a maturidade: alimentação e vestuário, casa, cuidados de saúde, ensino básico, emprego, assistência social.

2289. Se a moral apela para o respeito da vida corporal, não é que faça dela um valor absoluto. Pelo contrário, insurge-se contra uma concepção neo-pagã, tendente a promover o *culto do corpo,* sacrificando-lhe tudo, e a idolatrar a perfeição física e o êxito desportivo. Pela escolha selectiva que faz entre os fortes e os fracos, tal concepção pode conduzir à perversão das relações humanas.

2290. A virtude da temperança leva a *evitar toda a espécie de excessos,* o abuso da comida, da bebida, do tabaco e dos medicamentos. Aqueles que, em estado de embriaguez ou por gosto

imoderado da velocidade, põem em risco a segurança dos outros e a sua própria, nas estradas, no mar ou no ar, tornam-se gravemente culpados.

2291. O *uso de estupefacientes* causa gravíssimos danos à saúde e à vida humana. A não ser por prescrições estritamente terapêuticas, o seu uso é uma falta grave. A produção clandestina e o tráfico de drogas são práticas escandalosas, e constituem uma cooperação directa, pois incitam a práticas gravemente contrárias à lei moral.

O RESPEITO PELA PESSOA E A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

2292. As experiências científicas, médicas ou psicológicas, sobre pessoas ou grupos humanos, podem concorrer para a cura dos doentes e para o progresso da saúde pública.

2293. A investigação científica de base, tanto como a aplicada, constituem uma expressão significativa do domínio do homem sobre a criação. A ciência e a técnica são recursos preciosos quando, postos ao serviço do homem, promovem o seu desenvolvimento integral em benefício de todos. Mas, só por si, não podem indicar o sentido da existência e do progresso humano. A ciência e a técnica estão ordenadas para o homem, a quem devem a sua origem e progressos. Por isso, é na pessoa e nos seus valores morais que encontram a indicação da sua finalidade e a consciência dos seus limites.

2294. É ilusório reivindicar a neutralidade moral da investigação científica e das suas aplicações. Por outro lado, os critérios de orientação não podem deduzir-se nem da simples eficácia nem da utilidade que daí pode advir para uns em prejuízo de outros, nem, pior ainda, das ideologias dominantes. A ciência e a técnica requerem, pelo seu próprio significado intrínseco, o respeito incondicional dos critérios fundamentais da moralidade: devem estar ao serviço da pessoa humana, dos seus direitos inalienáveis, do seu bem autêntico e integral, de acordo com o projecto e a vontade de Deus.

2295. As investigações ou experiências sobre o ser humano não podem legitimar actos em si mesmos contrários à dignidade das pessoas e à lei moral. O eventual consentimento dos sujeitos não justifica tais actos. A experimentação sobre o ser humano não é moralmente legítima, se fizer correr riscos desproporcionados, ou evitáveis, à vida ou à integridade física ou psíquica do sujeito. A experimentação sobre seres humanos não é conforme à dignidade da pessoa se, ainda por cima, for feita sem o consentimento esclarecido do sujeito ou de quem sobre ele tem responsabilidades.

2296. *A transplantação de órgãos é* conforme à lei moral se os perigos e riscos físicos e psíquicos, em que o doador incorre, forem proporcionados ao bem que se procura em favor do destinatário. A doação de órgãos após a morte é um acto nobre e meritório e deve ser encorajado como uma manifestação de generosa solidariedade. Mas não é moralmente aceitável se o doador ou os seus representantes lhe não tiverem dado o seu consentimento expresso. Para além disso, e moralmente inadmissível provocar directamente a mutilação que leve à invalidez ou à morte dum ser humano, ainda que isso se faça para retardar a morte de outras pessoas.

O RESPEITO PELA INTEGRIDADE CORPORAL

2297. Os *raptos* e o sequestro de *reféns* espalham o terror e, pela ameaça, exercem intoleráveis pressões sobre as vítimas. São moralmente ilegítimos. *O terrorismo* ameaça, fere e mata sem descriminação; é gravemente contrário à justiça e à caridade. A *tortura,* que usa a violência física ou moral para arrancar confissões, para castigar culpados, atemorizar opositores ou satisfazer ódios, é contrária ao respeito pela pessoa e pela dignidade humana. A não ser por indicações médicas de ordem estritamente terapêutica, as *amputações, mutilações* ou *esterilizações*directamente voluntárias de pessoas inocentes, são contrárias à lei moral (63).

2298. Nos tempos passados, certas práticas de crueldade foram comummente adoptadas por governos legítimos para manter a lei e a ordem, muitas vezes sem protesto dos pastores da Igreja, tendo

eles mesmos adoptado, nos seus próprios tribunais, as prescrições do direito romano sobre a tortura. A par destes factos lastimáveis, a Igreja ensinou sempre o dever da clemência e da misericórdia; e proibiu aos clérigos o derramamento de sangue. Nos tempos recentes, tornou-se evidente que estas práticas cruéis não eram necessárias à ordem pública nem conformes aos direitos legítimos da pessoa humana. Pelo contrário, tais práticas conduzem às piores degradações. Deve trabalhar-se pela sua abolição e orar pelas vítimas e seus carrascos.

O RESPEITO PELOS MORTOS

2299. Aos moribundos deve dispensar-se toda a atenção e cuidado, para os ajudar a viver os últimos momentos com dignidade e paz. Devem ser ajudados pela oração dos que lhes são mais próximos. Estes velarão por que os doentes recebam, em tempo oportuno, os sacramentos que os preparam para o encontro com o Deus vivo.

2300. Os corpos dos defuntos devem ser tratados com respeito e caridade, na fé e esperança da ressurreição. Enterrar os mortos é uma obra de misericórdia corporal (64) que honra os filhos de Deus, templos do Espírito Santo.

2301. A autópsia dos cadáveres pode ser moralmente admitida por motivos de investigação legal ou pesquisa científica. O dom gratuito de órgãos depois da morte é legítimo e até pode ser meritório.

A Igreja permite a cremação a não ser que esta ponha em causa a fé na ressurreição dos corpos (65).

III. A salvaguarda da paz

A PAZ

2302. Evocando o preceito «Não matarás» (*Mt* 5, 21), nosso Senhor pede a paz do coração e denuncia a imoralidade da cólera assassina e do ódio:

A *ira* é um desejo de vingança. «Desejar a vingança, para mal daquele que deve ser castigado, é ilícito»; mas impor uma reparação «para correcção do vício e para conservar o bem da justiça», isso é

louvável (66). Se a ira for até ao desejo deliberado de matar o próximo ou de o ferir gravemente, ofende de modo grave a caridade, e é pecado mortal. O Senhor diz: «Quem se irar contra o seu irmão, será sujeito a julgamento» (*Mt* 5, 22).

2303. O *ódio* voluntário é contra a caridade. Odiar o próximo, querendo-lhe mal deliberadamente é pecado. É pecado grave, quando deliberadamente se lhe deseja um mal grave. «Eu, porém, digo-vos: Amai os vossos inimigos e orai por aqueles que vos perseguem, para serdes filhos do vosso Pai que está nos céus...» *(Mt* 5, 44-45).

2304. O respeito e o crescimento da vida humana exigem a *paz. A* paz não é só ausência da guerra, nem se limita a assegurar o equilíbrio das forças adversas. A paz não é possível na terra sem a salvaguarda dos bens das pessoas, a livre comunicação entre os seres humanos, o respeito pela dignidade das pessoas e dos povos e a prática assídua da fraternidade. Ela é «tranquilidade da ordem» (67); é «obra da justiça» (*Is* 32, 17) e efeito da caridade (68).

2305. A paz terrena é imagem e fruto da *paz de Cristo,* o «Príncipe da Paz» messiânico (*Is* 9, 5).Pelo sangue da sua cruz, Ele, levando em Si próprio a morte à inimizade (69), reconciliou com Deus os homens e fez da sua Igreja o sacramento da unidade do género humano e da sua união com Deus (70). «Ele é a nossa paz» *(Ef* 2, 14) e declara «bem-aventurados os obreiros da paz» (*Mt* 5, 9).

2306. Os que, renunciando à acção violenta e sangrenta, recorrem a meios de defesa ao alcance dos mais fracos para a salvaguarda dos direitos humanos, dão testemunho da caridade evangélica, desde que o façam sem lesar os direitos e obrigações dos outros homens e das sociedades. E atestam legitimamente a gravidade dos riscos físicos e morais do recurso à violência, com as suas ruínas e mortes (71).

EVITAR A GUERRA

2307. O quinto mandamento proíbe a destruição voluntária da vida humana. Por causa dos males e injustiças que toda a guerra traz consigo, a Igreja exorta instantemente a todos para que orem e actuem para que a Bondade divina nos livre da antiga escravidão da guerra (72).

2308. Cada cidadão e cada governante deve trabalhar no sentido de evitar as guerras.

No entanto, enquanto «subsistir o perigo de guerra e não houver uma autoridade internacional competente, dotada dos convenientes meios, não se pode negar aos governos, uma vez esgotados todos os recursos de negociações pacíficas, o direito de legítima defesa» (73).

2309. Devem ser ponderadas com rigor as estritas condições duma *legítima defesa pela força das armas. A* gravidade duma tal decisão submete-a a condições rigorosas de legitimidade moral. É necessário, ao mesmo tempo:

– que o prejuízo causado pelo agressor à nação ou comunidade de nações seja duradouro, grave e certo;
– que todos os outros meios de lhe pôr fim se tenham revelado impraticáveis ou ineficazes;
– que estejam reunidas condições sérias de êxito;
– que o emprego das armas não traga consigo males e desordens mais graves do que o mal a eliminar. O poder dos meios modernos de destruição tem um peso gravíssimo na apreciação desta condição.

Estes são os elementos tradicionalmente apontados na doutrina da chamada «guerra justa».

A apreciação destas condições de legitimidade moral pertence ao juízo prudencial daqueles que têm o encargo do bem comum.

2310 Os poderes públicos têm, neste caso, o direito e o dever de impor aos cidadãos as*obrigações necessárias à defesa nacional.*

Aqueles que se dedicam ao serviço da pátria na vida militar são servidores da segurança e da liberdade dos povos. Na medida em que desempenharem como convém esta tarefa, contribuem verdadeiramente para o bem comum e para a salvaguarda da paz (74).

2311. Os poderes públicos atenderão equitativamente o caso daqueles que, por motivos de consciência, recusam o uso de armas; estes continuam obrigados a servir, de outra forma, a comunidade humana (75).

2312. A Igreja e a razão humana declaram a validade permanente da *lei moral durante os conflitos armados.* «Uma vez lamentavelmente começada a guerra, nem por isso tudo se torna lícito entre as partes beligerantes» (76).

2313. Devem ser respeitados e tratados com humanidade os não-combatentes, os soldados feridos e os prisioneiros.

As acções deliberadamente contrárias ao direito dos povos e aos seus princípios universais, bem como as ordens que comandam tais acções, são crimes. Uma obediência cega não basta para desculpar os que a elas se submetem. Assim, o extermínio dum povo, duma nação ou duma minoria étnica deve ser condenado como pecado mortal. É-se moralmente obrigado a resistir às ordens para praticar um genocídio.

2314. «Toda a acção bélica, que tende indiscriminadamente à destruição de cidades inteiras ou vastas regiões com os seus habitantes, é um crime contra Deus e o próprio homem, que se deve condenar com firmeza, sem hesitação» (77). Um dos perigos da guerra moderna é o de oferecer aos detentores das armas científicas, nomeadamente atómicas, biológicas ou químicas, ocasião para cometer tais crimes.

2315. A *acumulação de armas* é considerada por muitos como um processo paradoxal de dissuadir da guerra eventuais adversários. Vêem nisso o mais eficaz dos meios susceptíveis de garantir a paz entre as nações. No entanto, esse processo de dissuasão suscita

severas reservas morais. A *corrida aos armamentos* não garante a paz. Longe de eliminaras causas da guerra, corre o risco de as agravar. O dispêndio de fabulosas riquezas na preparação de armas sempre novas impede que se auxiliem as populações indigentes (78), e trava o desenvolvimento dos povos. O *superarmamento* multiplica as razões de conflito e aumenta o risco da sua propagação.

2316. O *fabrico e comércio de armas* tem a ver com o bem comum das nações e da comunidade internacional. Daí que as autoridades públicas tenham o direito e o dever de os regulamentar. A busca de interesses privados ou colectivos a curto prazo não pode legitimar empresas que incentivam a violência e os conflitos entre as nações e que comprometem a ordem jurídica internacional.

2317. As injustiças, as excessivas desigualdades de ordem económica ou social, a inveja, a desconfiança e o orgulho que grassam entre os homens e as nações, são uma constante ameaça à paz e provocam as guerras. Tudo o que se fizer para superar estas desordens contribui para edificar a paz e evitar a guerra:

«Na medida em que os homens são pecadores, o perigo da guerra ameaça-os e continuará a ameaçá-los até à vinda de Cristo: mas, na medida em que, unidos na caridade, superam o pecado, superadas ficam também as violências, até que se realize aquela palavra: "Com as espadas forjarão arados e foices com as lanças. Não mais levantará a espada povo contra povo, nem jamais se exercitarão para a guerra" (*Is* 2, 4)» (79).

Resumindo:

2318. *«Deus tem nas suas mãos a vida de todo o ser vivo e o sopro de vida de todos os homens» (Job 12, 10).*

2319. *Toda a vida humana, desde o momento da concepção até à morte, é sagrada, porque a pessoa humana foi querida por si mesma e criada à imagem e semelhança do Deus vivo e santo.*

2320. *O assassínio de um ser humano é gravemente contrário à dignidade da pessoa e à santidade do Criador.*

2321. *A proibição de matar não derroga o direito de retirar ao injusto agressor a possibilidade de fazer mal. A legítima defesa é um dever grave para quem é responsável pela vida de outrem ou pelo bem comum.*

2322. *Desde que foi concebida, a criança tem direito à vida. O aborto directo, isto é, querido como fim ou como meio, é uma «prática infame»* (80), *gravemente contrária à lei moral. A Igreja pune com a pena canónica da excomunhão este delito contra a vida humana.*

2323. *Uma vez que deve ser tratado como pessoa desde a sua concepção, o embrião deve ser defendido na sua integridade, atendido e cuidado medicamente como qualquer outro ser humano.*

2324. *A eutanásia voluntária, quaisquer que sejam as formas e os motivos, é um homicídio. É gravemente contrária à dignidade da pessoa humana e ao respeito pelo Deus vivo, seu Criador.*

2325*. O suicídio é gravemente contrário à justiça, à esperança e à caridade. É proibido pelo quinto mandamento.*

2326. *O escândalo constitui uma falta grave quando, por acção ou omissão, leva deliberadamente outrem a pecar gravemente.*

2327. *Devido aos males e injustiças que toda a guerra traz consigo, devemos fazer tudo o que for humanamente possível para evitá-la. A Igreja ora: «Da fome, da peste e da guerra – livrai-nos, Senhor!».*

2328. *A Igreja e a razão humana declaram a validade permanente da lei moral durante os conflitos armados. As práticas deliberadamente contrárias ao direito das gentes e aos seus princípios universais são crimes.*

2329. *A corrida aos armamentos é um terrível flagelo para a humanidade e prejudica os pobres de uma forma intolerável* (81).

2330. *«Bem-aventurados os obreiros da paz, porque serão chamados filhos de Deus» (Mt 5, 9).*

ARTIGO 6: O SEXTO MANDAMENTO

«Não cometerás adultério» *(Ex* 20, l4) (82).

«Ouvistes que foi dito: "Não cometerás adultério". Eu, porém, digo-vos: Todo aquele que olhar para uma mulher, desejando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração» *(Mt* 5, 27-28).

I. «Homem e mulher os criou»...

2331. «Deus é amor e vive em Si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Ao criar a humanidade do homem e da mulher à sua imagem [...] Deus inscreveu nela a *vocação* para o amor e para a comunhão e, portanto, a capacidade e a responsabilidade correspondentes» (83).

«Deus criou o homem à sua imagem; [...] homem e mulher os criou» *(Gn* 1, 27); «Crescei e multiplicai-vos» *(Gn* 1, 28); «Quando Deus criou o ser humano, fê-lo à semelhança de Deus. Criou-os homem e mulher e abençoou-os; e chamou-lhes «Adão» no dia em que os criou»*(Gn* 5, 1-2).

2332. A *sexualidade* afecta todos os aspectos da pessoa humana, na unidade do seu corpo e da sua alma. Diz respeito particularmente à afectividade, à capacidade de amar e de procriar, e, de um modo mais geral, à aptidão para criar laços de comunhão com outrem.

2333. Compete a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar a sua *identidade* sexual. *A diferença* e a *complementaridade* físicas, morais e espirituais orientam-se para os bens do matrimónio e para o progresso da vida familiar. A harmonia do casal e da sociedade depende, em parte, da maneira como são vividos, entre os sexos, a complementaridade, a necessidade mútua e o apoio recíproco.

2334. «Ao criar o ser humano homem e mulher, Deus conferiu a dignidade pessoal, de igual modo ao homem e à mulher» (84). «O homem é uma pessoa; e isso na mesma medida para o homem e para a mulher, porque ambos são criados à imagem e semelhança dum Deus pessoal» (85).

2335. Cada um dos dois sexos é, com igual dignidade, embora de modo diferente, imagem do poder e da ternura de Deus. *A união do*

homem e da mulher no matrimónio é um modo de imitar na carne a generosidade e a fecundidade do Criador: «O homem deixará o seu pai e a sua mãe para se unir à sua mulher; e os dois serão uma só carne» *(Gn* 2, 24). Desta união procedem todas as gerações humanas (86).

2336. Jesus veio restaurar a criação na pureza das suas origens. No sermão da montanha, interpreta de modo rigoroso o desígnio de Deus:

«Ouvistes que foi dito: "Não cometerás adultério". Eu, porém, digo-vos: Todo aquele que olhar para uma mulher, desejando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração» *(Mt 5,* 27-28). Não separe o homem o que Deus uniu (87).

A Tradição da Igreja entendeu o sexto mandamento como englobando o conjunto da sexualidade humana.

II. A vocação à castidade

2337. A castidade significa a integração conseguida da sexualidade na pessoa, e daí a unidade interior do homem no seu ser corporal e espiritual. A sexualidade, na qual se exprime a pertença do homem ao mundo corporal e biológico, torna-se pessoal e verdadeiramente humana quando integrada na relação de pessoa a pessoa, no dom mútuo total e temporalmente ilimitado, do homem e da mulher.

A virtude da castidade engloba, portanto, a integridade da pessoa e a integralidade da doação.

A INTEGRIDADE DA PESSOA

2338. A pessoa casta mantém a integridade das forças de vida e de amor em si depositadas. Esta integridade garante a unidade da pessoa e opõe-se a qualquer comportamento susceptível de a ofender. Não tolera nem a duplicidade da vida, nem a da linguagem (88).

2339. A castidade implica uma *aprendizagem do domínio de si,* que é uma pedagogia da liberdade humana. A alternativa é clara: ou o homem comanda as suas paixões e alcança a paz, ou se deixa

dominar por elas e torna-se infeliz (89). «A dignidade do homem exige que ele proceda segundo uma opção consciente e livre, isto é, movido e determinado por uma convicção pessoal e não sob a pressão de um cego impulso interior ou da mera coacção externa. O homem atinge esta dignidade quando, libertando-se de toda a escravidão das paixões, prossegue o seu fim na livre escolha do bem e se procura de modo eficaz e com diligente iniciativa os meios adequados» (90).

2340. Aquele que quiser permanecer fiel às promessas do seu Baptismo e resistir às tentações, terá o cuidado de procurar os *meios:* o conhecimento de si, a prática duma ascese adaptada às situações em que se encontra, a obediência aos mandamentos divinos, a prática das virtudes morais e a fidelidade à oração. «A continência, na verdade, recolhe-nos e reconduz-nos àquela unidade que tínhamos perdido, dispersando-nos na multiplicidade» (91).

2341. A virtude da castidade gira na órbita da virtude cardial da *temperança,* a qual visa impregnar de razão as paixões e os apetites da sensibilidade humana.

2342. O domínio de si é uma *obra de grande fôlego.* Nunca poderá considerar-se total e definitivamente adquirido. Implica um esforço constantemente retomado, em todas as idades da vida (92); mas o esforço requerido pode ser mais intenso em certas épocas, como quando se forma a personalidade, durante a infância e a adolescência.

2343. A castidade conhece *leis de crescimento e* passa por fases marcadas pela imperfeição, muitas vezes até pelo pecado. O homem virtuoso e casto «constrói-se dia a dia com as suas numerosas decisões livres. Por isso, conhece, ama e cumpre o bem moral segundo fases de crescimento» (93).

2344. A castidade representa uma tarefa eminentemente pessoal; implica também um *esforço cultural,* porque existe «interdependência entre o desenvolvimento da pessoa e o da própria sociedade» (94). A castidade pressupõe o respeito pelos direitos da pessoa,

particularmente o de receber uma informação e educação que respeitem as dimensões morais e espirituais da vida humana.

2345. A castidade é uma virtude moral. Mas é também um dom de Deus, uma *graça,* um fruto do trabalho espiritual (95). O Espírito Santo concede a graça de imitar a pureza de Cristo (96) àquele que regenerou pela água do Baptismo.

A INTEGRALIDADE DO DOM DE SI

2346. A caridade é a forma de todas as virtudes. Sob a sua influência, a castidade aparece como uma escola de doação da pessoa. O domínio de si ordena-se para o dom de si. A castidade leva quem a pratica a tornar-se, junto do próximo, testemunha da fidelidade e da ternura de Deus.

2347. A virtude da castidade expande-se na *amizade.* Indica ao discípulo o modo de seguir e imitar Aquele que nos escolheu como seus próprios amigos (97), que Se deu totalmente a nós e nos faz participar da sua condição divina. A castidade é promessa de imortalidade.

A castidade exprime-se especialmente na *amizade para com o próximo.* Desenvolvida entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, a amizade representa um grande bem para todos. Conduz à comunhão espiritual.

OS DIVERSOS REGIMES DA CASTIDADE

2348. Todo o baptizado é chamado à castidade. O cristão «revestiu-se de Cristo» (98), modelo de toda a castidade. Todos os fiéis de Cristo são chamados a levar uma vida casta, segundo o seu estado de vida particular. No momento do seu Baptismo, o cristão comprometeu-se a orientar a sua afectividade na castidade.

2349. «A castidade deve qualificar as pessoas segundo os seus diferentes estados de vida: uns, na virgindade ou celibato consagrado, forma eminente de se entregarem mais facilmente a Deus com um coração indiviso: outros, do modo que a lei moral para todos determina, e conforme são casados ou solteiros» (99). As

pessoas casadas são chamadas a viver a castidade conjugal; as outras praticam a castidade na continência:

«Existem três formas da virtude da castidade: uma, das esposas: outra, das viúvas; a terceira, da virgindade. Não louvamos uma com exclusão das outras. [...] É nisso que a disciplina da Igreja é rica» (100).

2350. Os *noivos* são chamados a viver a castidade na continência. Eles farão, neste tempo de prova, a descoberta do respeito mútuo, a aprendizagem da fidelidade e da esperança de se receberem um ao outro de Deus. Reservarão para o tempo do matrimónio as manifestações de ternura específicas do amor conjugal. Ajudar-se-ão mutuamente a crescer na castidade.

AS OFENSAS À CASTIDADE

2351. A *luxúria é* um desejo desordenado ou um gozo desregrado de prazer venéreo. O prazer sexual é moralmente desordenado quando procurado por si mesmo, isolado das finalidades da procriação e da união.

2352. Por *masturbação* entende-se a excitação voluntária dos órgão genitais, para daí retirar um prazer venéreo. «Na linha duma tradição constante, tanto o Magistério da Igreja como o sentido moral dos fiéis têm afirmado sem hesitação que a masturbação é um acto intrínseca e gravemente desordenado». «Seja qual for o motivo, o uso deliberado da faculdade sexual fora das normais relações conjugais contradiz a finalidade da mesma». O prazer sexual é ali procurado fora da «relação sexual requerida pela ordem moral, que é aquela que realiza, no contexto dum amor verdadeiro, o sentido integral da doação mútua e da procriação humana» (101).

Para formar um juízo justo sobre a responsabilidade moral dos sujeitos, e para orientar a acção pastoral, deverá ter-se em conta a imaturidade afectiva, a força de hábitos contraídos, o estado de angústia e outros factores psíquicos ou sociais que podem atenuar, ou até reduzir ao mínimo, a culpabilidade moral.

2353. A *fornicação é* a união carnal fora do matrimónio entre um homem e uma mulher livres. É gravemente contrária à dignidade das pessoas e da sexualidade humana, naturalmente ordenada para o bem dos esposos, assim como para a geração e educação dos filhos. Além disso, é um escândalo grave, quando há corrupção dos jovens.

2354. A *pornografia* consiste em retirar os actos sexuais, reais ou simulados, da intimidade dos parceiros, para os exibir a terceiras pessoas, de modo deliberado. Ofende a castidade, porque desnatura o acto conjugal, doação íntima dos esposos um ao outro. É um grave atentado contra a dignidade das pessoas intervenientes (actores, comerciantes, público), uma vez que cada um se torna para o outro objecto dum prazer vulgar e dum lucro ilícito. E faz mergulhar uns e outros na ilusão dum mundo fictício. É pecado grave. As autoridades civis devem impedir a produção e a distribuição de material pornográfico.

2355. A *prostituição* é um atentado contra a dignidade da pessoa que se prostitui, reduzida ao prazer venéreo que dela se tira. Quem paga, peca gravemente contra si mesmo: quebra a castidade a que o obriga o seu Baptismo e mancha o seu corpo, que é templo do Espírito Santo (102). A prostituição constitui um flagelo social. Envolve habitualmente mulheres, mas também homens, crianças ou adolescentes (nestes dois últimos casos, o pecado duplica com o escândalo). É sempre gravemente pecaminoso entregar-se à prostituição; mas a miséria, a chantagem e a pressão social podem atenuar a imputabilidade do pecado.

2356. A *violação* designa a entrada na intimidade sexual duma pessoa à força, com violência. É um atentado contra a justiça e a caridade. A violação ofende profundamente o direito de cada um ao respeito, à liberdade e à integridade física e moral. Causa um prejuízo grave, que pode marcar a vítima para toda a vida. É sempre um acto intrinsecamente mau. É mais grave ainda, se cometido por parentes próximos (incesto) ou por educadores contra crianças a eles confiadas.

CASTIDADE E HOMOSSEXUALIDADE

2357 A homossexualidade designa as relações entre homens ou mulheres, que experimentam uma atracção sexual exclusiva ou predominante para pessoas do mesmo sexo. Tem-se revestido de formas muito variadas, através dos séculos e das culturas. A sua génese psíquica continua em grande parte por explicar. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves (103) a Tradição sempre declarou que «os actos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados» (104). São contrários à lei natural, fecham o acto sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afectiva sexual, não podem, em caso algum, ser aprovados.

2358. Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas. Esta propensão, objectivamente desordenada, constitui, para a maior parte deles, uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á, em relação a eles, qualquer sinal de discriminação injusta. Estas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição.

2359. As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes do autodomínio, educadoras da liberdade interior, e, às vezes, pelo apoio duma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem aproximar-se, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.

III. O amor dos esposos

2360. A sexualidade ordena-se para o amor conjugal do homem e da mulher. No matrimónio, a intimidade corporal dos esposos torna-se sinal e penhor de comunhão espiritual. Entre os baptizados, os laços do matrimónio são santificados pelo sacramento.

2361. «A sexualidade, mediante a qual o homem e a mulher se dão um ao outro com os actos próprios e exclusivos dos esposos, não é

algo de puramente biológico, mas diz respeito à pessoa humana como tal, no que ela tem de mais íntimo. Esta só se realiza de maneira verdadeiramente humana se for parte integrante do amor com o qual homem e mulher se comprometem totalmente um para com o outro até à morte» (105).

«Tobias ergueu-se do leito e disse [...] [a Sara]: "Irmã, levanta-te; vamos orar ao Senhor e pedir-lhe que nos conceda a sua misericórdia e salvação". Levantaram-se ambos e puseram-se a orar e a implorar que lhes fosse enviada a salvação, dizendo: "Bendito sejas, Deus dos nossos pais [...]. Tu criaste Adão e deste-lhe Eva, sua esposa, como amparo valioso, e de ambos procedeu o género humano. Com efeito, disseste: 'Não é bom que o homem esteja só; façamos-lhe uma auxiliar semelhante a ele'. Agora, Senhor, Tu bem sabes que não é por luxúria que agora tomo por esposa esta minha irmã, mas é com intenção pura. Permite, pois, que eu e ela encontremos misericórdia e cheguemos juntos à velhice» *(Tb* 8, 4-9).

2362. «Os actos pelos quais os esposos se unem íntima e castamente são honestos e dignos; realizados de modo autenticamente humano, exprimem e alimentam a mútua entrega pela qual se enriquecem um ao outro com alegria e gratidão» (106). A sexualidade é fonte de alegria e de prazer:

«Foi o próprio Criador Quem [...] estabeleceu que, nesta função [da geração], os esposos experimentassem prazer e satisfação do corpo e do espírito. Portanto, os esposos não fazem nada de mal ao procurar este prazer e gozar dele. Aceitam o que o Criador lhes destinou. No entanto, devem saber manter-se dentro dos limites duma justa moderação» (107).

2363. Pela união dos esposos realiza-se o duplo fim do matrimónio: o bem dos próprios esposos e a transmissão da vida. Não podem separar-se estes dois significados ou valores do matrimónio sem alterar a vida espiritual do casal nem comprometer os bens do matrimónio e o futuro da família.

O amor conjugal do homem e da mulher está, assim, colocado sob a dupla exigência da fidelidade e da fecundidade.

A FIDELIDADE CONJUGAL

2364. Ambos os esposos constituem «uma íntima comunidade de vida e de amor, fundada pelo Criador e por Ele dotada de leis próprias». Esta comunidade «é instaurada pela aliança conjugal, ou seja, por um irrevogável consentimento pessoal» (108). Os dois entregam-se, definitiva e totalmente, um ao outro. Doravante, já não são dois, mas uma só carne. A aliança livremente contraída pelos esposos impõe-lhes a obrigação de a manter una e indissolúvel (109). «O que Deus uniu, não o separe o homem»*(Mc* 10, 9) (110).

2365. A fidelidade exprime a constância em manter a palavra dada. Deus é fiel. O sacramento do matrimónio introduz o homem e a mulher na fidelidade de Cristo à sua Igreja. Pela castidade conjugal, eles dão testemunho deste mistério perante o mundo.

São João Crisóstomo sugere aos jovens casados que façam este discurso às suas esposas: «Tomei-te nos meus braços, amo-te e prefiro-te à minha própria vida. Porque a vida presente não é nada e o meu sonho mais ardente é passá-la contigo, de tal maneira que tenhamos a certeza de não ser separados naquela que nos está reservada [...]. Eu ponho o teu amor acima de tudo, e nada me seria mais penoso do que não ter os mesmos pensamentos que tu» (111).

A FECUNDIDADE DO MATRIMÓNIO

2366. A fecundidade é um dom, uma *finalidade do matrimónio,* porque o amor conjugal tende naturalmente a ser fecundo. O filho não vem de fora juntar-se ao amor mútuo dos esposos; surge no próprio coração deste dom mútuo, do qual é fruto e complemento. Por isso, a Igreja, que «toma partido pela vida» (112), ensina que *«todo o acto matrimonial* deve, por si estar aberto à transmissão da vida» (113). «Esta doutrina, muitas vezes exposta pelo Magistério, funda-se sobre o nexo indissolúvel estabelecido por Deus e que o homem não pode quebrar por sua iniciativa, entre os

dois significados inerentes ao acto conjugal: união e procriação» (114).

2367. Chamados a dar a vida, os esposos participam do poder criador e da paternidade de Deus (115). «No dever de transmitir e educar a vida humana – dever que deve ser considerado como a sua missão própria – saibam os esposos que são cooperadores do amor de Deus e como que os seus intérpretes. Cumprirão, pois, esta missão, com responsabilidade humana e cristã» (116).

2368. Um aspecto particular desta responsabilidade diz respeito *à regulação da procriação.* Os esposos podem querer espaçar o nascimento dos seus filhos por razões justificadas (117). Devem, porém, verificar se tal desejo não procede do egoísmo, e se está de acordo com a justa generosidade duma paternidade responsável. Além disso, regularão o seu comportamento segundo os critérios objectivos da moralidade:

«Quando se trata de conciliar o amor conjugal com a transmissão responsável da vida, a moralidade do comportamento não depende apenas da sinceridade da intenção e da apreciação dos motivos; deve também determinar-se por critérios objectivos, tomados da natureza da pessoa e dos seus actos; critérios que respeitem, num contexto de autêntico amor, o sentido da mútua doação e da procriação humana. Tudo isto só é possível, se se cultivar sinceramente a virtude da castidade conjugal» (118).

2369. «É salvaguardando estes dois aspectos essenciais, união e procriação, que o acto conjugal conserva integralmente o sentido de mútuo e verdadeiro amor e a sua ordenação para a altíssima vocação do homem para a paternidade» (119).

2370. A continência periódica, os métodos de regulação dos nascimentos baseados na auto-observação e no recurso aos períodos infecundos (120), são conformes aos critérios objectivos da moralidade. Estes métodos respeitam o corpo dos esposos, estimulam a ternura entre eles e favorecem a educação duma liberdade autêntica. Em contrapartida, é intrinsecamente má

«qualquer acção que, quer em previsão do acto conjugal, quer durante a sua realização, quer no desenrolar das suas consequências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação» (121).

«À linguagem que exprime naturalmente a doação recíproca e total dos esposos, a contracepção opõe uma linguagem objectivamente contraditória, segundo a qual já não se trata de se darem totalmente um ao outro. Daí deriva, não somente a recusa positiva da abertura à vida, mas também uma falsificação da verdade interna do amor conjugal, chamado a ser um dom da pessoa toda. [...] Esta diferença antropológica e moral, entre a contracepção e o recurso aos ritmos periódicos, implica dois conceitos de pessoa e de sexualidade humana irredutíveis um ao outro» (122).

2371. «Aliás, todos devem ter bem presente que a vida humana e a missão de a transmitir não se limitam aos horizontes deste mundo, nem podem ser medidas ou compreendidas unicamente em função dele, mas estão sempre relacionadas com *o destino eterno do homem» (*123*).*

2372. O Estado é responsável pelo bem-estar dos cidadãos. A tal título, é legítimo que intervenha para orientar o crescimento da população. Pode fazê-lo mediante uma informação objectiva e respeitosa, não porém com imposições autoritárias e obrigatórias. O Estado não pode legitimamente substituir-se à iniciativa dos esposos, primeiros responsáveis pela procriação e educação dos seus filhos (124). Neste domínio, não tem autoridade para intervir com medidas contrárias à lei moral.

O DOM DO FILHO

2373. A Sagrada Escritura e a prática tradicional da Igreja vêem nas *famílias numerosas* um sinal da bênção divina e da generosidade dos pais (125).

2374. É grande o sofrimento dos casais que descobrem que são estéreis. «Que me dareis, Senhor Deus?» – pergunta Abraão a

Deus. «Vou-me sem filhos...» *(Gn* 15, 2). – «Dá-me filhos ou então morro!» – grita Raquel ao seu marido Jacob *(Gn* 30, 1).

2375. As pesquisas que se destinam a reduzir a esterilidade humana devem ser encorajadas, com a condição de serem colocadas «ao serviço da pessoa humana, dos seus direitos inalienáveis e do seu bem verdadeiro e integral, em conformidade com o projecto e a vontade de Deus» (126).

2376. As técnicas que provocam a dissociação dos progenitores pela intervenção duma pessoa estranha ao casal (dádiva de esperma ou ovócito, empréstimo de útero) são gravemente desonestas. Estas técnicas (inseminação e fecundação artificial heteróloga) lesam o direito do filho a nascer dum pai e duma mãe seus conhecidos e unidos entre si pelo casamento. E atraiçoam «o direito exclusivo a não serem nem pai nem mãe senão um pelo outro» (127).

2377. Praticadas no seio do casal, estas técnicas (inseminação e fecundação artificial homóloga) são talvez menos prejudiciais, mas continuam moralmente inaceitáveis. Dissociam o acto sexual do acto procriador. O acto fundador da existência do filho deixa de ser um acto pelo qual duas pessoas se dão uma à outra, e «remete a vida e a identidade do embrião para o poder dos médicos e biólogos. Instaurando o domínio da técnica sobre a origem e destino da pessoa humana. Tal relação de domínio é, de si, contrária à dignidade e à igualdade que devem ser comuns aos pais e aos filhos» (128). «A procriação é moralmente privada da sua perfeição própria, quando não é querida como fruto do acto conjugal, isto é, do gesto específico da união dos esposos. [...] Só o respeito pelo laço que existe entre os significados do acto conjugal e o respeito pela unidade do ser humano permite uma procriação conforme à dignidade da pessoa» (129).

2378. O filho não é uma *dívida,* é uma *dádiva.* O «dom mais excelente do matrimónio» é uma pessoa humana. O filho não pode ser considerado como objecto de propriedade, conclusão a que levaria o reconhecimento dum pretenso «direito ao filho». Neste domínio, só o filho é que possui verdadeiros direitos: o de «ser fruto

do acto específico do amor conjugal dos seus pais, e também o de ser respeitado como pessoa desde o momento da sua concepção» (130).

2379. O Evangelho mostra que a esterilidade física não é um mal absoluto. Os esposos que, depois de esgotados os recursos médicos legítimos, sofrem de infertilidade, associar-se-ão à cruz do Senhor, fonte de toda a fecundidade espiritual. Podem mostrar a sua generosidade adoptando crianças abandonadas ou realizando serviços significativos em favor do próximo.

IV. As ofensas à dignidade do matrimónio

2380. O *adultério.* É o termo que designa a infidelidade conjugal. Quando dois parceiros, dos quais pelo menos um é casado, estabelecem entre si uma relação sexual, mesmo efémera, cometem adultério. Cristo condena o adultério, mesmo de simples desejo (131). O sexto mandamento e o Novo Testamento proíbem absolutamente o adultério (132). Os profetas denunciam-lhe a gravidade. E vêem no adultério a figura do pecado da idolatria (133).

2381. O adultério é uma injustiça. Aquele que o comete, falta aos seus compromissos. Viola o sinal da Aliança, que é o vínculo matrimonial, lesa o direito do outro cônjuge e atenta contra a instituição do matrimónio, violando o contrato em que assenta. Compromete o bem da geração humana e dos filhos que têm necessidade da união estável dos pais.

O DIVÓRCIO

2382. O Senhor Jesus insistiu na intenção original do Criador, que queria um matrimónio indissolúvel (134). E abrogou as tolerâncias que se tinham infiltrado na antiga Lei (135).

Entre baptizados, «o matrimónio rato e consumado não pode ser dissolvido por nenhum poder humano, nem por nenhuma causa, além da morte» (136).

2383. A *separação* dos esposos, permanecendo o vínculo matrimonial, pode ser legítima em certos casos previstos pelo direito

canónico (137).

Se o divórcio civil for a única maneira possível de garantir certos direitos legítimos, tais como o cuidado dos filhos ou a defesa do património, pode ser tolerado sem constituir falta moral.

2384. O *divórcio* é uma ofensa grave à lei natural. Pretende romper o contrato livremente aceite pelos esposos de viverem um com o outro até à morte. O divórcio é uma injúria contra a aliança da salvação, de que o matrimónio sacramental é sinal. O facto de se contrair nova união, embora reconhecida pela lei civil, aumenta a gravidade da ruptura: o cônjuge casado outra vez encontra-se numa situação de adultério público e permanente:

«Não é lícito ao homem, despedida a esposa, casar com outra; nem é legítimo que outro tome como esposa a que foi repudiada pelo marido»(138).

2385. O carácter imoral do divórcio advém-lhe também da desordem que introduz na célula familiar e na sociedade. Esta desordem traz consigo prejuízos graves: para o cônjuge que fica abandonado; para os filhos, traumatizados pela separação dos pais e, muitas vezes, objecto de contenda entre eles; e pelo seu efeito de contágio, que faz dele uma verdadeira praga social.

2386. Pode acontecer que um dos cônjuges seja a vítima inocente do divórcio declarado pela lei civil; esse, então, não viola o preceito moral. Há uma grande diferença entre o cônjuge que sinceramente se esforçou por ser fiel ao sacramento do matrimónio e se vê injustamente abandonado, e aquele que, por uma falta grave da sua parte, destrói um matrimónio canonicamente válido (139).

OUTRAS OFENSAS À DIGNIDADE DO MATRIMÓNIO

2387. É compreensível o drama daquele que, desejoso de se converter ao Evangelho, se vê obrigado a repudiar uma ou mais mulheres com quem partilhou anos de vida conjugal. Contudo, *a poligamia* não está de acordo com a lei moral. «Opõe-se radicalmente à comunhão conjugal: porque nega, de modo directo, o

desígnio de Deus, tal como nos foi revelado no princípio e é contrária à igual dignidade pessoal da mulher e do homem, os quais, no matrimónio, se dão um ao outro num amor total que, por isso mesmo, é único e exclusivo»(140). O cristão que anteriormente foi polígamo é gravemente obrigado, por justiça, a honrar as obrigações contraídas para com as suas antigas mulheres e respectivos filhos.

2388. O *incesto* designa relações íntimas entre parentes ou afins, num grau que proíbe o matrimónio entre eles (141). São Paulo estigmatiza esta falta particularmente grave: «É voz corrente que existe entre vós um caso de imoralidade [...] ao ponto de certo homem viver com a mulher de seu pai! [...] Em nome do Senhor Jesus [...], que esse homem seja entregue a Satanás [...] para ruína do seu corpo» *(1 Cor 5,* 1. 4-5). O incesto corrompe as relações familiares e representa uma regressão à animalidade.

2389. Podem relacionar-se com o incesto os abusos sexuais cometidos por adultos em relação a crianças ou adolescentes confiados à sua guarda. Nesse caso a culpa é dupla por se tratar dum escandaloso atentado contra a integridade física e moral dos jovens, que assim ficarão marcados para toda a sua vida e duma violação da responsabilidade educativa.

2390. Há *união livre* quando homem e mulher recusam dar forma jurídica e pública a uma ligação que implica intimidade sexual.

A expressão é falaciosa: que pode significar uma união em que as pessoas não se comprometem uma para com a outra, testemunhando assim uma falta de confiança na outra, em si mesmas, ou no futuro?

A expressão tenta camuflar situações diferentes: concubinato, recusado matrimónio como tal, incapacidade de se ligar por compromissos a longo prazo (142). Todas estas situações ofendem a dignidade do matrimónio; destroem a própria ideia de família; enfraquecem o sentido da fidelidade. São contrárias à lei moral: o acto sexual deve ter lugar exclusivamente no matrimónio; fora dele

constitui sempre um pecado grave e exclui da comunhão sacramental.

2391. Hoje em dia, há muitos que reclamam uma espécie de *«direito à experiência»,* quando há intenção de contrair matrimónio. Seja qual for a firmeza do propósito daqueles que enveredam por relações sexuais prematuras, «estas não permitem assegurar que a sinceridade e a fidelidade da relação interpessoal dum homem e duma mulher fiquem a salvo nem, sobretudo, que esta relação fique protegida de volubilidade dos desejos e dos caprichos»(143). A união carnal só é legítima quando se tiver instaurado uma definitiva comunidade de vida entre o homem e a mulher. O amor humano não tolera o «ensaio». Exige o dom total e definitivo das pessoas entre si (144).

Resumindo:

2392. *«O amor é a vocação fundamental e inata de todo o ser humano» (*145).

2393. *Ao criar o ser humano homem e mulher, Deus conferiu a dignidade pessoal, de igual modo, a um e a outra. Compete a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar a sua identidade sexual.*

2394. *Cristo é o modelo da castidade. Todo o baptizado é chamado a levar uma vida casta, cada um segundo o seu próprio estado de vida.*

2395. *A castidade significa a integração da sexualidade na pessoa. Implica a aprendizagem do autodomínio.*

2396. *Entre os pecados gravemente contrários à castidade, devem citar-se: a masturbação, a fornicação, a pornografia e as práticas homossexuais.*

2397. *A aliança livremente contraída pelos esposos implica um amor fiel. Ele impõe-lhes a obrigação de guardar indissolúvel o seu matrimónio.*

2398*. A fecundidade é um bem, um dom, uma finalidade do matrimónio. Dando a vida, os esposos participam da paternidade de*

Deus.

2399. *A regulação dos nascimentos representa um dos aspectos da paternidade e da maternidade responsáveis. A legitimidade das intenções dos esposos não justifica o recurso a meios moralmente inadmissíveis (por exemplo, a esterilização directa ou a contracepção).*

2400. *O adultério e o divórcio, a poligamia e a união livre são ofensas graves à dignidade do matrimónio.*

ARTIGO 7: O SÉTIMO MANDAMENTO

«Não furtarás» *(Ex 20,* 15) (146). «Não roubarás» *(Mt* 19, 18).

2401. O sétimo mandamento proíbe tomar ou reter injustamente o bem do próximo e prejudicá-lo nos seus bens, seja como for. Prescreve a justiça e a caridade na gestão dos bens terrenos e do fruto do trabalho dos homens. Exige, em vista do bem comum, o respeito pelo destino universal dos bens e pelo direito à propriedade privada. A vida cristã esforça-se por ordenar para Deus e para a caridade fraterna os bens deste mundo.

I. O destino universal e a propriedade privada dos bens

2402. No princípio, Deus confiou a terra e os seus recursos à gestão comum da humanidade, para que dela cuidasse, a dominasse pelo seu trabalho e gozasse dos seus frutos(147).Os bens da criação são destinados a todo o género humano. No entanto, a terra foi repartida entre os homens para garantir a segurança da sua vida, exposta à penúria e ameaçada pela violência. A apropriação dos bens é legítima, para garantir a liberdade e a dignidade das pessoas, e para ajudar cada qual a ocorrer às suas necessidades fundamentais e às necessidades daqueles que tem a seu cargo. Tal apropriação deve permitir que se manifeste a solidariedade natural entre os homens.

2403. *O direito à propriedade privada,* adquirida ou recebida de maneira justa, não anula a doação original da terra à humanidade no seu conjunto. *O destino universal dos bens* continua a ser primordial,

embora a promoção do bem comum exija o respeito pela propriedade privada, do direito a ela e do respectivo exercício.

2404. «Quem usa desses bens, não deve considerar as coisas exteriores, que legitimamente possui, só como próprias, mas também como comuns, no sentido de que possam beneficiar, não só a si, mas também aos outros»(148). A propriedade dum bem faz do seu detentor um administrador da providência de Deus, com a obrigação de o fazer frutificar e de comunicar os seus benefícios aos outros, a começar pelos seus próximos.

2405. Os bens de produção – materiais ou imateriais – como terras ou fábricas, competências ou artes, requerem os cuidados dos seus possuidores, para que a sua fecundidade aproveite ao maior número. Os detentores dos bens de uso e de consumo devem utilizá-los com moderação, reservando a melhor parte para o hóspede, o doente, o pobre.

2406. *A autoridade política* tem o direito e o dever de regular, em função do bem comum, o exercício legítimo do direito de propriedade (149)

II. O respeito pelas pessoas e seus bens

2407. Em matéria económica, o respeito pela dignidade humana exige a prática da virtude da*temperança,* para moderar o apego aos bens deste mundo; da virtude da *justiça,* para acautelar os direitos do próximo e dar-lhe o que lhe é devido; e da *solidariedade,* segundo a regra de ouro e conforme a liberalidade do Senhor, que «sendo rico Se fez pobre, para nos enriquecer com a sua pobreza» (150)

O RESPEITO PELOS BENS ALHEIOS

2408. O sétimo mandamento proíbe o *roubo,* isto é, a usurpação do bem alheio, contra a vontade razoável do seu proprietário. Não há roubo quando o consentimento se pode presumir ou a recusa é contrária à razão e ao destino universal dos bens. É o caso da necessidade urgente e evidente, em que o único meio de remediar

necessidades imediatas e essenciais (alimento, abrigo, vestuário...) é dispor e usar dos bens alheios (151).

2409. Todo o processo de se apoderar e de reter injustamente o bem alheio, mesmo que não esteja em desacordo com as disposições da lei civil, é contrário ao sétimo mandamento. Assim, reter deliberadamente bens emprestados ou objectos perdidos; cometer fraude no comércio (152); pagar salários injustos (153); subir os preços especulando com a ignorância ou a necessidade dos outros (154).

São também processos moralmente ilícitos: a especulação pela qual se manobra no sentido de fazer variar artificialmente a avaliação dos bens, com vista a daí tirar vantagem em detrimento de outrem; a corrupção, pela qual se desvia o juízo daqueles que devem tomar decisões segundo o direito; a apropriação e o uso privado de bens sociais duma empresa; os trabalhos mal executados, a fraude fiscal, a falsificação de cheques e facturas, as despesas excessivas, o desperdício. Causar voluntariamente um prejuízo em propriedades privadas ou públicas é contra a lei moral e exige reparação.

2410. As *promessas* devem ser cumpridas e os *contratos* rigorosamente observados, desde que o compromisso assumido seja moralmente justo. Grande parte da vida económica e social depende da validade dos contratos entre pessoas físicas ou morais. Por exemplo, os contratos comerciais de compra e venda, os contratos de arrendamento ou de trabalho. Todo o contrato deve ser convencionado e executado de boa fé.

2411. Os contratos estão sujeitos à *justiça comutativa,* que regula as permutas entre as pessoas e entre as instituições no exacto respeito pelos seus direitos. A justiça comutativa obriga estritamente; exige a salvaguarda dos direitos de propriedade, o pagamento das dívidas e a prestação das obrigações livremente contraídas. Sem a justiça comutativa, nenhuma outra forma de justiça é possível.

A justiça *comutativa* distingue-se da justiça *legal,* a qual diz respeito ao que o cidadão equitativamente deve à comunidade, e da

justiça *distributiva,* que regula o que a comunidade deve aos cidadãos, proporcionalmente às suas contribuições e às suas necessidades.

2412. Em virtude da justiça comutativa, *a reparação da injustiça* cometida exige a restituição do bem roubado ao seu proprietário:

Jesus louvou Zaqueu pelo seu compromisso: «Se causei qualquer prejuízo a alguém, restitui-lhe-ei quatro vezes mais» *(Lc* 19, 8). Aqueles que, de maneira directa ou indirecta, se apoderaram de um bem alheio, estão obrigados a restituí-lo, ou a dar o equivalente em natureza ou espécie, se a coisa desapareceu, assim como os frutos e vantagens que o seu dono teria legitimamente auferido. Estão igualmente obrigados a restituir, na proporção da sua responsabilidade e do seu proveito, todos aqueles que de qualquer modo participaram no roubo ou dele se aproveitaram com conhecimento de causa; por exemplo, aqueles que o ordenaram, o ajudaram ou o ocultaram.

2413. *Os jogos de azar* (jogo de cartas, etc.) e as *apostas* não são, em si mesmos, contrários à justiça. Mas tornam-se moralmente inaceitáveis, quando privam a pessoa do que lhe é necessário para as suas necessidades e as de outrem. A paixão do jogo pode tornar-se uma grave servidão. Apostar injustamente ou fazer batota nos jogos constitui matéria grave, a menos que o prejuízo causado seja tão leve que quem o sofre não possa razoavelmente considerá-lo significativo.

2414. O sétimo mandamento proíbe os actos ou empreendimentos que, seja por que motivo for – egoísta ou ideológico, mercantil ou totalitário – conduzam *a escravizar seres humanos,* a desconhecer a sua dignidade pessoal, a comprá-los, vendê-los e trocá-los como mercadoria. É um pecado contra a dignidade das pessoas e seus direitos fundamentais reduzi-las, pela violência, a um valor utilitário ou a uma fonte de lucro. São Paulo ordenava a um amo cristão que tratasse o seu escravo, também cristão, «não já como escravo mas como irmão […], tanto humanamente como no Senhor» *(Flm* 16).

O RESPEITO PELA INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO

2415. O sétimo mandamento exige o respeito pela integridade da criação. Os animais, tal como as plantas e os seres inanimados, são naturalmente destinados ao bem comum da humanidade, passada, presente e futura(155) O uso dos recursos minerais, vegetais e animais do universo não pode ser desvinculado do respeito pelas exigências morais. O domínio concedido pelo Criador ao homem sobre os seres inanimados e os outros seres vivos, não é absoluto, mas regulado pela preocupação da qualidade de vida do próximo, inclusive das gerações futuras; exige um respeito religioso pela integridade da criação (156).

2416. *Os animais* são criaturas de Deus. Deus envolve-os na sua solicitude providencial (157). Pelo simples facto de existirem, eles O bendizem e Lhe dão glória (158). Por isso, os homens devem estimá-los. É de lembrar com que delicadeza os santos, como São Francisco de Assis ou São Filipe de Néri, tratavam os animais.

2417. Deus confiou os animais ao governo daquele que foi criado à Sua imagem (159). É, portanto, legítimo servimo-nos dos animais para a alimentação e para a confecção do vestuário. Podemos domesticá-los para que sirvam o homem nos seus trabalhos e lazeres. As experiências médicas e científicas em animais são práticas moralmente admissíveis desde que não ultrapassem os limites do razoável e contribuam para curar ou poupar vidas humanas.

2418. É contrário à dignidade humana fazer sofrer inutilmente os animais e dispor indiscriminadamente das suas vidas. É igualmente indigno gastar com eles somas que deveriam, prioritariamente, aliviar a miséria dos homens. Pode-se amar os animais, mas não deveria desviar-se para eles o afecto só devido às pessoas.

III. A doutrina social da Igreja

2419. «A Revelação cristã conduz [...] a uma inteligência mais penetrante das leis da vida social» (160). A Igreja recebe do Evangelho a revelação plena da verdade acerca do homem. Quando

cumpre a sua missão de anunciar o Evangelho, a Igreja atesta ao homem, em nome de Cristo, a sua dignidade própria e a sua vocação para a comunhão das pessoas, e ensina-lhe as exigências da justiça e da paz, conformes à sabedoria divina.

2420. A Igreja emite um juízo moral em matéria económica e social, «quando os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigem» (161). Na ordem da moralidade, ela exerce uma missão diferente da que concerne às autoridades políticas: a Igreja preocupa-se com os aspectos temporais do bem comum em razão da sua ordenação ao Bem soberano, nosso fim último. E esforça-se por inspirar as atitudes justas, no que respeita aos bens terrenos e às relações sócio-económicas.

2421. A doutrina social da Igreja desenvolveu-se no século XIX aquando do confronto do Evangelho com a sociedade industrial moderna, as suas novas estruturas para a produção de bens de consumo, o seu novo conceito de sociedade, de Estado e de autoridade, as suas novas formas de trabalho e de propriedade. O desenvolvimento da doutrina da Igreja em matéria económica e social comprova o valor permanente da doutrina da mesma Igreja, ao mesmo tempo que o verdadeiro sentido da sua Tradição, sempre viva e activa (162).

2422. O ensino social da Igreja inclui um corpo de doutrina que se vai articulando à medida que a mesma Igreja interpreta os acontecimentos no decurso da história à luz do conjunto da Palavra revelada por Cristo Jesus, com a assistência do Espírito Santo (163). Este ensino torna-se tanto mais aceitável para os homens de boa vontade, quanto mais inspira o procedimento dos fiéis.

2423. A doutrina social da Igreja propõe princípios de reflexão, salienta critérios de julgamento e fornece orientações para a acção:

Todo o sistema, segundo o qual as relações sociais forem inteiramente determinadas pelos factores económicos, é contrário à natureza da pessoa humana e dos seus actos (164).

2424. Uma teoria que faça do lucro a regra exclusiva e o fim último da actividade económica, é moralmente inaceitável. O apetite desordenado do dinheiro não deixa de produzir os seus efeitos perversos e é uma das causas dos numerosos conflitos que perturbam a ordem social (165).

Um sistema que «sacrifique os direitos fundamentais das pessoas e dos grupos à organização colectiva da produção», é contrário à dignidade humana (166). Toda a prática que reduza as pessoas a não serem mais que simples meios com vista ao lucro, escraviza o homem, conduz à idolatria do dinheiro e contribui para propagar o ateísmo. «Não podeis servir a Deus e ao dinheiro»*(Mt* 6, 24; *Lc* 16, 13).

2425. A Igreja rejeitou as ideologias totalitárias e ateias, associadas, nos tempos modernos, ao «comunismo» ou ao «socialismo». Por outro lado, recusou, na prática do «capitalismo», o individualismo e o primado absoluto da lei do mercado sobre o trabalho humano (167). Regular a economia só pela planificação centralizada perverte a base dos laços sociais: regulá-la só pela lei do mercado é faltar à justiça social, «porque há numerosas necessidades humanas que não podem ser satisfeitas pelo mercado» (168). É necessário preconizar uma regulação racional do mercado e das iniciativas económicas, segundo uma justa hierarquia dos valores e tendo em vista o bem comum.

IV. A actividade económica e a justiça social

2426. O desenvolvimento das actividades económicas e o crescimento da produção destinam-se a ocorrer às necessidades dos seres humanos. A vida económica não visa somente multiplicar os bens produzidos e aumentar o lucro ou o poder; ordena-se, antes de mais, para o serviço das pessoas, do homem integral e de toda a comunidade humana. Conduzida segundo métodos próprios, a actividade económica deve exercer-se dentro dos limites da ordem moral e segundo as normas da justiça social, a fim de corresponder ao desígnio de Deus sobre o homem (169).

2427. O *trabalho humano* procede imediatamente das pessoas criadas à imagem de Deus e chamadas a prolongar, umas com as outras, a obra da criação, dominando a terra (170). Portanto, o trabalho é um dever: «Se algum de vós não quer trabalhar, também não coma» (*2 Ts* 3, 10) (171). O trabalho honra os dons do Criador e os talentos recebidos. Também pode ser redentor: suportando o que o trabalho tem de penoso (172) em união com Jesus, o artesão de Nazaré e crucificado do Calvário, o homem colabora, de certo modo, com o Filho de Deus na sua obra redentora. Mostra-se discípulo de Cristo, levando a cruz de cada dia na actividade que foi chamado a exercer (173). O trabalho pode ser um meio de santificação e uma animação das realidades terrenas no Espírito de Cristo.

2428. No trabalho, a pessoa exerce e cumpre uma parte das capacidades inscritas na sua natureza. O valor primordial do trabalho pertence ao próprio homem, seu autor e destinatário. O trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho (174).

Cada um deve poder tirar do trabalho os meios de subsistência, para si e para os seus, e a possibilidade de servir a comunidade humana.

2429. Cada um tem o *direito de iniciativa económica e* usará legitimamente os seus talentos, a fim de contribuir para uma abundância proveitosa a todos e recolher os justos frutos dos seus esforços. Mas terá o cuidado de se conformar com as regulamentações impostas pelas legítimas autoridades em vista do bem comum (175).

2430. A *vida económica* põe em causa interesses diversos , muitas vezes opostos entre si. Assim se explica a emergência dos conflitos que a caracterizam (176). Todos devem esforçar-se por reduzir estes últimos através de uma negociação que respeite os direitos e deveres de todos os parceiros sociais: os responsáveis das empresas, os representantes dos assalariados (por exemplo, organizações sindicais) e, eventualmente, os poderes públicos.

2431. A *responsabilidade do Estado.* «A actividade económica, particularmente a da economia de mercado, não pode desenrolar-se

num vazio institucional, jurídico e político. Pressupõe asseguradas as garantias das liberdades individuais e da propriedade, sem falar duma moeda estável e de serviços públicos eficientes. Mas o dever essencial do Estado é assegurar estas garantias, de modo que, quem trabalha, possa usufruir do fruto do seu trabalho e, portanto, se sinta estimulado a realizá-lo com eficiência e honestidade [...]. O Estado tem o dever de zelar e orientar a aplicação dos direitos humanos no sector económico. Todavia, neste domínio, a primeira responsabilidade não cabe ao Estado, mas sim às instituições e diferentes grupos e associações que compõem a sociedade» (177).

2432. Os *responsáveis de empresas* têm, perante a sociedade, a responsabilidade económica e ecológica das suas operações (178). Estão obrigados a ter em consideração o bem das pessoas, e não somente o aumento dos *lucros.* Estes são necessários, pois permitem realizar investimentos que assegurem o futuro das empresas e garantam o emprego.

2433. O *acesso ao trabalho* e ao exercício da profissão deve ser aberto a todos sem descriminação injusta: homens e mulheres, sãos e deficientes, naturais e imigrados (179). Por sua vez, a sociedade deve, nas diversas circunstâncias, ajudar os cidadãos a conseguir um trabalho e um emprego (180).

2434. O *salário justo* é o fruto legítimo do trabalho. Recusá-lo ou retê-lo, pode constituir grave injustiça (181). Para calcular a remuneração equitativa, há que ter em conta, ao mesmo tempo, as necessidades de cada um e o contributo que presta. «Tendo em conta as funções e a produtividade de cada um, bem como a situação da empresa e o bem comum, o trabalho deve ser remunerado de maneira a assegurar ao homem e aos seus os recursos necessários para uma vida digna no plano material, social, cultural e espiritual» (182). O acordo das partes não basta para justificar moralmente o montante do salário.

2435. A *greve* é moralmente legítima, quando se apresenta como recurso inevitável, senão mesmo necessário, em vista dum benefício proporcionado. Mas torna-se moralmente inaceitável quando

acompanhada de violências, ou ainda quando por feita com objectivos não directamente ligados às condições de trabalho ou contrários ao bem comum.

2436. É injusto não pagar aos organismos de segurança social as *quotas* estabelecidas pelas autoridades legítimas.

O desemprego devido à falta de trabalho é, quase sempre, para quem dele é vítima, um atentado à sua dignidade e uma ameaça ao equilíbrio da vida. Para além do prejuízo pessoalmente sofrido, derivam dele numerosos riscos para a respectiva família (183).

V. Justiça e solidariedade entre as nações

2437. No plano internacional, a desigualdade dos recursos e meios económicos é tal que cava entre as nações um verdadeiro «fosso» (184) Dum lado, estão os que detêm e desenvolvem os meios do crescimento; do outro, os que acumulam dívidas.

2438. Diversas causas, de natureza religiosa, política, económica e financeira, conferem hoje «à questão social uma dimensão mundial» (185). A solidariedade é necessária entre nações cujas políticas já são interdependentes. E é ainda mais indispensável quando se trata de travar «mecanismos perversos» que contrariam o desenvolvimento dos países menos avançados(186). Os sistemas financeiros abusivos, quando não usurários (187), as relações comerciais iníquas entre as nações, a corrida aos armamentos, têm de ser substituídos por um esforço comum para mobilizar os recursos em ordem a objectivos de desenvolvimento moral, cultural e económico, predefinindo as prioridades e as escalas de valores» (188).

1439. As *nações ricas* têm uma grave responsabilidade moral em relação aquelas que não podem, por si mesmas, assegurar os meios do seu desenvolvimento ou disso foram impedidas por trágicos acontecimentos históricos. É um dever de solidariedade e caridade; é também uma obrigação de justiça, se o bem-estar das nações ricas provier de recursos que não foram equitativamente pagos.

2440. A *ajuda directa* constitui uma resposta apropriada a necessidades imediatas, extraordinárias, causadas, por exemplo, por catástrofes naturais, epidemias, etc.. Mas não basta para reparar os graves prejuízos resultantes de situações de indigência nem para prover, de modo durável, às necessidades. É necessário também *reformar as instituições* económicas e financeiras internacionais, para que melhor promovam relações equitativas com os países menos avançados (189). É necessário apoiar o esforço dos países pobres, trabalhando pelo seu crescimento e pela sua libertação (190). Esta doutrina deve ser aplicada de modo muito particular no domínio do trabalho agrícola. Os camponeses, sobretudo no terceiro mundo, formam a massa preponderante dos pobres.

2441. Aumentar o sentido de Deus e o conhecimento de si mesmo está na base de todo *o desenvolvimento completo da sociedade humana.* Este multiplica os bens materiais e põe-nos ao serviço da pessoa e da sua liberdade. Diminui a miséria e a exploração económicas. Faz crescer o respeito pelas identidades culturais e a abertura à transcendência (191).

2442. Não compete aos pastores da Igreja intervir directamente na construção política e na organização da vida social. Este papel faz parte da vocação dos *fiéis leigos,* agindo por sua própria iniciativa juntamente com os seus concidadãos. A acção social pode implicar uma pluralidade de caminhos concretos; mas deverá ter sempre em vista o bem comum e conformar-se a mensagem evangélica e o ensinamento da Igreja. Compete aos fiéis leigos «animar as realidades temporais com o seu compromisso cristão, comportando-se nelas como artífices da paz e da justiça» (192).

VI. O amor dos pobres

2443. Deus abençoa os que ajudam os pobres e reprova os que deles se afastam: «Dá a quem te pede; não voltes as costas a quem pretende pedir-te emprestado» *(Mt* 5, 42). «Recebestes gratuitamente; pois dai também gratuitamente» *(Mt* 10, 8). É pelo que tiverem feito pelos pobres, que Jesus reconhecerá os seus

eleitos (193). Quando «a boa-nova é anunciada aos pobres» *(Mt*11, 5) (194), é sinal de que Cristo está presente.

2444. «O amor da Igreja pelos pobres [...] faz parte da sua constante tradição» (195). Esse amor inspira-se no Evangelho das bem-aventuranças (196), na pobreza de Jesus (197) e na sua atenção aos pobres (198). O amor dos pobres é mesmo um dos motivos do dever de trabalhar: para «poder fazer o bem, socorrendo os necessitados» (199). E não se estende somente à pobreza material, mas também às numerosas formas de pobreza cultural e religiosa (200).

2445. O amor dos pobres é incompatível com o amor imoderado das riquezas ou com o uso egoísta das mesmas:

«E agora, ó ricos, chorai em altos brados por causa das desgraças que virão sobre vós. As vossas riquezas estão podres e as vossas vestes roídas pela traça. O vosso oiro e a vossa prata enferrujaram-se e a sua ferrugem servirá de testemunho contra vós e devorará a vossa carne como o fogo. Entesourastes, afinal, para os vossos últimos dias! Olhai que o salário que não pagastes aos trabalhadores que ceifaram os vossos campos está a clamar: e os clamores dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor do universo! Tendes vivido na terra entregues ao luxo e aos prazeres, cevando assim os vossos apetites para o dia da matança! Condenastes e destes a morte ao inocente, e Deus não vai opor-se?» (*Tg* 5, 1-6).

2446. São João Crisóstomo lembra com vigor: «Não fazer os pobres participar dos seus próprios bens é roubá-los e tirar-lhes a vida. Não são nossos, mas deles, os bens que aferrolhamos» (201). «Satisfaçam-se, antes de mais, as exigências da justiça e não se ofereça como dom da caridade aquilo que é devido a título de justiça» (202):

«Quando damos aos indigentes o que lhes é necessário, não lhes ofertamos o que é nosso: limitamos a restituir-lhes o que lhes pertence. Mais do que praticar uma obra de misericórdia, cumprimos um dever de justiça» (203).

2447. As *obras de misericórdia* são as acções caridosas pelas quais vamos em ajuda do nosso próximo, nas suas necessidades corporais e espirituais (204). Instruir, aconselhar, consolar, confortar, são obras de misericórdia espirituais, como perdoar e suportar com paciência. As obras de misericórdia corporais consistem nomeadamente em dar de comer a quem tem fome, albergar quem não tem tecto, vestir os nus, visitar os doentes e os presos, sepultar os mortos (205). Entre estes gestos, a esmola dada aos pobres (206) é um dos principais testemunhos da caridade fraterna e também uma prática de justiça que agrada a Deus (207):

«Quem tem duas túnicas reparta com quem não tem nenhuma, e quem tem mantimentos, faça o mesmo» *(Lc* 3, 11). «Dai antes de esmola do que possuis, e tudo para vós ficará limpo» *(Lc* 11, 41). «Se um irmão ou uma irmã estiverem nus e precisarem do alimento quotidiano, e um de vós lhe disser: "Ide em paz; tratai de vos aquecer e de matar a fome", mas não lhes der o que é necessário para o corpo, de que lhes aproveitará?» (Tg 2, 15-16) (208).

2448. «Sob as suas múltiplas formas: indigência material, opressão injusta, doenças físicas e psíquicas, e finalmente a morte, a *miséria humana* é o sinal manifesto da condição congénita de fraqueza em que o homem se encontra desde o primeiro pecado e da necessidade que tem de salvação. Foi por isso que ela atraiu a compaixão de Cristo Salvador, que quis tomá-la sobre Si e identificar-Se com os "mais pequenos de entre os seus irmãos" *(Mt* 25, 40-45). É por isso, os que se sentem acabrunhados por ela são objecto de *um amor preferencial* por parte da Igreja que, desde o princípio, apesar das falhas de muitos dos seus membros, nunca deixou de trabalhar por aliviá-los, defendê-los e libertá-los; fê-lo através de inúmeras obras de beneficência, que continuam indispensáveis, sempre e em toda a parte» (209).

2449. Desde o Antigo Testamento, toda a espécie de medidas jurídicas (ano de remissão, interdição de empréstimos a juros e da retenção dum penhor, obrigação do dízimo, pagamento quotidiano da jorna, direito de apanhar os restos da vindima e da ceifa) são uma

resposta à exortação do Deuteronómio: «Nunca faltarão os pobres na terra; por isso, faço-te esta recomendação: abre, abre a mão para o teu irmão, para o pobre e necessitado que estiver na tua terra» *(Dt* 15, 1 I). E Jesus faz sua esta palavra: «Pobres, sempre os haveis de ter convosco; a Mim, nem sempre Me tereis» *(Jo* 12, 8). Com isto não faz caducar a força dos oráculos antigos: «Compraremos os necessitados por dinheiro e os pobres por um par de sandálias» (*Am* 8, 6), mas convida-nos a reconhecer a sua presença na pessoa dos pobres que são seus irmãos (210):

No dia em que a sua mãe a repreendeu por manter em sua casa pobres e doentes. Santa Rosa de Lima respondeu-lhe: «Quando servimos os pobres e os doentes, é a Jesus servimos. Não devemos cansar-nos de ajudar o nosso próximo, porque nele servimos a Jesus» (211).

Resumindo:

2450. *«Não roubarás» (Dt 5, 19). «Nem ladrões, nem gananciosos [...] nem salteadores herdarão o Reino de Deus» (1 Cor 6, 10).*

2451. *O sétimo mandamento prescreve a prática da Justiça e da caridade na gestão dos bens terrenos e dos frutos do trabalho dos homens.*

2452. *Os bens da criação são destinados a todo o género humano. O direito à propriedade privada não pode abolir o destino universal dos bens.*

2453. *O sétimo mandamento proíbe o roubo. O roubo é a usurpação de um bem de outrem contra a vontade razoável do proprietário.*

2454. *Todo o processo de tomar e usar injustamente um bem alheio é contrário ao sétimo mandamento. A injustiça cometida exige reparação. A justiça comutativa exige a restituição do bem roubado.*

2455. *A lei moral proíbe os actos que, com fins mercantis ou totalitários, conduzem a escravizar seres humanos, comprá-los, vendê-los e trocá-los como mercadoria.*

2456. *O domínio concedido pelo Criador sobre os recursos minerais, vegetais e animais do universo, não pode ser separado do respeito pelas obrigações morais, inclusivamente para com as gerações futuras.*

2457. *Os animais são confiados ao cuidado do homem, que lhes deve benevolência. Podem servir para a justa satisfação das necessidades do homem.*

2458. *A Igreja pronuncia-se em matéria económica e social, sempre que os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigem. Ela preocupa-se com o bem comum temporal dos homens, em razão da ordenação do mesmo ao soberano Bem, nosso último fim.*

2459. *O homem é o autor; o centro e o fim de toda a vida económica e social. O ponto decisivo da questão social é que os bens criados por Deus para todos, cheguem de facto a todos, segundo a justiça e com a ajuda da caridade.*

2460. *O valor primordial do trabalho diz respeito ao próprio homem, que dele é autor e destinatário. Mediante o seu trabalho, o homem participa na obra da criação. Unido a Cristo, o trabalho pode ser redentor.*

2461. *O verdadeiro desenvolvimento é o do homem integral. Trata-se de fazer crescer a capacidade de cada pessoa para responder à sua vocação e, portanto, ao apelo de Deus (*212).

2462. *A esmola dada aos pobres é um testemunho de caridade fraterna; é também uma prática de justiça que agrada a Deus.*

2463. *Na multidão de seres humanos sem pão, sem tecto, sem residência, como não reconhecer Lázaro, o mendigo esfomeado da parábola* (213). *Como não ouvir Jesus quando diz: «Também a Mim o deixastes de fazer» (Mt 25, 45)?*

ARTIGO 8: O OITAVO MANDAMENTO

«Não levantarás falso testemunho contra o teu próximo» *(Ex* 20, 16).

«Foi dito aos antigos: "Não faltarás ao que tiveres jurado; hás-de cumprir os teus juramentos para com o Senhor"» *(Mt* 5, 33).

2464. O oitavo mandamento proíbe falsificar a verdade nas relações com outrem. Esta prescrição moral decorre da vocação do povo santo para ser testemunha do seu Deus, que é e que quer a verdade. As ofensas à verdade exprimem, por palavras ou por actos, a recusa em empenhar-se na rectidão moral: são infidelidades graves para com Deus e, nesse sentido, minam os alicerces da Aliança.

I. Viver na verdade

2465. O Antigo Testamento declara: *Deus é a fonte de toda a verdade.* A sua Palavra é verdade (214). A sua lei é verdade (215). «A sua fidelidade permanece de geração em geração» *(Sl* 119, 90) (216). Uma vez que Deus é o «Verdadeiro» *(Rm* 3, 4), os membros do seu povo são chamados a viver na verdade (217).

2466. Em Jesus Cristo, a verdade de Deus manifestou-se na sua totalidade. Cheio de graça e de verdade (218), Ele é a «luz do mundo» *(Jo 8,* 12), Ele *é a verdade (*219). Quem nele crê não fica nas trevas (220). O discípulo de Jesus «permanece na sua palavra» para conhecer a verdade que liberta (221) e que santifica (222). Seguir Jesus é viver do Espírito de verdade (223) que o Pai envia em seu nome (224) e que conduz «à verdade total» *(Jo* 14, 17; 16, 13). Aos seus discípulos, Jesus ensina o amor incondicional à verdade: «que a vossa linguagem seja: "sim, sim; não, não"»*(Mt* 5, 37).

2467. O homem tende naturalmente para a verdade. É obrigado a honrá-la e a testemunhá-la: «Em virtude da sua dignidade, todos os homens, porque pessoas, [...] são impelidos pela sua própria natureza e obrigados por exigência moral a procurar a verdade, em primeiro lugar aquela que diz respeito à religião. São obrigados também a aderir à verdade desde que a conheçam e a regular toda a sua vida segundo as exigências da verdade» (225).

2468. A verdade, como rectidão da acção e da palavra humana, chama-se *veracidade,*sinceridade ou franqueza. A verdade ou

veracidade é a virtude que consiste em mostrar-se verdadeiro nos actos e em dizer a verdade nas palavras, evitando a duplicidade, a simulação e a hipocrisia.

2469. «Os homens não seriam capazes de viver juntos, se não tivessem *confiança* uns nos outros, isto é, se não se dissessem a verdade» (226). A virtude da veracidade dá justamente a outrem o que lhe é devido. A veracidade observa um justo meio-termo entre o que deve ser dito e o segredo que deve ser guardado: implica honestidade e discrição. Por justiça, «um homem deve honestamente ao outro a manifestação da verdade**»** (227).

2470. O discípulo de Cristo aceita «viver na verdade», isto é, na simplicidade duma vida conforme ao exemplo do Senhor e permanecendo na Sua verdade. «Se dizemos que estamos em comunhão com Ele e andamos nas trevas, mentimos, não praticamos a verdade» *(1 Jo* 1, 6).

II. «Dar testemunho da verdade»

2471. Diante de Pilatos, Cristo proclama que «veio ao mundo para dar testemunho da verdade» (228). O cristão não deve «envergonhar-se de dar testemunho do Senhor» *(2 Tm* 1, 8). Em situações que exigem a confissão da fé, o cristão deve professá-la sem equívoco, conforme o exemplo de São Paulo diante dos seus juízes. É preciso guardar uma consciência irrepreensível diante de Deus e dos homens» *(Act* 24, 16).

2472. O dever dos cristãos, de tomar parte na vida da Igreja, leva-os a agir como *testemunhas do Evangelho* e das obrigações que dele dimanam. Este testemunho é transmissão da fé por palavras e obras. O testemunho é um acto de justiça que estabelece ou que dá a conhecer a verdade (229): «Todos os fiéis cristãos, onde quer que vivam, têm obrigação de manifestar, pelo exemplo da vida e pelo testemunho da palavra, o homem novo de que se revestiram pelo Baptismo e a virtude do Espírito Santo, com que foram robustecidos na Confirmação» (230).

2473. O *martírio* é o supremo testemunho dado em favor da verdade da fé; designa um testemunho que vai até à morte. O mártir dá testemunho de Cristo, morto e ressuscitado, ao qual está unido pela caridade. Dá testemunho da verdade da fé e da doutrina cristã. Suporta a morte com um acto de fortaleza. «Deixai-me ser pasto das feras, pelas quais poderei chegar à posse de Deus» (231).

2474. A Igreja recolheu com o maior cuidado as memórias daqueles que foram até ao fim na confissão da sua fé. São as Actas dos Mártires, as quais constituem os arquivos da verdade escritos com letras de sangue:

«De nada me serviriam os atractivos do mundo ou os reinos deste século. Prefiro morrer em Cristo Jesus a reinar sobre todos os confins da terra. Procuro Aquele que morreu por nós; quero Aquele que ressuscitou por nossa causa. Estou prestes a nascer...» (232).

«Eu Te bendigo por me teres julgado digno deste dia e desta hora, digno de ser contado no número dos teus mártires (…). Tu cumpriste a tua promessa, Deus da fidelidade e da verdade. Por esta graça e por tudo, eu Te louvo e Te bendigo; eu Te glorifico pelo eterno e celeste Sumo-Sacerdote Jesus Cristo, Teu Filho muito-amado. Por Ele, que está contigo e com o Espírito, glória a Ti, agora e pelos séculos sem fim. Ámen» (233).

III. As ofensas à verdade

2475. Os discípulos de Cristo «revestiram-se do homem novo, criado segundo Deus na justiça e na santidade verdadeiras» *(Ef* 4, 24). «Libertos da mentira» *(Ef* 4, 25), devem rejeitar «toda a malícia, falsidade, hipocrisia, invejas e toda a espécie de maledicência» *(1 Pe 2,* I).

2476. *Falso testemunho e perjúrio.* Uma afirmação contrária à verdade feita publicamente, reveste-se de gravidade particular: perante um tribunal, é um falso testemunho (234); quando mantida sob juramento, é um perjúrio. Estes modos de agir contribuem quer para condenar um inocente, quer para absolver um culpado ou aumentar a pena em que tiver incorrido o acusado (235). E

comprometem gravemente o exercício da justiça e a equidade da sentença pronunciada pelos juízes.

2477. O *respeito pela reputação* das pessoas proíbe toda e qualquer atitude ou palavra susceptíveis de lhes causar um dano injusto (236). Torna-se culpado:

– de *juízo temerário,* aquele que, mesmo tacitamente, admite como verdadeiro, sem prova suficiente, um defeito moral do próximo;
– de *maledicência,* aquele que, sem motivo objectivamente válido, revela os defeitos e as faltas de outrem a pessoas que os ignoram (237);
– de *calúnia,* aquele que, por afirmações contrárias à verdade, prejudica a reputação dos outros e dá ocasião a falsos juízos a seu respeito.

2478. Para evitar o juízo temerário, cada um procurará interpretar em sentido favorável, tanto quanto possível, os pensamentos, as palavras e os actos do seu próximo:

«Todo o bom cristão deve estar mais pronto a interpretar favoravelmente a opinião ou afirmação obscura do próximo do que a condená-la. Se de modo nenhum a pode aprovar, interrogue-se sobre como é que ele a compreende: se ele pensa ou compreende menos rectamente, corrija-o com benevolência; e se isso não basta, tentem-se todos os meios oportunos para que, compreendendo-a bem, ele regresse do erro são e salvo» (238).

2479. A maledicência e a calúnia destroem *a reputação e a honra do próximo.* Ora, a honra é o testemunho social prestado à dignidade humana e todos gozam do direito natural à honra do seu nome, à boa reputação e ao respeito. Por isso, a maledicência e a calúnia lesam as virtudes da justiça e da caridade.

2480. Deve condenar-se toda a palavra ou atitude que, por *lisonja, adulação ou complacência,*estimula e confirma outrem na malícia dos seus actos e na perversidade da sua conduta. A adulação é uma falta grave, se se tornar cúmplice de vícios ou de pecados graves. Nem o desejo de prestar um serviço nem a amizade justificam a

duplicidade de linguagem. A adulação é um pecado venial quando apenas se deseja ser agradável, evitar um mal, valer a uma necessidade ou obter vantagens legítimas.

2481. *A jactância ou* vanglória constitui um pecado contra a verdade. O mesmo se diga da *ironia*que visa depreciar alguém, caricaturando, de modo malévolo, um ou outro aspecto do seu comportamento.

2482. *«A mentira* consiste em dizer o que é falso com a intenção de enganar» (239). O Senhor denuncia na mentira uma obra diabólica: «Vós tendes por pai o diabo, [...] nele não há verdade; quando fala mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira» *(Jo* 8, 44).

2483. A mentira é a ofensa mais directa à verdade. Mentir é falar ou agir contrariamente à verdade, para induzir em erro. Lesando a relação do homem com a verdade e com o próximo, a mentira ofende a relação fundamental do homem e da sua palavra com o Senhor.

2484. *A gravidade da mentira* mede-se pela natureza da verdade que ela deforma, atendendo às circunstâncias, às intenções de quem a comete e aos danos causados àqueles que são suas vítimas. Embora a mentira, em si, não constitua mais que um pecado venial, torna-se mortal quando lesa gravemente as virtudes da justiça e da caridade.

2485. A mentira é, por sua natureza, condenável. É uma profanação da palavra, a qual tem por fim comunicar aos outros a verdade conhecida. O propósito deliberado de induzir o próximo em erro, por meio de afirmações contrárias à verdade constitui uma falta contra justiça e contra a caridade. A culpabilidade é maior quando a intenção de enganar pode ter consequências funestas para aqueles que são desviados da verdade.

2486. A mentira (porque é uma violação da virtude da veracidade) é uma autêntica violência feita a outrem. Este é atingido na sua capacidade de conhecer, a qual é condição de todo o juízo e de toda a decisão. A mentira contém em gérmen a divisão dos espíritos e

todos os males que a mesma suscita. É funesta para toda a sociedade: destrói pela base a confiança entre os homens e retalha o tecido das relações sociais.

2487. Qualquer falta cometida contra a justiça e contra a verdade implica *o dever da reparação,* mesmo que o seu autor tenha sido perdoado. Quando for impossível reparar publicamente um mal, deve-se fazê-lo em segredo; se aquele que foi lesado não pode ser indemnizado directamente, deve dar-se-lhe uma satisfação moral, em nome da caridade. Este dever de reparação diz respeito também às faltas cometidas contra a reputação alheia. A reparação, moral e às vezes material, deve ser avaliada segundo a medida do prejuízo causado e obriga em consciência.

IV. O respeito pela verdade

2488. O *direito à comunicação da verdade* não é absoluto. Cada um deve conformar a sua vida com o preceito evangélico do amor fraterno, mas este requer, em situações concretas, que avaliemos se convém ou não revelar a verdade a quem a pede.

2489. É a caridade e o respeito pela verdade que devem ditar a resposta a qualquer *pedido de informação ou de comunicação.* O bem e a segurança de outrem, o respeito pela vida privada e pelo bem comum, são razões suficientes para calar o que não deve ser conhecido ou para usar uma linguagem discreta. Muitas vezes, o dever de evitar o escândalo impõe uma estrita discrição. Ninguém é obrigado a revelar a verdade a quem não tem o direito de a conhecer (240).

2490. O *sigilo do sacramento da Reconciliação* é sagrado e não pode ser revelado sob pretexto algum. «O sigilo sacramental é inviolável; pelo que o confessor não pode denunciar o penitente, nem por palavras nem por qualquer outro modo, nem por causa alguma»(241).

2491. Os *segredos profissionais* – conhecidos, por exemplo, por políticos, militares, médicos, juristas – ou as confidências feitas sob sigilo, devem ser guardados, salvo em casos excepcionais em que a

retenção do segredo poderia causar a quem o confiou, a quem o recebeu, ou a terceiros, danos muito graves e somente evitáveis pela revelação da verdade. Mesmo que não tenham sido confiadas sob sigilo, as informações particulares prejudiciais a outrem não devem ser divulgadas sem uma razão grave e proporcionada.

2492. Cada qual deve observar uma justa reserva a propósito da vida privada das pessoas. Os responsáveis pela comunicação devem guardar uma justa proporção entre as exigências do bem comum e o respeito pelos direitos particulares. A ingerência dos órgãos de informação na vida privada das pessoas comprometidas numa actividade política ou pública é condenável na medida em que atenta contra a sua intimidade e a sua liberdade.

V. O uso dos meios de comunicação social

2493. Na sociedade moderna, os meios de comunicação social desempenham um papel de grande relevo na informação, na promoção cultural e na formação. Este papel é cada vez maior, em virtude dos progressos técnicos, do alcance e diversidade das notícias transmitidas e da influência exercida sobre a opinião pública.

2494. A informação mediática está ao serviço do bem comum (242). A sociedade tem direito a uma informação fundada na verdade, na liberdade, na justiça e na solidariedade.

«O uso recto deste direito requer que a comunicação seja, quanto ao objecto, sempre verídica, e quanto ao respeito pelas exigências da justiça e da caridade, completa; quanto ao modo, que seja honesta e conveniente, quer dizer, que na obtenção e difusão das notícias, observe absolutamente as leis morais, os direitos e a dignidade do homem» (243).

2495 «Também neste domínio é necessário que todos os membros da sociedade cumpram os seus deveres de justiça e de verdade. Devem utilizar os meios de comunicação social no sentido de concorrer para a formação e difusão de um recta opinião pública» (244).

A solidariedade é consequência duma comunicação verdadeira e justa e da livre circulação das ideias que favorecem o conhecimento e o respeito pelos outros.

2496. Os meios de comunicação social (em particular os mass-média) podem gerar uma certa passividade nos utentes, fazendo deles consumidores pouco cautelosos de mensagens e espectáculos. Os utentes devem impor a si próprios moderação e disciplina em relação aos mass-média. Hão-de formar-se uma consciência esclarecida e recta, para resistir mais facilmente às influências menos honestas.

2497. Pela própria natureza da sua profissão na imprensa, os seus responsáveis têm a obrigação, na difusão da informação, de servir a verdade sem ofender a caridade. Esforçar-se-ão por respeitar, com igual cuidado, a natureza dos factos e os limites do juízo crítico em relação às pessoas. Devem evitar ceder à difamação.

2498. «Cabem às *autoridades civis* deveres particulares em razão do bem comum. [...] Os poderes públicos devem defender e proteger a verdadeira e justa liberdade de informação» (245). Promulgando leis e velando pela sua aplicação, os poderes públicos «responsabilizar-se-ão por que o mau uso dos média não venha a causar graves prejuízos aos costumes públicos e aos progressos da sociedade» (246). Sancionarão a violação dos direitos de cada um ao bom nome e à privacidade; prestarão a tempo e honestamente as informações que dizem respeito ao bem geral ou correspondem a justas preocupações da população. Nada pode justificar o recurso às falsas informações para manipular a opinião pública através dos média. Essas intervenções não deverão atentar contra a liberdade dos indivíduos e dos grupos.

2499. A moral denuncia a chaga dos estados totalitários, que falsificam sistematicamente a verdade, exercem através dos «média» o domínio político da opinião, «manipulam» os acusados e as testemunhas dos processos públicos e pensam assegurar a sua tirania sufocando e reprimindo tudo o que consideram como «delitos de opinião».

VI. Verdade, beleza e arte sacra

2500. A prática do bem é acompanhada por um prazer espiritual gratuito e pela beleza moral. Do mesmo modo, a verdade comporta a alegria e o esplendor da beleza espiritual. A verdade é bela por si mesma. A verdade da palavra, expressão racional do conhecimento da realidade criada e incriada, é necessária ao homem dotado de inteligência; mas a verdade pode encontrar também outras formas de expressão humana, complementares, sobretudo quando se trata de evocar o que ela comporta de indizível: as profundezas do coração humano, as elevações da alma, o mistério de Deus. Antes mesmo de Se revelar ao homem em palavras de verdade, Deus revela-Se-lhe pela linguagem universal da criação, obra da sua Palavra e da sua Sabedoria: a ordem e a harmonia do cosmos – que podem ser descobertas tanto pela criança como pelo homem de ciência – , «a grandeza e a beleza das criaturas levam, por analogia, à contemplação do seu Autor» *(Sb* 13, 5), «porque foi a própria fonte da beleza que as criou» *(Sb* 13, 3).

«Com efeito, a Sabedoria é um sopro do poder de Deus, efusão pura da glória do Omnipotente; por isso, nenhum elemento impuro a pode atingir. Ela é o esplendor da luz eterna, límpido espelho da actividade de Deus, imagem da sua bondade» *(Sb 7,*25-26). «A Sabedoria é, de facto, mais formosa do que o sol e supera todas as constelações. Comparada com a luz, revela-se mais excelente, porque à luz sucede a noite, mas a maldade nada pode contra a Sabedoria *(Sb* 7, 29-30). Amei-a [...] e enamorei-me dos seus encantos» *(Sb* 8, 2)

2501. «Criado à imagem de Deus» (247), o homem exprime também a verdade da sua relação com Deus Criador pela beleza das suas obras artísticas. A *arte* é, com efeito, uma forma de expressão especificamente humana. Para além da busca da satisfação das necessidades vitais, comum a todas as criaturas vivas, a arte é uma superabundância gratuita da riqueza interior do ser humano. Fruto do talento dado pelo Criador e do esforço do próprio homem, a arte é uma forma de sabedoria prática, unindo conhecimento e habilidade

(248) para dar forma à verdade duma realidade, em linguagem acessível à vista ou ao ouvido. A arte comporta assim uma certa semelhança com a actividade de Deus no mundo criado, na medida em que se inspira na verdade e no amor dos seres. Como qualquer outra actividade humana, a arte não tem em si mesma o seu fim absoluto; mas é ordenada e enobrecida pelo fim último do homem (249).

2502. A *arte sacra é* verdadeira e bela quando corresponde, pela forma, à sua vocação própria: evocar e glorificar, na fé e na adoração, o mistério transcendente de Deus, sobre eminente beleza invisível da verdade e do amor, manifestada em Cristo, «esplendor da sua glória e imagem da sua substância» (*Heb* 1, 3)*,* no Qual «habita corporalmente toda a plenitude da divindade» (*Cl* 2, 9); beleza espiritual reflectida na santíssima Virgem Mãe de Deus, nos anjos e nos santos. A verdadeira arte sacra leva o homem à adoração, à oração e ao amor de Deus, Criador e Salvador, Santo e Santificador.

2503. Por isso, os bispos devem, por si próprios ou por delegados, velar pela promoção da arte sacra, antiga e nova, sob todas as suas formas e, com o mesmo religioso cuidado, afastar da liturgia e dos lugares de culto tudo o que não for conforme com a verdade da fé e a autêntica beleza da*arte sacra (*250).

Resumindo:

2504. *«Não levantarás falso testemunho contra o teu próximo» (Ex 20, 16). Os discípulos de Cristo revestiram-se «do homem novo, que foi criado em conformidade com Deus, na justiça e na santidade, próprias da verdade» (Ef 4, 24).*

2505*. A verdade ou veracidade é a virtude que consiste em mostrar-se verdadeiro nos actos e em dizer a verdade nas palavras, evitando a duplicidade, a simulação e a hipocrisia.*

2506. *O cristão não deve «envergonhar-se de dar testemunho do Senhor» (2 Tm 1, 8) em actos e palavras. O martírio é o supremo testemunho dado em favor da verdade da fé.*

2507. *O respeito pelo bom nome e pela honra das pessoas proíbe toda e qualquer atitude ou palavra de maledicência ou calúnia.*

2508. *A mentira consiste em dizer o que é falso, com a intenção de enganar o próximo.*

2509. *Uma falta cometida contra a verdade exige reparação.*

2510. *Em situações concretas, a regra de ouro ajuda a discernir se convém ou não revelar a verdade a quem a pede.*

2511. *«O sigilo sacramental é inviolável»* (251). *Os segredos profissionais devem ser guardados. As confidências prejudiciais a outrem não devem ser divulgadas.*

2512. *A sociedade tem direito a uma informação fundada na verdade, na liberdade e na justiça. É preciso impor-se moderação e disciplina no uso dos meios de comunicação social.*

2513. *As belas-artes, mas sobretudo a arte sacra, «estão relacionadas, por sua natureza, com a infinita beleza de Deus, que deve ser expressa de algum modo nas obras humanas. E tanto mais se consagram a Deus e contribuem para o seu louvor e para a sua glória, quanto mais se afastarem de todo o propósito que não seja o de contribuir o mais eficazmente possível, através das suas obras, para dirigir o espírito dos homens, piamente, para Deus» (*252).

ARTIGO 9: O NONO MANDAMENTO

«Não cobiçarás a casa do teu próximo, não desejarás a mulher do próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, ou o seu jumento, nem nada que lhe pertença» *(Ex* 20, 17).

«Todo aquele que olhar para uma mulher, desejando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração» (*Mt* 5, 28).

2514. São João distingue três espécies de cupidez ou concupiscência: a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida (253). Segundo a tradição catequética

católica, o nono mandamento proíbe a concupiscência carnal; e o décimo, a cobiça dos bens alheios.

2515. Em sentido etimológico, «concupiscência» pode designar todas as formas veementes de desejo humano. A teologia cristã deu-lhe o sentido particular de impulso do apetite sensível, contrário aos ditames da razão humana. O apóstolo São Paulo identifica-a com a revolta que a «carne» instiga contra o «espírito» (254). Procede da desobediência do primeiro pecado (255). Desregra as faculdades morais do homem e, sem ser nenhuma falta em si mesma, inclina o homem para cometer pecado (256).

2516. No homem, porque é um ser *integrado de espírito e corpo,* já existe uma certa tensão. Trava-se nele uma certa luta de tendências entre o «espírito» e a «carne». Mas esta luta, de facto, faz parte da herança do pecado, é uma consequência dele e, ao mesmo tempo, uma sua confirmação. Faz parte da experiência quotidiana do combate espiritual:

«Para o Apóstolo, não se trata de desprezar e condenar o corpo que, com a alma espiritual, constitui a natureza do homem e a sua personalidade de sujeito; pelo contrário, ele fala das *obras, ou* antes, das disposições estáveis, virtudes e vícios, moralmente *boas ou más,* que são o fruto da *submissão* (no primeiro caso) ou, pelo contrário, da *resistência* (no segundo caso) *à acção salvadora do Espírito Santo.* Épor isso que o Apóstolo escreve: "Se vivemos pelo Espírito, caminhemos também segundo o espírito" (*Gl* 5, 25)» *(*257).

I. A purificação do coração

2517. O coração é a sede da personalidade moral: «Do coração procedem as más intenções, os assassínios, os adultérios, as prostituições» *(Mt* 15, 19). A luta contra a concupiscência carnal passa pela purificação do coração e pela prática da temperança:

«Mantém-te na simplicidade, na inocência, e serás como as criancinhas que ignoram o mal, destruidor da vida dos homens» (258).

2518. A sexta bem-aventurança proclama: «Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus» (*Mt* 5, 8). Os «puros de coração» são os que puseram a inteligência e a vontade de acordo com as exigências da santidade de Deus, principalmente em três domínios: a caridade (259); a castidade ou rectidão sexual (260); o amor da verdade e a ortodoxia da fé (261), Existe um nexo entre a pureza do coração, do corpo e da fé:

Os fiéis devem crer nos artigos do Credo, «para que, crendo, obedeçam a Deus; obedecendo a Deus, vivam como deve ser; vivendo como deve ser, purifiquem o seu coração; e purificando o seu coração, compreendam aquilo em que crêem» (262).

2519. Aos «puros de coração» é prometido que verão a Deus face a face e serão semelhantes a Ele (263). A pureza do coração é condição prévia para a visão. Já desde agora, permite-nos ver*segundo* Deus, aceitar o outro como um «próximo» e compreender o corpo humano, o nosso e o do próximo, como um templo do Espírito Santo, uma manifestação da beleza divina.

II. O combate pela pureza

2520. O Baptismo confere a quem o recebe a graça da purificação de todos os pecados. Mas o baptizado tem de continuar a lutar contra a concupiscência da carne e os desejos desordenados. Com a graça de Deus, consegui-lo-ei:

– pela *virtude e* pelo *dom da castidade,* pois a castidade permite amar com um coração recto e sem partilha;
– pela *pureza de intenção,* que consiste em ter em vista o verdadeiro fim do homem: com um olhar simples, o baptizado procura descobrir e cumprir em tudo a vontade de Deus (264);
– pela *pureza do olhar,* exterior e interior; pela disciplina dos sentidos e da imaginação; pela rejeição da complacência em pensamentos impuros que o levariam a desviar-se do caminho dos mandamentos divinos: «a vista excita a paixão dos insensatos» *(Sb* 15, 5).
– pela *oração:*

«Eu pensava que a continência dependia das minhas próprias forças, forças que em mim não conhecia. E era suficientemente louco para não saber [...] que ninguém pode ser continente, se Tu lho não concederes. E de certo Tu o terias concedido, se com gemido interior eu chamasse aos teus ouvidos e se com fé sólida lançasse em Ti o meu cuidado» (265).

2521. A pureza exige *o pudor.* O pudor é parte integrante da temperança. O pudor preserva a intimidade da pessoa. Designa a recusa de mostrar o que deve ficar oculto. Ordena-se à castidade e comprova-lhe a delicadeza. Orienta os olhares e as atitudes em conformidade com a dignidade das pessoas e com a união que existe entre elas.

2522. O pudor protege o mistério da pessoa e do seu amor. Convida à paciência e à moderação na relação amorosa e exige que se cumpram as condições do dom e do compromisso definitivo do homem e da mulher entre si. O pudor é modéstia. Inspira a escolha do vestuário, mantém o silêncio ou o recato onde se adivinha o perigo duma curiosidade malsã. O pudor é discrição.

2523. Existe um pudor dos sentimentos, tal como existe um pudor corporal. Ele protesta, por exemplo, contra as explorações exibicionistas do corpo humano em certa publicidade, ou contra a solicitação de certos meios de comunicação em ir longe demais na revelação de confidências íntimas. O pudor inspira um modo de viver que permite resistir às solicitações da moda e à pressão das ideologias dominantes.

2524. As formas de que o pudor se reveste variam de cultura para cultura. No entanto, ele continua a ser, em toda a parte, o pressentimento duma dignidade espiritual própria do homem. Nasce com o despertar da consciência pessoal. Ensinar o pudor às crianças e adolescentes é despertá-los para o respeito pela pessoa humana.

2525. A pureza cristã exige uma *purificação do ambiente social.* Exige dos meios de comunicação social uma informação preocupada com o respeito e o recato. A pureza de coração liberta

do erotismo difuso e afasta dos espectáculos que favorecem a curiosidade mórbida e a ilusão.

2526. A chamada *permissividade dos costumes* assenta numa concepção errónea da liberdade humana; para se edificar, esta precisa de se deixar educar previamente pela lei moral. Deve pedir-se aos responsáveis pela educação que ministrem à juventude um ensino respeitador da verdade, das qualidades do coração e da dignidade moral e espiritual do homem.

2527. «A boa-nova de Cristo renova constantemente a vida e a cultura do homem decaído; combate e repele os erros e os males provenientes da sedução sempre ameaçadora do pecado. Purifica e eleva sem cessar a moralidade dos povos. Com as riquezas do alto, fecunda, consolida, completa e restaura em Cristo, como que a partir de dentro, as qualidades espirituais e os dotes de todos os povos e eras» (266)

Resumindo:

2528. *«Todo aquele que olhar para uma mulher, desejando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração» (Mt 5, 28).*

2529. *O nono mandamento acautela-nos contra a cupidez ou concupiscência carnal.*

2530. *A luta contra a concupiscência carnal passa pela purificação do coração e pela prática da temperança.*

2531. *A pureza de coração permitir-nos-á ver a Deus: desde já, permite-nos ver tudo segundo Deus.*

2532. *A purificação do coração exige a oração, a prática da castidade, a pureza de intenção e do olhar.*

2533. *A pureza do coração requer o pudor que é paciência, modéstia e discrição. O pudor preserva a intimidade da pessoa.*

ARTIGO 10: O DÉCIMO MANDAMENTO

«Não cobiçarás [...] nada que pertença [ao teu próximo]» *(Ex* 20, 17). «Não cobiçarás a casa [do teu próximo], nem o seu campo, nem

o seu servo nem a sua serva, o seu boi, ou o seu jumento, nem nada que lhe pertença» *(Dt* 5, 21).

«Onde estiver o teu tesouro, aí estará também o teu coração» *(Mt* 6, 21).

2534. O décimo mandamento desdobra e completa o nono, que tem por objecto a concupiscência da carne. Proíbe cobiçar o bem de outrem, raiz de onde procede o roubo, a rapina e a fraude, proibidos pelo sétimo mandamento. A «concupiscência dos olhos» *(1 Jo* 2, 16) conduz à dolência e à injustiça, proibidas pelo quinto mandamento (267). A cobiça, bem como a fornicação, tem a sua origem na idolatria, proibida nos três primeiros mandamentos da Lei (268). O décimo mandamento incide sobre a intenção do coração e resume, com o nono, todos os preceitos da Lei.

I. A desordem das cobiças

2535. O apetite sensível leva-nos a desejar as coisas agradáveis que não possuímos. Exemplo disso é desejar comer quando se tem fome ou aquecer-se quando se tem frio. Estes desejos são bons em si mesmos; muitas vezes, porém, não respeitam os limites da razão e levam-nos a cobiçar injustamente o que não é nosso e que pertence, ou é devido, a outrem.

2536. O décimo mandamento condena a *avidez e* o desejo duma apropriação desmesurada dos bens terrenos; e proíbe a *cupidez* desregrada, nascida da paixão imoderada das riquezas e do seu poder. Interdita também o desejo de cometer uma injustiça pela qual se prejudicaria o próximo nos seus bens temporais:

«Quando a Lei nos diz: "Não cobiçarás", diz-nos, por outras palavras, que afastemos os nossos desejos de tudo o que não nos pertence. Porque a sede da cobiça dos bens alheios é imensa, infindável e insaciável, conforme está escrito: "O avarento nunca se fartará de dinheiro" *(Sir* 5, 9)» (269).

2537. Não é violar este mandamento desejar obter coisas que pertencem ao próximo, desde que seja por meios legítimos. A

catequese tradicional menciona, com realismo, «os que têm que lutar mais contra as suas cobiças criminosas» e que, portanto, precisam de ser «exortados com mais insistência a observarem este preceito»:

«São [.. .] os comerciantes que desejam a falta ou carestia das coisas, que vêem com pena não serem eles os únicos a comprar e a vender, o que lhes permitiria vender mais caro e comprar mais barato; os que desejam ver o seu semelhante na miséria, para obterem maiores lucros, quer vendendo quer comprando [...]. Os médicos, que desejam que haja doentes; os advogados, que reclamam causas e processos importantes e numerosos...» (270).

2538. O décimo mandamento exige que seja banida *a inveja* do coração humano. Quando o profeta Natan quis estimular o arrependimento do rei David, contou-lhe a história do pobre que só possuía uma ovelha, tratada como se fosse uma filha, e do rico que, apesar dos seus numerosos rebanhos, tinha inveja dele e acabou por lhe roubar a ovelha (271). A inveja pode levar aos piores crimes (272). «Foi pela inveja do demónio que a morte entrou no mundo» (*Sb* 2, 24).

«Combatemo-nos uns aos outros e é a inveja que nos arma uns contra os outros [...]. Se todos se encarniçam assim a abalar o corpo de Cristo, onde chegaremos nós? Estamos a aniquilar o corpo de Cristo. [...] Declaramo-nos membros dum mesmo organismo e devoramo-nos como feras» (273).

2539. A inveja é um vício capital. Designa a tristeza que se sente perante o bem alheio e o desejo imoderado de se apropriar dele, mesmo indevidamente. Se desejar ao próximo um mal grave, é pecado mortal:

Santo Agostinho via na inveja «o pecado diabólico por excelência» (274).
«Da inveja nascem o ódio, a maledicência, a calúnia, a alegria causada pelo mal do próximo e o desgosto causado pela sua prosperidade» (275).

2540. A inveja representa uma das formas da tristeza e, portanto, uma recusa da caridade; o baptizado lutará contra ela, opondo-lhe a benevolência. Muitas vezes, a inveja nasce do orgulho; o baptizado exercitar-se-á a viver na humildade:

«Quereríeis ver Deus glorificado por vós? Pois bem, alegrai-vos com os progressos do vosso irmão e, assim, será por vós que Deus é glorificado. Deus será louvado, dir-se-á, pelo facto de o seu servo ter sabido vencer a inveja, pondo a sua alegria nos méritos dos outros» (276).

II. Os desejos do Espírito

2541. A economia da lei e da graça desvia o coração dos homens da cobiça e da inveja; inicia-o no desejo do sumo bem; e instrui-o nos desejos do Espírito Santo que sacia o coração do homem.

O Deus das promessas desde sempre pôs o homem de prevenção contra a sedução daquilo que, desde as origens, aparece como «bom para comer, [...] de atraente aspecto e precioso para esclarecer a inteligência» (*Gn* 3, 6).

2542. A Lei, confiada a Israel, nunca foi suficiente para justificar aqueles que lhe estavam sujeitos; chegou até a tornar-se instrumento de «concupiscência» (277). A inadequação entre o querer e o fazer (278) manifesta o conflito entre a Lei de Deus, que é a «lei da razão», e uma outra lei «que me retém cativo na lei do pecado, que se encontra nos meus membros» (*Rm* 7, 23).

2543. «Agora, foi sem a Lei que se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela Lei e pelos Profetas: a justiça que vem para todos os crentes, mediante a fé em Jesus Cristo» (*Rm* 3, 21-22). E assim, os fiéis de Cristo «crucificaram a carne com as suas paixões e desejos» (*Gl* 5, 24); são conduzidos pelo Espírito (279) e seguem os desejos do Espírito (280).

III. A pobreza de coração

2544. Jesus impõe aos seus discípulos que O prefiram a tudo e a todos e propõe-lhes que renunciem a todos os seus bens (281) por

causa d'Ele e do Evangelho (282). Pouco antes da sua paixão, deu-lhes o exemplo da pobre viúva de Jerusalém que, da sua penúria, deu tudo o que tinha para viver (283). O preceito do desapego das riquezas é obrigatório para entrar no Reino dos céus.

2545. Todos os fiéis de Cristo devem «ordenar rectamente os próprios afectos, para não serem impedidos de avançar na perfeição da caridade pelo uso das coisas terrenas e pelo apego às riquezas, em oposição ao espírito de pobreza evangélica» (284).

2546. «Bem-aventurados os pobres em espírito» *(Mt* 5, 3). As bem-aventuranças revelam uma ordem de felicidade e de graça, de beleza e de paz. Jesus celebra a alegria dos pobres, aos quais o Reino pertence desde já (285):

«O Verbo chama "pobreza em espírito" à humildade voluntária do espírito humano e à sua renúncia; e o Apóstolo dá-nos como exemplo a pobreza de Deus, quando diz: «Ele fez-Se pobre por nós *(2 Cor* 8, 9)» (286).

2547. O Senhor lamenta-Se dos ricos, porque eles encontram a sua consolação na abundância de bens (287). «O orgulhoso procura o poder terreno, ao passo que o pobre em espírito procura o Reino dos céus» (288). O abandono à providência do Pai do céu liberta da preocupação pelo amanhã. A confiança em Deus dispõe para a bem-aventurança dos pobres (289). Eles verão a Deus.

IV. «Quero ver a Deus»

2548. O desejo da verdadeira felicidade liberta o homem do apego imoderado aos bens deste mundo, e terá a sua plenitude na visão beatífica de Deus. «A promessa de ver a Deus ultrapassa toda a bem-aventurança. [...] Na Escritura, ver é possuir. [...] Por isso aquele que vê a Deus obteve todos os bens que se possam imaginar» (290).

2549. Resta ao povo santo lutar, com a graça do Alto, para alcançar os bens que Deus promete. Para possuir e contemplar a Deus, os

fiéis de Cristo mortificam os seus maus desejos e, com a graça do mesmo Deus, triunfam das seduções do prazer e do poder.

2550. Neste caminho da perfeição, o Espírito e a Esposa chamam quem os escuta (291) à comunhão perfeita com Deus:

«Ali será a verdadeira glória; ninguém ali será louvado por engano ou por lisonja; as verdadeiras honras não serão nem recusadas aos que as merecem, nem dadas aos indignos delas; aliás, não haverá ali indigno que as pretenda, pois só os dignos lá serão admitidos. Ali reinará a verdadeira paz; ninguém terá oposição, nem de si mesmo nem dos outros. O próprio Deus será a recompensa da virtude, Ele que a deu e Se lhe prometeu como recompensa, a maior e melhor que possa existir: [...] "Eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo" (*Lv* 26, 12) [...] É também este o sentido das palavras do Apóstolo: "Para que Deus seja tudo em todos" *(I Cor* 15, 28). Ele mesmo será o fim dos nossos desejos, Ele que nós havemos de contemplar sem fim, de amar sem saciedade, de louvar sem cansaço. É este dom, este afecto, esta ocupação serão, sem dúvida, comuns a todos como a vida eterna» (292).

Resumindo:

2551. *«Onde estiver o teu tesouro, aí estará também o teu coração» (Mt 6, 21).*

2552. *O décimo mandamento proíbe a cupidez desregrada, nascida da paixão imoderada das riquezas e seu poder.*

2553 *Inveja é a tristeza que se experimenta perante o bem alheio e o desejo imoderado de se apropriar dele. É um vício capital.*

2554 *O baptizado combate a inveja pela benevolência, pela humildade e pelo abandono à providência divina.*

2555. *Os fiéis de Cristo «crucificaram a carne com as suas paixões e desejos» (Gl 5, 24); são conduzidos pelo Espírito e seguem os seus desejos.*

2556. *O desapego das riquezas é necessário para entrar no Reino dos céus. «Bem-aventurados os pobres em espírito» (Mt 5, 3).*

2557. *O homem de desejo diz: «Quero ver a Deus», sede de Deus é saciada pela água da vida eterna (*293).

Notas

1. Cf. *Mc* 7, 8-13.

2. Cf. *Dt* 5, 16.

3. Cf. *Dt* 5, 16.

4. João Paulo II. Ex. ap. *Familiaris consortio,* 21: AAS 74 (1982) 105; cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 11: AAS 57 (1965) 16.

5. Cf. *Ef* 5, 21-6, 4; *Cl* 3, 18-21; *1 Pe* 3, 1-7.

6. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 52: AAS 58 (1966) 1073.

7. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 47: AAS 58 (1966) 1067.

8. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 52: AAS 58 (1966) 1073.

9. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 46: AAS 74 (1982) 137-138

10. Cf. *Ef* 3, 15.

11. Cf. *Pr* 1, 8; *Tb* 4, 3-4.

12. Cf. *Ex* 20, 12.

13. Cf. *Ef* 6, 1.

14. Cf. *Mc* 7, 10-12.

15. II Concílio do Vaticano, Decl. *Gravissimum educationis,* 3: AAS 58 (1966) 731.

16. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 36: AAS 74 (1982) 126.

17. João Paulo II. Enc. *Centesimus annus,* 36: AAS 83 (1991) 838.

18. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 11: AAS 57 (1965) 16: cf. CIC can. 1136.

19. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 11: AAS 57 (1965) 16.

20. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 48: AAS 58 (1966) 1069.

21.Cf. *Mt* 18. 21-22; *Lc* 17, 4.

22. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. *Gravissimum educationis,* 6: AAS 58 (1966) 733.

23. Cf. *Mt* 16, 23.

24. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 25: AAS 83 (1991) 823.

25. Cf. *Rm* 13, 1-2.

26. *Epístola a Diogneto,* 5, 5; 5, 10; 6, 10: SC 33. 62-66 (Funk 1,. 398-400).

27. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,*74: AAS 58 (1966) 1096.

28. Cf. João Paulo II. Enc. *Centesimus annus,* 45-46: AAS 83 (1991) 849-851.

29. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 76: AAS 58 (1966) 1099.

30. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 76: AAS 58 (1966) 1099.

31. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 76: AAS 58 (1966) 1100.

32. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 47: AAS 58 (1966) 1067.

33. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, Introductio, 5: AAS 80 (1988) 76-77.

34. Cf. *Gn* 4, 8-12.

35. Cf. *Lv* 17, 14

36. Cf *Mt* 5, 22-26.38-39.

37. Cf. *Mt* 5, 44.

38. Cf. *Mt* 26, 52.

39. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 2-2, q. 64. a. 7. c: Ed. Leon. 9, 74.

40. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 2-2, q. 64. a. 7. c: Ed. Leon. 9, 74.

41. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 2-2, q. 64. a. 7. c: Ed. Leon. 9, 74.

42. João Paulo II, Enc. *Evangelium vitae,* 56: AAS 87 (1995) 464.

43. Cf. *Gn* 4, 10.

44. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 51: AAS 58 (1966) 1072.

45. Cf. *Am* 8, 4-10.

46. Cf. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, 1. 1: AAS 80 (1988) 79.

47. *Didaké* 2, 2: SC 248, 148 (Funk 1, 8); cf. *Epistola Pseudo Barnabae* 19. 5: SC 172, 202 (Funk 1, 90); *Epistola a Diogneto 5,* 6: SC 33. 62 (Funk 1. 398): Tertuliano, *Apologeticum,* 9, 8: CCL 1, 103 (PL 1, 371-372).

48. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 51: AAS 58 (1966) 1072.

49. CIC can. 1398.

50. CIC can. 1314.

51. Cf. CIC can. 1323-1324.

52. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae,* 3: AAS 80 (1988) 98-99.

53. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, 3: AAS 80 (1988) 99.

54. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, 1, 2: AAS 80 (1988) 70-80.

55. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, 1, 3. AAS 80 (1988) 80-81.

56. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, 1, 5: AAS 80 (1988) 83.

57. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, 1, 6: AAS 80 (1988) 85.

58. Cf Sagrada Congregação da Doutrina da Fé, *Iura et bona*: AAS 72 (1980) 542-552.

59. Cf. *1 Cor* 8, 10-13.

60. Cf. *Mt* 7, 15.

61. Pio XII. *Mensagem radiofónica* (1 de Junho de 1941): AAS 33 (1941) 197.

62. Cf. *Ef* 6, 4: *Cl* 3, 21

63. Cf. Pio XI. Enc. *Casti connubii:* DS 3722-3723.

64. Cf. *Tb* 1, 16-18.

65. Cf. CIC can. 1176, §3. III.

66. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 2-2, q. 158. a. 1. ad 3: Ed. Leon, 10, 273.

67. Santo Agostinho, *De civitate Dei,* 19, 13: CSEL 40/2, 395 (PL 41, 640).

68. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 78: AAS 58 (1966) 1101.

69. Cf. *Ef* 2, 16: *Cl* 1, 20-22.

70. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 1: AAS 57 (1965) 5.

71. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 78: AAS 58 (1966) 1101-1102.

72. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 81: AAS 58 (1966) 1105.

73. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 79: AAS 58 (1966) 1103

74. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 79: AAS 58 (1966) 1103.

75. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 79: AAS 58 (1966) 1103.

76. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 79: AAS 58 (1966) 1103.

77. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 80: AAS 58 (1966) 1104.

78. Cf. Paulo VI, Enc. *Populorum progressio,* 53: AAS 59 (1967) 283.

79. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 78: AAS 58 (1966) 1102.

80. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 27: AAS 58 (1966) 1048.

81. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 81: AAS 58 (1966) 1105.

82. Cf. *Dt* 5, 18.

83. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 11: AAS 74 (1982) 91-92.

84. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 22: AAS 74 (1982) 107: cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 49:

AAS 58 (1966) 1070.

85. João Paulo II. Ep. ap. *Mulieris dignitatem,* 6: AAS 80 (1988) 1663.

86. Cf. *Gn* 4, 1-2.25-26; 5,1.

87. Cf. *Mt* 19, 6.

88. Cf. *Mt* 5, 37.

89. Cf. *Sir* 1, 22.

90. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 17: AAS 58 (1966) 1037-1038.

91. Santo Agostinho, *Confissões,* 10, 29, 40: CCL 27, 176 (PL 32. 796).

92. Cf. *Tt 2,* 1-6.

93. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 34: AAS 74 (1982) 123.

94. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 25: AAS 58 (1966) 1045.

95. Cf. *Gl* 5. 22-23.

96. Cf. *1 Jo* 3, 3.

97. Cf. *Jo* 15, 15.

98. Cf. Gl 3, 27.

99. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. *Persona humana,* 11: AAS 68 (1976) 90-91.

100. Santo Ambrósio, *De viduis* 23: *Sancti Ambrosii Episcopi Mediolanensis opera*, v. 14/1 (Milano-Roma 1989), p. 266 (PL 16, 241-242).

101. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. *Persona humana, 9:* AAS *68* (1976) *86.*

102. Cf. 1 *Cor* 6, 15-20.

103. Cf. *Gn* 19, 1-29; *Rm* 1, 24-27; *1 Cor* 6, 9-10; *1 Tm* 1, 10.

104. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. *Persona humana,* 8: AAS 68 (1976) 95.

105. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 11: AAS 74 (1982) 92.

106. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 49: AAS 58 (1966) 1070.

107. Pio XII, *Alocução aos participantes no Congresso da União Católica Italiana de Obstetras* (29 de Outubro de 1951): AAS 43 (1951) 851.

108. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 48: AAS 58 (1966) 1067.

109. Cf. CIC can. 1056.

110. Cf. *Mt* 19, 1-12; *1 Cor* 7, 10-11.

111. São João Crisóstomo, *In epistulam ad Ephesios,* homilia 20, 8: PG 62, 146-147.

112. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 30: AAS 74 (1982) 116.

113. Paulo VI, Enc. *Humanae vitae,* 11: AAS 60 (1968) 488.

114. Paulo VI, Enc. *Humanae vitae,* 12: AAS 60 (1968) 488; cf. Pio XI, Enc. *Casti connubii:*DS 3717.

115. Cf. *Ef* 3, 14-15; *Mt* 23, 9.

116. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 50: AAS 58 (1966) 1071.

117. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 50: AAS 58 (1966) 1071.

118. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,,* 51: AAS 58 (1966) 1072.

119. Paulo VI, Enc. *Humanae vitae,* 12: AAS 60 (1968) 489.

120. Cf. Paulo VI, Enc. *Humanae vitae,* 16: AAS 60 (1968) 491-492.

121. Paulo VI, Enc. *Humanae vitae,* 14: AAS 60 (1968) 490.

122. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 32: AAS 74 (1982) 119-120.

123. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 51: *AAS 58* (1966) 1073.

124. Cf. Paulo VI, Enc. *Populorum progressio,* 37: AAS 59 (1967) 275-276; Id., Enc.*Humanae vitae*, 23: AAS 60 (1968) 497-498.

125. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 50: AAS 58 (1966) 1071.

126. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae,* Introductio, 2: AAS 80 (1988) 73.

127. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae,* 2, 1: AAS 80 (1988) 87.

128. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae,* 2, 5: AAS 80 (1988) 93.

129. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae, 2, 4: AAS* 80 (1988) 91.

130. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae,* 2, 8: AAS 80 (1988) 97.

131. Cf. *Mt* 5, 27-28.

132. Cf. *Mt* 5, 32; 19, 6; *Mc* 10, 11-12; *1 Cor* 6, 9-10.

133. Cf. *Os* 2. 7; *Jr* 5, 7; 13, 27.

134. Cf. *Mt* 5, 31-32; 19, 3-9; *Mc* 10, 9; *Lc* 16, 18; *1 Cor* 7, 10-11.

135. Cf. *Mt* 19, 7-9.

136. CIC can. 1141.

137. Cf. CIC can. 1151-1155.

138. São Basílio Magno, *Moralia,* regra 73: PG 31, 852.

139. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 84: AAS 74 (1982) 185.

140. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 19: AAS 74 (1982) 102; cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 47: AAS 58 (1966) 1067.

141. Cf. *Lv* 18, 7-20.

142. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 81: AAS 74 (1982) 181-182.

143. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. *Persona humana,* 7: AAS 68 (1976) 82.

144. Cf. João Paulo, Ex. ap. *Familiaris consortio,* 80: AAS 74 (1982) 180-181.

145. João Paulo II, Ex. ap. *Familiares consortio,* 11: AAS 74 (1982) 92.

146. Cf. Dt 5. 19.

147. Cf. Gn 1, 26-29.

148. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 69: AAS 58 (1966) 1090.

149. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 71. AAS 58 (1966) 1093.; João Paulo II. Enc. *Sollicitudo rei socialis*, 42: AAS 80 (1988) 572-574; Id. Enc. *Centesimus annus*, 40: AAS 83 (1991) 843, Ibid., 48: AAS 83 (1991) 852-854

150. Cf. *2 Cor* 8, 9.

151. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 69: AAS 58 (1966) 1090-1091.

152. Cf. *Dt* 25, 13-16.

153. Cf. *Dt* 24, 14-15; *Tg* 5, 4.

154. Cf. *Am* 8, 4-6.

155. Cf. *Gn* 1, 28-31.

156. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 37-38: AAS 83 (1991) 840-841.

157. Cf. *Mt* 6, 26.

158. Cf. *Dn* 3, 79-81.

159. Cf. *Gn* 2, 19-20; 9, 1-4.

160. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 23: AAS 58 (1966) 1044.

161. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 76: AAS 58 (1966) 1100.

162. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 3: AAS 83 (1991) 794-796.

163. Cf. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo rei socialis*, 1: AAS 80 (1988) 513-514; *Ibid*., 41: AAS 80 (1988) 570-572.

164. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, 24: AAS 83 (1991) 821-822.

165. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 63: AAS 58 (1966) 1085; João Paulo II, Enc. *Laborem exercens*, 7: AAS 73 (1981) 592-594: Id., Enc. *Centesimus annus*, 35: AAS 83 (1991) 836-838.

166. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 65: AAS 58 (1966) 1087.

167. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, 10: AAS 83 (1991) 804-806; *Ibid*., 13: AAS 83 (1991) 809-810; *Ibid*., 44: AAS 83 (1991) 848-849.

168. João PauloII, Enc. *Centesimus annus,* 34: AAS 83 (1991) 836.

169. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 64: AAS 58 (1966) 1086.

170. Cf. *Gn* 1, 28; II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 34: AAS 58 (1966) 1052-1053; João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, 31: AAS 83 (1991) 831-832.

171. Cf. *1 Ts* 4, 11.

172. Cf. *Gn* 3, 14-19.

173. Cf. João Paulo II, Enc. *Laborem exercens,* 27: AAS 73 (1981) 644-647.

174. Cf. João Paulo II, Enc. *Laborem exercens,* 6: AAS 73 (1981) 589-592.

175. Cf. João Paulo II, Enc. *Centessimus annus,* 32: AAS 83 (1991) 832-833: *Ibid*. 34: AAS 83 (1991) 835-836.

176. Cf. João Paulo II, Enc. *Laborem exercens,* 11: AAS 73 (1981) 602-605. 07

177. João Paulo II, Enc. *Centesimus annnus,* 48: AAS 83 (1991) 852-853.

178. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 37: AAS 83 (1991) 840.

179. Cf. João Paulo II, Enc. *Laborem exercens,* 19: AAS 73 (1981) 625-629; *Ibid*., 22-23: AAS 73 (1981) 634-637.

180. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 48: AAS 83 (1991) 852-854.

181. Cf. *Lv* 19, 13; *Dt* 24, 14-15; *Tg* 5, 4.

182. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 67: AAS 58 (1966) 1088-1089.

183. Cf. João Paulo II, Enc. *Laborem exercens,* 18: AAS 73 (1981) 622-625.

184. Cf. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo rei socialis,* 14: AAS 80 (1988) 526-528. '

185. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo rei socialis,* 9: AAS 80 (1988) 520-521.

186. Cf. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo rei socialis,* 17: AAS 80 (1988) 532-533; *Ibid*., 45: AAS 80 (1988) 577-578.

187. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus aunus,* 35: AAS 83 (1991) 836-838.

188. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 28: AAS 83 (1991) 828.

189. Cf. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo rei socialis,* 16: AAS 80 (1988) 531.

190. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 26: AAS 83 (1991) 824-826.

191. Cf. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo rei socialis,* 32: AAS 80 (1988) 556-557; ID., Enc.*Centesimus annus*, 51: AAS 83 (1991) 856-857.

192. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo rei socialis,* 47: AAS 80 (1988) 582; cf. *Ibid*., 42: AAS 80 (1988) 572-574.

193. Cf. *Mt 25,* 31-36.

194. Cf. *Lc* 4, 18.

195. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 57: AAS 83 (1991) 862-863.

196. Cf. *Lc* 6, 20-22.

197. Cf. *Mt* 8, 20.

198. Cf. *Mc* 12, 41-44.

199. Cf. *Ef* 4, 28.

200. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, 57: AAS 83 (1991) 863.

201. São João Crisóstomo, *In Lazarum,* concio 2, 6: PG 48, 992.

202. II Concílio do Vaticano, Decr. *Apostolicam actuositatem,* 8: AAS 58 (1966) 845.

203. São Gregório Magno, *Regula pastoralis,* 3, 21, 45: SC 382, 394 (PL 77, 87).

204. Cf. *Is* 58, 6-7; *Heb* 13, 3.

205. Cf. *Mt* 25, 31-46.

206. Cf. *Tb* 4, 5-11; *Sir* 17, 18.

207. Cf. *Mt* 6, 2-4.

208. Cf. *1 Jo* 3, 17.

209. Congregação para a Doutrina da Fé, Instr. *Libertatis conscientia,* 68: AAS 79 (1987) 583.

210. Cf. *Mt* 25, 40.

211. P. Hansen, *Vita mirabilis [...] venerabilis sororis Rosae de sancta Maria Limensis (Romae* 1664) p. 200.

212. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus,* 29: AAS83 (1991) 828-830.

213. Cf. *Lc* 16, 19-31.

214. Cf. *Pr 8, 7, 2 Sm* 7, 28.

215. *Sl* 119, 142.

216. Cf. *Lc* 1, 50.

217. Cf. *Sl* 119, 30.

218. Cf. *Jo* 1, 14.

219. Cf. *Jo* 14, 6.

220. Cf. *Jo* 12, 46.

221. Cf *Jo* 8, 31-32.

222. Cf. *Jo* 17, 17.

223. Cf. *Jo* 14, 17.

224. Cf. *Jo* 14, 26.

225. II Concílio do Vaticano, Decl. *Dignitatis humanae,* 2: AAS 58 (1966) 931.

226. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 2-2, q. 109, a. 3, ad 1: Ed. Leon. 9, 418.

227. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae,* 2-2, q. 109, a. 3, c: Ed. Leon. 9. 418.

228. Cf. *Jo* 18, 37.

229. Cf. *Mt* 18, 16.

230. II Concílio do Vaticano, Decr. *Ad gentes,* 11: AAS 58 (1966) 959.

231. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Romanos,* 4, 1: SC 10bis, p. 110 (Funk, 1, 256).

232. Santo Inácio de Antioquia, *Epistula ad Romanos,* 6, 1 : SC 10bis, p. 114 (Funk, 1, 258-260).

233. *Martyrium Polycarpi,* 14, 2-3: SC 10bis, p. 228 (Funk 1, 330-332).

234. Cf. *Pr* 19, *9.*

235. Cf. *Pr* 18, 5.

236. Cf. CIC can. 220.

237. Cf. *Sir* 21, 28.

238. Santo Inácio de Loyola, *Exercitia spiritualia,* 22: MHSI 100, 164.

239. Santo Agostinho, *De mendacio,* 4, 5: CSEL 41, 419 (PL 40, 491).

240. Cf. *Sir* 27, 17; *Pr* 25, 9-10.

241. CIC can. 983, § 1.

242. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. *Inter mirifica,* 11: AAS 56 (1964) 148-149.

243 II Concílio do Vaticano, Decr. *Inter mirifica,* 5: AAS 56 (1964) 147.

244. II Concílio do Vaticano, Decr. *Inter mirifica,* 8: AAS 56 (1964) 148.

245 II Concílio do Vaticano, Decr. *Inter mirifica,* 12: AAS 56 (1964) 149.

246. II Concílio do Vaticano, Decr. *Inter mirifica,* 12: AAS 56 (1964) 149.

247. Cf. *Gn* 1, 26.

248. Cf. *Sb* 7, 17.

249. Cf. Pio XII, *Mensagem radiofónica* (24 de Dezembro de 1955): AAS 48 (1956) 26-41; Id., *Mensagem radiofónica aos membros das associações de jovens operários cristãos(J.O.C.)* (3 de Setembro de 1950): AAS 42 (1950) 639-642.

250. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 122-127: AAS 56 (1964) 130-132.

251. CIC can. 983, § 1.

252. II Concílio do Vaticano, Const. *Sacrosanctum Concilium,* 122: AAS 56 (1964) 130-131.

253. Cf. *1 Jo* 2, 16 (Vulgata).

254. Cf. *Gl* 5, 16.17.24; *Ef* 2, 3.

255. Cf. *Gn 3,* 11.

256. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5ª, *Decretum de peccato originali,* can. 5: DS 1515.

257. João Paulo II, Enc. *Dominum et vivificantem,* 55: AAS 78 (1986) 877-878.

258. Hermas, *Pastor* 27, 1 *(mandatum* 2. 1): SC 53, 146 (Funk 1, 70).

259. Cf. *1 Ts* 4, 3-9: *2 Tm* 2, 22.

260. Cf. *1Ts* 4, 7; *Cl* 3, 5; *Ef* 4, 19.

261. Cf. *Tt* 1, 15; 1 Tm 1, 3-4; *2 Tm* 2, 23-26.

26. Santo Agostinho, *De fide et symbolo,* 10, 25: CSEL 25, 32 (PL 40, 196).

263. Cf. *1 Cor* 13, 12; *l Jo* 3. 2.

264. Cf. *Rm* 12, 2; *Cl* 1, 10.

265. Santo Agostinho, *Confissões,* 6, 11, 20: CCL 27. 87 (PL 32, 729-730).

266. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes,* 58: AAS 58 (1966) 1079.

267. Cf. *Mq* 2, 2.

268. *Cf. Sb* 14, 12.

269. CatRom 3, 10, 13, p. 518.

270. CatRom 3, 10, 23, p. 523.

271. Cf. *2 Sm* 12, 1-4.

272. Cf. *Gn* 4, 3-8; *1* Rs 21, 1-29.

273. São João Crisóstomo, *In epistulam II ad Corinthios,* homilia 27, 3-4: PG 61, 588.

274. Santo Agostinho, *De disciplina christiana,* 7, 7: CCL 46, 214 (PL 40, 673); ID., *Epistula*108, 3, 8: CSEL 34, 620 (PL 33, 410).

275. São Gregório Magno, *Moralia in Job,* 31, 45, 88: CCL 143b, 1610 (PL 76, 621).

276. São João Crisóstomo, *In epistulam as Romanos,* homilia 7, 5: PG 60, 448.

277. Cf. *Rm* 7, 7.

278. Cf. *Rm* 7, 15.

279. Cf. *Rm* 8, 14

280. Cf. *Rm* 8, 27.

281. Cf. *Lc* 14, 33.

282. Cf. *Mc* 8, 35.

283. Cf. *Lc* 21, 4.

284. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium,* 42: AAS 57 (1965) 49.

285. Cf. *Lc* 6, 20.

286. São Gregório de Nissa, *De beatitudinibus,* oratio 1: *Gregorii Nysenni opera,* ed. W. Jaeger, v. 7/2 (Leiden 1992) p. 83 (PG 44, 1200).

287. Cf. *Lc* 6, 24.

288. Santo Agostinho, *De sermone Domini in monte,* 1, 1, 3: CCL 35, 4 (PL 34, 1232).

289. Cf. *Mt* 6, 25-34.

290. São Gregório de Nissa, *De beatitudinibus,* oratio 6: *Gregorii Nysenni opera,* ed. W. Jaeger. *v.* 7/2 (Leiden 1992) p. 138 (PG 44, 1265).

291. Cf. *Ap* 22, 17.

292. Santo Agostinho, *De civitate Dei,* 22, 30: CSEL 40/2, 665-666 (PL 41, 801-802).

293. Cf. *Jo* 4, 14.